



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXXI SUP. B AO Nº 2, QUINTA-FEIRA, 5 DE FEVEREIRO DE 2026

ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)

Presidente

Deputado Altineu Côrtes (PL-RJ)

1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)

2º Vice-Presidente

Deputado Carlos Veras (PT-PE)

1º Secretário

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)

2º Secretário

Deputada Delegada Katarina (PSD-SE)

3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)

4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)

Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)

1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)

2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)

1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)

2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)

3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

- 1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
 2º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)
 3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)
 4º - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Hugo Motta (REPUBLICANOS-PB)

Presidente

Deputado Altineu Côrtes (PL-RJ)

1º Vice-Presidente

Deputado Elmar Nascimento (UNIÃO-BA)

2º Vice-Presidente

Deputado Carlos Veras (PT-PE)

1º Secretário

Deputado Lula da Fonte (PP-PE)

2º Secretário

Deputada Delegada Katarina (PSD-SE)

3ª Secretária

Deputado Sergio Souza (MDB-PR)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

- 1º - Deputado Antonio Carlos Rodrigues (PL-SP)
 2º - Deputado Paulo Folletto (PSB-ES)
 3º - Deputado Dr. Victor Linhalis (PODE-ES)
 4º - Deputado Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
 Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
 Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva
 Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
 Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de
 Plenários

Ilana Trombka
 Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha
 Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Gleison Carneiro Gomes
 Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Celso Dias dos Santos
 Diretor da Secretaria de Expediente



CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1304, DE 2025

Ata da 1ª Reunião, realizada em 27 de Agosto de 2025	5
Ata da 2ª Reunião, realizada em 14 de Outubro de 2025	9
Ata da 3ª Reunião, realizada em 15 de Outubro de 2025	48
Ata da 4ª Reunião, realizada em 16 de Outubro de 2025	50
Ata da 5ª Reunião, realizada em 28, 29 e 30 de Outubro de 2025	51

1.2 – COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1305, DE 2025

Ata da 1ª Reunião, realizada em 23 de Setembro e 1 de Outubro de 2025	173
Ata da 2ª Reunião, realizada em 22 de Outubro de 2025	182

1.3 – COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1308, DE 2025

Ata da 1ª Reunião, realizada em 23 de Setembro de 2025	206
Ata da 2ª Reunião, realizada em 2 de Dezembro de 2025	208

1.4 – COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1309, DE 2025

Ata da 1ª Reunião, realizada em 23 de Setembro de 2025	235
Ata da 2ª Reunião, realizada em 30 de Setembro de 2025	244
Ata da 3ª Reunião, realizada em 1 de Outubro de 2025	286
Ata da 4ª Reunião, realizada em 7 de Outubro de 2025	312
Ata da 5ª Reunião, realizada em 8 de Outubro de 2025	349

1.5 – COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1313, DE 2025

Ata da 1ª Reunião, realizada em 4 de Novembro de 2025	401
Ata da 2ª Reunião, realizada em 12 de Novembro de 2025	407



Ata da 3ª Reunião, realizada em 25 de Novembro de 2025	467
Ata da 4ª Reunião, realizada em 3 de Dezembro de 2025	471
1.6 – COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1317, DE 2025	
Ata da 1ª Reunião, realizada em 4 de Novembro de 2025	519
Ata da 2ª Reunião, realizada em 16 e 17 de Dezembro de 2025	522





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1304, DE 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e trinta e sete minutos do dia vinte e sete de agosto de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Parlamentares Joaquim Passarinho e Fernando Coelho Filho, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 1304, de 2025 com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Carlos Viana, Fernando Farias, Fernando Dueire, Professora Dorinha Seabra, Omar Aziz, Marcos Rogério, Izalci Lucas, Carlos Portinho, Fabiano Contarato, Weverton, Randolfe Rodrigues, Paulo Paim, Damares Alves, Esperidião Amin, Padre João, Hugo Leal, Lenir de Assis, Carlos Zarattini, Geraldo Mendes e Ismael, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Jorge Seif, Teresa Leitão, Plínio Valério, Wellington Fagundes, Angelo Coronel, Rogério Carvalho e Styvenson Valentim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Irajá, Cid Gomes, Dr. Hiran, João Carlos Bacelar, Pedro Uczai, Doutor Luizinho, Isnaldo Bulhões Jr., Gilberto Abramo, Rodrigo Gambale, Adolfo Viana e Marcel van Hattem. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição. Finalidade:** Instalação da Comissão e eleição de Presidente e Vice-Presidente. **Resultado:** Realizada a 1ª Reunião da Comissão Mista. A Comissão é instalada, sendo eleito o Deputado Fernando Coelho Filho para Presidente e designado Relator o Senador Eduardo Braga. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e cinco minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Fernando Coelho Filho

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1304, de 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2025/08/27>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Joaquim Passarinho. Bloco/PL - PA. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista da Medida Provisória 304, de 2025.

De acordo com a Resolução 1, de 2012, do CN, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados, e a relatoria, sob a responsabilidade do Senado Federal.

Comunico que há um acordo das Lideranças para a eleição da Mesa, tendo sido indicado para Presidente o Deputado Fernando Coelho Filho.

Consulto se podemos fazer a eleição na forma de aclamação; se o Plenário tem alguma coisa contra.

O SR. EDUARDO BRAGA (MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Aprovado.

O SR. FERNANDO DUEIRE (MDB - PE. *Fora do microfone.*) – Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Joaquim Passarinho. Bloco/PL - PA) – Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a eleição do nosso Presidente Fernando Coelho Filho.

Parabéns, Presidente! (*Palmas.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

Neste momento, passo a Presidência para o nosso Presidente, Deputado, ex-Ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, a quem desejo um bom trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Boa tarde a todos, Sras. e Srs. Deputados, Senadores, servidores, membros do setor elétrico, que acompanham desde ontem, com muita ansiedade, a instalação da 1.300 e agora da 1.304. Demorou um pouco, mas tivemos dois dias com bastante movimento.

Como foi dito, queria convidar aqui para poder se sentar ao meu lado e também fazer a fala o Ministro, Senador, Líder Eduardo Braga, que vai ser o Relator dessa MP 1.304. Quem acompanhou ontem a fala do Senador Eduardo Braga viu que, depois de muitas intempéries políticas que a gente andou vivendo nesses últimos dias e a impossibilidade de a gente ter feito





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

a instalação dessas duas Comissões, chegamos a um acordo, Câmara e Senado, nesta semana, com a participação do Presidente Davi e do Presidente Hugo Motta, a quem agradeço a confiança, para, junto com o Senador Eduardo Braga e os demais membros da Câmara e do Senado, a gente poder trabalhar em cima desse texto para minimizar e mitigar os impactos sobre as tarifas dos consumidores brasileiros.

O Senador Eduardo já falou ontem na instalação da Comissão, mas aqui reforço, tendo em vista a importância da matéria da 1.300 e o tempo muito espremido, que a gente já está trabalhando para poder apresentar, o quanto antes, na Comissão da 1.300, um texto, como eu falei, mais enxuto, mas que possa atender diversos pontos que vieram no corpo da MP e outras sugestões, também, que a gente vai alinhar ao longo do final de semana. E, com um pouco mais de tempo, tendo em vista que essa medida provisória vai até o início do mês de novembro, que a gente possa fazer, aí sim, as alterações, adequações e aperfeiçoamentos do jeito que o nosso setor elétrico brasileiro merece e tanto está precisando, como as senhoras e os senhores sabem.

Então, quero passar a palavra ao meu Líder, Senador Eduardo Braga, que será o Relator desta matéria.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM. Como Relator.) – Eu queria, primeiro, cumprimentar o nosso Presidente, o Deputado Fernando Coelho Filho. Como já dito aqui, uma vez Ministro, sempre Ministro de Minas e Energia do nosso país. Quero cumprimentar os colegas Senadores, Senadoras, Deputados, Deputadas.

É com muita honra que eu recebo o encargo estabelecido pelo nosso Presidente Fernando Coelho Filho, pelo nosso Presidente Davi Alcolumbre, pelo nosso Presidente Hugo Motta, de que, a quatro mãos – eu diria que a múltiplas mãos –, possamos aqui, na MP 1.304, com um pouco mais de tempo, debater questões que todos sabemos que são necessárias para a reestruturação do setor elétrico e do setor de energia do nosso país.

Com certeza, nós teremos um amplo debate e um grande desafio pela frente, diante da complexidade do modelo elétrico e energético do Brasil. O Brasil tem uma das composições mais extraordinárias de matrizes energéticas, com complexidades muito grandes na sua regulação, o que, com certeza, será motivo de reflexão de todos nós.

Acima de tudo, há um compromisso do Congresso Nacional, tanto do Senado como da Câmara Federal, em garantir ao consumidor brasileiro segurança jurídica para os benefícios de um importante setor, que influencia na vida dos brasileiros, desde a casa da D. Maria, do Sr.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

João, do Sr. Antônio, do Sr. Raimundo, da D. Ana até os grandes consumidores, as grandes indústrias, os grandes *shopping centers*, os grandes hospitais, os grandes produtores do agronegócio brasileiro, da agroindústria brasileira. Portanto, nós estamos falando de um setor que mexe, como diz o caboclo, de cabo a rabo com o povo brasileiro e com a vida econômica do Brasil.

Portanto, eu tenho certeza de que essa será uma grande responsabilidade, compartilhada de forma irmã com o nosso Presidente Fernando Coelho Filho. Quando tivemos a nossa reunião com os Presidentes do Congresso – o Senador Davi Alcolumbre e o Presidente da Câmara, Hugo Motta –, uma das coisas mais extraordinárias daquele encontro foi exatamente o comprometimento, tanto do Senado quanto da Câmara, em compartilharmos a construção desse relatório, que é desafiador, como eu já disse, porque estaremos diante da grande oportunidade de fazer a reformulação e a reestruturação do setor elétrico.

Portanto, muito obrigado ao nosso Presidente Fernando Coelho Filho; agradeço aos Srs. Senadores, às Sras. Senadoras, aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas. Vamos arregaçar as mangas e trabalhar, porque, em que pese pareça um prazo longo, na realidade ele corre rápido, e nós vamos ter que entregar um grande trabalho no início do mês de novembro. Portanto, muito obrigado a todos e vamos juntos trabalhar para que possamos entregar ao Brasil um grande resultado desse esforço conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. UNIÃO - PE) – Cumprimentando os demais colegas que chegaram, queria, antes de encerrar os trabalhos, propor a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Tendo sido instalada a Comissão, feita a eleição, designado o Relator, a gente vai marcar a próxima reunião numa data que será informada.

Nada mais havendo a tratar, eu queria agradecer a presença de todos e encerrar a presente reunião.

Encerrada.

(Iniciada às 14 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 45 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1304, DE 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e trinta e dois minutos do dia quatorze de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Deputado Fernando Coelho Filho, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 1304, de 2025 com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Carlos Viana, Fernando Farias, Fernando Dueire, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Weverton, Paulo Paim, Dr. Hiran, Damares Alves, Esperidião Amin, Hamilton Mourão, Joaquim Passarinho, João Carlos Bacelar, Isnaldo Bulhões Jr., Hugo Leal, Lafayette de Andrada, Geraldo Mendes, Ismael, Romero Rodrigues, Pastor Sargento Isidório, Padre João e Carlos Zarattini, e ainda dos Parlamentares Styvenson Valentim, Magno Malta, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Augusta Brito, Júnior Mano, Jorge Seif, Teresa Leitão, Padovani, Ivete da Silveira, Zenaide Maia e Rogério Carvalho, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Angelo Coronel, Irajá, Cid Gomes, Marcos Rogério, Eduardo da Fonte, Rodrigo Gambale, Arnaldo Jardim, Marcel van Hattem e Pedro Uczai. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa. Finalidade:** Deliberar os Requerimentos para Realização de Audiências Públicas. **Resultado:** Aprovado o Requerimento 3/2025. Ficam atendidos os seguintes Requerimentos: 4/2025; 5/2025; 6/2025; 7/2025; 8/2025; 13/2025; 14/2025 e 15/2025. Ficam prejudicados os seguintes Requerimentos: 9/2025; 10/2025; 11/2025; 12/2025; 16/2025 e 17/2025. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Discutir a Medida Provisória nº 1304, de 2025, em especial sobre os seguintes assuntos: i) Medidas para conter o crescimento dos gastos da CDE; ii) Medidas para lidar com os impactos no mercado regulado da expansão em curso do mercado livre (ML) e abertura do ML para baixa tensão; e iii) Aproveitamento do gás natural da União. **Participantes:** Charles Lenzi, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel); Rodrigo Ferreira, Presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (ABRACEEL); Paulo Pedrosa, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (ABRACE); Sylvie D'Apote, Diretora Executiva de Gás Natural do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP); Sandoval de Araújo Feitosa Neto, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); Mário Menel, Presidente do Fórum das Associações do Setor Elétrico (FASE); Marcos Lopomo, Diretor da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (ABEGÁS); Heber Galarce, Instituto Nacional de Energia Limpa – INEL; e Ricardo Brandão, Diretor Regulatório da Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

(ABRADEE). **Resultado:** Audiência Pública realizada. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e dois minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Fernando Coelho Filho

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1304, de 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2025/10/14>

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE. Fala da Presidência.) – Senhoras e senhores, boa tarde.

Vamos tentar respeitar aqui o horário, tendo em vista o alto número de convidados.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista da Medida Provisória 1.304, de 2025, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 14 de outubro de 2025.

A reunião será dividida em duas partes.

Vamos ouvir a audiência pública interativa e, em respeito aos convidados aqui presentes, vamos dar início, primeiramente, à audiência pública.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Eduardo Braga, que é o Relator dessa medida provisória, apresentou o Requerimento nº 3, de 2025, dividindo o debate em três eixos temáticos.

A presente audiência pública, então, tem como objetivo discutir a Medida Provisória 1.304, de 2025, em especial sobre os seguintes pontos: i) medidas para conter o crescimento dos gastos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE); ii) medidas para lidar com o impacto do mercado regulado da expansão em curso do mercado livre e abertura do mercado livre para baixa tensão; e iii) aproveitamento do gás natural da União.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que a presente reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores. Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até cinco minutos. Evidentemente que a gente pode aqui estender um pouco mais, mas, se não me engano, hoje a gente tem sete expositores, então eu vou pedir para que todo mundo, se conseguir ficar dentro do prazo; senão, evidentemente, a gente pode dar uma tolerância, mas respeitando esse tempo. Ao final das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos, para fazerem as suas perguntas e comentários.

Combinando aqui com a Secretaria, como nós temos sete e apenas aqui três lugares, eu vou convidar de três em três, depois a gente desfaz a mesa, e vamos dando lugar às outras pessoas.

Eu queria chamar primeiramente o Diretor-Geral da Aneel, Dr. Sandoval Feitosa. Queria cumprimentar também e chamar Dr. Paulo Pedrosa, Presidente-Executivo da Abrace, e queria chamar Dr. Mário Menel, o Presidente do Fase.

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (Bloco/REPUBLICANOS - MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, antes de iniciar a palavra dos convidados, eu queria fazer só uma questão de ordem aqui, mas é por encaminhamento. É que eu apresentei três Requerimentos nºs 6, 7 e 8, e não os estou vendo aqui, pelo menos na tela.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Eu vou conversar com a Secretaria. A gente precisa de quórum para poder deliberar, a gente está deixando para o final.

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (Bloco/REPUBLICANOS - MG) – Sim, pode deliberar ao final, mas ele não está nem na pauta. Eu achei estranho: o 6, 7 e 8.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Certo, eu vou conversar com a Secretaria da Comissão, e a gente vai ajustando ao longo da reunião.

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (Bloco/REPUBLICANOS - MG) – Perfeitamente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Concedo a palavra ao Sr. Sandoval para falar pela Agência Nacional de Energia Elétrica.

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO (Para expor.) – Alô, alô. Boa tarde, Sr. Presidente, Deputado Fernando Coelho Filho, Presidente desta Comissão Mista da Medida Provisória 1.304. Também cumprimento o Relator desta Comissão, Senador Eduardo Braga, cumprimento os meus colegas de mesa, Dr. Mário Menel e Dr. Paulo Pedrosa.

Bem, primeiro gostaria aqui muito de agradecer pela oportunidade de falarmos sobre um tema extremamente importante. Já também parabeno o Relator, Senador Eduardo Braga, pela iniciativa desafiadora de, ao longo desta semana, termos três audiências públicas sobre a matéria.

Então, nós fizemos, Presidente Deputado Fernando, uma pequena apresentação muito rápida apenas para trazer um contorno geral mais amplo sobre esta matéria.

Bem, inicialmente quero destacar que a conta de energia elétrica tem quatro grandes rubricas: custo de distribuição, encargos, transmissão e custo de geração.

No gráfico apresentado, nós temos um recorte, ao longo dos últimos 15 anos, como os custos dessas rubricas evoluíram na tarifa de energia elétrica, e fizemos a comparação com o IGP-M e o IPCA. Também fizemos ali uma comparação com a tarifa residencial do consumidor de baixa tensão.

Então, observem que o custo de transmissão e o custo de geração cresceram em linha com o IPCA, mas abaixo do IGP-M. O custo da distribuição cresceu menos que o IPCA e que o IGP-M. E o custo dos encargos tarifários, exatamente – estamos falando aqui dos encargos, dos subsídios na tarifa de energia elétrica –, cresceram espantosos 268%. Vejam que ele cresceu o dobro, aproximadamente, do IPCA e um pouco abaixo do dobro do IGP-M. A tarifa de distribuição cresceu menos que o IGP-M e o IPCA, exatamente porque esse custo sofre atuação direta da Agência Nacional de Energia Elétrica, por meio da regulação técnica e, principalmente, econômica. Os custos de transmissão e os custos de geração são, essencialmente, a expansão do setor.

Então, percebam que, como eu já falei, uma atenção muito especial deve ser dada aos encargos setoriais, tendo em mente que subsídio bom é aquele que faz política social e não aquele





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que traz crise fiscal. Em grande medida, esses grandes aumentos nos encargos tarifários trazem uma distorção muito grande na tarifa de energia elétrica.

Desde 2023, senhoras e senhores, nós desenvolvemos na Aneel um painel interativo chamado Subsidiômetro. E, desde 2018, vimos acompanhando ano a ano o crescimento dessas rubricas. Vejam que, de 2018 a 2024, quando nós temos o período, o ciclo fechado, nós tivemos um aumento de 160%. Hoje, esse custo, com dados de 2024, representa aproximadamente 14% na tarifa de energia elétrica.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Só um momentinho, Senador Eduardo. Eu tenho uma cópia e posso disponibilizar para o senhor.

E vejam também outra importante constatação nesse gráfico: como cada uma das rubricas tem subido nos últimos anos. Percebam que as fontes incentivadas têm crescido ao longo desse período; têm crescido de forma mais expressiva os subsídios à geração distribuída; a questão da conta de combustíveis fósseis até diminuiu um pouco nesse período. O que nós temos observado é, gradativamente, a interligação...

(Soa a campainha.)

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – ... de áreas no sistema isolado que fazem uso da sub-rogação; e, uma vez interligadas, elas não fazem parte mais desse custo. Mas a mensagem, a grande fotografia desse gráfico é que os subsídios não param de crescer, e as três rubricas que mais crescem neste período, na realidade as mais representativas, são: a CCC, a geração distribuída e a fonte incentivada.

E aqui a gente tem algumas perspectivas de ajustes na CDE, sugestão da agência ao Parlamento, na seguinte perspectiva: em três dessas rubricas – CCC, tarifa social e universalização – nós defendemos, Sr. Presidente, Sr. Relator, que não haja orçamento anual... Na realidade, desculpe, que haja o orçamento anual como ele está; na medida em que a necessidade vem, essas rubricas poderiam continuar crescendo, exatamente porque elas têm sentido de justiça, uma vez que elas reduzem os custos da população que vive atualmente nas áreas isoladas; também trazem uma maior proteção social aos consumidores que fazem uso da tarifa social; e a universalização, que é exatamente a integração de novos consumidores ao sistema elétrico.

Quanto às demais despesas, aí entendo, Srs. Deputados e Srs. Senadores, que deveria haver um repasse limitado. E, diferentemente do que foi trazido na medida provisória, que sugere o ano de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

2026, nós entendemos que deveria ser o teto já conhecido. Nós não conhecemos o teto de 2026, o que pode ser um teto muito alto e que desvirtuaria a intenção de reduzir os custos e controlar melhor essa rubrica.

No que se refere à diferença entre o que foi orçado e o que foi realmente gasto, nós defendemos que haja uma cobertura por meio de um encargo complementar, operacionalizado por meio da redução dos benefícios pagos pela CDE.

No que se refere à CDE MMGD, o público pagante deixaria de ser somente o ACR e, na nossa perspectiva, também passaria a ser o mesmo público pagador da CDE, ou seja, todos que pagassem a CDE deveriam pagar e arcar com os custos da MMGD. Este comando, inclusive, estava na Medida Provisória 1.300, e a gente espera que seja reproduzido na 1.304.

Outro ponto é a diferenciação por nível de tensão. Há uma legislação atualmente que prevê que essas duas rubricas fiquem com o consumidor de baixa tensão pagando dois terços do custo da CDE, e o consumidor de alta tensão um terço. A gente entende que essas rubricas devem continuar e depois convergirem para pagamento na proporção de 50% para cada uma das classes de consumidores. Esse comando também estava na Medida Provisória 1.300.

Nesse gráfico, nessa figura, eu represento quais seriam as frentes de atuação para que a gente pudesse atuar de forma a melhorar o sinal de preços. Primeiro, o sinal locacional. E aqui, Senador Eduardo Braga e Deputado Fernando Filho, nós temos a perspectiva do sinal locacional. Esse foi um debate muito intenso, em que a Aneel defendeu e defende que o sinal locacional deve ser intensificado, exatamente nos termos que foram aprovados pela Aneel. No exato momento, nós estamos com quatro tranches, e a quinta tranche será no ano que vem, na medida em que, na razão de 20% ao ano, esse sinal é intensificado.

Armazenamento: a gente entende, e a Aneel já deu todos os sinais para o planejador, no sentido de que as necessidades de armazenamento eventualmente identificadas no sistema interligado sejam providenciadas, sejam diligenciadas na medida em que esse custo é pago pelas duas partes, a parte de consumo e a parte de geração.

Quanto à distribuição, nós estamos atuando também na modernização das tarifas. Muito em breve estará saindo uma discussão, no âmbito da Aneel, de intensificar, incentivar o consumo da energia elétrica no período da tarde, quando nós temos grandes excedentes de energia, e dar um sinal de preço para se evitar, mitigar o consumo no horário da ponta.

(Soa a campainha.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO – Também temos esta ideia que visa o sentido de otimizar o uso da infraestrutura, geração, transmissão e distribuição.

Também na renovação das concessões, diversas sinalizações já estão previstas na busca da melhoria do sinal de preço.

No que se refere a geração e comercialização: ampliação do mercado livre, com planejamento; equilíbrio na alocação de custos da segurança energética entre ACR e ACL, e entre geradores e consumidores.

Políticas públicas: a gente defende que a CDE deve ter um teto de despesas. Também defendemos a busca por outras fontes de receita. E aqui vai uma observação de que, nas concessões de hidrelétricas, por exemplo, quando se conclui o período de outorga, aquele bônus de outorga vai integralmente para a receita, para o Orçamento da União. O que a gente entende é que, durante todo esse período em que aquela outorga, aquela obra, aquela usina foi paga pelo consumidor, ele deveria capturar uma parte dessa receita. Já se tentou isso em outros momentos, mas infelizmente o Estado não tem permitido.

Também o equilíbrio entre o pagamento ACL e ACR, como já foi falado, em níveis de tensão.

Basicamente, aqui também na expansão do mercado livre, como também é pauta desta audiência pública, a gente defende que o debate da Consulta Pública 7, de 2025, sobre aprimoramento regulatório dos serviços de distribuição, em consequência da abertura de mercado para consumidores do Grupo A, institui o *open energy*, previsão de final até o final de 2025.

Também na agência, nós estruturamos a Aneel para que nós tenhamos uma estrutura administrativa que permita, em um ambiente de maior abertura de mercado, que a gente possa ter estrutura para vedar condutas anticoncorrenciais por parte das distribuidoras e comercializadoras; regulação do monitoramento do mercado, a Agenda Regulatória 24-07 (AR 24-07), definindo ações que busquem promover concorrência, abrangendo a vedação da utilização de mesmas marcas e logotipos, vedação do compartilhamento de recursos humanos, infraestrutura, entre outros; restrição, em processos já em curso, à celebração de contratos de compartilhamento entre partes relacionadas que desenvolvem atividades de comercialização, para evitar trânsito ou compartilhamento de informação que possa afetar a concorrência; e também, na parte coercitiva, penalização de condutas que impliquem o favorecimento de comercializadoras do mesmo grupo empresarial.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em linhas gerais, Sr. Presidente e Sr. Relator, essas são as linhas principais que a Aneel entende bastante importantes na evolução da legislação a respeito do tema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Eu usei o senhor, Dr. Sandoval, meio que como cobaia: eu vou dar dez minutos a todo mundo então. Agora é que eu vi que cinco realmente foram uma intolância do Presidente.

Mas queria passar a palavra, agora, ao Dr. Paulo Pedrosa, pela Abrace, já com tempo ajustado de dez minutos. (*Risos.*)

O SR. PAULO PEDROSA (Para expor.) – Obrigado, Presidente Fernando Coelho.

Relator, Senador Eduardo Braga; presentes aqui, Deputados, Senadores, eu não vou usar o material da Abrace, fica como registro, para ser mais objetivo nas colocações. Vou procurar fazer colocações conceituais e estratégicas.

Primeiro é que a energia limpa e barata distingue o Brasil. É uma grande vantagem comparativa do nosso país e, de alguma forma, nós estamos estragando essa vantagem que poderia nos ajudar a transformar a sociedade brasileira em uma sociedade mais próspera e mais justa.

Em relação à CDE, de fato, Senador Braga, está na hora de enfrentar o problema. Não são os 50 bilhões que o Diretor Sandoval mostrou, na verdade a sociedade paga os 50 mais 15 impostos sobre isso. O problema está se agravando, está explodindo e a base de pagadores está diminuindo. Eram cinco pessoas carregando o piano, duas pararam de carregar e subiram no piano. Então, sobe o numerador, cai o denominador, o aumento é ainda maior para quem paga a CDE. Além disso, algumas fontes que creditavam recursos na CDE para abater o pagamento dos consumidores estão sendo usadas para outras atividades. Então, é uma situação grave que exige a atenção das MPs. O setor está num momento difícil, a modernização é necessária e essas MPs têm que avançar em parte desse processo.

O segundo é que a CDE embute praticamente uma política anti-industrial energética. E aí, Senador Braga, que tanto entende de tributos, eu destaco: a CDE tem natureza tributária, mas, ao contrário de um tributo, ela não é compensada na cadeia produtiva. Ela cumpre uma função de política pública, mas ela entra no minério, passa para a siderúrgica, passa para a aciaria, passa para a laminação e entra no automóvel de forma acumulada e ainda acompanha o custo do produto exportado. Então, esse é o primeiro ponto. Isso caracteriza a CDE quase como uma política anti-industrial energética. E me permita discordar do Diretor-Geral Sandoval nesse ponto em particular,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

por entender que as alíquotas já são equilibradas. Quando se considera a CDE paga pelo custo final que cada consumidor paga – custo final incluindo energia e fio –, hoje a CDE para a indústria da alta tensão é da ordem de 11%, 12%, o mesmo valor da baixa tensão. Então, assim, na nossa visão, o modelo atual já traz...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PEDROSA – Não, eu estou seguindo aqui para poder... Não vou usar o material, só usar como referência.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PEDROSA – Então, mas eu acho que isso é importante, Senador, porque a alíquota da CDE é, na verdade, diferente. Hoje, as indústrias pagam mais. E aí, é importante dizer, isso volta para as pessoas. Há um equívoco, talvez, em entender que beneficiar o pequeno consumidor dando conta grátis – não que não mereça isso –, mas jogar esse custo para a conta de energia, isso volta, porque energia é 30% do preço do pão, do ovo, do leite e derivados; é 32% do preço do cimento; é 45% do preço de uma cerâmica ou de um vidro usado numa construção. Então, assim, é o momento de equilibrar a CDE para evitar dar com uma mão, mas tirar com a outra. E num modelo em que esse pequeno consumidor está tendo um benefício da ordem de R\$45,00 por mês na conta dele, mas a energia representa 67% do aumento da inflação nos últimos 25 anos. Então, é importante equilibrar.

Não há um maior mérito em baixar o custo da energia para o consumidor, mas aumentar o custo em tudo aquilo que é produzido no Brasil. Isso volta na forma de impostos, de empregos que o país perde. Além disso, esse aumento da CDE para a alta tensão vai estimular comportamentos de fuga de custos do sistema, diminuindo mais ainda o numerador, o que prejudica, particularmente, no formato que está colocado na MP 1.300, os consumidores industriais do Norte e Nordeste, que terão aumentos da CDE da ordem de 200%, conforme as projeções da MP.

Portanto, nós entendemos que é importante travar a CDE, ampliar a base de pagadores. Os custos de política pública deveriam ser transferidos ao Orçamento da União, ainda que de forma gradual, começando com 1%, 2%, fazendo isso ao longo de anos e ampliando a base de pagadores. No nosso entendimento, por exemplo, aqueles brasileiros que têm mini e microgeração distribuída, que causam o problema da CDE também com seus subsídios, deveriam participar do rateio desses custos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, em relação à MP, a mesma alíquota de CDE para todos os consumidores, da alta e da baixa tensão, que é mais ou menos o que nós temos hoje. Um rateio de custos mais justo, transferindo para o Tesouro os custos de política pública, ainda que de forma gradual, ao longo do tempo. Interromper, de fato, o crescimento da CDE, que é altíssimo.

E, aí, dois pontos adicionais muito importantes. A abertura do mercado livre precisa vir acompanhado do sinal de preço adequado. Quer dizer, se eu, Paulo, vou mudar para o mercado livre, é importante que eu use a minha máquina de lavar roupa ou lavar prato no horário do pico da solar. Se eu continuar a usá-la no horário do pico da térmica, o fato de eu ter ido para o mercado livre me trouxe uma vantagem, trouxe uma vantagem para quem me vendeu energia, mas eu não aumentei a eficiência do sistema como um todo, por falta de sinal de preço. Então, a abertura do mercado livre tem que servir a um objetivo maior, que é o aumento da eficiência do setor. Para isso, precisa vir acompanhado do sinal de preço.

E o outro ponto é em relação ao *curtailment*, que será detalhado em outras audiências públicas. Apenas, Deputado Fernando Coelho, uma frase: é inaceitável para nós, consumidores, pagar o custo do *curtailment* por falta de demanda. Quer dizer, outras questões podem ser discutidas, mas a falta de demanda ser atribuída ao consumidor é como eu ir a um restaurante que tem uma mesa vazia ao lado, na hora de eu pedir a minha conta, eu ter que pagar a conta do que poderia ter sido vendido na mesa que está vazia ao meu lado. Isso é um absurdo.

Em relação ao gás natural, outro dos pontos sobre os quais a Abrace foi convidada a se manifestar, nós precisamos, de fato, usar o gás natural como combustível da transição energética para o Brasil. Nós estamos perdendo essa oportunidade. O mercado de gás natural no Brasil tem sido medíocre. Eu vejo as indústrias migrando para outros combustíveis. A demanda industrial está parada há 14 anos no país. Então, o movimento que está proposto na medida provisória é muito interessante. É usar a PPSA como o *market maker*. A PPSA pode ser o embrião de um mercado secundário de gás e o embrião de um modelo de leilões de gás, inclusive em contratos de longo prazo, que podem lastrear novos projetos industriais. Mas é importante que isso seja feito alcançando toda a indústria nacional, e não dirigido apenas a um projeto de uma determinada indústria; de forma competitiva para toda a indústria nacional.

É importante também que o que está sendo colocado para a PPSA seja também oferecido a outros agentes vendedores de gás, para que eles também possam se beneficiar dos custos de escoamento e tratamento e oferecer gás através de leilões ao mercado nacional.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós hoje reinjetamos no Brasil mais gás do que todo aquele gás que nós usamos no mercado nacional, quer dizer, existe um potencial gigantesco, e essa medida provisória é uma oportunidade de também fazer o mercado de gás no Brasil ganhar uma dimensão e ser um elemento de descarbonização na transição energética.

Nós temos, por exemplo, na indústria siderúrgica, um potencial de aumentar em 50% o consumo de gás no Brasil, descarbonizando o aço brasileiro, hoje produzido com carvão importado da China, com vantagens para a balança comercial, para a geração de empregos e para a competitividade da indústria nacional.

Então, concluo, no uso do meu tempo, agradecendo a oportunidade, dizendo que a Abrace...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PEDROSA – ... vai apresentar à Comissão os elementos, os números, as notas técnicas e repetindo este apelo: por mais tentador que possa parecer deslocar custos para a produção nacional, esse efeito não será positivo para a sociedade – vai voltar ao consumidor no preço de tudo que se produz no Brasil, e 23% do custo da cesta básica é energia.

Nós precisamos conter a CDE e encontrar mecanismos para que mais pagadores participem do rateio desses custos.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Obrigado, Dr. Paulo.

Queria passar agora ao Dr. Mário Menel, pelo Fase, também pelo tempo de dez minutos.

O SR. MÁRIO MENEL (Para expor.) – Deputado Fernando Coelho Filho; Senador Eduardo Braga; meus companheiros aqui, Paulo Pedrosa e Sandoval; Srs. Deputados e Senadores; meus companheiros do Fase, Lenzi, Rodrigo Ferreira, Marisete, Ricardo Brandão.

Eu vou fazer uma apresentação na visão do Fase (Fórum das Associações do Setor Elétrico), que congrega hoje exatamente 35 associações setoriais de todos os segmentos da cadeia da indústria da energia elétrica – geração, transmissão, distribuição, comercialização e consumo –, além de associações vinculadas ao fornecimento de insumos para o setor elétrico, como é o caso, por exemplo, da Abinee.

A nossa análise começou na MP 1.300, quer dizer, o Fase se propôs a fazer uma análise detida no âmbito dessas associações para conseguir consensos e trazer esses consensos para a relatoria





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

das MPs 1.300 e 1.304. Na 1.300, eu tive oportunidade de falar com o Deputado Fernando Coelho Filho; e com a sua assessoria, Senador, nós falamos agora a respeito da 1.304.

Senador, não é fácil a gente conseguir um consenso com 35 associações dos mais diversos interesses dentro dos assuntos que estão sendo tratados na medida provisória, mas a gente está tentando. Nós elegemos alguns princípios para facilitar a nossa análise.

Um deles é clareza de regras, porque a gente vê muita dificuldade na própria redação original das MPs, com alguma falta de clareza em alguns textos que levam a interpretações diferentes daquelas que talvez o legislador tivesse a intenção de fazer.

Assim como Paulo Pedrosa expressou bem, é um pensamento dentro do Fase que tem que ter uma oposição à criação ou extensão de subsídios. Nós estamos vendo a dificuldade que o setor está tendo, caminhando para uma situação crítica e nós queremos evitar isso.

Por outro lado, a manutenção de contratos nós achamos que é uma regra brasileira. O Brasil se notabilizou pela manutenção de contratos. Então, nós somos contrários à quebra desses contratos nas mais diversas formas que ela pode acontecer.

Depois, a gente nota nas redações uma inconsistência sistêmica das propostas, ou seja, um dispositivo conflita muitas vezes com o outro, então a gente está buscando essa consistência.

Outra coisa é a alocação de custos aos agentes que deram origem a ele. Isso está, desde uma consulta pública que foi originada no Ministério do Ministro Fernando Coelho Filho, da Consulta Pública nº 32, que dizia que a alocação dos custos deve ser àqueles agentes que deram origem a esse custo.

E outra, e finalmente, é o foco na criação de uma agenda positiva, quer dizer, não me interessa destruir um segmento em benefício de outro, me interessa construir uma agenda que seja positiva.

Essas são as associações que estão trabalhando. Nós temos aqui até, eu esqueci de mencionar, o Ciocchi, está aqui, eu vi o Ciocchi, que é do WEC. E nós, então, fizemos o seguinte: para conseguir esse consenso, primeiro nós contratamos uma consultoria. Nós temos uma consultoria relevante em termos de Brasil, uma consultoria das mais acionadas pelo setor elétrico.

O Donato da Silva Filho, que é o consultor-mor dessa consultoria, fez um questionário para uma primeira fase de nós nos ajeitarmos com esse questionário extenso, em que todas as associações participantes da pesquisa responderam em três linhas. Uma linha: "Ó, eu rejeito essa





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

proposta". A outra linha: "Ó, eu concordo, mas tem que ter uma melhoria no texto". E a outra: "Sim, mas é uma vírgula, uma redação mais adequada".

As duas – o "sim" com texto modificado e o "sim" com sugestões de ajuste – são os consensos. Então, se houvesse, na soma daquelas duas, mais de 60% das respostas, era considerado consenso. Se houvesse menos do que isso, ia para rejeição. Quer dizer, com 40% ou mais, seria um assunto rejeitado.

E daí, com ampla liberdade, como é regra de funcionamento do Fase, com ampla liberdade das associações que não foram contempladas, que estiverem dentro do "não", elas procurarem a relatoria para exporem os seus pontos de vista.

Bom, nós tivemos então os resultados dessas pesquisas. E agora nós estamos na fase de validação disso. Hoje, está com todas as associações, até sexta-feira. Segunda-feira, Senador Eduardo Braga, eu espero entregar no seu gabinete o resultado dos consensos e também aprontando os dissensos, porque daí não é mais um problema do Fase, onde nós não conseguimos progredir. Então, como eu falei, acima de 60% tem os temas que têm uma favorabilidade dentro da organização do Fase.

Temas que foram salientados lá: não houve. Está ali em 50% para cada lado e tal, nós colocamos numa posição diferente, e os que têm mais de 60% de rejeição nós colocamos, então, como rejeitados pelo Fase.

Só esclareço o seguinte: tem alguns temas, por exemplo, *curtailment* e armazenamento, como o Diretor Sandoval expôs, estão sendo tratados tanto no âmbito do ONS quanto no âmbito da Aneel. Então, nós fizemos uma observação, porque os textos foram rejeitados, não os temas, mas os textos das emendas ou das medidas provisórias não estão de acordo com o que as empresas, com o que as associações querem. Mas os temas nós achamos que são necessários. O *curtailment*, que é um dos principais temas do momento do setor elétrico, tem que ser tratado, como também o futuro, o armazenamento é uma coisa de futuro, que também deve ser tratado. Então, tudo isso vai estar explicado.

Para concluir, e fazendo aqui... nós temos no setor elétrico o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), e eu vou tentar fazer um mecanismo de realocação do tempo, vou economizar um pouco para passar para meus amigos aqui. (Risos.)

É o MRT.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que a gente espera é uma segurança jurídica, uma modernização com segurança jurídica, uma eficiência econômica, quer dizer, muitas coisas – do sinal locacional foi falado aqui e tal – têm que ter uma eficiência econômica e uma estabilidade institucional que eu acho que todos nós procuramos. Portanto, o Fase defende que tem luz verde para modernizar com responsabilidade e luz vermelha para retrocessos que podem acontecer.

Muito obrigado pela oportunidade que me foi dada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Dr. Menel, muito obrigado.

Eu queria pedir aos três que a gente pudesse fazer um rodízio aqui, convidando os próximos...
(Pausa.)

Eu tenho três lugares aqui na mesa para os quais eu vou chamar, mas a primeira a apresentar vai fazer uma apresentação remota, a Diretora-Executiva de Gás Natural do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás, a Dra. Sylvie. Então, ela falará primeiro, mas vou chamar o Charles Lenzi, pela Abragel; o Dr. Rodrigo Ferreira, pela Abraceel, e eu estou entendendo que quem vai falar pela Abradee é o nosso Ricardo Brandão, não é isso? (Pausa.)

A Dra. Sylvie ouve a gente? (Pausa.)

Não estamos...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Sem áudio.

A SRA. SYLVIE D'APOTE (*Por videoconferência.*) – Agora liberou. O.k.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Pronto, Doutora.

A SRA. SYLVIE D'APOTE (Para expor. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, estou lhe ouvindo, espero que estejam me ouvindo.

Quero dizer que vou falar só do item 3, que é a parte de gás. Caso os senhores queiram, primeiro, debater a parte do setor elétrico, eu posso ficar no final, tá?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Não, pode fazer a apresentação, porque tem tanta gente querendo um espaçozinho nesta audiência pública, que eu temo que não tenha tempo depois de a gente voltar a palavra para a senhora.

A SRA. SYLVIE D'APOTE (*Por videoconferência.*) – Perfeito, então.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não tenho apresentação, vou simplesmente falar. Primeiramente, gostaria de agradecer o convite feito ao IBP para participar dos debates sobre esse tema, que é muito relevante. Na parte de gás, eu represento a diretoria de gás do IBP. Então, essa é a parte que me compete hoje.

Gostaria de saudar o Senador Eduardo Braga, Relator da matéria, e o Deputado Fernando Coelho Filho, que é Presidente da Comissão, nas pessoas de quem saúdo todos os Parlamentares presentes, assim como os meus companheiros de mesa e quem nos acompanha *online*.

Então, eu represento aqui o IBP, em particular, os produtores de petróleo e gás, que são membros do IBP e que representam 99% da produção do petróleo e 96% da produção de gás do país. Como eu disse, vou falar principalmente do item 3, que é o aproveitamento do gás natural da União, e vou concentrar os meus comentários sobre o art. 4º da medida provisória, em particular sobre a parte que cria o art. 45-A da Lei nº 2.351, que determina que a CNPE deverá decidir quais são as condições de acesso, inclusive o valor, aos sistemas de escoamento, processamento e transporte para o gás da PPSA. Desde já, vou ser muito clara, aberta e transparente. O setor recebeu essa medida com muita preocupação, em especial pelo potencial que tem de insegurança jurídica que pode trazer ao mercado de gás.

Desde o início, o IBP se posicionou no sentido de tirar essa parte da MP para não criar problemas que possam impactar a nossa oferta de gás. E vou explicar um pouco o porquê. O escoamento e o processamento são muito diferentes do transporte. Então, vou começar com a parte de escoamento e processamento.

Nós temos, no Brasil, uma predominância de gás associado ao petróleo. Isso significa que escoar o gás é uma condição essencial para produzir o petróleo. Não se pode interromper, por causa das variações da demanda de gás, a produção de petróleo, porque isso significaria uma grande perda, inclusive, de participações governamentais para o país. Então, o propósito das infraestruturas de escoamento e processamento não é só levar o gás bruto das plataformas até o mercado, até a infraestrutura de transporte, mas é também garantir o que chamamos de *flow assurance*, ou seja, assegurar que o gás seja encaminhado e, também, que o petróleo possa ser produzido. Então, essas infraestruturas não somente viabilizam a comercialização de gás, mas, como eu disse, viabilizam a produção de petróleo, e aumentam as receitas públicas por meios de *royalties*, tributos, etc. Então, são infraestruturas críticas e, normalmente, são planejadas e construídas em conjunto com todo o desenvolvimento de um campo. Então, não existem campos de produção de gás e petróleo que não venham acompanhados com sua infraestrutura de escoamento e processamento de gás natural.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, a lei do gás, a Lei 14.334, de 2021, foi muito feliz em reconhecer a diferença entre os investimentos de escoamento e processamento *offshore* e toda a infraestrutura *onshore* de transporte e distribuição de gás natural. O escoamento e o processamento são infraestrutura, que são decisões de investimento de investidores privados, que visam desenvolver, como eu disse, tanto o petróleo como o gás. Foi, então, decidido pela lei do gás – que foi uma lei muito participativa, que demorou bastante tempo para ser aprovada, mas por quê? Porque teve uma grande discussão com a participação de todos os agentes –, então chegamos aí a um entendimento do que poderia ser o melhor para o país. Então, o escoamento e o processamento são, pela nova lei do gás, um elo cujo acesso é garantido, claro, mas na base de um acesso negociado, muito diferente do transporte para o qual o acesso é garantido na base de tarifas que serão decididas pela ANP.

Bom, essa MP visa unicamente mudar as condições de acesso, inicialmente, só para o gás da PPSA, mas é claro que, dentro de um mercado em que todos competem para colocar seu gás até o consumidor, isso criará condições de acesso diferenciados para a PPSA e para outros participantes. Então, certamente, haverá movimentos que deverão levar à possível judicialização dos contratos que já foram firmados. Então, nossa preocupação é que essa MP traga mudança no arcabouço jurídico que já está consolidado, criando grandes incertezas, não somente em relação ao que vai ser feito com as infraestruturas existentes, o que já *per se* é um problema, mas também com relação aos próximos, aos investimentos vultosos que precisam ser feitos para viabilizar os próximos campos grandes, projetos de gás. Em particular, nós estamos falando aqui do projeto Raia, que deve trazer 16 milhões de metros cúbicos de gás, nos próximos anos; tem também o projeto Sergipe Águas Profundas, entendo que deveremos ter notícias importantes quanto a seu desenvolvimento, nos próximos dias. São investimentos muito vultosos, que precisam ter um quadro de segurança jurídica, de clareza regulatória, para que possam ser feitos esses investimentos. Então, Senador Braga, o que eu queria reforçar aqui é que, do nosso ponto de vista, essa medida provisória traz um risco muito grande para o mercado de gás, com possíveis reduções de investimento, quando deveriam expandir a infraestrutura, e diminuição de atratividade para novos *players* neste momento.

Já passando agora ao caso do transporte, a tarifa de transporte é regulada pela ANP e nós estamos passando, neste momento, por um grande momento de regulação, revisão e determinação das regras sobre as tarifas de transporte. São muitas consultas públicas e audiências públicas que estão sendo organizadas pela ANP, que vão definir as regras, como vão ser determinadas as tarifas de transporte de gás para os próximos anos e, em relação aos investimentos que já foram feitos, quais são os investimentos que ainda deverão pesar nas tarifas do próximo ano. São decisões muito técnicas, muito complexas. A ANP está fazendo todas essas discussões com debates amplos, com audiências públicas, escutando todos os *players*. O problema é que, cada vez que se tende a fazer





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma regra específica para um *player*, quem vai pagar mais serão todos os outros *players*. Então, minha dúvida é sobre o transporte, se realmente essa MP é aplicável, legalmente aplicável, porque as tarifas devem ser aplicadas do mesmo jeito para todos os usuários do sistema de transporte e, se ela for aplicável, qual vai ser o efeito, de fato, para todos os outros agentes.

Então, repito, há uma grande preocupação em relação a essa parte da MP. A gente entende que a MP como um todo é muito importante, especialmente para o setor elétrico, mas essa parte da MP, que é bem diferente do resto, se distancia um pouquinho das preocupações sobre o setor elétrico, nos preocupa e pode trazer muitos problemas, muita insegurança jurídica, vindo a afetar o funcionamento como um todo do setor de gás e também trazer uma menor atratividade para novos investimentos.

Agradeço o espaço aqui e permaneço à disposição dos presentes, para poder responder a eventuais perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Obrigado, Dra. Sylvie.

Passo agora ao Dr. Charles Lenzi, pela Abragel.

O SR. CHARLES LENZI (Para expor.) – Muito boa tarde a todos.

É uma satisfação poder participar aqui desta audiência pública da Comissão Mista que trata da Medida Provisória 1.304.

Queria cumprimentar o Presidente, Deputado Fernando Coelho, e também o Senador Eduardo Braga e parabenizá-los pela realização dessas audiências públicas, para que a gente possa discutir de uma maneira clara, aqui na Casa do Povo, no Congresso Nacional, todas as questões que, de fato, são muito importantes para o setor elétrico brasileiro e para o país.

Quero também saudar e cumprimentar todos os Parlamentares aqui presentes, aqueles que nos escutam de casa, de forma remota, meus colegas aqui de painel, o Rodrigo, a Sylvie e o Ricardo Brandão. Pois não, eu não lembrava o nome da nossa colega do IBP.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CHARLES LENZI – Sylvie. O.k.

Eu queria destacar também que trago aqui, como representante da Abragel (Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa), uma entidade que, neste ano, completa 25 anos...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tradicionalmente nós trabalhamos na defesa daqueles que empreendem através das centrais hidrelétricas de pequeno porte.

Hoje eu estou com a missão aqui de representar não só a Abragel, mas também outras entidades e associações do setor, como a AbraPCH, que também é uma associação nacional desse segmento, algumas associações estaduais – a associação do Rio Grande do Sul, a de Santa Catarina e a de Goiás – e também o Sindicato da Indústria de Geração de Energia e Transmissão, lá de Minas Gerais.

A Abragel vai focar a sua apresentação nos temas que, de fato, têm trazido maior preocupação para os nossos associados e para o nosso segmento. O primeiro deles é com relação à contratação de centrais hidrelétricas até 50MW na modalidade de leilão de reserva de capacidade. A Medida Provisória 1.304, de 2025, reforça a importância dessa política pública de contratação de centrais hidrelétricas até 50 megas, que já estava prevista na Lei 15.097, de 2005, que foi amplamente discutida e debatida no Congresso Nacional, trazendo impactos positivos para o desenvolvimento de uma matriz elétrica equilibrada, segura e confiável e com ênfase na modicidade tarifária.

O art. 2º dessa medida provisória prevê a contratação de até 4,9 mil megawatts dessas centrais até 50MW, e o nosso entendimento é que a existência de um cronograma predefinido de contratação estimula os agentes a desenvolverem novos projetos, bem como toda a indústria nacional. Esse segmento, Senador e Deputado Fernando Coelho, tem sido, vamos dizer assim... Não vou dizer discriminado, mas a gente tem tido uma baixa expansão nos últimos anos. E é um segmento muito importante para o setor elétrico brasileiro, uma vez que gera energia limpa, renovável, flexível e com uma cadeia produtiva 100% nacional.

Dentro desse contexto, se nós pudermos fazer uma comparação com a capacidade instalada da nossa matriz elétrica de hoje – esse é um dado que se busca no sistema atualizado da Aneel –, data de hoje inclusive, a capacidade instalada hoje é 215.657MW. Aqui nesse número, não estão presentes a micro e a minigeração distribuída, que hoje já somam 43 mil megawatts de capacidade instalada. Mas, se a gente levar em consideração essa contratação prevista, 4,9 mil megawatts, dentro de um horizonte de entrada em operação a partir de 2030... Se fosse computado hoje, isso representaria apenas 2,3% da nossa matriz elétrica.

Vale destacar que a última hidrelétrica de maior porte viabilizada data de 2013, que é a Usina São Manuel, de 700MW. Então, de lá para cá, não se conseguiu colocar em operação ou viabilizar nenhuma usina hidrelétrica de maior porte. Quando a gente olha nos dois gráficos da direita ali, a gente tem, Senadora, no de cima, aquilo que entrou, que foi contratado através dos leilões de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

energia por fonte, desde 2013 para cá – eu peguei exatamente o ano de 2013 para incluir essa Usina São Manuel, que é de maior porte –, e a gente percebe exatamente ali a distorção que existe na nossa matriz elétrica e a diferenciação que a gente tem entre todas as fontes. Então, a gente tem uma contratação grande de térmica. Nesse período, também se teve uma contratação bastante importante de solar e de eólica, e uma contratação muito pequena de PCHs, lembrando que, nesse período, até setembro agora de 2025, a micro e a minigeração GD solar já ultrapassou a marca de 43 mil megawatts, já representando cerca de 20% da matriz elétrica brasileira.

No gráfico de baixo, a gente tem o que entrou em operação desde o ano de 2020, e a gente percebe ali diversas fontes com um patamar da ordem de 11 mil megawatts, as usinas térmicas, 16 mil megawatts de solar, quase 20 mil megawatts de eólica e 891 megawatts de PCHs.

Então, o nosso entendimento é de que a contratação dessas usinas hidrelétricas até 50 megas, como previsto na medida provisória, é uma forma de a gente ajudar a equilibrar a nossa matriz elétrica. E aqui eu quero fazer um aparte no sentido seguinte: isso não é uma crítica. Acho que o Paulo Pedrosa fez um comentário muito importante, muito interessante, no início, dizendo que a nossa matriz, o Brasil é um país privilegiado por ter diversos recursos naturais que são propícios para a geração de energia. Acho que o Brasil é um país que é invejado pelo mundo inteiro, dada a nossa capacidade de produzir energia limpa e renovável e o compromisso, e a vantagem que a gente tem nesse caminho de transição energética, mas a gente precisa ter uma matriz equilibrada. O fato de a gente ter uma inserção de fontes predominantemente intermitentes faz com que a gente tenha desequilíbrios. E aí nós precisamos ter... A gente sofre de efeitos e de custos que são muito importantes. Então, ampliar a nossa matriz olhando na perspectiva de que a gente precisa de mais flexibilidade operacional e mais despachabilidade, ou seja, como é que eu consigo gerar energia no momento que eu quero e na quantidade que eu quero é uma vantagem que nós também temos, e a gente não está usando, e não está aproveitando os recursos naturais que nós temos.

O Brasil tem uma vocação hidrelétrica. A nossa indústria elétrica nacional iniciou com a geração hidrelétrica. Cem anos atrás, a gente decidiu que o Brasil iria tomar esse caminho. Até a década de 60 e 70, a gente tinha grandes usinas com grandes reservatórios, o sistema de geração era com base em reservatórios plurianuais, e de lá para cá a gente não investiu mais nisso. Hoje talvez a gente tenha reservatórios que são plurissemanais, em função da falta de investimentos que nós tivemos nesse setor.

Como a gente tem um potencial gigantesco ainda para ser aproveitado, e obviamente respeitando todas as questões de sustentabilidade, questões ambientais e tudo mais, mas mesmo assim a gente tem um potencial gigante a ser explorado, a gente defende que essa fonte seja mais





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

considerada na matriz. E por que é importante uma política pública para esse segmento? Porque é a única fonte de geração de energia que é um bem da sociedade brasileira. Qualquer aproveitamento hidrelétrico é um bem público.

Então, o Estado delega, para o empreendedor ou para quem vai investir, para quem vai empreender uma autorização, uma concessão para explorar aquele empreendimento durante 30, 35 anos. E como esse bem tem uma vida útil que ultrapassa os cem anos, esgotado esse período de concessão, de autorização, esse bem retorna para a União, que pode fazer, através do uso de bem público e uma série de outras questões, com que dele retornem benefícios para a sociedade.

Outro aspecto muito importante que eu acho que a gente abordou aqui é com relação à sinalização adequada de preços, de custos, e a Abragel sempre teve uma preocupação muito grande com esse aspecto. Nós contratamos uma consultoria especializada, a mesma que o Fase contratou para fazer o trabalho que está sendo feito de buscar um consenso na perspectiva do foco das associações, que é como o preço ou o custo de cada fonte de geração impacta a tarifa que nós consumidores pagamos. E, ao contrário do que muitas vezes aparece, o preço do leilão é uma sinalização, é um custo, mas não representa todos os custos que impactam a tarifa paga pelo consumidor.

Então, olhando a perspectiva do custo direto e também de todos os custos que impactam na tarifa do consumidor – custos de transmissão, custos relacionados ao GSF, enfim, tudo aquilo que impacta os custos de geração –, a gente tem esse gráfico, essa tabela que mostra que, obviamente, a energia mais barata é produzida pela geração hidrelétrica de grande porte, até por uma questão de escala, e, em segundo lugar, aparecem as centrais hidrelétricas de pequeno porte, seguidas, em uma faixa bem aproximada, depois com a eólica, com a solar e com a GD.

As centrais hidrelétricas, além de terem esse efeito de geração limpa, renovável, usando uma cadeia produtiva 100% brasileira... Eu gosto de dizer isso, porque todo emprego, toda renda, todo tributo, toda mão de obra é produzida e gerada aqui no próprio país. E elas também são importantes nesse quesito da modicidade tarifária, que é tão importante quando a gente olha o preço da energia paga pelos consumidores, de modo geral.

Vamos nos aventurar também em falar um pouco da questão dos cortes de carga, porque nós entendemos que esse assunto é muito importante. Nós, representantes do segmento de PCH, somos aquelas usinas do tipo 3. Portanto, nós não estamos conectados na rede básica. A gente se conecta na rede de distribuição das distribuidoras. Mesmo assim, nós já estamos sofrendo também cortes. A gente reconhece a dificuldade crescente de operar o sistema elétrico brasileiro em vista





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

da forte expansão das fontes intermitentes e da própria geração solar. De novo, aqui não é uma crítica, eu acho que a gente tem recursos extremamente importantes, mas a gente precisa ter um planejamento que seja mais eficaz com relação ao desenho da nossa matriz, para que a gente aproveite o melhor desses recursos naturais para gerar energia limpa, barata e renovável para todos nós.

Em maio deste ano, nós fomos consultados pelo ONS sobre a possibilidade de usar as usinas de pequeno porte para contribuir para um cenário de redução de geração pontual através da modulação de geração em horários críticos. A gente vê, portanto, que as centrais de pequeno porte são um recurso importante na solução desse problema, ou seja, a nossa posição é no sentido de que a gente é muito mais parte da solução do que parte do problema, mas nos preocupam os potenciais impactos técnicos, econômicos e financeiros que devem ser endereçados, evidentemente, com a devida compensação. Um exemplo só de impacto econômico que eu gostaria de citar é a questão do prejuízo da vida útil dos equipamentos, na medida em que todo equipamento que foi projetado para ter uma operação perene ao longo do tempo começa a entrar no regime de ligar e desligar. Isso afeta a vida útil dos equipamentos.

Nós entendemos que os custos decorrentes dos cortes deveriam ser atribuídos prioritariamente aos agentes que deram origem ao problema e não simplesmente distribuí-los de forma indiscriminada a todos os participantes. E, por outro lado, a gente também tem uma visão de que os cortes de carga, naqueles agentes que foram contratados através de mecanismos de leilão para o mercado regulado, ou seja, os leilões do ACR não deveriam ser considerados como aquele conceito de que isso é risco do empreendedor, uma vez que esses empreendimentos foram demandados pelo poder concedente para prover o país de geração de energia e atender ao mercado.

Finalizando, Presidente Fernando e Senador Eduardo Braga, a gente tem um potencial muito expressivo de geração hidrelétrica de pequeno porte. Esse mapa do Brasil no canto inferior direito mostra onde estão esses empreendimentos, esse potencial. A gente percebe que a distribuição deles é localizada muito próxima dos centros de carga, uma grande concentração de empreendimentos nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste do país. Enfim, acho que eu já comentei sobre diversos dos requisitos que estão aqui.

Eu fico muito agradecido pela oportunidade e, mais uma vez, cumprimento os membros da Comissão pela difícil tarefa que têm pela frente.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Obrigado, Dr. Charles.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos agora ao Rodrigo Ferreira, pela Abraceel.

O SR. RODRIGO FERREIRA (Para expor.) – Obrigado, Presidente. Quero cumprimentá-lo, Deputado Fernando Coelho Filho, cumprimentar o Senador Eduardo Braga, Relator da Medida Provisória 1.304.

Bom, eu gostaria de falar em nome dos comercializadores, Senador, primeiramente sobre dois temas de forma muito destacada: a abertura de mercado para todos os consumidores, medida essa contida na MP 1.300; e sobre o teto da CDE cerne da Medida Provisória 1.304.

Sobre a abertura de mercado e o cronograma da abertura de mercado, eu gostaria de destacar que não é um tema novo. O Congresso Nacional já deliberou sobre essa matéria diversas vezes. Aqui no Senado Federal, ela já foi aprovada, a abertura integral do mercado já foi aprovada pelos Sras. e Srs. Senadores através do PLS 232, hoje convertido no PL 414, que se encontra na Câmara dos Deputados. Também a abertura de mercado já foi apreciada no PLS 237, que hoje se encontra também na Câmara, através do PL 2.987, que inclusive acabou de ter um avanço. Ele foi encaminhado para três Comissões, foi aprovada na Comissão de Defesa do Consumidor, em setembro deste ano foi aprovado na Comissão de mérito, na Comissão de Minas Energia, e agora seguiu para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania com Requerimento de Plenário feito pelo Relator, Deputado Otto Alencar Filho.

E o Congresso, através da Câmara, também já deliberou sobre a abertura de mercado no PL 1.917, em Comissão Mista Especial. Evidentemente que as votações anteriores não nos servem no presente. O avanço dessa medida, o avanço da abertura de mercado depende agora essencialmente do interesse e da vontade da percepção política do Senador Eduardo Braga e do voto das Sras. e dos Srs. Parlamentares, mas o fato é que não é uma matéria nova e já foi apreciada por esta Casa. E é inconteste, e nós percebemos isso muito claramente hoje, na manifestação do Diretor-Geral da Aneel, Sandoval Feitosa, que a agência reguladora, com a sua visão plural e independente do setor elétrico, também aponta a abertura de mercado como uma medida necessária no âmbito da modernização do setor elétrico.

Senador, eu posso lhe garantir que se o Presidente da CCEE, Alexandre Peixoto, estivesse aqui, ele lhe diria o que ele tem dito repetidamente de forma pública: que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica está absolutamente pronta para oferecer mercado livre para todos os consumidores do Brasil, haja vista os investimentos e as evoluções de processo que a Câmara recebeu nos últimos anos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu posso dizer com toda a tranquilidade – e falo não como Vice-Presidente do Fase, cujo Presidente está aqui, o Mário Menel, mas falo como Presidente da Abraceel e parte integrante do Fase, alguém que participou ativamente do trabalho que nós pretendemos entregar até o final da semana – que, no setor elétrico, a abertura de mercado também está consensuada. E isso deverá aparecer no relatório do Fase, pelo menos é a percepção que eu, Rodrigo, tenho, e deverá aparecer de forma muito contundente.

Agora é importante perceber, Senador... Quem é que está de fora hoje do mercado livre? O mercado livre já é uma realidade, ele atende aproximadamente 42% da carga do Brasil, 95% da carga industrial, mas o fato é que 200 mil indústrias e comércios têm acesso ao mercado livre, mas 6,4 milhões comércios e indústrias não têm acesso ao mercado livre. E a única fronteira que os divide é uma fronteira técnica que está localizada no nível de tensão, mas no nível de tensão não há nenhuma justificativa para separar esses dois mundos entre mercado cativo e mercado livre. Então, é muito importante que, já em agosto de 2026, conforme prevê a Medida Provisória 1.300, o mercado livre alcance essa parte do comércio e da indústria que não tem acesso a esse mercado simplesmente pelo nível de tensão, que não é nenhum óbice para que isso os alcance.

E também a sociedade brasileira, 220 milhões de consumidores não têm acesso ao mercado livre, e há uma distorção muito grande na classe residencial: uma parte da classe residencial tem acesso à tarifa social de energia elétrica, que adequadamente acabou de ser revisitada; uma outra parte, do outro lado desse pêndulo, uma classe social mais favorecida, tem crédito, telhado ou recurso financeiro para realizar projetos de MMGD e consegue, dessa forma, organizar de forma mais econômica o seu fornecimento de energia; e o grosso do Brasil, a classe média brasileira, está preso num Brasil esquecido, sem nenhum artifício, sem nenhuma condição de administrar e comprar energia de forma competitiva.

Agora, independentemente de toda essa tramitação que já ocorreu sobre esse assunto no Congresso Nacional, a Lei 9.074, cujo Relator está aqui sentado, o Deputado José Carlos Aleluia, lei de 1995, que, portanto, completa 30 anos, confere ao poder concedente o direito de estabelecer um cronograma. E assim o ministério tem feito. Foi assim com a Portaria 50, que estendeu o mercado livre para todos os consumidores do Grupo A.

Então, por que o Governo não editou um decreto presidencial ou uma portaria e encaminhou ao Congresso Nacional um cronograma? Porque, para que essa abertura seja equilibrada e alcance 220 milhões de consumidores, tem três medidas que dependem essencialmente do Congresso Nacional. São medidas que precisam aparecer em leis. E eu queria citar essas três medidas.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira é a criação do agente supridor de última instância, que é uma figura que já existe em todos os mercados liberalizados, é uma proteção para o consumidor que viabiliza a continuidade do fornecimento de energia elétrica caso o fornecedor escolhido por aquele consumidor tenha dificuldade de continuar atendendo.

O encargo de sobrecontratação. A energia que sobra com a distribuidora e gera para a distribuidora exposição involuntária precisa ser redividida entre todos os consumidores e não apenas alocada nos consumidores do mercado cativo, como hoje é feito. Essa sobrecontratação involuntária pode ser um ônus, mas ela pode ser um bônus também, depende essencialmente do valor de venda na hora em que a distribuidora for colocar de novo essa energia no mercado. Quando nós olhamos para os últimos dez anos, nós percebemos que isso teria ocasionado um bônus para o consumidor da ordem de R\$10 bilhões ao ano, haja vista que, em média, nos últimos dez anos – isso eu estou olhando de 2024 para trás –, o preço médio do mercado *spot* foi, em alguns momentos, bastante maior do que o preço médio praticado pelas distribuidoras. Então, essa conta de sobrecontratação precisa ser acessada por todos os consumidores, e não localizada só no mercado cativo.

E a terceira proposta é o não oferecimento de um incentivo econômico para que o consumidor de baixa tensão compre energia incentivada, por dois motivos. Primeiro, o gerador de energia incentivada já não precisa mais de incentivo econômico para vender essa energia; ele já é competitivo. O subsídio que existe hoje nas fontes incentivadas tem mais de 20 anos. Eles foram necessários no início, mas não são mais. E também não faz nenhum sentido dar um incentivo para o consumidor comprar uma energia que ele já compraria. Ele já compraria, porque a energia incentivada, a energia renovável é a energia que o consumidor quer comprar, e, no Brasil, é a energia mais barata e mais competitiva. Então, o mercado livre é o modelo comercial da transição energética. Primeiro, porque descentraliza o poder de compra do consumidor. Transição energética é caracterizada no mundo por três "d": descarbonização, descentralização e digitalização. O consumidor já pode, alguns, gerar a sua energia descentralizada, mas, por sua vontade, Senador, todos os consumidores, do dia para a noite, poderão comprar a sua energia de forma descentralizada, inserindo o Brasil definitivamente no mapa dos países mais modernos no âmbito de desenhos de mercado, como é toda a Europa, a Austrália, o Japão, a Coreia do Sul e 18 estados norte-americanos.

Por fim, é importante salientar – falando especificamente sobre o teto da CDE, Senador – que é fundamental que se coloque um limite na CDE. A CDE cresce a passos largos. Começamos o ano falando em 40 bilhões, estamos terminando o ano falando em 50 bilhões. O fato é que a MP 1.300,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de forma acertada, revisitou a política de tarifa social no Brasil, o que ocasionará, inevitavelmente, um aumento de custos na CDE que poderá chegar, segundo consultorias de mercado, a R\$7 bilhões para os próximos anos, e de forma crescente – fala-se entre 3, 4 bilhões, e algumas consultorias chegam a falar em R\$7 bilhões.

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO FERREIRA – A abertura de mercado seria a contrapartida para o consumidor da classe média, que vai pagar essa conta, porque o mercado livre é mais competitivo por vários motivos, não só porque na ponta do consumidor terão mais de cem fornecedores disputando aquela conta, como ela também causa uma nova dinâmica no segmento de geração, sem causar nenhum impacto no atendimento dos recursos de segurança energética, porque isso confere ao poder concedente.

Toda vez que o poder concedente identificar, através do Operador Nacional do Sistema ou da Empresa de Pesquisa Energética, que falta algum atributo a ser contratado, como flexibilidade aos atributos térmicos, realiza-se leilão de reserva de capacidade, como será feito em 2026, foi feito em 2022, e rateia-se esse custo por todos os consumidores. Então, o mercado livre não causa nenhum impacto no que tange à segurança energética, ainda que ele dê um *drive* de expansão para as fontes renováveis de energia elétrica, que é a grande vocação do Brasil, sem prejuízo de nós precisarmos, demandarmos e termos interesse na continuidade da expansão do parque térmico, que é necessário justamente para que a gente possa usufruir dos benefícios naturais que Deus nos deu.

Então, Deputado Fernando Filho e Senador Eduardo Braga, eu faço um apelo para que o Congresso Nacional, de novo, possa deliberar e possa discutir, na MP 1.304, a parte que trata de mercado livre – está certo? – e a parte que trata do teto da CDE, sendo que, no teto da CDE, no nosso entendimento isso é uma discussão densa, ampla, que deveria ser feita com uma participação expressiva do setor elétrico, porque vai mexer em contratos existentes e vai mexer em diversos arranjos existentes que conferem a expansão do setor.

Mas, se essa medida for adotada desde já, no âmbito da MP 1.304, portanto, até o dia 7 de novembro, eu quero concordar com o que mostrou o Diretor-Geral da Aneel: que o teto seja o teto de 2025 e indexado à inflação, porque senão a única certeza que a gente tem é que, no ano seguinte de determinado um teto, ele já será extrapolado pela própria inflação, que recairá sobre apenas poucos consumidores que em algum momento receberam um chamado do Congresso Nacional para empreender ou comprar energia renovável no Brasil.

Então, é esse o apelo que eu faço, e agradeço mais uma vez pela oportunidade.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Obrigado, Dr. Rodrigo.

Agora, Ricardo Brandão, pela Abradee, também.

O SR. RICARDO BRANDÃO (Para expor.) – Obrigado, Deputado Fernando Coelho Filho e Senador Eduardo Braga.

Saúdo também aqui, na pessoa do Mário Menel, as outras associações do Fase e aos participantes desta audiência pública.

Bom, o setor elétrico há muito tempo anseia por uma medida de modernização. O Deputado Fernando Coelho liderou uma equipe que buscou fazer essa proposta de modernização – até o mencionado aqui, pelo Rodrigo, que é o PL hoje 414, que está aqui na Câmara –, mas é uma chance agora, por meio das MPs 1.300 e 1.304, a gente resgatar essas ideias, esses princípios de uma abertura de mercado, de uma transição energética que seja justa para todos.

Eu destaco alguns pontos aqui das duas MPs. Em relação à MP 1.304, a Abradee apoia integralmente a ideia de se estabelecer um teto para a CDE. É bem-vindo o estabelecimento desse teto, mas também entendemos que o teto deveria ser do ano de 2025 e não de 2026, exatamente para que isso já tenha um efeito mais imediato na forma como está colocada na MP.

Ainda da MP 1.304, também saudamos a reestruturação do art. 1º, §1º da lei da privatização da Eletrobras, porque, de fato, ali se traz um equilíbrio na contratação das fontes, de forma que elas estejam mais adequadas, mais orientadas ao que está colocado no planejamento setorial, no plano decenal, no PDE 2050. E também há um dispositivo ali, bastante interessante, que estabelece que esse crescimento dessas contratações estabelecidas ali na lei tem que estar, de alguma maneira, calcado no planejamento setorial.

Agora, em relação à MP 1.300, que trata principalmente da abertura de mercado, nós temos, de fato, muita convergência em relação a esse ponto. As distribuidoras vêm aqui, porque todas as distorções em políticas públicas, todas ineficiências, em geral, todas rebatem, no final das contas, em cima da distribuição. E é o consumidor regulado que acaba pagando por essas distorções. Então, a abertura de mercado é importante, desde que ela esteja buscando extrair eficiência e não crescimento dos subsídios, que é o que infelizmente aconteceu com a abertura do Grupo A. A gente tem agora uma oportunidade de corrigir essas distorções fazendo a abertura do consumidor de baixa tensão da forma correta. Concordamos, como colocado pelo Rodrigo Ferreira, que o encargo de sobrecontratação é fundamental, não tem como haver abertura de mercado sem ter o encargo de sobrecontratação, que é para esse... Toda migração hoje provoca uma sobrecontratação que





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

provoca um aumento na tarifa, sendo que o art. 15, §5º, da Lei nº 9.074, diz que a decisão do consumidor de migrar para o mercado livre não deveria aumentar a tarifa dos que ficam, e infelizmente isso acontece, não só pela sobrecontratação, mas também porque as fontes de energia mais caras acabam ficando com o consumidor regulado. Além do encargo de sobrecontratação, é importante também a figura do supridor de última instância. Não há como haver abertura de mercado sem ter essa figura, que, na verdade, é uma proteção para o mercado, mas principalmente para o consumidor.

Outro elemento importante, também destacado pelo Rodrigo, com o qual concordamos, é a vedação da aplicação do desconto de fonte incentivada para o consumidor de baixa tensão. Além dos argumentos já trazidos aqui pelo Rodrigo, com os quais concordamos integralmente, ainda tem o efeito do aumento do subsídio. A Consultoria PSR fez o cálculo de quanto seria o efeito da abertura de mercado de baixa tensão com o desconto, isso triplicaria o valor hoje, que já é bastante elevado, de 13 bilhões do desconto de fonte incentivada na CDE. Além disso, tem outros dispositivos que estão lá na 1.300 que precisam ser resgatados, porque também são fundamentais para essa abertura de mercado.

Outro deles é a separação de D&C, a separação das atividades de distribuição e comercialização regulada. Esse é um dispositivo que estava na 1.300 e é fundamental que seja resgatado aqui também.

Outro ponto, acho que trazido por vários dos oradores aqui, é a necessidade de a gente ter uma modernização das nossas tarifas. E aí estavam também destacadas na MP 1.300 as tarifas multipartes. É fundamental e a gente tem visto aqui como é importante dar sinal de preço, especialmente sinal de preço horário. A gente enfrenta hoje uma situação de *curtailment* principalmente pela falta de consumo no momento em que se tem maior produção de energia. E por outro lado, no final da tarde, a gente tem uma rampa de mais de 30GW, é a carga da Espanha como um todo em uma rampa de três horas. Então, é fundamental ter esse sinal de preço por conta da tarifa multipartes.

Houve até uma discussão, por ocasião do debate da MP 1.300, se essa tarifa multipartes afeta os usuários de geração distribuída. Isso não afeta. Especialmente o usuário de GD I, aquele que vai até 2045, ele tem a proteção ali da Lei 14.300. Quando a gente fala em tarifa multipartes e sinal horário, a gente está falando especialmente de Fio B. E esse usuário de GD, ele não paga Fio B. Aliás, ele não paga o fio, nem o Fio B, nem o Fio A. Então, ele não é afetado por isso, mas é importante que esse sinal de preço seja colocado, não só para a gente modernizar as tarifas, mas para também, no âmbito da abertura de mercado, os comercializadores varejistas darem produtos para os





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

consumidores que tenham sinal horário. É importante que esse sinal esteja não só na energia, mas também colocado no fio.

Gostaria, Senador e Deputado, de destacar a importância de a gente trazer todos esses pontos aqui para o debate, porque, infelizmente, eles ficaram na MP 1.300, mas é importante que eles sejam resgatados aqui para a MP 1.304. A gente enfrenta hoje uma transição energética bastante caótica em que poucos são beneficiados por essa transição, a maioria dos consumidores não está sendo.

E, por fim, só gostaria de destacar aí o meu ponto de discordância em relação a Abraceel, em relação ao prazo. A gente vê nos países que fizeram o processo de abertura de mercado prazos de até cinco anos, e a gente está propondo uma abertura do mercado de baixa tensão para 6,5 milhões de consumidores comerciais e industriais em agosto de 2026, na redação da MP 1.300. Esse prazo é absolutamente insuficiente para que saia um decreto regulamentando essa abertura e depois a regulação da Aneel para disciplinar essa abertura, e também para que as distribuidoras e os comercializadores varejistas possam se adaptar a esse processo.

Então, esse prazo de agosto de 2026, colocado na MP 1.300, na nossa avaliação, é inviável. E uma abertura desorganizada só provoca mais impacto para o consumidor regulado.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO BRANDÃO – Então, na nossa avaliação, essa questão do prazo também é fundamental, uma adequação de prazo para que se possa fazer um escalonamento dessa abertura.

Então, agradeço a todos, em nome da Abradee.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Obrigado, Ricardo Brandão.

Eu queria agradecer aos três expositores. A gente tem dois convidados para poder encerrar as apresentações de hoje. Nós temos audiência pública convocada para amanhã, às 14h30, e também quinta-feira, às 9h30 da manhã. Vários dos requerimentos que nós recebemos dos presentes aqui já foram contemplados. Então, outros falarão, como eu falei, na audiência pública de amanhã e de quinta-feira. As últimas duas intervenções, antes de eu abrir para os Parlamentares, serão do Dr. Marcos Lopomo, da Abegás, Diretor da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado, e do Dr. Heber Galarce, do Inel (Instituto Nacional de Energia Limpa).

Então, eu entendo aqui que a gente atendeu todas as convocações, os requerimentos que foram aqui feitos dos presentes e, com isso, a gente segue, sem abrir mais para novos convidados, tendo em vista que já tem oito convidados para amanhã e seis para quinta-feira, senão a gente acaba





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

tornando muito extenso, sem ter a oportunidade de os Parlamentares poderem fazer também as suas intervenções. Então, tão logo feitas essas últimas duas intervenções, eu vou abrir para quem quiser se inscrever, dos Parlamentares.

Dr. Marcos, dez minutos.

O SR. MARCOS LOPOMO (Para expor.) – Obrigado pela oportunidade, Deputado Fernando Coelho, Senador Eduardo Braga.

Eu tenho uma apresentação aqui. Rapidamente vou apresentar a Abegás.

A Abegás representa as distribuidoras de gás natural em todo o país. Também somos representantes no IGU (International Gas Union). Estes são os nossos associados, os distribuidores e os investidores também no setor de distribuição de gás natural. Aqui estão as distribuições de todas as concessionárias de gás canalizado no país.

Bom, obrigado pela oportunidade. Esta matéria envolve muito o setor elétrico, e aqui se abre um espaço também para falar de gás natural. Eu, que sou engenheiro eletricista, fico feliz, porque acho que o planejamento energético do nosso país nunca deveria ter distanciado o gás da energia elétrica. Eu acho que a gente tem que retomar isso; as circunstâncias vivenciadas hoje em dia no setor elétrico acho que são a prova disso.

O consumo de gás natural no Brasil teve seu pico basicamente em 2014. De lá para cá, ele vive uma estagnação, em especial em relação aos preços que são colocados, e um grande volume disso, como já mencionado aqui, inclusive, é uma estagnação da indústria. A gente tem até uma retomada ali em 2025, mas é possível ver, de 2014 para 2025, que temos um espaço muito grande de crescimento rápido, se tivermos uma sinalização de preço no gás natural.

A expansão da infraestrutura de gás natural nos últimos 15 anos tem se dado basicamente, Deputado, pela distribuição de gás. Nós mais do que dobramos a extensão da rede de distribuição de gás natural no país. O transporte tem se mantido ali com um determinado nível de estabilidade, por volta de 10 mil quilômetros, e a distribuição passou dos 20 mil para cerca de 46 mil quilômetros, atendendo de forma capilarizada todos os segmentos.

Aqui vem o ponto que basicamente nos traz uma preocupação, que é a reinjeção do gás natural. Nós temos o gás natural, nós desassociamos o gás natural do petróleo e reinjetamos grande parte do gás natural. Entendemos que, por aspectos técnicos, isso tem uma certa importância, mas os níveis de reinjeção a que chegamos no ano de 2025 são muito, muito elevados. Então, este é um ponto em que eu acho que a gente precisa se debruçar: o que queremos do nosso gás. O mundo





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

inteiro vem utilizando o gás natural como um insumo essencial para transição energética. No Brasil, nós o temos, podemos aproveitá-lo e não o estamos utilizando. Esse é um ponto que fala bastante com a MP.

O que o mercado espera do gás natural é: o aumento da oferta do gás natural nacional; um gás que venha com preços competitivos; leilões regulares de gás; e diversificação de oferta. Porém, no momento, o que a gente vê é que custos de acesso à infraestrutura, em especial o escoamento e – ali está "produção", mas é "processamento" – o processamento, que são operados hoje pela Petrobras, dificultam que o mercado tenha acesso a preços mais competitivos desse gás nacional.

A EPE realizou um estudo de custos dessa infraestrutura de escoamento e de produção que identifica que eles são muito superiores àquilo que efetivamente custa. Então, o que se espera é que, dando acesso a esse escoamento e processamento com custos inferiores, a gente consiga ter um choque de preço de gás competitivo. E isso seria muito relevante para todos os cenários não só para a indústria – aqui, a Abrace comentou a indústria –, mas também para o setor elétrico.

O uso desse gás no setor elétrico... E, retomando um pouquinho o começo da minha carreira, em que a gente falava no setor hidrotérmico, qual a importância que tinha o gás natural para poder favorecer o atributo de segurança energética? Isso contando com usinas de reservatório. Agora, a gente vivenciou um período muito grande, muito importante, de crescimento de renováveis, de usinas que não trazem a mesma flexibilidade. Vemos, ao longo dos últimos anos, um uso dos nossos reservatórios até então implantados de forma muito intensa. E o gás, que é um provedor dessa segurança energética no mundo inteiro, talvez sendo colocado um pouco de lado nesse processo.

A gente tem uma oportunidade aqui, com esse gás que está sendo reinjetado, de colocá-lo para a costa a preços melhores, fazendo esse uso da melhor forma possível.

O gás natural hoje é um elemento de redução de emissões em setores que são muito difíceis de abater. Então, por exemplo, a distribuição de gás vem apostando muito na substituição do diesel. É possível reduzir sensivelmente as emissões com o uso do gás natural em rotas de transporte pesado. Nós temos rotas que são feitas por veículos pesados, por caminhões, que são sempre as mesmas rotas dirigidas a portos. E uma infraestrutura de gás natural permite ao nosso país reduzir as emissões em setores que são muito difíceis. E hoje a gente importa diesel.

O biometano vem surgindo como um combustível que zera essas emissões, que pode ser colocado na rede de gás natural e pode ser utilizado também. Então, nós, graças a Deus, temos um país muito rico em atributos. Foi colocado aqui, a gente tem uma diversidade enorme. Por que a gente não está olhando para aquele gás que está sendo reinjetado?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso do vínculo, mais necessariamente do vínculo com o setor elétrico, a geração termoeletrica é essencial não só para produzir flexibilidade, mas também energia firme. Se tivermos usinas produzindo energia firme com gás natural, nós melhoramos a segurança energética por um simples aspecto: nós liberamos os reservatórios de energia elétrica para continuar com esse atributo, o que ele já vem fazendo muito bem, mas com um risco sendo ampliado. O gás natural também para usinas termoeletricas pode ser muito interessante. Quando você utiliza, por exemplo, uma usina de ciclo aberto, é possível você usar o gás natural como um provedor de segurança energética. E daí nós temos agora o leilão de reserva de capacidade com esse tipo de tecnologia, sendo provedor desse atributo para o setor elétrico. Então, recomendamos que o país olhe para as usinas termoeletricas a gás natural inflexíveis também, justamente para preservar o reservatório das hidrelétricas.

Qual é o impacto esperado dessas medidas? O choque no valor do gás. A comercialização do gás da União e melhores condições e preços de acesso à infraestrutura de escoamento e processamento podem reduzir custos e representar um marco de retomada na competitividade do gás natural do país. Com isso, teremos redução de custos, aumento dessa oferta, leilões competitivos e preços competitivos.

É isso que gostaríamos de trazer.

Espero ter ocupado bem o tempo aqui.

Obrigado pela oportunidade mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Obrigado, Dr. Marcos.

Heber, pelo Inel.

O SR. HEBER GALARCE (Para expor.) – Boa tarde a todos os participantes desta Comissão.

Eu queria saudar e cumprimentar todos os Deputados participantes e também os dirigentes do setor elétrico. Quero cumprimentar os colegas do setor: Ronaldo Koloszuk, Presidente da Absolar – levante a mão, por gentileza –; o Hewerton, do MSL; e o Presidente da ABGD. Eles não puderam participar, está muito cheia – não é, Presidente? – a mesa, mas eu vou tentar trazer um pouquinho do nosso sentimento. Acho que a palavra é "sentimento".

Antes de falar um pouquinho do porquê chegamos até aqui, eu queria parabenizar o senhor, Deputado Fernando, e o senhor também, Senador Eduardo Braga, porque esta conversa que a gente está tendo aqui, com todo esse pessoal extremamente qualificado, a gente poderia ter começado





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

há três anos e a gente está começando só agora. Então, eu quero, na minha admiração pessoal, cumprimentá-los pelo esforço e pelo desafio que é escutar tanta gente, tanta liderança de setor – cada um com a obrigação de voltar daqui com um pedaço para si –, e a gente está sobreofertado. É uma confusão – não é, Senador Eduardo? – muito grande.

Vamos lá! Por que a gente chegou até aqui? Acho que todo mundo já tem concluído: erramos um pouquinho o planejamentos, o descompasso, e agora a gente precisa resolver. Vamos sair disso aqui? Óbvio, com todos vocês juntos.

Eu queria fazer uma provocação, Presidente Sandoval, da Aneel, justamente porque o quadro que o senhor trouxe é muito grave – o do subsidiômetro de R\$48 bilhões. Vocês sabem qual é a melhor maneira de mostrar que a pessoa que está gerando energia solar dentro da sua casa, em cima do seu telhado, quer participar, e nós, setorialmente, também queremos não ser um problema? Tem uma proposta: a gente podia zerar o subsidiômetro para todos, de maneira horizontal. Essa é uma forma boa de competição, porque a gente equilibra, a gente consegue igualdade. A melhor notícia política que a gente podia dar é que exterminamos o subsidiômetro da Aneel. Todos competem a custo zero. Essa é uma proposta.

A segunda coisa. Em cima da potência e em cima também dos consumidores, a gente tem hoje 6,5 milhões de consumidores aproximadamente e 3,7 milhões de sistemas. Essas pessoas, essas iniciativas foram a custo privado, muitas vezes financiado. Vocês sabem que o juros do Brasil são muito altos. Então, essas pessoas não estão buscando brigar com uma fonte ou não têm, na verdade, a falta de curiosidade, numa eventual abertura do mercado livre ou oferta do gás natural, de conhecer uma segunda fonte. O que essas pessoas aqui falam silenciosamente é que elas querem uma liberdade, uma alternativa a um sistema ineficiente, antigo, centralizado e resistente a novas tecnologias, resistente à descentralização, resistente à participação de, por exemplo, uma bateria, via eletroquímica, para o armazenamento. Então, se a gente for falar de ineficiências e altos custos, a gente tem muita gente para chamar para esta mesa.

E, quando eu falo na proposta de subsidiômetro zero, Presidente Sandoval – vi o senhor sorrindo, também estou sorrindo, mas é positivo –, seria uma forma de igualar o jogo e tirar de cima da CDE esse peso. Vamos liquidar a CDE juntos, a gente dá as mãos para fazer isso.

Agora, o que é uma pena? Nós estamos, se eu não me engano, na terceira ou indo para a quarta – não é, Senador Eduardo Braga? – em termos de medidas provisórias que podem afetar o setor elétrico. Não é isso? E torcendo para o Redata: "Vamos chamar mais gente, mais consumo, mais gente para diminuir..."; "Já que está sobreofertado, precisamos ofertar energia!".





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Brasil, como a gente estava conversando outro dia com o pessoal da soja, o pessoal do agro, nós temos duas vantagens. À parte da industrialização, a gente vai muito bem, parado... Nós podemos alimentar o mundo, ser o celeiro do mundo. Tudo bem, falta ainda área produtiva, a gente pode aumentar isso no Nordeste... O Presidente da Frepel aqui, Deputado Lafayette de Andrada, faz um trabalho fantástico, defendendo a energia limpa também. No dia do almoço, uma das pessoas da bancada do agro falou: "E se a gente colocar uma área para cultivar onde é semiárido? Vamos, sei lá, dessalinizar a água...". E estávamos pensando em coisas grandiosas para reforçar, Senador Eduardo, a nossa vocação. A outra é a nossa vantagem geográfica para sol e vento. Não podemos, de um lado, ter essa abundância e disponibilidade de capital, de investimento, de investidores e, do outro lado, ter a tarifa mais cara, mas também não podemos ficar brigando e não resolver esse problema.

De novo, sei que parece entusiasmo, mas, pela terceira vez, Deputado Fernando e Senador Eduardo, é muito louvável e muito importante o que os senhores estão fazendo aqui, porque, normalmente, essas conversas não acontecem, e chega -se à plenária para a votação em pouquíssimo tempo, e aí tem aquele desgaste, aquela discordância, etc. Esta abertura aqui é fantástica. Esta é uma semana fantástica de esclarecimentos para isso.

Quais são as nossas expectativas com relação a MMGD, mini e microgeração, energia no telhado, energia solar? Nós não gostaríamos – isto aqui está sendo filmado, este é um dia talvez muito bom ou talvez muito ruim; a história, daqui a alguns meses ou na virada de ano, vai nos responsabilizar por isso – de ter que passar para o cidadão o seguinte: nós não conseguimos encaminhar a manutenção, a existência da mini e da microgeração e tiramos o seu direito, com o seu investimento, de gerar a sua própria energia no seu telhado, porque o nosso setor é ineficiente, porque não temos diálogo. E, muitas vezes, em várias Comissões, eu tenho dito o seguinte: nós precisávamos – e eu fiz essas críticas, que não foram bem recebidas, mas sempre de caráter respeitoso – ter iniciado um diálogo com qualidade há muito tempo. Esses diálogos não foram feitos até agora. E aí o Senador Eduardo e o Deputado Fernando Coelho resgatam o diálogo. Por isso, têm a nossa gratidão, o nosso apreço.

Não adianta tratorar, não adianta enfiar uma MP ou duas, três, quatro... "Ah, se não cair essa, no próximo ano, a gente coloca mais uma, talvez passe nessa." Ou, então: "Cada um que lute pelo seu quinhão". Foi uma das coisas mais irresponsáveis que eu já ouvi num setor elétrico altamente complexo e que precisa de diálogo extremo. Está cada um lutando pelo seu quinhão. Alguém levou muito quinhão para casa? Eu não vi. A gente está perdendo o quinhão que é uma placa no telhado aqui, que foi paga pelo dinheiro do próprio consumidor.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Eduardo Braga e Deputado Fernando, o que eu peço, em nome das pessoas que estão assistindo isto aqui, em nome dos Deputados eleitos pelo povo, em nome dos senhores que nunca se furtaram a corrigir erros, desvios ou coisas que não sejam justas, que a liberdade do cidadão em casa de sair de um sistema ineficiente... E que ele volte a ser eficiente o antes possível, que, de repente, o próximo Ministro de Energia dialogue o tanto que a gente está dialogando aqui, com todos nós, mas que, enquanto isso não acontece, a gente consiga encontrar os meios para que mini, microgeração não seja cortada, não seja enterrada.

A gente tem poucas coisas... Quando a gente fala de orçamento, o Governo está atrás de orçamento o tempo todo. Quando o sujeito compra o seu próprio equipamento ou financia a um juro altíssimo, ele assumiu o ônus, ele assumiu a responsabilidade. Isso sem falar que o futuro é esse. A gente só está adiando uma porta de futuro. A gente não quer se conectar com o futuro! O cidadão hoje, em casa, não quer se desconectar do Brasil; ele só quer se conectar com o econômico, com o novo, com o futuro. E nisso a gente tem muita responsabilidade. Não podemos nos furtar e tirar essa alternativa dele.

E eu espero sinceramente que haja abertura de mercado. Espero, como o colega do gás comentou aqui, que tem as suas expectativas, que consiga emplacar. Cadê a Marisete, que faz uma defesa muito boa agora de uma entidade que ela está presidindo? Falávamos de hídrico, de não ser remunerados, enfim, de armazenamento. Também acho que tem correções por isso, mas esse incentivo ao desgaste, aos paralelismos e a agendas individuais sendo defendidas a todo custo não nos vai fazer chegar a lugar nenhum.

Para terminar, Senador Eduardo e Deputado Fernando, queria depois seu compromisso de poder entregar aos senhores, porque são documentos técnicos... Nós, com muita responsabilidade, no setor, junto com as demais entidades, desenvolvemos algumas aplicações. Achemos, assim como foi a Lei 14.300, que não é o que a gente queria, que perdemos um dedo; de repente, todos juntos perdemos mais um pouquinho e ajustamos. Acho que esse é o caminho do consenso, da convergência, o que foi falado aqui. Então, que a gente tivesse oportunidade, eventualmente, por 10, 15 minutos, de visitar os senhores para entregar isso como um gesto, torcendo para que os senhores conduzam isso da melhor maneira, como estão fazendo agora.

E, de novo, queria parabenizá-los.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Obrigado, Dr. Heber.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria agradecer a Marcos e a Heber pela intervenção.

Eu vou abrir para o Relator poder fazer algumas considerações. Depois, se algum Parlamentar quiser falar... E a gente faz as formalidades aqui só da aprovação dos requerimentos, porque a gente já iniciou essas oitivas, mas para os próximos dias... E a gente encerra a audiência pública por hoje.

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM. Como Relator.) – Presidente Fernando Coelho Filho, colegas Senadores, colegas Senadoras, colegas Deputados, colegas Deputadas, senhores representantes das entidades aqui presentes, senhores representantes das entidades que participaram desta audiência pública, mais uma vez, meu querido Fernando Filho, quando da MP 1.300, que eu presidi e o Fernando Filho relatou, nós anunciamos que deixaríamos o debate do setor elétrico para a MP 1.304, em função de circunstâncias políticas que acabaram deixando o tempo da MP 1.300 muito escasso e de que nós tínhamos um compromisso com a nação brasileira, principalmente, com os brasileiros consumidores de baixa renda que seriam beneficiados pela Tarifa Social. Buscamos fazer uma MP 1.300 enxuta. Eu já tive a oportunidade de cumprimentar e elogiar o Senador, aliás, o Deputado Fernando Filho – é o cacoete com o pai do Fernando Filho e, quem sabe, uma premonição do que poderá acontecer com o filho –, mas já tive a oportunidade, quando da sanção da lei de conversão da MP 1.300, de fazê-lo publicamente.

Eu queria fazer algumas colocações informativas.

Lamento que alguns que participaram da audiência pública não ficaram para ouvir o debate sobre a audiência pública e se retiraram, mas o que nós estamos demonstrando na reunião de hoje é que estamos cumprindo com a palavra para com o setor elétrico. Nós vamos dedicar toda esta semana ao debate com todo o setor.

E aqui está presente a Tatiana, Chefe de Gabinete da Liderança do MDB e Chefe da minha Assessoria Parlamentar, que coordena o grupo técnico que está acompanhando esta MP. Eu sugiro a todos aqueles que tentam falar comigo e não conseguem, pelas múltiplas funções que exerço, conversarem com a Sra. Tatiana e com a Sra. Valéria, que é a minha Chefe de Gabinete, no meu gabinete de Parlamentar do Senado da República; e que apresentem sugestões, que apresentem as suas emendas, que apresentem os seus argumentos para que nós possamos ter acesso a todas as ponderações. Assim é o nosso estilo e assim foi o nosso compromisso, meu e de Fernando, para com todo o Congresso Nacional, para com todo o setor elétrico brasileiro e para com a sociedade brasileira.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A terceira coisa que eu quero dizer é que nós procuraremos cumprir um prazo nesta Comissão que dê tempo ao Plenário da Câmara para o debate e para a votação, para que este projeto possa chegar – ou esta medida provisória possa chegar – ao Plenário do Senado não no apagar das luzes e, assim, cada Parlamentar que porventura não participe da Comissão tenha o seu direito regimental assegurado de poder contribuir com o debate, contribuir com ideias para o aprimoramento de algo que eu reputo extremamente importante, porque o setor elétrico brasileiro não aguenta mais remendo.

Eu ouvi algumas pessoas aqui dizerem assim: "Não, porque o futuro do armazenamento...". Amigo, se nós queremos continuar incrementando as fontes alternativas de energia, Danilo, nós precisamos investir em armazenamento de energia, porque energia que não é firme é uma energia que tem um custo muito caro à sociedade brasileira. (*Palmas.*)

Segundo, nós precisamos voltar a ter capacidade de investimento em projetos estruturantes. O fim do mercado regulado não pode significar o fim da capacidade de financiamento de geração e de transmissão em alta e em subtransmissão, sob pena de nós estarmos levando o sistema elétrico e energético brasileiro à falência e à insegurança energética. A pior e a mais cara de todas as energias é a que nós não temos.

Não me venham com a história de que a energia alternativa é a mais barata. Ela será mais barata se ela for firme e só será firme se, no custo do megawatt-hora, ela tiver o carregamento do armazenamento dessa energia.

E nós não podemos contratar energia sem ponto de conexão. Isso é um crime contra a sociedade e contra a economia brasileira. O empresário que participa de leilão, conscientemente, sem o ponto de conexão está fazendo isso sabendo que não tem como entregar a energia que ele está gerando. A responsabilidade é dele, não é do consumidor – não é do consumidor –, e o consumidor não pode ser onerado por isso. Essa é a minha opinião como Relator.

Eu sempre disse, em todas as matérias que eu relatei neste Congresso, que a minha opinião é apenas uma. O relatório será aquilo que for o consenso da maioria dos Parlamentares da Comissão, o consenso da maioria da Casa da Câmara dos Deputados, o consenso da maioria da Casa do Senado da República e o consenso do Poder Executivo naquilo que lhe compete quando da sanção, que é o direito ao veto. E depois o Congresso se manifestará se mantém ou se derruba o veto.

Agora, nós não podemos olhar apenas para o nosso umbigo e achar que os nossos interesses estarão acima do interesse da sociedade, do consumidor e da economia brasileira.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vivemos uma dicotomia no Brasil. O Brasil é um país que gera energia barata e, do outro lado, é um país que cobra uma das tarifas de energia mais caras do mundo, que inviabiliza setores da indústria brasileira que exportam recursos naturais não renováveis, porque o insumo principal para a transformação desse recurso natural é a energia elétrica, e o custo da energia elétrica brasileira inviabiliza esse investimento. O Brasil exporta esse recurso não renovável, findo, sem imposto e importa o produto final do minério que nós exportamos, importa o óleo de soja da soja que nós exportamos. Portanto, essa janela de *commodity* mineral e alimentar é uma curva tendente a zero, olhando o futuro das gerações.

Amigos, eu quero dizer que a disposição nossa, minha e do Fernando, é a de enfrentar os problemas e não tentar fazer remendos, é tentar encontrar soluções. Nós vamos nos dedicar muito.

Nós temos graves e sérios problemas na subtransmissão. Quando defendemos a geração distribuída – e olhem, na geração distribuída, eu tive participação direta como Ministro de Minas e Energia –, ela não pode sobreviver com uma rede de baixa velha, antiquada, ultrapassada, que não investiu em *smart grid*, que não investiu em modernização da rede de baixa. Portanto, há um encargo a ser pago para que você possa ter o retorno do seu investimento sem desequilibrar o sistema. Esse é um sistema em que todos nós temos que ter um equilíbrio – todos nós temos que ter um equilíbrio. Nós não podemos desprezar nenhuma das fontes de energia, nós não podemos desprezar a biomassa, não podemos desprezar a PCH, não podemos discutir a questão dos reservatórios hídricos... Os reservatórios hídricos não têm apenas função de geração de energia elétrica, eles têm a função de segurança alimentar, eles têm a função de segurança de abastecimento de água, eles têm função de segurança nacional. Portanto, nós precisamos enfrentar de uma vez por todas esse preconceito que ficou lá atrás, ultrapassado pelas novas tecnologias, que nós não temos coragem de enfrentar. Enquanto isso, fazemos investimentos gigantescos em hidrelétricas de fio d'água para gerar energia durante quatro meses e criando grandes desequilíbrios no setor.

O Brasil precisa ter coragem de discutir os problemas, precisa ter coragem de enfrentar os custos políticos do enfrentamento desses problemas.

Eu sei que nós não temos também tanto tempo assim, mas nós temos disposição, tanto eu quanto o Deputado Fernando Filho, bem como os membros desta Comissão, e quero conclamar o setor para que nós possamos ter a contribuição dos senhores.

Eu ouvi, ainda há pouco, uma afirmação de que nós estamos reinjetando mais gás do que precisamos. Os FPSO, que foram construídos para a exploração do pré-sal, foram construídos sob certas premissas. Nós precisamos ter avaliações técnicas e contribuições técnicas para contra-





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

argumentar aquilo que eu acho que é um absurdo! Como é que eu tenho um FPSO em pleno alto mar e eu não consigo misturar água com gás para manter a pressão igual a 1 dentro do reservatório? E tenho que negar ao povo brasileiro uma matriz energética tão importante como o gás natural, que não é importante apenas para gerar energia firme, não; ele é importante para produzir ureia, ele é importante para fazer a independência do Brasil para os fertilizantes. Nós somos um país produtor do agronegócio e importador de fertilizantes, porque não sabemos usar o recurso natural que Deus nos deu e não temos a capacidade de construir uma infraestrutura para viabilizá-lo.

Eu estou apenas fazendo algumas pinceladas e dizendo aqui o quanto será importante esta semana para os debates. E não participem apenas falando o que vocês querem dizer, participem ouvindo aquilo que aquele que veio para cá pelo voto direto do cidadão quer dizer, para que o setor possa compreender as suas demandas, porque a demanda é da sociedade, a demanda é daquele que paga a conta do sistema elétrico brasileiro.

No mais, é agradecer a oportunidade, agradecer a presença de todos e registrar que eu lamento muito a ausência do ONS na primeira audiência pública desta Comissão. Foram convidados, não estão presentes. E eu perguntei à Secretaria e perguntei ao Presidente: "Deram alguma satisfação?". Não, não deram. Ora, o Operador Nacional do Sistema Elétrico interligado se fez ausente na primeira audiência pública que trata da reestruturação e da reformulação do setor elétrico brasileiro!

Muito obrigado, Deputado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Eu queria, até pelo avançado da hora, abrir aos Parlamentares que queiram se inscrever e fazer alguma intervenção.

Estou entendendo que o Senador Fernando Farias vai fazer a subscrição de um requerimento, não é isso, Senador?

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL. Pela ordem.) – Presidente, é para subscrever o requerimento da Jussara Lima, do Piauí...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Do Ministro Mailson.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL) – ... para a convocação do Ministro Mailson.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – É para amanhã – não é isso? – o convite para ele?

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL) – Amanhã.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – A gente está fazendo dentro do requerimento que já foi apresentado pelo Senador Eduardo Braga. A mesma coisa a gente fez hoje no do Deputado Lafayette.

Apenas para poder cumprir aqui as formalidades, eu queria colocar em discussão o Requerimento 3, que foi o do Senador Eduardo Braga, que a gente usou para abarcar todos os convites de requerimento. *(Pausa.)*

Não tendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Votação do requerimento.

Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

E, então, nos termos do art. 242 do Regimento Interno do Senado, ficam prejudicados os Requerimentos 9, 10, 11, 12, 16 e 17.

No dia de hoje, atendemos a várias sugestões dos Parlamentares, e vários convidados, inclusive, já participaram da presente audiência pública – na minha conta, foram nove no dia de hoje. Encerramos, assim, a indicação para novos participantes. Como já falei, amanhã, se não me engano, seriam oito, e, com a inclusão do Ministro Mailson, serão nove; e seis para quinta-feira.

Antes do encerramento dos trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A ata será encaminhada para a publicação.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 32 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1304, DE 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e quarenta minutos do dia quinze de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Deputado Fernando Coelho Filho, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 1304, de 2025 com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Carlos Viana, Fernando Farias, Fernando Dueire, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Weverton, Paulo Paim, Damares Alves, Esperidião Amin, Hamilton Mourão, Joaquim Passarinho, João Carlos Bacelar, Hugo Leal, Lafayette de Andrada, Arnaldo Jardim, Jadyel Alencar, Danilo Forte e Carlos Zarattini, e ainda dos Parlamentares Styvenson Valentim, Lucio Mosquini, Magno Malta, Augusta Brito, Romário, Jorge Seif, Nelsinho Trad, Zenaide Maia e Laércio Oliveira, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Angelo Coronel, Irajá, Cid Gomes, Marcos Rogério, Dr. Hiran, Eduardo da Fonte, Isnaldo Bulhões Jr., Rodrigo Gambale, Pastor Sargento Isidório, Marcel van Hattem, Pedro Uczai e Padre João. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao REQ 3/2025 - MPV 1304/2025, de autoria Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Finalidade:** Debater a Medida Provisória nº 1304, de 2025, em especial sobre os seguintes assuntos: cortes de geração (Curtailment); e necessidade de medidas legislativas para incentivar a contratação de potência e flexibilidade. **Participantes:** Rui Altieri, Presidente da Associação Brasileira dos produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE); Fernanda Delgado, Diretora Executiva da Associação Brasileira da Indústria do Hidrogênio Verde (ABIHV); Eduardo Müller Monteiro, Diretor Executivo Instituto Acende Brasil – Observatório do Setor Elétrico Brasileiro; Paulo Sehn, Diretor de Energia da Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia (ABIAPE); Christiano Vieira da Silva, Diretor de Operação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); José da Costa, Presidente do Conselho da Associação Brasileira de Geração Distribuída (ABGD); Elbia Gannoum, Presidente Executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica); Bárbara Rubim, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR); Sandoval de Araújo Feitosa Neto, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); e Mailson da Nóbrega, Economista e Ex-Ministro da Fazenda. **Resultado:** Audiência Pública realizada. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Fernando Coelho Filho

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1304, de 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/15>





CONGRESSO NACIONAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1304, DE 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e trinta e sete minutos do dia dezesseis de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Deputado Fernando Coelho Filho, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 1304, de 2025 com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Izalci Lucas, Paulo Paim, Damares Alves, Joaquim Passarinho e Lafayette de Andrada, e ainda dos Parlamentares Tereza Cristina, Nelsinho Trad, Ricardo Ayres, Beto Faro e Luiz Lima, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Efraim Filho, Carlos Viana, Angelo Coronel, Irajá, Cid Gomes, Marcos Rogério, Fabiano Contarato, Weverton, Dr. Hiran, João Carlos Bacelar, Eduardo da Fonte, Isnaldo Bulhões Jr., Hugo Leal, Rodrigo Gambale, Arnaldo Jardim, Pastor Sargento Isidório, Marcel van Hattem, Pedro Uczaí e Padre João. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 3/2025 - MPV 1304/2025, de autoria Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Finalidade:** Discutir a Medida Provisória nº 1304, de 2025, em especial sobre os seguintes assuntos: "armazenamento de energia elétrica no Brasil: importância estratégica, marco legal específico e modelos de negócios para a modernização e transição energética.". **Participantes:** Gustavo Cerqueira Ataíde, Secretário Nacional de Transição Energética e Planejamento do Ministério de Minas e Energia (MME); Marisete Fátima Dadald Pereira, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (ABRAGE); Mário Dias Miranda, Presidente-Executivo da Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (ABRATE); Markus Vlasits, Presidente da Associação Brasileira de Soluções de Armazenamento de Energia (ABSAE); Christiano Vieira da Silva, Diretor de Operação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); e Sandoval de Araújo Feitosa Neto, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Fernando Coelho Filho

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1304, de 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/16>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1304, DE 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 28, 29 E 30 DE OUTUBRO DE 2025, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3 E ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dezesseis horas e vinte e oito minutos do dia vinte e oito de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Deputado Fernando Coelho Filho, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 1304, de 2025 com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Fernando Farias, Fernando Dueire, Angelo Coronel, Irajá, Cid Gomes, Jussara Lima, Omar Aziz, Jorge Kajuru, Marcos Rogério, Izalci Lucas, Rogerio Marinho, Fabiano Contarato, Weverton, Randolfe Rodrigues, Paulo Paim, Dr. Hiran, Damares Alves, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão, Joaquim Passarinho, João Carlos Bacelar, Isnaldo Bulhões Jr., Hugo Leal, Lafayette de Andrada, Rodrigo Gambale, Arnaldo Jardim, General Pazuello, Daniela Reinehr, Geraldo Mendes, Ismael, Jadyel Alencar, Romero Rodrigues, Adolfo Viana, Pastor Sargento Isidório, Marcel van Hattem, Danilo Forte, Pedro Uczai, Padre João, Lenir de Assis e Carlos Zarattini, e ainda dos Parlamentares Ciro Nogueira, Rogério Carvalho, Tereza Cristina, Styvenson Valentim, Soraya Thronicke, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Helder Salomão, Afonso Motta, Beto Faro, Zenaide Maia, Mecias de Jesus, Marcelo Castro, Afonso Hamm, Eduardo Gomes, Lucio Mosquini, Ana Paula Lobato, Wilder Moraes e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Efraim Filho e Eduardo da Fonte. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Às dezessete horas e oito minutos, a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia vinte e nove de outubro de dois mil e vinte e cinco. Às doze horas e onze minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Deputado Fernando Coelho Filho, a reunião é reaberta. Lida a Complementação de Voto. Aprovado o Requerimento nº 56, de Encerramento de Discussão, do Deputado Isnaldo Bulhões Jr, com voto contrário do Deputado Marcel Van Hattem. Às quinze horas e vinte e nove minutos, a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia trinta de outubro de dois mil e vinte e cinco. Às onze horas e quarenta e seis minutos do dia trinta de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Deputado Fernando Coelho Filho, a reunião é reaberta. Aprovados os Requerimentos nº 50, 58 e 59, de votação em globo dos Destaques. Rejeitados os Requerimentos nº 19 a 45, 47, 48, 49, 51 a 55. Prejudicados os Requerimentos nº 18, 46, 57 e 60. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Medida Provisória nº 1304, de 2025 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

9.478, de 6 de agosto de 1997, a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, a Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, e a Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021."

Autoria: Presidência da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do PLV que apresenta. **Resultado:** Aprovado em votação nominal, por 22 votos a 2, o Relatório do Senador Eduardo Braga, com as alterações acatadas em plenário, que passa a constituir Parecer da Comissão, o qual conclui pela constitucionalidade e juridicidade da Medida Provisória nº 1.304, de 2025, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 1.304, de 2025, e, total ou parcialmente, das Emendas nº 1, 4, 9, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 32, 34, 35, 36, 37, 40, 44, 48, 51, 61, 67, 70, 72, 76, 79, 80, 81, 88, 92, 94, 95, 96, 97, 99, 106, 110, 112, 115, 119, 121, 127, 134, 143, 146, 147, 148, 149, 154, 157, 159, 161, 162, 164, 165, 169, 170, 171, 174, 176, 178, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 194, 198, 201, 202, 203, 205, 207, 212, 213, 214, 217, 220, 221, 229, 232, 234, 236, 238, 239, 240, 241, 244, 248, 250, 253, 255, 259, 262, 266, 267, 268, 279, 280, 281, 283, 285, 286, 291, 292, 293, 294, 298, 300, 301, 302, 303, 305, 309, 312, 314, 315, 316, 317, 318, 322, 323, 327, 328, 339, 347, 351, 352, 353, 355, 366, 369, 372, 374, 375, 377, 381, 385, 388, 395, 397, 398, 400, 401, 406, 408, 415, 416, 417, 423, 424 e 429, e pela rejeição das demais emendas, na forma projeto de lei de conversão apresentado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e oito minutos. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da reunião anterior e da presente reunião, que são aprovadas. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Fernando Coelho Filho

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1304, de 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/28>

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/29>

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/30>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE. Fala da Presidência.)
– Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Mista da Medida Provisória 1.304, de 2025, destinada à deliberação do relatório.

Antes de conceder a palavra ao Relator para poder ler o relatório, queria, enfim, combinar e comunicar aqui um procedimento: o Senador Eduardo Braga vai ler o seu relatório; a gente, então, concede vista coletiva, que eu imagino que todo mundo vá pedir, para poder tomar conhecimento do texto – e eu acho que é o mais apropriado –; a gente suspende a sessão e convoca para amanhã, dá continuidade à sessão amanhã; e aí faz o debate e a votação do relatório do Senador Eduardo Braga. O.k.?

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Braga para a leitura do relatório.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente Deputado e Ministro Fernando Filho, eu quero iniciar agradecendo a V. Exa. pela confiança de ter me designado Relator desta importante matéria, que reputo ter sido um grande desafio para todos nós.

Nós, ao longo desse processo, fizemos três audiências públicas, em que ouvimos mais de 30 setores do segmento; conseguimos, com a participação dos Deputados, das Deputadas, das Senadoras e dos Senadores, formar um diagnóstico sobre o setor e sobre o sistema interligado nacional; buscamos compreender as demandas setoriais.

Mais de 435 emendas foram apresentadas. Foram 435 emendas apresentadas pelos Parlamentares, fora as emendas que tivemos que acatar, remanescentes da MP 1.300, que tivemos que incorporar à MP 1.304, fora as negociações que tivemos, não apenas com Parlamentares, mas com segmentos do setor, sejam institucionais, como a Aneel, o ONS, o próprio Ministério de Minas e Energia, o Ministério da Fazenda, a Casa Civil...

Recebemos em nosso gabinete, fora as 30 participações nas audiências públicas, mais 40 reuniões, desde o início desse processo, com o setor e com as instituições interessadas na construção de um tema que pudesse reestruturar o setor, reestruturar o sistema interligado, reestruturar e restabelecer a segurança energética, restabelecer a confiabilidade do sistema e, ao mesmo tempo, acabar com algumas inseguranças jurídicas.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A principal premissa do nosso relatório foi respeitar os direitos adquiridos das leis vigentes e respeitar os contratos vigentes que tenham obedecido a premissas juridicamente perfeitas, o que assegura os direitos adquiridos aos contratados.

Portanto, o esforço deste Relator foi no sentido de receber todas essas contribuições, a múltiplas mãos, e, com a participação intensa do nosso Presidente, construir o relatório que ora apresentamos.

Peço permissão ao Presidente, tendo em vista que o relatório é muito extenso, para ler apenas um resumo detalhado sobre o relatório, não repetir o texto que foi apresentado na medida provisória, partir para a análise e o estabelecimento da proposta para a lei de conversão.

Eu gostaria, também, de agradecer publicamente a todos aqueles que nos ajudaram a chegar até aqui. Além e agradecer, mais uma vez, ao Deputado Fernando Coelho Filho. Quero agradecer aos consultores da Casa Rutelly Marques, Pedro Elias, Juliano Vilela, Ricardo Barros, Edson Brasil; da Casa Civil, o Bruno Moretti. Quero agradecer ao Secretário de Economia do Ministério da Fazenda, o nosso amigo Marcos, que esteve conosco hoje envolvido em vários debates. Quero agradecer ao Presidente Sandoval, da Aneel, ao Diretor Willamy Frota, e aos companheiros da Aneel Júlio César e Leandro Moreira, que foram extremamente importantes nesse processo. Quero agradecer aos contribuidores da ONS, na pessoa do Christiano Vieira, que nos apoiou e nos ajudou. Quero agradecer a atenção, inclusive, de ter declinado de uma viagem internacional para participar dessa importante missão. Quero agradecer à minha assessoria, na figura da Tatiana Araújo, do André Monteiro e da Valéria Thomé.

Eu passo, Sr. Presidente, com a permissão de V. Exa., então, à leitura do relatório.

Esta Comissão Mista destina-se a analisar a Medida Provisória nº 1.304, de 2025, que dispõe sobre a redução dos impactos tarifários para o consumidor de energia elétrica.

No prazo regimental, foram apresentadas 435 emendas à Medida Provisória nº 1.304, das quais 129 emendas foram acatadas, além das emendas que foram acatadas incorporando o relatório, fruto do entendimento sobre a MP 1.300, e das emendas





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

acrescentadas pelo Relator em função das tratativas para a construção de um equilíbrio no sistema interligado nacional do setor elétrico.

Realizamos três audiências públicas nesta Comissão Mista, nos dias 14, 15 e 16 de outubro, onde tivemos a oportunidade de discutir os temas mais atuais do setor energético do país, com as instituições e associações setoriais representando os mais diversos segmentos. Discutimos sobre a abertura do mercado, os subsídios do setor elétrico, os cortes de geração renovável, a necessidade de potência e flexibilidade do sistema elétrico, o armazenamento de energia e aproveitamento do gás natural da União.

Da análise

Cabe a esta Comissão, nos termos da Constituição Federal, examinar a Medida Provisória 1.304, de 2025, e sobre ela emitir parecer, antes que seja apreciada em sessões separadas pelo Plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

As alterações das leis introduzidas pela medida provisória não conflitam com as vedações constantes nos dispositivos pertinentes da Constituição Federal, atende o disposto na Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, do Regimento Interno do Senado da República, e observa as diretrizes da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Dessa forma, o texto atende aos requisitos de admissibilidade, de adequação orçamentária e financeira e de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Do mérito.

Desde a última grande reforma do setor elétrico, ocorrida há mais de 20 anos, o setor se expandiu vertiginosamente e passou por grandes transformações tecnológicas. Em 2009, grande parte da Região Norte do país, antes totalmente isolada, foi integrada ao Sistema Interligado Nacional. E no último mês de setembro, finalmente o Estado de Roraima também foi interligado, deixando de ser o único Estado brasileiro fora da rede elétrica nacional.

A matriz elétrica do sistema também se transformou nesse período. Nossa demanda era abastecida primordialmente por usinas hidrotérmicas, que conseguiam modular a





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

carga e manter a estabilidade do sistema elétrico a todo momento. As demais usinas, principalmente as térmicas, complementavam o nosso parque gerador, auxiliando na regularização dos reservatórios das hidrelétricas e no atendimento à carga.

O dilema do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) era decidir entre utilizar ou poupar a água dos reservatórios das usinas, frente à incerteza das chuvas nos períodos úmidos seguintes. Esse cenário mudou e mudou muito. Por diversos motivos, como as restrições à construção de usinas hidrelétricas com reservatórios e o maior protagonismo dos consumidores no setor elétrico, outras fontes de energia elétrica passaram a ter protagonismo na nossa matriz elétrica, principalmente a eólica e a solar fotovoltaica, que são fontes intermitentes.

A inserção de novas fontes de geração intermitentes trouxe desafios à operação do sistema elétrico. A ONS agora preocupa-se não apenas com as chuvas do próximo verão, mas precisa, cada vez mais, de geração que possa ser acionada quase que imediatamente para atender à demanda quando as fontes intermitentes não estão disponíveis.

Atualmente, em algumas horas do dia, há abundância de energia, notadamente quando há sol e vento, ao passo que em outras horas, há escassez. Em paralelo às transformações no setor elétrico, e à disseminação de fontes de geração com custos cada vez menores, as tarifas pagas pelos consumidores têm aumentado, principalmente por causa dos subsídios acumulados ao longo desses 20 anos no setor.

A elevação dos subsídios está concretizada no aumento substancial das despesas da Conta de Desenvolvimento Energético, a famosa CDE. A CDE foi criada em 2002 e tinha, entre suas finalidades, a competitividade da energia renovável e a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional. Ao longo dos anos, diversos outros custos e subsídios foram sendo incorporados a essa conta. Para o ano de 2025, o orçamento da CDE aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) foi de R\$49,2 bilhões, um aumento de 32,45% em relação a 2024. Mesmo com todo esse incremento, ele ainda será suplantado pelo valor final da CDE em 2025. A CDE é custeada principalmente pelas quotas anuais pagas pelos consumidores, o que faz com que qualquer nova despesa se transforme em majoração de tarifa para os consumidores.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante desse cenário desafiador, a presente medida provisória, que complementa a Medida Provisória 1.300, de 2025, que já foi transformada em lei de conversão, que já foi objeto de deliberação pelo Congresso Nacional, nos oferece uma oportunidade para equilibrar a balança entre o bolso do consumidor brasileiro e as necessidades imediatas do sistema elétrico.

Vale mencionar que a MP 1300, de 2025, além das mudanças na Tarifa Social de Energia Elétrica, já aprovadas pela Lei nº 15.235, de 2025, tratou de outros dois grandes temas do setor que não fizeram parte do projeto de lei de conversão que gerou essa lei: a abertura do mercado livre de energia para consumidores de baixa tensão; e a realocação de custos e subsídios no setor.

Dentro da abertura do mercado livre, a Medida Provisória 1.300 propôs a regulamentação do Supridor de Última Instância, a flexibilização do nível de contratação de energia pelos consumidores e distribuidoras e dos prazos dos contratos regulados, novas modalidades tarifárias, novas responsabilidades à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), e novos parâmetros para o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). E relativamente ao tema de realocação de custos e subsídios no setor, a Medida Provisória 1.300 buscou restringir a aplicação de descontos nas tarifas de uso do sistema de transmissão e distribuição (TUST e TUSD), no consumo de energia incentivada, vedar novas repactuações de risco hidrológicos, eliminar a diferenciação das cotas da CDE por nível de tensão, disciplinar a contratação de flexibilidade e impor o rateio do subsídio a micro e minigeração distribuída a todos os consumidores.

A MP 1.304, por sua vez, trata principalmente de três temas.

Nos termos já mencionados anteriormente, a imposição do teto às cotas da CDE, as alterações na Lei 14.182, de 2021, relacionadas à derrubada dos vetos à Lei nº 15.097, de 2025, Lei de Energias Offshore e alterações nas regras de acessos aos sistemas de escoamento, processamento e transporte pelo gás natural da União.

Apesar das MPs 1.300 e 1.304, do presente ano, tratarem de temas estruturais do setor elétrico, entendemos que precisamos avançar mais se quisermos modernizar o marco regulatório do setor elétrico e promover maior segurança energética e modicidade





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

tarifária no Brasil. É o que procuramos fazer com a proposta de PLV apresentada neste relatório e que está fundamentada nos seguintes eixos: um, modicidade tarifária; dois, segurança energética, com destaque para o papel do armazenamento, ampliação responsável do mercado livre e valorização do gás natural como vetor de desenvolvimento industrial e energético.

No que se refere à modicidade tarifária, o PLV propõe a limitação do valor total dos recursos arrecadados pela CDE, estabelecendo um teto atualizado pelo IPCA. Essa medida é fundamental para conter o crescimento descontrolado desse encargo setorial, que custeia subsídios tarifários, que têm pressionado as tarifas de energia elétrica e comprometido a competitividade da indústria nacional e o poder de compra dos consumidores residenciais.

Ao criar o encargo de complemento de recursos a ser pago pelos beneficiários dos subsídios que extrapolarem o teto da CDE, o projeto também assegura previsibilidade e transparência na gestão dos subsídios, promovendo maior justiça tarifária, por demandar uma contribuição daqueles que mais oneram a CDE.

Ressaltamos, ainda, que essa medida não impactará os gastos da CDE relacionados a políticas sociais.

Ainda com relação à modicidade tarifária, vamos reduzir os subsídios do setor e realocar os custos de forma mais equilibrada entre os ambientes livres e regulados, mas preservando a segurança jurídica dos agentes que já fazem parte do mercado livre, evitando indesejados impactos inflacionários na economia.

Quanto à segurança energética, o projeto avança, ao regulamentar a atividade de armazenamento de energia elétrica, reconhecendo seu papel estratégico na operação do sistema.

A inclusão de sistemas de armazenamento no planejamento da expansão da rede básica e a definição de regras de remuneração e acesso são medidas que viabilizam a inserção de tecnologias que aumentam a flexibilidade, reduzem os impactos da intermitência das fontes renováveis e fortalecem a confiabilidade do sistema interligado





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

nacional. Trata-se de uma resposta técnica e estruturante aos desafios da transição energética.

Ainda em relação à segurança energética, ressaltamos as alterações propostas à Lei 9.433, de 1997, Política Nacional de Recursos Hídricos, e a Lei 15.190, de 2025, que trata de Licença Ambiental Especial (LAE). Essas mudanças visam a reconhecer as hidrelétricas com reservatórios como infraestruturas estratégicas para a segurança hídrica e energética do país, ao promoverem energia firme, barata e de baixo carbono, bem como o armazenamento de água é essencial em períodos de escassez, tanto para a segurança do abastecimento humano quanto para o uso no agronegócio.

Ao integrar a gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental e hidroenergética, a proposta reforça o papel dos reservatórios na estabilidade do sistema interligado nacional e na adaptação às mudanças climáticas, garantindo o abastecimento humano e a dessedentação de animais e o uso múltiplo das águas.

Adicionalmente, aos leilões da expansão de geração e da transmissão do sistema, estamos criando um mecanismo competitivo, para incentivar a geração de energia nos horários de maior demanda do sistema elétrico, o que também poderá estimular a implantação de sistemas de armazenamento, tais como baterias e hidrelétricas reversíveis.

Paralelamente, os agentes serão incentivados a otimizar a distribuição da carga do sistema, de acordo com a oferta de energia, a partir da implementação de novos parâmetros na formação do preço de energia de curto prazo.

Ainda quanto à segurança do sistema, novos geradores deverão atender aos requisitos de controle, capacidade, flexibilidade e armazenamento que serão definidos pelos órgãos do setor elétrico, Ministério de Minas e Energia, Aneel e ONS. São todas medidas que visam a alocar, de forma mais equilibrada, os custos relacionados à segurança energética do país e não deixar tudo para ser pago pelos consumidores de energia.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com essas medidas, temos confiança de que será trilhado um caminho que nos levará à segurança energética e à redução dos indesejáveis cortes de geração, sem alocar mais custos aos consumidores de energia.

No campo da expansão do mercado livre para consumidores de baixa tensão, o projeto estabelece alguns requisitos regulatórios, como a definição de tarifas segregadas, a regulamentação de suprimento de última instância, a criação de produtos padronizados com preços de referência e a divulgação ampla aos consumidores para conscientização a respeito da migração para o mercado livre. Essas salvaguardas são essenciais para garantir que a migração possa ocorrer de forma segura para o consumidor.

Adicionalmente, optamos por acolher demanda do setor de hidrogênio de baixa emissão de carbono, tecnologia incipiente e de grande valor para a transição energética.

O país enfrenta, atualmente, limitações na infraestrutura de transmissão de energia elétrica, indispensável para a viabilidade de empreendimentos de alto consumo energético, como as plantas de hidrogênio de baixa emissão. Sem acesso adequado à rede, esses projetos não poderão se concretizar, frustrando os benefícios esperados em termos de desenvolvimento, emprego e arrecadação.

Diante desse contexto, propõe-se postergar o início da vigência do Programa de Hidrogênio de Baixo Carbono de 2028 para 2030, preservando sua duração e volume de recursos, de modo a alinhar o cronograma de incentivos à futura disponibilidade de infraestrutura elétrica.

Criamos incentivos para os Sistemas de Armazenamento de Energia em Baterias (Bess), tecnologia essencial para superar a intermitência das fontes solar e eólica e garantir estabilidade ao Sistema Interligado Nacional.

Embora o Brasil possua enorme potencial renovável, a adoção dos Bess é inviabilizada por uma estrutura tributária ultrapassada e onerosa, que impõe carga de cerca de 70,8% e classifica indevidamente esses sistemas como simples equipamentos de informática.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa distorção gera profunda desigualdade em relação às fontes de geração renovável, que já contam com incentivos fiscais, comprometendo os objetivos nacionais de segurança energética e descarbonização.

O PLV determina a isenção de Contribuição para o PIS/Pasep, Cofins e IPI, além de autorizar a redução a zero da alíquota do Imposto sobre a Importação, de equipamentos de Bess, antecipando para 2026 os efeitos positivos da reforma tributária prevista para 2027.

Aqui cabe um esclarecimento de que, a partir de 2027, todos os bens de capital estarão desonerados de CBS e IBS. No entanto, não estariam desonerados de Imposto de Importação. Fica o endereçamento autorizativo para garantia de segurança jurídica aos investidores, para poderem promover os seus projetos de investimento, diante da garantia do Governo de que fará a redução do Imposto de Importação, através da modificação das leis... Das leis não; da regulamentação do Imposto de Importação, fazendo com que, durante sete anos, que é o período que estamos tratando do regime especial de congelamento da CDE e do incentivo ao armazenamento Bess... Da isenção do Imposto de Importação sobre o sistema de armazenamento, e, doravante, após os sete anos, poderá ser restabelecido, portanto, o Imposto de Importação, mas fica desonerado, em função da reforma tributária da CBS e do IBS.

Portanto, nós estamos dando um *wave* de estímulo adicional: além da desoneração absoluta, estamos dando um estímulo de preço, para haver, portanto, um movimento expressivo nos diversos níveis de tensão do armazenamento de energia renovável no Brasil e também das energias que são geradas de forma descentralizada.

Portanto, estamos estimulando nas energias descentralizadas, nas energias centralizadas, nas transmissões de alta tensão e nas transmissões de subtenção. Em todos os níveis, estamos estimulando, através do índice de sinal de preço e através de desoneração tributária, o armazenamento.

E estabelece limite, no ano de 2026, em R\$1 bilhão pelos modelos matemáticos que foram desenvolvidos juntamente com a Receita Federal e com técnicos especializados do





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

setor. A partir de 2027, não, porque já está na reforma tributária, e, portanto, isso terá que constar também da LDO do próximo ano e também da PLOA do próximo ano.

Por fim, apresentamos um novo regramento para os preços de referência para a exploração de petróleo. Com isso, pretendemos dar mais realismo aos preços que são usados para calcular as participações governamentais.

Ressaltamos que a medida...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – É importante. Eu vou repetir, porque isso é muito importante.

Por fim, apresentamos um novo regramento para os preços de referência para a exploração de petróleo. Com isso, pretendemos dar mais realismo aos preços que são usados para calcular as participações governamentais e ressaltamos que a medida representará um importante ganho de arrecadação para a União, algo que contribuirá para o equilíbrio fiscal.

E, ao mesmo tempo, estimulará as refinarias privatizadas a terem acesso ao petróleo nacional, fazendo com que essas refinarias possam voltar a gerar investimentos, emprego, renda, e termos derivados de petróleo produzidos pelo petróleo nacional, e não pelo petróleo importado, enquanto exportamos 35% do que produzimos do nosso próprio petróleo, criando, portanto, uma disparidade entre as refinarias com acesso ao óleo nacional e as refinarias sem acesso ao óleo nacional. Portanto, não visa a apenas ao equilíbrio fiscal; visa também ao estímulo à geração de emprego e renda e ao investimento privado em novas refinarias no Brasil.

É importante mencionar que o PLV, nos termos propostos, foi construído a partir de valiosas contribuições que recebemos nas audiências públicas, em reuniões com os agentes setoriais e nas emendas apresentadas. Ou seja: o PLV é fruto de um amplo diálogo com as partes envolvidas, como prometemos quando da discussão da MP 1.300, para viabilizarmos a aprovação da tarifa social em tempo recorde, como o Congresso Nacional o fez.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade e juridicidade da Medida Provisória nº 1.304, de 2025, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária.

No mérito, votamos pela aprovação da Medida Provisória 1.304, de 2025, e, total ou parcialmente, às Emendas nºs 1, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 32, 34, 35, 37, 44, 51, 61, 70, 72, 79, 81, 88, 94, 95, 96, 97, 106, 110, 115, 119, 121, 127, 134, 143, 146, 147, 148, 149, 154, 159, 161, 165, 169, 170, 171, 176, 178, 183, 185, 186, 188, 189, 194, 201, 202, 203, 205, 207, 212, 213, 217, 220, 221, 229, 234, 236, 238, 239, 240, 241, 243, 244, 248, 250, 253, 255, 262, 266, 267, 268, 279, 280, 281, 283, 285, 286, 291, 293, 294, 298, 300, 305, 309, 312, 315, 316, 317, 318, 322, 323, 327, 328, 339, 347, 351, 353, 355, 366, 369, 372, 374, 375, 377, 381, 385, 388, 395, 397, 398, 400, 401, 406, 408, 413, 415, 416, 417, 422, 423, 424 e 429, e pela rejeição das demais emendas, na forma do seguinte projeto de lei de conversão.

Como foi dito, 129 emendas acatadas, fora as emendas que nós absorvemos da MP 1.300, além das emendas fruto dos entendimentos a partir das audiências públicas e a partir das discussões que tivemos com o setor.

Eu quero finalizar, agradecendo mais uma vez a todos os Deputados, Deputadas, Senadoras e Senadores e agradecendo a todos que participaram desse debate, dizendo que essa é uma obra humana, portanto sujeita a imperfeições, mas nós nos esforçamos sobremaneira, com muitas horas de dedicação, para que nós pudéssemos, ao cabo, oferecer um sistema que fosse mais confiável, mais seguro, mais justo, mais equânime, do ponto de vista elétrico, energético e de sustentabilidade ao consumidor brasileiro, à economia brasileira e à nação brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Conforme comunicado anteriormente por esta Presidência e para evitar qualquer tipo de interpretação e privilegiar um ou outro, nos termos do artigo 132, do §1º, do Regimento Interno do Senado, fica concedido vista coletiva da matéria.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não vamos fazer a discussão hoje. Vamos suspender a reunião, certo? E amanhã a gente vai dar a oportunidade para todo mundo que queira debater de fazer todos os questionamentos e indagações ao Relator.

Declaro suspensa a presente reunião, marcada a reabertura para o dia 29 de outubro, amanhã, às 11h da manhã.

Está suspensa esta reunião.

(Iniciada às 16 horas e 29 minutos, a reunião é suspensa às 17 horas e 09 minutos do dia 28/10/2025.)

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro reaberta a 5ª Reunião da Comissão Mista da Medida Provisória 1.304, de 2025.

A Presidência comunica que, no dia 28 de outubro, o Senador Eduardo Braga realizou a leitura de seu relatório, ocasião em que foi concedida vista coletiva da matéria, suspendendo-se, em seguida, a reunião.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Braga para complementação de voto e suas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/MDB - AM. Como Relator.) – Bem, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, como sempre tenho colocado, Deputado Passarinho, o relatório é fruto de um diálogo e de um entendimento e não da vontade unilateral do Relator, mas, sim, da composição do Congresso Nacional, da composição da Comissão Mista.

Ao lermos ontem o nosso relatório, recebemos várias demandas, trabalhamos ontem até mais de meia-noite. Hoje, desde as 7h da manhã, estamos reunidos com a assessoria, com o Governo, com o ONS, com a Aneel, com os setores do setor elétrico, para buscar aperfeiçoamentos em relação ao relatório apresentado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, apresento uma complementação de voto na busca de encontrarmos o ponto de equilíbrio entre o possível, numa relação democrática, e o ideal para um sistema que imaginamos seja equilibrado, seja seguro, seja justo, seja transparente e que possa assegurar uma energia mais barata para o consumidor, seja o consumidor de baixa tensão, seja o consumidor de alta tensão.

No dia 28 de outubro de 2026, na 5ª Reunião desta Comissão Mista, destinada a analisar a Medida Provisória nº 1.304, de 2025, apresentamos o relatório da matéria acompanhado da lei de conversão PLV. Na ocasião, foi concedida vista coletiva da matéria.

Após a apresentação do citado relatório, identificamos a necessidade de fazermos alguns ajustes no texto do PLV apresentado. Ajuste de redação no art. 2º do PLV para substituir a expressão "Poder Executivo" por "Aneel". Ajuste na redação do art. 2º do PLV, no art. 16-B, para deixar claro que as cargas de autoprodução devem ter 3MW ou mais. Ajuste no art. 3º do PLV, em razão do acatamento da Emenda nº 99, que, por equívoco, não foi mencionado na versão do relatório inicial. Ajuste no art. 3º do PLV para excluir o art. 3º-C, que seria incorporado à Lei 10.848, de 2004, que previa a incorporação de regimes tributários especiais para o custo de capital regulatório.

Aqui cabe uma explicação, Senador Lucas Barreto.

As regiões do Norte e do Nordeste possuem benefício fiscal, concedido pela Sudam e pela Sudene, para redução dos pagamentos do Imposto de Renda em 25%. O que isso significa? Isso significa que, no cálculo da remuneração do capital, o denominador das concessionárias destas regiões fica menor. Então, por exemplo, no Estado do Amapá, no Estado do Pará, no Estado do Amazonas, no Estado de Pernambuco, no Estado do Ceará, no Estado de Alagoas, no Estado de Sergipe, áreas abrangidas pela Sudam ou pela Sudene, o que acontece? Há uma redução do Imposto de Renda a ser pago em 25% para que aumentem os investimentos.

Num texto apresentado pelo nosso relatório, nós mantínhamos o benefício fiscal. No entanto, para o cálculo do denominador da remuneração de capital, nós estaríamos usando a carga equivalente à carga nacional para fazer com que a resultante da tarifa para





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

o consumidor fosse reduzida entre 2% a 2,5%. No entanto, a compreensão geral das narrativas e a compreensão geral das próprias distribuidoras... E aí há novos mecanismos, Deputado Passarinho, porque agora cada instituição do mercado financeiro tem um jornalista que escreve sobre a visão da sua operadora, e isso cria repercussões, é claro, no mercado de capitais. E passou-se a adotar um discurso de que nós estaríamos retirando os benefícios das Regiões Norte e Nordeste.

Na realidade, para que V. Exas. tenham uma ideia, eu estou aqui com o cálculo do Wacc nacional e das Regiões Norte e Nordeste. Isso implica que a remuneração de capital na distribuição do Norte e do Nordeste, por decisão, inclusive, judicial, faça com que a remuneração seja maior do capital, portanto, impondo uma tarifa ao consumidor maior. Enquanto o resto do Brasil paga 11,45% de remuneração de capital regulatório, nas nossas regiões pagamos 14,71%.

Portanto, do ponto de vista do consumidor, o correto seria fazer como proposto no relatório – e quem é do setor elétrico sabe disso –, mas, entendendo que não tivemos tempo hábil para fazer um amplo debate para que esta matéria pudesse ficar esclarecida não só para os Parlamentares do Norte e do Nordeste, mas para os agentes e para os distribuidores, nós estamos apresentando um projeto autônomo para tratar da remuneração do capital do Wacc da região Sudam e Sudene, e retirando do texto apresentado no relatório de ontem as mudanças, portanto, voltando ao *status quo* da liminar atual.

Isso não quer dizer que não discutiremos, não debateremos com profundidade, para que possamos assegurar um tempo necessário para que a amortização dos investimentos que são necessários, tanto na Região Norte como na Região Nordeste, principalmente nos estados de grande área territorial, como Pará, Amazonas, que têm áreas de dimensão continental e que, lamentavelmente, ainda sofrem de carências de muitos investimentos na área de infraestrutura, em áreas como o Estado do Amapá, o Estado de Roraima, etc... Mas, ao mesmo tempo, entendendo que o princípio do benefício fiscal é dado pela União para beneficiar o brasileiro que vive no Norte e no Nordeste, nós precisamos debater um *phase out* para retornar ao brasileiro o benefício fiscal estabelecido pela Sudam e pela Sudene. Portanto, estamos retirando a propositura como apresentada, e é a isso que se





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

refere o art. 3º do PLV, para excluir o art. 3º-C, que seria incorporado à Lei nº 10.848, de 2004, que previa a incorporação de regimes tributários especiais no cálculo do capital regulatório.

Ajuste no art. 4º do PLV para excluir as alterações que seriam realizadas no art. 1º da Lei 9.433, de 1997, que trata dos fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos. Isso foi uma solicitação da ANA. E nos últimos minutos, poucos minutos antes de irmos ao Plenário, recebemos também, através do Deputado Arnaldo Jardim, uma solicitação que teria sido apresentada pela Frente Parlamentar da Agricultura e que a ANA (Agência Nacional de Águas) havia solicitado, para que nós fizéssemos a supressão do referido art. 4º, que exclui, portanto, o tratamento com relação aos recursos hídricos.

Ajuste na redação do art. 5º do PLV, para substituir a expressão “ato do Poder Executivo” por “Aneel”.

Ajuste de redação no art. 7º do PLV, para incluir novo dispositivo e dar o correto tratamento às emendas acatadas relativas às políticas sociais não sujeitas ao teto da CDE.

Ajuste no art. 9º do PLV, para que os custos das baterias sejam rateados apenas entre os geradores de energia.

Ajuste de redação no art. 9º do PLV, para substituir a expressão “Ato do Poder Executivo” por “ato da Aneel”, porque os sinais de preços estão embutidos nas tarifas e as tarifas são responsabilidade da Aneel e não de responsabilidade do poder concedente. Por isso essas substituições em relação a "Ato do Poder Executivo" por "Ato da Aneel".

Ajuste de redação no art. 9º do PLV, para incluir a resposta do consumo, além da geração, no incentivo à geração nos horários de maior demanda do sistema.

Ajuste de redação no art. 9º do PLV, para excetuar a microgeração com autoconsumo local, aquela com até 75kW consumidos localmente, da cobrança dos R\$20 para cada 100kWh. Isso foi um apelo de vários setores, inclusive do Deputado que esteve conosco, sobre a matéria, e nós entendemos como de justiça para com as políticas sociais já adotadas. Mantendo a mesma régua da justiça, estamos isentando, portanto, a





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

microgeração com autoconsumo local, aquela com até 75kW consumidos localmente, da cobrança de R\$20 para cada 100kWh.

Ajuste de redação no art. 9º do PLV, para substituir o termo “regulamento” por “regulamentação”.

Ajuste de redação no art. 11 do PLV, para esclarecemos que se trata apenas de um ajuste de redação. O novo dispositivo deixa ainda mais claro que o poder concedente poderá prorrogar ou licitar outorgas de empreendimentos hidrelétricos, o que estava previsto no PLV.

Ajuste no art. 22 do PLV, que trata da desoneração dos sistemas de armazenamento por baterias, para mudar a sua forma, incluindo esses sistemas no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), com um ajuste da supressão à exigência de conteúdo local, para que nós possamos ter entendimento com a Casa Civil para não ter apresentação de veto a uma grande conquista que reputo deste PLV, que são os benefícios fiscais para o ano de 2026 para as baterias nos diversos níveis de tensão e nos diversos níveis de distribuição e de geração. Portanto, estamos acatando a sugestão feita pela Casa Civil, fazendo apenas o ajuste da supressão da expressão ainda há pouco referida, a exigência de conteúdo local. Mantido, portanto, o montante mínimo de investimento destinado a projetos de investimentos em sistema de armazenamento de energia relativamente à renúncia fiscal no âmbito do Reidi.

Ajuste no art. 3º, para reduzir o valor máximo da multa administrativa da Aneel, de 4% para 3%. Isso foi fruto de uma ampla discussão que aconteceu ainda hoje, pela manhã, entre a Abrade, a Aneel, os consultores, a Casa Civil, etc., para que nós possamos ter um equilíbrio, já que, sobre as linhas de transmissão, as distribuidoras são meros agentes repassadores.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – Portanto, não era justo manter a carga em 4%; reduzimos para 3%, para se manter a coerência com a política apresentada.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dispositivo do voto, ajustamos a lista de emendas contempladas pelo PLV proposto.

Por fim, correção de erro material no art. 24, que trata da revogação de dispositivos, de forma a substituir, na alínea “a”, “art. 13” por “art. 14”, e, no inciso “b”, “art. 22” por “art. 23”. Foi um erro material cometido no relatório do dia de ontem.

Diante do exposto, manifestamo-nos:

a) pela constitucionalidade e juridicidade da Medida Provisória nº 1.304, de 2025, bem como pelo atendimento dos pressupostos de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária; e

b) no mérito, votamos pela aprovação da Medida Provisória nº 1.304, de 2025, e, total ou parcialmente, das Emendas – e eu vou repetir todas as emendas, para que não haja nenhuma dúvida quando da elaboração do texto final –: 4, 9, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 25, 32, 34, 35, 36, 37, 40, 44, 48, 51, 61, 67, 70, 72, 76, 79, 80, 81, 92, 94, 95, 96, 97, 99, 106, 110, 115, 119, 121, 127, 134, 143, 146, 147, 148, 149, 154, 159, 161, 165, 169, 170, 171, 176, 178, 183, 185, 186, 188, 189, 194, 198, 201, 202, 203, 205, 207, 212, 213, 217, 220, 221, 229, 232, 234, 236, 238, 239, 240, 241, 244, 248, 250, 253, 255, 262, 266, 267, 268, 279, 280, 281, 283, 285, 286, 291, 293, 294, 298, 300, 302, 305, 309, 312, 314, 315, 316, 317, 318, 322, 323, 327, 328, 339, 347, 351, 353, 355, 366, 369, 372, 374, 375, 377, 381, 385, 388, 395, 397, 398, 400, 401, 406, 408, 415, 416, 417, 423, 424, 429, e pela rejeição das demais emendas, na forma do seguinte projeto de lei de conversão.

Sr. Presidente, esse é o relatório, esse é o voto, e essa é a complementação de voto apresentada na sessão de hoje, Sr. Presidente.

O SR. GENERAL PAZUELLO (PL - RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Pela ordem, por favor.

O SR. GENERAL PAZUELLO (PL - RJ. Pela ordem.) – Como Vice-Presidente da Oposição, na Câmara dos Deputados, eu solicito subscrever todos os 15 destaques que foram apresentados pelo Líder do partido, Deputado Sóstenes. Por favor.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – O.k. Subscritos.

A matéria está em discussão.

Eu vou conceder a cada Parlamentar cinco minutos. Se a gente tiver muitos inscritos, a gente pode depois rever isso, mas eu acho que é suficiente para que cada Parlamentar possa discutir e indagar aqui do Relator.

Então, pela ordem de inscrição...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

Sr. Presidente, é que...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Pois não, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – ... lamentavelmente, houve... É que são tantas as emendas, como vocês tiveram a oportunidade de ver, que... Qual é o número dessa emenda? (*Pausa.*)

Então, há uma emenda que foi solicitada pelo Deputado Arnaldo Jardim que eu entendo meritória, que é a inclusão da irrigação e da aquicultura realizada em horário especial da unidade consumidora classificada como rural, devido à regulamentação...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE. *Fora do microfone.*) – Exclusão?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – É a exclusão. É a exclusão, do teto da CDE, da irrigação e da aquicultura – está certo? –, no horário especial da unidade consumidora, entendendo que isto está classificado entre as políticas sociais de desenvolvimento, principalmente da agricultura familiar e da agricultura de pequeno porte.

O SR. ARNALDO JARDIM (Bloco/CIDADANIA - SP) – Exatamente isso. Eu quero...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – É 352.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARNALDO JARDIM (Bloco/CIDADANIA - SP) – ... numa frase rápida, só agradecer a sua atenção a esse pleito da FPA, da CNA, das confederações dos agricultores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Vamos seguir aqui a lista de inscrição.

O primeiro inscrito é o Deputado Pedro Uczai.

O SR. PEDRO UCZAI (Bloco/PT - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu também tenho o tempo de Liderança e bancada, mas vou deixar para, se for necessário, em seguida.

Primeiro, quero cumprimentá-lo, Deputado Fernando, que foi o Relator da Medida 1.300, que, com muita maestria, garantiu a continuidade do nosso Programa Luz para Todos e também, dentro da tarifa social, a gratuidade até 80kWh/mês. E, agora, a 1.304 busca regulamentar todo o setor elétrico brasileiro em várias e complexas relações desse tema e desse relatório.

Nós temos aqui algumas preocupações sobre o tema do gás, o tema das termelétricas no sentido da transição, que efetivamente seja garantida a transição justa para os trabalhadores desse setor e também do ponto de vista ambiental. E nós temos a preocupação em relação à Petrobras, dos *royalties* da Petrobras, porque a Petrobras compete com empresas internacionais, empresas mundiais, e ela tem que ter sua estratégia também de desenvolvimento e de competitividade. Portanto, são essas as preocupações maiores em relação à medida provisória.

De outro lado, nós tínhamos uma preocupação – então o Relator nos acolheu e teve sensibilidade – que eu quero destacar aqui. Eu participei de toda a construção, junto com outros Deputados – e aqui destaco Lafayette de Andrada –, da 14.300, que foi a democratização da geração de energia neste país, a partir de uma matéria-prima que é gratuita. Não vou falar aqui das hidrelétricas, não vou falar dos outros setores, como eólica. Vou falar da energia solar, que é uma matéria-prima de graça, uma tecnologia





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

consolidada. Ela, efetivamente, se ficasse o texto como estava, ia inibir a possibilidade, principalmente do Norte e Nordeste, que tem sol em abundância, fomentar o desenvolvimento da microgeração e da minigeração.

Nesse contexto da microgeração, cobrando R\$20 a cada 100kWh, para ter uma ideia, isso é quatro vezes mais do que a tarifa da bandeira vermelha, que cobra R\$5 a cada 100kWh, ou no mercado livre, até agora, R\$2 a cada 100kWh. Portanto, quando o Relator acolheu a supressão da cobrança de R\$20 para 100kWh/mês, para nós foi uma conquista fundamental.

Quero cumprimentá-lo, Deputado Fernando, e quero cumprimentar o Relator Eduardo Braga pela sensibilidade e acolhida desse pleito do setor solar do Brasil, dos micro e pequenos empresários do Brasil, porque senão a gente avança e fomenta os grandes complexos elétricos brasileiros, e os pequenos não vão ter direito de gerar a sua própria energia.

Quando vamos fomentar cooperativas, associações, empreendimentos individuais no fomento dessa energia elétrica, da autoprodução, da produção de energia, efetivamente seria uma derrota para o setor, e, quando o Relator acolhe e excetua o setor da microgeração, para nós foi uma grande vitória.

(Soa a campainha.)

Concluo e faço um apelo ao nobre Relator e ao Presidente Fernando. Pergunto se ainda há possibilidade de fazer um apelo ao nobre Relator, Senador Eduardo Braga: se for possível, para minigeração manter cobrança, mas diminuir o valor da cobrança. Se está até hoje para o mercado livre R\$2, se para a tarifa vermelha, a bandeira vermelha, está R\$5, eu queria fazer um apelo ao nobre Senador Eduardo Braga – e eu estou elogiando e agradecendo profundamente em nome de todo o setor, de milhares de pequenos empresários e daqueles que vão produzir sua própria energia; gratidão pela sua sensibilidade –, eu estou só fazendo um apelo, se for possível ainda: se na minigeração – como a bandeira vermelha paga R\$5, o mercado livre até hoje paga R\$2 – daria para reduzir de R\$20 para R\$5. Então o setor pagaria, mas seria possível reduzir?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM. Como Relator.) – Mas, Deputado, é que o setor já paga a conta de energia. Os R\$5 da bandeira vermelha é o excedente em função da mudança do custo de geração térmica. Aqui a razão para minigeração, que não é para o autoprodutor de telhado que V. Exa. está colocando, é de R\$20 se ele não estipular nenhum tipo de armazenamento. Se ele fizer armazenamento, seja num tanque, seja num lago, seja da forma que for, para ele poder produzir energia ou bateria, para ele poder produzir energia com um sinal de preço, ele não pagará sequer os R\$20. Agora, isso ele vai fazer com incentivo fiscal e vai fazer com um sinal de preço de prêmio por parte da Aneel. Portanto, ele tem duplo incentivo para ele fazer desta forma.

O que nós estamos tentando fazer com isso é administrar a questão entrante de energia nova na microgeração distribuída, para que a gente possa controlar o *curtailment*, senão...

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (Bloco/REPUBLICANOS - MG) – Mas, Senador, onde está especificado isso? Eu acho que a dúvida do Deputado Uczai também era a minha; eu ia abordar a mesma coisa. Sobre esses R\$20, o senhor está explicando que são para aquele que não fez armazenamento. É, onde isso está? Essa que é a...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – Deixe-me lhe dizer: é implícito, porque, se ele fizer o armazenamento, ele não tem um encargo.

Isso está dito em que texto?

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (Bloco/REPUBLICANOS - MG) – Onde? (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – Se ele tiver armazenamento, ele não vai consumir da rede. Portanto, como ele não vai consumir da rede, ele não terá encargo nenhum no horário de pico.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – Ele fica *off-grid*.

O SR. PEDRO UCZAI (Bloco/PT - SC) – Então eu concluo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentá-lo também pela política nacional de incentivo à acumulação de energia através das baterias. Esse incentivo fiscal vai permitir efetivamente pensar um equilíbrio a médio prazo no setor elétrico brasileiro.

Então, gratidão em nome de todo o setor da energia solar. Muito obrigado, Senador Eduardo Braga e Presidente Fernando Coelho Filho.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Seguindo as inscrições, está inscrito o Senador Randolfe. (*Pausa.*)

O Senador Randolfe não está presente, eu vou passar ao Senador Fernando Farias.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL. Para discutir.) – Presidente, obrigado, mas eu só queria dizer que um setor desses, com muitas variáveis... dizer que não é fácil você fazer uma MP, redigir e presidir – uma MP com tantas variáveis. E tenho convicção de que foi feito o melhor. Não poderia ser diferente, sendo comandada por dois ex-Ministros.

Era isso só, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Passo ao Deputado Joaquim Passarinho, o próximo inscrito.

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (PL - PA. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sr. Relator... Deputado Isnaldo, só me desculpe, é porque eu queria falar com o Relator, para a gente poder fazer algum...

Bom, Senador, há três pontos que eu anotei.

Primeiro, quero parabenizar, o tema não é fácil. Eu imagino a pressão que o senhor sentiu, e nós, sendo do Norte e Nordeste... O senhor bem colocou o nosso problema de distribuição de rede, nos tamanhos continentais que nós temos. As pessoas às vezes não entendem que nós andamos lá, na nossa Amazônia, 100km, 200km para chegar numa pequena comunidade com dez, 15 casas, que pagam tarifa social. E o custo dessa transmissão, dessa rede é toda embutida no nosso estado, para o nosso povo pagar. Como é que eu tenho as duas maiores hidrelétricas nacionais e pago uma das energias mais





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

caras do país? Tecnicamente eu explico, mas politicamente eu não consigo explicar, quando eu chego lá ao meu estado.

Então, em tudo o que a gente pode defender o Norte e Nordeste, principalmente o nosso Norte, é muito importante, para que a gente possa rever essa discussão num projeto à parte. Logicamente, como teve muito ruído, V. Exa. foi inteligente de retirar isso no momento, porque nós precisamos de um texto que possa ser aprovado, não daquele que nós queremos. É o que pode, é o possível. Então, queria parabenizar nesse ponto.

Dois pontos em que eu queria a sua atenção. Primeiro, um acho que V. Exa., de um modo geral, já acatou, quando excluiu aqueles com até 75kW; eu acho que já pegou o pequeno, aí já livrou muita gente.

E digo também, lembro que isso é a partir de agora. Muita gente está pensando que se vai buscar lá para trás. Isso é a partir de agora. Então, era bom deixar bem claro isso; é importante.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM. Como Relator.) – É importante dizer que todos, todos os projetos...

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (PL - PA) – Isso, os aprovados...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – ... aprovados e todos os projetos protocolados e que estão em processo disso até a data da publicação e da promulgação da lei estão assegurados sob a regra da Lei 14.300, de acordo com o entendimento feito com os Deputados e Senadores que participaram da aprovação da Lei 14.300. Todos os direitos adquiridos estão assegurados.

E mais, todos os direitos contratuais estão assegurados. Não há neste PLV nenhuma quebra de contrato, seja de geração centralizada, seja de microgeração distribuída. Não há nenhuma quebra de contrato, nenhuma.

Agora, eu queria, inclusive, aproveitar, Deputado Passarinho, que V. Exa. nos dá uma oportunidade de destacar um tema muito importante.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na 1.300, pela engenhosidade e capacidade do Relator Fernando Filho, nós aprovamos o uso de bem público para a região da Sudam e da Sudene. Como isso já está promulgado, já está resolvido, ninguém está falando, mas nós já garantimos, para compensar exatamente o que V. Exa. está levantando, que é um custo regional extraordinário da Região Norte e Nordeste brasileira. O uso do bem público está, portanto, revertido em benefício dos geradores da região da Sudam e da Sudene. Portanto, nós fizemos na 1.300 uma ação importantíssima para o Estado do Pará, para o Estado do Amapá, para o Estado do Amazonas, para o Estado de Rondônia, para o Estado do Acre, para o Estado de Roraima...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – ... para todos os estados do Nordeste e todos os estados envolvidos pela Sudam e Sudene.

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (PL - PA) – Presidente, eu queria mais um tempo porque, logicamente, com uma boa explicação, o que eu pedi ao Senador Eduardo justamente era isso: deixar bem claro, porque algumas pessoas andaram ligando, desde ontem "Ah, botei na minha casa..."; não, todos os contratos garantidos, tudo certinho.

Agora, eu queria, se V. Exa. tivesse... eu não sei como chegou nos R\$20. Eu acho que isso não foi um número à toa, você deve ter tido uma base de cálculo, alguma coisa. V. Exa. poderia disponibilizar para nós?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – Vamos disponibilizar a base de cálculo, mas é exatamente o custo de transmissão – é exatamente o custo de transmissão.

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (PL - PA) – Então, assim, porque é um número, não pode ter caído do céu, V. Exa. deve ter essa base de cálculo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – Inclusive o número exato era R\$22, nós reduzimos para R\$20.

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (PL - PA) – Então, R\$22 é um número bom, mas R\$20 está melhor para pagar.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas quero dizer para V. Exa. que, se depois tivesse esse documento, essa base de cálculo, a gente queria ter acesso a ela, porque nós ouvimos falar em alguma coisa em torno de 12 a 15, e apareceu 20, então eu queria ter isso como garantia para a gente dar uma olhada nesse ponto.

E um último ponto, Senador, uma explicação. Há um... eu estava procurando agora, mas o texto é grande. Há uma possibilidade de a Aneel estabelecer um mecanismo de compensação de riscos. Nós estamos atribuindo à Aneel uma competência. Algumas pessoas me disseram hoje numa discussão: "Não, mas ela já tem a competência". Bom, se ela já tem, não precisa colocar escrito. Se ela tem a competência, não precisamos escrever; pode tirar e deixa a competência dela.

A preocupação é, a Aneel, tendo essa competência, o texto é mais ou menos isso: a Aneel estabelecer mecanismo de compartilhamento de risco de corte e geração entre diversos entes. Nós estamos atribuindo à Aneel fazer um arranjo dentro do sistema. Isso pode causar algum custo para alguns setores ou não? Porque, se tiver, é muito perigoso, é um cheque em branco que nós estamos tirando do Congresso e passando para a agência.

Nada contra as pessoas que estão na agência, agora, a agência é feita de homens em seu tempo de mandato, não sei como isso vai estar daqui a dois, três, quatro anos. Então, era a explicação a seguinte: a Aneel já pode estabelecer. Bom, se já pode, não tem por que constar nenhuma autorização. Se estamos dando autorização, é para algo que ela não tem – e eu queria essa explicação.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – É porque, na realidade, o sistema brasileiro era hidrotérmico e toda a regulação brasileira... nós estamos há 20 anos sem ter uma reforma estruturante no setor. Portanto, durante esse período, nós demos competência à Aneel para que, no MRE, portanto, nas hidrelétricas, ela pudesse fazer essa compensação.

Nós estamos usando o mesmo mecanismo, porque, lamentavelmente, há um desequilíbrio nos cortes em função das diversas situações. Para não haver daqui...

(Soa a campainha.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – ... para a frente desequilíbrios e desigualdades, a Aneel fará, portanto, aquilo que ela pratica hoje no MRE no mercado livre, que passará a existir de acordo com a regulação e nos mercados alternativos que não faziam parte do MRE. Por isso é que é necessário que conste na legislação do PLV que nós estamos apresentando.

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (PL - PA) – Só uma dúvida, por exemplo, nós estamos estipulando R\$20, a Aneel pode chegar, lá na frente, com alto risco de algum tipo de corte e majorar esse valor? Só para deixar claro.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – Na microgeração, não. É que nós estamos confundindo microgeração com geração centralizada, em que tem o *curtailment*, em que há os desligamentos.

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (PL - PA) – Sim.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – O que nós estamos fazendo na microgeração não é desligamento. O que nós estamos fazendo na microgeração é mantendo a conexão nas redes de subtenção, estimulando que haja armazenamento em cada autogerador e, não havendo armazenamento no autogerador, que a distribuidora o faça na subestação em subtenção, porque a concessionária tem a variação de entrada e de saída de tensão na rede e ela pode, nos horários de preço baixo, armazenar essa energia – e precisa de *funding* para poder fazer isso. Então, ela vai armazenar essa energia e, de acordo com o despacho da ONS, ela vai jogar essa energia no horário de pico, não impactando a rampa e não impactando o despacho de energias mais caras para onerar o sistema.

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (PL - PA) – Só fechando, a preocupação é justamente o que V. Exa. colocou. Nesse problema do *curtailment*, se a gente não puder... A Aneel lá na frente, autorizada por nós, buscar na VD e majorar. Era só para deixar bem claro que isso não vai ser possível.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – Não, não é possível.

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (PL - PA) – É uma dúvida que tinha ficado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Presidente, pela tolerância. Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Eu vou tentar, nas próximas, deixar o Deputado ou Senador fazer a questão durante os cinco minutos e sem interrupção, para que a gente possa tentar cumprir o tempo aqui.

Eu chamei o Senador Randolfe, ele não pôde, mas parece que vai entrar remoto.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Não? Ele caiu.

Então, eu tenho aqui na lista o Senador Marcos Rogério. O Senador Marcos Rogério vai entrar *online*.

O SR. PEDRO UCZAI (Bloco/PT - SC) – Sr. Presidente, eu quero aproveitar a oportunidade para subscrever...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Senador Marcos Rogério, está baixo aqui o... Oi, está ouvindo?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, eu ouço perfeitamente. O meu áudio está chegando bem?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Está um pouco baixo, mas está dando para ouvir. Você tem cinco minutos. O Senador Eduardo Braga e a Comissão estão o ouvindo, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco/PL - RO. *Por videoconferência.*) – Primeiro, quero cumprimentar o Presidente desta Comissão, cumprimentar o Senador Eduardo Braga, que é o Relator desta matéria.

Sr. Presidente, a primeira mensagem que eu gostaria de deixar, o primeiro apelo que eu gostaria de fazer é um pedido para a gente sobrestar a votação desta medida provisória para a próxima semana. Nós estamos diante de um tema que é um tema extremamente





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante e nós estamos quase que fazendo uma reforma do setor elétrico através de uma medida provisória. Eu sempre fui crítico do modelo de reforma do setor por meio de medida provisória, porque não há como reformar um setor tão complexo como é o setor elétrico em apenas 120 dias.

E veja V. Exa. a complexidade do tema, porque o próprio Relator, com toda a sabedoria que tem, com toda a capacidade que tem, apresentou o relatório ontem e hoje já está fazendo ajustes no texto. Eu mesmo tenho sugestões com relação a esse tema, que é um tema, repito, importante. Rondônia, como todos sabem, tem um interesse na questão do gasoduto para o Estado de Rondônia. Eu estou propondo ao Relator a inclusão no relatório dessa medida provisória de medida que permita a contratação de térmicas a gás na Região Norte limitadas à capacidade total das usinas e... *(Falha no áudio.)* ...estruturantes da região, o que traz um futuro de prosperidade para a região, garante segurança e estabilidade, desenvolvimento regional, garante emprego e renda, garante justiça tarifária para o consumidor. Então, esse é um ponto, um apelo que faço ao Relator para que reflita sobre esse aspecto.

Nós temos hoje um linhão que coleta, capta a energia gerada nas usinas do Estado de Rondônia e faz a transmissão num bipolo até Araraquara e, nos momentos de baixa nos rios – porque não tem reservatório ali, é fio d'água –, você tem a subutilização de uma infraestrutura que foi construída a alto custo e que é paga pelo consumidor, subutilizada. E, com a viabilização das térmicas, uma térmica a gás para a região, nós teríamos ali uma energia segura, mais barata e eficiente.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, a preocupação que tenho de a gente botar neste momento essa medida provisória, em razão de um conjunto de... *(Falha no áudio.)* ...temas que estão sendo incluídos... A gente deve ter a preocupação de se a solução endereçada é a melhor solução, se os termos apresentados são a melhor proposta.

Nós estamos tratando aqui de prorrogação de hidrelétricas, nós estamos falando aqui de leilão dedicado na questão do carvão, a questão do LRCap, que tem impacto. Esse caso, especificamente, eu acho que merece um debate mais apurado, mais aprofundado. Só dependência de regiões pelo setor carvoeiro, embora tenha a sua importância – já discuti isso antes – acho que é um tema que merece um debate um pouco mais profundo,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

um pouco mais cauteloso, sob pena de se favorecer um segmento em detrimento de outros, e o custo de tudo isso, no final das contas, quem vai pagar é, obviamente, o consumidor.

Reitero, mais uma vez, o reconhecimento da capacidade do Relator em manejar o tema do setor elétrico, porque conheço a sua *expertise*, conheço a capacidade do Presidente desta Comissão, porque já foram, os dois, Ministros de Estado de Minas e Energia, mas nós estamos com temas sendo incluídos, nessa medida provisória, que são temas sensíveis.

E, veja, não se trata aqui de ter uma posição categórica contra as mudanças, contra as inovações. Elas podem representar uma alternativa, mas, fazer isso da forma como está sendo feito... O relatório foi apresentado ontem. Embora tenhamos tido pelo menos três audiências públicas discutindo essa situação – nessas audiências públicas foi debatida a questão do *curtailment*; foi debatida a questão da reserva de capacidade –, votar essa matéria com esse alcance, com esse impacto, para mim, num momento como esse, acho que não é a melhor alternativa.

Por isso, estou pedindo que a gente possa, tem um requerimento meu propondo o adiamento da votação por 48 horas, como manda o Regimento Comum, e, acatado esse pedido, espero que seja, que o Relator possa refletir em relação ao aproveitamento do nosso potencial amazônico do gás, para viabilizar a geração da Região Norte.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Obrigado, Senador Marcos Rogério.

Nós vamos deliberar, no encerramento da discussão, o seu requerimento.

Passo a palavra ao Relator, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM. Como Relator.) – Queria cumprimentar o companheiro Marcos Rogério, dizendo o seguinte, Sr. Presidente: está prevista no nosso PLV a construção de uma termelétrica na Região Norte e está prevista a construção do linha de integração entre Santo Antônio e Jirau, com o sistema de Manaus.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lamentavelmente, o Estado de Rondônia não possui gás natural, eles não têm como fazer termelétricas a gás lá em Rondônia; eles não possuem essa capacidade. Quem tem gás natural na região é o Estado do Amazonas, mas não temos ponto de conexão com o Estado de Rondônia. Então, não podemos colocar aqui no PLV que essa termelétrica, que está prevista para a Região Norte, é exclusivamente para fazer uma compensação da garantia física de Santo Antônio e Jirau, sob pena de estarmos fazendo uma propositura onde o ponto de geração não tem conexão com o ponto de demanda.

Portanto, o que precisamos fazer é construir a linha de transmissão ao longo da BR-319, entre Porto Velho e Manaus, e construir, no sistema A-6, a termelétrica no Amazonas. E, havendo a interligação, haverá, portanto, como suprir a questão da garantia física de Santo Antônio e Jirau.

A outra forma de suprir a garantia física, Senador Rogerio Marinho, da hidrelétrica de Santo Antônio e Jirau é a construção de uma hidrelétrica binacional na Bolívia, a montante do Rio Madeira, para que possamos ter eclusas que façam, portanto, um controle do regime hidrológico, o que manteria o fluxo de água necessário para a geração de energia em Santo Antônio e Jirau durante os 12 meses do ano.

Portanto, compreendo a aflição do Senador Marcos Rogério, Presidente da nossa Comissão de Infraestrutura, mas, lamentavelmente, não podemos incorrer no erro que estávamos incorrendo, de fazer contratação de energia sem que haja o ponto de conexão para o escoamento da energia.

Então, nós temos que ter o ponto de conexão, o ponto de carga e temos que ter a geração para podermos fazer a obrigatoriedade, a compulsoriedade de que esta termelétrica seja para compensar o regime hidrológico de Santo Antônio e de Jirau.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Seguindo a ordem das inscrições, Deputado Lafayette.

O SR. PEDRO UCZAI (Bloco/PT - SC. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu queria que fosse formalizado que eu estou respondendo pela bancada do Senado e da Câmara e vou subscrever as emendas, os destaques do Senador Rogério Carvalho.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Deputado Lafayette, cinco minutos para V. Exa.

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (Bloco/REPUBLICANOS - MG. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiro queria saudar V. Exa., o Presidente da Comissão, bem como o Relator, porque, durante as audiências públicas que houve aqui na semana anterior, tanto o Relator como o Presidente sinalizaram que não haveria quebra de contratos, que seriam respeitados os contratos, que seriam respeitados os acordos vigentes, e isso foi contextualizado nessa medida provisória.

(Soa a campainha.)

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (Bloco/REPUBLICANOS - MG) – Eu quero muito, saudar V. Exa., em nome da segurança jurídica, em nome do país afora, porque muitos fundos estão envolvidos acreditando nos contratos, acreditando nos acordos, acreditando na lei. Portanto, a Lei 14.300 foi preservada, todos os acordos foram preservados. Com isso eu quero parabenizar o Relator e o Presidente, que conduziram esta MP.

Eu queria agora descer aqui a dois aspectos práticos para que V. Exas. analisassem.

(Soa a campainha.)

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (Bloco/REPUBLICANOS - MG) – No primeiro deles, no art. 9º, em que foi inserido o 3º-F – que é aquele dos R\$20 –, V. Exa., atendendo aos nossos apelos, ao apelo do Deputado Uczai, mostrando sua sensibilidade, V. Exa. isentou a microgeração distribuída de consumo local da cobrança desses R\$20 por cada 100 kW/h. A ponderação que eu faço é que, na literalidade do texto, como ficou aqui, está aqui excluindo microgeração com autoconsumo local.

A ponderação que eu faço é que o autoconsumo local é no próprio telhado ou no quintal da sua casa. Existem assim, milhares de exemplos de pequenos proprietários, pequenos negócios. Eu vou criar aqui um exemplo hipotético. Eu tenho um salão de cabeleireiro num *shopping*. Eu não posso colocar microgeração local. Tem que ser remota. Eu tenho lá o salãozinho de cabeleireiro e tenho um sitiozinho fora da cidade. Eu quero botar lá naquele sitiozinho para poder atender aqui o meu salão. Na literalidade do que ficou aqui, isso está excluído. Nós estamos – e economicamente fica inviável –, nós





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos matando aqui a microgeração remota. Morreu, né? Não teremos mais isso na literalidade desse texto.

Então, a ponderação que eu faria a V. Exa. era no sentido de acatar aqui, realizadas após a publicação do presente, "excetuada a microgeração até 75 kW/h". Era a sugestão que eu faria, porque eu acho que é justa essa solicitação para avaliação do Relator.

E o segundo aspecto é da Emenda nº 88, que eu apresentei, que trata das CGHs. As CGHs são aquelas pequeníssimas hidrelétricas, menores do que 5MW. É hidrelétrica de fundo de quintal, de fazenda, menor do que cinco. Quando foi feita a lei da geração distribuída...

Só vou esperar o Senador que está conversando... Eu queria congelar meu tempo só um minuto, porque o Senador está falando com a Consultoria, e eu precisaria da atenção dele. Eu pediria para congelar meu tempo, por favor. *(Pausa.)*

Eu vou concluir o raciocínio.

A Emenda 88 é das CGHs. V. Exa. aqui elogiou, com toda razão, a questão das hidrelétricas. E as CGHs são pequenas, são microhidrelétricas, hidrelétricas de fazenda, de fundo de quintal. Quando foi feita a Lei 14.300, de que fui o Relator, à época, atendendo a apelos... E acabou passando que a Lei 14.300 proibiria... As CGHs só abaixo de cinco, em que se insere a geração distribuída, abaixo de cinco, só o pequenininho. À época da Lei 14.300, nós...

(Soa a campainha.)

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (Bloco/REPUBLICANOS - MG) – ...colocamos um marco temporal no sentido de que as CGHs só a partir da Lei 14.300 poderiam se inserir na GD; as CGHs anteriores não. Qual foi a consequência? Nós temos um regime diferente para CGHs idênticas: as CGHs anteriores, sim; e as posteriores, não. E aí há o pleito das CGHs de terem isonomia da lei.

A contra-argumentação é que, na micro e minigeração, se a CGH entrar, as que estão fora da geração distribuída pagam a TUSD. As CGHs hoje já falaram: "Deputado, nos insira na GD, como as nossas demais colegas, e nós topamos continuar pagando a TUSD". Ou





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja, esse prejuízo, esse subsídio não existirá. Nós estamos dando apenas a possibilidade de as CGHs terem a mesma possibilidade das antigas de poderem comercializar a sua energia com um hospital, com uma escola, que as novas não podem. E não faz sentido uma poder e a outra não poder. Então, é unificar. E são CGHs, é micro.

A minha Emenda 88 não dava clareza nessa questão da Tusd. Foi feita já uma adaptação desse texto, foi entregue à sua assessoria, em que as CGHs entrantes na MGD continuam pagando a Tusd. Portanto, não haverá nenhum tipo de subsídio e nenhum prejuízo para o Governo. Nós estamos aqui incentivando as pequenas hidrelétricas.

Então, são essas as duas questões que eu trago a V. Exa.

Agradeço e parabenizo pelo visto apresentado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – Deputado Lafayette, com relação à questão da CGH pagando a Tusd, portanto, não havendo impacto sobre o subsídio, nós vamos acatar. (*Palmas.*)

Agora, com relação à outra questão que V. Exa. colocou...

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (Bloco/REPUBLICANOS - MG) – A da microgeração local ou remota.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – É... Perdoe-me, mas nós não temos como controlar. E aí o espírito todo que nós estamos fazendo...

Eu sei que o ideal... O ótimo é inimigo do bom. E nós temos milhares de situações. Quando somamos as milhares de situações, nós deixamos de ser o pequenininho de 75 e passamos a ser o de 750, o de mil, o de 5 mil, o de 10 mil, o de 20 mil... Portanto, se eu acatar a sugestão de V. Exa., é melhor eu retirar o texto e deixar a microgeração distribuída arrombando o sistema, entrando, fracionando e acabando com o controle de *curtailment* e todo o esforço que a gente fez. Então, eu não tenho como acatar. Se V. Exa. não compreender, eu respeito. V. Exa. pode destacar e, se eu for voto vencido pela maioria, eu...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (Bloco/REPUBLICANOS - MG) – Perfeitamente. Está explicado, Sr. Presidente.

Eu divirjo, mas aceito aí a ponderação de V. Exa. e agradeço muito a 88.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Seguindo as ordens das inscrições, tem a Senadora Jussara Lima. (*Pausa.*)

Eu acho que não está presente.

Passo ao Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Para discutir.) – Quero cumprimentar o Presidente; o nosso Relator, que é quase o Pelé aqui do Senado, que, com assuntos importantes e relevantes, tem contribuído muito para o país. Parabéns, Senador Eduardo!

Já pedi para retirar o requerimento do Destaque nº 40, que V. Exa. já retirou do texto. Acho que o 43 também será retirado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... pela Tereza, que é a questão do 352.

Agora, eu tenho aqui, Presidente, algumas observações.

Primeiro, eu fiz um destaque, o 37, que é a questão das baterias. Eu acho que a bateria é um problema, mas a gente precisava fazer realmente uma... Tem que ter uma estratégia industrial mais clara, mais consistente, porque tem que se assegurar realmente a internalização de tecnologia, a atração de investimento, a contrapartida. Da forma como está colocado esse incentivo, apenas dessa forma, eu vejo que o Brasil vai passar a ser apenas um mercado consumidor repositório, não haverá grandes investimentos com transferência de tecnologia ou mesmo... O ideal é que fosse um programa especial, mas não numa medida provisória a não ser que... É só essa observação com relação a essa questão das baterias.

Agora, uma preocupação, Presidente, é o art. 15. Foi feito agora recentemente pela Agência Nacional do Petróleo... Está aqui, deixe-me pegar aqui. A Agência Nacional do Petróleo, recentemente, revisou e atualizou a forma de cálculo do preço de referência...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... para fins de pagamento de *royalties*. Foi feito, então, com uma discussão com o setor, com os agentes da indústria e tal. E o que está previsto na medida provisória tende realmente a gerar algumas distorções no cálculo da receita governamental, que é a questão do gás, que já foi levantada aqui, inclusive. Então, apresentei um destaque no sentido de retirar ou suprimir essa questão do art. 15. Não sei qual é a posição de V. Exa. com relação a essa questão do gás.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM. Como Relator.) – Permita-me fazer um esclarecimento, meu caro Senador Izalci.

A medida reparadora que a ANP fez, dois meses atrás, foi em razão de uma liminar ganha pelo Estado do Rio de Janeiro para resolver a questão exclusivamente do Estado do Rio de Janeiro. Vamos colocar como as coisas são de verdade para que todos possamos ter o nivelamento da informação. Não houve uma revisão do preço de referência de petróleo; houve uma decisão judicial ganha pelo Estado do Rio de Janeiro em relação aos *royalties* do Rio de Janeiro e por isso fizeram este arranjo, que remenda a questão específica do Estado do Rio de Janeiro.

O que nós estamos propondo é outra coisa; o que nós estamos propondo é o seguinte: o Brasil produz e é autossuficiente em petróleo. Só que o Brasil só refina entre 60% e 65% do que ele produz do seu petróleo, e o resto...

Fecha essa porta, por favor.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – E o resto o Brasil exporta, sem pagar um centavo de imposto e sem deixar ao país, sobre recursos naturais não renováveis, nenhum estímulo de geração de emprego e renda. E mais: adotando como se 100% da curva de petróleo fosse...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – ... com preço de referência internacional, o famoso PPI.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que significa? Significa dizer que as refinarias que foram privatizadas no Brasil não têm acesso ao óleo, ao petróleo nacional. E nós temos que importar petróleo estrangeiro e importar derivados de petróleo, gerando uma balança de pagamento negativa para o país, deixando de gerar emprego no Brasil, fechando e inviabilizando novos investimentos no Brasil, simplesmente para beneficiar uma única empresa ou as empresas exportadoras de petróleo. Eu não quero aqui nominar nenhuma empresa, mas tem empresa fazendo *lobby* contra a mudança do preço de referência de petróleo, porque 100% do que ela produz no pré-sal exporta, ela não refina no Brasil, ela não gera um emprego no Brasil, ela não paga sequer *royalties* para os estados brasileiros que podem ter refinarias.

Então, o que nós estamos fazendo não foi uma ideia minha; isso foi fruto de um debate na Secretaria Nacional de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Fazenda...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – ... isso foi fruto de um estudo apresentado pela Refina Brasil, que apresentou e publicou notas técnicas, diversas vezes, sobre a matéria.

Portanto, meu querido Senador Izalci, o que nós estamos fazendo nesta mudança é fazendo finalmente a correção, para que a curva de referência de preço seja proporcional àquilo que refinamos e produzimos com o petróleo nacional e àquilo que refinamos e produzimos com o petróleo internacional.

Sabe qual é o resultado disso? Aumento de geração de investimento lá na Margem Equatorial: quando descobirmos os petróleos na Margem Equatorial, o Estado do Amapá terá uma refinaria, ao contrário de exportarem todo o petróleo do Amapá e o Brasil não gerar emprego e não gerar investimento em refinamento no Estado do Amapá.

Sabe o que isso vai significar? Isso vai significar que nós vamos viabilizar a atração de investimento privado, nacional e estrangeiro, para finalmente sermos autossuficientes em refino de petróleo e em derivados de petróleo.

Portanto, eu me submeto, obviamente, à vontade da maioria, mas eu estou apenas nivelando...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está difícil, porque a conversa paralela está muito alta...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – ... e é um tema que a gente tem que tentar esclarecer e ter a atenção dos companheiros. Eu não vou ficar aqui disputando a altura da voz para poder me fazer ouvir.

O que nós estamos tentando, com esta emenda, é, na realidade, fazer com que a indústria de petróleo e gás dê ao Brasil não só a autossuficiência de petróleo, mas dê ao Brasil a autossuficiência de refino do petróleo e de derivados de petróleo, o que acabará fazendo com que o Brasil tenha aumento de arrecadação, aumento de geração de emprego, aumento de PIB e aumento de atividade econômica a partir do petróleo, e que aquilo que nós exportarmos, seja efetivamente saldo líquido de petróleo excedente entre geração, produção, refino e consumo do mercado brasileiro.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Eu entendi perfeitamente a explicação de V. Exa., mas a informação que eu tenho, com relação a esse ponto, é que esse art. 15, que beneficiaria as refinarias privatizadas, não se sustenta, porque o preço do petróleo ofertado às refinarias não será alterado, já que o cálculo do preço do petróleo, para fins de recolhimento das participações governamentais, não influencia na oferta da *commodity* no mercado interno.

É a informação que eu tenho.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – A não ser que queiram que o Brasil tenha um custo de petróleo de US\$30, e a gente venda o petróleo a US\$70, US\$80, US\$90, US\$100 para as refinarias. E mais: até a condição de pagamento e de entrega é boicotada em função da curva de referência de preço estabelecida pela ANP.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Agora, o último ponto, Presidente, só para explicação aqui: eu vi aqui a questão das usinas termelétricas a carvão. Pelo que eu tenho aqui de informação, praticamente se beneficia apenas...

(Soa a campainha.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – ... uma empresa no Rio Grande do Sul, que é a Candiota, que foi comprada recentemente pela JBS. Pelo menos é o que eu tenho de...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – Eminente...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Eu estou perguntando assim...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – ... Senador Izalci...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Tem duas emendas aqui.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – Eu creio que deve ter...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE. *Fora do microfone.*) – Senador, pode concluir com a pergunta dele?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – Não, mas é porque, lamentavelmente, é importante esclarecer. Eu creio que tem aqui algum representante da bancada do Rio Grande do Sul. Deve ter aqui algum representante. Sabe de quem é essa emenda? É do Senador Esperidião Amin essa emenda.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Sim.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – Essa emenda está subscrita por toda a bancada do Rio Grande do Sul. Essa emenda está apoiada por parte da bancada do Paraná e pela bancada de Santa Catarina.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente, eu não assinei.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – Não, o.k. V. Exa. não é...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Pela ordem.) – Sou do Rio Grande do Sul.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – Sim, mas...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – O senhor disse que toda a bancada assinou; eu não assinei.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – O.k. À exceção de V. Exa. e de outros que eu talvez não reconheça, mas estiveram no meu gabinete centenas de Senadores... centenas não, desculpe, dezenas de Parlamentares do Rio Grande do Sul.

E de novo, destacando: se V. Exas. acharem que devem derrotar... E mais: não há nenhum subsídio de CDE para a referida usina.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Inscrição do Deputado Marcel.

Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Não, agradeço as explicações. Vamos manter alguns destaques, e já foi retirado aqui o destaque. Fui atendido.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – V. Exa. tem todo o direito.

Deputado Danilo Forte, seguindo a lista.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE. Para discutir.) – Sr. Presidente, nobre Sr. Relator, Senador Eduardo Braga, a complexidade do tema é a efervescência desse debate.

A preocupação que todos nós temos aqui é de buscar uma equação que viabilize o setor e que, ao mesmo tempo, não impeça que, num país ávido por uma energia barata e que tem nesse insumo um diferencial em relação ao resto do mundo na transição energética, não possa ter, nessa "reforma", entre aspas, que nós estamos tentando buscar aqui, de forma ágil, através da votação desta Medida Provisória 1.384, a possibilidade de impedir que aquilo que até ontem era um alimento saudável para o desenvolvimento econômico, para o crescimento da nossa economia, para uma busca de uma distribuição de renda maior, se transforme numa frustração, inclusive para quem está investindo e para quem está gerando emprego e oportunidades neste país.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante disso, todos aqui sabem do meu compromisso com as energias renováveis na oportunidade que a minha região teve, o Nordeste brasileiro, com o sol e o vento, de ser uma grande geradora de energia. E essa curva se inverteu.

(Soa a campainha.)

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) – Hoje Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia produzem mais energia do que consomem.

E essa região, que aproveitou essa oportunidade, foi, inclusive, massacrada por uma política de Governo, uma política pública que perseguiu aqueles que estavam, inclusive, aproveitando essa oportunidade para diminuir as desigualdades regionais – a mudança na cobrança da Tust; o baixo estímulo à transmissão da energia do Nordeste para outras regiões do país; os leilões que foram feitos.

Tem um caso de leilão que pega o Piauí, o Ceará, o Rio Grande do Norte, a Bahia e Pernambuco cujo início da construção está há dois anos autorizado, e nem a obra sequer foi construída.

Então, se já não bastasse o gargalo com relação à transmissão, nós agora estamos vivendo, inclusive, um problema seriíssimo, que foi dos cortes aleatórios feitos no sistema, em função da mediocridade, muitas vezes, do controle sobre essa transmissão de energia, que estava, inclusive, impedindo a expansão daquilo que até ontem era algo maravilhoso e esperançoso para nossa região.

Diante disso, nós não só percebemos a falência do setor do ponto de vista, inclusive, da infraestrutura. Nós tínhamos duas grandes indústrias de pá e aerogeradores do Estado do Ceará que desempregaram já mais de 10 mil pessoas no meu estado por falta, exatamente, de encomenda, que foi rareando à medida que o sinal foi sendo cortado. Por outro lado, também, a própria falta de perspectiva das empresas que atualmente estão sofrendo exatamente por falta dos pagamentos a esses cortes. Isso criou um caos.

Então, nós tínhamos uma expectativa de algo que nos fortalecia e dinamizava a atividade econômica.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está aqui o Senador Rogerio Marinho, que pode falar muito bem do que é a mudança da realidade do Semiárido do Rio Grande do Norte após a chegada dos parques de geração de energia em relação ao passado.

(Soa a campainha.)

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) – E a perspectiva nossa foi frustrada e continuou sendo frustrada, porque nós temos um problema seriíssimo com relação a como é que nós vamos pagar esses investimentos que foram ali alocados.

No que foi atendido com relação ao passado, dentro, inclusive do relatório apresentado por V. Exa., a gente encontrou uma equação. Mas, dentro da continuidade do processo, o que é que me preocupa e o que é que me deixa ainda ansioso na busca de uma solução? É como é que nós vamos resolver o problema para frente, porque, à medida que se abre, inclusive, para resgatar aquilo que já estava superado pela privatização da Eletrobras, com relação à geração térmica, e, ainda mais, num atraso significativo, no que diz respeito...

(Soa a campainha.)

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) – ... a todo o discurso que o país faz de transição energética...

Inclusive, na véspera da COP, lá no Amazonas, na Região Amazônica, lá no Pará, a gente fica, assim, preocupado: com que discurso nós vamos nos apresentar, dizendo que nós estamos, inclusive, abrindo espaço para a renovação das térmicas a carvão, que é um retrocesso pela ineficiência, pela emissão de carbono, pelo preço...

(Soa a campainha.)

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) – ... criando, aí, um embaraço ainda maior? Porque nós vamos ter um aumento de 11 gigas de geração, no setor térmico, em detrimento de um setor que poderia estar se expandindo, gerando emprego e mudando a realidade do país.

Eu sei que a gente precisa de energia firme, mas nós temos aí um bolsão, um pulmão de energia hidro ainda muito grande, inclusive com capacidade de expansão... Até mesmo





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

o senhor colocou, agora, a possibilidade dessa hidrelétrica binacional, que vai ser muito importante para as regiões mais desguarnecidas do país, que são as Regiões Norte e Centro-Oeste do país, mas a gente precisa também...

(Soa a campainha.)

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) – ... ter, dentro desse planejamento – que é o que o senhor tanto questionou, a falta de planejamento –, não um planejamento voltado para o passado, mas um planejamento voltado para o futuro.

E eu...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Deputado Danilo...

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) – ... fiquei muito encantado...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – ... vamos tentar respeitar os cinco minutos do tempo de inscrição...

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) – ... com a sua colocação inicial.

Então, diante disso, eu peço que a gente possa reabrir o debate.

Tem uma emenda minha, que é a 232, que não foi atendida, que viabiliza, inclusive, essa recuperação com relação à busca de se ter um controle maior e uma substância maior para continuar induzindo esse desenvolvimento.

E que a gente possa, de volta, reabraçar a bandeira daquilo que nos foi dado.

O Brasil ganhou a bandeira da transição energética, e, infelizmente, da forma como o relatório está sendo construído e apresentado, Senador Eduardo Braga, com todo o respeito e o carinho que eu tenho por V. Exa., nós estamos retomando um processo retrógrado com relação a isso, principalmente no que diz respeito ao carvão mineral.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM. Como Relator.) – Bem, eu queria, primeiro, responder a V. Exa. que, assim como V. Exa. defende a questão da geração de emprego no Nordeste, etc., eu repito: recebi a bancada do Sul, recebi o Prefeito de Candiota e os Vereadores de Candiota. E vi, Deputado Danilo Forte, um Prefeito





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

literalmente ir às lágrimas, em meu gabinete, diante de 7 mil famílias que perderam o emprego, e mais, em que pese a usina tenha sido renovada e modernizada, com relação à tecnologia, com relação às emissões dos gases e poluentes.

É óbvio que a energia térmica a carvão não deve ser estimulada, e, exatamente por isso, ela está com data para o seu término, mas é preciso também reconhecer que existem outras térmicas a carvão em funcionamento. A Pampa Sul, por exemplo, está em funcionamento e com contrato até 2043.

O que nós aprovamos, e aqui está a emenda assinada pelo Senador Esperidião Amin.

Eu quero aqui, inclusive, citar o número da emenda, é a Emenda nº 0037, de autoria do Senador Esperidião Amin. Esta não é uma emenda de autoria do Relator.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – De qual data é essa emenda, Sr. Relator?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – A data – ela foi apresentada no período das emendas da 1.304 –: 15 de julho de 2025.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Muito obrigado pelo esclarecimento.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – Está certo?

Portanto, aqui está a emenda. E eu tenho certeza de que a assessoria de cada um dos Srs. Parlamentares pode consultar no sistema e ver se é verídico ou não que a emenda é de autoria do Senador Esperidião Amin e se está apoiado ou não pelos Senadores e Deputados que estiveram... Luis Carlos Heinze esteve no meu gabinete, entre vários Deputados Federais que estiveram em meu gabinete para tratar deste tema, que também tem os seus aspectos sociais. O Brasil não se resume ao Norte, não se resume ao Nordeste. Eu aqui estou relatando uma matéria de caráter nacional, em que pese eu seja do Norte e do Nordeste.

Falando sobre o *curtailment*, nós buscamos a várias mãos encontrar a melhor solução possível. E, Deputado, V. Exa. sabe o que é que aconteceu com a geração renovável no Brasil. Lamentavelmente, houve pareceres de acesso concedidos com nota





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de restrição. Senador Rogerio Marinho, imagine parecer de acesso concedido com nota de restrição. É a mesma coisa de não ter parecer de acesso.

E, em cima de parecer de acesso com nota de restrição, portanto, com conhecimento do investidor, do risco que ele estava correndo do ponto de vista energético, ele, investidor, tomou a iniciativa, por sua conta e seu risco, de fazer o investimento. E agora não é justo que este recurso seja retirado do consumidor brasileiro para indenizar o investimento que foi feito sob essas condições. Aqueles que foram feitos de acordo com o ponto de conexão, o escoamento de carga e a carga garantida, esses estão sendo indenizados.

Portanto, eu creio que nós avançamos.

Por outro lado, é preciso esclarecer que o Brasil, neste exato momento, tem 33% do seu despacho em energia renovável, sem bateria e sem flexibilidade do sistema. E isso tem provocado problemas sérios no sistema. Não é apenas a geração distribuída que tem causado problemas; é também o parque centralizado. Por quê? Porque há um limite de qualquer negócio, é o mercado de consumo. E nós estamos no Brasil há pelo menos duas décadas construindo hidrelétricas a fio d'água. Hidrelétricas a fio d'água não são hidrelétricas de garantia de energia firme. Hidrelétricas com reservatório são hidrelétricas de garantia firme. A fio d'água não é garantia firme, é claro que não é, e todos sabemos disso, tanto é que eu escrevi, com coragem, no meu relatório que o Brasil precisa voltar a construir hidrelétricas com reservatórios. Por quê? Porque nós perdemos a capacidade hídrica e, mais ainda, colocamos um comando para que o Governo, através da licença ambiental especial, possa, em um prazo de até 120 dias, aliás, 90 dias, indicar os licenciamentos ambientais de possíveis novos reservatórios de capacidades hídricas. aos como reservatórios para fazer usinas hidrelétricas reversas e, com isso, nós termos um pulmão hídrico adicional. Esta solução também foi encaminhada e, ao mesmo tempo, estamos sinalizando, portanto, com reserva química, com armazenamento químico e com armazenamento de água, a garantia de termos armazenamento energético para corrigirmos o desbalanceamento energético que está hoje no sistema.

Eu creio que, com essa explicação, eu tentei, esclarecer aos Srs. Deputados e aos Srs. Senadores, às Sras. Deputadas e às Sras. Senadoras, ao público que está nos





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanhando e a todos os setoristas que estão nos acompanhando que o planejamento energético brasileiro, portanto, falhou. Nós, lamentavelmente, falhamos. Nós perdemos o controle na subtensão na geração distribuída e perdemos o controle na alta tensão da geração centralizada de renováveis, e isso criou um grave problema de desbalanceamento elétrico, energético e de flexibilidade no sistema.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Seguindo a ordem da inscrição, Senador Heinze.

Eu acho que ele está *online*.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone.*) – Não era eu?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – O senhor é o próximo Senador.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – O senhor poderia esclarecer a lista?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – E se o Senador Heinze não... Você é o próximo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP - RS. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, está ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Ouvindo bem, Senador Heinze. Pode falar.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP - RS. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Presidente.

Parabéns pelo trabalho e também ao nosso Relator, Eduardo Braga.

Primeiro, Senador Eduardo, quero agradecer pela questão da casca de arroz. Eu me empenho nesse tema desde 2000, 2001, quando começamos a primeira usina de casca de arroz no Rio Grande do Sul. Hoje são 12 empreendimentos entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina, gerando uma pequena carga, mas, para nós, a casca de arroz na região





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtora era um problema ambiental e hoje tornamos uma solução. Então, obrigado já pelo seu apoio.

Da mesma forma, as cooperativas de eletrificação, que são empresas genuinamente nacionais. Nos três estados do Sul, principalmente, nós temos várias cooperativas que fazem um grande trabalho hoje, levando energia à nossa agricultura. Também em muitas cidades no interior do Rio Grande do Sul e em outros estados também têm a questão das cooperativas. Agradeço também pela questão das cooperativas de eletrificação.

E voltando agora à questão do carvão, realmente estivemos no seu gabinete; o Prefeito Folador estava lá e Vereadores daquela cidade, preocupados, porque esse assunto estava parado desde o ano passado. Eu mesmo já tinha projeto nessa direção antes da medida provisória, que o Senador Mourão assinou comigo. O Senador Paim também tinha um projeto e retirou, mas eu mantive o meu projeto. E agora estamos tratando da medida provisória.

Para nós é importante essa equalização com Santa Catarina, que já tem um prazo até 2040. Então nós estamos nos equiparando, não apenas o Rio Grande do Sul, não apenas esse empreendimento; também outros estados, na mesma direção, terão essa energia firme.

E com um problema interessante... uma solução, não é problema, que eu quero colocar ao Relator, ao Presidente e aos demais membros desta Comissão. Nós estamos já com esse mesmo projeto trabalhando também com madeira, para fazer uma conversão entre carvão e madeira, para um plantio de florestas, atrelado também à questão do carvão. Para nós, é uma solução importante para uma região do Rio Grande do Sul que é uma região deprimida, a região de Candiota, na Campanha. Então nós teremos também já esse projeto nessa mesma direção, transformando no futuro o plantio de florestas, que vai trabalhar junto com o carvão. É importante, é uma migração de um processo importante. E o custo também, Sr. Presidente, Sr. Relator e colegas Parlamentares, é um custo já bem diferenciado, porque é um empreendimento moderno que nós temos aqui – não apenas esse, mas outras questões que nós temos no estado e em outros estados da Federação.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu agradeço ao Relator e faço esse esclarecimento, que é meu pedido e de vários Parlamentares – realmente, do Deputado Marcelo Moraes, que é o Coordenador da bancada, hoje fala pela bancada, e de outros Parlamentares que estiveram no gabinete do Senador Eduardo Braga.

Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Senador Eduardo.

Obrigado, Senador Heinze.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM. Como Relator.) – Eu só queria agradecer ao Senador Heinze, porque ele está confirmando aquilo que eu relatei ainda há pouco: que recebi em meu gabinete uma comissão de representantes do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná para tratar desse tema, juntamente...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – ... com o Prefeito e com os Vereadores de Candiota.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Seguindo a ordem de inscrição, o Deputado General Pazuello.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone.*) – Não era eu?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – O próximo, Senador. Tem que alternar.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone.*) – Ah... O Pazuello será o próximo Senador... Eu já sou Senador.

O SR. GENERAL PAZUELLO (PL - RJ. Para discutir.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Pois não.

O SR. GENERAL PAZUELLO (PL - RJ) – Muito obrigado pela palavra. Quero me dirigir agora ao nosso Relator, Senador Eduardo Braga, mas eu vou esperar ele acabar o despacho... o *briefing* dele.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone.*) – Auricular.
Despacho auricular.

O SR. GENERAL PAZUELLO (PL - RJ) – O despacho auricular. (*Pausa.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone.*) – Abaixa o som, não estou escutando, não. (*Pausa.*) Vamos dar um tempo, porque ele está sendo quase convencido.

O SR. GENERAL PAZUELLO (PL - RJ) – Tem que esperar, não tem jeito.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone.*) – É, convenção do MDB, das duas Casas.

O SR. GENERAL PAZUELLO (PL - RJ) – Queria preservar o meu tempo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE. *Fora do microfone.*) – Tranquilo. Essa é a parte mais fácil.

O SR. GENERAL PAZUELLO (PL - RJ) – Difícil é esperar o despacho, concluir o despacho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone.*) – Isnaldo, você está muito inconveniente. Isnaldo, você está muito inconveniente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Perdão, restabeleça o tempo do Deputado Pazuello.

O SR. GENERAL PAZUELLO (PL - RJ) – Nosso Relator Eduardo Braga, Senador Eduardo Braga, quero dizer da honra que eu tenho de estar contigo neste momento. É o nosso caboclo de Manaus, caboclo de Belém, de onde nós viemos todos. Então, é muito legal ver uma pessoa que é quase primo nosso aí com esse padrão de trabalho, de conhecimento, de reconhecimento no Congresso Nacional do seu trabalho. Ficam aí os parabéns de outro caboclo para ti.

Eu queria debater alguns temas... Eu queria...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Eu tento...

O SR. GENERAL PAZUELLO (PL - RJ) – É assim mesmo, é claro, é normal.

... debater alguns temas. O primeiro é sobre a produção do carvão, a produção da energia por carvão, com a prorrogação de 15 anos. Eu não sou contra a prorrogação, acho justa, mas a MP não é o instrumento correto que permite que se discutam as contrapartidas necessárias que podem ser colocadas ainda nessa discussão, quais os compromissos que essas grandes produtoras de energia por carvão podem ter nesses próximos 15 anos? Eu não sei que tipo de tratativa foi acordada ou já é acordada, e fica aqui uma colocação: será que não caberiam mais discussões? Por isso que esse destaque do partido estou colocando como discussão.

Com relação às hidrelétricas, entendi também que a prorrogação não vai ser automática.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Não.

O SR. GENERAL PAZUELLO (PL - RJ) – A ideia é sempre por motivo superveniente. E a pergunta é, esses motivos supervenientes também não deveriam estar de alguma forma listados, para que não houvesse apenas a discussão: "ah, motivo superveniente, está prorrogado". É só uma sugestão, não sei se ainda há compreensão para essa discussão do destaque, mas vou fazer as perguntas, que são só quatro. Então, quanto à hidrelétrica, fica essa discussão também sobre os motivos que seriam supervenientes para você adotar... Obviamente, ter essa possibilidade é justo, agora, quais seriam os motivos supervenientes para isso?

Quanto aos incentivos às baterias, coloco que é fundamental que haja as baterias para evitar o *curtailment*, somos totalmente a favor com relação a isso, mas a discussão do conteúdo, local e, obviamente, fabricação nacional, a própria transferência da tecnologia, toda essa discussão de onde são as fábricas colocadas, são discussões que ainda acho que precisam ser feitas. Não estou discutindo o incentivo e o uso das baterias, tem que haver, mas fica novamente: cabe naquilo que o nosso Senador falou, que é o tempo de discussão. É uma medida provisória, o prazo está cantando semana que vem,



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

então a gente fica dependendo aí da tua capacidade de ouvir tudo, ouvir as pessoas, ouvir as associações e aceitar ou não as posições.

Quanto à CDE, eu queria colocar algumas ideias. Primeira, nós temos uma energia muito barata, mas nós temos uma conta caríssima. E a CDE é um dos componentes dessa conta caríssima que nós temos. É preciso separar o que realmente deve ficar na CDE. Não é o caso da discussão agora, mas eu coloco, sobre a discussão do assunto CDE, que já foram retirados os de baixo consumo – está correto, não vai pagar a CDE. Garantir 50% para os grandes consumidores, abater 50% da CDE de grandes consumidores, pelo que entendi, passou para 75kW e não mais 69kW, não sei se foi exatamente isso que você colocou, coloca a classe média como a grande financiadora...

(Soa a campainha.)

O SR. GENERAL PAZUELLO (PL - RJ) – ... que fica entre o baixo consumo e o alto consumo. Se nós vamos baixar 50% da CDE para os grandes consumidores, isso não vai impactar muito a classe média? Não seria o caso de não entrar nessa linha, não baixar para A e não baixar para B? Porque a gente baixou para baixo, se a gente baixar para cima, a galera que fica no meio, a maioria de todos nós, vai pagar essa conta dobrada ou vai pagar mais do que poderia pagar.

São essas as colocações.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM. Como Relator.) – Respondendo ao meu amigo General Pazuello, meu amigo de infância lá do Amazonas, deixe-me começar a responder de trás para a frente.

CDE. Está escrito aí no PLV que 100% das outorgas das hidrelétricas, durante sete anos, serão direcionadas para o pagamento de modicidade tarifária da CDE. O que significa isso? Exatamente subsidiar para reduzir o encargo da classe média brasileira. E o que nós estamos fazendo em sete anos é um volume de mais de R\$15 bilhões sendo injetados para reduzir o encargo da CDE na classe média.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação aos 50% para a alta tensão, é preciso dizer que, se não fosse isso, nós estaríamos encarecendo todo o parque industrial brasileiro, todo o setor produtivo. Isso incorreria em aumento de custo, aumento de preço, aumento de inflação, e quem pagaria seria exatamente as classes mais baixas. Por quê? Porque nós teríamos um aumento da inflação para as categorias mais baixas. Portanto, é importante manter esta questão.

Outra coisa, nós "tetamos", está "tetada" a CDE com o Orçamento de 2025 – com o Orçamento de 2025 –, ou seja, daqui até 2032, a CDE só poderá avançar sobre o IPCA, e aquilo que for excedente será encargo para o sistema, não para o consumidor – para o sistema. Portanto, a exceção dos subtetos sociais... E aí criamos subtetos para cada uma das despesas, porque algumas delas vão reduzir, porque estão entrando linhas de transmissão que vão substituir as gerações térmicas por sistema interligado, o que, portanto, reduzirá a conta CCC. Portanto, haverá uma redução natural da conta CCC e haverá uma contenção e uma injeção de dinheiro novo pelas outorgas.

(Soa a campainha.)

O SR. GENERAL PAZUELLO (PL - RJ) – Perfeito.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – Respondendo à questão das baterias...

O SR. PRESIDENTE (Joaquim Passarinho. PL - PA) – CDE. Está escrito aí no PLV que 100% das outorgas das hidrelétricas, durante sete anos, serão direcionadas para o pagamento de modicidade tarifária da CDE. O que significa isso? Exatamente subsidiar para reduzir o encargo da classe média brasileira. E o que nós estamos fazendo em sete anos é um volume de mais de R\$15 bilhões sendo injetados para reduzir o encargo da CDE na classe média.

Com relação aos 50% para a alta tensão, é preciso dizer que, se não fosse isso, nós estaríamos encarecendo todo o parque industrial brasileiro, todo o setor produtivo. Isso incorreria em aumento de custo, aumento de preço, aumento de inflação, e quem pagaria seria exatamente as classes mais baixas. Por quê? Porque nós teríamos um aumento da inflação para as categorias mais baixas. Portanto, é importante manter esta questão.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa, nós "tetamos", está "tetada" a CDE com o Orçamento de 2025 – com o Orçamento de 2025 –, ou seja, daqui até 2032, a CDE só poderá avançar sobre o IPCA, e aquilo que for excedente será encargo para o sistema, não para o consumidor – para o sistema. Portanto, a exceção dos subtetos sociais... E aí criamos subtetos para cada uma das despesas, porque algumas delas vão reduzir, porque estão entrando linhas de transmissão que vão substituir as gerações térmicas por sistema interligado, o que, portanto, reduzirá a conta CCC. Portanto, haverá uma redução natural da conta CCC e haverá uma contenção e uma injeção de dinheiro novo pelas outorgas.

O SR. PRESIDENTE (Joaquim Passarinho. PL - PA) – Senador, só um instante. Eu queria pedir um pouco de silêncio, nem eu estou escutando, que estou aqui do lado. Então, eu gostaria... Se o assunto estiver muito ruim aqui, o corredor eu acho que tem uma posição bem tranquila de conversar, com todo o respeito a todos. O Senador está para não conseguir falar mais aqui de gritando para tentar ser ouvido.

Desculpe, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – Eu agradeço, Deputado Passarinho.

Sobre as baterias, Pazuello – permita-me chamá-lo de Pazuello –, o que está acontecendo é o seguinte: nós temos um problema imediato, nós temos um problema para hoje, não é para amanhã. Na realidade, esse problema era para três anos atrás, era para quatro anos atrás. A falta de providência, há quatro, cinco, seis anos, acabou provocando um *curtailment*

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. *Fora do microfone.*) – Contratual.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – ... contratual e de desequilíbrio elétrico, não é de desequilíbrio energético. Portanto, o gerador não tem culpa e ele vai ser indenizado.

Isso é um custo. Agora, como nós resolvemos isso? Só tem duas maneiras: bateria química, para ontem, e armazenamento de água – não tem uma terceira forma.

Como é que nós vamos fazer o armazenamento de água? Com a introdução de novas tecnologias – PCHs reversas, hidrelétricas reversas, novos reservatórios com PCHs





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

reversas ou hidrelétricas reversas, dependendo do tamanho do reservatório – e voltando a aprovar hidrelétricas com reservatórios no Brasil.

Agora, quanto tempo leva para construir uma hidrelétrica? O General sabe que, para construir uma hidrelétrica, nós levamos dez anos, levamos 15 anos, portanto, nós não vamos resolver isso da noite para o dia. No entanto, se nós colocarmos baterias, em seis meses no Brasil, nós começamos a reduzir o *curtailment*.

Nós temos hoje no Brasil pouquíssimos produtores nacionais de bateria, e as baterias mais competitivas analisadas no mercado não estão no Brasil.

A carga tributária sobre a bateria importada é de 70%. Se nós desonerarmos em 70%, significa que algo que custava R\$100, custa R\$30. É interessante ou não para o Brasil, é patriota ou não para o Brasil, comprar uma bateria por 30% do seu valor, armazenar a energia que nós estamos jogando fora e despachá-la na hora correta? É correto. Agora, ao longo do tempo, nós estamos criando um programa chamado Reidi, que, a partir do sétimo ano, terá imposições de conteúdo local, terá imposições de conteúdo nacional...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – ... terá uma série de outras coisas.

Nós temos um problema; ou nós damos uma solução imediata; ou o que disse o Deputado Danilo, não tem solução; ou o que disse o Deputado Arnaldo Jardim, não tem solução; ou o que disse o nosso Deputado representante do PT, não tem solução; ou o que disse o Deputado Lafayette, não tem solução.

E o que nós vamos fazer? Vamos continuar jogando energia fora. Existem duas energias que são as mais caras do mundo: não ter energia e jogar energia fora. O Brasil está jogando oito gigawatts/dia de energia fora, e estamos pagando a energia que é a segunda mais cara do mundo. Então, nós temos que equacionar com baterias e temos que equacionar com armazenamento de água. E não podemos esperar. É patriota fazer isso, é do interesse nacional fazer isso.

Questão das hidrelétricas. Não é verdade que estamos prorrogando, sem nenhuma trava, as hidrelétricas.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O poder concedente, vou dar o exemplo do Estado do Rio de Janeiro... Dois terços do abastecimento de água do Rio de Janeiro dependem de um complexo de hidrelétricas da Light. Esse complexo tem 60 anos que foi construído. Você sabe há quantos anos ele não sofre manutenção? Há 60 anos. Ele está à beira do colapso. Se não houver uma medida urgente, nós teremos desabastecimento de água no estado de V. Exa., que envolve 31 municípios da região metropolitana e dois terços da cidade do Rio de Janeiro. Será que isso é bom para o Rio de Janeiro? Claro que não. Mas quem é que tem a responsabilidade de fazer isso? O poder concedente. Não sou eu não.

O que estamos dizendo aqui é que está autorizado o poder concedente, em situações como tais, supervenientes e justificadas, fazê-lo, sob pena de responsabilidade do poder concedente pelo desabastecimento hídrico. Isso é segurança hídrica.

Segunda coisa, toda e qualquer outra prorrogação é através de leilão. Portanto, não estamos dizendo que isso virou uma liberação total de prorrogações de hidrelétricas. Não é isso, pelo amor de Deus. Ao contrário, nós queremos os pagamentos de outorga, porque, com a outorga, durante sete anos, nós vamos botar o dinheiro, 100%, na CDE. Porque hoje 50% vai para o Tesouro Nacional e 50% vai para modicidade tarifária.

E, por último, o carvão.

Pazuello, sinceramente, na situação de Candiota, eu fiquei sensibilizado com os depoimentos que ouvi do Senador Esperidião Amin, do Senador Heinze e de vários Deputados, que não sei citar aqui os nomes.

Sei que o Deputado Alceu, do MDB, do Rio Grande do Sul, estava, porque é do meu partido e eu o conheço – ele é o Presidente da Fundação Ulysses Guimarães e estava presente. O Prefeito de Candiota e vários Vereadores estavam nessa reunião e fizeram um depoimento desesperado.

Volto a dizer, estou com a emenda do Senador Esperidião Amin, que eu acatei, e fiz com termos que dão mais restrição. Ele propunha aqui um prazo e eu reduzi o prazo. Nós criamos uma necessidade de investimento de 5% em bateria. Não só para térmica a carvão, as térmicas a gás terão que ter 50% de inflexibilidade, 50% de flexibilidade, mais 5% de baterias para poder aumentar a flexibilidade, que é o que o sistema está precisando.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu digo a V. Exas., eu sou engenheiro eletricista há mais de 40 anos, eu tenho 45 anos de formado. Trabalhei em Tucuruí, trabalhei em vários lugares e fui Ministro de Minas e Energia. Eu tentei, junto com o Fernando, que foi Ministro de Minas e Energia, e junto com todos os técnicos que participaram – que não foram poucos – e com todo o setor que participou da audiência pública, fazer o melhor que um ser humano pode fazer. Não é perfeito. Tanto é que eu acatei mudanças do relatório de ontem para hoje, porque eu não sou perfeito. Eu não tenho pretensão aqui e a arrogância de dizer: "Eu tenho a solução". Eu não tenho a solução. Eu estou tentando encontrar uma solução, compartilhando democraticamente com os Deputados, Deputadas, Senadoras e Senadores.

Portanto, eu espero poder ter respondido às perguntas de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Obrigado, Senador.

Senador Rogerio Marinho.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Para discutir.) – Senhores, eu pediria – depois do despacho auricular ali dos nossos dois principais mandatários – um pouco de atenção aqui dos nossos pares, porque o que eu vou solicitar, depois de uma palavra a respeito do tema, é, na verdade, uma espécie de paridade de armas, viu, Senador Eduardo? Paridade de armas. V. Exa. faz um depoimento aí que... Eu tenho dito a V. Exa., desde que nós estamos aqui no Senado, que V. Exa. é um dos Parlamentares mais qualificados. O senhor é um extraordinário aliado e um péssimo adversário. O senhor é bom para caramba.

Então, V. Exa. faz um trabalho de excelência, V. Exa. se debruçou sobre o tema. V. Exa. é engenheiro elétrico.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Elétrico, não, porque eu não dou choque, eletricista.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Eletricista. V. Exa. foi Ministro de Minas e Energia, Governador do Estado do Amazonas. V. Exa. trabalhou em obras privadas de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

construção de hidrelétrica de grande porte. Então, veja, V. Exa. está alguns passos à frente, para ser modesto aqui, em relação aos demais membros desta Comissão.

E V. Exa. teve, me dirigindo ao nobre Relator, aproximadamente dois meses para se debruçar sobre esse tema, que é um tema árido. É um tema complexo. É um tema que, mesmo com a *expertise* que V. Exa. tem, é um tema que V. Exa. mesmo admite a necessidade de, ouvindo os seus pares, aperfeiçoar o processo. E V. Exa. fez uma outra afirmação que a mim calou muito fundo. Nós, como país, como sociedade, como economia, como, enfim... pecamos no nosso planejamento. Isso é um fato.

E aqui não adianta apontar governos, foi ao longo da nossa história. V. Exa. falou, por exemplo, das hidrelétricas a fio d'água. Para mim, isso foi um erro tão tremendo que, assim, espanta quem vem de lá para cá e observa o que é que está acontecendo com investimentos bilionários que geram cinco, seis meses por ano.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM. *Por videoconferência.*) – Quatro.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Quatro meses até. Então, isso é um despautério, é uma demonstração de que nós nos perdemos no caminho de alguma forma pela falta de continuidade de um planejamento sistêmico, principalmente quando ingressaram no sistema outras fontes energéticas, que é o caso, principalmente, das fontes eólicas e solares. E todos nós aqui temos, além da necessária visão de país, nós temos os nossos componentes regionais. V. Exa. sabe que eu sou do Nordeste, do Rio Grande do Norte, ao lado do nosso alagoano, Fernando, perto do nosso paraibano, do paulista, do baiano, do catarinense. Aqui está representado o Brasil, e cada uma dessas regiões tem problemas específicos ou potenciais específicos que necessariamente precisam ser levados em consideração.

E hoje há a questão – eu acho bonito o termo, não consigo nem pronunciar de maneira adequada, que eu sou um monoglota – do *curtailment*. É um nome esquisito. O fato é que esses empreendedores, me permita a figura de linguagem, acreditaram no Governo.

Quando V. Exa. falou, com muita propriedade: "Olha, é licença com restrição", nós poderíamos fazer uma paridade, por exemplo, com uma preocupação que eu tenho com a





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

saúde fiscal do país. Quando nós fizemos o debate da 1.300, e eu disse a V. Exa., e V. Exa. me ouviu atentamente no Plenário: "Olha, não é possível que nós tenhamos hoje uma CDE de 50 bilhões aproximadamente, que impacta diretamente o consumidor cativo, esse que não está podendo se defender, e também a indústria que, ao final, aumenta o preço e repassa para o conjunto da sociedade". Então, o Governo, no afã de fazer uma política social, não levou em conta a necessidade de reorganizar o sistema.

(Soa a campanha.)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Então, essa mesma CDE... E eu até discuti: "Olha, vamos fazer um desmame gradativo, vamos retirar o subsídio ao longo do tempo". Parece-me que não está contemplado isso por enquanto, mas V. Exa. ainda pode fazê-lo. E nós temos as exceções. V. Exa. congelou, com o parâmetro de 2025, mas o custeio de baixa renda, a universalização, a conta do combustível, a manutenção da CDE, a irrigação rural, esses não estão congelados. Então, nós vamos ter, de qualquer forma, um crescimento acima desse congelamento corrigido pelo IPCA que vai impactar a sociedade brasileira como um todo.

Eu sei que essa discussão, e eu estou falando aqui de um aspecto, é uma discussão em que vão dizer: "Mas o que é que isso tem a ver com o sistema?". Bom, nós vamos ver, por exemplo, a questão de Itaipu – a gente precisa discutir Itaipu. Desde 2023, no começo de 2023, houve a amortização do sistema. A gente está falando de R\$63 bilhões que foram amortizados pela sociedade brasileira ao longo, sei lá, de 30 anos. Os recursos que deveriam estar servindo para diminuir o custo que é debitado ou creditado – debitado na conta da sociedade brasileira – está sendo utilizado para fazer política sem fiscalização de quem quer que seja.

(Soa a campanha.)

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Aí eu estou falando da COP 30, de "Janjapalooza", de convênio com município sem nenhuma fiscalização. E aumentou o custo operacional em R\$8 bilhões em dois anos.

Então, o sistema tem distorções, é verdade. E a gente poderia talvez... O bom é inimigo do ótimo, eu reconheço. Não tenho, Senador Eduardo, nenhum preconceito sobre





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

utilização de fonte energética. Acho que carvão, energia nuclear, biomassa, gás, tudo isso são recursos que o país tem e que, se são usados de forma sustentável e equilibrada, tem que usar. Não tenho preconceito em relação a isso. Agora, tenho preconceito contra o fato de que, normalmente, nessas situações, infelizmente, a visão sistêmica é ultrapassada pelos interesses específicos de cada setor. E aí nós ficamos com um sistema que V. Exa. conhece de cátedra e o nosso Presidente também, porque ambos tiveram a oportunidade de ocupar o honroso cargo de Ministro de Energia no nosso país, V. Exas. sabem que nós temos um frankenstein, nós temos uma ruma de puxadinhos.

A intenção de V. Exa. para mim está cristalina. Ótimo! Vamos tentar melhorar. O apelo que eu faço a V. Exa., sem querer aqui, ainda, entrar na discussão do mérito de uma maneira mais esportiva, é paridade de armas. Veja, Senador Eduardo, essa medida provisória vai vencer, me parece, na quinta-feira da próxima semana. A próxima semana...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – É no dia 7.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sexta-feira. Então, na próxima semana, nós teremos, ao contrário desta semana, a última semana antes do final, do término do nosso período legislativo deste ano, presencial, porque, em seguida, virá a COP 30. Depois, V. Exa. sabe que a discussão que ocorrerá basicamente será a votação orçamentária, no final do ano. Mas nós teremos uma semana em que todos nós estaremos aqui, Senadores e Deputados, pessoas que certamente gostariam de contribuir para o processo.

Se nós votássemos, tivéssemos um acordo de procedimento e votarmos na terça-feira, porque V. Exa. fez, inclusive, uma complementação de voto... O voto que V. Exa. proporcionou para que nós tivéssemos acesso ontem, eu estava na CPMI do INSS e o levei para casa para ler. Tem algumas coisas que eu não consegui entender, e, mesmo que V. Exa. me explique, eu tenho dificuldade cognitiva, eu tenho uma dificuldade de entendimento e eu vou precisar um pouco mais de maturação.

Então, o pedido que eu faço a V. Exa. é que nós votemos na terça-feira. Aqui, não vai se obstacular, ninguém vai aqui fazer chicana do ponto de vista de paralisar a votação pela





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

manhã. À tarde, votemos na Câmara; e, no Senado, na quarta-feira, sem prejuízo, inclusive, de que o projeto perca a sua vigência.

Eu entendo, Senador, e reitero o trabalho que V. Exa. faz, a *expertise* que V. Exa. colocou no seu trabalho, mas eu lhe digo com toda a sinceridade: eu tenho algumas dúvidas que não vai ser o debate que faremos agora que vai me esclarecer.

Então, é o apelo que eu faço a V. Exa.: que a gente jogue essa votação para terça-feira e termine ela na quarta-feira da próxima semana.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – Presidente, V. Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Sempre.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM. Como Relator.) – Meu eminente colega, amigo Rogerio Marinho, V. Exa. é meu amigo há muitos anos e eu já lhe disse reservadamente e publicamente o quanto admiro a inteligência de V. Exa. e a sutileza da argumentação que V. Exa. coloca tanto para o bem quanto para o mal.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Opa!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – Mas me permita fazer aqui algumas colocações.

Quantas vezes nós no Senado não criticamos porque chegou uma MP em última hora para nós votarmos no Senado, sem podermos nos manifestar? Inúmeras vezes.

V. Exa. disse que eu passei dois meses debruçado sobre a matéria. V. Exa. sabe que eu fui o Relator do PLP 108, da reforma tributária, que eu concluí em três semanas. V. Exa. sabe que eu fui o Relator da portabilidade, complementando o relatório do Deputado Líder Isnaldo Bulhões, na Câmara. Portanto, V. Exa. sabe que eu estou dedicado a esta matéria exatamente há 17 dias, mas eu estou dedicado 17x24, trabalhando, ouvindo, discutindo, debatendo, aprofundando e tentando construir um sistema que possa, ao longo de sete anos, trazer a CDE para 20% do valor que ela tem hoje e fazer com que o sistema brasileiro volte a ser um sistema equilibrado do ponto de vista energético, elétrico, de flexibilidade e de segurança hídrica e energética.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sinceramente, o que nós estamos propondo aqui é um sistema em que a conta fecha. Por quê? Porque nós pegamos recursos novos, os recursos das outorgas que acontecerão e que estão calculados.

Nossa equipe – está aqui o Rutelly, que é um consultor especialista no setor –, juntamente com técnicos da Aneel, com demais consultores do Senado e com técnicos do ONS, com técnicos do Ministério da Fazenda, com técnicos da Casa Civil e do próprio Ministério de Minas e Energia se debruçaram para que nós pudéssemos finalmente apresentar o equilíbrio do balanço elétrico, energético, financeiro e sistêmico, para que nós voltemos a ter um sistema equilibrado.

Quando o sistema era hidrotérmico, era muito simples, porque quem fazia o armazenamento eram os reservatórios. Era simples o Operador Nacional cortar a geração hidrelétrica e aumentar a reserva de energia num reservatório de água. Na hora em que nós criamos múltiplas fontes de energia, o que é bom do ponto de vista racional, era preciso que houvesse uma série de sofisticações regulatórias e uma série de sofisticações sistêmicas, que lamentavelmente não aconteceram. Só que o tempo urge. Por quê? Porque todo dia o Brasil consome energia, todo dia o Brasil está jogando fora 8GW de energia. Isso não é barato. Só no sistema de desbalanceamento elétrico, essa conta dá R\$3 bilhões – R\$3 bilhões.

Portanto, o que V. Exa. me propõe eu não tenho autoridade para decidir. O que eu posso dizer a V. Exa. é que estou disposto a debater o tempo que quiserem, o quanto quiserem. Nós estamos hoje no dia 29 de outubro. Se não deliberarmos esta matéria nesta semana na Comissão a tempo de a Câmara deliberar nesta semana em Plenário, para que nós possamos no Senado ter os dias 3 e 4 para deliberar, vai acontecer com esta MP o que aconteceu na MP 1.300, quando ficamos até quase meia-noite no Plenário esperando a MP chegar da Câmara para a gente poder votar.

Portanto, apelo ao espírito de brasilidade de V. Exa. – apelo ao seu espírito de brasilidade. Entendo que nós estamos em período pré-eleitoral, mas esta não é uma matéria eleitoral, esta é uma matéria macroeconômica, esta é uma matéria que diz respeito ao bolso de todos os brasileiros. Se nós tivermos condições de exaurir o debate, de fazer a votação nesta semana na Comissão, e poder ainda nesta semana a Câmara, até





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

sexta-feira, deliberar, para que o Senado possa ter os dias 3 e 4 para deliberar, e, se houver alguma alteração, a Câmara ainda ter o dia 6 para fazer a deliberação final e ir à sanção da Presidência da República, nós estaremos cumprindo aquilo que todos os dias V. Exa., eu e outros Senadores falamos no microfone do Senado. Nós não podemos ter um discurso no Plenário e outro nesta Comissão. Eu apelo a V. Exa., sei do espírito de brasilidade de V. Exa.: vamos exaurir, vamos discutir à exaustão e vamos a votos. Se o Congresso Nacional decidir rejeitar este relatório, modificar este relatório, eu me curvo à vontade da maioria, mas eu não quero ser cúmplice ou omissor dos erros que eu critico quando estou na tribuna do Senado como Líder do MDB, criticando que nós não temos tempo para deliberar e fazer as modificações necessárias nas matérias.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN) – Sr. Presidente, só uma contradita aqui, porque eu recebi aqui um pedido do Relator. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Lógico.

O SR. ROGERIO MARINHO (Bloco/PL - RN. Pela ordem.) – Bom, quero dizer, Senador, que eu, durante a minha fala, deixei claro, não entrei nem no mérito do questionamento. Não estou fazendo aqui juízo de valor a respeito de pontos específicos. Pelo contrário, eu disse que não tenho conceitos prévios contra qualquer fonte energética. Acho que a gente não deve ter como país, né? A gente precisa utilizá-la da melhor forma possível, com sustentabilidade, com a preocupação de termos o desenvolvimento sustentável, enfim... Agora, o que eu falei – e apesar de o tom parecer mais leve, e é leve, pela admiração que eu tenho a V. Exa. – é que V. Exa., de fato... Os 17 dias que V. Exa. disse que teve precisam ser somados à sua *expertise* técnica no assunto. Não foi por acaso que V. Exa. foi escolhido Relator.

E o tema é complexo. E é uma oportunidade. E a nossa proposta não é procrastinar, não é tergiversar, não é colocar debaixo da cadeira, né? O nosso propósito é contribuir de uma forma mais eficaz, com mais qualidade. E eu lhe asseguro que o conjunto de informações que V. Exa. tem, por mais que o debate se estenda, sei lá, até a meia-noite de hoje, nós vamos ter dificuldade de absorver se nós não consultarmos os nossos técnicos. V. Exa. acabou de fazer uma complementação de voto. O documento que V. Exa. nos proporcionou é um documento bastante complexo, bastante extenso.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja, ao contrário das medidas provisórias, em que o rito era completamente distinto – isso foi alterado nesta legislatura, em função da excepcionalidade da questão da covid –, nós estamos tendo a condição de fazer um debate, dentro de uma Comissão Mista, como deve ser, e não pelo rito que V. Exa. está colocando, que havia anteriormente nas medidas provisórias. E, feito aqui, quanto maior a possibilidade de exaurirmos eventuais diferenças, menor a possibilidade de, chegando a uma das duas Casas, haver obstáculo na sua votação.

Esse é o compromisso que eu posso assumir com V. Exa.. E o apelo eu reitero: não haverá prejuízo; apenas, eu acredito, a melhoria na qualidade do trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Senador Rogério, obrigado pela colaboração.

Eu fui procurado pelo Líder Isnaldo com uma proposta que eu não vou dizer semelhante, mas que vai na mesma linha, mas eu preciso só... Até para completar seis Parlamentares da Câmara, eu tenho o Deputado Arnaldo Jardim e, na sequência, o Líder Isnaldo, inscritos para falar.

O Deputado Arnaldo Jardim está com a palavra.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Presidente, qual está sendo a ordem de fala? Pode falar só os próximos cinco, por gentileza?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Eu não tenho mais Senador inscrito. Então tem o Deputado Arnaldo, que vai falar agora. Na sequência, o Líder Isnaldo, Hugo Leal, Marcel van Hattem, Duarte Jr. e Alexandre Lindenmeyer.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – São quantos minutos para cada, por gentileza?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Cinco minutos.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Obrigado, Presidente. Se puder ter atenção com o tempo, para poder... Obrigado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Deputado Arnaldo, cinco minutos, com o pedido do Deputado Duarte para ser implacável no tempo a partir de agora.

O SR. ARNALDO JARDIM (Bloco/CIDADANIA - SP. Para discutir.) – A partir de agora? A partir do próximo, Presidente. (*Risos.*)

Presidente Fernando Bezerra Coelho; Relator, Senador Eduardo Braga; Sras. e Srs. Parlamentares, eu estou acompanhando com vivo interesse o debate, como estive nas audiências que fizemos, como tentei interagir com as entidades, com os setores, com os consumidores para podermos aqui...

Eu acho que nós temos um risco muito grande, num debate como esse, de ver a árvore e esquecer a floresta, numa referência amazônica de homenagem ao nosso Relator. Veja só por que afirmo isso.

Nós assumimos a Medida Provisória 1.300, ela foi, de alguma forma transferida, em vários aspectos, para a 1.304. A medida provisória veio com méritos, e, num momento em que os detalhes vêm à tona, muitas vezes nós esquecemos aquilo que é o fio condutor. Reivindicou-se aqui, durante muito tempo, ter sistemática ou ter planejamento, e nós sabemos que esse foi o problema originário. Nós tivemos advogados à profusão, no período recente, de interesses específicos e setoriais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ARNALDO JARDIM (Bloco/CIDADANIA - SP) – ... e não tivemos aqueles que advoguem o espírito público, o senso comum, o equilíbrio que é necessário. O que está se fazendo aqui – e eu saúdo o conteúdo daquilo que nós estamos produzindo – é buscar retomar esse sentido coletivo.

Alguns falaram aqui na valorização das energias renováveis, e eu, ao lado de vários Parlamentares, como o meu querido Danilo Forte, tenho uma história com relação a isso, mas é óbvio que as energias renováveis não sobreviverão na sua participação relativa dentro da matriz energética se ajustes não forem feitos. É muito simples você reivindicar





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

só que esse espaço seja mantido ou ampliado, sem discutir um conjunto de medidas que são necessárias para isso.

Segundo ponto muito importante: nós estamos dando um passo – não ouvi referência – à ampliação do mercado livre. Eu quero ressaltar que isso se faz agora com critérios e com prazo para o setor industrial, para o setor residencial. Isso significa uma outra mudança estrutural muito importante, inclusive prevemos aquilo que serão encargos que o mercado livre terá. Não será só uma panaceia, é uma mudança estrutural, mas terão responsabilidades para a sustentação do modelo, está isso incorporado.

O *curtailment*, nós estamos sobre ele falando. O *curtailment*, vamos recordar, não veio na proposta original, nem da 1.300, nem da 1.304. Foram Parlamentares aqui – vários, eu entre eles me incluo – que colocaram esse tema agora estruturante. Será que não seria mais simples simplesmente abordar o que veio na medida provisória e torcer para que um dia alguém pudesse cuidar do *curtailment*? Não. Aqui, a partir das iniciativas dos Parlamentares, protagonismo do Parlamento, nós tomamos iniciativa.

A criatividade veio também buscando fontes de renda, porque, todas as vezes que se falava de reconhecer aquilo que era o débito elétrico ou energético – no caso, o elétrico –, nós não tínhamos fonte de renda. Alternativas foram discutidas. Quem de nós, aqueles que se dedicaram, como os Parlamentares que aqui estão... nós buscamos talvez um instrumento de prorrogar concessões, uma fonte de recurso. Nós fomos buscar, e o Relator teve o mérito de dialogar com o Governo...

(Soa a campainha.)

O SR. ARNALDO JARDIM (Bloco/CIDADANIA - SP) – ... para que nós pudéssemos ter alternativa de *curtailment*.

Daqui para diante, eu acho que até nós podemos pensar em ajuste, mas o passado, de alguma forma, vai ser tratado, está sendo tratado. Empresas que estão vivendo dificuldades, terão momento de alívio para poder reorganizar a sua própria vida, e eu acho que é importante que isso seja dito.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Armazenamento? Zero, não veio tratado, e nós sabemos que, para a sobrevivência das renováveis, para o sistema ter organicidade, ou até para nossa geração solar, no seu amplo espectro, desde a centralizada, até descentralizada, distribuída, que nós precisamos casar com o armazenamento. Foi aqui, agora, nesta Comissão, foi a partir do relatório que nós tomamos iniciativas com relação a essas questões.

Quero destacar o olhar sobre a GD. Quem de nós não foi, recebeu *e-mails*, uma verdadeira quase que instabilidade...

(Soa a campainha.)

O SR. ARNALDO JARDIM (Bloco/CIDADANIA - SP) – ... se determinou, Presidente, nesse sentido, porque se dizia que se iam rasgar contratos, que íamos penalizar todo o segmento. Isso não ocorreu. Não há nenhum contrato rasgado; há determinações de ajustes, ajustes que podem ser até aprimorados, mas isso se fez de uma forma importante no que diz respeito à questão da GD, o que vai garantir que ali possa ser ampliado e que a GD possa, combinada, fazer também a sua interação.

Destaco a preservação dos contratos e menciono alguns pontos que quero agradecer, porque fui, de alguma forma, portador. E aí eu vou falar de alguns pontos específicos depois desse questionamento geral aí.

Primeiro, a questão referente às cooperativas. Eu tenho a responsabilidade, apoiado aqui pelos Srs. Parlamentares, de dirigir a Frencoop; levamos os pleitos às cooperativas de eletrificação rural...

(Soa a campainha.)

O SR. ARNALDO JARDIM (Bloco/CIDADANIA - SP) – ... que cumprem o papel tão estruturante e têm ali a possibilidade de continuar o seu trabalho.

Segundo, o setor do agro, quer seja pelo respeito à irrigação e à aquicultura, como aquilo que foi tão bem levantado pelo Deputado Lafayette, incorporado aqui pelo Relator.

Destaco ainda, de uma forma muito importante, aquilo que foi o hidrogênio. Eu presido também, com o auxílio sempre dos Srs. Parlamentares...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Soa a campainha.)

O SR. ARNALDO JARDIM (Bloco/CIDADANIA - SP) – ... por isso nós aprovamos as coisas por consenso. Foi assim o combustível do futuro, foi o marco regulatório do hidrogênio, e nós prorrogamos agora o período da sua vigência, com problemas estruturantes de conexão que tem e outros para poder fazer, e isso está constando, combina com toda a estrutura de repensar o nosso setor de energia.

Pontos – me permitam Sr. Relator, Srs. Parlamentares. Quando na questão do armazenamento, várias emendas foram propostas, eu as propus também, está certo? Nós tivemos a figura do agregador de recursos e tivemos a definição de todo o conceito de geração. Eu quero solicitar que, no art. 3º do PLV, seja feito um ajuste, para que se possam incorporar os consumidores como elementos também do armazenamento de energia. Isso vai dialogar muito com toda a questão da GD, está certo?

Então, somos nós, entre aqueles que são personagens, pessoas que têm um papel a cumprir na questão do armazenamento, os consumidores de energia, inclusive via agregadores de recursos elétricos. Acho que isso casa, Sr. Relator, com aquilo que é a sua preocupação com relação à questão da GD também: que o próprio consumidor possa fazer essa parte e ter o seu aspecto gerador.

Outro ponto, no capítulo do armazenamento: quando se fala da questão dos leilões de capacidade, leilões de bateria, há uma determinação, no relatório, que é a indicação de localização de empreendimentos a serem contratados. Eu acho que isso dá um sentido de planejamento, mas temo, e acho que deveríamos fazer uma ressalva, porque há um "releilão" já anunciado, e isso poderá impactar o leilão anunciado, o LRcap Baterias.

Então, eu proporia que isso seja uma coisa de vigência posterior, para não impactar, não retrocedermos. Já está atrasado o leilão de capacidade, e a introdução disso, no meu entender, poderia comprometer.

Segundo bloco de questões, bem sucinto... Perdão, obrigado pela tolerância...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – São quantos blocos, Deputado Arnaldo, só para eu saber...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARNALDO JARDIM (Bloco/CIDADANIA - SP) – Não, são mais dois. São mais dois. São mais dois.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu agradeço por ajudar na obstrução da Oposição.

O SR. ARNALDO JARDIM (Bloco/CIDADANIA - SP) – Conexão...

Eu acho que eu não estou obstruindo. Com toda a brincadeira...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Não, o senhor não, mas eu...

O SR. ARNALDO JARDIM (Bloco/CIDADANIA - SP) – ... mas eu acho que nós estamos propondo aperfeiçoar o processo que houve do relatório anterior para esse, o relatório que evolui, em relação às Medidas 1.300, 1.304. Nós estamos com uma dívida do Sr. Relator, que era tratar de *data center* na 1.307, na 1.308, e não conseguimos trazer isso. Isso vai ficar para depois.

O Deputado Isnaldo, outro dia, me procurou, e nós temos inclusive uma ideia, porque isso, depois, irá impactar...

Mas, retomando aqui: conexão – está certo?

Quando há previsão... Há provisão, por exemplo, no relatório das PCHs, e não há previsão de conexão. Eu estou apresentando uma ideia singela, que é para, inclusive, aprender com os outros processos que nós tivemos de geração das energias renováveis. É a ideia de que seja dado um comando para que tanto a EPE quanto a Aneel respeitem o que está aqui determinado.

Quando se teve toda a discussão na Eletrobras e não tinha normas como essa, claras, nós acabamos deixando no vazio, e é isso que se tenta reconstituir agora. Então, regras para a conexão.

E, finalmente – e aí é para valer mesmo –, nós temos um dispositivo aí, que é regular os insumos, e tem à luz a questão da reforma tributária, Sr. Relator.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os insumos, no caso das termoelétricas, não estão bem caracterizados. Há uma lei, que é a Lei 10.312, de 2001, que diz que o PIS/Cofins é zero sobre insumo para as termoelétricas – está certo? –, mas, da forma como isso está sendo tratado, em vez de ser alíquota zero, isso está impedindo o crédito do insumo para o cálculo disso.

Há uma emenda do Deputado Guidi, de Santa Catarina, em que, num dispositivo, ali, central da emenda, ele permite que sejam os insumos tributáveis, PIS-Cofins. É até bom, do ponto de vista da arrecadação da União, e isso vai permitir que, depois, na cadeia, esses insumos sejam considerados.

Eu queria pedir a atenção a isso, porque isso tem dado uma distorção. Quando essas unidades tentam registrar isso, há um comando da Aneel diferente do ministério e da Receita. Então, a ideia é que eles sejam tributáveis, a alíquota já era 20, mas ele pode depois ser conduzido naquilo que é o reconhecimento tributário.

Fico por aqui, destacando o momento que nós estamos aqui produzindo, creio eu, um avanço para o equilíbrio do setor elétrico brasileiro.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem, por gentileza.

Eu queria só trazer uma breve contribuição. Estou inscrito para fala, mas, infelizmente, está extrapolando muito o tempo. Eu queria apenas consignar... parabenizar V. Exa. pelo seu trabalho e aqui fazer um registro – enquanto advogado que presidiu o Procon-Maranhão, em defesa do consumidor, do consumo sustentável, em defesa do processo legislativo–: a Legislação 14.300, 2022, precisa ser preservada. Entendo o papel de V. Exa., mas aqui eu preciso trazer a justa reivindicação do pequeno produtor...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Deputado Duarte, aí já é a sua inscrição. Com todo respeito, eu vou deixar todo mundo falar, tem uma inscrição...

(Intervenção fora do microfone.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Se V. Exa. tivesse chegado aqui no começo, o Senador Eduardo Braga falou que tudo que estava na Lei 14.300, que foi...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Presidente, eu entendi. O que eu falei...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – ... apreciado pelo Congresso até então está intacto. E as mudanças que estão sendo propostas nesse relatório são daqui para frente. V. Exa. tem todo o direito...

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Não, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – ... de poder reinquirir o Senador Eduardo Braga, mas, após o Deputado Isnaldo, após o Deputado Hugo, após o Deputado Marcel, é você.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Presidente, exatamente... Na verdade nada acontece por acaso. Eu entendo exatamente o que você falou. Desde o início estou acompanhando, mas é essa mesma firmeza para cassar minha palavra que eu quero que os Parlamentares e V. Exa. exijam, o cumprimento de cinco minutos. Está sendo de meia hora...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Eu tenho... Então, serviu, pedagogicamente, para o Presidente a partir de agora.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – ... trinta minutos. São cinco minutos ou quarenta minutos?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – É o tempo que a Presidência determinar então.

O SR. DUARTE JR. (Bloco/PSB - MA) – Então são cinco minutos. Vai falar 40 minutos...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – O Deputado Isnaldo... O Senador Rogerio Marinho, muito gentilmente, veio até mim dizendo que não pediria o tempo de Líder, pedindo mais cinco minutos. Se tem algum Parlamentar, com





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

todo respeito aos demais, que entendo que se dedica ao tema da energia, é o Deputado Arnaldo Jardim, que participou de todas as audiências públicas que esta Comissão realizou, diferentemente de muitos Parlamentares que eu estou vendo só aqui pela primeira vez. Então, se a Presidência achou que o Deputado Arnaldo Jardim merecia mais três, quatro ou cinco, eu assim o fiz. E V. Exa. terá o seu tempo e, se precisar de tempo adicional, eu também darei a V. Exa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Então, pronto. Então V. Exa. usa só os seus cinco minutos.

Deputado Isnaldo, V. Exa. tem o seu tempo...

Perdão, o Senador Eduardo Braga tem que responder ao Deputado Arnaldo, até por atenção, e depois o Deputado Isnaldo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM. Como Relator.) – Meu querido Deputado Arnaldo Jardim, primeiro eu quero agradecer as considerações iniciais de V. Exa., porque V. Exa. abordou, com absoluta clareza e com uma lógica, tudo aquilo que foi construído. E, como V. Exa. bem disse, este PLV vai muito além do que as MPs 1.300 e 1.304 propunham, porque, como estava proposta nas MPs 1.300 e na 1.304, a conta não fechava e o sistema iria se inviabilizar em muito pouco tempo.

Com relação à geração distribuída, o que V. Exa. abordou tem uma consequência, porque, se nós admitirmos o que V. Exa. abordou, nós teremos que tirar a GD do sistema de compensação. Isso foi conversado com o Deputado Lafayette mais cedo, que concordou que era mais vantajoso para a GD mantê-la no sistema de compensação do que fazer a modificação, e por isso resolvemos manter no sistema de compensação.

Com relação ao leilão de bateria, o LRCap. O que está acontecendo é que esse leilão, mais uma vez, joga a conta para o consumidor, para a D. Maria e para o Sr. João. Esse leilão tem que ser modificado. Esse leilão tem que ser colocado para ser compartilhado com os geradores, com os transmissores e com os consumidores. A conta não pode ser sempre para a D. Maria e para o Sr. João, principalmente daquilo em que eles





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

não incorreram – no desequilíbrio do planejamento energético. Se alguém aí é agente passivo, é o consumidor. Portanto, esse leilão de bateria precisa sofrer correções.

Eu já disse isso, na audiência pública, ao Secretário de Planejamento energético do ministério, está certo? O Ministro Fernando pode me socorrer com o nome do Secretário, que eu não lembro... Também não. Bem, mas... Hã?

O SR. ARNALDO JARDIM (Bloco/CIDADANIA - SP. *Fora do microfone.*) – Tem o Gustavo Henrique.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – Gustavo Henrique. E nós dissemos àquela altura: "Olha, esse leilão é bem-vindo, mas ele precisa sofrer correções, porque mais uma vez a conta está indo para o consumidor". E se tem uma coisa que nós estamos tentando corrigir, é que a D. Maria e o Sr. João não levem a culpa de toda falha que aconteceu no sistema. Portanto, nós estamos dando um comando para que esses leilões sejam feitos de uma forma mais equânime, mais equilibrada.

A questão do ponto de conexão de que V. Exa. falou eu acho que talvez seja um dos pontos que o planejamento energético e a ONS mais... (*Pausa.*) ... mais, mais...

É, cortou o raciocínio, e eu estou tentando fazer um adjetivo, eu estou tentando adjetivar de uma forma amena.

Se tem uma questão que impactou o *curtailment* ou o desbalanceamento, foi exatamente aqueles pareceres de acesso com restrições que, na realidade, não eram pareceres de acesso – eram pareceres de "desacesso". Não havia acesso e não havia carga. Portanto, não era para ter tido aquele leilão. Não era para ter tido aquela contratação. Nós precisamos de PCHs. Nós precisamos de PCHs reversas, mas nós precisamos de PCHs reversas com ponto de conexão e com linha de escoamento, para poder ter carga. Senão nós vamos contratar uma energia e vamos jogar fora, porque nós não temos ponto de conexão.

E aí, o que é que nós estamos estabelecendo no PLV? Que os leilões tenham exatamente a questão, não só... No caso da PCH reversa, não tem que se tratar de questão de armazenamento, porque o armazenamento já está embutido no próprio planejamento





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

da PCH reversa, que é o que nós estamos estimulando. No entanto, o ponto de conexão e o ponto de escoamento precisam estar sincronizados e precisam estar computados no custo da energia, sob pena de nós termos uma energia que não vai ser utilizada; ela não vai ter uso, não vai ter carga, não vai ter transmissão e não vai ter ponto de conexão. Portanto, nós não podemos fazer e incorrer nesse erro. Nós estamos criando regras fortes, inclusive com improbidade administrativa, para acabar com esse festival que foi feito, porque, lamentavelmente, foi isso que aconteceu.

A questão tributária, nós estamos tratando de uma medida provisória, lei ordinária. Eu não posso em lei ordinária mudar a regra de lei complementar. E mais, todo e qualquer bem de capital na reforma tributária está desonerado a partir de 2027. Por exemplo...

O SR. ARNALDO JARDIM (Bloco/CIDADANIA - SP. *Fora do microfone.*) – Insumos...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – Sim, mas para os insumos nós temos uma regra, que é o conceito da reforma tributária. (*Pausa.*)

Eu aguardei o assessor sair para eu poder olhar V. Exa.

Nós temos uma regra de que nós precisamos manter para manter o equilíbrio que nós construímos a duras penas no regime tributário brasileiro. Portanto, acho que nós precisamos apresentar projetos de lei que façam as alterações na reforma tributária, mas, como lei complementar, porque temos que mudar uma lei complementar para poder fazer o uso dos insumos de forma correta. Não é que eu seja contra, apenas tenho um problema de competência em lei ordinária *versus* um comando que está numa lei complementar e está na Emenda Constitucional 132. Mas me comprometo com V. Exa., nós vamos avaliar e até, se for o caso, propor um projeto autônomo para que a gente possa tocar essa questão, porque eu reputo importante para o setor elétrico.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Líder Isnaldo.

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (Bloco/MDB - AL. Para discutir.) – Primeiro eu queria, com a permissão de todos, invocar Ariano Suassuna para ver se a gente arruma outra palavra, porque tem uma palavra difícil, danada de falar, que é *curtailment*, né?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Desligamento



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (Bloco/MDB - AL) – É desligamento.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Desligamento compulsório.

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (Bloco/MDB - AL) – Desligamento compulsório.

Meu Presidente, primeiro as palavras elogiosas ao trabalho de V. Exa. e do meu querido amigo, companheiro de partido, uma referência para mim, meu Líder Eduardo Braga. Eu vou dispensar, porque o meu querido mestre Arnaldo Jardim já colocou com muita propriedade e é um conhecedor, assim, inquestionável da matéria ora apreciada por esta Comissão.

Mas, distante, meu Presidente, distante, Líder Eduardo Braga, de buscar qualquer tipo de obstrução por dois aspectos. Primeiro, que eu estou diante de dois craques do Congresso Nacional, dos Parlamentares que mais entendem, até porque têm no currículo motivos para entender do sistema energético brasileiro, e, por outro, porque eu tenho juízo, porque o Relator é o meu Líder, é Líder do meu partido no Senado.

Então eu queria apenas fazer uma sugestão, porque há um sentimento de buscar alguns esclarecimentos, é um sentimento médio que eu encontrei aqui na Comissão. Eu falei para o meu Líder Eduardo que eu cheguei fora do tempo para fazer alguns pedidos de modificação de seu voto complementar. Então me sinto no direito de fazer um apelo para uma pequena prorrogação, mas com critérios. Quero sugerir a V. Exa., Presidente, e ao meu Relator, com a compreensão do nosso Relator, que nós passemos a votar o requerimento de encerramento de discussão, que já apresentei a V. Exa., e a gente volte amanhã, para o horário decidido por V. Exa., para votar definitivamente o mérito aqui na Comissão e daí, sim, partir para o calendário do Presidente Hugo Motta e do Presidente Davi, para que a gente venha a apreciar o resultado do trabalho da Comissão Mista nos Plenários da Câmara e do Senado, consequentemente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Só para combinar... E essa Presidência tem procurado ser muito transparente e democrática nas falas. O Senador Rogerio Marinho fez uma sugestão. O Líder Isnaldo, como eu disse, tinha uma





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

sugestão que ia no mesmo caminho. Eu consultei o Senador Eduardo de a gente poder encerrar a discussão no dia de hoje – não é isso, Deputado Isnaldo?

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (Bloco/MDB - AL) – Proponho até simbólica, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – De poder... E aí eu deixaria, como tem ainda alguns Parlamentares inscritos, que eles façam o uso da palavra, porque fizeram a inscrição. Tem ainda quatro Parlamentares, não sei se todos estão aqui. Então a gente encerraria...

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – V. Exa. está inscrito.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA. Pela ordem.) – Sim, sim, mas pela ordem aqui. Eu gostei da proposta do Deputado Isnaldo, desde que quando ficasse acordado qual seria o manual de procedimento para votação amanhã, inclusive em relação aos destaques.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Não, toda a votação será feita amanhã. Hoje a gente faz apenas a votação do requerimento de encerramento da discussão. E amanhã...

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (Bloco/MDB - AL) – Amanhã a votação dos destaques, votação do mérito.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – E tudo ficará para o dia de amanhã.

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (Bloco/MDB - AL) – Tudo ao longo do dia de amanhã.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Não, a gente só votaria hoje, Deputado Bacelar...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) – Os destaques seriam em separado amanhã, né?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – A gente votará os destaques amanhã. Em separado. Aí vamos deliberar amanhã, de acordo com o entendimento do Plenário. Se tiver acordo para votar em globo, vota em globo; se tiver separado, vota em separado.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Agora é para encerrar a discussão, dando a permissão para que todos os inscritos falem, e amanhã a gente poder votar.

Há requerimentos sobre a mesa para encerramento da discussão da matéria.

Em votação os requerimentos.

Os Parlamentares que concordam com o encerramento...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu defendo o contrário, Presidente. Eu queria pelo menos eu defender o contrário do encerramento da discussão. Já que eu não vou discutir, eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Não, você vai discutir. Vai discutir. Eu disse, eu estava falando que todos...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Ah, encerrará depois. Está bom, me perdoa. Eu achei que estava no...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Não, não, não, eu disse que eu vou dar a palavra a todos os que estão inscritos. Só para que a gente não...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Pois é, foi o que eu pensei, na minha também, né? Mas eu abro mão de discutir o requerimento de encerramento de discussão, Sr. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Os Parlamentares que concordam com o encerramento da discussão permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Então, Líder Isnaldo sempre preciso.

Eu vou aqui seguir então com os inscritos.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. *Fora do microfone.*) – Voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Voto contrário do Deputado Marcel, mas o requerimento já foi aprovado.

Eu tenho inscritos ainda, e apenas os inscritos que ainda vão falar: Deputado Hugo Leal, Marcel van Hattem, Duarte Jr. – caso queira falar, está inscrito –, Deputado Alexandre e João Carlos Bacelar.

Deputado Hugo Leal.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) – Presidente, só uma última pergunta: amanhã que horas iniciáramos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Deixa a Presidência pelo menos pensar, aí já, já eu digo a V. Exa. Eu estou aqui processando. *(Risos.)*

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) – Está processando, está certo.

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ. Para discutir.) – Esse é o *curtailment* da Presidência.

Sr. Presidente, o Deputado Danilo Forte e Pazuello podem liberar o Relator, por favor? Senão não vai começar meu tempo, não. Obrigado.

Pode liberar o Relator aí?

Pode voltar meu tempo? Eles levaram 15 segundos do meu tempo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Cobrar o tempo não é o forte desta Presidência, então fique à vontade aí para você poder...

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ) – Eu sei... O senhor está sendo muito implacável ultimamente.

Sr. Presidente, primeiramente, eu queria registrar aqui que este momento é muito importante para o país, porque nós temos nessa mesa aí dois ex-Ministros de Minas e Energia. Eu acho que, desde a proposição do PL 414, nunca se viu tanta movimentação no setor como nós vimos agora na Medida Provisória 1.304. O setor está atento.

(Soa a campainha.)

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ) – Obrigado, Presidente, por me garantir a palavra aqui, porque está difícil. Eu vou ter que dividir o meu tempo aqui com o pessoal. Se alguém quiser usar o microfone, pede aqui que eu até falo por ele, mas não dá para...

(Soa a campainha.)

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ) – Então, eu acho que este momento é um momento muito importante para o setor. É um momento importante porque são duas pessoas, tanto V. Exa., como Presidente, quanto o nosso Relator, que conhecem, que atuaram no setor, no segmento. Com todas as vênias que tem o atual Ministro, eu acho que hoje aqui nós conseguiríamos, ou iremos conseguir, um avanço. Não é o ideal, é óbvio, Senador Eduardo Braga, não é o ideal.

E aí, depois do elogio, a gente vem com as circunstâncias.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Com os considerandos.

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ) – Com os considerando e com as circunstâncias.

Qual foi o objetivo principal da Medida Provisória 1.304? Conter o crescimento da CDE – esse era o objetivo principal. Ou seja, o Governo estava preocupado também, o que eu acho que é extremamente relativo, com a redução, ou seja, o crescimento da CDE, porque neste ano ela saiu de 41 bilhões e foi para 49 bilhões, para 50 bilhões. Essa era e





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

continua sendo uma das maiores preocupações que eu tenho. Essa aqui, Presidente... Fiz questão de estar aqui nesta Comissão como titular exatamente porque não abro mão na discussão que faço na Comissão de Minas e Energia, ou em qualquer outro ambiente, desta que é uma das maiores preocupações que nós temos aqui que é a questão do aumento da CDE.

(Soa a campainha.)

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ) – Eu costumo dizer, Senador, e algumas pessoas já ouviram dizer que CDE, subsídio, é igual gordura abdominal: depois que entra, para sair, não tem mais elemento, não tem mais atividade física nem outro remédio. Então, é difícil.

Esses dois pontos aqui, Uczai... Uczai, olhe aqui, deixe-me falar aqui...

(Soa a campainha.)

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ) – Esses dois pontos para mim são pontos nevrálgicos dessa medida.

E o outro tema era a redefinição de regras para uso do gás da União. V. Exa. foi muito preciso, mas eu vou deixar um porém aqui, Excelência, Sr. Relator. Eu acho que nós fomos muito tímidos – acho que nós fomos, porque eu já vejo que o seu relatório avançou bastante – na questão da CDE, muito tímidos, porque é isso que impacta o consumidor. Nós estamos segurando com um valor de 2025, uma tentativa de 2026, mas com atualização em 2027 pelo índice de inflação, o IPCA. Eu acho que isso ainda não colaborou com a redução da CDE, que era o objetivo principal dessa medida provisória.

(Soa a campainha.)

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ) – Eu entendo perfeitamente todas as ponderações que V. Exa. fez, defendendo muitas delas aqui, mas nós ainda fomos tímidos. Nós adiamos o que efetivamente vai ter impacto para o consumidor – eu tenho essa preocupação. E eu serei entusiasta aqui de qualquer outro destaque que possa fazer a redução da CDE. Acho que V. Exa. inovou, e inovou positivamente, quando traz compensações do ativo da renovação da outorga, da renovação das hidrelétricas, e coloca na CDE. É óbvio, é dinheiro da energia que volta para a energia, para reduzir a conta do





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

consumidor. Ponto. Eu acho que é o principal ponto aqui... Eu não me filio a nenhuma outra prática política que não seja a redução dessa questão da CDE, que impacta negativamente, seja para o consumidor doméstico, seja para o industrial, o comercial, todos! Todos nós pagamos essa conta. E ela é assim, as pessoas não têm muita preocupação com esse seu crescimento: "Ah, vamos deixar crescendo, crescendo". Eu acho que a gente chegou a esse ponto, chegou no máximo aqui.

(Soa a campainha.)

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ) – Outro ponto, Sr. Presidente: acho também que a gente foi tímido, tímido na questão do mercado livre para baixa tensão. A proposta original previa agosto de 2026 e dezembro de 2026 – acho que 2026 – para o grande consumidor e para a baixa tensão. O senhor adiou um pouquinho, dois anos. Não sei, eu gostaria que V. Exa. pudesse explicar, talvez, o que houve, se o mercado não reagiu bem...

Eu particularmente vi que esses dois pontos são os pontos principais para o avanço desse setor. Então, nisso eu entendo que a gente poderia avançar mais e digo que eu militarei em todas as linhas que tiverem para a questão de a gente antecipar não só o teto, mas o início da redução da CDE. É uma carga muito grande que é paga exclusivamente pelo consumidor cativo. E vi que V. Exa. também estendeu para o mercado algumas contas da CDE, quando forem feitas com novos contratos.

(Soa a campainha.)

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ) – Quanto ao último ponto – independentemente desses dois que eu acho que são cruciais, que são o conceito da 1.304 –, eu concordo em gênero, número e grau com V. Exa., que é o que o senhor colocou no art. 15 e na adequação do art. 47, que é a questão do preço de referência. E aí é a última fala minha aqui.

Eu tenho um projeto de lei... Sou 100% favorável ao que V. Exa. trouxe e entendo perfeitamente o que V. Exa. está tratando nessa lógica aqui, dessa modificação do art. 47. Eu tenho um projeto de lei, a que dei entrada e que está lá na Comissão de Minas e Energia. Ele está difícil de andar porque tem muitas barreiras, e V. Exa. deve saber quais são as barreiras, porque V. Exa., quando traz essa matéria aqui, traz sabendo de todas as





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

pressões possíveis e imagináveis. Mas eu o fiz por ser do Estado do Rio de Janeiro e saber da necessidade de se estabelecer o preço de referência.

Penso, meu caríssimo Relator, que o texto que V. Exa. traz resolve uma parte do problema, quando diz aqui: "A apuração do montante dos *royalties* será feita considerando o valor de mercado do petróleo, gás natural ou condensado, definido como a média das cotações divulgadas por agências de informação [...]". Nós, infelizmente, já tivemos isso pela ANP, e o preço de referência é um *mix*, é uma equação difícilíssima.

No projeto original, o projeto que eu apresentei, o Projeto 50, que está lá tramitando, já está com o Relator, de parecer favorável, na Comissão de Minas e Energia, meu preço de referência é mais simples: meu preço de referência é o preço de venda. E quem fiscaliza o preço de referência o faz com a colaboração da Receita Federal.

Eu não quero ser mais realista. Estou dizendo que entendo perfeitamente o conceito e por que V. Exa. trouxe esse tema para cá, além do aumento de arrecadação também para os entes subnacionais e nacionais, mas penso aqui que talvez a gente poderia ser um pouquinho mais arrojado ou, no caso – no caso – de esse texto ser rejeitado – se alguém apresentar, porque o senhor sabe que a pressão é grande, não precisa aqui explicar –, V. Exa. poderia assumir o compromisso de nós fazermos uma urgência no PL 50 e a gente voltar a este debate aqui, que eu acho que é fundamental.

E para não dizer, Sr. Presidente, que eu não falei das flores, eu quero dizer o seguinte: nessa questão do carvão, eu vou dizer a V. Exa. que vou votar contra, mas, pelo menos, eu quero fazer um reconhecimento de que, nesse tema, nessa medida provisória, tem que ser discutido esse tema, sim. Então, eu sou favorável ao conceito da discussão, porque esse tema é a questão do setor energético. Eu fui amplamente contrário e continuo sendo contrário à questão do carvão, porque introduziu na questão da geração das eólicas *offshore*, que era completamente absurda. Então, do ponto de vista processual, eu sou favorável, porque o tema está pertinente, mas, do ponto de vista conceitual, eu sou completamente contrário.

Obrigado, Sr. Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – Meu querido amigo Deputado Hugo Leal, sobre a CDE, acho que, às vezes, o ideal é o inimigo do possível. O ideal era que nós acabássemos com o subsídio, que pudéssemos fazer um corte radical nisso, mas, lamentavelmente, o sistema não se sustenta se assim nós agíssemos.

Acho que nós avançamos em relação ao que foi proposto pelo Governo. O Governo queria estabelecer um teto a partir de 2026, nós estabelecemos um teto a partir de 2025, criamos o subteto, vinculamos ao IPCA, liberamos o subteto para as questões sociais, porque estas terão impacto na operação inclusive das leis que já foram votadas e que estão em execução, e criamos novos recursos entrantes para abater a CDE.

Eu quero dizer a V. Exa. que nós fizemos um modelo matemático para poder fazer contas sobre a questão da CDE, tanto projetando, se nada fosse feito, o que iria acontecer com a CDE, tanto projetando fazendo apenas o que o Governo estava propondo, e projetando algo novo, que é criar um *phase out*, ou seja, a CDE será, sim, declinante. Eu me refiro... Vou dar aqui algumas informações: só a interligação com o Estado de Roraima vai tirar mais de R\$2 bilhões da conta da CCC.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – Só a interligação com o Estado de Roraima vai tirar mais de R\$2 bilhões da conta CCC. Existem outras interligações que estão em processo e que retirarão novas áreas que usam energia fóssil e que passarão a integrar o sistema interligado não apenas em alta tensão, mas também em baixa tensão – algumas até pela extensão de rede do Luz para Todos. Portanto, a conta da CCC será declinante.

Outra conta que, no meu modo de ver, será declinante é porque boa parte dos subsídios de renováveis serão reduzidos, porque os subsídios nas linhas de transmissão vão ser reduzidos pelo que já está aprovado; porque nós teremos agora um regramento para a entrada de novas energias na geração distribuída; nós estamos estimulando, por sinal de preço e por incentivos tributários, o armazenamento para que o autoprodutor individual funcione parte do dia *off grid*, de forma que ele vai, de alguma maneira, também reduzir a carga da CDE. Portanto, nós criamos uma série de medidas... E eu falei aqui no





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

início da sessão que, daqui a sete anos, nós imaginamos que a redução na CDE seja da ordem de 80%.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – Eu assim espero. Eu já era otimista... A minha mãe era fator RH negativo, e eu estou aqui vivo, tenho 65 anos, portanto, eu já era otimista no útero da minha mãe e continuo sendo otimista.

Mercado livre. O que eu acho com relação ao mercado livre? Não sou contra o mercado livre, muito pelo contrário. Acho apenas que nós temos que ter considerações de como proceder o mercado livre, para que algo que poderia ser – e deve ser – positivo não se torne mais um problema por falta de planejamento e por falta de prudência por parte da regulação do setor.

Então, se V. Exa. prestou atenção, no art. 15, inciso II, nós colocamos a seguinte situação: "II - deverá ser antecedida do atendimento aos seguintes requisitos"...

O inciso I do §17 diz o seguinte:

- I – deverá observar o seguinte cronograma:
 - a) até 24 (vinte e quatro) meses da entrada em vigor deste dispositivo para consumidores industriais e comerciais;
 - b) até 36 (trinta e seis) meses da entrada em vigor deste dispositivo para os demais consumidores;
- II - deverá ser antecedida do atendimento aos seguintes requisitos:

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – É duro, é duro.

- a) desenvolvimento e execução de plano de comunicação para conscientização dos consumidores quanto à opção de migração para o Ambiente de Contratação Livre - ACL;

Porque, como V. Exa. sabe, o ACL tem consequências.

- b) definição das tarifas aplicáveis aos consumidores dos Ambientes de Contratação Livre e Regulado, considerando a segregação de custos da distribuidora para atendimento de cada ambiente de contratação;





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

c) regulamentação para o suprimento de última instância, inclusive no que se refere às condições econômicas e financeiras para a viabilidade e sustentabilidade dessa atividade, com a definição, entre outros:

1. do responsável pela prestação do serviço de suprimento de última instância;
2. dos consumidores com direito a essa forma de suprimento;
3. das hipóteses em que esse suprimento será obrigatório;
4. do prazo máximo desse suprimento;
5. da eventual utilização temporária de energia de reserva para essa forma de suprimento;
6. da eventual dispensa de lastro [porque lastro é o que garante a energia firme para as energias renováveis que estão em grande volume no mercado livre. Nós temos que ter lastro] para a contratação; e
7. da forma de cálculo e alocação de custos.

d) elaboração de um produto padrão e do respectivo preço de referência, de modo a facilitar a comparação entre ofertas e promover maior transparência e simplicidade para os consumidores atendidos em baixa tensão [para ninguém comprar gato por lebre];

e) regulamentação do encargo de sobrecontratação ou de exposição involuntária das concessionárias e das permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, de que trata o art. 15-D desta Lei.”

Ou seja, nós estamos abrindo o mercado, mas fazendo de forma responsável, fazendo com transparência e fazendo com planejamento, para não acontecer nesta liberação do mercado livre o que aconteceu, lamentavelmente, na geração distribuída e na geração centralizada, porque acabamos perdendo a capacidade de planejar e a capacidade de despachar, mantendo o equilíbrio elétrico e energético do sistema.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – E o PRP. Veja, essa não é uma matéria fácil. Eu defendo essa matéria há muitos anos. O que eu apresentei foi o que eu consegui construir com parte do Governo para ter apoio de pelo menos parte do Governo na nossa propositura, ou seja, eu estou sendo ousado até o limite da responsabilidade de ter consequência. Porque não adianta eu apresentar um texto de preço de referência que não tenha a menor chance de vingar. Eu sei que aqui no PRP, nós, mesmo assim, com as cautelas que eu tomei, corremos o risco de ter que depois discutir um veto. Eu não tenho ilusões com relação a isso. A nação, nem sempre aliada, tem posições muito firmes com relação a essa questão, está certo? E outros agentes e *players* importantíssimos do setor





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

têm posições muito firmes, contrárias a essa posição. E aqui nós estamos defendendo aqueles que são os menores no processo, mas que irão multiplicar emprego, economia, tributo, equilíbrio econômico e saldo de balança comercial positiva no setor de energia.

Portanto, nós fizemos o melhor que possa ter chance de ser aprovado. Obviamente, se não conseguirmos, nós encamparemos as lutas sobre a questão do preço de referência do petróleo – porque acho que essa é uma questão importante num país que é produtor de petróleo – e esperamos que sejamos produtores de petróleo além de 2035.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Deputado Marcel.

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (Bloco/REPUBLICANOS - MG. Pela ordem.) – Presidente, só para registrar aqui e agradecer as palavras do nosso Relator, quero dizer o seguinte: eu agradeço ao senhor ter sido arrojado no preço de referência. Eu só entendo aqui, na minha modestíssima opinião, que poderíamos ser arrojados também – eu entendi a prudência – no mercado livre, mas está equilibrado. O sistema está equilibrado, e eu acho que está em boas mãos, tanto de V. Exa. quanto do Deputado Fernando.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Deputado Marcel.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS. Para expor.) – Muito bom... Boa tarde, na verdade, Sr. Presidente.

Eu aqui sou membro titular, mas tenho um suplente, o Deputado Danilo Forte, que tem participado ativamente. Inclusive, temos trocado muitas informações ao longo do curso desta Comissão de medida provisória, e fico muito contente de ter uma pessoa que entenda bastante do setor também, mesmo sendo de outro partido – ou até por isso; é bom, pela pluralidade –, junto conosco neste trabalho.

Agora, Sr. Presidente, o que eu considero que não é positivo para esta Comissão, e aí eu faço aqui uma crítica construtiva ao Relator, é nós recebermos um relatório na noite de ontem e uma complementação de voto hoje, tendo aumentado uma medida provisória de três artigos, ou melhor, de sete artigos, três páginas – perdão: são sete; no original, são sete artigos e três páginas – para uma de 24 artigos e 40 páginas, e, amanhã, já votar. Eu não acho isso saudável, até porque muitas das disposições nesta medida provisória,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

convertida agora em projeto de lei, são consideradas como jabutis e entendo que precisam ser excluídas.

Eu, antes, quando o Relator falava sobre a questão do Rio Grande do Sul... Eu entendo a batalha de muitos Parlamentares do Estado do Rio Grande do Sul, inclusive da região mais afetada, que é a de Candiota, mas eu fiz questão aqui de dizer que, pelo meu posicionamento liberal e a favor do consumidor e a favor do emprego, sem dúvida nenhuma, eu não quero me dobrar ao tipo de expediente que está sendo utilizado aqui. Por quê, Sr. Presidente e Sr. Relator? Porque, claramente, essa forma de manutenção dos empregos não é a mais saudável, que é por meio do pagamento de contas mais altas por outros consumidores para financiar a usina de carvão.

Aliás, eu não tenho preconceito com o carvão, muito pelo contrário, acho que a gente tem que saber que todas as formas energéticas têm as suas qualidades e seus defeitos, têm suas utilizações, o que importa é um equilíbrio entre elas e, obviamente, a proteção ao meio ambiente, porque, nos dias de hoje, com a legislação que nós temos – ambiental –, em todas elas há um rigor muito grande. Por isso, eu faço essa defesa, também, da nossa produção lá no Rio Grande do Sul.

Agora, o que me incomoda muito, Sr. Presidente – e, por isso, é preciso que haja um voto divergente –, é que a usina lá do Rio Grande do Sul, para onde vai esse dinheiro excedente do consumidor, que acaba pagando essa conta, é dos irmãos Batista, os mesmos que já fizeram delação, disseram o tanto que o Lula e a Dilma são ladrões, falaram sobre e estiveram envolvidos na Operação Carne Fraca, nas empresas deles já houve acusação de trabalho análogo à escravidão. Então, quer dizer, um monte de coisa aí; e, sinceramente, eu não consigo colocar minha digital num dinheiro que vai ser enviado para a empresa dos irmãos Batista. Isso, para mim, me preocupa muito, Relator. E é essa a ponderação que nós precisamos fazer neste momento.

Eu preferiria que todo esse dinheiro excedente, que está sendo recolhido do consumidor, fosse direto para o bolso dos trabalhadores lá do Rio Grande do Sul, para esses 7 mil empregos que são preservados, porque aí eles teriam no bolso esse dinheiro, do que fosse para os bandidos dos irmãos Batista e para os atravessadores do meio do caminho, que tanto ele delatou ao longo dos últimos anos. Nós sabemos o tanto de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

político que ele delatou, Senador, Deputado, que teria recebido propina – tudo, aliás, com documentação que ele levou para o Ministério Público e para o Judiciário –, e a gente sabe que esse processo, quando tem intermediário, é muito mais caro. Então, eu preferiria que esse dinheiro fosse direto para o bolso do trabalhador lá do Rio Grande do Sul...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... que nós tivéssemos, realmente, a defesa do mercado livre e que as demais atividades nesse setor fossem também sujeitas às leis do mercado, e não a benefícios que são construídos, sabe-se lá como, nos bastidores do Congresso Nacional...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... e que, no fim, vão parar nos bolsos das mesmas pessoas que já roubaram, e tanto, do dinheiro público brasileiro.

Também quero lembrar que outro grupo que é beneficiado por esse relatório – a *Folha de S. Paulo* trouxe matéria justamente, no dia de ontem – é o grupo do Sr. Carlos Suarez. Então, não são só os irmãos Joesley e Wesley Batista que são beneficiados pelo relatório, mas também o Carlos Suarez; inclusive, obrigando estados que não produzem gás natural a comprar o gás. Quer dizer, é algo que, claramente, está sendo direcionado para alguns CPFs – isso me deixa muito triste –, é algo que eu não queria continuar vendo acontecer neste Congresso Nacional, sem contar, repito, todas essas disposições num relatório extenso que precisa, segundo o Relator, ser aprovado até amanhã, enquanto essa medida provisória caduca só lá no dia 7 de novembro.

(Soa a campanha.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Então, ainda há tempo para nós discutirmos mais. Esperei a minha vez aqui para discutir, porque acho importante a matéria, e estou muito bem representado pelo Deputado Danilo, que, apesar de suplente, está assíduo aqui, na Comissão, e tratando deste tema; mas, lamentavelmente, Sr. Presidente, mais uma vez nós vemos mais intervenção estatal, mais espaço para corrupção, menos livre mercado e menos atenção ao consumidor, que é quem realmente importa lá no fim da linha.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a oportunidade, Sr. Presidente, e conte comigo. Espero estar presente amanhã na hora da votação, senão, certamente, o Deputado Danilo Forte fará por mim aquilo que nós dois temos conversado há algum tempo.

E o ideal seria, como ele mesmo disse – e reforço aqui, porque ele falou antes –, que nós adiássemos a votação e não a fizéssemos amanhã.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Obrigado, Deputado Marcel.

Tem ainda, dos únicos presentes, o Deputado João Carlos Bacelar.

Então, chamando: Deputado Duarte Jr. (*Pausa.*)

Não está presente.

Deputado Alexandre. (*Pausa.*)

Também não está presente.

Então, o último inscrito é o Deputado João Carlos Bacelar, e aí o Senador encerra, então, respondendo aos dois questionamentos.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) – Sr. Presidente...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu não sei se o Relator queria responder, porque ele respondeu a todos, mas eu não tive nenhuma resposta.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM. Como Relator.) – Não, eu só não respondi a V. Exa., porque o Presidente pediu...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Porque eu tinha dito que só tinha mais um inscrito e iria deixar falar todo mundo, mas...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM. Como Relator.) – ... e, como só tinha mais um inscrito, eu responderia aos dois.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu vou aguardar. É porque eu teria que ir para o Plenário agora...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Todos nós.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – ... mas, então, eu vou, em deferência ao Relator, aguardar.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PL - BA) – Sr. Presidente Deputado Fernando Bezerra, Sr. Senador Relator Eduardo Braga, eu reputo essa medida legislativa, Senador Eduardo, uma das mais importantes do setor de infraestrutura do Brasil. Ela está com V. Exa., que é um Senador extremamente competente, ex-Governador, ex-Ministro – tem dois Ministros de Estado aqui presentes –, mas é um debate extremamente difícil, amplo e complexo. V. Exa. teve 17 dias para poder, como falou anteriormente, se debruçar sobre esse tema, mas também nós precisamos de um prazo aqui para podermos analisar.

Inclusive, eu pedi toda a vênia, com todo o respeito a V. Exa., eu pedi três vezes audiência a V. Exa. e não me foi concedido. Então, quero deixar aqui registrado isso, até porque eu queria debater sobre o *curtailment*, que atinge meu estado de uma forma drástica.

Eu, por exemplo, Deputado Fernando Bezerra, fui inaugurar uma usina com o Ministro Rui Costa, com o Governador Jerônimo, com o Senador Jaques Wagner, e chegamos lá a usina estava desligada. Isso foi há quatro meses, ou seja, uma usina de 220MW, numa região política nossa, numa região inóspita, em que a energia renovável é a sobrevivência de milhares de pessoas, de famílias que não tinham como sobreviver, que têm seu aerogerador locado, que têm alguma expectativa de renda em cima de uma usina dessa, e a usina estava desligada. Então, um problema sério desse... Como também eu vejo D. Maria e o Sr. João, que têm o telhadinho lá, na casa deles, em que aquilo é uma fontezinha pequena de renda que também pode ser atingida.

Então, isso era um dos temas que eu queria discutir com V. Exa., em que pedi a audiência, e V. Exa. não teve tempo de me conceder, não porque não quisesse me atender, mas, sim, pela complexidade do tema em que V. Exa. estava debruçado. Então, nós precisamos ter aqui também um prazo para podermos discutir esse tema, para nos





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

aperfeiçoarmos e debatermos aqui com a nossa assessoria, para podermos votá-lo em globo amanhã.

Ao mesmo tempo, também parablenizo V. Exa. quando refluio em relação à questão dos investimentos aqui da Sudene ou da Sudam. Por outro lado, a Sudene perdendo o Estado da Bahia, no Nordeste. Quando a gente dá um benefício fiscal desse, de Imposto de Renda, tem como contrapartida a obrigação do reinvestimento de parte das empresas, mas consta na MP um parecer que irá beneficiar – constava – o cliente final usando o benefício fiscal e desestimulando investimentos que prejudicariam toda a cadeia produtiva, como no caso da Bahia, do Nordeste. Então, V. Exa. também teve esse espírito público de reconhecer aqui e de retirar. Inclusive, tinha uma emenda, ou melhor, tinha um destaque nosso aqui que foi prejudicado quando V. Exa. assumiu esse compromisso. Então, quero também parabenizá-lo, ao mesmo tempo, pelo seu espírito público de retirar isso e beneficiar todo o Brasil e não uma região específica.

Então, Deputado Fernando Bezerra, isso é muito, muito complexo. A gente precisa de um prazo. Acho que amanhã a gente tem condição de votar aqui. Eu queria só que, se fosse o caso, os destaques não fossem votados em globo e, sim, individualmente, para depois levarmos ao Plenário da Câmara e do Senado Federal. Eu acho que isso é muito importante, a gente sabe do prazo, sabe que expira no dia 7 agora, isso pode ter modificação de uma das Casas e retornar – por esse prazo a infraestrutura do Brasil não pode pagar.

Também temos a responsabilidade de nos debruçarmos sobre um relatório complexo e extremamente difícil e temos aqui prazo para podermos discutir, para o bem do consumidor, da D. Maria, do Sr. José e, acima de tudo, da modicidade tarifária.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM. Como Relator.) – Bem, eu queria, iniciar dizendo que a elaboração do nosso relatório não olhou CNPJ de ninguém. O que nós olhamos foi o sistema do setor elétrico, o que nós olhamos foi um diagnóstico elaborado por todos os representantes dos diversos segmentos do setor elétrico que participaram de três dias de audiência pública.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu lamento que alguns dos Parlamentares não participaram da audiência pública, não acompanharam o diagnóstico que foi feito sobre o setor elétrico, e que têm opinião formada. Eu respeito e acho que, na democracia, cada um tem a sua opinião formada. Eu não aceito acusações generalizadas sem que haja nenhum tipo de indício ou de comprovação. Isso não é do meu perfil, não é da minha formação e não será agora que, aos meus 65 anos, eu vou receber qualquer tipo de imputação indevida.

Quero dizer que a questão de Candiota é uma questão política pública, uma política que está sendo resolvida numa proposta que não tem subsídio, que tem zero de subsídio da CDE, Deputado. Não tem nenhum tostão de CDE na proposta da emenda do Senador Esperidião Amin. Ao mesmo tempo, está sendo colocado: não tem nenhum tostão de CDE na proposta do Senador Amin. A emenda do Senador Amin é pública, e eu recomendo que os Parlamentares leiam a proposta do Senador Amin.

E mais: esta usina está sendo contratada, se for aprovado o PLV, num regime de 70% de inflexibilidade, 30% de flexibilidade e mais 5% obrigatório de investimento em armazenamento químico, o que aumenta a sua flexibilidade exatamente para impactar positivamente a rampa necessária que o Brasil possui na hora da energia de pico. Essa rampa, para quem não conhece os números, é de 53GW, e 53GW equivale a toda a potência e a toda a carga da Península Ibérica e a mais de 20% da carga da França. Essa é a rampa que o Brasil está tendo que subir na potência de energia elétrica em 2 horas, sem energia firme, porque é exatamente na hora em que a energia solar e a energia eólica não geram energia.

Portanto, nós precisamos, para equilibrar eletricamente e energeticamente o sistema e reduzir o *curtailment*, ter a médio prazo... É porque nenhuma dessas usinas, à exceção de Candiota, estão prontas, e nenhuma dessas usinas térmicas tem dono, porque haverá um leilão por parte do poder concedente, por parte da Aneel, para essas usinas. O que há é a localização dessas usinas.

Ainda há pouco, nós ouvimos o Senador Marcos Rogério, do Estado de Rondônia, querendo que tivesse uma usina térmica para poder fazer a compensação da questão do déficit hidrológico que acontece na Usina de Santo Antônio e Jirau. Ora, essas usinas térmicas precisam estar onde é possível fazer a conexão, se for construída a linha de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

transmissão, e é possível ter o gás natural para poder fornecer. No caso da Região Norte, nós temos duas possibilidades: uma, no Estado do Amazonas, que é hoje o maior produtor de gás natural em terra firme do Brasil; e em Barcarena, onde temos uma unidade processadora de gás e se pode, portanto, ter a alocação de outra termelétrica, porque já existe uma termelétrica em Barcarena.

Portanto, as colocações que vieram em função dessa matéria, com relação às térmicas, veio em função do diagnóstico, que foi público, que foi debatido publicamente por esta Comissão, ouvindo todos os setores, desde o regulador até o poder concedente, passando pelos geradores, passando pelos consumidores, passando pela geração distribuída, passando por todos os segmentos do setor. E, feito o diagnóstico, nós estamos apresentando uma proposta; proposta essa que depende da aprovação do conjunto do Congresso Nacional, seja nesta Comissão Mista, seja na Câmara, seja no Senado.

E mais: avançamos sobre uma questão fundamental que não estava prevista na medida provisória, que é o *curtailment* ou desligamento forçado. Por quê? Porque isso está provocando o desperdício de 8GW de energia, que é gerada e que está sendo jogada fora no Brasil por não termos um planejamento de armazenamento, nem químico nem hidráulico, para poder aproveitar essa energia quando mais precisamos dela, que é exatamente no horário da rampa.

Portanto, creio que nós fizemos um esforço muito grande para poder apresentar um relatório dessa complexidade. Avançamos sobre temas com dedicação, com coragem, mas ao mesmo tempo com a humildade de saber que nós não somos donos da verdade. Então, por favor, eu peço que as pessoas que queiram fazer as suas acusações, o façam de forma específica, para que não fiquemos no genérico, para que a gente possa ter clareza com relação à matéria.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Sr. Presidente, queria fazer um rápido comentário.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Só para o Deputado Marcel fazer uma pergunta.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) – Eu concordo 100% com o Senador. Aliás, me dá muita fadiga ver colegas que não acompanham e, enfim, depois, chegam aqui, fazem de conta que têm uma opinião formada e, na verdade, não tiveram as inúmeras reuniões que nós fizemos na Liderança do Novo, acompanhando também todas as audiências públicas, os trabalhos aqui.

A nossa assessoria – aliás, eu quero elogiar o Ricardo Gomide, inclusive, funcionário de carreira do Ministério – tem nos ajudado muito e nos dá a condição aqui de a nossa Bancada do Novo apresentar realmente elementos.

E aí tem duas coisas só que eu queria acrescentar, Sr. Presidente: primeiro, que eu não fiz qualquer imputação. Eu falei do que saiu na imprensa e falei das delações feitas por Joesley Batista, no passado, com nomes de Deputados e Senadores. Aí, depois, quais são? Não vou trazer, não tenho tempo.

E a segunda coisa é em relação à conta: eu não falei em Orçamento da União, não falei em CDE, não; eu falei sobre o modelo que está sendo proposto à medida, que é conhecido pelo modelo europeu de *feed-in tariff*, que acaba fazendo a compra de uma energia mais cara, e a conta acaba caindo para o consumidor. Não falei de Orçamento.

Então, é só para deixar claro, porque pareceu que eu falei isso, mas não falei. O.k.?

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE. Fala da Presidência.) – Tudo bem. Eu fui muito atencioso com todo mundo para que pudesse usar o tempo – ouvimos 15 Parlamentares. Eu já tinha dito, durante as audiências públicas, que todo mundo fala, tem um ponto de vista, e todo mundo tem uma solução.

Quando se mexe no problema, para poder tentar encontrar a solução, parece que não tem ninguém atendido; todo mundo continua vendo problemas. Mas todos tiveram a oportunidade de falar, todos tiveram a oportunidade de serem respondidos naquilo que o Relator entende que deveria ou poderia responder. Nós fizemos um acordo de procedimento; nós buscamos, então, dar mais tempo para que todos possam ter





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecimento da matéria, tendo aqui respeitada a lista de inscrição de todos que aqui estiveram.

Eu declaro encerrada a discussão.

Encerrada a discussão, a gente passa ao processo de votação da matéria, que, conforme foi combinado, será amanhã. Então, eu estou declarando suspensa a presente reunião e marcando a sua reabertura para o dia 30 de outubro, às 10h, passando ao processo de votação da matéria.

Está suspensa a reunião.

(Iniciada às 16 horas e 29 minutos, a reunião é suspensa às 17 horas e 09 minutos do dia 28/10/2025. Reaberta às 12 horas e 11 minutos, a reunião é suspensa às 15 horas e 27 minutos do dia 29/10/2025.)

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE. Fala da Presidência.)
– Havendo número regimental, declaro reaberta a 5ª Reunião da Comissão Mista da Medida Provisória 1.304/2025.

A Presidência comunica que, no dia 28 de outubro, o Senador Eduardo Braga realizou a leitura do seu relatório, ocasião em que foi concedida vista coletiva da matéria, suspendendo-se em seguida a reunião.

No dia de ontem, o Senador Eduardo Braga apresentou uma complementação de voto, foi aberta a discussão da matéria e todos os Parlamentares inscritos – dezesseis, ao total – fizeram uso da palavra. Posteriormente, foi apresentado um requerimento de encerramento de discussão que foi aprovado. A reunião foi suspensa, e agora vamos dar continuidade à deliberação da medida provisória.

Requerimento de adiamento de votação.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há sobre a mesa o Requerimento nº 18, da autoria do Senador Marcos Rogério, que solicita o adiamento de discussão... o adiamento da votação por 48 horas.

O requerimento está prejudicado.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Braga, mas eu entendo que o Líder Isnaldo tem... Posso passar ao Líder Isnaldo, para fazer uma sugestão aqui de encaminhamento para...

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (Bloco/MDB - AL) – ... e, acima de tudo, a tolerância, a paciência da grande construção que o Líder Eduardo Braga tem feito no que diz respeito ao relatório apresentado, voto complementar. E em tempo, meu Líder Relator, quero prestar toda a minha solidariedade a V. Exa., registrar que são inadmissíveis – inadmissíveis – fatos como os que aconteceram ontem, principalmente dentro do Congresso Nacional ou em qualquer localidade que seja. Então, V. Exa. merece toda a nossa solidariedade, porque é um gigante aqui, um dos maiores Parlamentares do Congresso Nacional. Quando é investido da posição de Relator, é imbatível, não tem igual.

A gente tem debatido, Presidente, desde ontem. Quando fiz o apelo a V. Exa. para a gente encerrar a discussão no dia de ontem e retomar a votação no dia de hoje, foi para que nós conversássemos um pouco: conversei com vários companheiros aqui da Comissão, com Lideranças do Senado e da Câmara dos Deputados e também com o Governo, aqui representado pelo seu Líder no Congresso Nacional, o Senador Randolfe Rodrigues.

Eu queria apresentar, sugerir um acordo que eu acredito, Senador Eduardo Braga, que pode chegar a um entendimento.

O texto, na sua grande maioria, tem uma concordância quase que geral aqui nesta Comissão. Portanto, alguns pontos ficaram a ser discutidos e ajustados, e dois são os principais. Um, o que aborda a compulsoriedade ou qualquer que seja o trecho que trata o PLV no que diz respeito às termoelétricas, a compulsoriedade que já vem sendo tratada desde a capitalização da Eletrobras até hoje. Então, eu queria sugerir, meu Relator, que a gente suprimisse ou retirasse a obrigatoriedade da compra, digamos assim, desta energia quando necessário. Essa é uma questão.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra questão é deixar muito claro que o atendimento do corte de geração vem sendo atendido. Porém, há uma discussão – se ampliado para a frente ou não –, mas pelo que eu entendi, diante de uma opinião média, o texto de V. Exa., indiscutivelmente, é majoritário entre as pessoas com que conversei.

E devemos ajustar sobre a questão das pequenas centrais hidrelétricas. O ajuste, adotando o IPCA para o... Desculpe, o INCC para os investimentos e o IPCA para os contratos, causa um equilíbrio nos futuros leilões a serem, digamos assim, disponibilizados com possibilidades de concorrências para novos contratos.

Eu acho que, dentro desses pontos fundamentais e mais discutidos de ontem para hoje, se nós construímos o acordo, se V. Exa., Senador Eduardo, concordar, o Presidente Fernando Bezerra Coelho Filho e, por óbvio, o Governo, se boa parte da oposição concordar com essa ideia, a gente caminha para uma votação quase que unânime aqui, na Comissão – esse é o meu sentimento.

Registro também que nós atendemos... Nós atendemos, não; o Relator se propõe a atender a autoprodução, não é isso, Fernando Bezerra? Atendendo também à questão das eólicas, solares, numa ampliação nesse sentido.

Eu entendo muito pouco do setor, muito distante do Relator e do Presidente, mas eu acho que, digamos assim, na costura da colcha de retalhos, que é o relatório ideal, que é o possível de ser aprovado, eu acho que indo nesse caminho nós teremos uma facilidade maior.

Apenas esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Líder...

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Eu lhe darei, mas o Líder Randolfe pediu a palavra.

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (Bloco/MDB - AL) – E um detalhe: no acordo, votaremos em globo os destaques. Isso também é fundamental no acordo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Presidente, pela Liderança do Governo.

Presidente, em primeiro lugar, antes de qualquer outra coisa, eu quero aqui manifestar, em nome da Liderança do Governo – e eu creio que falamos aqui por todos os Parlamentares –, total solidariedade ao Relator Eduardo Braga e abominar todas as agressões que ele tem sofrido, todas as ofensas que ele tem sofrido.

O Relator Eduardo Braga tem feito um trabalho hercúleo. Ajustar os marcos regulatórios do setor elétrico brasileiro é um desafio, e eu acho que, com a competência que tem o Relator Eduardo Braga, com a experiência que tem, tendo já sido Ministro de Minas e Energia, fez e tem conduzido o melhor trabalho possível, inclusive equalizando o conjunto de interesses distintos, mas sobretudo, pensando a quem se destina esse trabalho que nós estamos fazendo aqui, que é o consumidor de energia elétrica, que quer ter energia em casa em primeiro lugar, e, em segundo lugar, ter energia de qualidade e energia barata.

Esse trabalho, Relator Eduardo Braga, o senhor tem cumprido, na condução da relatoria dessa medida provisória. Então, queria aqui, antes de mais nada, em nome da Liderança do Governo, manifestar e expressar total solidariedade ao Líder Eduardo Braga.

E, ao passo da concordância com o Líder Isnaldo, eu tenho que primeiro cumprimentá-lo, porque hoje é a data do natalício, do aniversário do querido Líder Isnaldo, e eu acho que, inspirado pelo aniversário, ele já veio aqui trazendo uma proposta de acordo, na qual o Governo expressa seu apoio, que, nos termos, então, que entendi aqui, expostos pelo Líder Isnaldo, seria de retirada dos dispositivos relativos às termoeletricas, ou seja, o que consta, melhor juízo, nos §§21, 22, 23 e 24 do PLV, do art. 13 do PLV, e encaminhamento nos termos complementares aqui apresentados pelo Líder Isnaldo.

Nos termos aqui apresentados pelo Líder Isnaldo, o Governo tem acordo na retirada dos dispositivos relativos às termoeletricas e apoia também o requerimento para a votação em globo dos destaques, que é o Requerimento nº 50, inclusive do colega Senador Fernando Farias, e a própria Liderança do Governo também apresentou requerimento nesse sentido, Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, só para expressar o acordo do Governo com a retirada dos dispositivos relativos às térmicas e nos termos complementares apresentados aqui pelo Líder do MDB na Câmara dos Deputados, pelo Líder Isinaldo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Relator Eduardo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM. Como Relator.) – Presidente Fernando, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores aqui presentes, primeiro, eu quero agradecer a solidariedade apresentada pelos colegas e apresentada por diversas entidades que me enviaram diversos ofícios e mensagens no WhatsApp durante a noite de ontem e a manhã de hoje, porque eu estou nesta Casa há 16 anos, Deputado Danilo Forte, e, nesses 16 anos, eu sempre defendi minhas ideias com intransigência, mas sempre com respeito.

Eu nunca desrespeitei nenhum Parlamentar, nunca desrespeitei nenhum jornalista e nunca desrespeitei nenhum lobista, e, lamentavelmente, esta Casa está cheia de lobistas disfarçados de outras profissões e pessoas, inclusive, contratadas por prefeituras, por empresas de setores, disfarçadas de outras profissões, para virem aqui agir, para tentar influenciar, de maneira pouco republicana, a votação dos Deputados e dos Senadores, das Deputadas e das Senadoras.

Ontem, eu fui surpreendido, de uma maneira absolutamente covarde, ao sair daqui da CCJ, por dois cidadãos, que estão identificados, serão processados – tenho o nome, tenho o CPF, tenho a ligação, tenho o nome da associação que está por trás disso, tenho o nome da pessoa que está por trás disso. Portanto, estão identificados.

E essas pessoas agiram, lamentavelmente, não por interesse público, mas, sim, por interesses pecuniários. Para deixar claro, Deputado Lafayette, por interesse financeiro próprio.

Eu recebo, portanto, aqui um ofício – e o passo à mão do Presidente Fernando Coelho Filho – de apoio ao Relator e ao Presidente da medida provisória, assinado pela ABCE (Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica); Associação Brasileira do Carbono Sustentável; Abdan (Associação Brasileira para Desenvolvimento de Atividades Nucleares); Abiape, associação de produtores independentes; Abihv, do Hidrogênio Verde;





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ABiogás, a associação de biogás e hidrocarbonetos; Absae; Abrace; Abraceel; Abradee; Abrage; Abraget; Abrapch; Abrate; Abren; Anace; Cogen (Associação da Indústria de Cogeração de Energia), e todos reconhecendo o trabalho que fizemos.

Portanto, eu não quero aqui valorizar papel de lobista que está fazendo e prestando serviço aos seus interesses financeiros e seus interesses próprios. Mas acho que a boa prática deste Parlamento e a boa prática da democracia pressupõem uma questão básica, que é o respeito recíproco.

Desde o início, eu afirmei que a minha função aqui como Relator desta matéria era defender os interesses do consumidor e do povo brasileiro; não era defender os interesses de empresários ou de setores ou de segmentos, seja ele de que natureza for.

Então, dito isso, eu quero passar às considerações do meu querido Líder Isnaldo, mas antes quero cumprimentar...

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) – Relator, eu queria fazer uma questão de ordem, que eu acho que é anterior à conclusão que o senhor está fazendo, que eu acho que é corroborando com o que o Deputado Isnaldo apresentou, se o senhor me permitir.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – V. Exa. já me interrompeu. (*Risos.*)

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) – Obrigado, Sr. Senador. O senhor sabe o carinho e o respeito que eu tenho por V. Exa., e sei da formação democrática que o senhor tem. E estamos numa Casa em que somos obrigados a aceitar o contraditório, mas não podemos nunca aceitar a agressão, seja de onde partir e de como partir. Essa é uma forma antidemocrática, desrespeitosa para uma autoridade que representa o povo do Estado do Amazonas, como também o senhor faz aqui nesta Casa. Pelo senhor, eu primo pela amizade, pelo respeito e pelo conhecimento técnico que V. Exa. tem.

Meu Presidente Fernando Coelho Filho, ex-Ministro e meu aniversariante e amigo Isnaldo, que hoje está aqui comemorando esta data e merece esse presente, até pela construção que fez de buscarmos unificar um processo de votação, eu tenho algumas preocupações, que acho que já foram inclusive colocadas ontem, que acrescentaram, de ontem para hoje, duas visões que eu acho que a gente precisa levar em consideração:





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

primeiro, essa questão, que todo mundo sabe, do meu compromisso com as energias renováveis do sol e do vento – isso não é novidade para ninguém.

Diante disso, chamaram atenção no relatório alguns artigos, como o 8-A, em que as renováveis se responsabilizam inclusive por pagar a conta da instalação das térmicas a gás; o 2-E, em que as renováveis são corresponsáveis inclusive para suprir a conta.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM. Como Relator.) – Mas você tem que falar o 8-A de que artigo da lei, porque o 8-A está em diversos artigos. Tem que ser...

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) – Do relatório apresentado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – Não, porque o relatório não tem o art. 8-A. Ele deve estar em algum artigo mencionando o 8-A de uma lei que está sendo modificada.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) – Então, eu vou fazer o vínculo aqui posteriormente.

No que diz respeito às renováveis assumirem a conta das térmicas a gás, de as renováveis assumirem a conta pelo risco hidrológico, inclusive das hidrelétricas, que já estão inclusive amortizadas, e também ao financiamento da implantação das baterias em todo o setor, eu acho que esse setor, principalmente no que diz respeito aos parques de menor porte, não tem condições de viabilizar esse acúmulo. Então, diante disso, o que eu estou propondo aqui?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Deputado Danilo, com todo o carinho e respeito que V. Exa. sabe que eu tenho, mas isso não é uma questão de ordem, e a discussão a gente fez ontem.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) – Eu vou chegar na questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Pois não.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) – Vou chegar na questão de ordem. Se o senhor deixar, eu vou chegar na questão de ordem.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão de ordem é no seguinte sentido: de a gente fazer um entendimento no que foi aqui colocado, tanto pelo Senador Randolfe como pelo Deputado Isnaldo, mas buscando e observando a compreensão da necessidade que nós temos de fazer a compensação para a estabilidade do setor das renováveis. E essa estabilidade passa pelo Destaque 49, do Senador Izalci, que é inclusive em cima de uma emenda minha, a Emenda 232...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Eu sigo aguardando a questão de ordem.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) – É exatamente nesse sentido: acrescentar à proposta de acordo apresentada pelo Deputado Isnaldo, no sentido de atender ao Destaque 49, do Senador Izalci, atendendo a minha emenda, a Emenda 232, que dá consistência à continuidade dos investimentos no setor das renováveis.

Nós estamos na véspera da COP 30 e nós não podemos aprovar um projeto aqui que vai de encontro a todo o desejo que é de o Brasil ter um discurso compatível com o setor da transição energética.

Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pela paciência, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Presidente, se V. Exa. me permite, ainda para...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Nós vamos passar à votação, porque eu entendo que o Senador Eduardo Braga...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Pela ordem.) – Ele está complementando o voto dele, mas, só para ficar claro, eu só quero reiterar aqui os termos do acordo proposto pelo Líder Isnaldo.

Eu acho que a grande conquista dessa MP, a grande controvérsia que tinha, o debate que tinha no Governo, era relativo ao dispositivo que tratava das termelétricas. O acordo proposto pelo Líder Isnaldo induz, indica a retirada dos §§21, 22, 23 e 24 do art. 13 do PLV. E, dessa forma, a restauração do dispositivo do art. 1º, ou seja, a restauração... O art. 2º da medida provisória, que altera o art. 1º da Lei 14.182, fica restaurado, conforme os





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

termos da medida provisória. Essa eu acho que é a grande conquista que se tem aqui. Resolvemos a polêmica que tinha sobre as termelétricas. Então, quero reiterar o apoio do Governo ao acordo que foi feito, que eu acho que é onde melhor podemos avançar em relação a esses dispositivos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Então, eu entendo que a proposta do Governo é respeitar a sugestão do Líder Isnaldo, e o Relator vai dizer se acata para que a gente possa partir à votação. E tem o apelo aqui do Deputado Danilo para que seja incluído, o que eu estou entendendo que não está nesse pleito que foi feito pelo Líder do Governo Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Perfeitamente.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) – É isso mesmo, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Relator Eduardo Braga.

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (Bloco/REPUBLICANOS - MG) – Só para o encaminhamento, nesse caso, no acordo, todas as bancadas concordariam em votar em globo...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Os destaques em globo.

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (Bloco/REPUBLICANOS - MG) – Os destaques em globo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – É o encaminhamento que fazemos.

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (Bloco/REPUBLICANOS - MG. Pela ordem.) – Perfeito. Então, apenas para encaminhamento, o Republicanos diverge no mérito, mas, por encaminhamento, nós concordaremos com o encaminhamento de votar em globo. Derrotam-se em globo alguns destaques, aprovam-se em globo outros destaques, e os





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

destaques que foram apresentados aqui, naturalmente, vão ser destacados novamente no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Lógico...

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (Bloco/REPUBLICANOS - MG) – Então, apenas como encaminhamento, o Republicanos...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – ... isso é um direito que cada bancada e Parlamentar tem.

Senador Eduardo.

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (Bloco/REPUBLICANOS - MG) – O Republicanos, então, registrando a divergência em alguns pontos, concorda com o encaminhamento aqui apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Pode se manifestar.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – Eu quero me manifestar, mas os Senadores e Deputados não estão permitindo que eu me manifeste.

Eu ouço o Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Pela ordem.) – É porque eu... Infelizmente, acabamos de sair da reunião do Congresso, aqui é tudo no mesmo horário.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – Só... A discussão foi encerrada no dia de ontem. Nós estamos tratando agora não mais da discussão...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – É do procedimento.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – ... mas só do procedimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Mas, provavelmente...

Primeiro, eu quero me solidarizar com V. Exa. sobre o que aconteceu ontem. Acho um absurdo o que aconteceu.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, Presidente, é só para ver se S. Exa. acatou o meu destaque 41, que é com relação ao art. 15.

V. Exa. ontem explicou sobre o art. 15, mas tem uma série de dados que contrariam um pouco o que V. Exa. diz. Inclusive, a própria resolução do Conselho Nacional de Política Energética foi assinada exatamente pelo Presidente Fernando Coelho Filho, dando à ANP a competência para fixar aqueles critérios do cálculo do preço de referência. Eu queria insistir porque, como tem um destaque também do Governo, do Rogério Carvalho...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – O Relator vai dizer se acatou ou não, mas para a gente... Senão vamos ficar discutindo aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Pela ordem.) – Presidente, apenas um encaminhamento que eu queria dar, com a máxima vênia, ao colega Izalci...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Nós já estamos iniciando o processo de votação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – ... vamos ouvir o Relator, porque eu acho que o Relator...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – O Relator vai falar e eu vou iniciar a votação da matéria.

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM. Como Relator.) – Bem, eu quero apenas, ao responder ao Deputado Isnaldo e ao Senador Randolfe, que fizeram a proposta... Quando V. Exas. falam termoeletricas, V. Exas. estão se referindo a termoeletricas a gás, porque no relatório existem outras termoeletricas que não creio que V. Exas. estejam suprimindo. A de biomassa, a de carvão e as outras V. Exas. não estão suprimindo. O que V. Exas. estão...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Pela ordem.) – Perfeitamente. É o dispositivo do art. 13, os §§21, 22, 23 e 24.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – O que V. Exas. estão propondo na realidade é que haja a supressão no relatório da questão das térmicas elétricas a gás, principalmente em relação à questão da compulsoriedade, até porque há um veto em discussão no Congresso Nacional que trata da mesma matéria.

Portanto, para viabilizar a votação do relatório da MP, ficaria pendente a votação do veto e, ao votar-se o veto, estar-se-á, portanto, decidindo a questão das térmicas a gás, o que não prejudicaria o sistema elétrico, que precisa de energia de potência – o sistema necessita de energia de potência. O que V. Exas. estão propondo para encaminhamento e procedimento de votação é que permaneça este tema pendente no veto, e o Congresso vai deliberar em sessão do Congresso a sua derrubada ou a manutenção do veto, já que a questão da térmica a carvão estará prejudicada, o veto da térmica a carvão estará prejudicado e remanescerá exclusivamente o veto da térmica a gás.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) – Só uma observação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Perfeitamente, Sr. Relator.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) – Eu concordo plenamente com o que o senhor está falando, só que, do ponto de vista de eficiência energética, a térmica a carvão é muito pior do que a térmica a gás.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Mas está concordando...

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) – Então, nós estamos resolvendo o menor, tirando o menor, e deixando o maior? Então, esse agravante do carvão, tanto do ponto de vista econômico, como do ponto de vista de eficiência energética – e o senhor sabe que isso muito mais do que eu...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Deputado Danilo...

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) – ... é muito pior, muito mais agravante e muito mais caro.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Deixe o Relator poder concluir o que ele está acatando ou não.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) – Então, eu proponho que o senhor também acate com relação, inclusive, a esse destaque do Deputado Sóstenes, que é...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Não, eu tinha entendido que a proposta que V. Exa. fez numa questão de ordem que nos chegou tinha sido sobre outro destaque de V. Exa., não esse do Sóstenes.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) – Não, é porque, no meu entendimento, o Governo estava encaminhando para tirar todas as térmicas, até para preservar o discurso do Governo na COP 30.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – O Relator vai dizer o que...

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) – Mas pelo que o Senador estava dizendo, ele não...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – ... ele vai acatar ou não da sugestão do Governo.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) – Então o Governo mudou...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Agora, a gente não pode falar pelo Relator.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) – Eu não quero bater boca com o senhor; eu quero só debater.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Eu também não quero. O senhor não vai conseguir bater boca comigo hoje. Eu quero que o Relator possa fazer...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – Só há bate boca quando dois querem. Quando um não quer...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Eu quero que o Relator possa complementar o voto e a gente possa passar ao processo de votação...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – Lá na minha terra, a gente tem um ditado...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – ... que, inclusive, foi iniciado ontem.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – ... que diz: falar, até papagaio fala.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – Portanto, voltando à questão.

A proposta encaminhada pela Liderança do MDB da Câmara e pela Liderança do Governo no Congresso é para deixar esta matéria, portanto, pendente, para ser deliberada sobre o veto. Nesse sentido, entendo, portanto, pertinente, para que nós possamos desobstruir a votação e possamos avançar sobre os outros temas.

Com relação à questão das PCHs, o acatamento da questão do INCC para o Capex, a questão do IPCA para os contratos em relação à licitação de 2019 e a manutenção do MRE para os contratos de PCH, eu entendo que é uma proposta no sentido de construção do entendimento. Portanto, eu não tenho nada a opor, tendo em vista que estas PCHs serão PCHs inclusive reversas, o que garantirá mais eficiência e mais flexibilidade. Eu peço apenas ao companheiro Rutelly que observe que as questões, portanto, estão vinculadas a PCHs reversas e às hidrelétricas reversas, para que nós possamos acatar.

Quanto à questão da autoprodução, na realidade, é preciso ler o parágrafo que seria incluído ao relatório pela proposta encaminhada pelo Líder Isnaldo. Seria acrescentado o §7º: "novos arranjos de autoprodução, inclusive por equiparação, somente poderão ser realizados com empreendimentos de geração cuja operação comercial seja iniciada após a data da publicação deste dispositivo legal, exceto para as usinas que já exerçam parte de estruturas de autoprodução, inclusive por equiparação".





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso que V. Exa. propôs, Deputado Isnaldo. Então, este parágrafo está sendo acolhido pelo Relator pela proposta de entendimento apresentada por V. Exas. para a votação em globo.

Com relação aos outros itens, eu acho que o debate do dia de ontem já expressou o nosso posicionamento em relação aos temas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Em votação à matéria.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Presidente... Presidente, pela ordem.

Presidente, é só uma questão.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) – Tempo de Líder, Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Pela ordem.) – É porque eu não entendi ainda a posição do Governo com relação ao art. 15, porque o Governo é que estava favorável à modificação e eu também apresentei o destaque. O Governo mudou de opinião sobre os *royalties*?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – O Governo concorda com o acordo encaminhado aqui pelo Líder Isnaldo e nos termos que foram acatados com o Relator.

A questão central para o Governo eram os dispositivos constantes dos §§21, 22, 23 e 24 do art. 13 do PLV. Acatado isso, nos termos do acordo apresentado pelo Relator, o Governo não tem nenhuma objeção à votação na íntegra do relatório final do Senador Eduardo Braga e encaminha a votação dos destaques em globo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Foram apresentados 28 requerimentos dos destaques para votação em separado.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) – Presidente... Presidente... Tempo de Líder, Presidente.

Tempo de líder, por favor, do União Brasil na Câmara.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – V. Exa. não é Líder do União Brasil.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) – Mas eu sou Vice-Líder.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – A Presidência comunica que a apreciação da matéria dar-se-á da seguinte forma: votaremos, em primeiro lugar, o requerimento de admissibilidade dos destaques; em seguida, o relatório, ressalvados os destaques; e; por último; os destaques cujas admissibilidades tenham sido aprovadas.

De acordo com o art. 50 do Regimento Comum, os requerimentos que tratam da admissibilidade dos destaques não serão discutidos nem encaminhados.

Há sobre a mesa requerimento de votação em globo, Requerimentos 50 e 46, de destaques apresentados.

Os Parlamentares que concordam com a votação em globo...

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) – Para encaminhar ao contrário, Sr. Presidente.

Espere aí, Sr. Presidente. O senhor quer passar o rolo compressor?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Não tem encaminhamento. Não tem encaminhamento.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) – O senhor não vai respeitar o Plenário?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Não, não estou desrespeitando e nunca desrespeitei.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) – O senhor... V. Exa. acabou de fazer um encaminhamento. Eu quero encaminhar ao contrário. É regimental.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Encaminha-se no relatório. Nos requerimentos não há encaminhamento.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Parlamentares que concordam com a votação em globo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Votaremos a admissibilidade dos destaques em globo.

Passamos à votação em globo dos requerimentos de destaques apresentados à matéria.

Os Parlamentares que concordam com os requerimentos de destaque permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado em globo.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Passamos à votação do relatório.

Os Parlamentares que concordam com o relatório e com as alterações propostas pelo Relator permaneçam como se encontram.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) – Para encaminhar ao contrário, Sr. Presidente. Eu tenho direito ao encaminhamento. O senhor não quer deixar ninguém falar?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Na hora que eu chamei o relatório, você não pediu para orientar. Eu achei que você tinha mudado de opinião, mas pode orientar para o relatório.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) – Não mudei, não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Perdão.

O SR. PEDRO UCZAI (Bloco/PT - SC) – Eu quero orientar também, Sr. Presidente.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE. Para orientar a bancada.) – Então é o seguinte: primeiro, eu acho que, com todo o esforço que foi feito, essa colcha de retalho





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai estourar na conta do consumidor de novo. E o que é pior neste momento é que essa conta vai ser transferida para o Congresso Nacional.

A postura, inclusive, de não se aprofundar o debate sobre as questões referentes ao aumento dos encargos, que ficarão *a posteriori* com essa prorrogação, principalmente de térmicas a carvão... E eu não entendi a compreensão do Senador Randolfe, que tira as térmicas a gás, que são mais baratas e que botam energia firme no sistema, e mantém a carvão, que são R\$52 bilhões – R\$52 bilhões – na conta da CDE do consumidor até 2040.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Não, não, não.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) – Eu estou com a minha palavra.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – Não, não, não não. Espera aí, encaminhamento da palavra sim, mas nós não podemos faltar com a verdade. A térmica que foi acatada pela emenda do Senador Esperidião Amin tem zero de conta CDE.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – Zero. Zero, zero, zero de conta CDE.

A emenda do Senador Esperidião Amin não joga para a CDE nenhum centavo de encargo.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) – Os encargos, os subsídios do setor de térmica a carvão, prorrogando até 2042, gera um subsídio de R\$42 bilhões.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – Perdão, Deputado Danilo, eu tenho um carinho, uma amizade por V. Exa., e respeito a posição de V. Exa. em relação às renováveis. Sou um adepto das renováveis, desde que elas tenham capacidade de armazenamento. Agora, nós não estamos prorrogando nenhuma térmica que tenha impacto sobre CDE. A única que está sendo admitida é a emenda do Senador Esperidião Amin, apoiada pela bancada do Sul do país, que não encontra subsídio na CDE.

Portanto, não tem impacto para a conta do consumidor.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) – Eu pediria a reposição no meu tempo, Sr. Presidente, por favor.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Farei isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Para encaminhar...

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) – O Senador Eduardo falou mais do que eu.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Quero, também, encaminhar e falar pela Liderança.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) – E eu quero falar, com a reposição do meu tempo.

Então, diante disso, Senador, com todo o respeito, apesar de o senhor ter um discurso que é favorável às renováveis, da forma como está colocado no texto as renováveis estão pagando essa conta. Estão pagando a conta, inclusive, no que eu falei anteriormente: no art. 8º-A... No art. 2º, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995... Estão pagando a conta no art. 2º-E... No §9º, da Lei 10.848, de 15 de março de 2004... E o que é pior ainda, estamos pagando a conta, no que diz respeito à questão das baterias, no art. 3º, §6º, e no art. 8º; e na Lei nº 10.847. Então, estamos fazendo uma transferência inversa do subsídio a essas inovações que aqui estão colocadas.

Por outro lado, estamos inclusive criando uma condicionante muito ruim para a retomada dos investimentos no setor das renováveis. O que me chama a atenção é que, além da conta que vai sobrar, nós ainda temos uma COP30 pela frente, e o discurso do Governo, lamentavelmente, vai ser uma contradição na COP30, porque está estimulando aqui e viabilizando um projeto em que as renováveis ficam em segundo plano para priorizar térmicas e, no caso específico, inclusive, térmicas muito mais poluentes, como são as térmicas a carvão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – O Senador Izalci pediu o tempo, depois o Líder Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Para encaminhar a favor, Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Bem, já que o Governo não defende a Petrobras, vou tentar defender aqui.

Primeiro o seguinte: ontem foi dito que boa parte do petróleo brasileiro é destinada à exportação. Sim, 52% da produção do petróleo brasileiro é destinada à exportação. Então, é 52%. Não é à toa que o petróleo é o primeiro item da balança comercial do país, ao lado da soja.

As empresas exportadoras de petróleo não pagam impostos no Brasil. Não pagam. Nenhum, ninguém paga.

Exportação não há tributação. Qualquer produto. A soja não paga... Nenhum paga.

As empresas exportam sua produção e não geram emprego no Brasil. Também não é o caso. As empresas geram milhares de empregos no processo de exploração aqui. São mais de 350 mil postos de trabalho distribuídos nas plataformas da Petrobras.

O cálculo do preço de referência do petróleo foi corrigido por conta de uma liminar concedida no Rio de Janeiro. Não existe isso. Não existe essa liminar. Não vou entrar nos detalhes, mas não existe.

A proposta do art. 15 vai permitir melhores condições para que as refinarias tenham acesso ao petróleo brasileiro.

Também não é isso, a regra trata tão somente da fórmula de cálculo do preço de referência do petróleo, para fins de aferição do valor dos *royalties* e participações especiais, que devem ser pagas pelas empresas de exploração e produção de petróleo.

A alteração dessa regra, como está aí, em nada se relaciona com o preço de venda do petróleo pelo mercado interno ou para exportação. As empresas pagam *royalties* e participações especiais vendendo o petróleo no mercado interno e exportando.

A mudança da regra aumentará a arrecadação do Governo. Também não é bem assim.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o preço de referência é utilizado como parâmetro para o valor que as petroleiras usam na exportação? Não. O petróleo é uma *commodity*, conforme define o glossário do Senado Federal.

Então, eu não sei o motivo principal de o Governo não insistir na retirada do art. 15, mas eu quero dizer que eu vou destacar isso no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Líder Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Para encaminhar.) – Presidente, primeiro, o seguinte: eu reitero os termos do que foi colocado aqui pelo Relator Eduardo Braga. O dispositivo do art. 3º-D, que diz respeito a uma demanda do Sul do país – dos Parlamentares do Sul do país – tem impacto zero na tarifa de energia elétrica.

O conjunto do acordo aqui firmado, inclusive nos termos finais, aqui apresentados pelo Líder Isnaldo, resolve a grande controvérsia que o Governo levantava aqui, que era relativa às térmicas a gás, essas sim poluentes e essas sim que seriam uma contradição do Brasil em relação à COP30.

O relatório do Senador Eduardo fortalece as energias alternativas, as fontes alternativas. O conjunto do relatório tem mais pontos positivos do que pontos a serem destacados. Tem algumas coisas, Presidente, que eu acho que é importante serem colocadas aqui. Tem questões que são razoáveis, que são legítimas, que...

(Soa a campanha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – ... dizem respeito à mudança da matriz energética para fontes renováveis, e há de se destacar que, no nosso país, 49% das nossas fontes de energia são energia renovável, e é por isso que a gente está sediando inclusive a conferência do clima, porque nós somos campeões do mundo em energia renovável. E o conjunto...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/MDB - AM) – Perdoe-me, Senador: não são 49% não, 90% das nossas fontes são renováveis.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Nós, como emissores de energia fóssil no planeta, temos menos de 1%. É isso que nos legitima, Presidente, para sediar uma conferência do clima.

Então, o conjunto do texto do Relator fortalece, reitera esse dispositivo. Além do mais – já concluindo, Presidente –, algumas das contribuições que o relatório traz e que a medida provisória traz: estabelece um teto para a CDE – isso é uma grande conquista do marco regulatório da energia elétrica, é uma grande conquista para o setor e uma grande conquista, sobretudo, no preço final, para o consumidor –; estabelece a abertura de mercado para a baixa tensão; limita a autoprodução simulada, o que terá um impacto direto, também, de redução da tarifa; e coloca a energia como elemento prioritário da política de recursos hídricos.

Então, o relatório tem mais dispositivos para serem aprovados, com o conjunto do trabalho feito pelo Relator e pelo texto original da medida provisória.

É por essa razão que o Governo encaminha o voto pela aprovação do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Passamos à votação do relatório.

Os Parlamentares que concordam com o relatório com as alterações propostas pelo Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Aprovado.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Presidente, peço a verificação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Verificação...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Precisa de apoio, Presidente – apoio. Precisa de apoio.

(Intervenções fora do microfone.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Eu sou Líder do PL.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Não, precisa de apoio.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – No Regimento comum.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF) – Presidente, não precisa de apoio. V. Exa. sabe disso, como Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Passamos à votação nominal do relatório, determino a abertura do painel.

Os Parlamentares que concordam com o relatório votam "sim" e os que rejeitam o relatório votam "não".

Está aberta a votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Para orientar a bancada.) – A Liderança do Governo encaminha o voto "sim", Presidente.

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (Bloco/MDB - AL. Para orientar a bancada.) – Presidente, para encaminhar.

O MDB na Câmara e, por óbvio, no Senado, encaminha "sim" ao relatório brilhante do Senador Eduardo Braga.

Em tempo, quero agradecer a compreensão do Líder do Governo, Senador Randolfe Rodrigues, em concordar com o acordo proposto. Então, não tenho nenhuma dúvida de que esta Comissão entregará o resultado que o Brasil espera para o equilíbrio do setor energético.

O SR. PEDRO UCZAI (Bloco/PT - SC) – Pela Federação.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Deputado Pedro.

O SR. PEDRO UCZAI (Bloco/PT - SC. Para orientar a bancada.) – Nós queremos encaminhar "sim".

Primeiro quero manifestar a minha profunda solidariedade ao Senador Eduardo Braga, profunda solidariedade e gratidão também por acolher uma proposição nossa. Portanto, Eduardo Braga, nossos cumprimentos e nossa saudação.

Vamos cumprir o acordo, ressalvado um destaque que nós vamos apresentar, em Plenário, para aperfeiçoar ainda mais a medida provisória para permitir não só individualmente produzir energia solar, mas também coletivamente, em forma de associações, de cooperativas, dos pequenos deste país, para implementar energia limpa e renovável com inclusão social e com inclusão econômica.

Então, nossa bancada agradece a oportunidade e parabeniza o Senador Eduardo Braga por nos acolher, no dia de ontem, de forma tão generosa. Minha profunda solidariedade pelo que aconteceu com V. Exa. Não é admitido, é abominável essa postura.

Quero lhe dizer que quando o senhor fala publicamente aqui dos lobistas, eu acho que a gente tinha que regulamentar, porque esse tipo de relação é, muitas vezes, promíscua, não pública, não aberta, não transparente. Concordo com V. Exa.

A bancada vota "sim".

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Eu vou dar, Senador Izalci.

Só para uma orientação. Os Parlamentares que registrarão presença poderão votar nos computadores do Plenário ou por meio do aplicativo Senado Digital, para os Senadores, e do aplicativo Infoleg, para os Deputados.

Aos Deputados informo que o aplicativo Infoleg deverá ser utilizado na sua última versão, na tela inicial. Deve ser procurado, no menu, outras opções e clicar em Congresso Nacional. Depois deve ser escolhida a opção Serviço do Senado Federal. Posteriormente,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

basta fazer o *login*. É importante lembrar que o *login* dos Deputados possui o seguinte formato... Todos nós já sabemos.

O Senador Izalci para orientar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PL - DF. Para orientar a bancada.) – A orientação do PL é "não", tendo em vista que vários pontos precisavam ser melhorados. Infelizmente, a gente não teve aqui tempo suficiente para debater e realmente convencer o Relator e o Governo de um modo geral. Basta ver a própria situação da Petrobras, que o Governo não está muito preocupado com isso.

Então, o PL vota "não".

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – O Deputado Danilo, depois o Deputado Lafayette, aqui na ordem.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, eu acho que nós estamos num momento muito crítico, diante de um desafio hercúleo que o país está vivendo de se falar em corte de subsídio, de se falar em ajuste fiscal, de se falar em centro da meta.

O Tribunal de Contas, esta semana, soltou, inclusive, um documento exigindo do Governo equilíbrio fiscal, e neste momento o que nós estamos votando aqui só contribui para aumentar o desequilíbrio fiscal, para aumentar a conta para o consumidor final e numa contradição ainda maior com todo o papel que o país está exercendo na transição energética.

Eu acho que a forma como nós chegamos à conclusão desse relatório, além de prejudicar o presente, porque aumenta a conta para o consumidor final e porque desequilibra as contas do país, ainda compromete o futuro, na medida em que a transição energética ficou em segundo plano.

Diante disso, eu não vou aqui fazer encaminhamento em nome do partido, até porque sei que a posição do Presidente da Comissão é contrária à minha, e ambos somos





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputados Federais pelo mesmo partido, mas eu quero deixar explícito o meu voto contrário e a necessidade de responsabilização futura pela crise que vai vir, porque vai continuar a crise do setor energético e vão continuar os problemas da CDE.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Deputado Lafayette.

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (Bloco/REPUBLICANOS - MG. Para orientar a bancada.) – Sr. Presidente, eu quero registrar aqui que o Republicanos vota favoravelmente ao relatório, salvo os destaques. Há destaques aqui...

(Soa a campanha.)

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (Bloco/REPUBLICANOS - MG) – Sr. Presidente, eu pediria só para diminuírem aqui a conversa.

Sr. Presidente, o Republicanos, retornando, votará a favor do relatório, salvo os destaques apresentados. Divergimos em alguns pontos, especificamente no que tange à geração distribuída. Nós fizemos uma ponderação ontem, ao eminente Relator, no sentido de acatar a supressão da microgeração, excluir a microgeração remota daquela taxa de R\$20, porque na prática nós estamos decretando a morte no Brasil da microgeração remota. São milhares e milhares de empreendimentos, de microempreendimentos que estão sendo afetados.

Solidarizo-me com S. Exa. o Senador pela agressão que sofreu ontem, no Parlamento isso não é admissível, mas quero aqui ressaltar, mais uma vez, o que se está fazendo aqui, está-se decretando a morte da microgeração distribuída em grande parte, porque, pelo texto que ficou, quem mora em apartamento não poderá ter geração distribuída, quem tem um pequeno comércio numa galeria ou num *shopping* não poderá ter geração distribuída, e isso é injusto com metade da população brasileira. É a reflexão que faço aqui.

E agradeço muito ao eminente Senador por ter acatado a nossa Emenda nº 88 das CGHs, porque também promove justiça, e o eminente Relator, na tarde de ontem, de maneira muito elegante e compreensiva, disse que acataria no seu relatório a nossa





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Emenda nº 88. Desde já, então, nós lhe agradecemos e o parabenizamos no conjunto. Sabemos do esforço do eminente Senador, sabemos que o setor elétrico é complexo, é difícil você poder concatenar todas essas engrenagens e, portanto, o esforço do Senador deve ser aqui louvado e deve ser aqui parabenizado.

Portanto, o Republicanos vota favorável, salvo os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Eu queria aproveitar, enquanto o processo de votação também está acontecendo, para poder – fiz no particular – fazer aqui de público minha solidariedade ao Senador Eduardo Braga e que a gente não veja isso se repetir mais aqui no Congresso. A gente ganha, perde no voto, respeitando as opiniões divergentes para que a gente, enfim, possa discordar evidentemente.

E a democracia, a beleza dela é a gente poder convergir quando possível; quando não, a gente poder respeitar os diferentes. *(Pausa.)*

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Coelho Filho. Bloco/UNIÃO - PE) – Passamos à proclamação do resultado.

Foram computados 22 votos favoráveis, 2 votos contrários.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão. *(Palmas.)*

Antes do encerramento dos nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião e das reuniões anteriores.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 16 horas e 29 minutos, a reunião é suspensa às 17 horas e 09 minutos do dia 28/10/2025. Reaberta às 12 horas e 11 minutos, a reunião é suspensa às 15 horas e 27





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

minutos do dia 29/10/2025. Reaberta às 11 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 38 minutos do dia 30/10/2025.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1305, DE 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 23 DE SETEMBRO DE 2025 E 01 DE OUTUBRO DE 2025, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3 E ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quinze horas e cinquenta e sete minutos do dia vinte e três de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Randolfe Rodrigues, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 1305, de 2025 com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Efraim Filho, Carlos Viana, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Carlos Portinho, Izalci Lucas, Jorge Seif, Paulo Paim, Teresa Leitão, Weverton, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão, José Nelto, Ricardo Barros, Luiz Fernando Faria, Marcelo Crivella, Romero Rodrigues, Ricardo Abrão, Bacelar, Bohn Gass, Helder Salomão e Cezinha de Madureira, e ainda dos Parlamentares Augusta Brito, Greyce Elias, Beto Faro, Nelsinho Trad, Zenaide Maia, Talíria Petrone, Angelo Coronel, Daniela Reinehr, Mecias de Jesus, Styvenson Valentim, Marcelo Castro, Marangoni, Antonio Carlos Rodrigues, Fabiano Contarato, Bandeira de Mello, Magno Malta e Carlos Zarattini, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Fernando Dueire, Lucas Barreto, Cid Gomes, Luis Carlos Heinze, Cleitinho, Daniel Agrobom, Filipe Barros, Isnaldo Bulhões Jr., Dagoberto Nogueira, Aureo Ribeiro e Vicentinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Às quinze horas e cinquenta e oito minutos a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia primeiro de outubro de dois mil e vinte e cinco. Às quatorze horas e quarenta e sete minutos do dia primeiro de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Randolfe Rodrigues e Sérgio Petecão, a reunião é reaberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição. Finalidade:** Eleição de Presidente e Vice-Presidente da Comissão. **Resultado:** É eleito para Presidente o Senador Sérgio Petecão e designado Relator o Deputado José Nelto. O Presidente submete ao plenário a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e dez minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Sérgio Petecão

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1305, de 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/23>

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/10/01>

(Texto com revisão)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco/PT - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1.305, de 2025.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade do Senado Federal, e a relatoria, sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

Antecipo que o acordo indica o nome do Senador Sérgio Petecão para a Presidência desta Comissão.

Como não temos quórum para fazer a votação neste momento, nós instalamos esta Comissão Mista e suspendemos esta reunião.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Declaro suspensão a presente reunião, marcando a reabertura para o dia 1º de outubro, às 14h30, aqui mesmo, nestas dependências.

Está suspensa a reunião.

(Iniciada às 15 horas e 57 minutos, a reunião é suspensa às 15 horas e 58 minutos.)

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco/PT - AP. Fala da Presidência.) – ... a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade do Senado Federal; e a relatoria, sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

Comunico que há acordo de Lideranças para a eleição da Mesa, tendo sido indicado para Presidente o Senador Sérgio Petecão.

Consulto o Plenário sobre se podemos fazer a eleição do Senador Sérgio Petecão por aclamação. *(Pausa.)*

Com acordo, então, declaramos já eleito o Senador Sérgio Petecão.

E, com seus inconfundíveis óculos, meio Ray-Ban, meio diferente, que ele assuma aqui a Presidência e a condução dessa importante medida provisória e faça a nomeação do Sr. Relator.

Por favor, Presidente. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD - AC) – Boa tarde, senhores e senhoras, colegas Deputados Federais e Senadores.

Como foi dito aqui pelo nosso Líder Randolfe, como houve um acordo para a indicação desta Presidência, da mesma forma também houve um acordo para que nós pudéssemos indicar o nosso Relator, e o Relator é o nobre Deputado José Neto... *(Pausa.)* Desculpa, é o... vou botar os... Desculpa, o Relator é o nosso querido Deputado José Nelto.

Por favor, Deputado, assuma aqui a sua relatoria. *(Pausa.)*

Deputado, V. Exa. gostaria de fazer alguma consideração? Fique à vontade, viu? A palavra está com o senhor; em seguida, já que nomeamos o Presidente e o nosso Relator, já vou fazer o encerramento.

O SR. JOSÉ NELTO (Bloco/UNIÃO - GO) – Exmo. Sr. Senador, nosso Presidente da Medida Provisória 1.305, de 2025, da isenção de taxa para verificação de taxímetro, agradeço a confiança de V. Exa., Senador Petecão, a confiança dos Srs. Senadores da República, a confiança dos Deputados e a indicação do Presidente da Casa, da Câmara Federal, Deputado Hugo Motta, nosso Presidente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estarei relatando uma medida provisória. Vou procurar com toda a sensibilidade ouvir a categoria dos taxistas do nosso Brasil, ouvindo, em primeiro lugar, até porque é meu estado, os do Estado de Goiás. E aí estou aberto para o diálogo e para o bom debate nesta Comissão dessa medida provisória.

Nós vamos conversar com o Governo e com esses taxistas, que têm história no nosso país. Antes do Uber, nós defendíamos muito os taxistas. Nós sabemos do trabalho que eles fazem e que têm feito. Então, é preciso de aprimorar e avançarmos para que eles possam continuar trabalhando dentro do seu trabalho. O que é mais digno para o ser humano é o seu trabalho, e jamais nós poderemos tirar o direito de qualquer categoria, de qualquer trabalhador de trabalhar.

Agora, o mundo é moderno, o mundo está avançando. É preciso que haja também, através dessa medida provisória, avanços na área da tecnologia, para que eles possam ter também o mesmo tratamento, ou melhor, tratamento também das suas ferramentas tecnológicas; para que eles possam se manter no mercado, ter concorrência e ajudar quem nós queremos: o passageiro lá no final. Nós queremos o melhor para os passageiros e que um taxista que tenha a confiança do nosso povo brasileiro possa realmente prestar um bom serviço.

Porque tem uma parte da sociedade, Senador, que é conservadora. Ela não gosta do uber, ela acredita é no taxista. Ela gosta tanto de pegar um táxi no aeroporto como de o táxi ir à sua casa, à sua residência, ao seu prédio, ao seu comércio.

Então, é um momento em que eu estou aberto a todos os Senadores e Deputados para apresentarem o melhor texto. O texto que eu irei apresentar, Sr. Presidente, não será o texto do Deputado Federal José Nelto: será o texto de toda a Comissão Mista dessa Medida Provisória 1.305. Vamos juntos construir um texto que seja bom para o Brasil.

Então, eu agradeço a confiança de V. Exa., a confiança de todos os Senadores e Deputados, por ocupar, mais uma vez, um cargo tão importante, o da Medida Provisória 1.305. E pode contar com o nosso trabalho; estou aberto para a gente fazer um texto à altura do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD - AC) – Amigos, antes de encerrarmos, eu gostaria só de fazer algumas considerações também.

Eu não sei, Líder Randolfe, por que convidaram o Petecão, mas a classe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Porque era o mais preparado e tinha mais identidade com os taxistas, para conduzir essa medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD - AC) – Pois é. Eu tenho uma história com os taxistas. Meu pai era proprietário de posto de gasolina; eu o perdi muito cedo, ele foi assassinado num posto de gasolina. Eu entrei na política por conta dessa relação com a classe taxista.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para vocês terem uma ideia, nesse final de semana – como V. Exa. não estava presente, tivemos que adiar a nossa posse, a minha e a sua, como Relator –, eu já fiz uma reunião com os taxistas, os taxistas lá do meu estado, com que eu tenho uma relação muito próxima. Quando chego ao aeroporto, eles sempre estão ali, e a gente brinca. E o destino me deu essa oportunidade, porque, às vezes... A classe de taxista é um meio de vida, eles vivem disso. Às vezes, o uber – que nos ajuda, e ajuda muito – trabalha e faz bico de uber, mas o taxista, não. É uma classe que vive disso.

Então, eu queria até parabenizar V. Exa., parabenizar o Governo Federal por essa iniciativa, porque é uma coisa que parece pequena, mas não é pequena: é um benefício que vai ajudar, ajudar e ajudar muito.

Eu conversei com alguns taxistas para entender as taxas que o Inmetro cobra na avaliação dos taxímetros. E eu penso que, nessa medida provisória, nós podemos, sim, discutir aqui outras alternativas e como poderemos ajudar os nossos queridos taxistas.

Então, eu fico muito grato. Queria agradecer ao Governo por me dar essa oportunidade de presidir essa medida provisória, que para mim tem, além da simbologia por conta dessa relação que eu tenho com a classe... Porque o taxista é o seguinte: você chega a uma cidade, ou chega ao Rio, ou chega a São Paulo, chega lá a Goiânia, se você quer saber como é que está a cidade, você pergunta para o taxista: "E aí, como é que está? Quem é que ganha a eleição aqui?". O cabra é o melhor instituto de pesquisa que tem, porque eles têm uma vida ali, conhecem as histórias, diferentemente do uber. O uber, o cara está ali, ele vai trabalhar quando quer, quando dá um aperto em casa, ele vai. Agora, o taxista, não; ele vive disso.

Então, eu acho que nós temos uma ferramenta, nós temos aqui um instrumento, essa Medida Provisória 1.305, um instrumento que nós podemos, sim, discutir, ouvir a classe, abrir alguns debates aqui para que nós possamos ver de que forma...

Lá no meu estado, eu estou muito feliz que essa notícia já chegou lá, foi muito bem recebida pela classe. Eu tenho um amigo e irmão lá chamado Esperidião. Esse é uma pessoa que doa, dedica toda a sua vida em prol da sua classe.

Então, é isso, meu querido Deputado José Nelto, conte comigo. O que nós pudermos fazer para ajudar... Pode ter certeza de que eu criarei todas as condições para que a gente possa, não só o senhor, mas todos os membros que compõem essa medida provisória, para que, se Deus quiser, nós possamos fazer aí um belo trabalho.

Senador Portinho, Líder maior do Rio de Janeiro, o senhor gostaria de fazer uso da palavra? Fique à vontade.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco/PL - RJ. Pela ordem.) – Muito obrigado, Senador Petecão, Deputado José Nelto. Tenho certeza de que está nas melhores mãos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Junto com o Randolfe, nós fizemos questão de integrar esta Comissão. É uma causa que nos une. E hoje, Senador Petecão, na CCJ, já nos uniu, né? Os taxistas nos unem – e outras coisas também.

A gente aprovou um projeto da relatoria do Senador Randolfe, que contou com muitas contribuições minhas admitidas e que, em princípio, não é prejudicado pela MP, nem ele prejudica a MP. A MP é mais rápida – naturalmente, né? –, mas eu vi, Deputado José Nelto, que tem uma Emenda nº 3, que é muito semelhante à emenda que o Senador Randolfe, com toda a sua boa sensibilidade, acolheu, que era a minha, que é a questão da sucessão do taxista e do direito sucessório, da concessão e tudo mais.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD - AC. *Fora do microfone.*) – A questão do direito da placa, não é?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco/PL - RJ) – É, da placa.

E aí eu estava até falando aqui com o Randolfe, peço desculpa, porque eu estava tentando já me alinhar aqui com o Randolfe nesse assunto, que a gente objetivamente teria dois caminhos: tratar do tema original da PEC, que é fundamental, a questão da aferição, da dispensa, da primeira aferição e tal – acho que isso é consensual, seria facilmente aprovado –, e caminhar, em paralelo, com o projeto que foi terminativo hoje lá na CCJ e vai para a Câmara, Deputado José Nelto, ainda; ou pegar todo o texto do brilhante relatório... Aí eu não sei ainda, estou falando sem saber se ele concorda. Eu comecei a falar aqui com o Senador Randolfe, mas, como é uma construção de consenso esse texto e abarca outras questões sobre o serviço de táxi – e foi muito bem recebido, quero dizer, por toda a categoria de todo o Brasil que acompanhou diuturnamente aqui as nossas sessões. Todos os pleitos foram pelo Relator Randolfe Rodrigues atendidos e eu fui instrumento, como autor dessa emenda, da mesma forma.

Mas queria cogitar – aí deixo a condução ao Senador Randolfe –, para a gente ganhar tempo, de a gente pegar esse texto que a gente aprovou, incluir a questão original da aferição, mas como tudo trata de táxi, não tem jabuti nenhum nisso. Aí se pegaria esse texto, Deputado José Nelto, e o transportaria para dentro da MP. Porque, uma vez aprovada, ela já passa a valer em uma velocidade muito mais rápida do que esperar a tramitação ainda da Câmara, de Comissão e tudo mais.

É uma sugestão, eu não tenho opinião formada e também não sou vencido nisso, mas é porque eu acho que o Randolfe conduziu tão bem o texto, e o Randolfe é o Governo, a MP é do Governo, então... Teve a minha contribuição, já me sinto muito satisfeito de ter contribuído nas emendas várias que o Senador Randolfe acatou. E, eventualmente, se for do consenso, Deputado – e aí a relatoria cabe a V. Exa., e eu respeito –, poderíamos não admitir só a Emenda nº 3, porque aí vai tirar um pedacinho lá, e vai continuar o projeto a tramitar com um pedaço aqui, mas pegar todo esse texto que foi por consenso aprovado hoje e colocar dentro dessa medida provisória.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma sugestão, não há nem emenda com relação a isso, até porque a gente estava tramitando essa medida na CCJ e, em paralelo, veio a MP 1.305, mas ouvindo, naturalmente, o Relator, que é autor do texto aprovado na CCJ, sobre se há pertinência nisso – é lógico, desde que o Relator aqui desta MP concorde em absorver no seu relatório, porque não há mais prazo de emenda. E eu acho que a gente fazer picado, talvez... Aceita-se a Emenda nº 3, e aí fica uma perna aí também, uma insegurança. Minha preocupação é dar segurança jurídica o mais rápido possível ao taxista.

Randolfe, não sei o que você pensa, porque a gente não concluiu aqui a conversa. Não quero constranger, de forma alguma, nem um nem outro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD - AC) – Claro, Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP) – Caríssimo Senador Portinho, primeiro quero cumprimentar tanto o Deputado José Nelto, pela relatoria dessa emenda provisória, quanto o Senador Petecão. Não poderia ter quadros melhores, tanto do Senado quanto da Câmara, gabaritados para tratar de um tema tão importante quanto os taxistas, como ambos.

De fato, o Senador Portinho aqui relata, hoje foi um dia importante da CCJ, tivemos a aprovação de uma matéria que diz respeito aos taxistas. Eu acho que tem aspectos dessa matéria que nós poderíamos, a partir do diálogo com o Relator – porque a soberania toda do texto que vai sair daqui é do Relator – construir, fazer uma construção para ver, do que já foi apreciado aqui e que seguirá para a Câmara dos Deputados, o que pode ser incorporado.

Tem uma circunstância de medida provisória de que ela tem que ter pertinência temática. Como é uma medida provisória que diz respeito aos taxistas, eu creio que é possível construir muito acordo e sair um belíssimo diploma legal em benefício aos taxistas do Brasil.

Não vejo óbice. Obviamente, vamos para a parte seguinte, dialogar com o Relator José Nelton, para ver quais os ajustes que são possíveis, o que tem pertinência temática, o que pode ser aproveitado e que já foi aprovado aqui. De fato, nós acabaríamos aprovando algo muito além somente da isenção do Inmetro para os taxistas do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD - AC) – Relator, se me permite, é aquilo que eu disse, nós estamos aqui com uma ferramenta na mão, um instrumento na mão, e nós podemos sim... Lógico, dentro de um diálogo, dentro de um consenso com o Governo, porque a medida provisória é do Governo.

Tudo o que nós fizermos por essa classe eu penso que ainda é pouco, mas o passo que nós vamos dar com essa proposta do colega Portinho ajuda e ajuda muito. Porque também não tem... É lógico que essa questão do taxímetro é muito importante, mas, se nós pudermos ampliar através dessa medida provisória, sem criar qualquer tipo de jabuti, de mecanismo que venha tirar o foco da medida provisória... Não, não é isso. Nós estamos com uma ferramenta na mão com que nós





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

podemos ajudar e ajudar muito a nossa classe dos taxistas. É o que eu penso por enquanto, mas a caneta está na sua mão, Relator.

O SR. JOSÉ NELTO (Bloco/UNIÃO - GO. Como Relator.) – Presidente Sérgio Petecão, eu vejo com bons olhos essa emenda do Senador Carlos Portinho, que já foi aprovada, relatada pelo eminente Senador Randolfe na CCJ.

Nós sabemos que essa medida provisória poderá ser um atalho e que podemos construir um belo texto não só dos taxímetros. Essa categoria, depois que veio o WhatsApp, o Uber, mudou a vida dos taxistas do nosso país. Essa é a realidade não só no nosso país, mas em todo o planeta. Aquilo que eu falei no início da minha fala, Senador – V. Exa. não estava presente –, é que essa categoria hoje tem o respeito de pessoas conservadoras e famílias com quem têm amizade. Querem que o motorista, o taxista vá na casa dele e o conheça, pegue a família dele. O taxista presta serviço à sociedade há muito tempo. Essa é uma categoria que deve ter o quê? Há mais de cem anos, ela foi criada. É aquilo que disse o Senador Petecão, se a gente quer fazer uma pesquisa de mercado, uma pesquisa política, quando você pega um táxi... Eu chego a São Paulo e falo: "Como está a imagem do Prefeito aí?". Ele fala: "Olha, não está muito boa, não, viu, Deputado?", o taxista nem sabe que eu sou Deputado... E aí você pergunta: "E a imagem do Presidente da República? Quem é que vai ganhar?". Olha, esse povo realmente, como conversa com o passageiro, é um bom instituto de pesquisa, viu? Sabe o que está acontecendo: bate a pesquisa, é o que fala o taxista. Então, eu tenho o maior respeito por essa categoria.

Sim, eu já recebi essa emenda de V. Exa., do relatório do Senador Randolfe. É aquilo que eu falei, eu estou pronto. Seria importante que a gente pudesse receber todos os representantes da categoria de todos os estados aqui nesta Comissão, em uma audiência pública, para a gente construir um texto mais avançado do que esse atual texto. É aquilo que eu falei: conversando com o Governo e com toda a sociedade, juntos aqui.

Vocês têm aqui a tranquilidade. Quando quiserem conversar com o Relator, não tem dia, não tem hora, não tem sábado, não tem domingo, não tem feriado, nós estamos prontos para contribuir com essa categoria. Então, quero deixar aberto aqui para os Srs. Senadores para ligarem para o meu WhatsApp à hora que quiserem, para a gente fazer um texto que seja bom para os taxistas do Brasil.

Eu agradeço mais uma vez a confiança, Senador. Está acolhida já essa emenda para estudo do nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD - AC) – Muito bem. Quero parabenizar o Senador Portinho por ter tido a sensibilidade e a celeridade – eu nunca vi uma emenda tão rápida na abertura.

E, antes de iniciar, vou contar um episódio. Uma vez eu peguei um táxi no Rio e eu perguntei: "E aí, meu irmão, como é que está aqui a política?". E ele começou a falar da política, e eu disse:





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Rapaz, eu tenho muita vontade... É hora de nós mudarmos a imagem com os taxistas". Ele disse: "O meu sonho era ir a Brasília soltar um avião entre aquelas duas torres para acabar com esses políticos". Então, nós estamos diante de uma oportunidade de mudarmos a imagem.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião e agradeço aqui também o trabalho da nossa perfeita assessoria.

(Iniciada às 15 horas e 57 minutos e suspensão às 15 horas e 58 minutos do dia 23/09/2025, a reunião é reaberta às 14 horas e 47 minutos e encerrada às 15 horas e 10 minutos do dia 1º/10/2025.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1305, DE 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e trinta e seis minutos do dia vinte e dois de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 1305, de 2025 com a presença dos Parlamentares Ivete da Silveira, Giordano, Jorge Kajuru, Carlos Portinho, Izalci Lucas, Jorge Seif, Jaime Bagattoli, Paulo Paim, Teresa Leitão, Weverton, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão, Daniel Agrobom, José Nelto, Ricardo Barros, Marcelo Crivella, Romero Rodrigues, Dagoberto Nogueira, Hugo Leal, Fred Costa, Vicentinho, Carlos Zarattini e Helder Salomão, e ainda dos Parlamentares Plínio Valério, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Styvenson Valentim, Fabiano Contarato, Max Lemos e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Fernando Dueire, Efraim Filho, Carlos Viana, Lucas Barreto, Cid Gomes, Luis Carlos Heinze, Cleitinho, Filipe Barros, Isnaldo Bulhões Jr., Luiz Fernando Faria e Bacelar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Medida Provisória nº 1305, de 2025 - Não Terminativo** - que: "Dispõe sobre a isenção da cobrança da taxa de verificação inicial e subsequente de taxímetro." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Deputado José Nelto. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do PLV que apresenta. **Resultado:** Lido e aprovado o Relatório do Deputado José Nelto, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.305, de 2025; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.305, de 2025, e das emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista; pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.305, de 2025, e, quanto às emendas apresentadas perante a Comissão Mista: pela não implicação sobre as despesas ou receitas públicas das Emendas nºs 1 e 3 a 14; pela inadequação orçamentária e financeira da Emenda nº 2; no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 1.305, de 2025, e das Emendas nºs 3, 4, 7, 8 e 9, acolhidas parcialmente ou integralmente, com o projeto de lei de conversão apresentado, e pela rejeição das demais emendas. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e quatro minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Sérgio Petecão

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1305, de 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2025/10/22>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista da Medida Provisória 1.305, de 2025, destinada à deliberação do relatório.

Pauta deliberativa.

Concedo a palavra ao nobre Deputado José Nelto para a leitura do seu relatório.

O SR. JOSÉ NELTO (Bloco/UNIÃO - GO. Como Relator.) – Muito obrigado ao Senador Sérgio Petecão, Presidente da Medida Provisória 1.305, de 2025. Ao Senador Sérgio Petecão, todas as minhas homenagens pelo belíssimo trabalho que pudemos fazer juntos.

Quero dizer aos Srs. Deputados presentes, aos Srs. Senadores e também a essa categoria, que já é secular e muito respeitada em todo o Brasil, que eu tenho uma admiração muito grande pelo trabalho e pela luta para sobrevivência dos seus familiares.

Quero aqui fazer uma homenagem ao meu Estado de Goiás. Homenageando o Estado de Goiás, homenageio o Estado do Acre, do Paraná, de São Paulo, de Minas Gerais, enfim, todos os estados da Federação.

Nós recebemos a categoria, conversamos e tivemos, Senador, a paciência de Jó para ouvi-los – a nossa equipe, a equipe do senhor, a equipe da Câmara, a equipe do Senado – e fazemos o melhor relatório. Evidentemente, eu gostaria de poder atender todos os pedidos, mas nós sabemos que há limite na legislação, na nossa Constituição. Quero elogiar toda a equipe do Senado, a equipe do meu gabinete e a equipe do Senador Sérgio Petecão pelo trabalho.

Conversei com vários Parlamentares... Está aqui presente o Max Lemos, do Rio de Janeiro, que deu a sua contribuição – muito obrigado pela presença –; o Deputado Vicentinho, que é nosso colega de São Paulo.

Eu tenho que agradecer também a luta do Deputado Zarattini, que, além de ser meu colega já por dois mandatos – lutou muito pela categoria –, é também meu vizinho de apartamento. Conversamos muito, e o Deputado deu uma contribuição – acatamos também a sua contribuição, Deputado; muito obrigado pela sua presença. Agradeço a todos os Senadores





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

presentes, o Senador Carlos Portinho e também ao Senador Randolfe... Procuramos fazer o melhor.

Senador, neste momento agora, eu vou ler o resumo da proposta inicial do texto do Governo à Medida Provisória 1.305/2025, que isenta taxistas da taxa de verificação de taxímetros por cinco anos. Isso não quer dizer que não tenham que fazer aferição anual. Para dar tranquilidade aos consumidores, aos seus passageiros, haverá aferição anual, só que haverá a isenção por cinco anos. É a proposta do Governo Federal a essa medida provisória.

Como foi falado na abertura dessa medida provisória, nós também atalhamos aquilo que o Senado, através da CCJ, aprovou. A medida provisória é bem mais rápida. Na proposta inicial do Governo ao texto da Medida Provisória 1.325, propõem-se a isenção e a verificação inicial e subsequente de taxímetro pelo prazo de cinco anos, com o objetivo de reduzir os custos operacionais dos taxistas e apoiar a continuidade desse importante serviço à nação brasileira.

O valor da taxa de R\$52,18 por aferição traz uma economia anual de R\$9 milhões para mais de 100 mil taxistas. A verificação será a cada dois anos.

Emendas acolhidas parcial ou integralmente:

- As Emendas nºs 3 e 9 tratam da cessão de outorga para taxistas, inclusive por sucessão legítima, com definição de critérios legais;

- A Emenda nº 4 permite que os cursos obrigatórios de capacitação de taxistas sejam realizados à distância. Isso já é tecnologia;

- Emenda nº 007. Foi sugerida uma data para instituir o Dia Nacional do Taxista: dia 26 de agosto. Espero que, no ano que vem, possa haver uma festa em cada capital, em cada cidade, comemorando até via WhatsApp e também através do Instagram. Que ninguém se esqueça, senhores trabalhadores dessa categoria, desta data: dia 26 de agosto;

- Emenda nº 008 inclui taxistas e cooperativas no cadastro do Ministério do Turismo. Também entendo ser de grande importância para os senhores trabalhadores taxistas.

Emendas rejeitadas:





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

– A Emenda nº 2, que trata da isenção permanente da taxa, foi rejeitada porque ela contraria a LDO, que exige limite temporal para os benefícios fiscais. Daí, nós não podemos acatar essa emenda devido a inconstitucionalidade dela.

– Emendas nºs 1, 5, 6, 10 a 14 foram rejeitadas por não estarem diretamente relacionadas ao objeto da medida provisória ou por inadequação orçamentária.

O projeto de lei de conversão amplia o escopo da medida provisória, incluindo dispositivos que garantem aos taxistas, primeiro, a transferência legal e segura das outorgas; segundo, a modernização e a desburocratização dos custos; e, terceiro, o reconhecimento do papel dos taxistas no turismo e na sociedade.

Agora, passo a fazer a leitura da conclusão do nosso voto.

Ante o exposto, pela Comissão Mista, votamos:

a) pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.305, de 2025;

b) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.305, de 2025, e das emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista;

c) pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.305, de 2025, e, quanto às emendas apresentadas perante a Comissão Mista:

c.1) pela não implicação sobre as despesas ou receitas públicas das Emendas nºs 1 e 3 a 14;

c.2) pela inadequação orçamentária e financeira da Emenda nº 2;

d) no mérito:

d.1) pela aprovação da Medida Provisória nº 1.305, de 2025, e das Emendas nºs 1, 3, 4, 7, 8 e 9, acolhidas parcial ou integralmente, com o projeto de lei de conversão em anexo; e

d.2) pela rejeição das demais emendas.

Nós estamos colocando aqui... Adicionar... *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

São dois ajustes redacionais, o §8º... Estamos adicionando, aqui, o §8º ao art. 16 da Lei 12.468, de 2011.

Então, nós estamos, aqui, adicionando o §8º ao art. 16 da Lei 12.468, de 2011, com o seguinte texto:

A cessão de que trata este artigo deverá observar os dispositivos constitucionais, em especial o art. 37, bem como a legislação do poder competente.

Outro ajuste redacional também é o art. 1º, inciso II, do PLV. Onde se lê "transferência", leia-se "cessão de direitos".

Este é o relatório que foi discutido – o relatório possível. Ouvimos todas as categorias, os Senadores e os Deputados, tivemos muita paciência. A nossa equipe da Câmara e a do Senado, a equipe do nosso gabinete e do gabinete do Senador Sérgio Petecão, com muita competência, fizemos e tentamos fazer o melhor para a categoria.

Esperamos, numa nova oportunidade, espero que em breve, porque as mudanças andam acontecendo muito rápido, principalmente nessa área virtual... E é preciso dar todo o apoio a essa categoria, que sofreu muito. Não somos contrários ao Uber e a nenhum outro aplicativo. Nós temos que melhorar e dar condições para que essa categoria também possa avançar e prestar um serviço também à altura, e renovar essa classe e também os seus automóveis. É preciso o apoio governamental, dos estados e também dos municípios.

Então, Senador, eu agradeço a indicação do meu partido, União Brasil, do nosso Líder Deputado Pedro Lucas, agradeço também ao Presidente Hugo Motta, que me confiou a tarefa de ser o Relator desta medida provisória.

Então, eu devolvo a palavra para o eminente Senador da República e Presidente da medida provisória, o Senador Sérgio Petecão.

Senador, muito obrigado! Foi um prazer ter trabalhado com o senhor, uma pessoa de bom trato, agradável, e torço para que, no ano que vem, seja reeleito por mais oito anos, porque o Acre mandou para cá um grande Senador da República, amigo do coração, do tamanho do Acre e do Brasil.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD - AC) – Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD - AC) – Obrigado, José Nelto, e recebo... *(Risos.)* Vamos abrir a discussão.

Nós temos aqui inscritos os seguintes Parlamentares – pela ordem, nós temos –: o Deputado Romero Rodrigues, o Deputado Max Lemos, o Senador Portinho e o Deputado Fred Costa. *(Pausa.)*

Inscreva o Zarattini aí também.

O SR. VICENTINHO (Bloco/PT - SP. *Fora do microfone.*) – Presidente, também solicito a minha inscrição

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD - AC) – E inscreva aí também o colega. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao nobre Deputado Romero Rodrigues.

O SR. ROMERO RODRIGUES (Bloco/PODEMOS - PB. Para discutir.) – Sr. Presidente desta Comissão, Senador Sérgio Petecão, e o Sr. Relator, José Nelto, nós tivemos a oportunidade de também compartilhar uma boa discussão em relação à PEC 66. Recebam o nosso carinho, o nosso apreço, a nossa admiração pela forma prática, resolutiva e objetiva como conduziram esta Comissão, que versa sobre a questão da Medida Provisória 1.305, sobre um tema da maior relevância.

A gente também dá os parabéns ao Governo Federal pela sensibilidade em encaminhar essa proposta ao Congresso Nacional, para, claro, discutir sobre a questão da isenção da cobrança da taxa de verificação inicial e subsequente do taxímetro, mas que também permitiu que a Câmara e o Senado fizessem justiça a essa categoria, principalmente, Sr. Presidente, Senador Petecão, na questão do direito à herança, à concessão. Inclusive, recentemente, por uma decisão – se não me engano – do Supremo Tribunal Federal, estiveram todos na ansiedade de perder esse direito conquistado, adquirido durante toda a sua vida.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esta Comissão presta principalmente, além dessa relevante ação social, solidariedade a pais de família que viveram a vida toda defendendo e protegendo seus filhos, através do suor sagrado do trabalho, nos seus táxis, no Brasil inteiro, trabalhando de dia à noite, final de semana, dia santo e feriado. Essa categoria merece, de fato, o nosso respeito, o nosso reconhecimento, e a forma de reconhecer exatamente esta.

Por isso, eu estendo os parabéns, Deputado José Nelto, pelo excelente relatório que V. Exa. apresentou – e claro que é um trabalho conjunto dessa dupla, Senador Sérgio Petecão e Deputado José Nelto, um brilhante relatório –, e a sensibilidade também de Deputados que apresentaram emenda... Eu tenho um projeto que está tramitando, inclusive, na Câmara Federal, que versa sobre essa questão do direito à concessão. Mas, sabiamente apresentada, acatada a proposta do Deputado Zarattini, que teve essa sensibilidade, já antecipar, porque facilita na questão da tramitação e da aprovação...

Parabéns a V. Exa. por essa feliz iniciativa.

Finalizo, claro, falando em meu nome, mas, principalmente, Sr. Presidente, agradecendo e falando em nome de todos os taxistas do querido Estado da Paraíba, que agora devem estar vibrando. Enquanto Prefeito que fui de Campina Grande, por oito anos, eu vejo que a proposta transfere essa responsabilidade para os estados e os municípios fazerem exatamente a inserção desse direito à concessão. Enquanto Prefeito, lá atrás, já tive essa sensibilidade, e, em Campina Grande, a lei atual que versa sobre essa questão do direito à concessão já permite que possa ser transferida. Claro que agora vai ter um amparo de uma lei maior, porque, até então, com essa decisão do Supremo, criou-se essa eventual dificuldade.

Então, parabéns a todos. A gente fica muito feliz.

Eu estendo, claro, o abraço a todos os Sindtaxi... Todos os taxistas aqui presentes, na pessoa de Wellington e também de Juliana.

Então, que Deus abençoe a todos. Parabéns a todos os taxistas do Brasil! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD - AC) – Agradecemos a participação do colega.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Paraíba, com certeza, está comemorando nessa hora, os nossos irmãos taxistas da Paraíba.

Com a palavra o Deputado Max Lemos.

O SR. MAX LEMOS (Bloco/PDT - RJ. Para discutir.) – Querido Senador Petecão, vou fazer das palavras do nosso Deputado José Nelto as minhas palavras.

O senhor, como sempre, receptivo, simpático, sempre conduzindo para ter a unidade. Mais uma vez, essa medida provisória mostra a habilidade que o senhor tem de unir as ideias e as sugestões.

Eu quero agradecer, meu querido Relator, José Nelto, a sua paciência conosco. Ser Relator não é uma tarefa fácil, Senador Portinho, porque é tanta sugestão, houve tanta coisa e tem-se que fazer essa filtragem. Quero parabenizar a sua equipe. Foi fundamental para que se pudesse chegar a um texto que se aproximasse quase que da unanimidade das propostas que foram feitas.

Então, Deputado José Nelto, você orgulha realmente a população do seu estado. Parabéns!

Essa é uma luta antiga dos taxistas. Eu tive oportunidade de ser Vereador, duas vezes Prefeito, Deputado Estadual e agora Federal; e a gente acompanha essa trajetória e sabe que não é fácil. Essa questão da cessão do direito, da garantia principalmente do cônjuge, na maioria das vezes mulheres que, quando o taxista falece, no dia seguinte, ela não sabe o que vai fazer, às vezes com um filho pequeno, sem saber como vai ser o futuro, como vai ser a semana que vem, porque o taxista depende do dia a dia, do trabalho, do suor do dia a dia. Então, a sensibilidade de ambos faz com que a gente possa corrigir essa injustiça de anos.

É óbvio que os municípios têm a sua prerrogativa constitucional de tratar do serviço de táxi, os municípios têm essa prerrogativa, mas agora existe um norte, você tendo uma legislação federal que protege esse direito dos taxistas e dos seus familiares.

Então, parabéns! Eu quero agradecer, de verdade, a sensibilidade de vocês, a sensibilidade do meu querido Relator, José Nelto.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero cumprimentar aqui a Adriana Lório, do Rio de Janeiro, essa lutadora de anos. Adriana, essa vitória, eu quero dedicar a você, que está desde dois meses aqui.

Um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD - AC) – Está emocionada...

É isso mesmo, gente. É uma luta. Muitos companheiros que estão aqui presentes passaram dias aqui, abrindo mão de suas casas, mas eu penso que valeu a pena, graças a Deus.

Com a palavra, o nobre Senador e amigo, Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco/PL - RJ. Para discutir.) – Sr. Presidente, hoje é um dia para celebrar porque, Deputado José Nelto, sua relatoria foi brilhante. V. Exa., em uma tacada, resolveu dois projetos de lei, uma medida provisória e um projeto de lei. Sua humildade em receber as sugestões de todos os Parlamentares, mas de ter percebido a construção que o Senado fez, Senador Petecão, no projeto de lei da relatoria do Senador Randolfe Rodrigues e que eu pude contribuir com alguma parte significativa através de emenda, e V. Exa. observou isso e trouxe para dentro dessa medida provisória...

Aqui a gente ganha tempo, a categoria vai poder celebrar mais rápido, porque eu tenho certeza de que há um consenso entre todos – Deputado Hugo Leal, que também é um grande defensor da categoria e meu colega; Deputado Max também do Rio de Janeiro.

Hoje é um dia de celebração porque V. Exa. foi brilhante, Deputado José Nelto – brilhante. A categoria do taxista deve isso não só a todos os membros desta Comissão, mas a V. Exa., principalmente. Quero aqui render homenagem a todos aqueles que buscaram nos gabinetes dos Deputados – a mobilização da categoria foi fundamental –, aos meus amigos lá, Adriano e Órion, que toda vez que eu salto no Santos Dumont e embarco, eles vêm conversar comigo. Isso é para você ver como estão mobilizando toda essa categoria...

Com o seu relatório, Deputado José Nelto, o senhor foi brilhante mais uma vez.

Adriana, Marcelo do Táxi, Andrea do Táxi, eu não vou deixar de dizer aqui todos os que me procuraram, porque representaram a categoria, cada um no seu espaço político, mas o benefício é para todos, e isso é uma vitória de toda a categoria, não é de um Deputado, de um





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, não é do presidente do sindicato, é de todos nós do Congresso, e de toda a categoria. Todos vocês, taxistas, estão de parabéns, porque a mobilização nos levou, eu acho, ao melhor texto que se poderia ter, inclusive abreviando um projeto de lei já nessa medida provisória, que ainda ia à Câmara, que ainda ia passar por Comissão, e V. Exa. foi brilhante por ter absorvido, foi humilde em ter absorvido e aceitado essa sugestão, Deputado José Nelto. O senhor merece todas as homenagens que eu faço aqui em público, e agradeço de coração.

Nós vamos dar segurança jurídica aos taxistas, às suas famílias, aos seus herdeiros, à mulher do taxista – porque ele passa o dia inteiro na rua, ou vice-versa, há mulher taxista cujo marido também deve estar trabalhando ou estar em casa, porque aqui é uma atividade personalíssima, envolve a família do taxista, mesmo aqueles que não estão sentados guiando um carro e V. Exa. teve esse cuidado.

Eu também vou render as homenagens, sim, ao Governo, porque, pela medida provisória, traz outra questão que foi muito bem tratada, que era necessária, e que a todos nós aqui permitiu que construíssemos esse texto que V. Exa., de forma brilhante, traz para a classe dos taxistas.

Parabéns.

Muito obrigado, Sr. Relator. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD - AC) – Obrigado, Senador Portinho.

Com a palavra, o Deputado Fred Costa.

O SR. FRED COSTA (Bloco/PRD - MG) – Boa tarde a todos, boa tarde a todas, cumprimento o Senador Sérgio Petecão, que com excelência conduz os trabalhos.

Quero também, de forma muito especial, saudar o meu amigo José, Deputado Federal, e, na pessoa dele, cumprimentar todos os pares, Deputados Federais, Senadores aqui presentes. Saudando o amigo, competente, liderança, taxista, João, do Sincavir de Belo Horizonte, Minas Gerais, quero cumprimentar todos os taxistas aqui presentes e todos os taxistas, esses valorosos guerreiros que têm enorme significado para todos nós, sociedade.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O taxista, o táxi tem um papel social, econômico e de fundamental importância para a organização da mobilidade urbana. Nós estamos falando de um transporte imediato, acessível, de algo que é seguro, que tem motoristas que são cadastrados, veículos que são vistoriados e que têm um acompanhamento rigoroso do poder público. O táxi, logo, é o transporte coletivo mais seguro. O motorista, muitas vezes, é psicólogo, é atendente...

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ. *Fora do microfone.*) – Pesquisador de votos.

O SR. FRED COSTA (Bloco/PRD - MG) – ... pesquisador de votos, ele é polivalente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD - AC. *Fora do microfone.*) – É o melhor instituto que tem.

O SR. FRED COSTA (Bloco/PRD - MG) – Ele atende com excelência, abraça e acolhe o ser humano, o seu usuário, nos mais variados momentos.

Esses heróis construíram a sua história durante anos e anos e anos. Quero lembrar que o táxi do Brasil começa em 1907, na então capital, Rio de Janeiro, aqui representada pelo Deputado Federal Hugo Leal, pelo Senador Portinho e por outros valorosos colegas.

Naquele momento, utilizavam um Renault, obviamente muito antigo, e por isso veio a denominação motoristas de praça. E, para quem me conhece e sabe que a causa do meu coração é a proteção e o bem-estar dos animais, foram eles que quebraram o paradigma e a substituição das carroças dos veículos de tração animal para os veículos de motor, os táxis. E, desde então, nós estamos falando de uma história de mais de um século.

Vou aqui fazer uma incitação e uma provocação: algum de nós imaginamos o taxista esquecer o cliente? Jamais. Isso seria inadmissível, antiprofissional. Logo, nós também, aqui no Congresso Nacional, na Câmara, no Senado, defensores do povo, defensores também de todas as categorias, não podemos nos esquecer dos taxistas, das suas famílias.

E aí quero parabenizar o Senador Sérgio Petecão, o Deputado José Nelto, por esse texto que, eu tenho certeza, foi muito bem-feito e, por isso, terá o apoio de todos nós, ao lembrar também de suas famílias, permitindo a transferência da titularidade de autógrafos do serviço de táxi, isentando os taxistas da cobrança da taxa de verificação inicial e subsequentes de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

taxímetros por cinco anos, ampliando, de um para dois anos, o prazo de verificação dos taxímetros, dentre outras.

Parabéns, José Nelto. Parabéns, Senador Sérgio Petecão. E parabéns, taxistas, por servirem aos turistas e a nós brasileiros com excelência. Vocês são parte fundamental da sociedade. Têm o meu apoio irrestrito e incondicional. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD - AC) – Parabéns, Deputado Fred.

Depois eu vou contar a minha história com os taxistas. Eu perdi meu pai muito cedo. Meu pai foi assassinado, eu tinha 14 anos. E eu era frentista de um posto de gasolina. Então, eu sempre tive uma relação muito próxima com essa classe, a que eu devo muito.

Agora, eu estava no Rio de Janeiro e conversava com um taxista. Eu disse: "O que você está achando da medida provisória?". Ele disse: "Rapaz, pôxa vida, eu queria tanto que aquilo fosse aprovado... Porque aqui a gente sofre tanto... Aqui, dentro das comunidades mais difíceis, só entram os taxistas". E eu não sabia disso, Portinho: só entram os taxistas; não entra ninguém. Então, eu não podia falar nada, mas eu disse: "Eu também estou torcendo para que dê certo".

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Agora pode falar! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD - AC) – Com a palavra o Deputado Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP. Para discutir.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Queria cumprimentá-lo e cumprimentar também o Relator dessa Medida Provisória 1.305, o Deputado José Nelto. Quero agradecer ao Relator por ter acatado uma emenda da nossa autoria, mas que também teve outras emendas, outras participações de Deputados aqui e de Senadores, como o Senador Carlos Portinho, que aqui no Senado encaminhou uma emenda nesse mesmo sentido de restabelecer o direito de transferência de alvará, que é uma coisa importantíssima para os taxistas.

Quero cumprimentar também o Raimundo, da Paraíba...

O SR. ROMERO RODRIGUES (Bloco/PODEMOS - PB. *Fora do microfone.*) – Romero.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP) – Romero. Desculpa... O Romero, da Paraíba, ex-Prefeito de Campina Grande.

Quero cumprimentar todos aqueles que ajudaram, como o Senador Randolfe Rodrigues, que também foi Relator de um projeto no Senado, que deu origem a essa emenda – aqui nessa medida provisória –, ao texto que, eu tenho certeza, vai ser aprovado pela Câmara e vai ser também aprovado pelo Senado.

Eu acho que a gente está fazendo uma justiça muito grande hoje aqui. O Congresso Nacional está tomando uma atitude fundamental para restabelecer o que nunca deveria ter sido tirado dos taxistas, que é um direito; um direito que vem de longa data, acho que desde que o táxi é táxi no Brasil. Então, por que mexer com isso, não é, Deputado Max? O Deputado Vicentinho também está aqui, o Hugo Leal, o Fred, enfim, todos que batalharam aqui. Acho que foi uma vitória muito grande e acho que essa vitória tem que ser reconhecida.

Eu queria ressaltar a presença de alguns amigos aqui de São Paulo: o Americano, que está aqui, da Guarucoop; o Luís Maranhão, que também está aqui, eterno batalhador da categoria; e a Marta Fabíola, que agora é a Presidente do Sindicato dos Taxistas de São Paulo. Então, quero fazer uma saudação, às pessoas de vocês, a todos os taxistas do Brasil. (*Palmas.*)

Parabéns!

Agora vamos para a votação, logo depois de terminar essas falas, e vamos à vitória, vamos restabelecer os direitos dos taxistas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD - AC) – Obrigado, Zarattini.

Com a palavra o Deputado Vicentinho.

O SR. VICENTINHO (Bloco/PT - SP. Para discutir. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, quero saudá-lo...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD - AC. *Fora do microfone.*) – Prazer.

O SR. VICENTINHO (Bloco/PT - SP) – (*Fora do microfone.*) ... reencontrá-lo, por você ser um grande parceiro de longa data, inclusive em defesa da democracia, dos direitos da nossa gente, com muita dignidade.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saúdo também o nosso Relator, objetivo, cumprindo os prazos e garantindo que essa medida provisória não desapareça e, sim, seja transformada em lei, medida provisória que foi mobilizada, que foi melhorada.

Quero saudar os nobres colegas Parlamentares aqui presentes, Senadores e Deputados, nosso colega, meu companheiro Zarattini, que tem feito uma luta muito bonita, e nós reconhecemos com muito carinho.

Eu queria dizer, Sr. Presidente, já foi dita tanta coisa bonita aqui. Os taxistas, a relação que a sociedade tem com os taxistas é uma relação que chega a ser afetiva. Nós temos, digamos assim, tem muita gente que tem um taxista privilegiado. Olha, o meu taxista é aquele. Quando eu preciso, é ele que vai me pegar no aeroporto, quando eu preciso, é ele que vai pegar a minha filha, é que vai fazer... Você tem confiança, você tem tranquilidade.

E o taxista, do mesmo jeito que serve ao nosso povo, ele também deve ser tratado com a dignidade que precisa. São pais e mães de família. Têm os seus filhos e a casa sustentados por esse trabalho. Sentem dores, sentem problemas de saúde, têm dificuldade quanto ao futuro da sua família. E seria tão natural que naquele ponto, naquele lugar, tivesse um filho ou uma filha para seguir o trabalho dali conquistado. E, por isso, é o que mais me toca nessa proposta, nesse projeto que vai ser votado agora.

Eu acho que a questão da taxa de verificação por um prazo, por cinco anos, é muito importante. E os meus amigos taxistas, que são acostumados a abrir porta, abrir porteira, abrir janela de onde quer que estejam, sabem que por onde passa um boi, passa a boiada. E que esses cinco anos sejam renovados por mais cinco, por mais dez e que sejam renovados eternamente. É uma questão de justiça. Esses carros não são para luxo, esses carros não são para passeio; são para trabalhar. É um serviço público. Daí a importância desse benefício que está sendo colocado originalmente na medida provisória.

E a questão da transferência legal dos seus familiares. Eu tenho certeza de que meus amigos aqui presentes, eu quero até saudá-los, Zarattini já saudou alguns, quero saudar outros. Nosso querido Americano, da Abracom Táxi, nosso querido Erasto, da Frennataxi, nosso querido André Cabelo, e também o Talão, Vitor Talão, estiveram no meu gabinete ontem, e conversamos em outras oportunidades. A Fabíola, do sindicato, o Fattioli. O Maranhão, que tive a honra de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

cumprimentá-lo agora, de revê-lo. Esse pessoal, com mais outros e outras que se mobilizaram nos estados, seguindo as orientações das federações e confederações que trataram desse tema.

Lá no ABC, onde eu moro, eu tive a honra de me encontrar, não só por uma vez, mas várias vezes, por exemplo, com o nosso Roberto Carlos, que não é o cantor Roberto Carlos, mas canta a esperança da nossa gente e do nosso povo. É o Presidente do sindicato, que cumpriu o papel, seguiu a orientação. Meu abraço para o Roberto Carlos.

Também meu abraço para o Cidão. Cidão é do ABC Rádio Táxi. Foi um metalúrgico, fizemos greve juntos, fizemos mobilizações, foi Diretor do sindicato comigo e hoje cumpre essa missão.

E o Roberto Carlos, por coincidência, Sr. Presidente, a esposa dele, a Rose, trabalhou na CUT por muito tempo, quando eu era Presidente da CUT. Vejam como a gente está junto e misturado nessa história.

Também quero agradecer à Adriana Iorio, porque estive no nosso gabinete, com muita sensibilidade, para tentar garantir esta aprovação.

Agora, é a sensibilidade do nosso Presidente Lula que está em todos os campos – seja na educação, na cultura, na geração do emprego: a ONU vai ter que declarar, de novo, que o Brasil vive pleno emprego, como declarou, recentemente, que o Brasil saiu do Mapa da Fome pela segunda vez –, que está fazendo uma revolução neste país, tem essa responsabilidade e sabe o papel do nosso irmão e companheiro taxista.

(Soa a campainha.)

O SR. VICENTINHO (Bloco/PT - SP) – É por isso que o nosso Governo não criou problema com referência à questão da transferência legal, que é uma coisa importante para nós, mas essa luta toda se deve a esses profissionais, Sr. Presidente.

Para concluir.

Eu tenho um amigo nosso, todo mundo tem, foi um grande Deputado nosso, o Dr. Luiz Eduardo Greenhalgh, que dizia que a luta faz a lei. Então essa conquista é do Relator, que foi sensível; é do Presidente, que conduziu da melhor maneira; é do Presidente Lula, que teve a





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

iniciativa; é desses Parlamentares aqui, que têm sensibilidade e tem o poder de votar e de aprovar; mas é, sobretudo, desse povo que está aqui, que se mobilizou pelo país inteiro.

Parabéns.

Um abraço, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD - AC) – Encerrando aqui os Parlamentares inscritos, passo a palavra ao Deputado e amigo Hugo Leal.

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ. Para discutir.) – Alô...

Obrigado, meu caríssimo amigo Senador Petecão – é uma satisfação poder revê-lo aqui assim, presidindo esta Comissão –; meu caríssimo amigo, também Deputado, José Nelto, de longas e boas batalhas, no orçamento e muito mais; e os nossos colegas aqui, Max Lemos, do meu estado, Senador Portinho, Zarattini, Fred, Romero, todos os Parlamentares aqui.

Senador, eu fiz questão de fazer essa manifestação por alguns motivos que eu acho que causam apreensão. E aí quero destacar especialmente, Senador Portinho, uma fala de V. Exa. que diz o seguinte: a gente até critica, muitas vezes, independentemente do Presidente, as medidas provisórias – há provisórias em excesso e isso acaba tirando do Parlamento, às vezes, as iniciativas legislativas –, mas também a gente tem que reconhecer que a medida provisória é um caminho, é um atalho para encurtar um debate que vai ser inevitável e que a gente tem todas as condições de aprovar. Eu acho que esse caso é um exemplo típico desses. Eu fui procurado por vários taxistas de vários municípios do Rio de Janeiro – do município do Rio e de outros municípios também e entorno – para essa discussão.

É interessante, Deputado José Nelto, que nós estamos vencendo aqui uma etapa – com todo respeito que tenho à Corte Suprema –, mais uma vez, do estabelecimento de um questionamento, de uma inconstitucionalidade, que, para mim, é muito frágil, com relação à questão da comercialização de outorga e transferência.

Isso é um debate que houve na Corte e em que nós não tivemos a oportunidade nem de podermos nos manifestar contrários. Nós estabelecemos esse princípio aqui. Com todo respeito,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

digo, que eu tenho à Corte Suprema: aqui é o Parlamento; se querem fazer leis, se dispam da toga, coloquem terno e venham aqui debater, como vários outros fazem.

Não é uma crítica pela crítica, é um ponto. Nós só estamos chegando a esse ponto, a essa discussão que causou uma série de insatisfações e, principalmente, de instabilidade para esse universo dos taxistas, por causa de uma decisão. E o nosso papel aqui é restabelecer a verdade, restabelecer dentro do princípio legal, dentro do princípio da reserva legal, que nós estamos fazendo aqui. Ponto. Tudo isso causou essa instabilidade e causou também muito prejuízo a várias famílias.

Eu recebi diversas pessoas, independentemente do estado, inclusive. Recebi um americano. Nós já temos uma longa trajetória na Comissão de Viação e Transportes, o Deputado Zarattini sabe muito bem, sobre esses diversos temas da questão de aplicativos ou não. Eu sempre tive uma linha muito retilínea sobre isso, não contra. Se existe hoje um transporte coletivo de passageiros reconhecido por meio de lei, pela 12.587, que é a da mobilidade, e pela 13.640, existe um transporte individual de passageiros que tem que ser, ao mesmo tempo, respeitado, o que não estava acontecendo também.

Eu acho que quando nós viemos aqui nesta Comissão Especial – e eu faço esse destaque aqui – foi importante, porque a matéria medida provisória tem relevância e urgência. Eu entendi – e eu tenho que reconhecer que o atual Presidente Lula entendeu – que essa matéria era relevante e urgente. Sim, é matéria relevante e urgente, porque esta Casa aqui sempre é atropelada nos princípios que nos cabem fazer.

Então, hoje, nós não estamos fazendo nada mais, nada menos, Deputado José Nelto, como Relator, Presidente Petecão e demais Deputados, do que devolver a segurança jurídica a um questionamento que foi feito pelo Supremo e que, hoje, derivou. Inclusive, os próprios municípios estão sem saber como se comportar. Eu acho que aqui nós damos um direcionamento, uma referência. É isso o que nós queremos: restabelecer a verdade, restabelecer um princípio patrimonial e pronto, dentro do que nos cabe aqui como Parlamentares.

Então, eu fico feliz que nós estejamos avançando, avançando através de uma medida provisória, repito, que tem, no princípio constitucional do art. 62, relevância e urgência, porque nós entendemos. Isso precisa ser passado também aos profissionais do táxi que, como foi dito a





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos aqui, são profissionais abnegados, são profissionais que estão sempre à disposição. E fazer esse reconhecimento, esse reconhecimento do ponto de vista legal, esse reconhecimento do ponto de vista familiar.

Eu quero, mais uma vez, parabenizar... Eu acho que nós estamos avançando. Eu tive algumas preocupações com as emendas que estavam... Imaginei que a gente pudesse ter algum tipo de dificuldade, mas o Deputado José Nelto, como Relator, acabou absorvendo, entendendo, e a gente vai obviamente ao Plenário para poder consolidar.

Destaco aqui todos os profissionais que também me procuraram, com quem eu estive conversando, mas destaco dois aqui, em especial, um do Município de Petrópolis, o Bruno do Táxi, que é uma pessoa que tem feito constantes agendas, com preocupação, e o Rodrigo Lopes, do Município de Niterói, sem tirar nem pôr nenhum dos que se manifestaram, dos que estiveram presentes, dos que também dispuseram das suas economias para estar aqui apoiando e, obviamente, incentivando esse trabalho.

Parabéns ao nosso Presidente Sérgio Petecão, parabéns ao José Nelto, parabéns a todos os taxistas. *(Palmas.)*

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco/PL - RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente, uma consulta.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD - AC) – Fique à vontade.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco/PL - RJ. Pela ordem.) – Nós vamos aprovar aqui de forma unânime, não tenho dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD - AC) – Certo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco/PL - RJ) – Haveria a possibilidade, Sr. Relator, como Deputado, de tentar levar ainda hoje para a pauta da Câmara? Porque eu tenho certeza de que eu e o Senador Petecão, se passar lá, a gente vai brigar para botar extrapauta aqui no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD - AC) – Com certeza.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco/PL - RJ) – Não sei se o Regimento permite na Câmara, não é a minha... *(Palmas.)*





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ) – Quem sou eu para falar pela Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD - AC) – A nossa assessoria aqui nos informa que se houver um acordo... então, acho que não é demais os colegas chegarem lá e conversarem com o Presidente para que ele possa pautar, não é Vicente? Não é Hugo?

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ) – Presidente, eu diria o seguinte: se fosse o Hugo Leal, eu diria que estaria pronto para a pauta (*Risos.*). Mas o Hugo é Motta...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco/PL - RJ) – É Motta.

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ) – É outro Hugo. Mas eu estou à disposição aqui para servir de interlocutor.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD - AC) – Mas os dois Hugos são gente boa e com certeza...

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ) – Exatamente, a gente pode fazer esse apelo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD - AC) – Ele vai ter essa sensibilidade, porque ele sabe da importância desse projeto.

O SR. JOSÉ NELTO (Bloco/UNIÃO - GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD - AC) – Sim, senhor.

O SR. JOSÉ NELTO (Bloco/UNIÃO - GO) – V. Exa. me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD - AC) – Claro.

O SR. JOSÉ NELTO (Bloco/UNIÃO - GO. Pela ordem.) – Aproveitando já a amizade que foi construída com o Hugo Leal – amizade leal –, nós haveremos de convencer o Hugo Motta para colocar essa matéria em pauta hoje ainda, não é? (*Palmas.*)

E quero convidar também o Deputado Zarattini, o Deputado Vicentinho, o Deputado Max Lemos e também o Deputado Fred, aqui presente, para que possamos, assim que chegarmos ao Plenário, tentar uma reunião com o nosso Presidente Hugo Motta para colocar essa matéria,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

devido a urgência dela, a importância que ela tem para os taxistas do Brasil, para os familiares e também para toda a sociedade.

É um compromisso nosso de trabalhar, já que eu fui escolhido pelo Hugo Motta e também pelo Pedro Lucas, vamos unir o Hugo Leal com o Hugo Motta e todos aqui presentes.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD - AC) – Nada que cem telefonemas dos taxistas lá da Paraíba não resolvam agora. *(Risos.)*

A liderança maior está aqui.

(Manifestação da plateia.)

O SR. ROMERO RODRIGUES (Bloco/PODEMOS - PB) – Senador...

O SR. JOSÉ NELTO (Bloco/UNIÃO - GO) – Romero, só um momentinho. Desculpe que eu não tinha visto V. Exa. Então V. Exa. é o homem...

O SR. ROMERO RODRIGUES (Bloco/PODEMOS - PB. Pela ordem.) – Senador Sérgio Petecão, eu vou falar também, e acho que todos também igualmente falarão com o Deputado Presidente Hugo Motta, mas vou aproveitar a oportunidade, Senador Petecão, para fazer uma lembrança.

Talvez V. Exa. não lembre, porque, quando eu estava falando aqui, depois eu lembrei que também eu poderia nessa fala, mesmo em saudosa memória, lembrar de um amigo nosso, que foi o Deputado Rômulo Gouveia.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD - AC) – Ah, nosso querido Rômulo.

O SR. ROMERO RODRIGUES (Bloco/PODEMOS - PB) – Que era seu amigo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD - AC) – Meu irmão.

O SR. ROMERO RODRIGUES (Bloco/PODEMOS - PB) – O Deputado Rômulo Gouveia, da minha cidade, parceiro nosso – foi Vereador comigo, inclusive, em Campina Grande –, era filho de Seu Zuzu, taxista de Campina Grande.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD - AC) – Olha só que legal!

O SR. ROMERO RODRIGUES (Bloco/PODEMOS - PB) – Se Rômulo Gouveia estivesse aqui, certamente estaria aqui nesta Comissão, fazendo justiça, como eu falei inicialmente, defendendo também igualmente esse legítimo direito dos taxistas do Brasil inteiro.

Então, isso reforça ainda mais a nossa motivação, a nossa crença, o nosso desejo, e vou também fazer esse mesmo uso do direito da amizade com o Presidente Hugo Motta, embora tenha um xará dele aqui a quem o próprio registro de nascimento também o favorece muito, que é o Deputado Hugo Leal. *(Risos.)*

Mas todos eles imbuídos desse bom propósito de tentar inserir na pauta. E eu tenho certeza absoluta de que o Deputado Hugo vai ter essa sensibilidade de colocar, o mais rápido possível, para a gente tramitar e aprovar rapidamente na Câmara...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD - AC) – Com certeza.

O SR. ROMERO RODRIGUES (Bloco/PODEMOS - PB) – ... e, na sequência, no Senado Federal, fazendo essa justiça e trazendo, sobretudo, um alento e uma tranquilidade, porque certamente está tirando o sono de muitos pais de família neste Brasil inteiro, como todo mundo mencionou – e corretamente – o que foi dito. Às vezes, por uma necessidade de um problema de saúde, na questão da sucessão, às vezes por questão de um acidente... Imagine você adquirir um veículo, por empréstimo, por um empréstimo consignado, seja lá o que for, enfim, e depois se deparar com um problema. Como é que fica a família, num acidente? Então, nesse sentido, assim, a gente tem que fazer essa justiça e tentar fazer tramitar da forma mais rápida possível.

Mas eu fiz essa lembrança porque, numa época – o senhor não se lembra –, eu estive no seu gabinete com o Deputado Rômulo Gouveia. Na época, eu estava na Prefeitura de Campina e lhe queria um bem muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD - AC) – Com certeza.

O SR. ROMERO RODRIGUES (Bloco/PODEMOS - PB) – E mesmo nessa ausência sentida, eu faço o registro na tarde do dia de hoje. Então um abraço!

Que Deus o abençoe e vamos à vitória desse projeto, se Deus quiser! *(Palmas.)*





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VICENTINHO (Bloco/PT - SP) – Sr. Presidente, cinco segundos...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD - AC) – O senhor tem o tempo...

O SR. VICENTINHO (Bloco/PT - SP) – ... para dizer, já que tem o Hugo, o outro Hugo, então vamos usar os argumentos mais "com Vincente"; por isso, conte com o Vicente. *(Risos.)*
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD - AC) – Vocês estão achando que taxista é sabido? Vocês estão vendo... Vocês estão pegando aula hoje aqui. *(Risos.)*

Mas, meus amigos, primeiro quero agradecer a todos. Eu sei das dificuldades. Por exemplo, o Presidente do meu sindicato de taxistas do Acre não veio porque a passagem é muito cara. Eu tenho certeza que muitos gostariam de estar aqui. A nossa sessão está sendo transmitida ao vivo. O que mais me deixa feliz é que todos os Parlamentares que fizeram uso da palavra têm uma liga, são pessoas que realmente estão preocupadas com a medida provisória, preocupadas com a classe. E isso é muito legal.

Então, eu sou muito grato, sou grato ao meu partido, que me deu esta oportunidade de presidir esta medida provisória tão importante para mim.

Como eu disse para vocês, eu passei a minha vida toda trabalhando junto com os taxistas. O meu pai tinha um posto de gasolina – ele foi assassinado – e eu tive que ser frentista do posto. Do lado do posto do meu pai tinha um ponto de táxi. Então, na minha vida toda, os taxistas que me incentivaram a entrar na política. Eu nunca pensei em entrar em política. Foram eles que me deram corda, e eu peguei. Fui candidato a Vereador na primeira vez e perdi. Aí fiquei com raiva. Depois fui candidato a Deputado Estadual e nunca mais parei de ter mandato. São 32 anos de mandato. Então, eu sou muito grato a essa classe maravilhosa.

Eu quero, assim, dizer a todos que estou muito feliz. Tivemos aí muitos debates, conversas, diálogos e, com certeza, esse parceiro aqui, José Nelto, foi muito importante para que hoje nós pudéssemos aqui estar celebrando essa grande vitória, está bom?

Eu vou fazer, num telefonema, um pedido ao nosso Presidente Hugo, para que ele...
(Palmas.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

É lógico que, com esse tanto de autoridade aqui que já vai pedir, nem precisava, mas vou fazer esse pedido a ele e espero que a gente possa sensibilizá-lo.

Não havendo... (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro, porque nós estávamos na discussão. (*Risos.*) (*Pausa.*)

A matéria está em votação.

Os Parlamentares que concordam com o relatório permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, (*Palmas.*) que passa...

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco/PSD - AC) – Parabéns, parabéns!

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à Medida Provisória 1.305, de 2025, nos termos do PLV que apresenta.

Aprovação da ata.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Parabéns a todos os taxistas do Brasil!!! (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 34 minutos.*)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1308, DE 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quinze horas e vinte e seis minutos do dia vinte e três de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Randolfe Rodrigues e Tereza Cristina, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 1308, de 2025 com a presença dos Parlamentares Efraim Filho, Carlos Viana, Marcelo Castro, Professora Dorinha Seabra, Jorge Seif, Humberto Costa, Augusta Brito, Hamilton Mourão, Daniela Reinehr, Evair Vieira de Melo, Romero Rodrigues, Dilceu Sperafico, Ronaldo Nogueira, Bandeira de Mello, Talíria Petrone, Nilto Tatto e Bacelar, e ainda dos Parlamentares Beto Faro, Eduardo Braga, Nelsinho Trad, Zenaide Maia, Styvenson Valentim, Marangoni, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Antonio Carlos Rodrigues, Paulo Paim, Pedro Lupion, Carlos Zarattini, Helder Salomão e Greyce Elias, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Renan Calheiros, Lucas Barreto, Eliziane Gama, Cid Gomes, Carlos Portinho, Weverton, Mecias de Jesus, Zé Vitor, Fausto Santos Jr., Isnaldo Bulhões Jr., Josivaldo Jp, Jorge Goetten, Dagoberto Nogueira e Pedro Aihara. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição.** **Finalidade:** Instalação da Comissão e Eleição de Presidente e Vice-Presidente. **Resultado:** Instalada a comissão, é eleita Presidente a Senadora Tereza Cristina e designado Relator o Deputado Zé Vitor. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e oito minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Tereza Cristina

Presidente Eventual da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1308, de 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/23>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco/PT - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1.308, de 2025.

De acordo com a Resolução nº 01, de 2002, do Congresso Nacional, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade do Senado Federal; e a relatoria, sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

Havendo acordo entre as Lideranças partidárias, comunico que, para a eleição da Mesa, foi indicada para Presidente S. Exa. a Senadora Tereza Cristina. *(Palmas.)*

Consulto o Plenário... Eu iria consultar o Plenário se poderia fazer por aclamação. Entendo como aclamação consagrada já.

Desta forma, convido a Senadora Tereza Cristina para assumir a condução dos trabalhos da Medida Provisória 1.308, enquanto também procuramos o quórum da 1.309 e 1.305.

Senadora Tereza.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco/PP - MS) – Boa tarde a todos.

Eu designo como Relator o Deputado José Vitor, também por acordo. *(Palmas.)*

Então, aprovado.

Antes de encerrarmos os trabalhos, eu proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço pela presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 15 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 28 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1308, DE 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e quarenta e dois minutos do dia dois de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência da Senadora Tereza Cristina, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 1308, de 2025 com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Renan Calheiros, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Lucas Barreto, Eliziane Gama, Jorge Kajuru, Marcos Rogério, Jaime Bagattoli, Augusta Brito, Mecias de Jesus, Luis Carlos Heinze, Hamilton Mourão, Daniela Reinehr, Zé Vitor, Evair Vieira de Melo, Romero Rodrigues, Dilceu Sperafico, Bandeira de Mello, Tarcísio Motta, Nilto Tatto, Camila Jara e Marussa Boldrin, e ainda dos Parlamentares Angelo Coronel, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Sérgio Petecão e Gilberto Abramo, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Carlos Viana, Carlos Portinho, Randolfe Rodrigues, Weverton, Fausto Jr., Isnaldo Bulhões Jr., Josivaldo Jp, Jorge Goetten, Dagoberto Nogueira, Pedro Aihara, Ivan Valente. Ausência justificada do deputado Bacelar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A reunião é suspensa às dez horas e trinta e sete minutos e reaberta às onze horas e quarenta e quatro minutos. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Medida Provisória nº 1308, de 2025 - Não Terminativo** - que: "Dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Deputado Zé Vitor. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do PLV que apresenta. **Resultado:** Em 02/12/2025, a reunião é aberta. Lido o Relatório do Deputado Zé Vitor. Concedida vista coletiva da matéria. Na mesma data, às onze horas e quarenta e quatro minutos a reunião é reaberta; é lida a complementação de voto do Relator. Colocado em votação, o Relatório do Deputado Zé Vitor é aprovado, com o voto contrário do Deputado Tarcísio Motta, e passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.308, de 8 de agosto de 2025; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.308, de 8 de agosto de 2025 e das emendas apresentadas; pela adequação e compatibilidade financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.308, de 8 de agosto de 2025 e das emendas apresentadas, ressalvadas as emendas 1, 2, 3, 4, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 27, 32, 33, 34, 435, 436, 460, 600, 601, 798 e 799, consideradas inconstitucionais por tratarem de matéria estranha; e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 1.308, de 8 de agosto de 2025, e pela aprovação das Emendas nºs 19, 26, 39, 46, 47, 526, 528, 529, 635 e 752, na forma do Projeto de Lei de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conversão apresentado em anexo, e pela rejeição das demais emendas apresentadas. São considerados prejudicados os requerimentos 2, 7, 8, 9, 10 e 11 e retirados pelo autor os requerimentos 1, 3, 4, 5 e 6. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e nove minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Tereza Cristina

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1308, de 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/12/02>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco/PP - MS. Fala da Presidência.) – Bom dia! Bom dia a todos, Deputadas, Deputados, Senadores, Senadoras.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1.308, de 2025, destinada à deliberação do relatório.

Pauta deliberativa.

Deputado Zé Vitor... Deputado Zé Vitor...

Concedo a palavra ao Deputado Zé Vitor para leitura do seu relatório.

Com a palavra para... *(Pausa.)* O.k. *(Pausa.)*

Eu vou dar a palavra, para uma manifestação, ao Senador Bagattoli.

Alguém mais quer se manifestar antes da leitura? *(Pausa.)*

Só um minutinho que a Consultoria está fazendo uma ligeira modificação.

Nilto, você está inscrito? Deputado Nilto Tatto, o senhor está inscrito? Pediu para falar depois?

Quem mais quer fazer uso da palavra depois da leitura?

As inscrições estão abertas.

Deputado Tarcísio Motta, Senador Luis Carlos Heinze, Deputada Daniela. *(Pausa.)*

Pode começar, por favor.

O SR. ZÉ VITOR (PL - MG. Como Relator.) – Bom dia.

Deixe-me aproveitar brevemente para contextualizar e depois pedir a sua autorização, Presidente Tereza, para ir direto ao voto.

Em linhas gerais, o que nós temos feito aqui? Para ficar num português mais claro e acessível para todos, nós tínhamos aquele compromisso lá atrás, quando a Senadora foi Relatora aqui, depois nós concluímos o trabalho na Câmara. E lá nós já adiantávamos da necessidade, ou da possibilidade, em alguma medida provisória ou num projeto de lei, alguns





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

pequenos ajustes serem realizados. Todos sabem como é o clima e o momento de uma votação no Plenário, alguns acordos são feitos ali no final, dentro do espaço democrático, e é natural que haja a necessidade de pequenos ajustes para não dar brecha para interpretações que não condizem com a realidade daquilo que nós gostaríamos que se transformasse numa Lei Geral do Licenciamento Ambiental.

Quais são as mudanças que estão sendo tratadas aqui? Em relação à LAE, que é o coração da medida provisória, nós trouxemos aqui exatamente aquilo que estava previsto na medida provisória. Nós trouxemos aqui também algo que já havia sido tratado pela Senadora Tereza, estava muito bem construído e que já era esperado que a gente trouxesse também num outro momento, que é uma lista dos empreendimentos de médio porte que não podem se licenciar por uma LAC, por uma adesão e compromisso.

Qual a importância disso? É apenas para reforçar a responsabilidade que nós temos. Em nenhum momento nós falávamos, e ficou muito claro, que mineração, por exemplo, poderia ser licenciado por uma LAC. Isso nunca foi objeto de discussão, não havia brecha nenhuma na legislação que nós aprovamos, mas havia sempre um comentário, "poderia ou não poderia". Isso seria muito fácil de ser entendido se as linhas de baixo daquele artigo fossem também lidas por quem estava estudando o texto. Mas, para não gerar nenhum tipo de dúvida e mostrar exatamente qual é a nossa intenção, nós trouxemos essa lista daqueles empreendimentos de médio porte que não podem ser licenciados por LAC, pura e simplesmente para evitar um discurso errado e, obviamente, para evitar uma imagem ruim, que não é justa com este Congresso, para evitar também principalmente qualquer subjetividade dentro da análise do processo de licenciamento ambiental e subjetividade também por parte de quem está buscando se licenciar. Então, é para ficar claro, para não ter discurso errado, para não ter falha em análise, para não ter falha em narrativa.

Outro ponto: a gente traz brevemente uma questão de uma descrição do que é dragagem de manutenção, em especial para as hidrovias, simplesmente para separar e para dar garantia para quem está estudando ali, para quem está fazendo um estudo dos impactos ambientais e também para o órgão licenciador.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, basicamente são esses os pontos. Na medida em que a gente for avançando aqui a gente traz alguma nova posição.

Eu vou direto ao voto, Presidente.

Medida Provisória 1.308, de 2025, dispõe sobre licenciamento ambiental, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica.

O Poder Executivo submeteu ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.308, de 2025, que dispõe sobre licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica.

O art. 1º da medida provisória estabelece o objeto da legislação, enquanto o art. 2º traz o conceito de licença ambiental especial (LAE), assim definida como o ato administrativo expedido pela autoridade licenciadora que estabelece condicionantes que deverão ser observadas e cumpridas pelo empreendedor para localização, instalação e operação de atividade ou de empreendimento estratégico, ainda que utilizador de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente, nos termos do regulamento.

Em seu art. 3º, que reproduz o art. 24 da Lei 15.190, de 2025, a medida provisória estabelece que o procedimento para obtenção da LAE se aplica a atividades ou empreendimentos estratégicos, definidos em decreto mediante proposta bianual do conselho de Governo, que dimensionará equipe técnica permanentemente dedicada a esta função. O §1º do mesmo artigo, que reproduz o parágrafo único do art. 24 da mencionada lei, determina que a autoridade licenciadora dê prioridade de análise e decisão para as licenças de atividades ou empreendimentos estratégicos. O §2º, por sua vez, impõe a órgãos ou entidades de todas as esferas a priorização na emissão de anuências, licenças, autorizações, certidões, outorgas e outros documentos necessários aos licenciamentos ambientais especiais, nos mesmos termos já fixados pelo parágrafo único do art. 25 da Lei nº 15.190.

Indo aqui ao voto, Sr. Presidente, cabe a esta Comissão Mista, nos termos do art. 62, §9º, da Constituição Federal, examinar a Medida Provisória 1.308, de 2025, e sobre ela emitir parecer,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

antes que seja apreciada, em sessões separadas, pelo Plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

Dos pressupostos de urgência e relevância da matéria

Prescreve o *caput* do art. 62 da Constituição Federal que o Presidente da República pode adotar medidas provisórias, com força de lei, submetendo-as de imediato ao Congresso Nacional, em caso de relevância e urgência.

Na Medida Provisória 1.308, tais requisitos estão presentes e fundamentados na necessidade premente de garantir soluções eficientes na infraestrutura nacional, que demandam processos de licenciamento suficientemente céleres, de modo a viabilizar empreendimentos estratégicos vitais para o desenvolvimento econômico do Brasil, respeitando-se o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, consoante o disposto no art. 225 da Constituição Federal.

Dos pressupostos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa

No que se refere à constitucionalidade formal, constatamos que a matéria em apreço é passível de regulamentação por medida provisória, pois não incide em nenhuma das restrições contidas no art. 62, §§1º e 10, e no art. 246 da Constituição Federal.

A matéria se insere no âmbito da competência concorrente, cabendo à União estabelecer normas gerais e nas atribuições normativas do Congresso Nacional. Inexiste reserva de iniciativa, conforme o art. 61, *caput*, da Constituição da República.

No que se refere à constitucionalidade material, também há harmonia entre as alterações propostas pela medida provisória com os preceitos estabelecidos na Constituição Federal, principalmente porque veicula medidas que viabilizam o desenvolvimento de atividades econômicas regradas pelo art. 170 em consonância com o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, fixado no art. 225.

Em relação às emendas, podem ser apontadas como inconstitucionais, especialmente por tratarem de matéria estranha à medida provisória, as seguintes: 1, 2, 3, 4, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 27, 32, 33, 34, 435, 436, 460, 600, 601, 798 e 799.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à juridicidade da matéria, entendemos que a Medida Provisória 1.308, de 2025, e as emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista são jurídicas, pois se harmonizam com o ordenamento jurídico pátrio em vigor, não violam qualquer princípio geral do direito, além de possuírem os atributos próprios a uma norma jurídica: novidade, abstração, generalidade, imperatividade e coercibilidade.

No tocante à técnica legislativa, o texto da Medida Provisória 1.308, de 8 de agosto de 2025, e das emendas a ela apresentadas amolda-se aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre elaboração, alteração e consolidação das leis.

Da adequação orçamentário-financeira.

Quanto à admissibilidade financeira e orçamentária da Medida Provisória 1.308, de 2025, e das emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista, não se vislumbrou desrespeito às normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União.

Como bem fundamentado na exposição de motivos que acompanhou a medida, a proposta não acarreta aumento de despesa ou renúncia de receita, razão pela qual atende às normas constitucionais e legais relativas às finanças públicas.

Do mérito.

Conforme disposto na exposição de motivos da Medida Provisória 1.308, de 2025, a inovação trazida em seu texto tem origem no processo legislativo que resultou na aprovação da Lei 15.190, de 8 de agosto de 2025, que dispõe sobre o licenciamento ambiental e criou o Licenciamento Ambiental Especial para Atividades ou Empreendimentos Estratégicos. A exposição de motivos argumenta que a nova lei, porém, tem *vacatio legis* de 180 dias, o que levou à apresentação da presente medida provisória para dar eficácia imediata a esse instituto jurídico, mas, além de conferir eficácia imediata aos dispositivos que tratam da LAE na Lei 15.190, de 8 de agosto de 2025, e que só seriam aplicados a partir de fevereiro de 2026, a medida traz duas inovações que merecem destaque.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira afasta a aplicação, como regra, do procedimento monofásico expressamente previsto no *caput* do art. 25 da Lei nº 15.190, de 2025 (que foi vetado). A alteração é salutar, pois reconhece as hipóteses em que o licenciamento em fase única não é viável, não somente pela complexidade inerente a projetos estratégicos de grande porte, mas também pela indisponibilidade de informações em caráter executivo nas fases iniciais de estruturação. Para esses casos, a segmentação do processo em etapas contribui para a maturação progressiva dos projetos, com a incorporação da variável ambiental em todo o seu desenvolvimento.

A segunda inovação relevante se refere à exigência de estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e respectivo relatório de impacto ambiental (Rima), conforme o termo de referência definido pela autoridade licenciadora, como requisitos para a emissão da licença ambiental especial. Essa regra, fixada no parágrafo único do art. 4º, inova em relação ao que consta na Lei 15.190, de 2025, que exige EIA ou demais estudos ambientais, conforme TR definido pela autoridade licenciadora para a emissão da LAE.

Como efeito prático do dispositivo, tem-se que o licenciamento ambiental especial será aplicado apenas para projetos de significativo impacto ambiental, tendo em vista que não se exige EIA/Rima para casos de menor impacto. A medida tende a contribuir para que o procedimento especial não seja banalizado, concentrando-se, portanto, nos projetos estratégicos e de maior impacto, que demandam uma avaliação rigorosa e célere.

Feitas essas considerações sobre a medida provisória, passa-se a avaliar as emendas que, em grande medida, buscaram solucionar as lacunas deixadas pelo veto parcial ao Projeto de Lei 2.159, de 2021, enviado ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 1.097, de 8 de agosto de 2025, bem como alterar e complementar dispositivos da lei recém-sancionada (Lei 15.190, de 2025).

Nesse cenário, e considerando a rejeição dos vetos materializada em sessão do Congresso Nacional realizada em 27 de novembro, à exceção daqueles que tratavam justamente do licenciamento ambiental especial, optamos por não acolher a maior parte das 833 emendas apresentadas a esta medida provisória.

Entendo pertinente, por seu turno, incorporar algumas poucas emendas, dentre as quais a Emenda 19, segundo a qual as obras voltadas à recuperação, à manutenção e ao melhoramento





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

da infraestrutura em instalações preexistentes ou em faixas de domínio e de servidão são elegíveis para a obtenção da LAE. Incluem-se nesse escopo as rodovias já pavimentadas cujos trechos representam conexões estratégicas relevantes na perspectiva da segurança nacional, do acesso a direitos sociais fundamentais e da integração entre unidades federativas. O texto foi ajustado para estabelecer não somente prazo de análise à autoridade licenciadora, mas também de apresentação de estudos pelo empreendedor, de modo a viabilizar respostas conclusivas, especialmente na fase de instalação.

Também aprovamos parcialmente as Emendas 26 e 39, bastante semelhantes, a fim de atualizar a Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2025, que estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações, para harmonizá-las com as regras estabelecidas na Lei nº 15.190, especialmente no §5º do art. 5º, segundo o qual as alterações na operação da atividade ou empreendimento que não incrementem os impactos ambientais negativos avaliados nas etapas anteriores do licenciamento ambiental, de modo a alterar seu enquadramento, independem da manifestação da autoridade licenciadora, desde que comunicadas com antecedência mínima de 30 dias.

Também acolhemos parcialmente as Emendas 46, 47 e 635, para esclarecer o alcance do dispositivo que trata das dragagens de manutenção. Nesse ponto, além da inclusão da definição de dragagem de manutenção, também diferenciamos a abordagem a ser dada aos canais de acesso e bacias de evolução de instalações portuárias, que devem estar devidamente licenciadas, em relação ao tratamento a ser conferido às hidrovias e vias navegáveis, que independem do licenciamento, como defendido pelo autor da emenda.

Incorporamos ao PLV, com ajustes, a Emenda 526, para exigir que a tramitação eletrônica dos processos de licenciamento opere de forma a integrar a participação das autoridades envolvidas, oferecendo interface otimizada com o usuário, no formato de guichê único.

Aprovamos também a Emenda 528, que trata do aproveitamento de estudos, dados secundários e dados de sistemas de monitoramento remotos, o que fizemos por meio da alteração do art. 33 da Lei nº 15.190.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovamos ainda a Emenda 752, que acrescenta à Lei nº 15.190 os conceitos de medida preventiva, mitigadora e compensatória, com o objetivo de pacificar divergências percebidas após a sanção da matéria.

Por fim, ajustamos na Lei nº 15.190 o dispositivo que trata das hipóteses de aplicação da licença por adesão e compromisso, a fim de incluir um dispositivo com uma lista dos casos em que a modalidade não se aplica.

Conclusão do voto.

Pelos fundamentos acima, somos: pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.308; pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.308 e das emendas apresentadas, com exceção das Emendas 1, 2, 3, 4, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 27, 32, 33, 34, 435, 436, 460, 600, 601, 798 e 799, consideradas inconstitucionais por tratarem de matéria estranha; pela adequação e compatibilidade financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.308, de 8 de agosto de 2025, e das emendas apresentadas; e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 1.308, de 8 de agosto de 2025, e pela aprovação, integral ou parcial, das Emendas nºs 19, 26, 39, 46, 47, 526, 528, 635 e 752, na forma do projeto de lei de conversão apresentado em anexo, e pela rejeição das demais emendas apresentadas.

É esse o relatório, Presidente. *(Pausa.)*

Só um pequeno parêntese: agora, aqui também, por uma solicitação do Deputado Nilto Tatto, a Emenda nº 529 também foi acatada.

É isso, Presidente Tereza.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco/PP - MS) – A matéria está em discussão.

Com a palavra, para discutir, o Senador Jaime Bagattoli. *(Pausa.)*

Saiu?

Então, o Deputado Nilto Tatto, que é o seguinte.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NILTO TATTO (Bloco/PT - SP. Para discutir.) – Cumprimento a nossa Presidente, Senadora Tereza Cristina, cumprimentar o Relatório do Deputado Zé Vitor.

Caros colegas Parlamentares, vou me ater aqui ao que está na pauta, que é a própria medida provisória da Licença Ambiental Especial estratégica (LAE), isso porque, evidentemente, com os vetos feitos na semana passada, ela vai criar um problema muito sério do ponto de vista da judicialização e de emperrar, na verdade, os processos de licenciamentos importantes para o Brasil. Mas isso nós vamos conversar e acho que há oportunidade de retomar esse diálogo no projeto de lei que está em tramitação no Congresso Nacional, no debate.

Mas aqui especificamente, primeiro parabenizo o Deputado Zé Vitor, que avançou bastante. Eu vou me ater aqui, permanecem alguns problemas, eu quero aqui me ater principalmente nesta emenda que você disse que já pode acatar, para trabalhar a questão da redação, que trata especificamente do processo de audiência pública. Hoje em dia, ainda, as audiências públicas, dependendo do empreendimento, acabam sendo um processo para inglês ver. A gente já vinha, eu já venho há muitos anos acompanhando, mesmo antes de estar como Deputado, ainda quando estava militando na sociedade civil e acompanhava processo de audiência pública, que era para cumprir tabela da audiência pública, porque, muitas vezes, as comunidades ou aqueles que poderiam, com potencial impacto, não terem condições de acompanhar e de opinar no processo de audiência pública. E aqui, por isso, essa Emenda 529 é para a gente... Porque não basta colocar, simplesmente falar que depende de chamar uma reunião *online* ou mesmo mobilizar, por exemplo, as comunidades com potencial de serem afetadas, chamar para uma audiência, e de repente vai para uma audiência pública sem ter clareza, conhecimento e entendimento do que se está tratando naquela audiência pública, e isso é muito comum.

Então, é fundamental que o princípio...

(Soa a campainha.)

O SR. NILTO TATTO (Bloco/PT - SP) – ... do conhecimento prévio, adequado, livre, e o Estado dar as condições necessárias para que a comunidade possa entender e opinar e influenciar, inclusive, naquele processo de licenciamento daquele empreendimento. Ela precisa ter clareza, ela precisa saber, e ser considerada, por parte do Estado, a opinião daquela





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunidade nesse sentido. Por isso, é fundamental a gente observar essa Emenda nº 529, até porque o Brasil é signatário da Convenção OIT 169, e é fundamental a gente garantir esse princípio. Nós estamos falando aqui de licenciamento de projetos estratégicos, por mais que seja estratégico do ponto de vista do interesse do Estado, mas a garantia das comunidades que podem ser afetadas, e também, evidentemente, das garantias daquilo que podemos dizer do direito difuso ao meio ambiente adequado, inclusive para as futuras gerações.

A outra é a questão do prazo...

(Soa a campainha.)

O SR. NILTO TATTO (Bloco/PT - SP) – ... que está estipulado...

Eu peço aqui...

Do prazo que está estipulado originalmente, inclusive na medida provisória, para que o órgão licenciador tenha 12 meses para dar a licença.

A gente precisa partir do pressuposto que o órgão ambiental... Se ela, em um mês, tiver condições de analisar e dar a licença, ela dá em um mês, não precisam de 12 meses, mas dependendo do tamanho, do tipo, do local, enfim, de uma série de fatores, 12 meses podem ser insuficiente dependendo da complexidade do empreendimento, porque aqui a gente parte do princípio, que eu acho que é muito mais narrativa, de que se trabalha contra determinados tipos de empreendimentos, pela razão de ser contra simplesmente.

Eu não parto desse princípio de que os órgãos ambientais tenham essa irresponsabilidade, porque em nenhum momento, nessa discussão do processo de licenciamento, por mais que a gente tenha dialogado e a gente tenha experiência do desmonte que foi colocado para o sistema, principalmente para os órgãos de licenciamento durante o Governo anterior, e a senhora sabe disso, Senadora Tereza Cristina, e que agora está se tentando retomar, nós não levamos em consideração, nesse debate aqui do licenciamento, de criar condições para que o Estado cumpra o seu papel. Você deu muita ênfase em a gente flexibilizar a legislação e não se trabalhou em como é que se criam as condições.

Então, por isso, eu quero dizer aqui que, de repente, esse prazo, quando a gente coloca esse prazo, ele é muito pequeno dependendo, porque a gente parte do pressuposto de que se





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

for possível antes, é antes. Então, aqui se parte do pressuposto... Por que vai colocar 12 meses? Qual é a razão de não ser um prazo maior? E se for um empreendimento complexo? Como é que a gente vai garantir, por exemplo, um processo de diálogo e de consulta, de entendimento, inclusive, das comunidades que podem ser afetadas? Enfim, quando eu falo da comunidade, inclusive, daquilo que a ciência pode aportar. Então, por isso que eu queria um tempo aqui para a gente conversar mais sobre esse prazo.

A outra é mais um esclarecimento, porque acho que é um avanço que foi colocado aqui, Deputado Zé Vitor, quando estipulam aqui empreendimentos que não cabem à LAC, da mineração, tirando, e aí coloca aqui a exceção daquilo que é configurado como mineração social, que eu concordo. De repente ali precisa de uma brita, da extração de uma areia. Nós estamos falando daquilo que, conceitualmente, não trabalha nessa perspectiva. Mas qual a razão de colocar diamante aqui?

Então, é entender, porque ela pode abrir espaço para aquilo que é um problema sério hoje, entendeu? A proliferação, às vezes, até do próprio garimpo ilegal... Não está tratando disso aqui, porque garimpo ilegal tem que ser a polícia, mas ela pode abrir essa perspectiva e facilitar essa perspectiva.

Então, com isso, eu queria – já acordado aqui para a gente ter tempo para poder conversar sobre esse passo – colocar... Não sei se é esse o momento ou daqui a pouco...

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco/PP - MS. *Fora do microfone.*) – O senhor está querendo fazer um pedido de vista?

O SR. NILTO TATTO (Bloco/PT - SP) – A vista é para a gente depois dialogar, mas não quero impedir a discussão aqui agora, até para poder acumular.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco/PP - MS) – Vamos continuar a discussão. Agradeço a sua fala.

Nós vamos ter a oportunidade do debate, mas eu acho que eu vou passar a palavra para os outros inscritos: o Deputado Tarcísio Motta, o Senador Heinze, depois a Deputada Daniela Reinehr, e o Senador Bagattoli, que está voltando. Então, eu passo agora a palavra, para as suas considerações, ao Deputado Tarcísio Motta.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ. Para discutir.) – Muito obrigado, Sra. Senadora, pela palavra. Quero aqui também cumprimentar o Relator, o Zé Vitor, e os demais presentes aqui.

Eu queria começar falando algo que me parece importante. Recuar um pouco aqui o debate, o que me parece estar sendo feito a partir do debate das possibilidades de acordo diante do projeto de lei dessa medida provisória, mas eu me permitirei recuar um pouquinho no tempo.

Eu fico imaginando se, logo após a Eco 92, acontecida no Rio de Janeiro, o Congresso Nacional teria coragem de aprovar o tipo de medida que nós estamos vendo ser aprovada nas últimas semanas, logo após um espaço de discussão mundial sobre a emergência e sobre a questão ecológica como elemento fundamental.

De 1992 para cá, muita coisa mudou, mas do ponto de vista ambiental, as coisas só pioraram, as coisas só se tornaram mais dramáticas. O conhecimento nosso da ciência sobre o que está acontecendo com o planeta só ampliou o desastre e o caminho do abismo em que nós estamos caminhando. Parece-me que, às vezes, aqui neste Congresso Nacional, a gente está no meio de um Titanic, rumando em direção ao *iceberg*, discutindo as condições sanitárias da cozinha do Titanic, enquanto esse navio vai afundar.

Dá um certo desespero de um Congresso, chamado por parte da população de inimigo do povo, que se comporta, muitas vezes, como inimigo do planeta a essa altura, como inimigo da vida, das famílias, dos lugares; porque a compreensão da existência, da vida das pessoas, hoje, à mercê de desastres socioambientais cada vez mais intensos, parece não olhar para o tipo de questão do que é hoje o empreendimento estratégico. Ele é estratégico em que sentido?

E aqui eu faço uma crítica ao próprio Governo, quando editou essa medida provisória. Não estou aqui, sendo base do Governo, negligenciando que o nosso debate deveria ser muito anterior a esse, inclusive sobre o que é hoje o empreendimento estratégico. Qual é a estratégia que nós deveríamos estar implementando para manter e sustentar a permanência da vida no planeta?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas parece-me que, em nome de projetos ditos estratégicos, a estratégia é desmontar o Sistema Nacional de Licenciamento Ambiental, é desestruturar aquilo que, na verdade, deveria estar hoje cada vez mais rígido, porque essa é a estratégia que deveria nos restar para salvar a vida no planeta.

Encarar a perspectiva de que a natureza continua a ser um obstáculo a ser superado, por uma certa noção de desenvolvimento, no contexto em que tem gente morrendo de chuva forte, de seca, de incêndio, etc., na minha opinião, é uma visão equivocada. E eu não pouparei esforço para dizer isso aqui, mesmo que possa destoar um possível coro descontente aqui neste espaço. Porque, nesse processo que a gente viu acontecer na derrubada dos vetos do PL da devastação, na última semana, e aqui mais elementos de enfraquecimento nesse processo, em nome de uma suposta necessidade de empreendimentos estratégicos por uma noção de desenvolvimento que não serve, não cabe mais ao planeta, não cabe mais à defesa daqueles que gostariam, e precisaria a gente defender a vida dessas pessoas, na minha opinião, nós não faremos isso por consenso, a gente vai fazer isso aqui com alguém dizendo o que precisa ser dito, que nós estamos no caminho errado, visto que, mais uma vez, deixaremos que interesses econômicos diversos suplantem a necessidade de que a gente deveria estar reforçando os órgãos técnicos, reforçando a capacidade da participação social, reforçando a possibilidade de que o licenciamento ambiental tenha tempo de ser feito. Essa questão do prazo, que eu espero que seja alterada, é um dos elementos, apenas um, mas ele é o mais evidente...

(Soa a campainha.)

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ) – ... de que a gente sequer vai restringir em 12 meses aquilo que muitas vezes precisa de mais tempo, sim. E, não, nosso tempo que precisa é o tempo do capital, é o tempo do lucro, é o tempo do lucro acima da vida, é o tempo do lucro acima da vida não mais apenas daquelas pessoas imediatamente afetadas pelo empreendimento, mas da vida em todo o planeta.

Nesse ponto de vista, o Psol – Partido Socialismo e Liberdade –, como já fazia críticas à própria MP, segue dizendo que é contrário ao projeto de lei que está sendo apresentado aqui, porque ele fragiliza ainda mais esse processo. E seguiremos na luta para que um dia a gente possa minimamente reconhecer, diante de mais um desastre que virá – que virá, virá amanhã,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

semana que vem, daqui a um mês, daqui a dois meses –, que a gente segue no caminho errado de entender hoje a questão da necessária proteção à vida no planeta como um elemento que deveria ser um pacto de todos nós que estamos aqui. Aí, quem sabe, quando o capital não fará mais sentido, as pessoas vão reconhecer que deviam ter feito um caminho diverso do que está sendo feito aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco/PP - MS) – Obrigada, Deputado.

Vou passar a palavra agora ao Senador Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco/PL - RO. Para discutir.) – Obrigado.

Quero cumprimentar aqui a Senadora Tereza Cristina, Presidente da Medida Provisória 1.308, de 2025; cumprimentar também o nosso Deputado Zé Vitor, Relator dessa medida provisória.

Primeiramente, quero dizer para vocês que a gente não é nada contra o meio ambiente, sobre os vetos e nem sobre a Medida Provisória 1.308, de 2025, que é um assunto tão importante do licenciamento ambiental.

Exma. Sra. Presidente desta Comissão, Senadora Tereza Cristina, a quem cumprimento pela condição sempre técnica e equilibrada dos trabalhos e por ser uma referência inquestionável para o nosso agronegócio; prezado Relator, Deputado Zé Vitor, a quem parabeno pelo relatório robusto e pela sensibilidade em entender as dores de quem produz neste país; Srs. Parlamentares; inicio minha fala celebrando uma vitória histórica ocorrida na última sessão do Congresso Nacional. Quero parabenizar a força da Frente Parlamentar da Agropecuária, a FPA, da qual sou 2º Vice no Senado, e todo o setor produtivo brasileiro.

A derrubada dos 52 itens do veto à Lei Geral do Licenciamento Ambiental, pela maioria expressiva de votos de ambas as Casas, foi um recado claro. O Brasil cansou da burocracia que trava o desenvolvimento. O Congresso Nacional reafirmou seu compromisso com quem gera emprego e renda.

E o que essa vitória significa? Significa o retorno ao texto legal de trechos fundamentais que tratam da dispensa e simplificação do licenciamento ambiental. Não estamos falando de fragilizar a fiscalização. Estamos falando de racionalidade. Estamos falando de dispensar





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

licenciamentos para atividades óbvias, como a manutenção e a melhoria da infraestrutura já existente. Poxa, uma BR já existente; não podemos criar tantos problemas para fazer a recuperação de uma rodovia. Não faz sentido licenciar o que existe e precisa apenas de reparo.

As atividades rurais e imóveis com registro do Cadastro Ambiental Rural (CAR) pendentes de homologação. O produtor não pode ser punido pela morosidade do Estado sem analisar o cadastro, e as obras de saneamento básico urgentes para a saúde pública até que atinjamos as metas de universalização.

Dito isso, Sra. Presidente, voltamos nossa atenção para a Medida Provisória 1.308, de 2025, objeto desta Comissão. Como fruto de um acordo político entre Governo e Oposição, os itens de 32 a 38 dos vetos não foram derrubados na sessão conjunta justamente para serem tratados com a devida profundidade nesta medida provisória. Por isso, a aprovação do relatório final hoje e, posteriormente, no Plenário do Senado é fundamental.

Precisamos instituir, de uma vez por todas, a licença ambiental especial. Nesse ponto, faço um agradecimento especial ao nosso Relator, Deputado Zé Vitor, por dois pontos fundamentais em seu relatório.

Primeiro, agradeço por ter acatado parcialmente a Emenda nº 684, de minha autoria, a incorporação da garantia de procedimentos simplificados e prioridade absoluta na análise para o licenciamento de projetos de abastecimento de água e esgotamento sanitário. É vital para destravarmos os investimentos e levarmos dignidade às famílias brasileiras.

Segundo, agradeço imensamente pela alteração do art. 33, que trata da alteração da titularidade. Esse é um tema que defendo desde a tramitação do projeto de lei do licenciamento, em que protocolei emenda específica sobre o assunto. A nova redação traz segurança jurídica e desburocratiza a transferência de empreendimentos, garantindo que a mudança de dono não dificulte o processo e se torne uma via crucial burocrática, desde que mantidas as condições ambientais.

O Brasil precisa de um mecanismo célere para atividades e empreendimentos que o próprio Poder Executivo considera estratégicos. Não podemos deixar obras de infraestrutura, logística e de interesse nacional reféns de graves e carimbos por anos a fio. A LAE vem para





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabelecer prazos e procedimentos específicos, garantindo agilidade, sem abrir mão da responsabilidade. Para Rondônia e para a Amazônia, onde a logística tem um desafio diário e o custo Brasil é elevadíssimo, essa medida é vital.

Portanto, Deputado Zé Vitor, conte com o meu apoio integral ao seu relatório. Vamos aprovar essa medida provisória, honrar o acordo firmado e entregar ao Brasil um licenciamento ambiental moderno e eficiente e, acima de tudo, justo com quem trabalha.

Muito obrigado.

Só para finalizar, Senadora Tereza, é impossível hoje, por exemplo, uma empresa fazer todo o licenciamento, todo aquele procedimento, estar com tudo regularizado dentro das leis. Talvez... Se muda a titularidade da empresa, o CNPJ, tem que partir do zero, tudo de novo. Isso não existe, gente. Pelo amor de Deus! A parte do licenciamento daquele local, daquela obra, daquela infraestrutura já foi feita. Então, quer dizer, se trocar a titularidade da empresa que foi... Não precisamos partir do zero e demorar mais de novo, mais dois ou três anos, sei lá, do jeito que estava acontecendo, para nós aprovarmos uma licença ambiental, principalmente nessa questão de rodovias e de infraestrutura já existentes, que é só para fazer a reforma, só para fazer a retificação daquela rodovia.

Muito obrigado, Presidente.

Muito obrigado, Zé Vitor, Deputado, pela sua relatoria.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco/PP - MS) – Muito obrigada, Senador Bagattoli, pelas suas palavras e considerações.

Eu passo agora para o Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP - RS. Para discutir.) – Senadora Tereza, Deputado Zé Vitor, parabéns pelo relatório, pelo trabalho, e, Senadora Tereza, pela costura realizada.

Um pouquinho atrás, na questão do Código Florestal – e aqui está o Nilto Tatto, nós trabalhamos esse tema muito tempo, e deu certo, numa legislação moderna... Não existe país do mundo que tenha essa legislação de preservar, dentro das propriedades, 20%; só nós, do





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil, temos aqui, os produtores, que preservar, fora o restante que temos. Então, é um fato importante e a gente só faz essa menção.

A dificuldade que nós temos hoje, Senadora Tereza, Deputado Zé Vitor, no Rio Grande do Sul, especificamente: uma pequena central elétrica, de meio megawatt, nada. Eu vi agora, Tereza, no caso do rio, da Bacia do Taquari-Antas, os efeitos que tivemos em 2024. Ali cabem 70 PCHs, o que ajuda a segurar a água que inundou cidades. Na Fepam, hoje, tem 104 processos, fora os 70. Eles licenciam quatro ou cinco por ano. Isso quer dizer que vai levar 25 anos para licenciar 104 PCHs, e o Rio Grande do Sul precisa de energia. E não é dinheiro público, é a iniciativa privada vai fazer a energia.

Então, por essas questões todas, nós precisamos simplificar esse processo, agilizar o processo. Não posso imaginar que, de uma lavoura de arroz, Tereza, plantada há mais de 100 anos no mesmo lugar, se precise fazer licenciamento todo ano. Impossível. E a Fepam não tem braço, não tem perna para poder fazer isso.

Portanto, parabéns pelo seu trabalho, Tereza, pelo seu trabalho também, Zé Vitor, por simplificarem o processo. Nada contra o meio ambiente. Nós preservamos o meio ambiente. Então, contem com a gente. Estamos juntos para poder votar uma matéria fundamental para os interesses do Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco/PP - MS) – Muito obrigada, Senador Heinze. É isso aí, modernizar e simplificar não quer dizer que nós vamos precarizar em nada, nem deixar de fiscalizar.

Deputada Daniella Reinehr.

A SRA. DANIELA REINEHR (PL - SC. Para discutir.) – Muito obrigada, Presidente.

Quero parabenizar a senhora, Senadora Tereza Cristina, pela forma brilhante como está conduzindo esta Comissão; o Deputado Zé Vitor, pelo brilhante relatório.

Realmente, a nossa expectativa, não só em termos de Brasil, mas todos os estados... A minha Santa Catarina, igualmente, vive no dia a dia um custo de uma burocracia que não decide, são portos precisando de dragagem, de manutenção, são linhas de transmissões travadas, obras de contenção e prevenção a enchente, como o Deputado Heinze falou agora





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui. E em tantos outros estados acontece a mesma coisa: estão esperando há anos por um despacho que não acontece.

Por isso, a importância de nós estarmos nesta Comissão, aqui, agora, que trata da licença ambiental especial, que traz aquilo de que o Brasil realmente precisa, que é um rito claro, que são estudos públicos e previsibilidade para esses empreendimentos estratégicos, sem reduzir proteção ambiental. O que a gente está discutindo é, sim, uma gestão pública eficiente, é parar com o retrabalho, é saber exatamente quem decide o quê, porque, infelizmente, o que a gente mais vê no Brasil são vários setores, vários entes regulando a mesma coisa, e o processo não anda – e muitos deles são essenciais, inclusive, para a manutenção da vida humana.

Então, eu quero deixar aqui registrado o meu apoio, Deputado Zé Vitor, ao seu relatório, e deixar algumas sugestões pontuais também, no sentido de nós termos critérios bem objetivos para definir o que é estratégico, a publicidade ativa de todos os estudos e pareceres, e também balizas para as dragagens de manutenção, especialmente nos nossos portos, garantindo um monitoramento e uma estabilidade operacional. E também é essencial evitar a duplicidade de exigências, que só vão gerar mais atrasos de anuência. E também definir uma regra de transição para os processos que já estão em curso.

Com esses cuidados, a LAE se torna um instrumento técnico, transparente e responsável, e o que a gente vai ter é um licenciamento melhor e mais rápido.

Então, contem com meu apoio, com o nosso compromisso de apoiar melhorias que assegurem segurança jurídica, eficiência, com respeito ao meio ambiente.

E vale sempre ressaltar que, quando a gente fala de preservação – e se falou aqui da COP 30 –, eu acho que a gente teve muito sucesso nessa COP 30 em falar em reciprocidade e em falar o que o Brasil já faz para preservar. Nós somos o único país do mundo que tem uma legislação ambiental tão rigorosa, onde os nossos produtores rurais, em especial, preservam de 20% a 80% das suas propriedades e são grandes incentivadores e criadores de tecnologias que preservam o meio ambiente. Então, não há o que se falar em descuido com o meio ambiente. Pelo contrário, há que se falar, sim, numa preservação, num cultivo sustentável, responsável, que é exemplo para o mundo e que deveria caber ao mundo inteiro. Já que nos imputam uma conta tão alta, deveriam fazer o mesmo que a gente faz. Por isso é que eu tenho falado muito em





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

reciprocidade. E o que a gente busca com essa medida provisória é justamente trazer eficiência no serviço público...

(Soa a campanha.)

A SRA. DANIELA REINEHR (PL - SC) – ... e segurança jurídica para que o nosso país possa crescer com sustentabilidade e a responsabilidade que a gente já tem.

Muito obrigada.

Parabéns, Senadora Tereza Cristina! Parabéns, Deputado Zé Vitor!

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco/PP - MS) – Obrigada, Deputada Daniela, pelas suas considerações.

Eu passo agora para o último inscrito, o Deputado Evair de Melo.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Para discutir.) – Que alegria para nós termos...

(Interrupção do som.)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – ... da medida provisória, a nossa Senadora Tereza Cristina, por ser produtora rural, agrônoma e, com certeza, uma das grandes referências que não só o agro brasileiro, mas naturalmente o do mundo têm e pelo respeito. Eu já tive a oportunidade de presenciar, em diversos fóruns internacionais, o respeito para com V. Exa. E naturalmente há a grandeza de termos o Deputado Zé Vitor como Relator dessa matéria, conhecedor do assunto, conhecedor do tema, com uma visão muito ampla e aberta desse debate da questão ambiental. Com certeza, aqui no Parlamento, é um dos homens mais qualificados também para fazer essa condução. E tenho certeza de que, diante disso, nós estamos muito seguros tanto da condução do trabalho quanto da produção do nosso relatório.

É polêmico o que eu vou dizer, mas o atual modelo do processo de licenciamento ambiental no Brasil é a marca do atraso de um país que não avançou em outros quesitos e joga na responsabilidade do processo de licenciamento o critério *sine qua non* para que as coisas efetivamente possam acontecer.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tenho visitado outros países, nossa sempre Ministra Senadora Tereza Cristina, e o licenciamento ambiental praticamente não existe nesse procedimento. Existe a lei, existem a regra e as adequações. E a responsabilidade efetiva é de quem vai fazer o investimento. Não é um autolicensing, tem regras claras, o que pode, o que não pode, o que deve, o que não deve.

Mas, no Brasil, a burocracia interessa a quem vive dela, tem uma indústria de consultorias, tem uma indústria de ONGs, tem uma indústria de *lobby* que vive em função do licenciamento, que é o sócio oculto, Senador Heinze, dos nossos negócios. O processo é tão caro, burocrático e demorado que ele tem, inclusive, um impacto financeiro significativo no empreendimento. É o que o nosso sempre Deputado Alceu Moreira diz que é o sócio oculto. Já não basta mais o banco, já não bastam mais as vendas casadas, já não mandam outras burocracias, o licenciamento ambiental é o sinônimo do país atrasado. Erramos em outros processos e agora a culpa está no licenciamento.

Ao imaginar que precisa fazer licenciamento ambiental para a duplicação de uma rodovia que está lá há 60 anos, já tem faixa de domínio consolidada, é conhecida e respeitada... Aí, para se fazer uma simples duplicação, ocupação daquilo que já está resolvido há décadas, entra uma estrutura paralela ao negócio e efetivamente precisa-se do humor e da boa vontade dos competentes para se fazer o licenciamento. Você imagina, do humor, você precisa da boa vontade, da disposição, que simplesmente pode sentar em cima do processo por interesse, por ideologia, por *lobby*, e dizer que isso não vai acontecer.

O maior poluidor deste país, tem que ser dito aos quatro cantos, é a falta de licenciamento ambiental. E é preciso dizer que a base do Governo Lula, do PT, os partidos de base do PT, do Lula – PSB, PDT, Psol, Rede – votaram contra o novo marco do saneamento básico no Brasil.

(Soa a campainha.)

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Mostra que, por viés ideológico e protecionismo – naturalmente, de categorias –, não tratam do maior contaminante deste país, que é a falta de licenciamento, a falta de saneamento.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ora, se o saneamento é o maior poluidor deste país, tudo aquilo que for necessário ser feito para que possamos simplificar a instalação do saneamento é algo óbvio na mente de quem pensa e de quem tem responsabilidade. Mas a burocracia está na cabeça de quem vive dela.

Só cito esses dois exemplos para poder mostrar o tanto quanto é sinônimo do atraso. É não confiar na universidade, é não confiar no ensino, é não confiar no empreendedorismo, é ficar imaginando que um empresário que vai fazer o investimento para empregar ali 300, 400, 500, mil pessoas não tem responsabilidade, até porque essa pauta hoje é global. Ele sabe que se ele produzir ou fizer ação que descumpra as regras, procedimentos globais, ele nem vai conseguir comercializar o seu produto. Não, mas o Estado tem que ser sócio. E o Estado não fala como que tem que se fazer. Isso é um outro agravante.

Se você for perguntar para o Ibama, for perguntar para a Secretaria de Meio Ambiente dos municípios, dos estados, como deve proceder, eles simplesmente respondem: "é um contrato, uma consultoria, desenvolve o modelo e depois nós vamos ver se o seu modelo é adequado ou não". Ora, como que quem não sabe como fazer sabe se está bom ou se está ruim? Isso mostra que mais é a vez a ferramenta do atraso. Não vou nem falar aqui de petróleo, não vou falar aqui de mineração, que não há nem necessidade, e tantos outros absurdos.

Volto a dizer, o modelo de licenciamento ambiental no Brasil hoje é sinônimo de um país atrasado, de um país burocrático e, acima de tudo, do momento de um Governo que aposta na corrupção, vive, convive com ela e a aceita. Porque a gente sabe, volto a dizer, o fator emocional tem impacto na decisão do licenciador, do órgão competente.

Portanto, eu espero que possamos realmente ter coragem de enfrentar esse tema e entregar para o Brasil um texto que dialogue com a responsabilidade, com a ciência, mas, acima de tudo, com a necessidade de darmos um avanço.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco/PP - MS) – Muito obrigada, Deputado Evair de Melo, pelas suas considerações.

Está encerrada a discussão.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

E agora, então, nós podemos ir para a votação.

Deputado Nilto Tatto.

O SR. NILTO TATTO (Bloco/PT - SP) – Presidente, eu poderia, como eu já tinha solicitado vista...

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco/PP - MS) – Não, o senhor está solicitando agora, tinha falado informalmente. (*Risos.*)

O SR. NILTO TATTO (Bloco/PT - SP) – É isso. Tá, então eu solicito vista porque eu acho que tem... Até justificar aqui, para a gente ter um tempo para conversar. Acho que já há um novo relatório que avançou na incorporação de uma emenda.

Mas eu queria, então, um tempo aqui para a gente dar uma conversada com relação ao art. 6º. O art. 6º, na verdade, foi incluído acho que agora de manhã, no relatório; então, um tempo para a gente conversar sobre isso.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP - RS) – Senadora, eu pediria vista coletiva.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco/PP - MS) – O.k., nós podemos fazer duas coisas. Vou aqui sugerir. Como foi pedido vista e depois vista coletiva pelo Senador Heinze, ou nós podemos dar um tempo de uma hora, se for suficiente, para essa discussão e irmos para a votação, ou então marcarmos... Eu acho que se pudermos discutir em uma hora, nós podemos voltar à discussão. O que vocês acham?

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – - Eu acho que a proposta é boa de uma hora, é legítima...

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco/PP - MS) – Porque o nosso problema é o tempo... Porque nós temos que ir hoje ainda para a Câmara, com a votação em Plenário, que já está na pauta, e voltar para o Senado.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) – Vamos ao voto, Ministra.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco/PP - MS) – Uma hora é suficiente? É sim?



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NILTO TATTO (Bloco/PT - SP) – Sim.**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco/PP - MS) – Então, vista concedida.

Nos termos do art. 132 do §1º do Regimento Interno do Senado Federal, fica concedida vista coletiva à matéria.

Suspensão.

Declaro suspensão a presente reunião, marcando sua reabertura para 2 de dezembro, que é hoje, voltando às 11h30. O.k.? *(Pausa.)*

Então, 11h30, espero encerrarmos para irmos para votação.

Está suspensão a reunião.

(Suspensa às 10 horas e 37 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 44 minutos.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco/PP - MS) – Havendo número regimental, declaro reaberta a 2ª Reunião da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1.308, de 2025, destinada à deliberação do relatório.

Informo que, na data de hoje, o Deputado Zé Vitor fez a leitura do seu relatório. Os Parlamentares inscritos discutiram, e foi declarada encerrada a discussão. Em seguida, foi concedida vista coletiva da matéria. Nos termos do art. 242 do Regimento Interno do Senado Federal, estando ausentes os autores, ficam prejudicados os Requerimentos nºs 2, 7 a 11.

Concedo agora a palavra ao Deputado Zé Vitor para as suas considerações.

Deputado Zé Vitor.

O SR. ZÉ VITOR (PL - MG. Como Relator.) – Obrigado, Presidente Tereza.

Só, diante do que nós acordamos aqui, aqui é uma complementação de voto que eu gostaria de ler brevemente.

No dia 2 de dezembro de 2025, na 2ª Reunião desta Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 1.308, apresentamos o relatório da matéria acompanhado do projeto de lei de conversão. Na ocasião, foi concedida vista coletiva da matéria. Após a apresentação do





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

citado relatório, identificamos a necessidade de fazer alguns ajustes no texto do PLV apresentado, especialmente a inclusão de parágrafo único no art. 22, segundo o qual a licença por adesão e compromisso para a extração de recursos naturais deve prever o limite de exploração pelo titular da licença, respeitada capacidade de suporte ao meio ambiente.

Pelos fundamentos acima, somos:

I) pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.308, de 8 de agosto de 2025;

II) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.308, de 8 de agosto de 2025, e das emendas apresentadas, com exceção das Emendas 1; 2; 3; 4; 8; 9; 10; 11; 12; 13; 15; 27; 32; 33; 34; 435; 436; 460; 600; 601; 798; e 799, consideradas inconstitucionais por tratarem de matéria estranha;

III) pela adequação e compatibilidade financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.308, de 8 de agosto de 2025, e das emendas apresentadas;

IV) no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 1.308 e pela aprovação, integral ou parcial, das Emendas nºs 19, 26, 39, 46, 47, 526, 528, 529, 635 e 752, na forma do projeto de lei de conversão apresentado em anexo, e pela rejeição das demais emendas apresentadas.

É esse o relatório, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco/PP - MS) – Eu pergunto ao Deputado Nilto Tatto se os requerimentos que foram apresentados de audiência pública, o nº 1, que era de audiência pública, e de 3 a 5, os destaques que foram em parte acatados pelo Relator, o Deputado Zé Vitor...

O SR. NILTO TATTO (Bloco/PT - SP. Para discutir.) – Presidente, eu espero que, com requerimento da audiência pública, a gente tenha a oportunidade de fazer e retomar o debate, com muita seriedade, do projeto de lei que está em andamento. Aqui, especificamente, a gente sabe do prazo e que não dá mais tempo.

Em função até da incorporação, por parte do Relator, de emendas que a gente havia apresentado, eu retiro, então, os requerimentos, e a gente pode tocar adiante para votar.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco/PP - MS) – Diante, então, da retirada dos destaques, a matéria está em votação.

Os Parlamentares que concordam com o relatório permaneçam como se encontram.

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ. *Fora do microfone.*) – Voto contrário.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. Bloco/PP - MS) – Registrando aqui o voto contrário do Deputado Tarcísio Motta.

Aprovado o relatório... Se aprovado o relatório, então ele passa agora... (*Pausa.*)

Ele já está aprovado, só com o voto contrário do Deputado Tarcísio Motta.

Então o relatório aprovado passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à Medida Provisória nº 1.308, de 2025, nos termos do PLV que apresenta.

Então, antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os senhores Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(Iniciada às 9 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 49 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1309, DE 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quinze horas e vinte e nove minutos do dia vinte e três de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Parlamentares Cezinha de Madureira e Rui Falcão, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 1309, de 2025, com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Fernando Farias, Efraim Filho, Carlos Viana, Marcelo Castro, Professora Dorinha Seabra, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Jorge Seif, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Randolfe Rodrigues, Esperidião Amin, Hamilton Mourão, Laércio Oliveira, Marangoni, Robinson Faria, Romero Rodrigues, Luiz Fernando Faria, Carlos Zarattini e Delegada Ione, e ainda dos Parlamentares Beto Faro, Nilto Tatto, Dilceu Sperafico, Talíria Petrone, Ronaldo Nogueira, Zenaide Maia, Daniela Reinehr, Styvenson Valentim, Marcelo Crivella, Izalci Lucas, Bandeira de Mello, Antonio Carlos Rodrigues, Paulo Paim, Pedro Lupion, Sérgio Petecão, Helder Salomão, Greyce Elias, Bacelar e Evair Vieira de Melo, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Cid Gomes, Carlos Portinho, Luiz Philippe de Orleans e Bragança, Isnaldo Bulhões Jr., Gilberto Abramo, Adolfo Viana e Marcel van Hattem. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Instalação e Eleição. Finalidade:** Instalação da Comissão e Eleição de Presidente e Vice-Presidente. **Resultado:** Instalada a comissão, é eleito Presidente o Deputado Cezinha de Madureira e designado Relator o Senador Fernando Farias. **2ª Parte - Deliberativa. Finalidade:** Deliberação do Plano de Trabalho. **Resultado:** Incluído extrapauta, é aprovado o Plano de Trabalho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta e nove minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Cezinha de Madureira

Presidente Eventual da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1309, de 2025





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2025/09/23>

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. Bloco/PT - SP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista da Medida Provisória 1.309, de 2025.

De acordo com a Resolução 1, de 2002, do Congresso Nacional, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados, e a relatoria sob a responsabilidade do Senado Federal.

Havendo acordo, comunico que as Lideranças concordam que, para a eleição da Mesa, foi indicado para Presidente o Deputado Cezinha de Madureira.

Convido o Presidente Cezinha de Madureira a assumir os trabalhos. *(Palmas.)*

Consulto o Plenário se podemos ter eleição por aclamação. *(Pausa.)*

Entendo que a aclamação já se realizou.

Então, declaro eleito o Presidente Deputado Cezinha de Madureira, e passo a Presidência da Comissão a ele próprio. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Senhoras e senhores, muito boa tarde a todas e a todos.

Primeiro eu quero agradecer a todos os colegas Deputados, Deputadas, Senadoras e Senadores, por esta oportunidade de presidirmos este trabalho aqui no Congresso Nacional. Eu tenho certeza de que nós faremos o melhor para os nossos brasileiros.

Eu gostaria de convidar aqui o Senador Fernando Farias, de Alagoas, bom alagoano, o qual nós designamos como Relator desta Comissão. *(Palmas.) (Pausa.)*

Bom, antes de falar sobre o plano de trabalho, eu gostaria de passar a palavra ao nosso Relator, Senador Fernando Farias.



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL) – Obrigado, Presidente.

Quero dizer a vocês que isso aqui não vai ser tão rápido como foi a da Teresa. O Presidente nos deu a missão, e nós estamos aqui para ler para vocês o plano de trabalho que já está elaborado, o.k., Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Muito obrigado, Senador Fernando Farias.

Eu gostaria de sugerir a inclusão extrapauta do Requerimento nº 1, de minha autoria, que propõe o plano de trabalho para a Comissão. *(Pausa.)*

O plano de trabalho já está disponível para todos os Parlamentares aí nos seus painéis, mas eu gostaria de falar um pouco aqui.

A Medida Provisória nº 1.309, de 13 de agosto de 2025, é peça central do Plano Brasil Soberano, concebido pelo Governo Federal em resposta ao cenário desafiador do comércio exterior em 2025, marcado pelo aumento unilateral de tarifas impostas pelos Estados Unidos.

O Plano Brasil Soberano combina medidas emergenciais de amparo econômico-financeiro aos exportadores brasileiros, já em vigor na Medida Provisória 1.309, de 2025, com proposições estruturantes contidas pelo Projeto de Lei Complementar 168, de 2025, que buscam assegurar apoio às cadeias produtivas com previsibilidade fiscal.

Sobre os objetivos da MP: assegurar liquidez e acesso a financiamento para empresas exportadoras em condições vantajosas, que devem variar de 6,05% ao ano, para bens de capital e investimento em operações diretas com o BNDES, até 10.3% ao ano, no caso de operações indiretas de capital de giro; manter a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional; oferecer suporte a micro, pequenas e médias empresas, que são as mais vulneráveis, Senador Fernando; proteger os postos de trabalho relacionados ao comércio exterior; mitigar os impactos econômicos e sociais adversos decorrentes das novas tarifas, Senador Petecão.

Com esses objetivos em vista, a Medida Provisória nº 1.309, de 2025, propôs importantes mecanismos de amparo às cadeias produtivas afetadas, tais como:





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Novas linhas de crédito oriundas de recursos do Fundo de Garantia à Exportação (FGE). Autoriza a utilização de até R\$ 30 bilhões do superávit financeiro do FGE em linhas de financiamento para capital de giro, aquisição de bens de capital, fomento à inovação e adensamento da cadeia produtiva, com foco em empresas exportadoras impactadas e seus fornecedores, condicionadas à manutenção ou ampliação de empregos. Taxas de 6,05% a 10,3%, com prazos de pagamento entre 5 e 10 anos e carência de 12 a 24 meses.

- Renegociação de financiamentos no Pronampe com amparo do Fundo de Garantidor de Operações (FGO). A medida permite a prorrogação da carência original ou a suspensão no pagamento de parcelas em até 12 meses, com prazo máximo de amortização estendido para 84 meses, mantida a garantia do FGO exclusivamente para micro e pequena empresa ou micro e pequenos produtores e exportadores afetados pelo tarifaço.

- Ativação flexível do Fundo Garantidor de Crédito para Exportações (FGCE). Permite a utilização do FGCE na garantia de operações pré e pós-embarque e com qualquer prazo de financiamento, inclusive para micro, pequenas e médias empresas, atuando para complementar o FGE como fonte de garantias. Autoriza também o compartilhamento e a transferência de risco com agências de crédito à exportação estrangeiras, com o objetivo de assegurar a cobertura contra riscos comerciais, políticos e extraordinários no âmbito de uma mesma operação de crédito à exportação.

- Redução do prêmio de seguro de crédito à exportação. O sistema oficial de garantias à exportação passa a considerar a competitividade da produção nacional nos mercados internacionais na metodologia de precificação dos prêmios de seguro, Senador Petecão.

A MP prorroga por mais um ano os prazos de suspensão de tributos em regime de *drawback*, aplicável a exportações para os Estados Unidos comprovadamente afetadas pelas tarifas, para os atos concessórios vigentes e permite que a administração pública adquira gêneros alimentícios que deixaram de ser exportados para os Estados Unidos devido às tarifas. A medida inclui simplificação de procedimentos, como dispensa de licitação e termos de referência simplificados.

Na avaliação da medida provisória, nossa prioridade será verificar se – e de que forma – esses mecanismos serão realmente efetivos para mitigar o impacto econômico-financeiro do





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

tarifaço, principalmente sobre produtores e fornecedores de menor porte, que não têm a experiência nem a capacidade institucional para acionar diretamente o sistema oficial de crédito e os agentes incumbidos de operacionalizar os mecanismos propostos pela MP.

Com essa diretriz em mente, impõe-se a realização de uma instrução técnica qualificada, capaz de oferecer subsídios consistentes à deliberação parlamentar. Nesse sentido, o plano de trabalho que apresento busca viabilizar um debate plural e aprofundado, respeitando, contudo, os prazos exíguos que regem a tramitação da medida provisória. Ou seja, nós queremos trabalhar para que, num prazo muito folgado, nós possamos ter a discussão do Senado, da Câmara, e que ninguém, naquilo que permite a medida provisória, possa ficar de fora.

A Medida Provisória 1.309, de 2025, foi publicada no *Diário Oficial da União* no dia 13 de agosto. O prazo para apresentação de emendas encerrou-se em 19 de agosto, tendo sido formalizadas 365 emendas, cabendo apenas agora emendas desta Comissão pelos Deputados e Senadores.

Nos termos do art. 62, §7º, da Constituição Federal, o prazo inicial de vigência de 60 dias expirará no dia 12 de dezembro... Engraçado, no dia do meu aniversário, viu? O senhor vai me dar um presente, Sr. Relator. *(Risos.)*

É, desculpa, 12 de setembro a 11 de dezembro – um dia antes do meu aniversário – de 2025.

Importa registrar que, a partir de 27 de setembro de 2025, a medida provisória passou a tramitar em regime de urgência, com obstrução da pauta.

Nós vamos propor algumas audiências públicas, o que já está no plano de trabalho, e, a seguir, a discussão com os Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, para que possam expor aqui os seus desejos de outras audiências públicas, de inclusão ou não de algumas ou de outras associações aqui, Senador Esperidião Amin. Nós contaremos muito com a sua experiência para que possamos ter um êxito muito bom para o nosso país, os nossos empresários e, em especial, para aquelas pessoas que precisam manter o seu emprego.

Ditas essas palavras, eu já passo a palavra aqui ao Senador Esperidião Amin.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP - SC. Pela ordem.) – Só quero registrar a minha satisfação por poder participar deste momento, cumprimentando V. Exa., meu contemporâneo da outra Casa, e saudando o nosso querido amigo, Senador Fernando Farias, que esteve conosco nos Estados Unidos.

Eu não preciso repetir aqui o que nós ouvimos e o que nós falamos, mas, certamente, se nós pudermos, ainda que temporariamente, até porque acho que esse tarifaço vai ser temporário, se Deus quiser e se o juízo ajudar os dois Presidentes – juízo, juízo é uma coisa que às vezes a gente perde e custa achar, mas, de repente, um encontro fortuito, né? Eu, por exemplo, sempre achei que nunca ia conseguir esse encontro com o Senador Randolfe Rodrigues, até que descobri a sua versão alemã e achei que ele tinha parentes em Blumenau. Então, da mesma forma, hoje parece que aconteceu alguma coisa nesse sentido, e os dois vão poder lançar mão da ética da responsabilidade, e nós vamos ajudar aqui.

Quero me colocar à disposição. Posso não ter muita experiência financeira, mas sei o que é sustentar emprego. Nós, em 1983, firmamos voluntariamente um pacto de não demissão durante a enchente e pós-enchente, por um período razoável, para demonstrar que nós queríamos superar a fase. Então, acho que, quando há lealdade de ambas as partes, as coisas funcionam e espero que, nesse ponto, com Governo e Congresso, com empresários e poder público, possamos constituir dois bons pares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin. Tenho certeza de que a sua experiência vai além de qualquer economista.

Deputado Marangoni.

O SR. MARANGONI (Bloco/UNIÃO - SP. Pela ordem.) – Nosso querido Presidente, meu querido amigo, meu conterrâneo, meu professor, Deputado Cezinha de Madureira, quero parabenizar o nosso Senador Fernando Farias e dizer que fico muito feliz de compor a Comissão, em especial sob a Presidência de V. Exa. e sob a relatoria do Senador Fernando Farias. Eu tenho certeza de que esse tema hoje não só tão importante, mas crucial para a economia brasileira está em muito boas mãos, conduzido por V. Exa., por nosso Relator e pela qualidade desta Comissão.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, tenho certeza de que os debates aqui serão muito ricos e nós vamos tirar daqui o melhor relatório, para que o Brasil mostre e afirme a sua soberania, como tem feito.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Muito obrigado, Deputado Marangoni. Tenha certeza de que, deste Deputado aqui, que V. Exa. conhece bastante, já de outros carnavais, em outras Comissões presidindo, nós temos um compromisso especial com o povo brasileiro, fazer o melhor para o nosso povo.

Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PT - AP. Pela ordem.) – Querido Presidente Cezinha de Madureira, querido Relator Fernando Farias, da mesma forma, pela Liderança do Governo, quero saudar a melhor escolha que poderia ter tido para a condução dessa medida provisória tão importante para o Brasil, para a afirmação da nossa soberania.

E quis o destino que a instalação dessa medida provisória... Olha, o Presidente Cezinha sabe que não foi combinado, foi coincidência. Combinei com o Presidente Cezinha a instalação da medida provisória ainda na quinta-feira. Então, quis literalmente o destino que essa instalação ocorresse não só no dia em que o Presidente Lula se pronuncia na Assembleia Geral da ONU, mas quando, inusitadamente – para haver uma prova mais material de que Deus de fato é brasileiro – , o destino aproxima os dois Presidentes, do Brasil e dos Estados Unidos, e já aponta a possibilidade de um diálogo logo no horizonte. Então, eu acho que tem bons fluidos em torno da instalação dessa medida provisória.

E a composição dela não poderia ser melhor: ter a experiência de Esperidião Amin aqui; ter Marangoni, que já relatou outras medidas provisórias aqui; e ter você, meu querido Cezinha, na condução aqui junto com o Fernando Farias. Tenho certeza de que nós vamos fazer o melhor para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Olha, Senador Randolfe, eu vou lhe dizer uma coisa: se Deus é brasileiro eu não sei; eu só sei que o Brasil é do Senhor Jesus. (Risos.)

Senador Petecão, o senhor não havia pedido a palavra?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD - AC. *Fora do microfone.*) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Ah, então está bom.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco/PSD - AC. *Fora do microfone.*) – Eu só o estava cumprimentando.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Muito obrigado.

Mais algum Parlamentar? (*Pausa.*)

Nosso Relator Fernando Farias, por favor.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL. Como Relator.) – Quero dar só uma palavrinha e dizer que, além do encontro que ocorreu hoje, que pode mudar tudo, quero parabenizar o Governo por essa medida. Pela tramitação dessa MP, ele está salvando muita coisa no Brasil, inclusive os pequenos. Quero dizer que a gente teve contatos com o pessoal das frutas, com o pessoal da pesca, da abelha – ou seja, da apicultura – e, encaminhando também com o nosso Senador Amim – ele já sabe que as portas estão abertas lá em Santa Catarina para voltar a exportar –, eu acho que essa medida abrange todo esse pessoal.

Para você ter uma ideia, na pesca, 1 milhão de pescadores, segundo a pesca me informou, formam essa cadeia, que está muito sofrida aí com essa situação. Então, tem que ser preservada essa cadeia de pesca, como a de fruta. Como não é uma coisa muito grande, a medida provisória eu acho que vai acatar isso aí.

Então, estamos voltados... O grande e o médio sabem entrar no BNDES e ver as condições, né? Estamos com um juro aí, como já exposto pelo BNDES, de 6% a 10%, que não é o juro desejado, mas é muito melhor do que o que está, não é? Então, é isso. E vamos trabalhar arrumando a coisa para chegar ao pequeno e ao fornecedor dessa cadeia.

É isso aí, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Muito obrigado, nobre Relator.

Em votação o plano de trabalho.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Antes de encerrar os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito em breve, anunciaremos a próxima reunião já com a audiência pública.

(Iniciada às 15 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 49 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1309, DE 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e cinquenta e um minutos do dia trinta de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Deputado Cezinha de Madureira, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 1309, de 2025 com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Fernando Farias, Carlos Viana, Marcelo Castro, Professora Dorinha Seabra, Nelsinho Trad, Angelo Coronel, Jorge Kajuru, Jorge Seif, Jaime Bagattoli, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Randolfe Rodrigues, Esperidião Amin, Laércio Oliveira, Mecias de Jesus, Marangoni e Hildo Rocha, e ainda dos Parlamentares Weverton, Beto Pereira, Rogério Carvalho, Styvenson Valentim, Luis Carlos Heinze, Damares Alves, Izalci Lucas, Pedro Uczai e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Efraim Filho, Otto Alencar, Cid Gomes, Carlos Portinho, Hamilton Mourão, Luiz Philippe de Orleans e Bragança, Robinson Faria, Isnaldo Bulhões Jr., Augusto Coutinho, Romero Rodrigues, Adolfo Viana, Marcel van Hattem, Rui Falcão e Carlos Zarattini. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao Plano de Trabalho. **Finalidade:** Debater a Medida Provisória nº 1309, de 2025. **Participantes:** Pedro Henrique Giocondo Guerra, Chefe de Gabinete do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Guilherme Mello, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda; Roberto Pojo, Secretário de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; Guilherme Campos, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária; e Nelson Barbosa, Diretor de Planejamento e Relações Institucionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e quatro minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Cezinha de Madureira

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1309, de 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/30>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP. Fala da Presidência.) – Senhoras e senhores, havendo número regimental, sob a proteção de Deus, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista da Medida Provisória 1.309, de 2025.

Objetivo desta Comissão. Destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater a Medida Provisória nº 1.309, de 2025, em atenção ao plano de trabalho aprovado na reunião anterior.

Com o objetivo de otimizar os trabalhos da Comissão, a Presidência fará duas mesas de debates para o dia de hoje.

Quero cumprimentar o nosso Relator, Senador Fernando, de Alagoas, grande alagoano.

Começamos hoje, Líder Guilherme Campos, um ciclo de debates, aqui, para ouvir os representantes da nossa sociedade nos setores. Temos um plano de trabalho aprovado e, durante os debates, vamos definir aqui, junto ao nosso Relator e aos Presidentes das Casas, se faremos mais ou menos reuniões com alguns setores para encontrar um meio caminho técnico e político para atender todo o nosso povo através dos setores que englobam essa medida provisória.

Quero convidar aqui para tomar lugar, na primeira mesa, os seguintes convidados: Pedro Henrique Giocondo Guerra, Chefe de Gabinete do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Presidente Alckmin – seja bem-vindo, Pedro –; também Guilherme Mello, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda – seja bem-vindo –; e Roberto Pojo, Secretário de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados, por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo 0800 aqui da Casa: 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal assim que a apresentação ou as apresentações forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer o uso da palavra por até dez minutos. Se houver necessidade aqui, a gente intervém dependendo de como estiver indo o tema e, como





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizia a minha avó: "Quem tem cabelos brancos manda na mesa". Então, a gente consulta aqui o nosso Relator se é para continuar ou se é para parar.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL. Como Relator.) – Boa tarde a todos. É um prazer aqui estar com vocês. Vamos ver como é que a gente dá prosseguimento nessa MP. O Nelson vai vir para cá?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL) – Ah, é na segunda rodada, né? Tá bom, vamos começando, né?

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Vamos lá.

Vamos começar dando a palavra aqui ao Pedro Henrique Giocondo Guerra, Chefe de Gabinete do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Com a palavra por até dez minutos, se fizer-se necessário.

O SR. PEDRO HENRIQUE GIOCONDO GUERRA (Para expor.) – Boa tarde a todas e a todos.

Eu cumprimento o nosso estimado Relator, o Senador Fernando Farias, o nosso Presidente Cezinha de Madureira, os meus colegas de Governo aqui presentes, o Pojo, o Guilherme Mello, o nosso Ministro Nelson Barbosa, que está aqui na audiência também, estimados empresários e todos aqueles que assistem. É uma satisfação poder, em nome do Vice-Presidente, trazer uma palavra sobre esse tema que se tornou manchete e se tornou constante, mais do que tudo, na nossa dinâmica de comércio exterior, dada a relevância do parceiro envolvido, que são os Estados Unidos da América. Por esse motivo, eu agradeço desde já a iniciativa. Um desafio dessa monta, Senador, exige, de fato, o envolvimento do Legislativo, o envolvimento da nossa comunidade empresarial e, certamente, dos seus representantes de classe.

Nós realizamos, desde o começo deste ano, uma série de reuniões comandadas pelo Vice-Presidente e Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, com o setor produtivo. Foram mais de 300 encontros com empresários dos mais diversos ramos da nossa economia, dos serviços, da indústria, do agro, da agroindústria, de todas as regiões do país, direta ou indiretamente, quero dizer, eles por si só ou representados por meio de federações. Também acompanhamos, com bastante interesse e otimismo, as missões que foram realizadas





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

em Washington, desde que foi anunciado o chamado tarifaço. A primeira delas, por parte dos nossos Senadores. E aí, desde já, cumprimento o Senador Nelsinho Trad pela iniciativa, em conjunto com outras Lideranças, o Senador Jaques Wagner, a Senadora Tereza Cristina e tantos outros – Esperidião Amin –, que estiveram juntos, nesse primeiro momento, para prospectar as perspectivas de um acordo com os Estados Unidos.

Na sequência, uma missão também da CNI, extremamente alvissareira, em que puderam travar contatos com fornecedores, com representantes do Governo americano, com Parlamentares dos Estados Unidos, sempre no esforço de sensibilizá-los sobre a importância de termos uma fluidez na nossa relação econômica com os Estados Unidos, que completa, no plano diplomático, 200 anos; uma relação contínua, densa, complementar.

O perfil do nosso comércio é muito peculiar. Ele é um comércio intrafirma, majoritariamente, uma vez que, de um lado a outro, os produtos que são remetidos são utilizados em processos produtivos, o que mostra a sinergia dos nossos atores econômicos. Os Estados Unidos – às vezes não se tem muita clareza sobre isso, mas é bom sempre frisar – é um parceiro superavitário em relação ao Brasil. Então, o Brasil figura ao lado de outros países, como Reino Unido e Canadá, com os quais os Estados Unidos mantêm superávits constantes. Quando você computa serviços, esse superávit monta às dezenas de bilhões de reais no acumulado dos últimos 15 anos. Mais de 9 mil empresas brasileiras exportam para os Estados Unidos, e, dessas, uma boa parte é de pequenas, médias e microempresas que têm no mercado americano uma elevada dependência. O Brasil está presente em 23 estados dos Estados Unidos – às vezes não se tem muita clareza da dimensão da integração –, e os Estados Unidos, da mesma forma, estão presentes de maneira generalizada no nosso território.

Então, dentro desse espírito de cooperação, de sinergia, de apaziguamento, por assim dizer, nós realizamos essa série de encontros e buscamos estabelecer um conjunto de iniciativas, sob a orientação do Presidente Lula, para abrir novos mercados, minimizar os efeitos das tarifas anunciadas e transformar aquilo que é um desafio em uma oportunidade.

A gente estabeleceu, basicamente – e os meus colegas poderão, certamente, detalhar as especificidades, inclusive aquilo que foi matéria de medidas infralegais –, cinco grandes frentes de atuação.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira delas é a questão do crédito, que o BNDES, com a sua equipe extremamente diligente, mapeou como sendo uma necessidade fundamental do nosso setor produtivo, tanto para o giro, como para investimento, adaptação das suas capacidades instaladas, diversificação de mercados. Essa MP, a MP 1.309, vocês vão observar, é muito focada, muito transparente; ela é muito precisa nos encaminhamentos que busca oferecer para esse desafio enfrentado com os Estados Unidos; e ela aloca R\$30 bilhões, oriundos do nosso superávit do FGE, para o estabelecimento de linhas direcionadas a esse público. Além disso, o próprio BNDES – isso não é escopo da medida, mas é bom que se diga; é um esforço grande que o banco tem feito – também estabeleceu uma linha complementar de R\$10 bilhões para empresas afetadas.

Na segunda frente, foi estabelecido um conjunto de medidas para expandir a nossa política de compras governamentais. É algo que o Estado brasileiro já faz há tempos, mas que, dada a premência, sobretudo nesses setores que têm produtos perecíveis, nós identificamos como essencial para evitar traumas maiores. Essa medida específica foi objeto de uma portaria conjunta já do MDA e do Mapa, e ali se estabeleceu um conjunto de NCMs (Nomenclaturas Comuns do Mercosul) que serão... já estão sendo, para falar a verdade, objeto de aquisições pelos governos estaduais e municipais.

Em seguida, nós procuramos manter os canais abertos com os Estados Unidos, por meio do diálogo, por meio de diversos encontros, neste momento ainda virtuais, com as lideranças do Governo americano que foram engajadas nesse processo: o chamado USTR, Departamento de Comércio, Tesouro. Então, esses grandes atores envolvidos no processo.

Além disso, e isso também é objeto dessa MP, há a previsão do regime de *drawback*. O regime de *drawback*, para quem não sabe, é aquele utilizado para promover exportações, beneficiando aqueles que importam insumos, com o benefício tributário, contanto que o utilizador do regime comprove as exportações. Ora, num momento em que as exportações estão incertas, nada mais adequado do que termos alguma cautela em cobrarmos as contrapartidas por parte dos utilizadores desse regime. Então nós adiamos, pelo prazo de um ano, vejam, novamente bastante foco na medida, para aqueles que direcionam seus produtos para os Estados Unidos.

Finalmente, e aí, eu cumprimento o Presidente Jorge Viana e a iniciativa da Apex. A Apex e outros atores da iniciativa privada têm feito esse esforço também. Nós estamos buscando diversificar mercados. Então mapeamos ali um conjunto de mercados alternativos, para os quais





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

possivelmente poderiam ser direcionados os produtos para que o Brasil vem recebendo elevações tarifárias.

A MP, como eu disse, tem esse caráter focado. Ela é uma medida pontual, mas ela é absolutamente necessária. Nós temos recebido, no ministério, setores de todo o país, dos mais variados elos, das cadeias. Então cito aqui, apenas a título de ilustração, empresários do ramo da madeira, que vêm sofrendo muito lá no estado do nosso Senador Esperidião Amin; os nossos exportadores de móveis, lá no estado da minha mãe, o Paraná; o pessoal do açaí, lá no Pará; o pessoal dos pescados, no Ceará.

E nós vamos descobrindo peculiaridades, áreas como o colágeno, o nosso café, que também foi alvejado, embora tenha um pouco mais de flexibilidade para lidar com...

(Soa a campainha.)

O SR. PEDRO HENRIQUE GIOCONDO GUERRA – ...a tarifa. Então o esforço tem sido todo...

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Pode ficar à vontade, Secretário.

O SR. PEDRO HENRIQUE GIOCONDO GUERRA – Eu prometo que já vou me encaminhando para o fim.

O esforço tem sido todo no sentido de mitigar os efeitos do tarifaço, e ele é complementado, de maneira extremamente pontual, e ele é complementado pelo PLP apresentado pelo nosso Senador Jaques Wagner.

Eu tive a curiosidade de ver as emendas apresentadas a essa MP, e a boa notícia é que boa parte das emendas que foram apresentadas estão endereçadas no PLP 168. Então cito aqui o mais emblemático, que é o Reintegra. O Reintegra é o regime utilizado por algumas de nossas micro e pequenas empresas no seu processo exportador também. Nós ampliamos o Reintegra para essas empresas e paralelamente seguimos com o objetivo de, de um lado, reduzir as tarifas nesse esforço de negociação, tarifas que foram elevadas, e de outro, ampliar os nossos parceiros e diversificar os mercados para onde temos endereçado a nossa produção.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço em nome do Vice-Presidente, Presidente, a gentileza do convite, Senador, e ficamos à disposição para outros esclarecimentos lá no Mdic, viu? Desde já, muito obrigado pelo espaço.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Ainda bem que o senhor não é de Pindamonhangaba, como o Presidente Alckmin, porque aí lá vêm histórias, não é? *(Risos.)*

Olha, eu tenho algumas perguntas para fazer ao senhor, mas quero deixar aqui para a sequência. A gente faz aqui algumas anotações e a gente vai discutir um pouco junto com as cooperativas, as associações, e por aí vai.

Vamos ouvir agora a explanação do Guilherme Mello, Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, aqui representando o Ministro Fernando Haddad.

O SR. GUILHERME MELLO (Para expor.) – Obrigado, Deputado Cezinha de Madureira. Quero agradecer o convite para estar aqui nesta Comissão, tanto ao Deputado quanto ao Senador Fernando Farias, nas pessoas de quem cumprimento todos os Parlamentares que participam aqui desta Comissão.

Queria também cumprimentar os meus colegas, o Pedro, o Pojo, o Nelson, o Guilherme, que vão estar na segunda rodada, e toda a equipe da assessoria parlamentar aqui, que tem acompanhado os trabalhos.

Eu acho que é muito importante entender o âmbito em que a gente está discutindo essa MP. O que nós estamos presenciando hoje no mundo é uma mudança muito importante do ponto de vista das relações econômicas internacionais. Eu acho que o único paralelo que a gente tem na história – do ponto de vista das relações comerciais – com o que a gente está vivendo hoje, é ali nas décadas de 20 e 30, o entreguerras, com um movimento muito protecionista, isolacionista de alguns países, o fim de uma hegemonia, surgimento de uma nova hegemonia, de novos blocos econômicos. E foram momentos historicamente muito turbulentos, como nós bem sabemos.

Nós estamos vivendo hoje novamente uma turbulência muito grande no que nós pensamos ser algo consolidado: as regras globais internacionais de relação econômica entre as nações – não só econômica, mas vamos nos focar aqui no tema econômico. Então, por exemplo, o regime econômico global pós décadas de 70 e 80, que teve as suas características construídas a partir dos Estados Unidos – da nação hegemônica, os Estados Unidos –, estão sendo subvertidos agora





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelos Estados Unidos: a ideia de livre comércio, de livre circulação de pessoas, o liberalismo mais na sua forma tradicional. E é nesse âmbito que o Brasil se viu envolto em uma nova postura do Governo americano de fechar suas fronteiras para os seus maiores parceiros comerciais.

Não é só o Brasil, certo? Diversos países com ampla, até com uma relação comercial mais acentuada do que o Brasil, sofreram, e seguem sofrendo com as tarifas impostas pelo Governo americano, e as próprias empresas americanas vêm sofrendo os efeitos dessa tarifação na sua estrutura de custos. Não à toa...

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Aproveitando – com uma pausa na sua fala aqui –: como a gente tem juízo na cabeça... Quem paga a conta está aqui.

Eu quero convidar... Vou pedir à secretária para colocar uma cadeira aqui ao meu lado. Vou convidar aqui o Diretor Nelson Barbosa do BNDES para vir sentar-se aqui com a gente, porque depois é ele que vai pagar a conta. *(Risos.)*

Então, não adianta nada a sua fala bonita aqui, a minha, a do Senador, e, depois, não ter quem ajuste a conta aqui do BNDES.

Desculpe, Secretário, pode continuar.

O SR. GUILHERME MELLO – Não. Sem problemas. Seja bem-vindo, Diretor.

Então, eu acho que dentro desse cenário, o Brasil, de alguma forma, tem uma característica diferente por dois motivos.

O primeiro deles é que a dependência da economia brasileira em relação aos Estados Unidos, hoje, é muito menor do que foi no passado. Isso, digamos assim, cria uma situação diferente para o Brasil do que, por exemplo, se você for comparar com o México, ou mesmo com o Canadá, que aqui o Pedro citou, que é um parceiro histórico dos Estados Unidos, ou muitos países europeus, que têm uma dependência na sua relação comercial com os Estados Unidos muito grande.

No Brasil, hoje, em torno de 12% das exportações são destinadas aos Estados Unidos. Nós temos uma maior diversidade de parceiros comerciais e isso se deve, em grande medida, a um esforço muito grande desde os Governos do Presidente Lula, passando agora, mais recentemente... Vejo aqui o esforço do Ministro Fávaro de abrir novos mercados para a nossa





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

agricultura. Então, essa diversificação nos protegeu um pouco do ponto de vista macroeconômico. O que eu quero dizer? O impacto macro geral sobre a economia brasileira da tarifação é menor hoje do que seria se essa tarifação fosse feita 20 anos atrás.

Isso não quer dizer que essa tarifação não nos preocupa. Por quê? Apesar de o impacto macroeconômico não ser tão significativo, o impacto setorial pode ser muito significativo. O que isso quer dizer? Que existem alguns setores da economia brasileira que têm uma maior dependência, uma maior relação com a economia americana. E esses setores, principalmente no caso de produtos industrializados que são feitos meio que sob medida para a indústria americana, têm mais dificuldade de se adaptarem e encontrarem novos mercados. Certo? Então, o Pedro citou aqui o setor de móveis, o setor de couro mesmo, que foi muito impactado. Então, desde o início, desde que foi anunciado lá, desde os 10%, quando foi anunciado o Brasil na menor alíquota, os 10%, nós já estávamos trabalhando com a construção de modelos para estimar o impacto econômico da tarifação.

Obviamente, quando essa tarifação sai de 10% para 50%, esse cenário ganha mais força. Certo? E nós finalizamos os nossos modelos quando os Estados Unidos anunciaram exatamente sobre quais produtos seria imposta a tarifa de 50%. E nós chegamos, com os nossos modelos que foram divulgados nos boletins da SPE, a um cenário em que o impacto no PIB não é propriamente significativo, é entre 0,1, 0,2, a depender do cenário, neste ano e no próximo. Existe um impacto esperado no emprego que, apesar de no geral não parecer significativo, como eu disse, setorialmente, em alguns setores específicos, tem impacto. E nós construímos essa MP e o PL que nós enviamos, através do Senador Jaques Wagner, exatamente para mitigar esses impactos. Mas é muito importante dizer: a MP tem um potencial grande com essa linha de 30 bilhões, a atuação do BNDES, as taxas de juros bastante subvencionadas dessas linhas que já estão... Eu vou deixar aqui para o Nelson já colocar um quadro de quanto já rodou, o quanto de consulta já teve, mostrando que a linha, sim, é efetiva, sim, está sendo buscada, está sendo demandada e vai ajudar muito os setores mais afetados.

Mas nós construímos também outras medidas que vêm em conjunto para fortalecer o nosso setor exportador. Por quê? Além de as linhas de crédito servirem tanto para custeio quanto para diversificação comercial, ou seja, para que as empresas busquem outros mercados para além do americano, diversifiquem os seus clientes, as linhas de crédito também servem para investimento e para inovação.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, elas são linhas de crédito abrangentes o suficiente para darem conta dessa nova realidade que eu coloquei aqui no início, uma nova realidade das relações econômicas globais, que vai exigir que as nossas empresas se preparem para um ambiente competitivo mais difícil. E, para isso, elas precisam investir, elas precisam inovar, elas precisam se adaptar.

Então, essas medidas...

(Soa a campainha.)

O SR. GUILHERME MELLO – ... não pensam só no impacto imediato, mas também nessa questão estrutural.

E eu queria complementar com o que tem também previsto no PL que nós enviamos. Lá também tem uma previsão de uma reconstrução e uma renovação do sistema de financiamento à exportação brasileiro, porque o sistema de financiamento à exportação no Brasil acabou sendo desmontado ao longo do tempo. Nos últimos anos, basicamente não se financiava exportação, não tinha linhas de crédito. Só grandes empresas, em particular, a Embraer, conseguiam crédito para exportação, outras empresas não, enquanto todos os nossos parceiros, inclusive países em desenvolvimento, têm estruturas de financiamento à exportação e têm, inclusive, Exim Banks, bancos destinados a financiar a exportação.

Então, nós criamos lá – e eu já encerro com isso – no PL também uma renovação do ponto de vista do sistema de financiamento à exportação. Ampliamos o acesso ao FGE, certo? Isso já está aqui na MP, porque tiramos algumas travas que bloqueavam pequenas empresas de acessarem o FGE. Nós também estamos criando aqui... Criando não. Na verdade, isso já foi criado pelo Congresso há mais de uma década. Mas estamos efetivando o Fundo Garantidor de Comércio Exterior, que estamos transformando num fundo de primeiras perdas, que vai ter muito mais agilidade e vai proteger o Fundo Garantidor de Exportação, para que esse processo de financiamento à exportação seja muito mais célere, com garantias, com fundo de garantia.

Então, na verdade, o que eu queria trazer aqui à análise dos senhores é que essas medidas do Plano Brasil Soberano não só mitigam o impacto imediato da tarifaçãõ americana, reduzindo a menos da metade nos nossos modelos os impactos negativos da tarifaçãõ do Governo americano, como trazem inovações. Elas trazem uma renovação no sistema de financiamento à exportação, o financiamento à inovação, aos investimentos e, obviamente, a proteção aos





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

empregos, que é algo muito importante de ser pensado, porque não só nós temos que preservar as empresas, mas também os empregos dos trabalhadores que trabalham nessas empresas.

Então, eu reputo esse plano como um plano abrangente, que tem foco imediato na mitigação dos efeitos da tarifação, mas que é um passo importante no aperfeiçoamento e no fortalecimento do nosso sistema de financiamento e exportação, que vai perdurar e vai ser muito importante para essa nova fase do capitalismo mundial que nós estamos vivendo.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Muito obrigado, Secretário Guilherme.

Eu passo a palavra ao Roberto Pojo, Secretário de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Fique à vontade.

O SR. ROBERTO POJO (Para expor.) – Obrigado, Deputado.

Bom, boa tarde, Deputado Cezinha, Senador Fernando Farias. Obrigado pelo convite de estar aqui.

O ponto do MGI, dentro da MP, de atenção é a questão das compras públicas.

Primeiro coloco que, para o objetivo da MP, conforme já foi dito aqui, o direcionamento, o foco no atendimento à emergência derivada das tarifas em setores específicos, em produtos que são identificados de cadeias específicas, a partir de levantamentos do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Ministério da Agricultura, é uma estratégia fundamental para que o uso do poder de compra tenha um efeito muito centrado, muito forte no atendimento à elevação das tarifas. Então, dentro da MP, o objetivo primário era usar o poder de compra do Estado para mitigar os efeitos tarifários sobre essas cadeias específicas, e não uma medida mais ampla, sobretudo porque, conforme exposto pelo colega Pedro Guerra, a expectativa no avanço das negociações sempre foi muito presente em todo esse processo, então não caberia medidas maiores, mais amplas do que as necessárias naquele momento.

Um segundo aspecto importante de se salientar é o processo, agora, de análise da MP. Foram apresentadas diversas emendas dentro do processo legislativo, e uma emenda em particular é de atenção hoje do MGI, que é a Emenda 98, apresentada pelo Deputado Vitor Lippi,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que traz uma nova robustez a uma ferramenta que já existe dentro da Lei de Licitações e Contratações Públicas, que é a ferramenta de uso de margem de preferência, que é uma ferramenta que no Brasil a gente não usou, historicamente, de uma forma constante – usamos no passado, deixamos de utilizar, e agora, a partir do primeiro ano do Governo Lula, a gente restabeleceu o seu uso.

E o que eu quero pontuar com isso? O uso de margem de preferência é um instrumento utilizado no mundo inteiro com intensidade muito maior, inclusive, do que utilizamos no Brasil, no qual você dá preferência a produtos nacionais, em processos licitatórios, a produtos, sobretudo, de origem estrangeira.

O que a gente percebe em relação às compras públicas, e no momento, agora, a gente já vinha discutindo, construindo esse processo do uso do poder de compra, como eu coloquei aqui – isso obviamente acelerado pelos episódios derivados do aumento de tarifas –, mas foi renegado dentro do processo de contratação pública geral?

A gente tem algumas leis específicas que trabalham, sobretudo hoje em dia, a agricultura familiar, a lei de incentivo à inovação, mas, fora desse escopo, a gente pouco utiliza o poder de compra do Estado como indutor de desenvolvimento. Quando a gente fala de compras do Estado, estamos falando, dependendo da metodologia, de algo entre 12% a 16% do PIB brasileiro – é o que anualmente o Estado brasileiro compra nos seus três níveis e nos três Poderes. A construção de uma política de uso desse poder é o que a gente coloca, que as compras públicas deixam de ser um procedimento de aquisição de recursos para a construção de políticas públicas e passam a ser uma política pública *per se*.

Então, é dentro desse pano de fundo, dentro desse fundamento que a gente acredita que essa Emenda 98 traz mais robustez para esse instrumento que a gente cresce, nesses últimos anos de uso do poder de compra do Estado.

Dentro dessa concepção de ampliação desse poder de compra, também tem o desenvolvimento, dentro do Ministério da Gestão... Estamos construindo, há quase um ano e meio agora – devemos lançá-la no final deste ano –, a estratégia nacional de contratações públicas. É trazer um conjunto de diretrizes, com um plano de ação, de como cada ente da Federação pode e deve usar o seu poder de compra dentro do seu território; no caso da União, dentro do país como um todo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o que é que a gente percebeu, a partir dos dados que a gente tem, da observação do que foi feito nos últimos anos no Brasil em relação a esse poder de compra? Países como os próprios Estados Unidos utilizam uma margem de preferência que, em vários casos, atinge 100% do valor, ou seja, uma empresa americana tem um diferencial ali, uma vantagem competitiva de 100%. O estrangeiro tem que conseguir superar essa margem, para poder ser ele o vencedor de um processo licitatório para o Estado americano.

No Brasil, a gente está falando de uma margem de 10% hoje – um décimo disso –, o que nos dá uma capacidade muito menor de fazer com que a gente consiga induzir os nossos processos.

E, dentro da construção da estratégia nacional de contratações públicas, acho que vale a pena destacar dois elementos. Como eu falei, ela vai ser lançada em todos os seus detalhes, mas tem dois elementos aqui... É uma discussão pública, já escutamos mais de 1,5 mil pessoas no país inteiro, fizemos oficinas regionais, escutando gestores estaduais, municipais, conversamos muito com a Confederação Nacional da Indústria e suas federações... Então, é uma construção pública, colaborativa e conjunta, como deve ser uma matéria como essa, mas, o ponto central que a gente observa é que, por razões que todos nós conhecemos, o nosso processo de contratação pública sempre ficou muito pautado na perseguição, como costume brincar, inclusive, do menor preço a qualquer custo. Então, isso fez com que a gente direcionasse esse potencial todo de compras públicas apenas para a aquisição de insumos, para a construção das nossas políticas públicas, observando o menor preço, e nem sempre o menor preço é a melhor escolha. Isso também vale para as contratações públicas.

Isso ensinou a gente a investir muito em grandes processos de centralização, porque dava escala, você tinha uma série de ações, só que isso acabou acontecendo em detrimento de você valorar fornecimentos locais, cadeias produtivas locais e todo esse processo que a gente está trazendo para a ótica das compras públicas. E isso vale também, não só olhando o país em relação a fornecedores de produtos estrangeiros, mas como também uma própria dinâmica interna, onde cada estado e cada município também faça uso do seu poder de compra para a indução de desenvolvimento local.

Então, é nesse contexto que a gente acredita que toda essa discussão fortalece a ideia desse projeto de uso de um instrumento que, via de regra, tirando essas ações muito pontuais, foi





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

renegado nesses últimos anos, muito em conta, como falei, dessa perseguição do menor preço. E agora a gente vê que existe não só um ambiente e uma necessidade, mas uma construção de um consenso que, sim, a gente pode ir nesse caminho.

Inclusive, a lei que substituiu a 8.666, a 14.133, traz uma série de elementos nessa direção, e o que a gente está tentando construir no ministério é o uso de todos esses elementos, de todas essas ferramentas.

Para finalizar, o que a gente percebe também é que a modulação da reação, em face às ações tomadas pelos Estados Unidos, foi essencial para garantir que o processo de diálogo não só continuasse, como ele apresentasse, ao longo desse tempo, avanços. Então, não foram feitas só para além da última manifestação expressa do próprio Presidente americano. Mas também acho que é ressaltar que algumas cadeias, alguns produtos tiveram suas tarifas reduzidas, coisa de duas semanas atrás – se eu não me engano é isso, não é, Pedro?

Então, a gente entende que os instrumentos que a gente tem à nossa disposição para o estabelecimento dessa relação estão sendo modulados e estão sendo utilizados na medida correta, para, ao mesmo tempo que manter a porta do diálogo aberto, mostrar o que nós podemos trazer para dentro do Estado brasileiro como ação, caso seja necessário qualquer tipo de medida. Mas, para o bem de todos, entendo que o caminho agora está sendo muito mais de distensionamento do que, obviamente, de um horizonte de recrudescimento dessa relação.

Então, essa é um pouco, resumidamente, a visão do Ministério da Gestão e da Inovação, no papel que o uso do poder de compra tem dentro desse debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Muito obrigado, querido Secretário.

Quero fazer uma pergunta aqui para o Pedro. Acho que você tem uma boa resposta para isso aqui.

Pergunta dos nossos internautas. Audiência pública, e o público participando: "Por que o Governo Federal não quer dialogar com o Governo dos Estados Unidos?".

Existe isso?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO HENRIQUE GIOCONDO GUERRA (Para expor.) – Não, com certeza não.

A predisposição do Governo tem sido de total diálogo, e nós temos reiterado sempre que possível isso. Houve algumas interlocuções do Vice-Presidente, como é de conhecimento público, com algumas autoridades, da mesma maneira que o Ministro Mauro Vieira, e acho que, mais recentemente, e de forma mais expressiva, para inclusive criar esse ambiente propício à negociação, esse contato, ainda que breve, entre o Presidente Trump e o Presidente Lula.

Então, acho que as coisas têm caminhado e temos que respeitar o tempo das negociações. Afinal de contas, também, a mesma dificuldade que o Brasil passa vários outros parceiros dos Estados Unidos atravessam, e esse é um ponto que acho muito importante frisar, Deputado, porque essas tarifas precisam ser observadas em termos absolutos, mas também em termos relativos.

Então, tivemos esse cuidado de mapear aquilo que, embora o Brasil tenha sido penalizado, foi aplicado de maneira generalizada para os nossos parceiros. São alguns números que gosto de enfatizar e que tive o cuidado de validar com a nossa Secretária de Comércio Exterior, que são os seguintes...

Então, nós temos um universo de mais ou menos 23,3% – dados agora, deste mês – de produtos que estão sob a égide da chamada Seção 232, e ali temos cobre e diversos outros produtos, mas isso é geral. Então, estamos no mesmo pé de igualdade que os nossos parceiros.

Nós temos um universo de produtos sujeitos àquela tarifa de base de 10%, que foi anunciada no começo do Governo, de 16,7%, quase 17%; temos um universo de 25%, ou seja, um quarto da nossa exportação, que está sem adicional nenhum de tarifa – nada, zero; e temos um universo de quase 35%, esse sim, que está sendo tarifado em 10%, mais 40%.

É muito complexo, porque os regimes são muito complexos. Os produtos têm peculiaridades, regimes próprios, e é importante, como frisou o Pojo, dizer que isso é muito dinâmico. Então, anúncios têm ocorrido com alguma frequência. Há cerca de duas semanas, acho que um pouco mais até, tivemos a informação de que a celulose estava totalmente fora das tarifas. Ontem, tivemos algumas informações de investigações próprias em relação a alguns móveis e em relação a alguns tipos de madeira.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso tem se atualizado o tempo inteiro, e o Governo trabalha incessantemente para criar essa sensibilidade, em relação aos nossos parceiros, de que há espaço para a gente reduzir, até porque isso se reflete claramente no consumidor americano.

Nós estamos falando... As madeiras aqui de Santa Catarina, por exemplo, são utilizadas na construção civil, são madeiras que atendem a especificações do mercado americano. Calçados, a mesma coisa. O nosso café, idem. Isso tudo chega à mesa e à vida dos americanos de uma maneira geral.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Ou seja, o problema não é só para o empresário brasileiro; também, e sim, para o americano.

O SR. PEDRO HENRIQUE GIOCONDO GUERRA – Sim. Com certeza. Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Agora, a pergunta em específico aqui é: existe o diálogo?

O SR. PEDRO HENRIQUE GIOCONDO GUERRA – Existe.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Eu pude presenciar várias vezes o Presidente Alckmin... Inclusive recebi, com o Presidente Hugo Motta, na Câmara, o Embaixador em exercício dos Estados Unidos aqui no Brasil, e ele, ali, muito interessado em dialogar. O duro é que ele falava uma coisa, daqui a pouco a embaixada falava uma coisa, mas, daqui a pouco, vinha outra notícia. Mas eu tenho presenciado.

Então, esse diálogo está existindo?

O SR. PEDRO HENRIQUE GIOCONDO GUERRA – Sim. Tem seguido ali pelos caminhos institucionais, de maneira muito cuidadosa, respeitando esse *timing* dos Presidentes, até porque eu acho que essa vai ser a grande linha de quem serão os interlocutores, qual vai ser o mandato, qual vai ser o cronograma, para que cada um comece a se mobilizar nesse esforço de negociação.

Então, acho que a gente fez, digamos, esse primeiro esforço de cuidar daquilo que estava na nossa alçada e que era gerenciável e, agora, estamos nessa linha aí.

Eu acho que esse primeiro movimento foi muito positivo para poder estreitar os canais com os parceiros americanos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Muito obrigado, Secretário Pedro.

Eu indago ao nosso Relator ou a algum Parlamentar se quer fazer algum comentário com a mesa aqui ou fazer alguma pergunta.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL. Para interpelar.) – Mais ou menos ao Pedro aí.

Pedro, a gente já está pegado, mais ou menos, nessa relatoria, e a preocupação da gente sempre está bem voltada para os pequenos que estão fora da cadeia, porque os grandes sabem se defender.

O que é que pode ser feito, por meio de ações – e é uma pergunta aqui para fazer – e de instrumentos infralegais, para identificar o cadastro de forma ágil, em poucas semanas, de pequenos produtores e fornecedores que precisam acessar os recursos e os benefícios da 1.319, mas que não são percebidos e elegíveis com base nos sistemas oficiais de comércio exterior? Como é que seria isso?

O SR. PEDRO HENRIQUE GIOCONDO GUERRA (Para expor.) – Muito obrigado pela pergunta, Senador.

Essa é uma preocupação que é real, não deve ser desprezada.

O BNDES, com a sua equipe e o seu enorme conjunto de dados, fez um grande esforço para não deixar ninguém de fora. Essa foi a orientação do Presidente, algo bastante horizontal, focado, evidentemente, mas com esse cuidado de não deixar ninguém de fora.

Então, nós não deixamos aquelas pessoas físicas que integram o processo exportador, não deixamos as micro e pequenas, que exportam, às vezes, açaí, produtos com menor agregação de valor, mas que têm uma grande dependência para a sua renda e têm uma grande dependência do mercado americano como destino, e nós temos discutido bastante isso.

Eu sei que a Secretaria de Indústria, com o nosso Secretário Wallace, tem falado bastante com o Secretário Guilherme Mello e com o Secretário Dario, para que os fornecedores – ou seja, os elos à montante do processo exportador – não sejam deixados de lado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um cruzamento de dados complexo, não é simples, inclusive deve respeitar sigilos, enfim, e todos os normativos de proteção de dados, mas esse esforço tem acontecido e não é diferente do esforço que a gente já fez para mapear CNPJ a CNPJ, empresa a empresa, quem está com mais dificuldade, para que a gente faça algo extremamente diligente, transparente e eficaz, para que o dinheiro chegue a quem precisa de fato.

Então, isso está ocorrendo – respondendo à sua pergunta, Senador.

Eu tenho dúvidas – e talvez o Secretário Guilherme ou o próprio Ministro Nelson possa comentar – se isso seria feito no âmbito de portaria ou se seria feito no âmbito da MP. Eu tenho a impressão de que, no âmbito de portaria, a gente poderia tratar do tema; acho que não haveria necessidade de tratar no âmbito da MP. Mas é uma preocupação real, e nós estamos bastante atentos, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Deputado Fernando Marangoni, de Santo André, São Paulo.

O SR. MARANGONI (Bloco/UNIÃO - SP. Para interpelar.) – Boa tarde, Sr. Presidente, meu querido amigo Deputado Cezinha. Boa tarde ao Relator, Senador Fernando Farias. Boa tarde a todos da mesa, a todos os convidados.

Eu tenho algumas perguntas aqui bem rápidas e objetivas.

Embora a medida provisória responda à crise do tarifaço, o setor entende que as medidas são paliativas e não integram um planejamento de longo prazo para o agro e para o comércio exterior brasileiro. Aí vai uma pergunta: como o Governo pretende assegurar sustentabilidade orçamentária para essas medidas emergenciais, sem comprometer o equilíbrio fiscal?

Acho que eu faço todas, Sr. Presidente, e depois a mesa as responde. Pode ser?

Segunda pergunta: por que não houve integração mais clara com o planejamento agrícola e com políticas estruturais do agro, em vez de respostas apenas conjunturais a crises externas?

Pergunta número três: o Plano Brasil Soberano pode ser considerado um marco permanente de política comercial ou ficará restrito a uma reação emergencial às sobretaxas dos Estados Unidos? E aí, eu já estendo essa pergunta, se houver algum recuo novo por parte dos Estados Unidos: como será vista a medida provisória?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a última pergunta: como a Fazenda enxerga os efeitos de outras possíveis subvenções ou aumento do escopo original da medida provisória, se realizada com o objetivo de proteger o mercado nacional e aumentar as exportações?

Muito obrigado, Sr. Presidente, eram essas quatro perguntas.

E aí, eu deixo à vontade para...

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Pode começar daqui pelo Guilherme.

Obrigado, Deputado Marangoni, sempre à disposição.

O SR. GUILHERME MELLO (Para expor.) – Obrigado, Deputado. São perguntas muito importantes.

Bom, vamos começar pelo tema fiscal, que apareceu logo na sua primeira pergunta, Deputado.

É muito importante dizer que nós tomamos muito cuidado para que as medidas que nós anunciamos respeitassem as regras fiscais e uma perspectiva de equilíbrio orçamentário. Portanto, por exemplo, as medidas que nós anunciamos na MP... A linha de crédito operada pelo BNDES não tem impacto primário, certo? Ela não tem impacto primário. São recursos que estavam no Fundo Garantidor de Exportações, parados, vamos dizer assim. Estavam há muito tempo parados lá, porque, como eu disse, a estrutura de financiamento e garantia à exportação no Brasil foi desmontada ao longo dos últimos anos. Então, você praticamente não tinha mais crédito à exportação, tinha muito pouco crédito à exportação. Então, o Fundo Garantidor não garantia nada, foi acumulando. O que a gente fez? A gente permitiu que uma parte desse superávit financeiro fosse direcionada para servir como fonte de financiamento, e essa fonte de financiamento muito mais barata do que seria se o banco usasse o recurso próprio que ele tem com a taxa de juros atual.

Então, ela não tem impacto primário, e tudo que nós estamos propondo que possua impacto primário nós colocamos no PL, que foi encaminhado pelo Senador Jaques Wagner, e são medidas que nós achamos que têm uma importância muito mais do que conjuntural, aí já





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

entrando na segunda questão, porque, em primeiro lugar, são medidas para nós capitalizarmos os fundos garantidores para pequenas e médias empresas.

Nós sabemos que não basta disponibilizar crédito barato. Para a empresa acessar o crédito, ela bate lá no BNDES ou nos seus bancos repassadores – que o BNDES não opera diretamente, só para algumas empresas; ele opera por uma rede bancária bastante ampla – e fala: "Olhe, eu quero esse crédito aí". Independentemente da taxa de juros, a primeira coisa que o banco pergunta é: "O.k., eu vou lhe dar o crédito, mas você tem alguma garantia para me oferecer?". E a microempresa e pequena empresa muitas vezes têm dificuldade em oferecer uma garantia.

Então, nós previmos aportes no fundo garantidor de operações do Banco do Brasil e no Fundo Garantidor para Investimentos, o FGI, do BNDES. Esses aportes têm, sim, impacto, que, por serem voltados para uma emergência, para uma particularidade, eles se enquadram no ponto de vista de um crédito extraordinário, mas isso continua impactando meta fiscal. Então, nós colocamos isso no PL.

Nós também... Continuando a resposta sobre se é uma questão meramente conjuntural, emergencial ou se é algo estrutural, eu queria retomar o que eu disse na minha resposta inicial: o que nós estamos aproveitando também aqui é para reconstruir o sistema de crédito e garantir a exportação no Brasil, e isso vai ser muito importante como uma resposta ao tarifaço, porque o Brasil precisa diversificar os seus parceiros, precisa encontrar novos mercados, precisa manter o mercado americano, na medida do possível.

Independentemente das negociações – como o Pedro muito bem colocou –, que são conduzidas aqui pelo Vice-Presidente Geraldo Alckmin, pelo Ministério das Relações Exteriores, pelo Ministro Fernando Haddad, em suas conversas com o Tesouro americano, e agora, obviamente, pelo Presidente Lula, diretamente com o Presidente Trump, independentemente disso, essas medidas fortalecem e recriam um sistema de financiamento à exportação com um aporte extra, que é esse aporte no FGCE, o Fundo Garantidor de Comércio Exterior. Então, ele não é apenas um plano emergencial.

Claro que o foco dele é em quem foi mais afetado, quem perdeu mais: é na pequena empresa, em quem teve mais de 20% do seu faturamento afetado com a tarifação, é nas empresas, mas ele, como disse o Pedro aqui, tem uma abrangência bem ampla, atende o conjunto total de empresas que foram afetadas e traz, dentro de si, essa remodelação do sistema de crédito à





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

exportação, que é o grande tema estrutural que nós estamos trazendo aqui nessa MP e no PL que nós enviamos sobre o Plano Brasil Soberano.

Não sei se eu deixei passar alguma... Eu poderia...

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Deputado Marangoni...

O SR. MARANGONI (Bloco/UNIÃO - SP) – Não, Presidente. Deu química aqui nas respostas. Está tudo certo. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Deu química. Então está certo. *(Risos.)*

O nosso nobre Relator, por favor.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL. Como Relator.) – Eu acho que, para o Guilherme, é essa sim.

Nessa cadeia, principalmente a madeira... A madeira é muito falada, não é? Eu estive na viagem, sempre falou-se muito de frutas, de abelha e da madeira. A madeira, o Amin não deixou de falar – não deixou de falar em cima dela.

Então, 75% são exportados para os Estados Unidos. Essa é uma cadeia grande. Mas, além disso, de ter essa flexibilização do BNDES, das empresas, tudo, ela precisa de uma flexibilização também na área trabalhista. Isso aí é uma coisa possível com vocês, contempla-se isso?

O SR. GUILHERME MELLO (Para expor.) – Boa pergunta, Senador.

Esse tema foi discutido, quando nós fizemos a MP, porque havia uma demanda de um conjunto de empresas, inclusive do setor da madeira, mas não só, da possibilidade de fazer algumas flexibilizações, ou *layoffs*, ou antecipação de férias, ou banco de horas, ou uma série de medidas de gestão de pessoal, literalmente, para lidar com esse momento inicial, que é um momento de choque; é um momento que, às vezes, paralisa até uma empresa, até ela encontrar um novo destino para o seu produto, encontrar um outro parceiro, ou mesmo manter o seu parceiro, através de investimentos financiados aqui pelas linhas que nós propusemos.

O que nós dialogamos com o Ministério do Trabalho é que a CLT, hoje, já permite que isso seja feito, que essas flexibilizações sejam feitas, através de acordos coletivos. Então, o que nós





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhamos é a criação de uma câmara especializada no Ministério do Trabalho de facilitação desses acordos. Então, qualquer setor que queira, tenha interesse em construir um acordo para a flexibilização desses temas, ele vai ter uma facilidade grande, uma agilidade grande para fazer frente a essas pressões mais imediatas.

Então, nós também pensamos... É por isso que o tema não foi incluído em nenhuma medida legal, porque a lei já permite isso. Ela permite que esse tipo de coisa aconteça em acordos coletivos – o que é o correto, certo? –, que você se sente com os seus trabalhadores e fale: "A situação é a seguinte, nós estamos sendo afetados em tanto, temos que paralisar, temos que fazer um *layoff*, etc". Faz um acordo. Isso aconteceu, por exemplo, foi muito utilizado durante a pandemia.

Então, eu acho que nós temos instrumentos possíveis e ágeis para lidar com os efeitos sobre a gestão da força de trabalho nas empresas mais afetadas.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Senador Relator, deu química, como disse o Marangoni?

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL) – Vou fazer uma nova pergunta a ele, para ver se dá química nessa aí.

É o seguinte: o Nordeste é muito forte em cana-de-açúcar. Tem várias associações de fornecedores de cana, e, inclusive, tem uma emenda que eles pedem como se fosse uma subvenção para contemplar, porque o Nordeste perdeu a cota americana, a cota americana que pega quase umas 50 empresas lá, e isso interfere no preço e causa baixa na cadeia, certo? Então, está havendo essa reivindicação de... Só que isso impacta em subvenção nas contas públicas, porque ele não está contemplando com isso.

Então, a Fazenda tem disposição para discutir isso, sobre cana-de-açúcar, com os fornecedores de cana, que são uma turma muito grande?

O SR. GUILHERME CAMPOS – Não, concordo plenamente, Senador.

O senhor sabe que nós, liderados pelo Presidente Alckmin, recebemos... O Pedro colocou aqui: eu não participei das 300 reuniões, que foram muitas, mas eu participei de várias delas, e





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

vários setores, o de madeira, o de pescados, o de manga, o de açúcar, cada um com a sua particularidade, claro... Alguns rapidamente conseguiram redirecionar a sua produção.

Eu lembro uma visita do Presidente Lula ao Acre, com os produtores – se não me engano, eram de castanhas –, e o produtor chegou para ele e falou: "Olha, nós já conseguimos redirecionar". Aí, o Presidente falou: "Mas saiba que o que você precisar, a gente vai tentar ajudar". Ele falou: "Não, mas nós conseguimos já redirecionar o nosso produto".

Isso foi acontecendo com uma série de produtos.

Então, as medidas que nós tomamos aqui, obviamente, são medidas pensando no conjunto dos setores. Nós não criamos nenhuma determinação particular para um setor: "Olha, esse setor pode isso, aquele setor pode aquilo". O recorte que nós fizemos foi por impacto no faturamento: a empresa que tem um impacto maior da tarifação sobre o seu faturamento, essa tem acesso a um conjunto maior de benefícios; a empresa que tem um impacto menor tem acesso a outro conjunto de benefícios, o que é fazer justiça.

Justiça não é tratar os desiguais de forma igual. Quem sofreu mais tem que ter um pouco mais de apoio; quem sofreu menos continua tendo apoio, mas de uma forma um pouco diferente.

Agora, isso não impede, Senador, que, no âmbito de uma discussão mais ampla, que não envolva... Porque não é só a questão da tarifação; muitas vezes, tem outras questões que estão afetando, por exemplo, o setor agrícola.

Nós anunciamos, poucas semanas atrás, uma grande renegociação das dívidas rurais, usando o recurso do Fundo Social, R\$13 bilhões em recursos do Fundo Social, e mais um conjunto de incentivos para os bancos fazerem a renegociação.

Por que é que eu estou trazendo esse exemplo? Porque essa política aqui é uma política que está olhando o tema da tarifação especificamente, seus impactos e a necessidade de nós fortalecermos os mecanismos de financiamento e exportação, mas cada um desses setores tem temas específicos. Eu entendo, por exemplo, que o setor de cana tem um impacto indireto com a questão das cotas e temas específicos, com os quais nós podemos lidar, não necessariamente aqui neste âmbito, mas com um outro conjunto de políticas que nós temos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos desde o Plano Safra até um conjunto de políticas públicas voltadas para inovação, investimento no campo agrícola etc., que podem ajudar a dar uma resposta para cada um desses setores.

Então, o Ministério da Fazenda sempre está aberto a receber os setores, ouvir essas demandas e pensar qual o melhor desenho de política para atender a cada um deles, mas, obviamente, sempre tomando cuidado, como o senhor colocou, com o impacto nas contas públicas, porque, assim como o Congresso, nós também valorizamos muito a nossa busca por equilibrar as contas públicas e criar um ambiente de justiça tributária.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Eu estou achando, Guilherme, que não deu liga aqui na sua resposta para o Senador não, viu? (*Risos.*)

Eu acho que você foi bem inteligente na resposta aí, e acabou não respondendo se vai atender ao setor de cana ou não.

O SR. GUILHERME MELLO – Teríamos que receber, Deputado, uma demanda específica, entender qual é o tema e qual é a proposta, porque, se é uma proposta de subvenção, por exemplo, isso tem impacto fiscal. Não cabe, assim, na minha visão, a gente, dentro de uma MP que está tratando de todos os setores afetados, começar a tratar de cada setor especificamente, porque, senão, isso aqui é... Mas nós podemos receber e tratar...

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Em resumo, não dá para atender. Na questão do Governo, aqui, não dá para atender nessa medida provisória. É essa a resposta?

O SR. GUILHERME MELLO – É... A medida provisória é pensada para o conjunto dos setores afetados. Se tem um tema específico de um setor que está com alguma dificuldade particular – às vezes não necessariamente ligada à tarifação, mas que tenha impacto indireto –, nós podemos receber esse setor e pensar, dentro das políticas disponíveis, como a gente pode fazer essa interlocução e construir esse caminho.

Então, é isso que eu falaria: a gente precisa entender qual é a demanda e tentar construir alguma solução.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL) – Eu vou me juntar aqui com o Cezinha, e a gente vai conversar isso lá com vocês.

O SR. PEDRO HENRIQUE GIOCONDO GUERRA – Posso fazer só uma observação, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Por favor, Pedro.

O SR. PEDRO HENRIQUE GIOCONDO GUERRA (Para expor.) – Muito rapidamente.

O Vice-Presidente, Senador, está bastante atento a essa preocupação dos produtores da região. Tem uma peculiaridade, que é a cota que existe desde os anos 60, com os americanos, e abrange os países caribenhos, o Nordeste brasileiro, enfim... E, dada a peculiaridade, eu concordo: eu acho que a gente precisa colocar os termos – até onde o setor pode ir, o que é que não dá, quais foram os impactos –, mapear isso com precisão, para colocar, posteriormente, nessa mesa de negociação com os americanos.

Eu acho que esse é um ponto meritório. A gente pode colocar isso como um elemento, um ponto de preocupação, e debater qual vai ser a lógica e os principais itens dessa negociação, mas eu acho que, como é uma MP mais horizontal, mais abrangente, o foco aqui, no caso, teria que ser o do impacto da tarifa, efetivamente.

Como o regime tem essas peculiaridades, eu acho que a gente consegue tratar em outro âmbito, como é o caso das investigações – só para que fique claro – dos setores que estão abrangidos, por exemplo, pela Seção 301 ou pela Seção 232. A Embraer, que conseguiu sair da tarifa majorada de 40%, continua com 10% e vem se defendendo, no âmbito de um processo específico, que é o da Seção 301.

Então, eu acho que a gente tem que mapear com precisão onde estariam os produtores ali do Nordeste, para fazer essa força-tarefa. E eu acho que essa atualização dos dados é fundamental para a gente saber qual tem sido o impacto, efetivamente, no setor.

Mas a gente conversa, subsequentemente, Senador. Vai ser um prazer.

Obrigado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Obrigado, Senador Fernando Farias.

Agora, Pedro, é até bom levar essa mensagem ao Presidente Alckmin – viu, Deputado Marangoni? –, que esse também é um setor afetado, e nós temos, aqui... Na Câmara dos Deputados, especificamente, nós temos vários Parlamentares, muitos Parlamentares cobrando quanto a esse setor.

Recordo-me que eu ainda era Deputado Estadual, e, chegando aqui a Brasília, para resolver um tema – na época, eu acho que era o Líder André Moura –, um técnico falou assim: "Olha, mas isso aqui não cabe", e ele falou: "Meu filho, o que se reúne na Praça dos Três Poderes do dia para a noite se aprova no Senado, na Câmara, e está resolvido! Aí, cabe ao Governo concordar ou não".

Então, eu acredito que nós vamos achar um meio-termo aqui para atender a esse setor nesta medida provisória. Vai ser o desejo da Câmara dos Deputados, e nós vamos dialogar aqui com o Senado e, especialmente, com o Presidente Alckmin, para que possamos ter sucesso.

Mais alguma pergunta? Mais alguma fala aqui, algum esclarecimento? (*Pausa.*)

Não havendo mais esclarecimentos, quero agradecer...

O SR. MARANGONI (Bloco/UNIÃO - SP. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Pois não, Deputado Marangoni.

O SR. MARANGONI (Bloco/UNIÃO - SP. Para interpelar.) – Rapidamente, eu queria perguntar se... Eu acho que, obviamente, esses aportes dos fundos garantidores, aqui o FGO com o Pronampe, vão financiar até 100% do valor das operações. Quero perguntar se tem alguma ação do Governo, no sentido de apoio técnico aos pequenos e microempresários, que vão ter o seu crédito garantido – facilitar o acesso ao crédito, mas também facilitar o acesso aos mercados.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Muito obrigado, Deputado Marangoni.

Você quer falar, Guilherme?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUILHERME MELLO (Para expor.) – Muito... Muito... Desculpe-me. Muito brevemente, Deputado.

Eu acho que o Pedro já citou aqui a Apex, que tem trabalhado com esse apoio técnico para a questão dos novos mercados, e nós temos o Sebrae também, que tem feito um trabalho excepcional, com o Presidente Décio Lima, em construir essas linhas e essas políticas de apoio, principalmente para os empresários de menor porte, para as micro e pequenas empresas.

Então, sim, temos essa preocupação, seja do ponto de vista da diversificação, de como essas empresas vão acessar novos mercados, seja do ponto de vista da própria organização interna da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Muito obrigado.

Quero agradecer aqui ao Guilherme, ao Roberto e também ao Pedro, e pedir para retornarem aos seus lugares.

Já aqui ao meu lado está o nosso Nelson Barbosa, sempre Ministro da Economia.

Quero convidar aqui o sempre Deputado, Líder Guilherme Campos, do PSD, de São Paulo, hoje Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária, representando aqui o Ministro Fávaro e todo o ministério.

Aqui, já está ao meu lado ele, que vai assinar o cheque para pagar a conta: o Diretor de Planejamento e Relações Institucionais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Nelson Barbosa.

Quero aqui dar as boas-vindas aos senhores e já passar a palavra ao nobre e querido Guilherme Campos – por favor, fique à vontade –, por até dez minutos ou pelo tempo que achar necessário.

O SR. GUILHERME CAMPOS (Para expor.) – Muito bem.

Obrigado, Presidente Deputado Cezinha Madureira.

É de uma grande responsabilidade assessorar a Presidência num tema que tem um impacto direto na vida de todos nós, e temos certeza de que a participação do Parlamento, com a sua





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidência e com a relatoria do Senador Fernando Farias, vai nos ajudar, e muito, a coroar todo o esforço do Governo Federal nesse enfrentamento.

Especificamente dentro do Mapa, dentro do agro brasileiro, todas as ações foram – todas, todas elas – coordenadas pelo Ministro Carlos Fávaro, dentro do Mapa, e pelo Ministro Paulo Teixeira, dentro do MDA.

Aqueles que nos antecederam aqui deram um panorama muito amplo de tudo aquilo que está acontecendo, mostrando o grande esforço que foi feito pelo Governo Federal, sob a liderança do Presidente Lula, que delegou ao Vice-Presidente Geraldo Alckmin toda a coordenação das conversas com os diversos setores dos Estados Unidos.

E aqui, no Governo, tudo foi muito bem trabalhado, Deputado Cezinha. As ações foram muito objetivas, foram ações muito claras... *(Pausa.)*

Opa! Quase deu química aqui!

Vamos lá – solúvel em água.

Dessas ações, nós notamos que os impactos foram muito minorados.

Dentro do Ministério da Agricultura, a Secretaria de Comércio e Relações Internacionais, que é encabeçada pelo Secretário Luis Rua – a quem temos aqui a Ana Lúcia representando –, vem desempenhando um importante papel, dando suporte a toda a peregrinação do Ministro Carlos Fávaro pelo mundo, abrindo mais de 440 novos mercados ao agro nacional, diminuindo a importância relativa dos Estados Unidos nas exportações do agro brasileiro.

Esses impactos foram muito setorizados, muito específicos, e vem sendo diluídos por várias ações, desde ações conduzidas pelos empresários dos diversos setores diretamente com seus pares, lá nos Estados Unidos... O Secretário Guilherme Mello sabe que isso daí é muito importante para que provoque do outro lado também.

O Secretário Roberto Pojo sabe que também as... *(Pausa.)*

Pensei que o Deputado Marangoni fosse perguntar alguma coisa para o Mapa, mas não vai. É melhor assim, melhor assim.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todas as ações que foram desencadeadas vindas da iniciativa privada nos ajudaram muito no convencimento, e a grande reação que nós estamos vendo, principalmente naquilo que cabe ao agro, é o aumento de preços nos Estados Unidos.

O Brasil é extremamente competente e competitivo. Seus produtos que são colocados mundo afora são produtos de altíssima qualidade, com total sanidade e absolutamente competitivos e campeões de mercado. A capacidade do agro brasileiro em chegar mundo afora com produtos especificamente do jeito que o cliente quer é extraordinária – extraordinária – e vai fazer falta para o consumidor dos Estados Unidos.

Nós vemos, no médio prazo, que esse impacto no preço do lado de lá vai fazer com que haja uma mudança de pensamento, e, enquanto isso, vamos socorrendo aqueles que precisam de socorro de imediato, com as ações já expostas aqui, com a participação importante do BNDES – o sempre Ministro Nelson Barbosa vai poder nos colocar todas as ações que foram disponibilizadas para os nossos exportadores – e com um olhar especial ao médio e pequeno. O grande se vira, e se vira de um jeito muito mais rápido, com muito mais sustentação.

Agora, o pequeno e o médio, que, ao longo dos últimos anos, e até décadas, vêm sendo incentivados pelo próprio Governo brasileiro para exportar, exportar e exportar para os Estados Unidos, chega uma hora em que o outro lado chega e fala: "Não quero mais"... É duro; é duro. Nós Temos que achar aí as ações, com as mitigações necessárias, e estão sendo encontradas, e tudo isso vai nos dando tempo para que a normalidade se reinstale.

Com isso, encerro a minha participação e me coloco aqui à disposição do Presidente, do Relator e dos Parlamentares, tanto do Senado como da Câmara, para quaisquer perguntas que se façam necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Obrigado, sempre Deputado Guilherme Campos.

Com a palavra o nosso Nelson Barbosa, sempre Ministro, que foi um grande Ministro da Economia, hoje aqui conosco para assinar o cheque.

O SR. NELSON BARBOSA (Para expor.) – Obrigado, Deputado Cezinha.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria cumprimentar também o Senador Fernando Farias, o Secretário Guilherme Campos, o Secretário Guilherme Mello, o Secretário Roberto Pojo, o Pedro Guerra, Chefe de Gabinete do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Nós, no BNDES, estamos encarregados, Deputado, das linhas de crédito e de parte dos recursos dos fundos garantidores.

Acho que todos que me precederam já fizeram um bom panorama.

Eu trouxe aqui um detalhamento do BNDES, e deixo uma cópia com o senhor e com o Senador também. Todo esse material está disponibilizado aqui na Comissão.

Já trarei alguns números de como foi a execução desse programa, mas, para ficar dentro do tempo e dadas todas as intervenções que já me precederam, gostaria de ir mais para as linhas, não é?

Então, um pouco da linha do tempo, do que é que foi feito.

No dia 5 de abril, os americanos, o Governo americano colocou uma tarifa de 10%. Então, todos que exportam para os Estados Unidos sofreram uma alíquota de 10%.

No dia 9 de julho, foi anunciado aquele adicional de 50%.

No dia 30 de julho, isso foi flexibilizado para cerca de 44% do valor exportado pelo Brasil. Então, nem todos sofreram a alíquota adicional.

Essas alíquotas começaram a entrar em vigor em agosto. Uma semana depois, o Governo publicou essa MP, Senador, enviou para o Congresso – precisava saber primeiro qual o tamanho, antes de fazer a MP. Aí, teve várias necessidades de regulamentação, um trabalho muito intenso das equipes técnicas da Receita Federal, da Secretaria de Comércio Exterior, do BNDES...

Isso foi regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional, Deputado, no dia 28 de agosto.

No dia 11 de setembro, a equipe do Mdic divulgou a lista de produtos que poderiam, das empresas que poderiam pegar esses incentivos, linhas incentivadas, e uma semana depois a gente abriu o protocolo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que a gente está falando aqui? A gente está falando de crédito e garantia. Além disso, o Deputado perguntou, ainda tem uma outra parte que o Guilherme não colocou aqui, tem uma parte de reintegra, que é devolução de imposto, mas, para isso, é necessário aprovar aquele PL, que entendo que é do Senador Jaques Wagner, que abre espaço para que isso não seja considerado na meta de primário.

Então, essas também são outras coisas, e acho que o mesmo valeria... É o PL do Jaques Wagner.

Eu acho que o senhor mencionou subvenção. Subvenção é gasto primário. Qualquer coisa que tratar de gasto primário tem que entrar nessa mesma questão de análise, intrometendo-me aqui um pouco na pergunta que o senhor fez ao Guilherme, mas, no caso de subvenção, subvenção é gasto primário. Então, por isso que essa MP não trata especificamente disso. Ela trata de crédito, que não tem impacto primário.

O que é que ela tem de crédito? Então, R\$30 bilhões de recursos do FGE, a taxas incentivadas, e R\$10 bilhões de recursos próprios do BNDES, que a gente captou via aquela letra de crédito ao desenvolvimento. Além disso, tem um aporte de R\$2 bilhões no fundo garantidor administrado pelo BNDES, que é o FGI, que, com isso, pode garantir até R\$20 bilhões. Além disso, tem mais R\$2,5 bilhões, que são aportados no fundo garantidor do Banco do Brasil e nesse outro fundo garantidor, o FGCE, que vai ser, a gente espera, o novo fundo garantidor para uma política mais estrutural.

Como é que a gente dividiu? Este é sempre um desafio em toda política pública, como você aloca os recursos entre os públicos. Então o que o Governo fez, a partir de várias discussões com o setor, liderados aí pela equipe do Guilherme, do Pedro Guerra, de todo mundo da Mdic, foi dividir o grupo em três faixas, Deputado. A gente pegou quem foi afetado em até 5% do seu faturamento, quem foi afetado de 5% a 20%, e acima de 20%.

Então, quem foi até 5% foi o menos afetado, e quem foi menos afetado pode pegar essa linha do BNDES, que é o que a gente chama de BNDES Complementar. É uma linha de capital de giro com uma taxa próxima da de mercado, em que a gente está usando os recursos que a gente capta na LCD com aquele incentivo tributário. Então a gente consegue emprestar um pouco abaixo do que seria se usasse a taxa Selic.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem foi afetado de 5% a 20% pode pegar o crédito BNDES, mas pode pegar também uma linha, já com juro incentivado, para diversificar suas exportações, o que a gente chama de Giro Diversificação. Então, você pode pegar uma linha para buscar novos mercados. E pode acessar o fundo garantidor de crédito do BNDES sem fazer uma contribuição, um fundo garantidor de crédito que, principalmente para a micro, pequena e média empresa, é muito importante para dar acesso ao crédito.

E quem foi mais afetado, além dessas linhas, pode pegar mais três: um capital de giro, caso em que não precisa comprovar exportação, um capital de giro para absorver a perda de receita; e duas linhas para financiar investimento, uma para máquinas e equipamentos – bens de capital – e uma para investimentos. Então, esses são os produtos que foram colocados pelo Governo.

Aqui tem uma descrição das condições. No caso do BNDES, são recursos que a gente capta um pouco em torno da Selic. Então, a gente empresta a partir da Selic, com mais 0,65%. E aí tem os critérios de crédito: valor mínimo de R\$50 milhões e máximo de 5% da receita operacional bruta, limitado a R\$500 milhões por empresa, com prazo de cinco anos e carência de até dois – o cliente que escolhe. E há outro giro para diversificação, com juro um pouco mais baixo, que é a Selic mais 0,35%, ou então Sofr. Aquela Sofr ali é uma taxa em dólar, Deputado, uma taxa em dólar mais 0,60% para micro, pequena e média empresa. Para a grande, é um pouquinho maior, porque a grande pode suportar um custo maior. E prazo de sete anos, com até um ano de carência. E aí é para diversificar as exportações. Então, todos os exportadores dos Estados Unidos, todos que foram afetados com a alíquota de 10% podem pegar essa linha do BNDES.

Agora, vamos para a linha com juros incentivados, que é um recurso que vem do FGE. Então, a gente tem esse Giro Diversificação para diversificar os mercados, em que você tem que apresentar, dentro do prazo do contrato, uma exportação. A taxa de juros, aí nesse caso, é de até 8,19% para qualquer porte de empresa, grande ou pequena; prazo de cinco anos com um ano de carência; e um valor equivalente ao compromisso de exportação. Nas operações indiretas, que são para micro, pequena e média empresa, é de até R\$35 milhões; para as grandes, até R\$50 milhões. E, para quem pegar direto no BNDES – normalmente são grandes empresas – é de até R\$200 milhões. Essa linha – eu vou mostrar no final – é a que tem saído mais.

No Giro Emergencial, não se precisa comprovar exportação, basta comprovar que foi afetada em mais de 20%. Aí tem uma lista, preparada pela Receita Federal e pela Secretaria de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comércio Exterior, das empresas afetadas. Há uma taxa fixa de até 8,19% para micro, pequena e média empresa, e de até 10,31% para grande. São também cinco anos de prazo, um ano de carência, com os mesmos limites operacionais. Esse é para absorver receita, que é mais ou menos equivalente ao que aconteceu durante a covid. Uma empresa que subitamente perdeu uma receita pode pegar esse giro sem necessariamente ter que comprovar uma exportação.

E, como esse choque também vai requerer, por parte de várias empresas, novos investimentos, porque para buscar novos mercados elas têm que adaptar seus produtos, suas linhas de produção, elas também podem ter que fazer investimento, tanto em máquinas e equipamentos quanto em estruturas. Foi criada, então, uma linha para investimento, Deputado, com uma taxa mais baixa ainda, de 7,13% ao ano, no máximo, para qualquer porte de empresa. Há um prazo de cinco anos e carência de até um ano, no caso de bens de capital; no caso de um projeto de investimento, uma nova fábrica, uma nova estrutura, de até 10 anos, com dois de carência. Também com limites para evitar que uma empresa grande pegue a maior parte dos recursos.

Então, esses são os produtos de crédito incentivado que a gente tem.

O Senador tinha perguntado, tem uma cláusula de emprego nas linhas com crédito incentivado, não naquela do BNDES. Você vai pegar o volume de emprego que a empresa teve em 12 meses, até junho, até o dia anterior ao anúncio inicial da tarifa, e ela pega o empréstimo; cinco meses depois de que ela pegou o empréstimo, começa a contar. A partir desses cinco meses, durante 12 meses, ela tem que manter a mesma média de emprego.

Isso eu entendo que é uma das coisas que o Senador Amin está querendo adaptar, querendo discutir com o Governo. Isso é uma proposta que o Governo fez inicialmente. A gente sabe que o efeito sobre os setores é diferenciado, mas é, basicamente, muito próximo do que foi feito durante a covid também. Quando você tem recurso incentivado, cobra-se algum compromisso de emprego.

Então, esse é o compromisso que está hoje para as linhas incentivadas. Isso não é matéria da lei, isso é uma matéria de regulamentação pelo Ministério do Trabalho, pelo Ministério da Fazenda. Vocês não vão encontrar isso no texto da lei, mas, apesar de não estar no texto da lei, a gente sabe que isso é uma coisa importante.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem o fundo garantidor, que todos podem... que é um fundo que já existia...

(Soa a campainha.)

O SR. NELSON BARBOSA – Agora você pode acessar quem foram os mais afetados por esse tarifaço, seja aqueles acima de 5%, seja acima de 20%. Esse aporte, esses R\$2 bilhões que vão ser colocados nesse fundo garantidor, como é um gasto primário, é uma despesa primária, dependem da aprovação daquele projeto de lei que o Senador Jaques Wagner colocou, para autorizar que isso não seja contado para a meta fiscal, porque, do contrário, se se colocar isso, vai ter que cortar em outro lugar, já aumentando mais o desafio que o Governo está tendo do contingenciamento.

Aos números. O que a gente tem até ontem? Você tem os números até ontem, o Senador Fernando Farias pediu que a gente trouxesse. Então, a gente tem de consultas no BNDES R\$5 bilhões, sendo que a maior parte, a gente vê ali, mais ou menos R\$2,9 bilhões de capital, são para diversificação de exportação, em laranja; e R\$2,1 bilhões, de capital de giro. Já foram aprovados, principalmente nas operações indiretas, aquelas que são para micro, pequenas e médias empresas, que são mais automáticas, R\$2,1 bilhões. A maior parte, nesse caso, foi de capital de giro, que é uma linha com procedimento e documentação mais simples. A outra, como é diversificação, exige apresentar um contrato de exportação. Foi apresentado o pedido, mas ainda está sendo processado esse contrato de exportação.

O que a gente tem de... Não está passando? *(Pausa.)*

Pode passar o próximo?

Aí por estados, como foram os protocolos pelos estados.

Pode voltar um pouco aí.

O protocolo pelos estados...

Agora voltou aqui. Obrigado.

Então a maior parte dos pedidos estão concentrados na Região Sul e Sudeste, que são as áreas mais afetadas. A maior parte, no Rio Grande do Sul e em São Paulo. Rio Grande do Sul com





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

R\$1,2 bilhão; São Paulo também, com quase R\$1,2 bilhão. Depois Paraná, com R\$672 milhões; Santa Catarina, com R\$451 milhões; e aí começa a entrar Centro-Oeste e outros estados.

Se a gente pegar por aprovação, a maior parte das aprovações tem São Paulo, com R\$537 milhões; seguido do Paraná, com R\$387 milhões; e Santa Catarina, com R\$316 milhões. São bem São Paulo e Sul, justamente setores de madeira, setores mais industriais, que foram os mais afetados. Até agora foi isso o que apareceu mais nos pedidos ao BNDES.

Em termos de protocolos por tipo de produto – também foi uma demanda que nos foi feita para apresentar –, a maior parte foi na indústria de produtos alimentares, R\$1,5 bilhão; seguido de comércio, que aí são principalmente *traders*, aqueles que compram os produtos e vendem, R\$471 milhões; e em terceiro lugar, os produtos de madeira. Em quarto, o produto de metal, mecânico, que também é uma coisa que a gente exporta bastante para os Estados Unidos.

E aí, as aprovações. Nesse caso, a madeira já pula para o segundo lugar. O primeiro lugar continua sendo o produto alimentício, com R\$639 milhões, e os produtos de madeira, com R\$424 milhões. Isso dos R\$30 bilhões em recursos que foram disponibilizados à taxa de incentivados. Então, até agora, 13% dos recursos já foram apresentados em termos de pedido, sendo que metade disso, 6,5%, já foi aprovado.

As linhas de investimento, Deputado e Senador, a gente espera que elas venham depois, porque primeiro as empresas estão pegando os recursos para absorver o impacto, para diversificar o mercado. E tem R\$30 bilhões, então tem espaço, porque eu acho que é uma preocupação também: "Será que quando eu chegar vai ter recurso?". Tem espaço, e a gente acha que, com tempo, os pedidos vão começar a ir para o investimento também. É natural, nesse tipo de programa, que inicialmente os primeiros pedidos venham para giro e depois eles vão para o investimento. Foi assim no Rio Grande do Sul, onde, em quatro meses, a gente aprovou cerca de R\$20 bilhões. Inicialmente começou com giro e depois foi para o investimento.

O BNDES tem feito várias reuniões em cidades, para apresentar esse produto, como é que acessa, o que você tem que apresentar.

E vou deixar aqui, até para quem estiver assistindo e no *site* da Câmara: você tem lá um QR code, pelo qual você entra e pode acessar, botando o CNPJ da empresa, para ver se aquela empresa está na lista que o Governo fez, em qual grupo ela está – se ela está no grupo até 5%,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 5% a 20%, ou acima de 20%. Esse grupo determina quais os produtos a que essa empresa tem acesso.

E ela pode pedir diretamente no BNDES, se for uma empresa com valor maior, uma empresa grande, ou ela pode pedir numa rede de bancos que já opera com o BNDES. Eu não trouxe aqui, Senador e Deputado, mas a gente pode disponibilizar também a lista dos bancos que já estão operando essas linhas. Então o que a gente tem colocado, principalmente para quem está ouvindo do setor empresarial, é que quem ainda não o fez pode procurar diretamente o BNDES ou pode procurar o seu gerente, o seu banco, para saber se essas linhas estão sendo oferecidas por esses bancos. E também, no *site* do BNDES, a gente tem os bancos operadores dessa linha.

É isso. Muito obrigado. Desculpe ultrapassar o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – O que é isso! Vamos aumentar o tempo, porque é muito importante esse tema.

Senador Fernando.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL. Como Relator.) – Nelson, só uma curiosidade, você falou da laranja, a laranja está contemplada?

O SR. NELSON BARBOSA – Agora o senhor me pegou, tem que pegar na lista. A laranja não teve a alíquota majorada, ficou só nos 10%.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL) – Não? Então eu vi errado.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Ficou na primeira tarifa, não é?

O SR. NELSON BARBOSA – Na primeira.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL) – Ficou na tarifa...

O SR. NELSON BARBOSA – O setor de laranja pode pegar aquela linha do BNDES que está disponível para todos.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL) – Ah, ele pode pegar também?

O SR. NELSON BARBOSA – Aquela que está disponível para todos, ele pode.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL) – Mesmo ela sendo contemplada lá com o Trump já?

O SR. NELSON BARBOSA – É. É, porque todos levaram 10%.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL) – Ah, então...

O SR. NELSON BARBOSA – Todos que exportam para os Estados Unidos podem pegar essa linha do BNDES.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL) – Pelos 10%.

O SR. NELSON BARBOSA – Pelos 10%, aqueles R\$10 bilhões.

Quem teve uma tarifa maior pode pegar, dependendo do tamanho do impacto, as outras linhas.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL) – Certo.

Então, como o Guilherme falou aqui, essa parte do grande é fácil de ele operar: ele entra no *site*.

Então, vamos aos pequenos. Eu tive contato aí... Nessa história da fruta, são quase 4 mil pessoas, que têm de dois a cinco hectares lá em Petrolina, que operam tudo. O BNDES vai dar um suporte aí para ver como é que chega a eles, a esses pequenos, tanto da fruta como de pescado, né? Porque dos pescados me falaram que há 1 milhão de pescadores rodando nisso no Sul, e 3,5 mil lá em Pernambuco, no Nordeste, com lagosta, essas coisas. Como chegar a eles, que é a cadeia mais importante? Eles têm... Eu soube que, no Nordeste, parece que são 15 – não é *trade* – exportadores que fazem essa coleta deles e exportam; chega para eles, mas não chega para os pequenos.

E outra coisa que sempre me perguntam, Nelson, é: quando houve essa coisa de fundo garantidor, garantidor, garantia... Existe algum crédito desses, existe alguma operação dessas que o fundo garantidor garante? Até quanto? E depois, é tudo normal? Explique aí essas garantias.

O SR. NELSON BARBOSA – Eu vou começar de trás para a frente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O fundo garantidor, normalmente, garante uma parte da operação. Então, hoje, nesse programa, tem a previsão de usar três fundos garantidores; dois que já estão funcionando, já existem, e um terceiro que vai ser criado, e isso vai levar um pouco mais de tempo.

O que já existe? Existe o Fundo Garantidor de Operações (FGO), no Banco do Brasil – é focado muito para a microempresa, com faturamento de até R\$4,8 milhões, acho que esse é o limite lá da MPME –, e tem o Fundo Garantidor de Investimentos, que é administrado pelo BNDES.

Eu posso dizer para o senhor... Eu tenho o detalhe do BNDES. O que acontece? Toda empresa que está naquela faixa de afetados em mais de 5% pode pleitear, se for uma operação indireta – o fundo que a gente administra a gente não pode garantir para a gente mesmo; então, a gente está falando de operações indiretas, que grandes ou pequenas podem pegar. Você pode pleitear. Na hora em que você pleiteia esse fundo, o fundo vai garantir parte da operação, então, automaticamente, o banco vai cobrar um juro menor, porque o risco é menor. Ele garante até 80% da operação. Então, se eventualmente essa operação der algum problema, tiver uma inadimplência, o fundo vai cobrir 80%, e o banco que emprestou vai cobrir 20%.

É uma coisa que a gente já usou no Rio Grande do Sul e já usou na crise de 2008, porque esse é um fundo que o Presidente Lula criou na crise de 2008; foi útil lá. Depois, na covid, Paulo Guedes botou R\$20 bilhões nesse fundo, que ajudou, Deputado, a atravessar a covid. No Rio Grande do Sul foi colocado um recurso, e agora foram colocados R\$2 bilhões para isso.

Então, ele garante 80%. Nas operações indiretas, principalmente de micro, pequena e média empresa, se teve um impacto de mais de 5%, ela pode pedir esse fundo, sem encargo para ela. O fundo vai garantir 80% e isso permite que o banco cobre um juro menor, e aquela taxa máxima ali, que é oito e pouco ou sete e pouco, pode até cair, tendo a garantia desse fundo.

O caso das frutas e dos pescados: nesse a gente está trabalhando – o Guilherme Mello tem liderado essa discussão, que é uma discussão também com a Receita Federal – em como é que a gente pega os pequenos. Até para os não especialistas, acontece muito de um produtor de pescado, de fruta, ele não é o exportador direto; ele vende para uma empresa comercializadora, que a gente chama *trader*, e essa empresa exporta para os Estados Unidos. E aí, na lista lá do Governo, aparece o CNPJ da empresa.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nessa primeira leva, Deputado, Senador, a gente foi para atender os exportadores. A gente sabe que agora tem esse desafio dos fornecedores, e é um desafio rápido, que pode ser resolvido na MP, mas talvez seja resolvido mais rápido ainda. Então, a gente está trabalhando para, nas próximas semanas, via uma portaria, regulamentar o acesso a esses fornecedores. E é muito importante até, Deputado, conversar com as lideranças, com os Prefeitos, com os Governadores, porque tem que ter algum tipo de cadastro. Como é que eu vou identificar – porque a gente também não quer desvio de função; a gente sabe da restrição fiscal... Então, a gente está vendo como a gente coloca: se é uma área geográfica, se é um determinado setor; tem que ter uma comprovação de que essa empresa já existia, já vendia. E a gente tem maneiras de fazer isso. Isso pode ser feito via uma portaria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e do Ministério da Fazenda, estabelecendo o critério para nós, do BNDES. Estabelecendo o critério, dizendo qual é o CNPJ, automaticamente já pode acessar. Então, acho que é isso agora que as equipes estão vendo, ou seja, qual é a melhor forma – geográfica, receita, produto –, justamente focadas nesse setor que o senhor falou: fruticultura, apicultura, pescado, pequenos produtores, que não são os exportadores diretos, mas vendem para grandes *traders*, que, então, exportam.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL) – Só mais uma dúvida. O senhor falou ali que pode ir a R\$200 milhões, R\$500 milhões. Esse fundo garante 80% disso?

O SR. NELSON BARBOSA – Ele tem um limite de valor – agora me deixe perguntar aqui para os meus universitários, porque são tantos números...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NELSON BARBOSA – Ele garante até R\$10 milhões. Então, ele é feito para micro, pequena e média empresa. Então, ele garante operações de até R\$10 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Mais alguma coisa, Senador?

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Nosso decano aqui, Senador Esperidião Amin, passo a palavra a V. Exa., já aqui nos "finalmentes" com o nosso sempre Ministro Nelson Barbosa, por favor.

E aqui cortou tudo da madeira lá em Santa Catarina, viu?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Eu vim aqui para replantar.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Ah, então, está certo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP - SC. Para interpelar.) – Eu só quero... Eu acompanhei uma parte remotamente e quero agradecer tanto ao Presidente quanto aos meus amigos aí presentes: ao meu amigo Guilherme Campos e, especialmente, ao Senador Fernando Farias e ao Ministro Nelson Barbosa.

Quero dizer que as preocupações que nós coletamos lá – tivemos o privilégio de estar lá em Washington em julho, então não vou rememorar o que já foi aqui descrito... Eu acho que nós temos que ter uma visão de equilíbrio para evitar perder a freguesia – vamos ser bem claros – por algo que eu acho que vai ser forçosamente passageiro; e, depois de perder a freguesia, recuperá-la. Nós temos casos de um porto... Tivemos um caso recente do Porto de Itajaí. Era um porto exportador de contêiner, ou seja, de mercadoria com valor agregado, tecnologia; teve as ações paralisadas. Para retomar o funcionamento, enfrentando uma competição cada vez maior, vale a pena para o país, Senador Fernando Farias, o senhor, que é o nosso Relator, gastar alguma coisa na expectativa de não perder a freguesia, por exemplo, não perder o valor de marca, a relação de confiança, de qualidade, até, às vezes, de amizade, que une comprador e vendedor, no melhor estilo pessoal.

Então, eu queria cumprimentar pela instalação da Comissão o nosso Deputado, me colocar à disposição e dizer que pretendo ajudar em tudo que estiver ao meu alcance para o Brasil.

Nosso Relator, Senador Fernando Farias, é lógico que tenho, como representante de Santa Catarina, o dever de priorizar as questões que nós conhecemos, mas sem perder o foco de que o problema é brasileiro, nós estamos do lado certo, por isso, se a gente puder não perder as coisas que se perdem pelo decurso de prazo, nós vamos ter os danos bastante reduzidos.

Renovo aqui a minha confiança na dupla e estou à disposição para ajudar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin. Tenha a certeza de que sua palavra é muito bem ouvida e uma das vozes do





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Congresso Nacional que todos nós admiramos. A sua fala, com certeza, causa muito efeito em nossas ações.

Bom, quero agradecer ao Presidente Hugo Motta pela confiança de nos dar este trabalho, esta missão, e ao Presidente Davi, nosso Senador, que é um querido, muito jeitoso aqui.

Nós temos alguns embates pela frente aí, Guilherme, para tentar atender alguns setores que têm, incansavelmente, Dr. Nelson, nos procurado, seja nessa medida provisória ou em outra, mas nós vamos tratar desta Medida Provisória 1.309, para que possamos atender todos os setores afetados.

Muitas perguntas chegam. As mais delas, Guilherme: "E as pequenas empresas? E as menores empresas?". Se estiverem dentro do padrão alcançado pela medida provisória, já estarão sendo atendidas. Se não estiverem, nós vamos trabalhar, com certeza, para, de alguma forma, serem atendidas. Até, como eu disse aqui no início – até porque o dizia um grande amigo meu aqui –, na Praça dos três Poderes, o que não pode num dia, no outro, vira lei e passa a poder. Então, é só as Casas se ajustarem aqui e acharem o meio-termo.

Muito obrigado a todos vocês. Quero dizer sempre que, independentemente dos posicionamentos políticos, usando aqui a frase do Senador Esperidião Amin, nós somos Brasil. Nós precisamos tratar do que, no momento, é necessário para trazer o melhor para os nossos brasileiros.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e declaro...

Antes de encerrar, nosso Senador...

Já aviso que, semana que vem, a reunião será às 15h30, para dar tempo de todo mundo chegar. Se V. Exa. concordar...

O senhor tem a palavra para finalizar aqui.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL. Como Relator.) – É só para dar um testemunho aqui, desde que foi instalada, desde antes, da dedicação do BNDES, com o Nelson e a equipe toda já trabalhando em cima dessa medida. É só para dar esse testemunho a vocês.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Muito obrigado a todos vocês.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deus os abençoe!

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 33 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1309, DE 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE OUTUBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e trinta e um minutos do dia hum de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Deputado Cezinha de Madureira, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 1309, de 2025 com a presença dos Parlamentares Fernando Farias, Efraim Filho, Carlos Viana, Marcelo Castro, Professora Dorinha Seabra, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Angelo Coronel, Carlos Portinho, Jorge Seif, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Randolfe Rodrigues, Esperidião Amin, Laércio Oliveira, Mecias de Jesus e Hildo Rocha, e ainda dos Parlamentares Sérgio Petecão, Bacelar, Zenaide Maia, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Paulo Paim e Magno Malta, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Cid Gomes, Hamilton Mourão, Luiz Philippe de Orleans e Bragança, Marangoni, Robinson Faria, Isnaldo Bulhões Jr., Augusto Coutinho, Romero Rodrigues, Adolfo Viana, Bruno Farias, Marcel van Hattem, Rui Falcão e Carlos Zarattini. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao Plano de Trabalho. **Finalidade:** Debater a Medida Provisória nº 1309, de 2025. **Participantes:** Ulisses Pimenta, Coordenador de Análise de Mercado da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex); Rodrigo Zerbone Loureiro, Secretário Executivo da Câmara de Comércio Exterior (Camex); Embaixador Philip Fox, Secretário de Assuntos Econômicos e Financeiros do Ministério das Relações Exteriores (MRE); Luiz Abel Amorim de Andrade, Diretor de Negócios do Banco do Nordeste (BNB); Karina Lima Goretti, Gerente na Unidade de Empréstimos e Financiamentos do Banco do Brasil (BB); e Eduardo José do Nascimento, Gerente na Unidade Estratégia Governo do Banco do Brasil. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quarenta minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Cezinha de Madureira

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1309, de 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2025/10/01>



CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1.309, de 2025.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater a Medida Provisória nº 1.309, de 2025, em atenção ao plano de trabalho aprovado na reunião anterior.

Com o objetivo de otimizar os trabalhos da Comissão, a Presidência fará duas mesas de debates. Na mesa um, nós convidamos aqui para tomar lugar na primeira mesa os seguintes convidados: Ulisses Pimenta, Coordenador de Análise do Mercado da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex); Rodrigo Zerbone Loureiro, Secretário-Executivo da Câmara de Comércio Exterior (Camex); e Embaixador Philip Fox, Secretário de Assuntos Econômicos e Financeiros do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta a participações dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211. O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Eu, antes de começar, indago ao nosso Relator se quer fazer algum cumprimento no início desta reunião.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL. Como Relator.) – Quero agradecer a presença de vocês. Vamos dar andamento aqui para ver se a gente resolve alguma coisa nessas medidas, né?

Obrigado a todos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Bom, vamos iniciar aqui dando boas-vindas a todos vocês e agradecendo o convite.

Quero dizer a todos que cada fala de vocês é muito importante para todos os setores envolvidos nesta medida provisória e também para nós, aqui do Parlamento.

Ulisses Pimenta, Coordenador de Análise de Mercado da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), com a palavra por até dez minutos.

O SR. ULISSES PIMENTA (Para expor.) – Presidente da Comissão Deputado Cezinha; Exmo. Senador Fernando Farias; Ilmo. Embaixador Philip Fox; representante do Banco do Brasil, Karina Goretti; Rodrigo Loureiro, Secretário da Camex; Luiz Abel, Diretor de Negócios do Banco do Nordeste – por acaso, eu fui, 20 anos, colega lá do Banco do Nordeste na Direção Geral de Fortaleza, é um prazer –; estamos aqui para exatamente colocar três principais pontos em que a ApexBrasil tem trabalhado.

Primeiro, nós fizemos, em face das tarifas dos Estados Unidos, desde abril deste ano, um mapeamento, em cada estado, de produtos que dependiam delas para nós podermos selecionar mercados alternativos para esses produtos e, finalmente, ações que a ApexBrasil já tem feito para mitigar essas questões. Então, vamos lá.

No contexto macroeconômico, o Brasil tem um agro bem destacado, embora os produtos nos Estados Unidos... Os produtos da indústria foram bem atingidos no caso dos Estados Unidos, mas não só. Quero dizer também que o Brasil é o décimo país no mundo em PIB e que também, neste ano, nós tivemos um recorde de investimentos mundiais no Brasil, 46% do PIB brasileiro representados com investimentos.

Nesse cenário, um cenário em que o Brasil vem desempenhando bem, nós temos, então, o advento das tarifas Trump, que começaram ali em abril, naquela questão do Liberation Day, inicialmente com 10% e vários países atingidos. Mais adiante, o Brasil é atingido com sobretaxas que chegam a 50%, principalmente em julho agora, exatamente com esse adicional de 40%, que, com os 10% que já existiam, chega a 50%, lembrando que alguns produtos, como aço, alumínio e automóveis, têm regras próprias, né? Mas o certo é que essas tarifas se





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

transformaram num desafio muito grande para nós. Vamos vencer esses desafios, e a Apex está aqui exatamente para contribuir com isso.

Primeiro, nós temos que dizer que quase 50% do total dos produtos nos Estados Unidos, embora tenham sido afetados pela tarifa – parte deles, cerca de 20% –, em outros países foram afetados igualmente. Quando outros países são afetados igualmente, significa dizer que nós temos ainda uma chance de continuar vendendo, competindo, porque outros foram atingidos por igual. Numa outra parte, cerca de 26% mais ou menos não foram atingidos pela tarifa. Então, sobrou aí o restante, 50% mais ou menos, que exatamente são aqueles em que nós estamos trabalhando.

Bom, aí nós temos o mapeamento que fizemos da diversificação desses mercados. Eu aqui vou mais adiante mostrar, em linhas gerais, como esses estados são atingidos. Inclusive, tem ali um QR *code* para a gente acessar a íntegra dessa análise, desse estudo e daí os mercados de diversificação.

Bom, pulando um pouco essa parte, que é uma parte mais analítica, digamos assim, o que a Apex tem feito? Imediatamente, várias ações foram tomadas, né? Agora, recentemente, destaco que, juntamente com o MRE, o Mapa, a Amcham e outros parceiros e entidades setoriais, nós estamos com a instalação do escritório em Washington para reforçar lá as negociações, defendendo os interesses brasileiros, juntamente com indústrias não só brasileiras, mas também aquelas americanas que têm interesse em que se resolva essa questão, com o assessoramento de entidades também americanas nesse sentido.

Ações que temos tomado para promoção comercial e de investimentos. Aí nós temos... Eu queria destacar que tem várias ações, no total de quase R\$250 milhões. Ali eu queria destacar, principalmente, o Exporta Mais Brasil, que é um projeto... Não sei se daqui vai chegar o *laser*. O Exporta Mais Brasil é um projeto bem interessante, que tem... Só neste ano, de abril para cá, foram mais de 40... Estão ali 44 ações feitas, quantidade de oportunidades de negociação, com mais de 160 empresas, compradores internacionais de mais de 50 países, cerca de dez estados que foram já beneficiados com essa iniciativa. Então, essa é uma iniciativa que tem sido de grande relevância, porque nós trazemos os compradores para cá. Isso é muito interessante porque evita custos adicionais dos nossos exportadores, que têm acesso também,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente, a pequenas e médias empresas, que são as que mais precisam desse apoio. Ali nós temos feiras também, que nós já fazíamos e intensificamos.

Essa questão das ações não se refere apenas a eventos, mas também a estudos. Por exemplo, recentemente nós lançamos o estudo Singapura, que fala da logística de Singapura e de como atingir os mercados da Asean a partir de Singapura. Embora Singapura em si não seja um mercado foco devido ao seu tamanho, na região nós temos a Asean, que hoje é um dos blocos que mais interessam ao Brasil, cujo comércio mais cresce para aquela região. Além disso, também nós fizemos estudo de oportunidades, divulgado nesta semana, da Guiana e do Suriname, que estão aqui ao lado, bem do ladinho aqui, e nós podemos ali vender produtos, inclusive, de valor agregado muito alto, o que é muito interessante. O da Arábia Saudita está previsto agora para até o final do mês. Então, são não apenas ações, eventos, feiras, encontros, rodadas de negócios, mas também estudos para se somarem aí, né?

Esse QR code da diversificação dos mercados é para – não sei se todos conseguem alcançar daí – exatamente dar acesso a essa análise, uma análise bem extensa, de todos os produtos, principalmente para aqueles que estão com mais de 30% de dependência do mercado americano, em todos os estados brasileiros. Essa análise foi feita depois dos mercados alternativos, para os quais nós podemos trabalhar e já começamos a trabalhar.

Inclusive, o Presidente Jorge Viana não pôde estar aqui porque está em Dubai agora, tratando, em reunião com o Secom do MRE, exatamente para estratégias voltadas para essa diversificação de mercado ali na região do Oriente Médio e também da Índia, que são regiões altamente interessantes para o comércio e investimentos brasileiros.

Bom, aí nós temos também o impacto, agora um pouco de cada, em cada região por estado. Ali tem Espírito Santo como um dos mais atingidos, cerca de 28%. Agora, interessante notar o seguinte, que mesmo que o estado tenha sido... digamos assim, a participação dele para os Estados Unidos, ali no caso do Espírito Santo, é maior, portanto, proporcionalmente mais atingido, mas não necessariamente pode ter sido, porque todos os estados foram atingidos.

Alguns números envolvem setores que empregam... setores que atuam com comunidades do interior, são pequenas e médias empresas, então, não necessariamente esses números percentuais estão representando todo o impacto que foi sofrido, seja pela pequena e média





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresa, seja por setores como, por exemplo, fruticultura, da castanha, o setor, por exemplo, do agro, mas estamos aí exatamente trabalhando para que todos eles sejam, uma vez que já foram identificados, contemplados com oportunidades que nós divulgamos para essa diversificação, integrando essas ações.

(Soa a campainha.)

O SR. ULISSES PIMENTA – Ali na Região Norte, Amapá, depois Bahia; Ceará foi dos mais atingidos; Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, e esses são os mais atingidos.

Bom, esse trabalho da análise dos mercados de interesse, no *site* da ApexBrasil, logo que você entra, você encontra a página para acesso a essa análise. E aqui, nessa apresentação – que eu acho que vai ser disponibilizada, não sei –, lá tem um QR code que vai dar diretamente nesses mercados, nessas informações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Muito obrigado.

Senador, alguma pergunta?

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL. Como Relator.) – Não, eu teria aí... Ulisses, você explicou aí o que foi afetado em cada estado, em cada um. O que é que você está sentindo? Que já foi substituído o problema do tarifaço com esses produtos pequenos assim? Você acha que o mercado já absorveu? Você acha?

O SR. ULISSES PIMENTA (Para expor.) – Esse é um desafio que nós temos, Senador, por quê? Porque alguns produtos... Por exemplo, o pessoal anda muito preocupado lá em Pernambuco e na Bahia porque para alguns produtos não é tão rápido você substituir o mercado por questão de hábitos, hábitos alimentares, muitas vezes. Você tem o caso, por exemplo, da manga, né? Para outros produtos, eu creio que seja mais fácil. Por exemplo, o sebo bovino é um produto muito versátil, que se presta a muitos usos no agro e na indústria também, e você tem já mercados, me parece, em que é mais fácil encontrar novas oportunidades, por exemplo, no caso do sebo bovino no Canadá. Você tem, então, alguns produtos que são mais fáceis, outros não.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, o certo é que somente vai acontecer isso, e vai ser gradual, na medida em que as empresas participem – e aí todas as empresas, todas as entidades impactadas estão juntas com a Apex Brasil, para que haja uma participação maior nessas ações, as que citei, por exemplo, do Exporta Mais, mas não só nessas ações, nas feiras também, para que a gente possa... É no contato com o potencial comprador que a gente vai crescendo nessa inserção, porque o mercado internacional, o comércio exterior, é um mercado que exige um certo tempo para poder fazer essa, digamos assim, inserção de novos compradores.

Então, é um trabalho a ser feito, não é rápido – para alguns setores sim, para outros nem tanto. É um trabalho que tem que ser feito com determinação e, digamos assim, somando todos os esforços que nós temos, a Apex, todas as entidades lá no exterior, MRE, SECOMs... Isso realmente é algo que vamos fazer em várias mãos.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL) – Você acha que daqui para o fim do ano é um bom tempo para isso?

O SR. ULISSES PIMENTA (Para expor.) – Olha, com certeza muita coisa vai acontecer. Vou dar um exemplo: com esses mais de 160 compradores que participaram de cerca de 400 reuniões agora no Exporta Mais, foram 53 milhões de expectativa de negócios, por exemplo. Se ainda temos algum tempo aqui até o final do ano, mais será feito; mas é difícil estimar exatamente quanto. Vai depender das negociações, de novos acordos também – isso é importante que se diga – e da ampliação de acordos existentes, como o da Índia, como outros com outros países. O próprio acordo da União Europeia pode vir. Então, novas iniciativas podem vir a somar e, talvez, surpreendentemente, a gente ter resultados excepcionais. Inclusive, a própria exportação para os Estados Unidos: várias empresas têm encontrado formas de, através de outros mercados, chegar até os Estados Unidos. Mas isso é algo, digamos assim, temporário – esperamos que sim, está certo? Mas o certo é que só vamos chegar lá exatamente com essa soma de esforços conjuntos aí de todos nós que participamos do comércio exterior.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL) – O.k., obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP. Para interpelar.) – Sr. Ulisses, há planos de diversificar mercados ou ampliar a presença de exportadores brasileiros em outros destinos diante do novo cenário provocado pelas taxações, pelo tarifaço?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ULISSES PIMENTA (Para expor.) – Exatamente, essa análise que nós fizemos se prestou exatamente a isso. Depois de termos mapeado as maiores dependências do mercado americano, por exemplo, rochas ornamentais, muito dependente, o mel, pequenos que precisam, a castanha... Então, a gente fez todo esse mapeamento e agora nós estamos...

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – São pequenos produtores, né?

O SR. ULISSES PIMENTA – Pequenos produtores, cooperativas também. Para se ter uma ideia...

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Gostei desse negócio de pequenos produtores e cooperativas, porque são, de fato, lá na ponta... Porque o grande empresário consegue se virar com linhas de crédito e de outras formas, mas o pequeno não consegue. E é esta questão: se a gente consegue, de alguma forma, amenizar um pouco a vida do pequeno e do médio produtor, do pequeno empresário, isso vai ficar muito bom, porque eles também estão atingidos. É uma cadeia, né? É uma árvore ali: afeta em cima, vai afetando embaixo também.

O SR. ULISSES PIMENTA – Sem dúvida, sem dúvida. E de vários setores. Nesse caso do Exporta Mais, que é a ação em que estamos mais agora investindo aqui, dentro do Brasil, com atração de compradores, vai ter cerâmica, couro, alimentos e bebidas funcionais, moda, bebidas, cooperativas, no caso, manejo florestal sustentável, mel e própolis, chocolate – agora tem muito chocolate na Amazônia, ali de pequenos também –, produtos lácteos, material de construção, artesanato, por exemplo – nós estamos trabalhando também com artesanato –, trazendo compradores de fora até aqui.

Então, isso realmente é uma preocupação nossa, porque a Apex, na sua própria fundação, tem o pequeno como principal foco. Nós sabemos que apoiar o grande negócio também ajuda, de alguma forma, indiretamente os pequenos, porque, quando você quebra um grande, você tem uma cadeia de pequenos ali acoplados que também sofrem, então a gente tem que ver também essas conexões. Mas estamos aí cada vez mais... E agora já tem mais de 44 – eram 44 –, somente neste ano, ações nesses tipos de reunião. Até agora foram mais de 400 reuniões com 160 compradores de 50 países.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Muito obrigado.

Vamos ouvir agora o Rodrigo Zerbone Loureiro, Secretário-Executivo da Câmara de Comércio Exterior.

Com a palavra por até dez minutos, por gentileza.

O SR. RODRIGO ZERBONE LOUREIRO (Para expor.) – Obrigado, Deputado.

Boa tarde a todos. Boa tarde, Deputado Cezinha, Presidente. Boa tarde, Senador Fernando Farias, Relator.

Eu estou aqui hoje representando a Câmara de Comércio Exterior, que é responsável, no Governo brasileiro, pela formulação, adoção e implementação de políticas de comércio exterior, mas não só na parte tarifária, que é o mais comum de se saber da Camex: também é responsável por coordenar as atividades e também tem competências específicas diretas relacionadas a investimentos estrangeiros diretos, investimentos brasileiros no exterior e ao financiamento às exportações, que é o ponto que eu vou falar um pouco mais hoje, porque faz parte de uma seção estrutural da medida provisória e é muito importante para a gente conseguir acessar novos mercados e lidar com o cenário que a gente tem decorrente do tarifaço.

Sobre o Plano Brasil Soberano, obviamente, ontem e hoje... Até com a apresentação do colega da Apex já foram colocados muitos dados relacionados a essas medidas e o cronograma, que foi apresentado aqui agora. Não vou entrar nisso, mas é importante a gente ter em mente o tamanho, a gente está falando aqui em torno de 40 bilhões de importações potencialmente afetadas, mas, quando a gente olha especificamente o que de fato foi afetado diretamente por essa ordem executiva, a ordem faz uma série de exceções. Algumas exceções simplesmente tiram do âmbito daquela ordem alguns produtos, que ficariam sujeitos, então, a uma tarifa que pode ser de 10%, que é a tarifa que os Estados Unidos usam, que eles colocam como de reciprocidade, para o mundo inteiro, ou só à tarifa normal que os Estados Unidos tinham antes desse novo Governo entrar e editar esse tipo de ação, que é a tarifa da nação mais favorecida, estabelecida conforme as regras da OMC. Depois a gente tem um grupo, também, de produtos





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ficam sujeitos só ao que a gente chama da Seção 232, que são tarifas gerais para o mundo inteiro, mas tarifas também elevadas, bem acima do estabelecido no âmbito da OMC.

Diante desses números, de todas essas fraturas e exceções, o que a gente tem de fato que está sujeito à ordem executiva é 34,9% das nossas exportações. Então, esse é o universo sujeito, de fato, à ordem executiva de 30 de julho. Esse é um número importante para a gente ter. Então, 34%, o que equivaleria a US\$14 bilhões, aproximadamente.

O Plano Brasil Soberano, obviamente, tenta lidar com essa situação, e a Camex participou diretamente da elaboração, junto com todos os ministérios, dentro do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, mas também fazendo a integração com os demais ministérios participantes e membros da Camex, os seus órgãos colegiados.

Ela tem como foco vários problemas práticos relacionados às consequências do tarifaço: a gente tem a parte de diferimento de tributos e prorrogação de prazos de comprovação de operações de *drawback*, medidas super-relevantes; a gente tem uma medida que é estrutural, mas eu vou falar em mais detalhes por que ela é tão importante para esse contexto que a gente está vivendo; a gente tem as linhas de financiamento de R\$30 bilhões, que são os R\$30 bilhões do FGE, mas que são operados pelo BNDES; as garantias previstas do Pronampe e do Peac; a aquisição de gêneros alimentícios; e o Reintegra.

Eu vou me concentrar aqui, na sequência da apresentação, no item 3 e no item 4: a reestruturação do Seguro de Crédito à Exportação (SCE) e as linhas de financiamento.

Crédito à exportação é um elemento fundamental de acesso a mercado, então, quando a gente fala que a gente tem um problema desse tamanho com os Estados Unidos e que a gente precisa redirecionar a nossa produção, os nossos produtos que são exportados, que eram exportados para os Estados Unidos, a gente precisa de crédito, o exportador precisa de crédito, precisa de seguro, precisa de uma série de instrumentos que são previstos pela legislação para a gente conseguir acessar. Isso é um padrão mundial, que a gente tem em mais de 110 países, todos os países desenvolvidos ou em desenvolvimento têm sistemas de crédito à exportação.

Em 2024, a gente tem US\$115 bilhões no mundo, e o Brasil participou apenas com US\$1 bilhão. A gente tem um cenário em que a quantidade de operações teve um decréscimo muito





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande. Então, aqui a gente está falando do Seguro de Crédito à Exportação de longo prazo e para micro e pequenas empresas de operações com um decréscimo muito grande, muito aquém hoje do que a gente precisa ter como país. Então, esse é um processo que foi acontecendo ao longo dos anos.

A gente tem hoje um cenário de coberturas, em 2024, quase de US\$2 bilhões; e aqui, com pedidos, um volume muito baixo, de novo, aquém do que a gente pode e deve ter no Brasil.

Aqui está o histórico de exposição, que reflete também a capacidade de operação do FGE, caindo muito ao longo desse último período, e aqui o ativo que hoje o FGE (Fundo de Garantia à Exportação) tem, de R\$52 bilhões de patrimônio líquido, de ativo total. Isso traz um elemento que a medida provisória buscou lidar, que é um descasamento entre a capacidade de fato teórica desse fundo, mas a sua efetividade muito limitada, porque ele depende do orçamento, ele é um fundo meramente contábil, então tudo que ele recebe é de prêmios. Ele é um fundo muito superavitário, se ele fosse visto como um fundo financeiro real.

E aí a medida provisória traz uma reforma importante desse fundo para tornar os programas nacionais mais próximos da competição internacional. Então, a gente vê países que são nossos competidores no cenário global com sistemas de crédito muito robustos e atuantes, e a gente muito tímido, por diversos problemas que a MP busca solucionar, então, trazendo mais agilidade, tornando os programas brasileiros mais integrados também com o setor privado aqui no Brasil.

A medida provisória, então, propõe medidas específicas e concretas para aperfeiçoar o sistema de crédito – é uma resposta direta, como eu disse –; amplia coberturas; linha de crédito, tem a linha de crédito R\$30 bilhões; maior flexibilidade da política pública; e trazendo para regulamentação infralegal dos colegiados da Camex.

De forma mais específica, o que é a medida provisória? Quais são os principais pontos que a medida provisória traz para a reforma do sistema de crédito à exportação, especificamente no Seguro de Crédito à Exportação? A medida provisória, de fato, concretiza e dá mecanismos reais para que a gente tenha um fundo privado, que vai atuar em parceria com o fundo público.

(Soa a campainha.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO ZERBONE LOUREIRO – Eu vou falar um pouquinho mais do fundo privado, mas agora o fundo privado, com o aporte de R\$1,5 bilhão previsto no PLP 168, de 2025, vai trazer mais agilidade para o processo, vai, com o tempo, reunir esses valores de prêmio e se tornar um fundo maior, em que a gente vai conseguir, de fato, fazer seguro de carteira, fazer chegar na ponta com maior efetividade. Essa é uma parte muito relevante do projeto.

Em relação à dinâmica mais geral, a gente tem uma flexibilização em relação a prazos, que geravam uma concentração. O resumo dessas modificações é: o cenário atual gera uma limitação de acesso, uma dificuldade do exportador brasileiro de acessar esse instrumento e também uma limitação para aqueles produtos de maior complexidade tecnológica, que acaba gerando uma concentração muito específica da nossa pauta exportadora e, por isso, um uso tão baixo desses instrumentos.

Então, a medida provisória tira algumas travas que são importantes para a gente acessar uma parte maior da nossa pauta exportadora, para a gente garantir acesso a crédito de curto prazo em fases diferentes dentro do processo produtivo, desde o investimento, pré-embarque, pós-embarque, ou seja, na fase de preparação do produto e, depois, na fase de venda do produto, soluções que vão certamente trazer uma cobertura maior de carteira, mais flexibilidade, mais acesso para as empresas exportadoras brasileiras.

O que a gente espera como resultado? Numa perspectiva de quatro anos, a gente quer chegar a resultados anuais neste porte: 600 micro, pequenas e médias empresas atendidas por ano e 66 de médio e longo prazos, que tendem a ser mais concentradas em grandes empresas, com exportações da ordem de US\$4,6 bilhões. Isso é um salto muito grande em termos do que a gente tem hoje, mas a gente tem confiança de que a gente vai atingir isso.

Em relação às linhas de financiamento do FGE, que vão ser operadas pelo BNDES, ontem a gente já teve essa apresentação, eu só queria exemplificar aqui que a gente tem modalidades específicas de recursos que são necessários para este momento que a gente está vivendo, emergencial: o giro diversificação, com juros de 2% mais *spread* de 6%; giro emergencial; e bens de capital e investimento.

A gente tem aqui também os critérios de priorização. De novo, a ideia aqui é concentrar esses recursos naqueles que foram mais afetados pelo tarifaço. Então, aí duas faixas de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

priorização: de 5% a 20% e, depois, acima de 20% do faturamento com exportações para os Estados Unidos, e aí com capacidade de acessar todas as linhas ou apenas uma delas, né?

Aqui é o que já tem de financiamento. Então a gente já tem aprovado ali aproximadamente R\$2 bilhões, com um volume grande de protocolos também, lembrando que a disponibilização da linha vem de 18 de setembro.

De forma geral, a gente tem uma previsão de monitoramento constante desses programas, também de interação e construção junto com o setor privado e do aperfeiçoamento das regras constante, já que a gente está tirando as travas que a gente tinha na lei, jogando para regulamentação, o que fica mais correto em termos de estar continuamente aperfeiçoando em face das necessidades do setor privado brasileiro.

Essa é a apresentação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Muito obrigado.

Senador, deseja fazer alguma pergunta?

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL. Como Relator.) – Eu quero, sim.

Eu vi aí, pelo Rodrigo, que a Camex participou intensamente do plano, né? É só uma curiosidade: por que vocês colocaram a régua ali de 5% a 20%? Qual foi o critério?

O SR. RODRIGO ZARBONE LOUREIRO (Para expor.) – Senador, a ideia foi trazer o critério de priorização. Havia um receio de que a gente tivesse, como já aconteceu em outros casos de emergência, a gente... Bom, na discussão no Governo, a gente também bebeu em águas que a gente já passou. Então, a gente usou muito a experiência das tragédias que aconteceram no Rio Grande do Sul e dos programas emergenciais que foram colocados, e lá houve alguns problemas de empresas que foram severamente afetadas e que acabaram não conseguindo acessar aquele dinheiro porque outras empresas que foram muito menos afetadas, por terem uma maior capacidade de acesso àquela linha, chegaram antes e pegaram o dinheiro, enfim, acabaram consumindo o dinheiro todo.

Então, foi uma preocupação de colocar critérios que, de fato, garantissem que as empresas mais afetadas pudessem acessar aquele valor. Foi essa a razão. Obviamente, isso é





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

algo que pode ser atualizado ao longo do tempo; na medida em que as empresas mais severamente afetadas tiverem acesso, com sobras, com disponibilidade de recursos, isso pode ser também estendido.

Agora, um ponto também muito relevante, que já foi trazido ontem pelo BNDES, é que o banco também colocou 10 bilhões de recursos para que outras empresas que não se encaixassem ali naqueles critérios pudessem também ter acesso a recursos importantes desde agora, desde este momento. Então, o Governo tem ficado muito preocupado em, de fato, ouvir o setor, ouvir os diversos interlocutores e, eventualmente, fazer ajustes. Isso, obviamente, pode ser construído.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Então podem ser construídos ajustes aí.

O SR. RODRIGO ZERBONE LOUREIRO – Eu acho que, na medida em que o programa vai sendo executado e vão surgindo eventuais dificuldades ou eventuais situações que mostrem que a gente precisa evoluir em algum ponto, isso, obviamente, vai ser considerado, com certeza, pelo Governo.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Obrigado, Rodrigo.

Embaixador Philip Fox, Secretário de Assuntos Econômicos e Financeiros do Ministério das Relações Exteriores, com a palavra, por até dez minutos.

O SR. PHILIP FOX-DRUMMOND GOUGH (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente da mesa, Sr. Relator.

O Plano Brasil Soberano, no Eixo 3, tem a diversificação de mercados como um dos eixos centrais para fazer face a esse tipo de problema que nós estamos tendo com o tarifaço dos Estados Unidos. Nós estamos tendo um período particularmente muito ativo em termos de negociações comerciais. Eu gostaria, então, de dar um panorama do que está sendo feito principalmente e em que áreas do mundo nós estamos mais ativos nesse ponto.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa apresentação complementa muito o que foi trazido aqui pelo pessoal da Apex e da Camex, no sentido de que a gente está buscando facilitar, dar melhores condições para justamente essas atividades de prospecção que têm sido feitas pela Apex, principalmente. E é essencial nós trabalharmos em conjunto.

Então, em linhas gerais, como se sabe, as negociações comerciais do Brasil são feitas em conjunto com os sócios do Mercosul, pela 32/00. Então tudo é feito em conjunto. Nós estamos tendo... Nós conseguimos, nos últimos tempos, uma coordenação boa com os sócios do Mercosul. Vocês vão se lembrar de que, há um tempo, havia certos ruídos aí sobre alguns sócios querendo ir em velocidades diferentes, de maneira diferente, mas, esses ruídos estão mais quietos, vamos dizer, nos últimos tempos. Nós estamos tendo uma coordenação muito boa.

Nós estamos tendo, então, vamos dizer assim, uma nova geração de acordos comerciais do Mercosul, que começou no final de 2023. Tivemos uma primeira grande geração de acordos na década de 90 e nos primeiros anos deste século; depois, houve um intervalo em que não se fecharam acordos, os acordos estavam em negociação, mas não havia resultados mais expressivos. Agora voltamos a ter.

Eu vou dividir as frentes negociadoras em quatro: primeiro, os acordos da nova geração que já foram fechados; os acordos que nós temos expectativa de fechar até o fim do ano; os acordos que nós estamos retomando, em pouco tempo, semanas, que já vinham sendo negociados, estavam parados e estamos retomando; e, finalmente, a quarta frente, que são os acordos que nós estamos ou começando do zero ou modificando os parâmetros da negociação.

Então, vamos um por um.

Em relação aos acordos já fechados, nós temos dois, basicamente: Singapura e Efta – Suíça, Noruega, Liechtenstein e Islândia. Como é que foi cada um? Singapura nós fechamos no final de 2023, e, como foi falado aqui, é um importante *hub* no Sudeste Asiático para que nós possamos ter uma entrada na Ásia em geral e no sudeste especificamente, porque o fato de você ter um acordo facilita muito essas atividades de prospecção de novos mercados. O da Efta foi fechado no mês passado, foi assinado no Rio de Janeiro, dia 16 de setembro; era um acordo que estava em negociação há muitos anos, mas a que nós conseguimos dar um impulso nos últimos meses, e foi possível alcançar um resultado importante.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo bloco que nós temos: acordos que podem ser fechados até o final do ano. O da União Europeia é o mais evidente deles. Aí, no caso da União Europeia, claro que depende muito do que eles vão fazer, da aprovação no Conselho Europeu. Então, tem algumas regras: os países têm que votar com uma maioria qualificada, no caso. Estamos trabalhando forte para que isso possa acontecer e a gente esteja em condições de fechar o acordo na Cúpula do Mercosul, em dezembro. Então, há uma grande possibilidade, e, se fecharmos e conseguirmos assinar – as negociações estão terminadas, desde o fim do ano passado –, seria excelente para vários tipos de produtos e também para a atração de investimento. Outro que está bastante adiantado são os Emirados Árabes, que podemos, eventualmente, conseguir terminar até o final do ano. E é outra situação, que tem muita similaridade com Singapura, em termos de *hub*, mas que dessa vez lá no Oriente Médio, né? Inclusive está tendo essa reunião de SECOMs justamente naquela região agora.

O terceiro bloco são aqueles países em que nós fizemos muitas rodadas negociadoras, na década passada, mas que, por razões diversas, o processo parou. Dois exemplos principais: Canadá e Coreia do Sul.

No caso do Canadá, nós vamos ter reunião aqui de retomada das negociações, já na semana que vem, quinta e sexta, no Itamaraty, e nós vamos ver em que pé nós estamos, o que pode ser feito. A ideia é que a gente termine, assim, de forma acelerada, nos próximos meses, e que possa também fechar esse acordo, que, como os anteriores que eu citei, tem um grande apoio, inclusive do setor privado, que tem grande interesse no caso do fechamento desses acordos. Em relação à Coreia do Sul, eles nos procuraram há pouco tempo, querendo retomar as discussões, que tinham parado por problemas de agricultura, basicamente, e em função muito do protecionismo agrícola da Coreia do Sul, razão pela qual não foi possível avançar naquela época. Agora, eles estão sentindo um impulso renovado para ter essa retomada das discussões.

E o último bloco, que são negociações que ou a gente já tinha começado, mas cujas modalidades a gente está revendo, ou nas quais a gente está tentando aprofundar o que já havia, ou de que então nem tinha nada. Então, em termos de aprofundamento, eu vou citar a Índia, por exemplo. Nós temos um acordo de 20 anos atrás, mas que é um acordo modesto, né? Ele pega um número reduzido de linhas tarifárias, com margens de preferência mais reduzidas





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

em geral. A ideia é a gente tentar fazer o que a gente chama de um *top-up*, ou seja, aumentar o número de linhas e, eventualmente, negociar algumas normas que sejam do nosso interesse. Modalidades que a gente está pensando mudar – inclusive conseguimos um novo mandato na Camex, além do da Índia, que também foi objeto de novo mandato –: Vietnã e Indonésia. Antes, nós estávamos examinando a negociação como se fosse um acordo de livre comércio, uma coisa bastante ampla. O novo mandato é para uma negociação de preferências. Então, é algo que a gente consegue calibrar melhor, inclusive levando em consideração as sensibilidades internas dos nossos setores, que podem ter alguma preocupação com a entrada de produtos desses países. Então, é mais fácil a gente calibrar isso com o mandato dessa forma.

(Soa a campanha.)

O SR. PHILIP FOX-DRUMMOND GOUGH – E, por fim, quero mencionar que o Japão, que tem sempre demonstrado interesse em negociar – tem algumas similaridades com Coreia do Sul, em termos de preocupação do setor agrícola deles, que tem muita sensibilidade –, disse que agora estaria eventualmente pronto para iniciar uma negociação. Então, nós colocamos nessa faixa de possibilidades, e é um país em cuja negociação, obviamente, o setor privado brasileiro também tem grande interesse. E, mais recentemente, uma outra possibilidade interessante, que é o Reino Unido. O Reino Unido, com o Brexit, ficou, obviamente – ele participou das negociações com a União Europeia, a maior parte do tempo, mas saiu e aí fechou com a União Europeia e fechou com a Efta também –, um pouco isolado; agora estão nos procurando para ver se conseguem também algum tipo de acordo.

Ou seja, nós temos uma ampla possibilidade de negociação em várias áreas do mundo, com países de diversos tamanhos, a maioria deles de peso econômico grande, e temos um cardápio grande aí para as nossas negociações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Muito obrigado, querido Embaixador Philip Fox.

Senador?

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL. Como Relator.) – Tenho duas perguntas aqui.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só por curiosidade assim, Philip, o Governo brasileiro já iniciou as tratativas de diálogo entre os dois, né? Como é que anda isso? Seria entre Trump e Lula?

Essa seria uma pergunta, e outra seria se há alguma chance de se reverterem algumas taxações dessas dos Estados Unidos ainda neste ano; se acha que isso é possível ou não.

O SR. PHILIP FOX-DRUMMOND GOUGH (Para expor.) – Essas negociações, Senador, estão se dando em vários formatos e com vários atores diferentes. No primeiro semestre, antes do 9 de julho, quando houve aquele anúncio das tarifas maiores, nós tivemos 11 reuniões com os americanos, em vários níveis e dos vários tipos. Quando houve o tarifaço em julho, então, obviamente se teve um solavanco nessas discussões. E, na negociação, nós ficamos verificando qual seria a melhor estratégia.

Atualmente voltou-se a ter algum tipo de contato entre várias autoridades, com as suas contrapartes, seus homólogos. E, assim, existe um... Como foi falado, inclusive, na semana passada em Nova York, pelo menos do lado do Presidente Trump houve uma química interessante com o lado de cá. Então, assim, agora nós estamos nos organizando para ver como é que a gente começa essa fase nova, porque são várias fases de discussão com eles, e qual é a melhor estratégia para isso.

Sobre a questão de *timing*, é um ponto, assim, crucial realmente. É difícil dizer o que a gente pode conseguir e em que prazo, porque ainda se precisa de um pouco mais de discussão com eles, para verificar até que ponto realmente se pode ter algo. Então, para dizer assim: é até o fim do ano? Trabalharemos para isso, para ter alguma coisa. Mas eu acho que eu seria um pouco prematuro dizer que, com prazo tal, seria já possível. Mas o Governo está trabalhando bastante nesse sentido.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL) – Eu já falei ontem da cota americana, né? E, a cota americana, eu estou vendo que está surgindo em alguns mercados – a Apex falou, você falou, Reino Unido e essa coisa toda. Mas a cota americana é um negócio específico para os Estados Unidos, e ela é importante para o Nordeste, que é a história do açúcar, da exportação do açúcar. Essa aí é um tiro mesmo na exportação, né? E ela é anual: desde os anos 60 que ela, por ser importante para o Nordeste... O Nordeste sempre carente, né? Daqui para o fim do ano se poderia...? Você tem algum sentimento com relação a isso ou não?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PHILIP FOX-DRUMMOND GOUGH – Não, esses produtos que têm *timing* específico, aí a gente tem que realmente olhar com atenção, de uma maneira um pouco mais focada, levando em consideração isso.

Por enquanto, nós temos que organizar tudo, ver essas situações específicas para poder, exatamente, ter uma ideia. Mas certamente levaremos em conta a situação específica de vocês.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL) – Porque, é lógico, existe mercado mundial para eles, mas esse é diferente, que é o dobro do preço, né? (*Risos.*)

O.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Muito obrigado.

Quero agradecer aqui ao Rodrigo, ao Philip e ao Ulisses pela participação, e pedir aos senhores – agradecido – que retornem aos seus lugares, por favor, por gentileza.

E já convido aqui o Luiz Abel Amorim de Andrade, Diretor de Negócios do Banco do Nordeste (BNB); também, a Karina Lima Goretti, Gerente da Unidade de Empréstimos e Financiamento do Banco do Brasil; e o Deputado Hildo Rocha.

Essa aqui é boa de empréstimo lá, ó! Tem que mandar todas aquelas demandas para ela, lá. (*Risos.*)

E o Eduardo José do Nascimento, Gerente da Unidade Estratégia Governo, do Banco do Brasil.

Sejam muito bem-vindos a esta mesa de debate!

Quero agradecer mais uma vez a todos vocês pela participação, os técnicos, empresários, assessores, Deputados e Senadores, Senadoras e Deputadas também.

Começo aqui passando a palavra ao Luiz Abel Amorim de Andrade, Diretor de Negócios do Banco do Nordeste.

O SR. LUIZ ABEL AMORIM DE ANDRADE (Para expor.) – Boa tarde.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar o Deputado Cezinha, o Senador Fernando Farias, os colegas do Banco do Brasil e o Deputado Hildo Rocha, que está aqui também.

O Banco do Nordeste tem uma atuação limitada, que é regional – a gente atua nos nove estados do Nordeste, norte de Minas e Espírito Santo –, e, considerando o que foi tratado dentro do plano, nós temos atendido, mas com as linhas de crédito usuais que nós temos lá do banco, tá? Percebemos alguns setores mais afetados no Nordeste, a exemplo da fruticultura irrigada, que tem uma janela de exportação, inclusive agora no segundo semestre – a janela começa justamente no mês de agosto, a da manga do Vale do São Francisco, e manga tem uma janela curta até dezembro. Então está sendo afetada diretamente a fruticultura, assim como o setor de apicultura e o setor de piscicultura também, em que nós percebemos que temos...

Além da questão da cota que nos veio à tona, do açúcar, e que vem sendo tratada dentro do contexto das usinas de cana-de-açúcar lá da região, o que nos chama a atenção é que, dentro desse contexto da fruticultura, principalmente, a gente tem muitos pequenos produtores que são afetados. Então, dentro do que está colocado da medida provisória, a gente não consegue, talvez, ter acesso a este pequenininho que muitas vezes não exporta direto, mas que é afetado diretamente, já que ele vendia para alguém que exportava, que enviava essa fruta lá para os Estados Unidos da América.

Então, dentro desse contexto, nós já tivemos reuniões anteriores – tivemos uma reunião com o BNDES e com a equipe também do Senador Fernando – e estamos propondo uma linha de crédito emergencial para esse público de pequeno porte, principalmente, e que a gente possa utilizar, assim, fundos garantidores, de forma que se tenha uma celeridade dentro dessa linha, e que a gente possa, de fato, fazer esse recurso chegar.

Para se ter uma ideia, lá na região do Vale do São Francisco, nós temos mais de 2 mil produtores pequenos que são afetados, no setor de fruticultura irrigada, além de outra porção em outros setores, como eu citei, tanto de piscicultura como de apicultura. Essas linhas têm *funding* próprio do banco. Então, o que nós estamos tratando é muito mais de ajuste para fins de prazo e garantia, incluindo o FGI, e as taxas que são praticadas, no caso dos médios e grandes, principalmente no caso das usinas que exportam açúcar e que teriam aí taxas bem





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

similares ao que está sendo praticado dentro do plano que o colega Rodrigo até colocou aqui da ordem de 10% ao ano, etc. O pedido maior que se tem é nesse contexto.

Mesmo assim, nós estamos atuando com a linha de hoje. Só no segundo semestre, nós já emprestamos mais de R\$500 milhões, já financiamos para o setor sucroenergético, no caso da cana de açúcar, porém entendemos que, principalmente no caso desses pequenos, a instituição dessas linhas e de um instrumento garantidor poderia fomentar para que a gente não tivesse tanto impacto nessa região e principalmente nos pequenos produtores.

Em linha, seria esse o contexto do Banco do Nordeste.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL. Como Relator.) – O Banco do Nordeste já começou algumas contratações?

O SR. LUIZ ABEL AMORIM DE ANDRADE – Não, não, a gente tem utilizado os recursos do fundo constitucional, no caso, do FNE, para fazer o fomento a esse público.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL) – Você acha que isso substitui ou vai precisar de mais *funding*?

O SR. LUIZ ABEL AMORIM DE ANDRADE – Não, o *funding* que nós temos hoje é suficiente para atender. O que nós enxergamos muito mais é, dentro do contexto de flexibilização nas linhas, principalmente quanto ao prazo. A linha de custeio agrícola, por exemplo, é da ordem de 12 meses, e a gente não acredita que em apenas 12 meses esse mercado se ajuste. A gente pode levar pelo menos uns dois ou três anos para ter um ajuste maior.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL) – Para esses pequenos seria para custeio, fazer custeios para eles?

O SR. LUIZ ABEL AMORIM DE ANDRADE – Isso, para custeio, para custeio agrícola, isso.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL) – E são os que vendem para os exportadores.

O SR. LUIZ ABEL AMORIM DE ANDRADE – Isso, a turma que vende para os exportadores, e esses exportadores fazem o envio da fruta para os Estados Unidos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL) – Certo.

O Banco do Nordeste consegue alcançar os fornecedores da cadeia de exportação de frutas de Petrolina e pescados também do Nordeste, do Ceará e alguns estados também, né?

O SR. LUIZ ABEL AMORIM DE ANDRADE – É, a capilaridade nos ajuda nesse ponto. Nós temos 300 agências espalhadas na região, e isso atende bem. No caso do Vale do São Francisco, nós temos três unidades que atendem muito bem, mas, no caso do pequeno, por exemplo, do pescador, que tem o seu impacto lá e que o recurso é bem menor, nós temos um programa de microcrédito e, nesse, sim, nós temos mais de 1,5 mil agentes espalhados na região que conseguem chegar a esse pequeno produtor com um crédito orientado para que ele possa ser atendido e nós possamos contribuir para reduzir esse impacto.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL) – Nessas reuniões com o BNDES, você acha que vai dar para resolver tudo isso?

O SR. LUIZ ABEL AMORIM DE ANDRADE – O que ficou entendido...

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL) – A parte operacional, não é? Porque o dinheiro é pouco para eles.

O SR. LUIZ ABEL AMORIM DE ANDRADE – O que ficou entendido, dentro do contexto, é que a parte relativa à qualquer flexibilização do programa é via Conselho Monetário Nacional, já que envolve o FNE, o fundo constitucional. Então, nós já tivemos linhas emergenciais e deixamos, inclusive, uma sugestão de redação já proposta. No caso que envolve o BNDES direto, que seria o fundo garantidor até para esses pequenos produtores, nós colocamos isso com a Diretoria do BNDES – tivemos uma agenda na segunda-feira –, e eles entenderam que, sim, é plausível, até pelo montante envolvido, que não é tão grande.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL) – A garantia não vai ser dele, vai ser do fundo garantidor para esses pequenos.

O SR. LUIZ ABEL AMORIM DE ANDRADE – Seria dentro do FGI Peac, porque aí precisa de um ajuste nessa lei, principalmente quanto à finalidade, já que hoje ele é muito voltado para pessoa jurídica, e nós teríamos que incluir as pessoas físicas aí – os produtores rurais.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL) – O.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Muito obrigado, Abel.

Com a palavra Karina Lima Goretti, Gerente da Unidade de Empréstimos e Financiamentos do Banco do Brasil.

O SR. KARINA LIMA GORETTI (Para expor.) – Boa tarde, Presidente. Boa tarde, Relator. Boa tarde a todos.

Vou falar aqui sobre a nossa atuação no Banco do Brasil. Nós temos um papel estratégico no desenvolvimento econômico do Brasil, atuamos em todos os municípios brasileiros e estamos presentes em todos os segmentos de pessoa física, jurídica, produtor rural e setor público. E, principalmente nesse aspecto da medida provisória – a gente já vem atuando em programas emergenciais desde a pandemia e antes –, o Banco do Brasil vem atuando nessas frentes.

Como nosso histórico, a gente atuou fortemente no Pronampe e continuamos atuando no Pronampe, no Peac FGI, no Procred 360, e agora não vai ser diferente com o Plano Brasil Soberano, em que nós já estamos operando inclusive com o BNDES Automático e o Finame. A gente já começou a operar semana passada, e estamos já prontos para começar a operar com o Pronampe e com o Peac FGI, aguardando a finalização da tramitação do PLP.

Para o Banco do Brasil, essa medida é importante, porque ela dá um alívio de caixa às empresas pela possibilidade da prorrogação por mais 12 meses na operação. Então, há uma suspensão do pagamento daquelas parcelas – isso fortalece o fluxo de caixa dessas empresas –, além da possibilidade de liquidação de outras operações. O Pronampe pode, numa operação original, liquidar uma já existente, uma nova contratação liquidar uma existente, o que também permite um melhor gerenciamento de suas operações, com prazos e condições mais adequadas nesse momento que é tão importante para essas empresas.

O SR. EDUARDO JOSÉ DO NASCIMENTO (Para expor.) – Boa tarde a todos.

A gente aqui está dividindo o Banco do Brasil, até porque, o Banco do Brasil tem dois papéis, né? Eu trabalho como gestor do Fundo de Garantia de Operações (FGO), e a Karina





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

representa o agente financeiro Banco do Brasil. O FGO trabalha com 27 agentes financeiros, e o Banco do Brasil é um deles, assim como os demais bancos e cooperativas.

Falando do FGO especificamente, já dividindo essa parte de governança que é extremamente importante para a gente, desde agosto, a gente já vem trabalhando o sistema do FGO para se adequar às necessidades do programa Brasil Soberano. Entretanto, é importante a gente colocar que o FGO é dividido por programas. Então, o Procred é um programa, o Acredita no Primeiro Passo é outro programa, e o Pronampe é o principal programa. O Brasil Soberano vai entrar com um novo programa, e todos esses programas possuem contabilidades separadas, eles são auditados por auditores independentes.

Então, para o programa Brasil Soberano, o FGO aguarda – e é fundamental – a aprovação do PLP 168, porque ela autoriza a União a aumentar a participação no FGO. Sem esse recurso, o FGO não tem condições de vincular garantias às operações.

Então, junto com o Governo, a gente notou uma proatividade grande para fazer as adaptações necessárias. Na última semana, foi feita uma reunião com o comitê de fundos garantidores, que é a primeira instância da governança do fundo garantidor, para aprovação das alterações do estatuto do fundo. Então, isso aconteceu, essa comissão, esse conselho é composto pela Casa Civil, Fazenda, Mamp e o Mdic.

Então, essa primeira instância já está aprovada, aguardando passar pela assembleia do fundo garantidor, a assembleia do FGO, para aprovar as alterações no estatuto e deixá-lo pronto para operar, mas, de novo, sem a aprovação do PL 168, o FGO não tem recursos para vincular as garantias às operações, né?

Então, nós estamos nesse estágio, avançando a parte técnica e deixando tudo pronto para ser o mais célere possível para, quando da aprovação do PL, a gente começar a operar o quanto antes.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP. Para interpelar.) – Muito obrigado a todos vocês, mas eu queria fazer uma pergunta aqui para vocês do Banco do Brasil.

Hoje, a maioria dos grandes produtores rurais, por exemplo, busca uma linha de crédito, às vezes, para um projeto ou outro, no BNDES. E todo mundo acha que pode ir direto ao





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

BNDES. Hoje, por exemplo, atendi um pessoal do açúcar lá em São Paulo, pequenos produtores, menores produtores, que não têm uma certa capacidade de acesso direto, e eles também estão sendo afetados. As pessoas imaginam, Senador, que os afetados são apenas aqueles que estavam fazendo uma exportação, comprando ou vendendo para os Estados Unidos, só que, com as notícias, com tudo acontecendo, essa polarização, esse cenário um pouco bagunçado, o pequeno produtor, que não tem o acesso à exportação, também sofre porque é quem atende algumas outras empresas.

Aí eles me perguntam: "Como é que eu posso ter aqui um acesso fora dessa medida provisória mesmo?". Não cabe aqui ao Banco do Nordeste, por exemplo, ao BNDES, para ter um financiamento aqui de um capital de giro. Existem alguns programas que podem atender, numa camada menor, no Banco do Brasil, esses pequenos produtores, esses pequenos empresários?

O SR. KARINA LIMA GORETTI (Para expor.) – Bom, os pequenos produtores que são PJ a gente pode atender pelo Pronampe, pelo Procred 360 e poderemos atender por uma faixa menor ali do Peac-FGI. Em relação aos produtores rurais PF, eu vou pedir para a nossa assessoria parlamentar anotar e depois poder responder a esta Comissão aqui, está bom?

A gente tem um vasto portfólio no agro também. Somos muito importantes para o agro brasileiro, mas a gente tem uma diretoria especializada nisso, uma vice-presidência especializada nisso. Eu prefiro que a gente dê uma resposta mais técnica para esta Comissão, está bom?

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Está bom. Muito obrigado.

Senador.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL. Como Relator.) – Presidente, só tinha uma pergunta aqui, mas eu acho que a Karina já respondeu, que era relativa ao Pronampe, que é sobre a possibilidade de prorrogação por 12 meses e novas negociações em cima do Pronampe, que você já respondeu. Seria mais ou menos isso que eu queria.

O SR. KARINA LIMA GORETTI (Para expor.) – É um mecanismo muito importante para poder ajustar o fluxo de caixa dessas empresas neste momento, né? Então, naquele momento da suspensão do Pronampe, as parcelas ficam congeladas, vão para o final do cronograma. O





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

cronograma dessa operação é ajustado, e isso dá um fôlego para a empresa neste momento. Então, é um mecanismo muito inteligente para a gente poder passar esse cenário atual.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL) – Essa possibilidade é fácil, né?

O.k. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Bom, muito obrigado a todos vocês.

Não havendo mais nada a tratar, eu declaro encerrada esta reunião.

Até a semana que vem, agradecendo a todos vocês pelo carinho de estarem aqui conosco, atendendo ao nosso convite.

(Iniciada às 14 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 40 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1309, DE 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE OUTUBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e trinta e nove minutos do dia sete de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Deputado Cezinha de Madureira, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 1309, de 2025 com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Fernando Farias, Carlos Viana, Marcelo Castro, Professora Dorinha Seabra, Nelsinho Trad, Angelo Coronel, Jorge Kajuru, Jorge Seif, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Esperidião Amin, Hamilton Mourão, Laércio Oliveira, Mecias de Jesus, Hildo Rocha, Luiz Gastão e Rui Falcão, e ainda dos Parlamentares Rogério Carvalho, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Pedro Uczai, Paulo Paim, Sérgio Petecão, Átila Lira, Weverton, Marcio Bittar, Henderson Pinto, João Carlos Bacelar e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Efraim Filho, Otto Alencar, Cid Gomes, Carlos Portinho, Luiz Philippe de Orleans e Bragança, Marangoni, Robinson Faria, Isnaldo Bulhões Jr., Augusto Coutinho, Romero Rodrigues, Adolfo Viana, Bruno Farias, Marcel van Hattem e Carlos Zarattini. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao Plano de Trabalho. **Finalidade:** Debater a Medida Provisória nº 1309, de 2025. **Participantes:** Guilherme Costa Rios, Assessor Técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Guilherme Cruz de Souza Coelho, Presidente do Conselho da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frutas e Derivados (Abrasfrutas); Mario Sergio Carraro Telles, Diretor-Adjunto de Desenvolvimento Industrial, Tecnologia e Inovação da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Jairo Gund, Diretor-Executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Pescados (Abipescas); Paulo Roberto Pupo, Superintendente da Associação Brasileira da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente (Abimci) e representante da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep); e Dyogo Oliveira, Diretor-Presidente da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e seis minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Cezinha de Madureira

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1309, de 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2025/10/07>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Mista da Medida Provisória 1.309, de 2025, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, que será realizada nesta data, 7 de outubro de 2025.

O objetivo da reunião é a realização de audiência pública com o objetivo de debater a Medida Provisória 1.309, de 2025, em atenção ao plano de trabalho aprovado na reunião anterior.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Como dizia um amigo meu, o senhor está sentado do lado direito, Senador da direita, aqui no meu lado direito, nosso Relator.

Convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados: Mario Sergio Carraro Telles, Diretor-Adjunto de Desenvolvimento Industrial, Tecnologia e Inovação da Confederação Nacional da Indústria (CNI) – seja muito bem-vindo, Sergio; Jairo Gund, Diretor-Executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Pescados (Abipesca); Dyogo Oliveira, Diretor-Presidente da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg); Paulo Roberto Pupo, Superintendente da Associação Brasileira da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente (Abimci) e representante da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep).

Informo que também participarão desta audiência pública de forma remota: Guilherme Costa Rios, Assessor Técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); e Guilherme Cruz de Souza Coelho, Presidente do Conselho da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frutas e Derivados (Abrafrutas).

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação de interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211. O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar o nosso Relator, o Senador Fernando, grande Senador de Alagoas; o senhor à minha direita, e o Rui Falcão à minha esquerda. *(Risos.)*

Com a palavra o Senador para os seus cumprimentos iniciais.

Uma boa tarde a todos e um ótimo trabalho.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL. Como Relator.) – Boa tarde a todos. Obrigado a vocês pelo comparecimento.

E vamos à terceira. É a terceira reunião.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP. *Fora do microfone.*) – Eu acho que é a última amanhã, não sei.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL) – Amanhã é a última. É.

Vamos aí. Em resumo, obrigado a vocês pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Agradeço o carinho de todos que toparam bater esse papo aqui conosco para expor as suas ideias e, quem sabe, abrir o coração aqui do Relator para colocar um pouquinho de dinheiro do BNDES em alguns setores, não é? *(Risos.)*

Quem sabe o diálogo aqui faça com que V. Exa. convença o Governo, Rui, a fazer uma nova medida provisória, porque o tapete está curto aqui, a coberta ficou pequena demais para atender o Brasil inteiro, mas o senhor é de um bom coração. Diz o Senador, o Ministro Renan Calheiros, que o senhor é um bom homem. *(Risos.)*

O SR. RUI FALCÃO (Bloco/PT - SP) – Quem sabe pinta uma química aí, não é? *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Já pintou a química. Pintou a química aqui no primeiro dia, Presidente Rui. A química foi... O senhor viu que a química foi tão boa que ontem deu química de novo.

O SR. RUI FALCÃO (Bloco/PT - SP. *Fora do microfone.*) – Eu vi.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Deu química. O Lula é um bom homem, segundo o Trump.

Com a palavra o Guilherme Costa Rios, Assessor Técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Ele vai fazer por Zoom; está pronto aí. Quero convidá-lo para fazer a sua explanação por até dez minutos.

O SR. GUILHERME COSTA RIOS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, Presidente. Muito obrigado pelo convite...

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Boa tarde, Guilherme.

O SR. GUILHERME COSTA RIOS – Muito obrigado pelo convite.

Falo aqui em nome da CNA.

Eu vou compartilhar um material aqui. Vocês só sinalizem, por favor, se está aparecendo por aí.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Apareceu uma tela, fechada... Abriu. Pronto, vamos lá.

O SR. GUILHERME COSTA RIOS – Maravilha.

Bom, Deputado, eu vou apresentar aqui um material focado em mel, porém é importante ressaltar que várias cadeias foram afetadas de formas diferentes por essa medida que o Governo americano aplicou sobre as exportações brasileiras.

Alguns mercados conseguiram substitutos e outros não. Alguns setores conseguiram mercados substitutos e outros não. Um exemplo é o setor de carne: nós tínhamos nos Estados Unidos o nosso segundo principal destino, e era um destino que pagava muito bem, mas, desde então, a gente vem trabalhando para encontrar substitutos. Nesse intervalo de tempo, o México assumiu essa segunda posição de principal destino, mas, para outras cadeias, isso não tem acontecido.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguns setores como fruta e mel, por exemplo, que tinham grande dependência do mercado americano, têm enfrentado alguns problemas adicionais. No caso da fruta, a questão da perecibilidade é um problema extra com que esse setor está tendo que lidar. Para a madeira, por exemplo, em que muitas indústrias que tinham também os Estados Unidos como o destino principal ou único destino, muitas dessas empresas estão com seus pátios lotados de material. Então, é importante a gente entender que são diferentes necessidades em diferentes momentos.

Hoje eu vou trazer aqui um panorama do setor apícola – produção de mel – e de como esse tarifaço impactou todo esse setor.

Bom, aqui, para mim está aparecendo na minha tela, não sei se está aparecendo para vocês. Vou continuar a apresentação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Ainda não.

O SR. GUILHERME COSTA RIOS – Apareceu agora, pessoal? Aqui já está compartilhado.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Secretária da Mesa, como resolvemos? (*Pausa.*)

Nós vamos compartilhá-la aqui. O senhor pode dar sequência, tá? A Secretária informa que dará um jeito aqui.

O senhor pode continuar.

O SR. GUILHERME COSTA RIOS – Combinado, então, Presidente.

Muito obrigado.

Bom, em 2024, a produção de mel brasileira foi de 67,3 mil toneladas, e os principais estados, nessa produção, foram o Paraná, o Piauí, o Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Esses quatro foram responsáveis por mais de 50% de toda a produção brasileira. E, dessas 67,3 mil toneladas produzidas em 2024, 43,7% ficaram no mercado interno e 56,3% foram para o mercado externo, foram exportados. Dessa parcela exportada, o principal destino foi os Estados Unidos – 84% de tudo que foi exportado teve como destino os Estados Unidos da América, reforçando aqui, o quão grande esse tarifaço foi para esse setor em especial.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui, Presidente, eu trago um paralelo com o crédito rural, aquele recurso do Plano Safra, que é o recurso que os apicultores poderiam acessar.

Eu fiz aqui um levantamento dos recursos que foram disponibilizados, dos produtos abelha, apicultura e meliponicultura, aqui nos dados do Banco Central, e, de janeiro a dezembro de 2024, nós aplicamos apenas R\$67 milhões, através de 1.314 contratos. Então, um volume muito pequeno dado todo o tamanho desse setor. Os principais tomadores desse crédito do Plano Safra foram Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Piauí, Santa Catarina e Paraná. Eles receberam, em conjunto, mais de 85% do recurso que foi aplicado.

Agora, novamente fazendo um paralelo com aqueles dados que nós temos, os dados oficiais desse setor, eu fiz um levantamento dos dados da apicultura no Censo Agropecuário, o último Censo Agropecuário de 2017.

Neste ano foi apontado que nós tínhamos 101.797 estabelecimentos com a produção de mel. Porém, segundo dados do próprio setor, é estimado que nós temos hoje entre 200 e 300 mil apicultores no Brasil, e a grande concentração desses apicultores está na Região Sul, com mais de 66 mil estabelecimentos, e na Região Nordeste, com mais de 24 mil estabelecimentos. A média de caixas de colmeia, aquela caixa em que é produzido o mel, a média Brasil foi de 21 caixas, reforçando aqui uma característica dessa atividade, a de pequenos produtores que possuem ali suas caixas espalhadas em algumas propriedades, muitas vezes até de favor com o vizinho é que esse apicultor vai e coloca a sua caixa.

E aqui a gente faz esse paralelo: se nós temos, pelos menos os dados oficiais, 101 mil estabelecimentos, por que esse crédito tem chegado a apenas 1.314 contratos? Então, a questão do crédito, para chegar direto às mãos do produtor, do apicultor, é um grande problema por conta da informalidade dessa produção, que acaba atrapalhando aquele acesso aos recursos, inclusive os recursos agora emergenciais, por conta de toda aquela necessidade de um dossiê que ele precisa apresentar aos bancos para acessar esse crédito.

Os principais gargalos para esse produtor, esse apicultor, acessar o crédito: primeiramente, a gente tem a informalidade da atividade, como eu citei. Muitos produtores não têm todas as documentações necessárias da atividade – não é tudo formalizado, não é tudo oficializado –,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

então, acaba atrapalhando ir a um banco e solicitar um crédito, seja de custeio, de investimento, de comercialização e até de industrialização.

Também é uma atividade secundária: muitos desses produtores não têm na apicultura a sua principal atividade. Muitos deles produzem leite ou prestam até serviços para alguns vizinhos produtores, mas a apicultura não é a sua atividade principal. E isso aqui é uma grande preocupação nesse sentido do tarifaço. A partir do momento em que esse mercado tem alguns problemas, muitos desses produtores acabam saindo dessa atividade, que não é a principal, e a gente tem aí uma desestabilização da cadeia, o que acaba até atrapalhando as exportações e o próprio mercado interno.

Também temos dificuldade na comprovação econômica. A questão sazonal dessas produções, que dependem da florada de algumas plantas, acaba atrapalhando, e esse produtor não consegue ter uma renda para apresentar às instituições financeiras, para que eles consigam precificar riscos, fazer o cálculo da capacidade de pagamento, de endividamento. Então, é outro motivo extra que atrapalha.

E por fim, sobre aquilo que nós levantamos com esses produtores, daqueles que conseguem tomar o crédito, têm todas as documentações necessárias, a falta de especialização dos agentes financeiros também é um grande problema. Muitas vezes, aquela ponta da agência do banco não consegue entender as particularidades desse setor, nem precificar, calcular o volume de crédito que ele poderia tomar, e acaba negando o crédito logo já no início. Então, o produtor acaba utilizando de recursos próprios ou até de financiamentos no mercado privado, muito mais caros do que aqueles que foram anunciados no Plano Safra, por exemplo.

E, diante dessas dificuldades, Presidente, nós levantamos aqui medidas que seriam necessárias tanto ao apicultor, aquele homem que está lá no campo, mas também para a indústria.

Para os apicultores, pelo menos aqueles poucos que conseguem acessar esse crédito, nós precisamos de custeio com prazos maiores neste momento. Enquanto a questão do tarifaço não é resolvida, enquanto novos mercados não são desenvolvidos, precisamos de prazos maiores para eles conseguirem liquidar essas operações. Precisamos desburocratizar o acesso, para fazer com que esse produtor possua menos comprovações do que aquelas que outras cadeias possuem,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

dada a fragilidade, para apresentar ali aos bancos. E, também, para aqueles que contrataram operações no ano passado, por conta dessas questões aí que dificultaram a comercialização do produto – inclusive, alguns desses produtores também eram exportadores, um número pequeno, mas também eram exportadores –, precisamos ali do alongamento dessas operações, para que eles consigam ter prazos maiores para liquidarem essas operações que foram ali contratadas no ano passado.

E, para a indústria – e aqui nós consideramos que, dada essa dificuldade de fazer o crédito chegar ao produtor, talvez seria até prioritário –, precisamos de capital de giro, para a folha salarial e todas aquelas despesas ali do dia a dia dessa empresa, e, principalmente aqui, Presidente, de linhas para aquisição e estocagem. É fundamental que essas indústrias aqui e essas empresas continuem comprando produtos do produtor e do apicultor que está no campo.

A necessidade é manter esse produtor no campo para que ele continue produzindo, sem sair da atividade. Enquanto essas empresas não conseguem exportar, caso elas parem de comprar, pode ser que esse produtor desista da atividade, por não ver atratividade. Então, precisamos dar condições para que essas empresas comprem produto e estoquem, enquanto vão se desenvolvendo aí novos mercados e enquanto a questão do tarifaço não é resolvida.

E, por fim, como eu já citei, recursos para o desenvolvimento de novos mercados. A gente precisa de recursos para promoção do produto, *marketing* e abertura de novos canais.

Então, essas seriam, aqui, algumas medidas que nós mapeamos, Presidente, para o setor de mel. E, como eu disse, várias cadeias foram afetadas de maneiras diferentes. Então, a gente precisa ter um olhar diferente, e muitas medidas que estão sendo anunciadas são muito importantes; porém, devido a essas fragilidades, como é o caso do setor do mel, esses recursos vão acabar não chegando, lá na ponta, a esse produtor.

Eu fico, aqui, à disposição e muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Muito obrigado, Guilherme.

Vamos ouvir, na sequência, aqui, também, o Guilherme Cruz de Souza Coelho, Presidente do Conselho da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frutas e Derivados (Abrafrutas), também pelo Zoom.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, por até dez minutos.

Se você, Guilherme Costa, puder continuar no vídeo, na sequência nós vamos fazer, aqui, talvez, complementações e perguntas a você, com o Guilherme Cruz.

Com a palavra.

O SR. GUILHERME CRUZ DE SOUZA COELHO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Boa tarde.

O SR. GUILHERME CRUZ DE SOUZA COELHO (*Por videoconferência.*) – Boa tarde, Sr. Relator e senhores da mesa!

Olhem, eu estou aqui, em Petrolina, Pernambuco – fica em Pernambuco; tem o Rio São Francisco e tem a Bahia. E esse tarifaço vem de frente à nossa produção, principalmente, de manga.

Como é a nossa produção de manga aqui? Nós temos, aqui, dez *packing houses* que exportam para os Estados Unidos, porque precisam ser autorizados pelo Ministério da Agricultura dos Estados Unidos. Então, nós estamos falando de dez empresas que exportam, tá? Mas nós estamos falando de uma gama enorme de pequenos produtores, que a gente chama aqui de colonos; são aqueles que têm até seis hectares dentro do projeto aqui, porque são vários projetos de irrigação. Então, nós estamos falando desse cidadão.

Então, o que é que aconteceu? A safra da manga para os Estados Unidos... Os Estados Unidos não têm manga. Ela é muito concentrada. Por exemplo, o México exporta para os Estados Unidos – saiu agora há pouco. Agora, por exemplo, entra o Brasil. Nós estamos em plena safra de manga para os Estados Unidos. São praticamente 90 dias; é muito importante a gente ter isso na mente. No final de outubro, essa safra, praticamente, comecinho de novembro, encerra, e esses *packing houses* não vão mais funcionar para os Estados Unidos.

O que está havendo? O clima nos ajudou. E o que houve? A safra do México se antecipou, e a nossa atrasou. Então, nós estamos hoje mandando para os Estados Unidos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os dez conversam entre si, e a gente está mandando uma quantidade. Conversou-se entre o importador, que é o distribuidor; o supermercado, todo mundo está conversando e está conseguindo mandar, porque nós estamos sós.

Porém, o calor está chegando aqui muito fortemente, o que é normal, é natural, é esperado. O calor chegando aqui, o que acontece? A gente começa a ter a fruta amadurecendo. Então, qual é o nosso problema? O nosso problema é o seguinte: nós tratamos com perecível.

Eu queria aproveitar a oportunidade e agradecer ao Senador Fernando Farias, Relator, que falou comigo várias vezes, eu penso que mais de dez vezes, quando a gente explicou tudo direitinho. Depois nós tivemos o nosso diretor executivo, que esteve com ele pessoalmente.

Então, o que acontece? Quais são as frutas que a gente exporta para os Estados Unidos? Nós exportamos uva, manga, melancia, melão e mamão. Essas são as frutas que nós exportamos para os Estados Unidos. E o que a gente precisa aqui? Primeiro, de algumas atitudes em relação a esses exportadores. Todos nós, a grande maioria, temos custeios ou no Banco do Brasil ou nos bancos particulares ou no Banco do Nordeste. Que a gente possa jogar esse custeio para vencer mais na frente e que a gente possa adquirir um novo custeio; isso é muito importante.

Essa questão do ACC, que é o adiantamento de crédito. Todos nós que exportamos trabalhamos com ACC. Então, o que acontece? Esse ACC, muitas vezes, pode ser prorrogado, o vencimento, o que nos ajuda bastante.

É preciso ver como dar capilaridade a esses pequenos que fornecem para os grandes. A variedade de uva que nós exportamos para os Estados Unidos não é a mesma variedade que a gente exporta para a Europa. Então, não dá, numa hora dessas, para dizer assim: "vamos jogar essa fruta na Europa". Eles não querem essa variedade. Não adianta.

Eu estou vindo aqui de Madrid, essa semana passada, da segunda maior feira de frutas do mundo, que se chama Fruit Attraction Madrid, onde todo o mundo de frutas estava lá reunido.

O que a gente pede? A gente pede mais prazo, crédito novo. E como a gente faz essa capilaridade, como a gente chega ao pequeno – e eu quero parabenizar também o meu antecessor Guilherme pela brilhante colocação, ele foi craque nisso – ? A gente mexe com o pequeno, a gente mexe no Nordeste. No Nordeste, você acorda, a grande maioria dos





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

nordestinos, com um problema: a água. Não tem água. Então, a gente precisa, efetivamente, chegar a esses pequenos que precisam, e, principalmente aí, eu estou falando do apicultor.

Eu estou falando agora do mundo, não vou falar só dos Estados Unidos.

A cada 100 contêineres de manga exportados, 92 saem dessa região. A cada 100 contêineres de uva exportados no Brasil inteiro para o mundo, 95 saem dessa região. Então, essa região é a grande propulsora.

Quando a gente fala de uva, a coisa... Não tem essa safra, porém... Agora estamos tendo, lá nos Estados Unidos, uva... Nós estamos com uma grande produção de uva dentro da Europa, e estamos com problemas de mandar uva, porque esse tarifaço... A uva não é como esse caso específico da manga, que fica 90 dias. Não; é o ano inteiro. Então, tem outros países que concorrem conosco e estamos muito preocupados, porque são países que não têm taxaço. E com isso... O Peru não tem taxaço, o Chile não tem taxaço, a África do Sul não tem taxaço. Então, isso nos perturba bastante, porque não vamos conseguir competir; nós não vamos conseguir. E para onde mandar essa fruta? Daí, o meu medo: é a perecibilidade, é perder as frutas no campo, é a questão de, efetivamente, termos o desemprego.

A fruticultura, aqui na região tem uma coisa muito interessante. Ela trabalha com o homem, que geralmente faz o trabalho de colheita, de carregar as mangas, as uvas, de poda; é um trabalho mais pesado. E tem o trabalho da mulher: a mulher é justamente no *packing*, para embalar. Então, a gente teme que isso gere um desemprego aqui, porque, se não tem fruta, se está perdendo a fruta, não vamos precisar das pessoas.

E também gostaríamos – eu vi que temos pessoas aqui nesta reunião que são do Ministério da Fazenda, principalmente dessa área de tributos – de pedir um programa de transição tributária; que nós possamos colocar essas frutas, somente essas frutas, quem produz, numa portaria da PGFN/RFB nº 19/2025. São tributos que, muitas vezes, aliviariam o caixa dessas empresas, para que possamos continuar nossa luta, que não para.

Aqui, quando você colhe – é o único lugar no mundo que você tem duas safras e meia, por ano, de uva... Então, a gente não para; a gente está rodando, e estamos todos muito apreensivos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Fernando Farias está por dentro de tudo que nós conversamos, várias vezes, e queria aqui agradecer ao convite e pela participação. Peço desculpas por não poder estar aí. E quero, mais uma vez, reivindicar, que a gente seja incluído nessa Portaria 19/2025, tá?

Quero parabenizar o Guilherme, mais uma vez, e dizer que muitas coisas que o Guilherme falou existem com a gente aqui também, certo? Essa questão de provar, é difícil, de fato. E a gente precisa ver como contemplar os pequenos produtores, os pequenos. Esse é o foco, precisamos agasalhá-los, estar perto deles, porque eles são a maioria.

Só para concluir, aqui tem um projeto de irrigação chamado Senador Nilo Coelho. É um projeto de 26 mil hectares, em que 70% das terras são para colonos. Nós temos quase 2,9 mil colonos aqui, e esses são os que a gente precisa agasalhar neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Muito obrigado, Sr. Guilherme.

Como dizem aí no Nordeste, a palavra para o senhor é "o senhor é danado". O senhor já falou mais de dez vezes aqui com o Relator – está bem?

O SR. GUILHERME CRUZ DE SOUZA COELHO – Eu tenho moral com ele. Eu tenho moral com ele...

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Rapaz, me empresta um pouquinho dessa moral aí...

O SR. GUILHERME CRUZ DE SOUZA COELHO – Rapaz, eu falava com ele, Presidente, era sábado, domingo, de noite, feriado... Porque ele, de fato, entendeu, como os senhores também – e o senhor, Presidente – a nossa necessidade. Nós estamos mexendo com perecível. Eu fui às três reuniões com o Vice-Presidente da República, fiz um grande apelo...

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Eu estou dizendo, o homem é danado, gente. (Risos.)

O SR. GUILHERME CRUZ DE SOUZA COELHO (Por videoconferência.) – ... e quero aqui fazer um apelo a tanta autoridade que eu estou vendo... Na hora em que o Presidente da





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

República do Brasil for conversar com o Presidente dos Estados Unidos, tem que dizer: "Tirem perecível, tirem alimento". Nós temos no mundo a insegurança alimentar; milhões de pessoas hoje tomaram café e não sabem o que vão almoçar. Isso é em todo canto.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Exato.

O SR. GUILHERME CRUZ DE SOUZA COELHO (*Por videoconferência.*) – Não tem cabimento esse tarifaço.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Eu que agradeço a participação do senhor e quero dizer que a intenção – é um pouco, às vezes, cansativo – destas reuniões aqui é ouvir as pessoas, para que fique, de fato, público não apenas aquilo que estará escrito em um relatório, mas também o anseio de todos aqui e algumas explicações, para que fiquem nos *Anais* da história desta Casa, deste Parlamento.

Quero indagar aqui ao Deputado Rui, que se faz presente aqui, e ao nosso Relator se têm algum comentário sobre o Guilherme e o Guilherme.

O SR. RUI FALCÃO (Bloco/PT - SP) – Sobre essas questões, o que me chamou a atenção foram duas coisas: primeiro, existe, em várias áreas, dificuldade de acesso ao crédito – não que falte crédito; há burocracias, regras excessivas, falta de informação. E a segunda coisa, é com relação aos pequenos e micro produtores na área do mel: por que não se consorciam em cooperativas, por exemplo? A cooperativa favorece acesso ao crédito, favorece você ter advogados, eventualmente, para resolver burocracia. Então, fica aqui uma sugestão nesse período difícil, porque são coisas perecíveis, para que eles possam... E o Governo está comprando fruta, está comprando mel também.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Está certo, Deputado Rui.

Senador?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – O.k.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o próximo aqui... Acho que é o segundo a falar.

Com a palavra, Mario Sergio Carraro Telles, Diretor Adjunto de Desenvolvimento Industrial, Tecnologia e Inovação da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Sr. Mario, até dez minutos para o senhor trazer aqui os seus comentários.

Obrigado pela sua presença.

O SR. MARIO SERGIO CARRARO TELLES (Para expor.) – Obrigado.

Boa tarde a todos. Boa tarde, Deputado Cezinha, Deputado Rui Falcão, Senador Fernando, todos os meus colegas aqui de mesa.

Vou fazer aqui uma apresentação. Acho que o primeiro ponto que a gente precisa deixar bem claro é que, apesar do que a gente tem chamado de exceções, que é aquela retirada de alguns produtos das tarifas adicionais de 40% sobre o Brasil, ainda as nossas exportações permanecem muito afetadas pelos Estados Unidos. E o setor industrial, especialmente a indústria de transformação, é o setor mais impactado.

Essa tabela aí está um pouco pequena, mas eu acho que a gente precisa destacar a participação muito grande da indústria de transformação entre os produtos que ainda continuam impactados pela tarifa adicional de 40%. Mais de 70% do valor exportado desses produtos são da indústria de transformação. Então, o grande afetado pelo chamado tarifaço é, sem dúvida nenhuma, a indústria, em especial a indústria de transformação.

E vamos só lembrar – eu falei isto aqui, na outra audiência pública de que eu participei – que a China é o maior parceiro comercial do Brasil, mas, quando a gente pensa na indústria, e o Governo atual pensa bastante na indústria, tanto é que fez uma nova política industrial, a NIB, o grande mercado da indústria brasileira não é a China, mas os Estados Unidos. A China nos compra muitas *commodities*, mas quem compra produtos industrializados são os Estados Unidos, diversos setores, com muitos produtos, ainda com a tarifa adicional de 40% somada com os 10%, que é geral, nos faz uma tarifa de 50%, o que é um impacto enorme.

E aí a gente já tem dados. Vamos lembrar que, na prática, apesar de terem sido anunciadas em julho, as tarifas adicionais começaram a valer no início, se não me falha a memória, dia 6 de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

agosto, o fato é que nós já temos dois meses de vigência e nós já temos dados, agora já não são mais, Senador, estimativas, agora nós temos dados que estão colocados ali das exportações. As exportações da indústria desabaram, caíram, vocês estão vendo aí 20%, mais de 20% em agosto e setembro, comparado com o mesmo período de 2024; 17 setores com queda e, entre aqueles setores que tiveram algum crescimento, temos que lembrar que houve, nesse período de agosto e setembro – tem alguns dias em que a tarifa ainda não estava valendo – uma antecipação. No setor, por exemplo, de máquinas e equipamentos, aquele crescimento vai virar queda em breve, porque o crescimento que está ali se deve a dois fatores: antecipação de embarques, ali nos primeiros dias de agosto, e fundamentalmente também um mês muito ruim de agosto do ano passado, mas à medida que isso for estendendo a série, aqueles verdinhos ali, quase todos vão virar vermelho. Vocês estão vendo ali que a queda nas exportações já é uma realidade.

No setor industrial a gente tem uma peculiaridade, não temos a questão da perecibilidade, mas temos a questão da dificuldade de redirecionamento do mercado. Eu não consigo, por exemplo, no setor de calçados, o calçado é produzido especificamente para aquele mercado, não consigo simplesmente redirecionar. O Pupo vai dizer aqui também, no setor de máquinas e equipamentos, tem também a especificação para aqueles compradores, setor de veículos. Eu não consigo simplesmente, às vezes, para a mesma montadora, não consigo redirecionar, o que eu estava vendendo para os Estados Unidos vou vender para o México; não vai, porque aquela peça é para o carro que é montado nos Estados Unidos, não é para o carro que é montado no México da mesma montadora. Então nós temos uma dificuldade muito grande de redirecionar rapidamente, no curto e no médio prazo, redirecionar o mercado.

Como eu já coloquei, os setores são muito ligados aos Estados Unidos. Esse dado aí mostra quanto da produção no Brasil representa as exportações para os Estados Unidos, do valor bruto da produção. Então você vê metalurgia, couros, máquinas e materiais elétricos muito dependentes do mercado americano.

O fato é que os estudos econômicos – esse estudo é da UFMG, que a gente está acompanhando com o Edson Domingues lá – mostram um impacto significativo na economia brasileira em termos de PIB, uma perda de R\$12 bilhões no PIB e 57 mil postos de trabalho. Aqui tem os impactos nos PIBs estaduais, mas, por questão de tempo, eu vou passar para a gente chegar lá à questão das propostas.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E ainda tem a dimensão municipal, regional dessa questão. Nós estamos falando de 57 mil postos de trabalho no Brasil. Agora, quando a gente olha determinadas cidades que têm uma dependência muito grande de produtos impactados pelo tarifaço, aí a questão social, Deputado Rui Falcão, é muito significativa. Vamos pegar ali o exemplo de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul: o setor de produtos de metal, 10% dos empregos na cidade, dos empregos formais, é do setor. Então, a perda de exportação desse setor deve gerar desemprego e uma questão social muito relevante em vários setores. Veja o caso de São Leopoldo, que além de afetar os produtos de metal, também é grande produtor de couro e calçados, ou seja, é uma cidade que vai ter impactos significativos e, com aquela queda das exportações e também com o anúncio, vocês percebiam aí que o índice de confiança do empresário industrial, que já vem caindo ao longo do tempo, desabou depois do anúncio do tarifaço, que é esse gráfico aqui em azul.

Então, vamos aqui, para finalizar, falar das medidas do Plano Brasil Soberano. Acho que o primeiro ponto que a CNI gostaria de deixar aqui bem claro é que as medidas propostas foram muito positivas, vão na direção correta. Então, a gente tem medidas tributárias, como a questão do diferimento do pagamento de tributos, temos a antecipação, a priorização do ressarcimento de créditos tributários. Essa é uma medida muito lógica, porque esse é um dinheiro dos contribuintes que, muitas vezes, fica na mão de estados e da União, esperando a devolução. Então, vai haver a priorização para os setores afetados. E uma questão mais operacional que é um prazo maior para a realização da exportação no *drawback*.

Nas medidas de financiamento também, eu gostaria de destacar, não só as linhas de financiamento, mas o aporte de recursos aos fundos garantidores, que vão ajudar – viu, Deputado Rui Falcão? – na questão principalmente dos pequenos, principalmente quando a gente pensa no FGO, porque ali oferece garantias, através desse fundo, melhora as condições de garantia, que são um dos grandes empecilhos para que os pequenos tenham acesso aos financiamentos. E também compras públicas, que foi a margem de preferência para alimentos perecíveis, mas aqui a gente gostaria de lembrar que tem outros setores também muito impactados e essa ampliação das margens de preferência poderia atingir...

(Soa a campanha.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARIO SERGIO CARRARO TELLES – ... outros setores. Eu destaco aqui as Emendas 72 e 98, que tratam especificamente desse ponto.

E aí, para ir terminando, além dessa questão das margens de preferência, eu gostaria de deixar aqui três pontos fundamentais. Para o ressarcimento de saldos credores, a priorização, eu acho que seria importante que fosse dado um prazo máximo para que isso aconteça.

Outro ponto importante é que, nos financiamentos, as empresas que não mantiverem o nível de emprego vão perder as condições favoráveis do financiamento, e o que está sendo exigido é que elas mantenham o nível de emprego dos últimos 12 meses.

Olhe, eu vou mostrar aqui para vocês...

Quando a gente pega os últimos 12 meses na indústria – vejam ali: são as quatro últimas barrinhas –, nós estamos no auge do nível de emprego da economia brasileira, nos últimos anos, e estamos com uma política monetária extremamente contracionista.

A tendência de manter esse nível de emprego é muito pequena, por conta dos efeitos da política monetária. Então, as empresas vão ter dificuldade de manter o nível de emprego por conta da política monetária, e elas podem ser excluídas dos benefícios dos financiamentos, por conta de um reflexo da política monetária, e não porque elas demitiram por conta do tarifaço ou porque as medidas não foram eficientes, mas, sim, por um problema no mercado interno que a política monetária vai provocar.

Então, aqui, o que nós estamos sugerindo é, em vez de usar os últimos 12 meses, que a gente use a média dos últimos 36 meses, porque aí nós vamos pegar um período com uma base menor, porque, se congelar ali no auge, as empresas vão acabar sendo excluídas, por conta dessa questão da política monetária.

E a última sugestão é a questão... No ano passado, foi parcelado... As empresas que têm créditos tributários decorrentes de decisão judicial podiam compensar esses créditos. No ano passado, essa compensação foi parcelada: não se pode usar tudo o que for possível no mês. Então, a gente está defendendo que, para as empresas afetadas, seja possível usar todo o crédito disponível e não haja o parcelamento.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Último ponto aqui, Deputado, para terminar mesmo, é com relação ao Reintegra. É uma medida também muito importante, mas nós precisamos...

Espere aí, que eu tenho que... É esse daqui.

Nós precisamos fazer uma ampliação dos setores atendidos pelo Reintegra.

Primeiro, que o Reintegra já deveria ser estrutural: ele simplesmente é a compensação dos créditos acumulados ao longo da cadeia que as empresas não conseguem desonerar na exportação. A reforma tributária vai acabar com isso, mas só começa a acabar com isso em 2027.

Então, o Reintegra já deveria ser para todos, e nós precisamos tornar o Reintegra atual o mais amplo possível.

Por exemplo, Seção 232: quem está nesta sessão, por exemplo o aço, tem a tarifa de 50%, mas é para o mundo inteiro. Então, pode-se entender: não, o Brasil não foi prejudicado. Está sendo prejudicado, sim. Por quê? Porque, até então, o Brasil tinha uma cota e exportava sem tarifa. Quando o Brasil foi para 50% geral, a competitividade relativa do aço brasileiro foi afetada.

Então, a gente entende que todos que estão na 232 – estou vendo ali o Pupo, que entrou agora, com a questão da madeira – deveriam ter acesso também ao Reintegra, fazer o Reintegra o mais amplo possível.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Para concluir. *(Risos.)*

O SR. MARIO SERGIO CARRARO TELLES – Concluí.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Obrigado, Mário Sérgio.

Quero agradecer à CNI, sempre presente aqui no Congresso Nacional quando precisamos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Nosso professor, Senador Esperidião Amin, com a palavra, por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP - SC. Pela ordem.) – Não é professor.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero primeiro justificar que eu não estava presente, desde o início, mas recebi aqui um breve relatório e fazia um relatório tanto ao senhor, quanto aos ilustres integrantes da Comissão, quanto ao Relator, principalmente.

Eu estou vindo de uma reunião da Fiesc e do Fórum Parlamentar da bancada de Santa Catarina, pelo menos os que pudemos ir ao Ministro Geraldo Alckmin e ao Ministro Carlos Fávaro.

Então, eu só queria prestar, especialmente ao Relator e aos senhores, contas do seguinte: das emendas que nós temos solicitado, que o próprio Relator apresenta, uma tem tudo a ver com isto que foi falado agora, sobre qual é o nível de emprego que nós devemos considerar para fins de garanti-los.

Eu passei por isso em várias circunstâncias, como Governador, como Prefeito, mas principalmente como Governador, nas enchentes de 1983 e 1984, em que nós tivemos o parque fabril seis meses parado, e conseguimos preservar os empregos, 100%. Com ginásticas e, acima de tudo, com certeza de retomada do... Como aconteceu efetivamente.

Neste caso, nós temos uma proposta, que o Relator está considerando, e, associadas a essa proposta, as contribuições dos senhores. E aquilo que pudermos ou antecipar, através de regulamento, ou encaixar, através da ação do Relator e da nossa aprovação...

No caso, esta reunião de hoje foi voltada especificamente para a questão da madeira. Santa Catarina também tem outros interesses, como, por exemplo, a pesca, em que nós temos um papel também relevante. E, no caso da madeira, os três estados do Sul têm praticamente a mesma situação. São os maiores exportadores da madeira que os Estados Unidos comprem, ou seja, dos móveis, das molduras, das portas, ou seja, madeira com alguma agregação de valor.

E comentamos também a questão da celulose, em que os americanos perceberam o mal que eles estavam fazendo a si próprios, que era maior do que os outros. E compensado também, MDF, não é? São todos os componentes da nossa venda, do que nós vendíamos e vendemos sob medida.

Acho que eu não escutei a sua observação sobre isso. É, eu não cheguei a ouvir quando eu cheguei.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas nós fabricamos customizadamente, ou seja, você que diz o que quer. Então, não é o terno que você compra no *shopping*; é um terno que o seu alfaiate faz para você, de acordo com as suas prescrições.

Isso, naturalmente, deve também causar problemas para o comprador, porque ele não vai achar um outro fornecedor de confiança em 60 dias, desovado o estoque, que deve estar sendo desovado agora... O possível estoque deve estar terminando. Achar um outro que fabrique também não é tão simples assim. O mercado é feito de destruição criativa e criação destrutiva, mas não é tudo automático.

Recuaram no suco de laranja por quê? Porque não tinha quem pudesse fornecer suco de laranja sem ter plantado a laranja, a laranjeira antes.

E isso faz parte da questão doméstica, não é?

Eu acredito também que, com a distensão que está acontecendo, as coisas possam ser mais racionais.

Mas apreciei muito – para concluir – o que o representante da CNI falou a respeito de um prazo maior, que permita que a gente não reaja a uma circunstância muito fortuita. Então, um prazo maior, ainda vendo que a diferença média não foi tão grande... Não é isso?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP - SC) – Hein?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP - SC) – Não... Pode até, se puder, reapresentar?

Se você pegar os últimos quatro anos, você chega a um número lá: 11,8 mil; se pegar embaixo, dá 11,4 mil – foi o que eu li aqui.

Quer dizer, a média não é tão grande, mas é...

O SR. MARIO SERGIO CARRARO TELLES *(Fora do microfone.)* – Mas é uma diferença.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP - SC) – ... menor.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ou eu vi errado aqui.

O SR. MARIO SERGIO CARRARO TELLES (*Fora do microfone.*) – Você quer que eu coloque?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP - SC) – Até para...

Aqui. Vamos lá.

Aqui deu 11.492; lá deu onze...

O SR. MARIO SERGIO CARRARO TELLES – Oitocentos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP - SC) – E dezoito.

O SR. MARIO SERGIO CARRARO TELLES – E dezoito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP - SC) – Quer dizer: não é uma diferença... Na média.

O SR. MARIO SERGIO CARRARO TELLES – Isso.

Se a gente colocar outro ano ali, Senador...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP - SC) – Sim, mas eu só pude usar o que eu assisti.

O SR. MARIO SERGIO CARRARO TELLES – Sim, sim. Eu estou concordando com o senhor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP - SC) – Então, você vê que não é... É mais confiável e mais...

E a placa... Quer dizer, não afeta tanto a garantia que nós queremos assegurar.

Então, essa é a contribuição. Peço desculpa por interromper. Vou continuar assistindo tanto quanto puder.

E isso eu trago, prezado Relator, como subsídio para as emendas que o senhor está considerando. O senhor, que participou da nossa missão e escutou tudo que eu escutei. Certamente entendeu com mais inteligência, mas eu também não vou comprometer totalmente o seu raciocínio.

Muito obrigado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Com a palavra o Jairo Gund, Diretor-Executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Pescados, por até dez minutos, por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP - SC) – Hoje nós temos também...

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Hoje foi para prestigiar o senhor aqui. Madeira aqui também, ó.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP - SC) – Sim. É apenas 50%, mas é bom. (*Risos.*)

O SR. JAIRO GUND (Para expor.) – Muito boa-tarde a todos.

Chegou a minha hora de vender meu peixe, né? Não é isso?

Presidente Deputado Cezinha, obrigado pela oportunidade de a gente explanar um pouquinho sobre o nosso setor.

Quero agradecer ao Relator Fernando Faria, com o qual eu não tenho a mesma moral que o meu antecedente, o Guilherme, que teve dez contatos, mas não vou deixar de registrar aqui o reconhecimento pelo trabalho do senhor e da sua equipe, que, durante o final de semana inteiro, trabalhando... Sábado à noite, a gente estava discutindo dados, enfim, para que a gente pudesse compor essas informações.

Quero cumprimentar também os demais Deputados, demais Parlamentares aqui presentes, a Marilsa, que é Presidente da Aquishow, maior feira de aquicultura do país, no Estado de São Paulo e Minas Gerais também, presente aqui, e aqueles que nos acompanham também de maneira *online*.

Bom, o setor de pescado é bastante amplo. Nós temos, dentro do setor de pescado, vários segmentos do setor de pescado. Nós temos o povo da aquicultura, nós temos o povo da pesca extrativa, e cada um desses segmentos possui a sua devida peculiaridade, e essa medida americana da tarifa nos afetou, em diferentes regiões, de maneira muito diferente.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem anunciado, desde o início, que as exportações nossas para os Estados Unidos representam 70% daquilo que a gente exporta, mas, quando a gente começa a subdividir por espécie, quando a gente fala, por exemplo, no caso da tilápia, que afeta muito o Estado de São Paulo, da Marilsa, o Estado do Paraná, Santa Catarina, do Esperidião Amin também, chega a 97% das nossas exportações destinadas ao mercado americano. Ou seja: isso nos colocou numa situação muito delicada.

Quando a gente fala de Nordeste, nós temos a pesca da lagosta, a pesca do pargo, a pesca do atum, que está afetadíssima, com embarques cancelados, pescarias canceladas.

Ainda no Sul também, o Estado de Santa Catarina novamente, onde o maior item em termos de volume de exportação é a pesca da corvina, também severamente afetada.

Então, essa é uma medida que nos atingiu em cheio, lembrando que é uma atividade do agronegócio que é relativamente nova na estruturação, apesar de ser a mais antiga de todas as cadeias – a pesca é algo milenar –, na estrutura da cadeia produtiva é uma das mais jovens, ainda se estruturando, a ponto de isso ser reconhecido pelo Governo Federal, tendo reconstruído, então, o Ministério da Pesca como maneira de fortalecer essa cadeia.

E nós vínhamos numa crescente ano a ano, especialmente com, justamente, os Estados Unidos; crescemos em mais de 30% as exportações de 2023 para 2024, e a projeção que nós tínhamos para este ano, ou o que já estava acontecendo no primeiro semestre, passava de 41% a nossa taxa de crescimento de exportação, ou seja, é toda uma cadeia sendo estruturada, sendo reorganizada com investimentos, para que a gente pudesse acessar esse mercado, e, assim como os demais colegas citaram, os produtos também para o mercado americano são também feitos sob medida: são pescados com cortes específicos, com uma qualidade específica, com uma forma de apresentação específica para aquele mercado, não sendo possível, por exemplo, a destinação para outros mercados.

Houve uma ruptura nesse processo de fabricação, e a gente continua ainda com esses efeitos de uma maneira bastante preocupante.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como nós anunciamos que prevíamos que teríamos uma inflação no Brasil por conta disso, nós já temos, no caso da tilápia, já batendo os 10% de inflação, já nesse produto no mercado nacional, afetado diretamente por conta dessa questão americana.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP - SC. *Fora do microfone.*) – E lá, no comprador?

O SR. JAIRO GUND – O comprador está comprando dos nossos concorrentes; esse que é o problema.

Nós não temos um produto específico que é só do Brasil. Nós disputamos... Por exemplo, nos produtos da aquicultura, nós disputamos com os asiáticos; os produtos da pesca nós disputamos especialmente com os países do Caribe.

Vejam só: o Caribe pega a Venezuela com 14% de taxa; o Brasil, com 50%. Está completamente desproporcional essa questão. Como é que a gente chega em pé de igualdade? Não tem condições. A gente acaba sendo preterido nessa disputa.

Santa Catarina, nossa querida Santa Catarina – também sou de lá –, foi severamente afetada.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JAIRO GUND – O principal item, em termos de volume de exportação, é justamente a pesca da corvina, que, nos últimos dez anos, Senador, passou por uma reestruturação de *compliance*.

É muito bonito o trabalho feito pelas indústrias, pelos armadores de Santa Catarina, com as certificações, com todo o processo de ajuste, para que a gente pudesse acessar esse mercado, uma vez que, desde 2017, estamos com o mercado europeu fechado.

Nós não conseguimos romper essa bolha do mercado europeu, que era o nosso principal mercado, que é nosso sonho acessar novamente, reacessar esse mercado, e a gente não consegue romper essa questão da União Europeia, e o mercado americano acabou absorvendo, a gente foi crescendo, e vinha crescendo ano a ano, até esse cenário.

Senador, eu acabei interrompendo, perdão.

Gostaria de fazer alguma intervenção?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP - SC) – Não, só iria perguntar se o senhor tem alguma estatística própria sobre tilápia.

O SR. JAIRO GUND – Em qual sentido?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP - SC) – Exportação.

O SR. JAIRO GUND – Então, no caso da tilápia, os Estados Unidos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP - SC) – Aí não é Caribe, não é?

O SR. JAIRO GUND – Não, não. No caso da tilápia, a gente disputa com os asiáticos: Vietnã, Indonésia, China... A China, sobretudo, é o principal produtor, no caso do abastecimento do mercado americano. Então, a gente disputa com esses *players* esse produto em específico, tá?

O SR. RUI FALCÃO (Bloco/PT - SP) – Não sei se entendi bem, mas o senhor disse que está tendo inflação aqui no Brasil?

O SR. JAIRO GUND – Sim, porque... O que é que acontece? No caso da aquicultura, Deputado, quando você tem uma sinalização, como nós tivemos no mês de julho, a reação natural de toda a cadeia é – o que fazer? – reduzir a alevinagem, reduzir o alojamento. Você reduz no campo, porque você tem uma parcela desse volume destinado para exportação, e você não vai ter o destino disso. Naturalmente, o ponto de equilíbrio...

Todo mundo tem o seu ponto de equilíbrio, de sobrevivência dentro de casa; as indústrias e o produtor da mesma forma. A partir do momento que você tem uma redução no seu volume, o seu ponto de equilíbrio de custeio acaba aumentando, e só tem uma forma: repassando. Então, é isso que já está acontecendo no caso da aquicultura.

Isso é um efeito imediato, agora. Se pegarem os indicadores deste mês, a gente já começa a verificar esses dados aí.

E, no caso da pesca, alguns mercados conseguimos direcionar, com um valor agregado menor, ou seja, está todo mundo ganhando menos. Houve um achatamento nessa distribuição, e outros mercados acabaram simplesmente tendo uma redução.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Têm barcos amarrados que não estão saindo para pescar, porque acaba o volume não conseguindo ser competitivo dentro desse cenário.

Bom, esse é um apanhado rápido aqui do cenário que a gente está vivendo.

Sobre a medida provisória, nós reconhecemos que é um passo importante que foi dado pelo Governo, mas, assim como mencionado pelo Deputado Rui, o grande desafio que a gente tem é justamente superar a burocracia do acesso. A gente ainda não conseguiu... O nosso setor ainda não conseguiu acessar esses recursos, para poder fazer o refinanciamento dos seus estoques, enfim, para dar a manutenção. Justamente no efeito inverso, nisso que eu citei da redução da alevinagem, nós não conseguimos fazer ainda o acesso disso, por conta das burocracias das mais diversas, né?

Exemplos práticos: alguns bancos exigindo comprovação em duplicata para liberar o recurso.

A duplicata é faturamento nacional, não é *invoice*. *Invoice* é para exportação, e a gente está falando de uma medida para socorrer quem exporta.

Então, requerem-se alguns ajustes finos, para que essa medida possa ser efetiva.

Não vou ser enfadonho, porque todos os pontos que foram colocados aqui pela CNI e pela CNA são exatamente os mesmos que nos atingem também. Então, já fica registrado aqui o coro, junto com os nossos colegas aqui.

Mais uma vez, muitíssimo obrigado aqui pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Muito obrigado, Jairo.

Paulo Roberto Pupo, Superintendente da Associação Brasileira da Indústria de Madeira Processada Mecanicamente.

Por favor, por até dez minutos.

O SR. PAULO ROBERTO PUPO (Para expor.) – Alô...

Muito obrigado, Sr. Presidente e Sr. Relator, pela oportunidade.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um prazer estar com o Senador Esperidião Amin.

Sou lá do Paraná. Fico em Curitiba.

Vou contextualizar rapidamente como é que está o setor e, daí, nos dois, três minutos finais, fazer algumas considerações.

Como é que nós estávamos até 9 de julho? Bem. Estamos iguais aos nossos vizinhos.

Quando o Trump foi ao jardim da Casa Branca, lá em 2 de abril, e anunciou as tarifas recíprocas, nós ficamos igual a todo mundo, ou seja, o novo normal americano não é mais zero, está entre 10%, 15% e 20% ao redor do mundo.

E aí veio o fatídico 9 de julho, quando nós saímos de um céu de brigadeiro, vamos dizer assim, e saímos do jogo quando fomos para 40% ou 50%, de acordo com os produtos que estavam ou não na 232.

Então, nós temos três situações nos Estados Unidos: a Investigação 232, a 301, que eu considero a mais grave de todas... E eu tive a oportunidade de estar em Washington agora, algumas semanas atrás, onde participei da defesa oral, lá no USTR, e eu diria para os senhores que não foi um ambiente muito legal. Foi um ambiente, eu diria, até um pouco... Não raivoso, mas um ambiente não harmonizado, com muitas e muitas narrativas contra o Brasil.

E nós temos a tarifa em si. O que acontece com o nosso setor? Quem não está internado no quarto, já está na UTI, porque, do dia 9 de julho para cá, o nosso setor derreteu. Ou seja, com 50%, não existe comércio. Então, os contratos foram cancelados; o material em água, foi pedido para esperar. E nós estamos, de lá para cá, apurando num cenário muito difícil.

Como o Senador Amin falou, essa indústria está, 90%, concentrada nos estados do Sul. A gente fez um levantamento rápido, e apenas na Abimci, que é a entidade que eu coordeno, temos por volta de 6 mil demissões; 5.500 em férias coletivas, 1.100 em *layoff* e, caso esse cenário permaneça, em outubro e novembro, teremos mais 5 mil demissões. Isso num universo de 180 mil funcionários que nós temos.

No ano passado nós exportamos para os Estados Unidos US\$1,6 bilhão. É customizado. Nós pegamos produtos – é uma visão, às vezes muito simplista, do Governo, lá no início, dizendo:





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Olha, desliga a tomada dos Estados Unidos e liga a tomada em outro mercado". Não é assim que funciona. Tem produtos que foram desenvolvidos para o mercado americano; tem empresas que nasceram para atender o mercado americano. Atendemos a construção civil, numa parceria e num *share* comercial desenvolvido há décadas; há 30 anos nós estamos lá. E não temos como substituir esse volume gigantesco, em termos de volume físico, de metro cúbico de unidade de madeira que exportamos para lá.

Para piorar a situação do Brasil, veio a 301, que é uma investigação apenas contra o nosso país – não é? O senhor esteve lá em Washington. Não é simples o ambiente de Washington e, tanto a 232 como a 301 jogam a nossa indústria num ambiente muito ameaçador.

A indústria de Santa Catarina, Senador – portas, molduras, compensado, e até a cerquinha, que é um produto simples, que fica na frente das casas americanas – está taxada hoje em 50%, mais a tarifa nominal do produto. Ou seja, nós estamos fora do jogo. Então, quando o importador americano vai comprar a demanda dele... Nós nos defendemos, na 232, de que não somos ameaça à produção americana. A 301 se baseia em práticas ilegais de mercado, que é muito mais audaciosa, e o Presidente americano pode fazer o que quiser com o resultado disso, porque, se a tarifa cair, por alguma... Ah, sai a Suprema Corte e cai a tarifa hoje. Ele pode pegar as evidências da 301 e dizer: O Brasil tem práticas ilegais de mercado, eu posso criar origem, posso criar cotas, posso criar banimento ou qualquer taxa acima dos 50%. Ou seja, nós estamos fora do jogo.

Então, pega o sujeito lá de Miami que vai comprar a nossa madeira. Ele olha o mapa-múndi e tem uma luzinha piscando lá, 50%. Aí ele olha os nossos vizinhos: Chile, um grande produtor, 10%. Uruguai e Argentina, 10%. Na Europa, com o acordo comercial realizado no mês passado, ficou um teto para madeira de 15%. Aí ele vai um pouquinho para a frente, à Indonésia, 19%. Ele vai para o Vietnã, que é um grande produtor de madeira, 20%. Se sobrou alguma coisa ainda, ele vai para nossa amiga China, que está em 35%, e negociando.

Então, nós estamos fora do jogo em qualquer situação. E o que é pior, a nossa preocupação madeireira, do setor de madeira processada – que Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul lideram –: nós seremos substituídos no mercado, caso essa situação permaneça. Porque, a partir da hora que você vai para outro mercado supridor, eu, importador americano, não volto a comprar do Brasil.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, ou nós damos sinais para que as negociações comecem – e disso o mercado precisa... Se o mercado está entendendo que os dois países estão conversando, tomara que seja uma boa iniciativa, essa do *shake hands*, recente – não é, Deputado? Mas o mercado exige sinais para ter confiabilidade.

Então, hoje são 50%, mas Brasil e Estados Unidos estão conversando? Ah, cai para 45, sai a 40%, a 35%. Eu, importador, ajudo com 5%; você, produtor brasileiro, ajuda com 5%. Nós estamos nos 25% ou 30%, ou seja, estamos no jogo de novo, talvez sem margem, mas estamos rodando. E hoje nós não estamos rodando; nós estamos na UTI. E, se isso permanecer, infelizmente a situação vai piorar.

Então, dito isso, eu queria trazer, aqui, dois pedidos. Primeiro, o apoio político do senso de urgência da negociação ocorrer com o senso de urgência de que a indústria precisa; ou seja, a cada dia que passa, a gente... Lá em 9 de julho, abriu a goteira, a torneira estava aberta, água; hoje, é sangue.

Então, eu acho que esta prestigiosa Comissão tem todos os poderes, e plenos poderes, para instigar. O Senador Esperidião Amin falou que chegou agora de uma reunião com o Ministro Alckmin – que bom! Eu mesmo vim aqui e participei de várias reuniões multissetoriais muito bem conduzidas pelo Ministro Alckmin, mas sem efeito prático na questão política.

Então, sim, precisa ser aberta a negociação, para dar sinais claros do mercado de que uma hora ou outra isso vai ocorrer. Agora, até ocorrer, nós que estamos na UTI precisamos não de morfina, que nem eu escutei esses dias de alguém: "Ah, vou dar morfina para um paciente terminal". Não, nós precisamos de glicose e de vitamina, para suportar esse período, até a negociação vir à tona. E eu acho que isso... O pedido do setor é acolher essas emendas, tanto do Deputado Pedro Lupion como do Deputado Joaquim Passarinho.

E, aqui, eu faço o reforço das palavras do Mario Sergio, que muito bem falou da nossa CNI – também tenho a oportunidade de fazer parte do Conselho da CNI e também sou Diretor da Fiep, lá no Paraná –, e também quero validar todas as observações que o Senador Esperidião Amin fez. É um setor intenso em mão de obra. Nós dependemos, em média, em 50% dos Estados Unidos, dependendo do produto. Para alguns produtos, como molduras de madeira, você pode





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

encher cem contêineres e dar para o mercado alemão, e ele vai dizer: "Não, ponha no fogo; eu não uso produtos de madeira, aqui, daquela especificação".

Então, nós só temos um caminho, já que tenho mais dois ou três minutos aqui. Nós temos só um caminho, Deputado, que é a negociação. E, nessa negociação, o setor é passageiro; nós não somos os motoristas disso. Nós precisamos que o Governo, efetivamente, avance, mas, até lá, nós precisamos de alguns remédios para podermos passar por esta temporada.

E o Plano Brasil Soberano precisa de celeridade; ele precisa fluir, tanto com o Reintegra – né, Mario? –, que é tão importante para nós, mas o acesso ao crédito é que vai tirar, talvez, as empresas da UTI e colocá-las de volta no quarto, dizendo: "Não, eu tenho uma sobrevida aqui de 30, 60 ou 90 dias, até que os governos se alinhem, até que Washington, a USDR e o Mdic, aqui, se alinhem".

E indo para o final, Presidente, a Seção 301 traz uma preocupação gigantesca, porque ela é transversal. Eu fui defender o tema de *deforestation* – desculpem, escapou o termo aqui –, desmatamento ilegal. É uma pauta que já está limpa nos Estados Unidos há 20 anos. E você escutar, numa audiência – que bom se fosse amistosa, que nem este ambiente aqui, mas foi um ambiente bem hostil –, que nós fazemos conversão de áreas, até para a produção maior do etanol, ou seja, uma pauta já clara... Então, não tem nenhum subsídio técnico e legal do que eles estão fazendo, e, sim, apenas narrativas contra o Brasil; mas isso é muito poderoso ao Presidente.

Então, encerrando, Presidente, a gente coloca, aqui, à disposição desta Comissão todos os dados de que os senhores necessitarem, mas nós precisamos, sim, desse apoio político para com o Governo e desse apoio técnico na fluidez do Plano Brasil Solidário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Muito obrigado, Paulo.

Antes de ouvir o Dyogo, eu queria passar a palavra, aqui, ao nosso Relator, para fazer algumas considerações e o parabenizá-lo aqui, Paulo, pela sua fala muito clara. Eu tenho certeza de que o grande maestro, o Presidente Alckmin, vai ter um bom diálogo, como sempre teve conosco, Senador Esperidião Amin, em São Paulo. Todas as crises que nós tivemos no Estado de São Paulo sempre foram bem conduzidas, em todos os temas, com o Presidente Alckmin. Eu





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

acredito que ele vai nos ajudar muito, como já está ajudando nessa negociação junto ao Presidente Lula.

Senador Fernando.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL. Pela ordem.) – Obrigado aí, Presidente.

Senador Esperidião Amin, na nossa viagem, o que ficou bem em ênfase lá... Inclusive, o senhor falava sempre: "As madeiras são feitas para os Estados Unidos". Tem essas coisas da madeira, da pesca, da fruta e da abelha, então isso era o enfoque que ditou a Comissão que foi para lá. Chegando aqui, a gente pegou essa relatoria da medida provisória. Então, a primeira coisa que eu fiz – por isso, o Guilherme falou – foi ligar para a Abrafrutas, por intermédio até de Fernando Coelho, que me colocou junto com o Guilherme – o Fernando eu conhecia, o Guilherme eu passei a conhecer.

E voltamos aos pequenos, a como chegar nos pequenos. O que eu tenho a dizer: essa medida do Governo foi muito boa. Nós temos dinheiro, nós temos aí R\$40 bilhões para proporcionar isso. A fruta e a pesca – eu acho que também a madeira, que não conheço bem, mas que estou conhecendo –, com certeza, serão alcançadas. Agora, como chegar ao pequeno? Liguei para o Paulo Câmara, Presidente do Banco do Nordeste. Por que o Banco do Nordeste? Porque o banco tem uma capilaridade, lá no Nordeste, sobre os pequenos. Então, ele colocou um diretor do banco, que estava aqui, passou praticamente uma semana aqui tentando formular uma maneira de se chegar não aos dez; é fácil chegar aos dez que exportam. Quer dizer, para os dez que se exportam, no BNDES, você vai lá, coloca e tem acesso a financiamento fácil, mas os pequenos... O Abel – está faltando um diálogo com ele, porque ele sai daqui sexta-feira – tem o modelo para fazer isso, ele já tem o modelo. Então, o modelo do Abel... Ele também tem esse modelo para a pesca, porque a pesca tanto atinge o sul como atinge Pernambuco e Ceará, e, na pesca da lagosta, um monte de pescadores – se não me engano, no Nordeste, são 3 mil pescadores. Jairo, você me falou que é 1 milhão de pescadores aqui no sul, não é isso? Foi você que me falou isso, não é, 1 milhão de pescadores? Então, como chegar a esse pessoal? Essa é a grande preocupação que a gente tem que construir.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pediria à CNA e à CNI para nos ajudarem a chegar a eles, a fazer esse dinheiro chegar aos pequenos. Tem condições de chegar? Tem. Tem dinheiro? Tem. Então, a gente está tentando construir isso dessa maneira.

No caso da madeira, são empresas, todas têm CNPJ, o BNDES já está aberto para isso, já dá – e tem garantias para isso – até R\$300 milhões para pequena e média empresa. Para as médias são até R\$300 milhões, não é isso, Dyogo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL) – Até R\$300 milhões, não é? Até R\$300 milhões, têm acesso. Eu estou dizendo que tem para a gente tentar agilizar, porque eu sei da agonia de vocês, vamos dizer assim.

O programa abrange crédito com o fundo garantidor, capital de giro e investimento, juros de 6% a 10%, postergação de tributos. Vai ter para cerca de, tem isso na... Flexibilização trabalhista – alguma coisa que tem que, lógico, ver com o ministério, como é que faz isso, não é? –, compras governamentais, *drawback* e tem o Reintegra.

Então, já tem muita coisa que talvez possa já dar um andamentozinho lá com o pessoal. Tendo CNPJ, é com o BNDES. Com o BNDES ou, no caso, vamos dizer assim, do Nordeste, que nós pegamos o Banco do Nordeste pela capilaridade.

Não sei lá se seria o quê, lá no Sul?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL) – Seria isso aí.

Eu acho que já dá para dar andamento nisso, porque, com dinheiro, eu lhe garanto que não vai faltar. Tem aqui, o Governo realmente proporcionou isso aí.

E essa preocupação dos pequenos também foi uma preocupação do Nelson Barbosa. No primeiro momento que a gente teve, ele disse: "Olha, está aqui, agora como chegar ao pequeno é que a gente tem que produzir".





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, foi aí que nós fomos atrás do Banco do Nordeste para ele nos ensinar e a gente transmitir um pouco para vocês para puxar isso aí.

Então, é mais ou menos isso, assim. E, eu acho, isso eu falei aqui da fruta, da pesca e da abelha, da CNA. Quer dizer, a abelha era um processo interessante, então, eu estive com o pessoal da CNA, estou aguardando alguma... Tinham lá três meninas e um menino, um rapaz, e os coloquei junto com o Abel, do Banco do Nordeste, que, por coincidência, estava aqui, para eles tentarem uma maneira de esse dinheiro chegar aos pequenos.

Quanto aos grandes, é como eu já falei. Quer dizer, para o pequeno e o médio, até 300. Os grandes, essa turma já sabe, já tem muita gente dentro do banco... O BNDES já aprovou 2 bilhões e alguma coisa, sexta-feira passada já tinha aprovado mais de 2 bilhões dessas coisas.

Então, o que eu pediria a vocês? Como o Senador trouxe ali já trouxe uma sugestão – tem a sugestão mais da madeira, porque ele realmente, desde lá, é intenso nessa madeira; foi o primeiro que eu procurei aqui, o Esperidião, vamos ver a madeira e a preocupação dele é na madeira – então, se vocês da CNA e da CNI tiverem alguma sugestão para a gente juntar aqui, será sempre bem-vinda.

O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Muito obrigado, Senador Fernando.

Para finalizar, Dyogo Oliveira, Diretor-Presidente da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização.

Por favor.

O SR. DYOGO OLIVEIRA (Para expor.) – Boa tarde Deputado Cezinha, Presidente, Senador Fernando Farias, o Relator, demais colegas de mesa, senhoras e senhores aqui presentes, serei bastante breve já para concluir, tentarei ser bastante breve aqui.

Primeiro, eu queria me solidarizar com todos os setores afetados por essa medida dos Estados Unidos, uma medida que, todos nós concordamos, é arbitrária e injustificada, mas é a realidade dos fatos, temos que lidar com ela. Segundo, eu acho que cabe reconhecer que essa





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

medida provisória, emitida pelo Governo Federal, enfrenta, de uma maneira interessante, vários dos problemas e apresenta soluções, a meu ver, bastante adequadas, como já até mencionou aqui o Relator. São recursos vultosos que já estão disponíveis e, em certa medida, já estão sendo comprometidos. Então, também acho que cabe reconhecer que o Governo agiu rapidamente e adequadamente em relação a essa medida provisória.

Eu queria salientar, na minha breve intervenção, que essa medida provisória trata de vários temas temporários, mas que ela traz alguns elementos estruturais, permanentes, que são de igual relevância. E eu me refiro, basicamente, à recomposição do arcabouço legal do sistema de crédito à exportação do Brasil. Ela traz aqui alguns elementos temporários e alguns elementos permanentes.

Eu queria ressaltar – e até fica parecendo que eu ainda estou no Governo, Senador, quando agora represento o setor privado de seguros – o papel fundamental do sistema de crédito à exportação no Brasil, a importância de ele ser realmente reestruturado, como vem nessa medida provisória.

Todos os países do mundo têm um sistema de crédito à exportação, por um motivo simples e único: nenhum país vai apoiar a exportação do outro país. Então, somente o seu país apoia as exportações do seu país. Então, os Estados Unidos têm o Eximbank, a Alemanha tem o Euler Hermes, a China tem a China Export & Credit Insurance Corporation, a Coreia tem o dela, a França tem a Coface, todos os países têm o seu sistema. E nós passamos uma grande crise aqui no Brasil, desde 2015, 2016, em virtude de diversas más compreensões sobre o funcionamento desse sistema, como, por exemplo, dizerem que financia projetos em outros países. O sistema de crédito à exportação no Brasil nunca apoiou nenhum projeto fora do Brasil, a não ser para a exportação de produtos e serviços produzidos no Brasil ou prestados por brasileiros. É uma restrição permanente da lei, do próprio BNDES e do FGE.

Então, aqui a gente tem, nessa medida provisória, a meu ver, um elemento fundamental de restabelecimento disso. E no que concerne à participação do setor privado de seguros também, eu preciso reconhecer o grande acerto dessa medida provisória, porque ela traz, em vários dispositivos, a necessidade e a importância da parceria entre o setor público e o setor privado na composição dos riscos. Porque aqui o sistema público brasileiro é voltado para os riscos políticos,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é o risco de um país decretar uma moratória, decretar uma restrição de fluxos de capitais, e aí o importador não ter condições de pagar pelas exportações. E o setor privado responde pelo risco comercial, que é o risco de o empresário importador, eventualmente, não conseguir pagar. Essa medida provisória cria uma grande novidade, que é a possibilidade de a gente trabalhar juntos, setor público e setor privado, integrando essa operação, oferecendo produtos customizados para determinados setores, seja porque são setores que têm clientes em países muito complicados, seja porque são setores que combinam produtos muito específicos. Então, essa lei traz essas grandes possibilidades e nós precisamos reconhecer e parabenizar o Governo por essa iniciativa.

Para concluir, Sr. Relator, Senador Fernando Farias, eu queria apenas deixar duas ofertas que eu acho altamente relevantes. A primeira toca nessa questão da capilaridade de chegar até a última milha. É que as seguradoras sejam também qualificadas como operadores indiretos dos produtos públicos.

Hoje, todo o canal de distribuição do sistema público é feito única e exclusivamente pelo BNDES e pela ABGF. Assim como no crédito o senhor buscou soluções pelo BNDES, pelo BRDE, por outros elementos, porque o sistema de crédito brasileiro interno funciona assim, o BNDES tem repasse dentro do sistema bancário brasileiro, o sistema de seguros não tem, ainda é muito centrado única e exclusivamente na ABGF e no BNDES. Então, assim, eu acho que, dada essa possibilidade que a própria medida provisória traz de parceria, a gente poder também se tornar, em certa medida, um distribuidor dos produtos do Governo; a gente vai levar aos clientes das seguradoras os produtos do Governo também. Então, acho que isso vai criar um canal e uma capilaridade adicional.

O outro tema é bastante sensível, mas é da mais alta relevância, que é o tema da segurança jurídica dos agentes públicos envolvidos. Nós vimos e presenciamos, e eu, em particular, estava vendo isso ao vivo, o famoso apagão das canetas, porque nenhum técnico aceitava mais, porque temia ser processado, penalizado injustificadamente. E eu conheço muitos agentes que foram processados injustamente e foram todos inocentados, naturalmente, mas isso após cinco, seis anos, e isso provoca uma paralisia desses instrumentos. E a gente está falando aqui de uma probabilidade. Não é que o sujeito olha uma cara e um crachá e fala: "Essa cara está igual com esse crachá". O sujeito aqui, no seguro de crédito, tem que analisar o risco de inadimplência.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, qual é a probabilidade daquele país de quebrar nos próximos dez anos? E aí, quando o país efetivamente tem uma dificuldade ou quebra, abre um processo contra o sujeito e fala: "Não, você aprovou essa operação de crédito e tal", e o cara... Mas, assim, qual é a capacidade de você fazer isso? A capacidade é aquilo que a metodologia, as metodologias internacionais te oferecem. Existem sistemas de *rating*, sistemas de qualificação de operação, existem sistemas de garantias, de contragarantias, de mitigadores de risco, etc. Então, tem todo um sistema que funciona para isso. Mas não é adivinhação, o sujeito não tem como acertar em 100% dos casos.

Então, nós trazemos aqui a defesa, Sr. Relator, da Emenda 10, que trata desses dois temas. Esses dois temas, a bem da verdade, Sr. Relator, já tinham sido debatidos e incluídos no relatório final do Projeto de Lei 6.139. Então, é uma matéria que já está pacificada dentro das Casas, inclusive junto ao Governo.

Então, queria, só para finalizar, trazer à consideração dos senhores essas duas questões: garantir que o agente público tenha segurança para tomar essas decisões, ainda mais neste momento, que precisam ser rápidas. Então, o que essa emenda diz é que o agente público terá assegurada a sua decisão, exceto em caso de erro grosseiro ou de dolo da ação do agente. Nesses dois casos aí, não há o que fazer. Mas, além disso, o erro técnico precisa ser protegido, porque, na verdade, a gente não tem a capacidade de adivinhar o que vai acontecer.

Muito obrigado, Senador

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP. Fala da Presidência.) – Muito obrigado, meu querido Dyogo, pela participação.

A audiência pública serve para clarificar além do trabalho feito pelo Relator junto às associações, ao Governo, aos Parlamentares. Quero deixar público aqui à nossa sociedade o anseio de cada setor; deixar bem claro sempre, Presidente Rui.

Quero agradecer a todos vocês pelo convite. Amanhã, às 9h da manhã, nós estaremos aqui concluindo essa etapa de reunião de audiência pública.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário... (*Pausa.*)

Não tem quórum. Então, tá. Fica a ata para aprovar na próxima reunião, o.k.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todas e todos aqui.

Até amanhã, Sr. Relator. E vou pegar uma aula com Guilherme para ver se eu convenço o senhor (*Risos.*) a colocar parte do meu texto aí no seu relatório.

Um abraço a todos.

(Iniciada às 14 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 06 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1309, DE 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e vinte e um minutos do dia oito de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Deputado Cezinha de Madureira, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 1309, de 2025 com a presença dos Parlamentares Fernando Farias, Marcelo Castro, Professora Dorinha Seabra, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Jorge Kajuru, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Esperidião Amin, Hamilton Mourão, Mecias de Jesus, Robinson Faria, Hildo Rocha e Rui Falcão, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Paulo Paim, Giordano, Sérgio Petecão e Weverton, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Efraim Filho, Carlos Viana, Cid Gomes, Carlos Portinho, Jorge Seif, Luiz Philippe de Orleans e Bragança, Marangoni, Isnaldo Bulhões Jr., Augusto Coutinho, Romero Rodrigues, Adolfo Viana, Bruno Farias, Marcel van Hattem e Carlos Zarattini. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **1ª Parte - 4ª Audiência Pública Interativa**, atendendo ao Plano de Trabalho. **Finalidade:** Debater a Medida Provisória nº 1309, de 2025. **Participantes:** Anderson Pomini, Diretor-presidente da Autoridade Portuária de Santos; Samuel Kinoshita, Secretário da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo; Afonso Bandeira Florence, Chefe da Casa Civil do Governo do Estado da Bahia; Rinaldo Lira, Diretor de Gestão Portuária da Autoridade Portuária de Suape; e Paulo Guimarães, Presidente da BahiaInveste. **2ª Parte - 5ª Audiência Pública Interativa**, atendendo ao Plano de Trabalho. **Finalidade:** Debater a Medida Provisória nº 1309, de 2025. **Participantes:** Prof. Dr. Jonathan Barros Vita, Conselheiro do Conselho Municipal de Tributos de São Paulo; Roberto Duque Estrada, Advogado especializado em tributação internacional e Presidente do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S/A e Kalliane Abreu, Advogada tributarista. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e quatro minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Deputado Cezinha de Madureira

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1309, de 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2025/10/08>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Mista da Medida Provisória 1.309, de 2025, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, a realizar-se na data de 8 de outubro de 2025.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater a Medida Provisória nº 1.309, de 2025, em atenção ao plano de trabalho aprovado.

Com o objetivo de otimizar os trabalhos da Comissão, a Presidência fará duas mesas de debates. Na primeira mesa, ouviremos representantes dos estados e das operações portuárias; e, na segunda, os pesquisadores e especialistas que estão presentes.

Quero convidar já para se sentarem ao nosso lado aqui o Presidente do Porto de Santos, Anderson Pomini, Presidente da Autoridade Portuária de Santos; também, Rinaldo Lira, Diretor de Gestão Portuária em Suape; Samuel Kinoshita – o homem do dinheiro de São Paulo –, Secretário da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo. (*Pausa.*)

Também Afonso Bandeira Florence, Chefe da Casa Civil do Governo da Bahia – o sempre Deputado Afonso. Seja bem-vindo aqui conosco.

Nós começamos nas primeiras reuniões, Pomini, com o Senador Fernando se sentando aqui do lado esquerdo. Agora, ele resolveu assumir o lugar da direita. Então, você hoje é o da esquerda aqui, né? (*Risos.*) Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer o uso da palavra por até dez minutos.

E quero aqui deixar, Presidente Rui Falcão, todos bem à vontade, em especial o Presidente do porto e o Secretário da Fazenda de São Paulo, por se tratar do maior estado do país e, com certeza, das maiores demandas. Ontem, quando nós ouvimos aqui, vimos as exposições... Os números de São Paulo praticamente tomam todo o corpo do Brasil; então, é importante nós ouvirmos aqui as expectativas e os impactos que estão acontecendo, até rolar química. (*Risos.*)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos lá.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Eu tenho dito aqui que, desde o início da publicação dessa medida provisória e a designação do Relator, o grande Relator Senador Fernando Farias, de Alagoas, Secretário Kinoshita, tem tido uma responsabilidade muito grande, junto ao Presidente Alckmin, de dialogar com o setor, e tem sido muito bom. Entretanto, como bem disse o Presidente Alckmin, nós precisamos de algumas audiências públicas para ver quais serão as demandas que vão chegar; quem sabe a gente não cria uma outra medida provisória, se não der para contemplar todo mundo nessa, né?

O Brasil é forte, o Brasil é grande, e nós temos espaço para todo mundo. A audiência pública traz público à nossa população aquilo que nós tratamos aqui no Congresso.

Vamos iniciar, então, passando a palavra para o Presidente do Porto de Santos, Anderson Pomini.

O SR. ANDERSON POMINI (Para expor.) – Muito bom dia a todos. Senhoras e senhores, é um prazer muito grande estar aqui com vocês nesta oportunidade.

Quero cumprimentar o Deputado Cezinha de Madureira e cumprimentar o Senador Fernando Farias, na pessoa de quem cumprimento toda a mesa e todos os senhores e senhoras aqui presentes.

Cumprimento o Deputado Rui Falcão, nosso professor, amigo de um grande amigo com quem eu tive a honra de trabalhar por muitos anos, que é o Deputado Régis de Oliveira. Ambos são de Monte Aprazível, uma cidade aprazível do interior de São Paulo.

Quero dizer que é uma oportunidade, e, para colaborar...

O SR. RUI FALCÃO (Bloco/PT - SP) – Boa memória, Presidente. *(Risos.)*

O SR. ANDERSON POMINI – ... com o debate, Deputado Cezinha, Senador Fernando, eu trouxe aqui alguns dados que representam a força do Brasil, com destaque à nossa produção do agro, que é uma mercadoria muito concorrida pelo mundo. Isso é para dizer que, sempre que um





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

país nos impõe o chamado tarifaço, ou a guerra econômica, a nossa carga acaba se escoando para outros rincões do mundo, que foi o que aconteceu principalmente no Porto de Santos.

O Porto de Santos – e eu trago números justamente para colaborar com esse debate – representa 30% da corrente comercial brasileira. Os portos brasileiros representam 95% do que nós importamos e exportamos. Então, os principais canais, janelas de conexão com o mundo, para a importação e a exportação dos produtos, utilizam os portos. E o Porto de Santos, em especial, por se configurar na principal janela de conexão com o mundo, tem relação direta com 200 países e 600 locais de destino. Ele representa, como eu disse, 30% da corrente comercial brasileira, e está entre os cem maiores portos do mundo.

Nós assumimos o Porto de Santos há dois anos e meio. O porto estava em 43º e agora está em 37º. Com a realização de um leilão, que é o chamado Tecon 10, de que todos já ouviram falar, tendo em vista a magnitude da implementação desse mega terminal de contêineres, o Porto de Santos ocupará a 20ª posição do mundo, levando em consideração que a métrica para classificar o potencial de um porto é a capacidade de movimentação de contêineres. Hoje, o porto movimenta 5,5 milhões de contêineres – nossa capacidade está perto de 6,2 milhões –, e, com a realização desse leilão, o Porto de Santos passa a perto de 11 milhões de capacidade de movimentação de contêineres.

Nosso crescimento médio é de 7% ao ano para todas as cargas, levando em consideração que o Porto de Santos é um *hub* multipropósito. Quando a gente olha para os portos chineses – dos dez maiores portos do mundo, nove são chineses – a gente só consegue enxergar contêineres. Então, é um porto praticamente destinado à exportação de produtos industrializados para o mundo, em especial para a América Latina.

Se nós olharmos para uma fotografia do Porto de Santos, a gente identifica terminais com características próprias, porque é um *hub* multipropósito, em que se movimentam contêineres, celulose, suco de laranja, café, soja, grãos. E esse *market share* é representado exatamente por esse gráfico.

Então, o que passa pelo Porto de Santos? Principalmente a força daquilo que nós produzimos, que é o agro: 96% do algodão que é produzido no Brasil passam pelo Porto de Santos. E aqui chamo a atenção, inclusive, para a necessidade de um replanejamento do complexo





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

portuário nacional, que é algo que vem sendo encabeçado, inclusive, pelo Ministro Silvio Costa, porque hoje a Bahia é o estado que mais produz algodão, e esse produto é escoado pelo Porto de Santos. Então, nós precisamos replanejar os portos para que os portos do Arco Norte, em especial, também atendam a essa demanda para o escoamento desses produtos.

Noventa por cento do suco de laranja que é produzido no Brasil passam pelo Porto de Santos. E aqui uma curiosidade: o suco de laranja, a carne e o café foram os principais produtos afetados inicialmente pelo tarifaço. De cada dez copos de suco de laranja consumidos no mundo – no mundo – nove são produzidos no Brasil e passam pelo Porto de Santos. De cada dez copos de suco de laranja consumidos pelos americanos, sete têm origem do Brasil. Vejam o impacto no suco de laranja para o consumidor final americano.

De cada dez xícaras de café consumidas no mundo, cinco são produzidas no Brasil, tanto é que o Presidente Trump, inclusive, fez uma brincadeira com o nosso Presidente Lula, dizendo que os consumidores americanos estão sentindo falta do café brasileiro; e não é por acaso, porque, sempre que se aumenta a tarifa, reduz-se o custo. E os americanos não bebem um cafezinho, lá é uma jarra. Então, obviamente que o impacto financeiro é muito maior.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – E, nas exportações, nas cargas do Porto de Santos, a partir da notícia do tarifaço, quantos por cento caíram ali em média, Presidente?

O SR. ANDERSON POMINI – Eu trouxe exatamente esses números aqui.

A partir de 9 de julho de 2025, quando o Presidente Trump anuncia isto e encaminha uma carta dizendo que a tarifa seria de 50% sobre os produtos brasileiros, nós fizemos esse cálculo e adotamos as medidas para o porto, levando em consideração que, de tudo o que se movimenta no Porto de Santos, 12% a 15% vão para os Estados Unidos, ou seja, é o mínimo. Mas nós tivemos a chamada corrida da carga, o que resultou no recorde de movimentação de cargas no Porto de Santos. Nós movimentamos 17,4 milhões de toneladas, um aumento de 6,1% em relação ao mesmo período do ano passado.

Mas o reflexo maior foi no mês de agosto, porque representou exatamente a corrida da carga. O que aconteceu? Quando o Presidente anunciou o tarifaço, aquele produtor que já tinha





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

a carga pronta, em condições de exportação, correu para entregar essa carga, tendo em vista que, do cais do Porto de Santos até o cais de qualquer porto americano, o navio demanda dez dias para chegar com essa carga. Então, ele correu... Quem tinha suco de laranja pronto, quem tinha carne congelada, quem tinha café correu para entregar. E isso fez com que o Porto de Santos batesse todos os recordes; ou seja, 16,5 milhões de toneladas em um único mês correspondem à movimentação de vários outros portos brasileiros juntos. Vejam o impacto principalmente para a exportação desses produtos.

E a nossa relação com o mundo mostra exatamente isso. Em relação a agosto, o valor total de exportações: 8,55%; valor total das exportações para a China, 63,25%. Se esse tarifaço fosse aplicado pela Ásia, pelos chineses, aí sim o impacto seria muito grande na nossa economia e no Porto de Santos, que é a janela que representa tudo isso. Daí a importância da política de expansão de novos mercados já adotada por este Governo, Deputado Cezinha. Foram abertos mais de cem novos países para receberem esses produtos, tanto é que, quando veio o anúncio do Presidente Trump, imediatamente diversos outros países... A própria China habilitou, por exemplo, cem empresas na China para que recebessem o nosso café. Os chineses tomam em média, por ano, quatro a cinco xícaras de café por ano. Se tomassem uma por dia, não teria café no mundo que atendesse só aos chineses, né? Então, veja a importância de fomentarmos novos mercados.

E, mesmo com o tarifaço, a exportação da carne bovina do Brasil bateu novo recorde, porque o nosso produto tem tanto valor agregado, é alimento, que eles encontram outros destinos. Isso foi o que nós percebemos, inclusive, no Porto de Santos.

Para finalizar, é importante consignarmos que a gente vem preparando um porto do futuro, porque só o nosso agro cresce em média 20% ao ano. De que porto nós precisamos para daqui a 20 anos, levando em consideração esse gráfico crescente, só para o agro? E média, 7% a 8% para todas as cargas. Por isso que nós faremos um investimento histórico no Porto de Santos agora de R\$12,5 bilhões.

Aqui é um gráfico comparativo. Nos cinco anos passados, foram investidos R\$71 milhões no Porto de Santos. Nos próximos cinco anos, considerando 2024, R\$12,5 bilhões, justamente para que o Porto de Santos se encontre preparado, pensando 20 anos à frente. Aqui estou





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

incluindo o túnel Santos-Guarujá, o aprofundamento do canal, os acessos pelas perimetrais, divididos principalmente nessas obras principais que classificarão o porto, como diz ali a frase, "O Porto do Futuro", para que a gente fique preparado para esses impactos econômicos que poderão vir de outros países, inclusive.

(Soa a campainha.)

O SR. ANDERSON POMINI – Com essas informações, o objetivo é justamente colaborar com o debate, para dizer que esses impactos se refletem principalmente nesses canais de conexão com o mundo, que é o caso do Porto de Santos, do Porto de Suape, representado aqui pelo Rinaldo... E os nossos colegas aqui trarão outros números para colaborar ainda mais com o debate.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Muito obrigado, Presidente Pomini.

Senador Fernando Farias, por favor, suas considerações com o nosso Presidente.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL) – Bom dia a todos.

A gente vê como São Paulo é grande. A gente é nordestino, né? É uma imensidão esse São Paulo.

Mas, Cezinha, vamos ouvir o Rinaldo para a gente juntar as coisas assim? Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Vamos lá.

Então, cadê o Rinaldo?

Vamos lá, Rinaldo.

O SR. RINALDO LIRA – Deputado, estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Vamos lá, Rinaldo, então.

O SR. RINALDO LIRA (Para expor.) – Bom dia a todos, está bom?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer a oportunidade do Relator, agradecer a oportunidade do Deputado Cezinha, para que a gente enriqueça este debate, um debate tão necessário quando a gente fala de porto, de infraestrutura logística e de comércio exterior, sabendo que os portos são as entradas e as saídas do país, tá bom?

Eu estou aqui representando o Porto de Suape, mas, mais do que isso, quando a gente fala de Suape, a gente está representando Pernambuco e o Nordeste. Isso porque Suape tem um *market share* que praticamente envolve todo o Nordeste.

O Porto de Suape nasceu como um porto indústria, já no seu nascedouro, na sua concepção inicial. Quando a gente para para analisar aqui a posição de Suape, Deputado Cezinha, a gente analisa a posição estratégica de Pernambuco, juntamente com os nossos coirmãos Maceió, João Pessoa e Natal, em relação a essa esfera de influência comercial e como circula tudo que entra e sai por Suape. A gente para para analisar que Suape, quando a gente considera um raio de 800km, a gente abrange sete capitais, cinco aeroportos internacionais, dez portos internacionais, 57,3 milhões de habitantes e um número expressivo de 90% do PIB do Nordeste. Isso salientando que Suape não nasceu só como porto, Suape é um porto indústria. Antes de eu trabalhar em Suape, nem eu entendia a pujança e a concepção de Suape. Suape tem 23 terminais portuários, Presidente Pomini, e tem 63 indústrias na sua retroárea, que vão desde refinarias até siderúrgicas, até a Pepsi, até a Coca-Cola... Ou seja, a gente não pode pensar... Assim como na logística, a gente não pode pensar também de forma isolada. Suape não é só um porto. Suape movimenta uma cadeia de produção, uma cadeia industrial, relacionada diretamente a uma cadeia portuária.

Como Suape se posiciona no mercado nacional em relação a portos? Suape é o sexto maior porto público do país.

Somente no ano passado, Suape movimentou aproximadamente 25 milhões de toneladas. Para quem está mais acostumado aos números e estatísticas da área portuária, sabe que isso são números bem relevantes. Suape é o líder nacional em graneis, líquidos e gases; Suape é o líder nacional no transporte por cabotagem; Suape é o maior *hub* de veículos do Norte e Nordeste; Suape é o maior em movimentação de contêineres do Nordeste.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o ponto principal é a gente analisar que, quando a gente está falando da influência de Suape, a gente está falando da influência do Nordeste e do que o Nordeste pensa em relação à sua posição, de presente e de futuro.

O que é que eu quero dizer com isso? A gente traz aqui algum panorama breve das exportações para os Estados Unidos. Eu só quero ressaltar que, em relação a Pernambuco, de tudo que a gente exporta, cerca de 10% são diretamente exportados para os Estados Unidos, está bom? E, mais do que isso, quando a gente para pensar nos principais produtos pernambucanos exportados, a gente tem... Logicamente, a grande maioria sabe do potencial do Vale do São Francisco e das frutas do Vale do São Francisco, de solo irrigado, de como ele abastece todo o mercado nacional e mundial; a gente sabe que Suape se destaca pela sua refinaria Abreu e Lima; mas a gente também tem que pensar principalmente na indústria de produção, que move Pernambuco e que move Suape. A gente, inclusive, teve o cuidado de trazer os empregos por setores, atrelados a esses principais produtos exportados, e aqui a gente começa a ver o impacto que isso tem em relação à medida da tarifa de 50% dos Estados Unidos.

Aqui, a gente passando para analisar Suape, a gente entra no seguinte sentido: Suape não tem a força de movimentação, por exemplo, do Porto de Santos, mas, por se tratar de um porto-indústria, a gente está falando da concepção de valor agregado. Quando a gente fala de impactos da tarifa, a gente fala de impactos de uma cadeia de valor agregado. O que é que eu quero dizer com isso? A gente está falando principalmente de chapas de PET, que são o famoso polipropileno, ou seja, a garrafa PET, largamente utilizada no âmbito industrial; a gente está falando das chapas de aço; a gente está falando do coque de petróleo. Ou seja, eu não venho aqui só falar do impacto nas *commodities*, eu venho falar do impacto industrial ligado à cadeia produtiva que move Suape. A gente está falando de indústrias que investem em maior tecnologia, em maior treinamento, em máquinas e em equipamentos. Ou seja, mesmo que eu não tenha números tão expressivos para demonstrar, eu tenho que demonstrar o impacto disso no valor agregado da cadeia, principalmente da cadeia do Nordeste.

Aqui a gente também destaca o nosso coirmão, que é o Porto do Recife, o porto centenário, que fica naquela belíssima foto do Marco Zero do Recife. Só destaco que o Porto do Recife praticamente zerou a sua tradicional exportação de açúcar para os Estados Unidos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui a gente passa a analisar o seguinte: nesse contexto das exportações, como eu acabei de falar, Suape representa uma pequena parcela na movimentação geral, aproximadamente 1% do que Suape movimenta vai para os Estados Unidos, mas a questão é a pujança dessa cadeia, é como essa cadeia tem um valor agregado. Eu estou falando aqui de óleo de combustível, de coque de petróleo, de ferro, aço e chapa PET, eu estou falando de contêineres, inclusive produtos de máquinas industriais que Suape exporta para os Estados Unidos. A gente praticamente perdeu essa cadeia neste ano com o impacto da tarifa dos Estados Unidos.

Aqui a gente só traz uma demonstração. Desde que a medida entrou em vigor... Somente o nosso coque de petróleo, que é produzido em Suape, ficou isento. O restante das mercadorias pernambucanas – o açúcar, a manga, a uva, o produto PET, o ferro – foi impactado, e, praticamente, neste ano, a gente zerou essas exportações. Então, a gente apresenta aqui, para Pernambuco, uma queda de 42% em relação a julho de 2025 e uma queda de 49% em relação ao mesmo período do ano passado.

Em agosto, por exemplo, não houve registro de exportação de cana-de-açúcar para os Estados Unidos, produto que historicamente sempre esteve entre os mais vendidos aos Estados Unidos.

Aqui, a gente começa a analisar particularmente a questão de Suape, e isso que é o principal, isso é o que eu venho trazer aqui. A gente teve uma retração abrupta a partir de agosto. Suape praticamente desapareceu da pauta exportadora para os Estados Unidos. Neste ano, a gente movimentou apenas 173 toneladas no período, uma queda aproximada quase de 100% em relação ao mesmo período do ano anterior. E é isso que eu venho trazer aqui: é a questão da queda abrupta e o impacto na cadeia produtiva pernambucana e na cadeia produtiva de valor agregado do Nordeste.

A gente está falando aqui da queda de geração de empregos, de receita cambial, uso da infraestrutura tarifária, riscos associados, perda da competitividade, desinvestimento nos setores produtivos, e principalmente o seguinte, quando a gente fala em valor agregado, a gente está falando de perda de escala global logística, pelo seguinte: não é fácil, e o Pomini sabe bem disso, um porto segurar uma rota. O que eu quero dizer com isso? Vamos falar aqui rapidamente dos grandes exportadores de contêiner no mundo, os grandes armadores que movimentam contêiner





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

no mundo, que praticamente se trata de 92% do comércio global mundial: a Maersk, a MSC e a CMA CGM. Elas vivem de rota. Para um navio trazer rota e consolidar rota, precisa da carga agregada àquela rota. Se a carga desaparece, se o produto desaparece, a rota sai do porto. E sabe o trabalho que dá para você trazer uma rota de volta para um porto? O Pomini sabe bem disso, e Suape tem se preparado muito de dois anos e meio para cá, de três anos para cá, para investir em novas rotas e infraestrutura. O que eu quero dizer com isso? Suape, na semana passada, homologou o seu canal externo. O canal externo, Pomini, foi para 20 metros. É um canal diferenciado em relação não só ao Brasil, mas à América Latina. Como Suape quer se posicionar em relação ao mercado global? Trazendo novas rotas, competição e tentando – tentando, não –, ela será um grande diferencial para trazer os maiores navios da categoria mundial, não só na América do Sul, mas em caráter mundial, ou seja, a gente precisa abrir mercados, a gente precisa estreitar a relação com os Estados Unidos. A gente tem uma relação direta de Suape com o combustível que vem do Golfo do México e principalmente com a carga que Suape leva para o Porto de Houston, que é um porto que movimenta aproximadamente 230 milhões de toneladas/ano.

Eu quero deixar aqui, por último, antes que encerre o meu tempo, um diálogo em relação ao seguinte: qual será a posição do Nordeste no presente e no futuro portuário global e de tecnologia no mundo? Como a gente quer colocar o pé no futuro? A gente analisa que a posição do Nordeste nisso é através da transição energética e através do biocombustível. Nisso, Suape já é uma realidade. Suape é o único porto do país que já está com duas plantas de e-metanol, ou seja, o metanol verde para movimentar os grandes navios e os navios do futuro que já estão em larga escala sendo movimentados pelos três maiores armadores do mundo.

Suape conseguiu, de um ano para cá, atrair a European Energy, que é uma planta de e-metanol de uma grande empresa dinamarquesa, um grupo dinamarquês. Suape também conseguiu atrair a Goverde, uma indústria nacional paulista. A gente já está com contrato assinado, viu, Senador Fernando? E a gente também já está iniciando as obras, ou seja, Suape já se considera não só um porto, não só um porto-indústria, mas um *cluster*, a partir do momento em que na nossa zona industrial a gente consegue atrair plantas de e-metanol e que forneçam e-metanol para o combustível do futuro dos grandes navios, ou seja, ele já está com contrato assinado, por exemplo, com o novo terminal marítimo da APM Terminals, que será um terminal





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de uso privado para movimentar contêineres dentro do complexo de Suape. Vai começar com a capacidade média de 400 mil TEUs/ano e vai se agregar ao já presente terminal de contêineres de Suape, que é o Tecon Suape, ou seja, a gente já está com o pé no futuro.

E o Nordeste, como Alagoas, meu prezado Senador, como Pernambuco, tem um grande potencial, no seu litoral, da plantação de cana-de-açúcar, e isso envolve um novo papel da cana-de-açúcar nessa grande cadeia global: o que é que a gente vai pensar em relação à biomassa? O que é que a gente vai pensar em relação ao biocombustível?

(Soa a campanha.)

O SR. RINALDO LIRA – Eles servem principalmente para alimentar os grandes navios, que já são encomendados em grande categoria, mundo afora.

São estas as minhas palavras, esta a mensagem que Suape, que Pernambuco quer passar aqui. Agradeço mais uma vez a nossa participação.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Obrigado, Rinaldo.

Ouvindo o Rinaldo aqui, Senador Fernando Farias, a gente tem aqui um grupo na Câmara, Ministro da Fazenda de São Paulo, porque o Secretário da Fazenda de São Paulo é o Ministro da Fazenda... A gente analisa aqui quando os nordestinos se juntam. Eu também sou nordestino, mas sou Deputado por São Paulo. O nordestino aqui... Quando o Parlamento junta o Nordeste, aí a gente vira um para o outro e fala assim: "Perdeu, *playboy*". *(Risos.)*

Eu estou quase sendo convencido aqui de que o Porto de Suape é maior do que o de Santos, porque o cabra é bom, hein? *(Risos.)*

O SR. RINALDO LIRA *(Fora do microfone.)* – Eu dava você como carioca. Quando eu vi Cezinha de Madureira...

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Aperte aí para falar.

O SR. RINALDO LIRA – Eu já dava você como carioca, o senhor como carioca. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Eu quase me convenci aqui de que Suape é maior que o Porto de Santos, porque o tal do nordestino, meu irmão, assim como





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu, senta-se à mesa e bota o negócio grande aqui mesmo. Vi o Senador Fernando Farias olhando aqui e, de repente, ele falou algo que me convenceu: cana-de-açúcar. Veio nos meus ouvidos aqui, mas é muito bom nós estarmos aqui dialogando.

Ontem, Senador Fernando, eu recebi várias ligações, inclusive dos maiores exportadores de carne, por exemplo: "Queremos dialogar um pouquinho aí nesta Comissão". Eu falei: "Rapaz, aqui o espaço está meio reduzido, mas dá tempo ainda. Está pequeno". Mas é bom este papo aqui, porque as pessoas – ontem, eu estava ouvindo os comentários da CNN – veem que nós estamos colocando aqui, de fato, publicamente, explícito na fala, para os brasileiros verem como nós estamos trabalhando aqui nesse tema e que não ficamos de braços cruzados aqui nessa guerra.

Senador Fernando Farias, por favor, eu acho que hoje aqui o senhor tem perguntas difíceis para o Pomini, Porto de Santos, por favor.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL. Para interpelar.) – Não, o Porto de Santos é uma covardia. Mas Suape tem que ter uma tendência de crescer e eu acho que todos nós temos que apoiar Suape, porque Suape não é só de Pernambuco, é do Nordeste. E uma característica é a seguinte: ele fica a 150km de Alagoas, eu acho que a 100km da Paraíba, acho que a 200km do Rio Grande do Norte e, quando você vai para o Porto de Santos, o menor que tem são 500km, a produção. É tudo muito distante. Então, é uma coisa interessante.

Agora me chamou a atenção aqui que o algodão da Bahia, aquele lá de Luís Eduardo, está sendo exportado por Santos, por que não está sendo por lá?

O SR. RINALDO LIRA (Para expor.) – O algodão da Bahia, de fato, em grande parte, é exportado por Santos. Quando a gente fala principalmente em algodão e na carga do famoso Matopiba, a nova região, a nova fronteira agrícola que envolve o algodão, que envolve a soja, que envolve o milho, está baseada principalmente ali naquela região do norte da Bahia, Maranhão, Tocantins e Piauí.

E grande parte dela é exportada por Santos, por Itaqui e pelo Porto de Aratu-Candeias, na Bahia. Isso porque esses portos já contam com a integração do modal ferroviário, outro grande fator de importância para os portos, que é a intermodalidade. A gente, quando fala de porto em cadeia logística, tem que falar de integração. Suape ainda conta com a expectativa da





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Transnordestina, já que a gente está no meio dessa batalha do bem para retomar as obras do trecho Salgueiro-Suape, um trecho de aproximadamente 580km e que vai mudar ainda mais a concepção de Suape.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – De Salgueiro a Suape.

O SR. RINALDO LIRA – É o famoso trecho Salgueiro-Suape. A Transnordestina sai de...

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL) – Mas não vai contemplar Barreiras, né? E o algodão. Não vai contemplar.

O SR. RINALDO LIRA – Mas aí, Presidente, abre-se uma grande fronteira de integração. Isso porque ela não vai ter integração do modal ferroviário do norte da Bahia, por exemplo, diretamente por trilho com Suape, porém, quando você puxa de lá para Salgueiro, que é praticamente uma linha reta, você tem os chamados bolsões integrados às ferrovias, ou seja, os famosos portos secos. Você leva um trechozinho ali rodoviário, e você já começa a alfandegar e preparar a carga para ir pelo modal ferroviário até o destino final. Quando a gente pensa às vezes no modal ferroviário, a gente também tem que pensar nessas pequenas integrações. Eu levo um pouquinho pelo rodoviário, onde eu posso colocar minha carga em porto seco, onde ela já vai ser alfandegada, já vai ser desembaraçada ou despachada, e já segue para o destino final.

Então, Suape ainda tem esse adendo – eu ainda faço esta ressalva –, que é a importância da Transnordestina para a integração, para que Suape cresça ainda mais e consiga captar essa carga; essa carga de granel mineral, essa carga de granel vegetal – o algodão, a soja, o milho – para que componha. A gente tem planos, sim, de prospecção já ativos para trazer essa carga, mesmo pelo modal rodoviário, mas a grande diferença será a partir do momento em que a gente se integrar com o modal ferroviário.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL. Para interpelar.) – Certo.

No Porto de Santos, tem alguma ação tomada para facilitar para esses exportadores que foram tarifados?

O SR. ANDERSON POMINI (Para expor.) – Tem, sim, Senador. A gente atribuiu preferência, e a gente está estudando, inclusive, um desconto tarifário para compensar. Como o porto pode





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

regular, com o auxílio da Antaq, que é a nossa agência reguladora, e o Ministério de Portos estabelece as políticas públicas, a gente está estudando o setor impactado – e agora, obviamente, a gente vai ter uma redução para aqueles que anteciparam as suas cargas – para justamente atribuir a esses exportadores especialmente afetados um desconto na tarifa. A gente já faz isso para os navios verdes, para os navios de cruzeiros, que é a política pública para incentivar, principalmente, essas exportações.

Só para complementar o que o Rinaldo falou muito bem, o nosso grande problema hoje do complexo portuário nacional... E o Porto de Suape é tão eficiente quanto qualquer outro porto do mundo e do Brasil. Então, funciona muito bem. O calado, inclusive, do porto é muito melhor do que o do Porto de Santos. O problema nosso é que nós não planejamos, há 50 anos, os modais. Então, o Porto de Santos tem 100km de linha férrea só no setor portuário. Nós buscamos os produtos, através da malha ferroviária, no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Goiás e São Paulo, que é a nossa hinterlândia. Nós precisamos distribuir isso, mas, antes disso, nós precisamos planejar os modais rodoviário, ferroviário e, agora, o hidroviário, que é um modal que os americanos utilizam 60%; os brasileiros exploram ainda perto de 5%.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Senador, desculpa. Os americanos é que utilizam?

O SR. ANDERSON POMINI – Sim. É chamada cabotagem, né?

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Certo.

O SR. ANDERSON POMINI – Então, a carga chega ao cais principal dos portos e eles transferem essas cargas para os navios menores e distribuem na própria costa americana, que é o que nós não fazemos aqui ainda no Brasil.

Nós publicamos o BR do Mar no ano passado, agora que nós estamos criando uma secretaria de hidrovias para explorarmos a nossa cabotagem, que é o transporte marítimo da carga. Nós focamos, principalmente, nas rodovias. De tudo o que chega e sai do Porto de Santos, 60% utilizam rodovias, 30%, 33% utilizam ferrovias, a diferença, dutos. Então, nós precisamos inverter essa lógica.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ferrovia: nos últimos dez anos é que nós retomamos um investimento pesado em ferrovias, daí a importância de conectarmos essas ferrovias com todos os portos brasileiros.

Os americanos estão muito à frente em logística, não em eficiência portuária, mas em logística e, principalmente, nos modais que são utilizados para escoarem os seus produtos.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Não, mas por que eu quis perguntar isso para o senhor? Nesse sentido do tarifaço, quem ficou um pouco mais prejudicado foram os empresários americanos, então?

O SR. ANDERSON POMINI – Mas não tenha a menor dúvida, principalmente os consumidores americanos: o consumidor de suco de laranja, o consumidor de café, o consumidor de carne. Basta uma pesquisa no Google para comprovarmos que teve um aumento de 50% a 60% do valor da carne. O *T-bone*, que é consumido pelo americano... Ele passou a pagar o dobro.

Não tem milagre: quando você impacta o seu principal consumidor com tarifas, você vai ter um aumento no preço do seu produto interno. Então, não é por acaso que vem pintando um clima, porque a economia (*Risos.*) está pressionando. Quando a economia pressiona, ele olha para qualquer que seja o Presidente para fazer as pazes.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL) – Não, muito obrigado. Já está respondido.

O SR. ANDERSON POMINI (*Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Muito obrigado, Presidente Pomini.

Vamos ouvir agora... Eu quero agradecê-lo, inclusive, por deixar suas obrigações lá na Fazenda de São Paulo e aceitar o nosso convite de estar aqui. Agradeço ao Governador Tarcísio que te liberou para estar aqui hoje.

Samuel Kinoshita, eu acredito que São Paulo foi o estado mais impactado por tudo, porque as maiores empresas estão ali. E, na realidade, eu tenho percebido nas audiências públicas, Senador, que a informação ficou maior do que a realidade, na verdade.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que se passa aqui no Congresso vai publicamente para o povo para entender, de fato, qual foi a realidade na questão do tarifaço. Você pega aqui... Nesse tema, os Estados Unidos ficaram mais prejudicados do que o Brasil. Então, não é bem assim.

A sua fala aqui hoje é muito importante para todos nós, então, o senhor fique à vontade pelo tempo que for necessário aqui.

O SR. SAMUEL KINOSHITA (Para expor.) – Muito obrigado, Deputado Cezinha. Na sua pessoa, eu cumprimento toda a Câmara dos Deputados, a nossa Casa Baixa. O Senador e Relator aqui da medida provisória, o Fernando Farias: muito obrigado pelo convite, muito honroso, e, com esse cumprimento, abraço também toda a Casa Alta, o nosso Senado Federal.

Entendo que esta Comissão Mista tem um papel muito importante para avaliar não só as medidas de reação de curto prazo, mas para estreitar também o relacionamento das Casas. Eu vejo que há uma integração muito boa aqui entre os Deputados e Senadores nesse processamento, o que é muito proveitoso.

Cumprimento também os meus colegas de mesa, o Secretário Florence, Rinaldo e aqui o Pomini, nosso conhecido também.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, eu contribuo hoje com este, digamos, honroso convite. Fico muito feliz de fazer parte desta mesa e poder colaborar, de alguma maneira, nesse processamento dessa MP, porque eu entendo que a minha colaboração se dá mais num aspecto econômico e como Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, que, de fato, tem uma relevância. A gente, de alguma maneira, tem muitas inter-relações, seja por Santos ou de outras formas, outros instrumentos, mas a gente tem muitas inter-relações com o mundo, de fato, não é? É uma parte importante das exportações brasileiras.

Eu acho que vale a pena talvez recapitular todo esse processo. E recapitular significa até voltar um pouco mais para o começo do ano de 2025, quando, de alguma maneira, acho que desde a campanha, na verdade, mas desde o começo do ano, fica muito explícito que a nova administração nos Estados Unidos tem uma política, digamos, muito mais ampla e muito diferente daquilo que vinha sendo praticado em várias esferas.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em específico, ela se transmuta, ela se mostra através de uma política tarifária diferenciada também. Inicialmente aquela tarifa, digamos, recíproca, de 10%, que se estabelece para todas as geografias, é uma tarifa que, em termos relativos, até para o nosso país, relativamente não era ruim, não é? Digamos, outros países, anteriormente à medida do dia 9 de julho, tinham uma alíquota maior. Ele tinha feito movimentos em determinadas geografias, e não havia feito em relação ao Brasil.

Então existia uma base de 10% de alíquota para todas as geografias e alguns outros países com alíquotas mais altas. Em termos relativos, para o Brasil, parecia até razoável.

Quando, no dia 9 de agosto, de maneira súbita, e aí, qual é a especulação com relação a esse movimento súbito? Mas ele faz um movimento súbito, expresso pelo Presidente dos Estados Unidos, que é a elevação desse adicional de 40% da alíquota. E aí, esses 40%, para todos os produtos.

O SR. RUI FALCÃO (Bloco/PT - SP) – O senhor chama de movimento súbito é o tarifaço, não é?

O SR. SAMUEL KINOSHITA – Exato, exato. O tarifaço é o movimento súbito. A gente chama aqui, Deputado Rui Falcão, o movimento do adicional de 40%, digamos.

O SR. RUI FALCÃO (Bloco/PT - SP) – Sim, que é o tarifaço.

O SR. SAMUEL KINOSHITA – O tarifaço do dia 9 de...

O SR. RUI FALCÃO (Bloco/PT - SP) – Julho, julho.

O SR. SAMUEL KINOSHITA – Julho, dia 9 de julho, para ser implementado já no mês seguinte, no final, ao fim e ao cabo, foi implementado, se eu não me engano, no dia 6 de setembro.

Então acho que essa cronologia desse movimento súbito, ali no dia 9 de julho, gera um choque em termos de percepção. E assim, já estivemos em... Isso é da democracia representativa. Uma hora você está numa esfera, na outra. Assim, existem surpresas, não é? Surpresas ocorrem, seja uma pandemia ou um movimento mais, digamos, súbito desse tarifaço do dia 9 de julho.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A política, e cobra-se muito, seja numa Secretaria da Fazenda, no Ministério da Fazenda, o Governo, de maneira mais ampla, medidas com velocidade, celeridade, para adequar o problema. E eu acho que, de maneira ampla, no caso de São Paulo, posso fazer um depoimento e colocar aquilo que foi feito. Eu acho que o que se cobra muito é que você tenha uma resposta que dê celeridade no momento em que existe uma preocupação, uma ansiedade muito grande. Qual é o futuro próximo? Você tem uma elevação muito pronunciada, rápida. Qual vai ser a repercussão? E aí eu vou entrar nessas repercussões.

Eu julgo que, ali no dia 22, menos de duas semanas após o tarifaço do dia 9 de julho, o Governador Tarcísio anuncia um pequeno pacote – pequeno eu digo porque são basicamente duas medidas – de suporte do ponto de vista estadual. É claro que o Governo Federal tem essa prerrogativa de defesa comercial, mais instrumentos, mas, do ponto de vista estadual, é também importante que os Governadores... Ao longo do tempo, eles também participaram desse processo, e o Governador Tarcísio coloca medidas importantes, num sentido que eu acho que é o grande, digamos... O grande ponto aqui eu acho que eu desdobro em dois fatores importantes, que são a celeridade e o direcionamento – e o volume.

O que eu quero dizer com isso? A celeridade foi dada. Como eu disse, teve o anúncio do tarifaço – esses 40% de alíquota adicional – no dia 9 de julho. No dia 22, o Governador coloca essas duas medidas que eu vou elencar agora, e elas dão – primeiro em volume, mas num ponto que eu julgo muito importante – um aumento de previsibilidade e de capacidade de fôlego financeiro para que haja uma adequação das próprias firmas, também, em relação a uma nova realidade.

Então, como se dá isso? No caso de São Paulo – e esse é mais um depoimento do que é qualquer coisa –, o que nós fizemos foi, já no dia 22... Teve uma majoração no dia 30. Primeiramente, foi uma devolução acelerada, uma calendarização dos créditos acumulados do ICMS, que é o nosso tributo estadual, e eu acho que outros Governadores também seguiram nessa toada. A gente conseguiu fazer isso de maneira mais rápida não porque a gente tenha qualquer peculiaridade ou porque tenha mais capacidade, mas porque a gente já tem um programa instalado, já de várias rodadas, chamado Proativo, de calendarização da devolução desses créditos acumulados, de forma que, ao direcioná-lo ao tarifaço...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUI FALCÃO (Bloco/PT - SP) – Isso já vinha de muito tempo, né? Essa devolução de ICMS. Inclusive está sendo investigado o ritmo disso no passado.

O SR. SAMUEL KINOSHITA – Na verdade, esse programa, Deputado, se chama Proativo e se inicia na administração anterior, com o Secretário Henrique Meirelles, e existe – digamos – um pleito legítimo, de maneira ampla, do setor privado com relação ao retorno de créditos acumulados de ICMS.

Em tese, numa tributação por valor adicionado, se ela fosse, na teoria, perfeita, você não deveria ter um acúmulo de créditos. No nosso caso, na nossa configuração, no nosso arcabouço brasileiro subnacional, ele já existe por uma questão singular, que é a exportação. Da forma como se tributa na origem/destino no nosso ICMS, por algum motivo, vai sobrar crédito, sim, na exportação. E aí teve toda aquela questão de Lei Kandir etc.

Para além disso, o nosso arcabouço tem benefícios ou desníveis de alíquotas entre os elos da cadeia, de forma que acaba criando, realmente – e essa talvez seja a parte maior desse acúmulo de crédito –, um saldo de créditos acumulados. E aí, a devolução desses créditos dá, de alguma forma, uma perspectiva mais palpável de retorno desses créditos para qualquer diretor financeiro de uma empresa, para qualquer presidente de uma empresa, dá uma confiança muito grande de que ele vai ter um fluxo financeiro muito mais bem delineado ao longo dos meses vindouros.

Dessa forma, esse Proativo... É a 12ª rodada, e ela se inicia assim... Não foi... Nós não inventamos nesta administração. Começa, se eu não me engano, na administração do Secretário Henrique Meirelles. A gente majorou os volumes, a gente vem dando mais vazão para a saída do crédito – acelerou-se a vazão do crédito.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – E essa medida foi prática na hora do tarifaço?

O SR. SAMUEL KINOSHITA – Muito prática. E é exatamente isso, Deputado. Esse que é o ponto inicial, que é a ideia de que já existia um modelo.

Esse modelo foi, aí sim... Nós fizemos uma ligeira adaptação no modelo, direcionando as hipóteses, as condicionantes para que aquelas empresas que tinham crédito acumulado, sim, para





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

além das outras determinantes das outras rodadas anteriores, mas que estavam... Ela ficou assimetricamente direcionada às firmas que exportam para os Estados Unidos.

Então, a gente verificou, ao longo dos últimos quatro anos, qual o volume de exportações para os Estados Unidos das firmas e aquelas que tinham um volume... E aí não era muito alto, não. Acho que é uma média, digamos, para as empresas mais altas, algo como US\$1 milhão por ano de exportações para os Estados Unidos. Para as grandes empresas, isso não é um volume... Na física é uma coisa, mas para as empresas não é um volume tão alto, ou seja, aquelas firmas que exportavam algo para os Estados Unidos ao longo dos últimos quatro anos tiveram um limitador que era quatro vezes maior que o das demais firmas.

De forma que, nessa 12ª rodada do Proativo, a gente tem a felicidade de dizer que ele foi anunciado lá no dia 22 de julho, rapidamente, dado que o anúncio do tarifaço foi no dia 9 de julho, e a gente conseguiu abrir as adesões durante o mês de setembro e, já dentro do mês de setembro, fazer os primeiros pagamentos, que é uma calendarização de dez meses de devolução do crédito acumulado.

A gente fez uma rodada de R\$1,5 bilhão. Basicamente, as empresas... E aí, o sucesso... Agora eu vejo, dado que a janela se encerrou e já começamos a realizar essa devolução dos créditos acumulados, que o desenho ficou bom.

Então, essa adaptação não é um programa originado nessa administração, mas magnificado e modificado nesta rodada, justamente com o intuito de direcioná-lo para as empresas que historicamente exportam para os Estados Unidos.

Então, essas empresas ganharam um fôlego e ganharam previsibilidade do retorno financeiro desses créditos, o que foi muito bem visto pelo setor privado em conversas com a entidade de representação, que estava dizendo: "Olha, eu ganhei previsibilidade e um fluxo bem adequado". E, quando eu vejo a ordem das empresas, não preciso revelar, mas, assim, eu acho que a construção das hipóteses dessa rodada do Proativo ficou bem direcionada realmente para aquelas empresas maiores e até, digamos, médias que exportam para os Estados Unidos.

Eu consigo perceber isso. Um pouco menos de 300 empresas adentraram nesse programa com um volume de R\$1,5 bilhão para os próximos meses. Isso já dá um fôlego e previsibilidade.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A segunda medida foi uma medida no sentido do crédito, e esse é um pouco mais amplo.

Então, através de um uso de fundo, como a Desenvolve, que é a nossa agência de fomento, o Governador coloca, anuncia no dia 22 e publica uma magnificação do volume de 200 milhões inicialmente para 400 milhões de uma linha da Desenvolve SP, que é a nossa agência de fomento local.

Eu recebi recentemente um relatório da nossa Desenvolve, da nossa agência e, de fato, a gente já tem mais de, se eu não me engano, pouco menos de R\$250 milhões de pedidos, mais direcionados e isso atende também, digamos, um segmento de empresas que não necessariamente vão ser aquelas grandes empresas, grandes exportadoras, em volume, para os Estados Unidos.

Então, você consegue abarcar segmentos diferentes do setor privado e, de alguma forma, a gente conseguiu, como eu disse inicialmente... Eu acho que as métricas são métricas de velocidade. Você consegue dar uma resposta e gerar previsibilidade para as firmas.

Em geral, você tem firmas multinacionais que operam que são grandes multinacionais que têm cadeias de suprimentos, cadeias de produção globais, integradas.

Começa a ter uma certa cobrança, né? Quer dizer, o que vai acontecer com aquela filial que está lá instalada? Essa previsibilidade ajuda muito no processo.

Então, basicamente é isso que aconteceu no dia 9, no dia 22 e no dia 30 com a publicação e a magnificação da segunda linha, que é a linha de crédito.

No dia 30 também, os Estados Unidos promovem algumas exclusões dessa lista. Eu julgo que essas primeiras exclusões são importantes para o nosso país como um todo e para São Paulo em especial, porque, quando eu olho a pauta de exportações...

Eu vinha acompanhando isso desde o começo da administração, até por acompanhar um pouco da campanha eleitoral americana, e, vendo as manifestações, eu entendo que existe até um reposicionamento geopolítico, a forma como os Estados Unidos estão se reposicionando, e essa é uma das implicações.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu entendo que existe, sim... Existia a possibilidade de uso desse instrumento em algum momento. Veja, no início, não foi o feito, mas, ao longo do tempo, acabou se processando no chamado tarifaço do dia 9 de julho.

No dia 30, o Presidente faz uma série de exclusões. Importante para o Brasil, importante para São Paulo, tomara que nesse diálogo, bilateral, que deve ser, sim, robustecido, melhorado, espero que isso avance. Outras exclusões virão, mas, de alguma maneira, esse primeiro movimento de exclusão foi muito importante para o nosso país e para São Paulo, porque, quando eu olho a pauta de exportações do Estado de São Paulo, de longe, os primeiros itens são itens que acabaram excluídos. Aqui muito importante para a gente é a questão da aviação, com a nossa Embraer, no Vale do Paraíba, importantíssimo, que, na verdade, tem uma cadeia de produção binacional – ou global, mas binacional –, eu diria até biestadual entre o Estado de São Paulo e o Estado da Flórida, onde eles têm uma planta importante, lá em Melbourne, na Flórida. De alguma maneira, a firma já conseguiu processar, acessar e dialogar com os Estados Unidos. Isso é importantíssimo. Para nós, era, disparado, o principal item da pauta, ou a principal, digamos, firma da pauta.

Em seguida, também, o próprio suco de laranja, como bem colocado aqui anteriormente. Veja... E aí eu entro na questão da análise econômica, eu acho que eu posso ajudar um pouco, sim, na compreensão do fenômeno. Suco de laranja, veja: o suco de laranja que é consumido nos Estados Unidos vem do interior de São Paulo, em larguíssima medida, quase completamente. O movimento de elevação de tarifas – e por isso que eu acreditava já na exclusão – só prejudica o consumidor americano, porque, no final, ele vai continuar... Tudo bem, tem alguma elasticidade, pode diminuir na margem algum consumo, pode mudar, digamos, para outro tipo de suco, na margem, mas, em larga medida, o que vai acontecer é que simplesmente o preço vai ficar mais alto para o consumidor americano. Então, não se altera: o suco matinal de laranja que existe no mercado mundial é o suco do interior de São Paulo. Então, a exclusão veio de pronto lá no dia 30 de julho, felizmente, também é um item importante da nossa pauta. Alguns itens importantes da nossa pauta foram excluídos.

Na pauta de exportação, remanesceram alguns itens importantes, com uma característica, digamos, de *commodity* global, que tem preço em tela, então, não necessariamente esse é um fenômeno que a gente vê, até da exposição do Pomini. Perceba que não só... Claro que, num





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

primeiro movimento, você tem uma aceleração, uma corrida para poder escoar a produção que está lá sem alíquota majorada, evidentemente, mas, mesmo se for perceber, Deputado, nos números agregados da exportação, eu acho que a nossa resposta, de maneira global, assim como a gente buscou fazer em São Paulo... E aí me surpreende até o relato do Rinaldo, né? Talvez alguns dos produtos que remanesceram lá no Porto de Suape, digamos, de um complexo de exportação do Nordeste, tenham sido mais afetados.

Parece-me que é uma ação mais pontual, porque, necessariamente, precisa ser muito abrangente, porque veja, no caso de São Paulo, como eu falei, teve a exclusão da aviação, a exclusão do suco de laranja, que são muito importantes para a gente, e outros itens importantes não foram excluídos.

Na questão da proteína, que é um diálogo relevante, o senhor relatou, Deputado, eles de alguma maneira também conseguem, num primeiro momento, fazer alguma adequação, porque eles possuem plantas ao longo de diversas geografias, então dá para fazer alguma realocação, mas certamente eles vão querer dialogar para entender como melhorar esse processo.

Outros itens são importantes. O açúcar, como foi mencionado, é certamente importante também para o Nordeste.

Mas eu acho que tudo aquilo que eu venho relatando aqui nos diz um pouco que a nossa reação como país, como Estado, como administração pública, precisa ser bem direcionada e bem mensurada. Num primeiro momento, claramente, você tem que dar um suporte em termos de previsibilidade, suporte de fluxo, para que não se tenha uma perda de empregos. Eu acho que essa é uma preocupação da MP do Presidente Lula também, que é a questão da manutenção de empregos, que é importante. Eu acho que é um objetivo de política pública importante, mas, ao longo do tempo, ganhando informação, você vai aumentando o seu conjunto informacional, ao longo do tempo você precisa ser mais direcionado nessa forma de abordar. Então, aí é uma questão que, num primeiro momento, você precisa garantir alguma previsibilidade, e eu acho que isso a gente conseguiu fazer, e, num segundo momento, ser bastante específico, porque vão ter situações específicas de produtos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parece que, infelizmente, na questão do Nordeste, em específico de Suape, alguns produtos teriam mais efeito do que, por exemplo, no de Santos. É uma questão que precisa ser direcionada e pontual.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – A sua fala está sendo muito importante aqui, falando aqui com o Senador Fernando, Secretário Kinoshita, até para abrir um pouco a mente aqui, porque o que acontece em São Paulo, há quem diga – eu sou nordestino já há quase 40 anos em São Paulo, no terceiro mandato já por São Paulo, e São Paulo é a locomotiva do Brasil –, é que traz aí uma pujança maior para o Brasil.

Se São Paulo vai mal, você atrapalha o Nordeste, porque você pega municípios brasileiros aqui no Norte, no Nordeste do país que, se não tiverem ajuda, literalmente, do Estado e do Governo Federal, não têm dinheiro para pagar a conta do funcionário público lá, imagine as empresas com dificuldades.

Em toda essa andança sua, essa experiência que você teve ali já com a robustez do Estado de São Paulo em poder bancar a segurança jurídica e empresarial das empresas, na sua visão, tem algo que pode somar com aquilo que você ouviu? Eu até admirei o seu trabalho ali 24 horas atendendo o Estado e até pessoas de outros lugares para ouvir e atender a necessidade imediata. Tem algo que possa somar, na sua ideia aqui, com o relatório do Senador Fernando Farias para contribuir com o país?

O SR. RUI FALCÃO (Bloco/PT - SP. *Fora do microfone.*) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Pois não.

O SR. RUI FALCÃO (Bloco/PT - SP. Para interpelar.) – Quero aproveitar e pegar carona na sua intervenção.

Talvez por desconhecimento meu, eu vi que a sua intervenção foi muito genérica, não quero entrar no mérito da qualidade, mas da generalidade. Se o senhor pudesse depois remeter para nós, para a Comissão, e para mim em particular, assim como os dois participantes anteriores, muitos dados, muita estatística... Se o senhor pudesse fazer um relato mais pormenorizado para enviar para esta Comissão, porque eu realmente... A pergunta do Presidente vai nesta direção:





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

qual é a sua contribuição para as conclusões desta Comissão que está tratando da medida provisória?

O SR. SAMUEL KINOSHITA – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – É porque nossa ideia aqui, inicialmente, ao convidar o senhor, é porque São Paulo, logo de imediato, foi o mais impactado. Quando você pega os números, se você for para a questão da cana de açúcar, por mais que o Nordeste seja menor, é quem mais emprega no número das usinas e, quando impacta São Paulo, impacta o Nordeste. Então, a ideia é o que a gente pode somar aqui com essa medida provisória.

O SR. SAMUEL KINOSHITA – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Apesar de estar escrita a medida provisória, vai prevalecer o que o Congresso votar. Essa é a ideia da Comissão para discutir nesses debates públicos, para a gente trazer uma riqueza maior aqui.

E, se os 40 bi não derem aqui, a gente vai ter que criar, apertar o Governo para fazer. O Governo tem dinheiro, não é, Rui?

O SR. RUI FALCÃO (Bloco/PT - SP. *Fora do microfone.*) – Se você está dizendo. (*Risos.*)

O SR. SAMUEL KINOSHITA – Presidente Cezinha, Deputado Rui, primeiramente eu tenho alegria em dizer que o senhor é paulista, Deputado, e São Paulo, justamente, tem a beleza, e a particularidade de São Paulo é poder abarcar. Assim como o senhor é migrante, a minha mãe também é migrante, e esses migrantes ajudaram a construir São Paulo e são paulistas. Então, há grandes contribuições dos nordestinos, mineiros e de todas as regiões do Brasil.

Eu buscaria, realmente, concluir justamente com a intervenção do Deputado Rui e do senhor, Presidente Cezinha, com o que é contribuição. Eu fiz essa explanação com aquilo que foi a nossa percepção acerca e a implementação em São Paulo, justamente para poder agora derivar contribuições. Eu acho que vale a pena, sim, a gente explorar isso. Eu entendo que... E eu não sou o maior...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Secretário, quero só agradecer aqui ao Anderson Pomini, ele já tinha me avisado do horário dele. Então, quero liberar V. Exa. aqui.

O SR. ANDERSON POMINI (*Fora do microfone.*) – Gostaria de ficar um pouco mais, mas agradeço aí pela disposição, viu?

O SR. SAMUEL KINOSHITA (*Fora do microfone.*) – Excelente, Pomini.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Não segure as exportações lá, não; deixe rolar o clima lá, faça o favor.

O SR. ANDERSON POMINI (*Fora do microfone.*) – Obrigado pela oportunidade.

O SR. SAMUEL KINOSHITA – Eu acho que a derivada desse relato da percepção e da experiência de implementação de São Paulo é que, primeiramente, como eu disse, neste momento, parece-me muito mais desejável ter uma adequação e um endereçamento mais pontual. E o segundo ponto que eu acho que contribui bastante, na minha experiência na Secretaria da Fazenda e, previamente, no Ministério, eu diria que é o desenho desses mecanismos, que também faz muita diferença ao longo do tempo.

Então, primeiramente, ao longo do tempo, a gente aprendeu que é importante dar previsibilidade. Eu acho que tanto os Governos estaduais – eu não vou colocar viés meu aqui não –, quanto o Governo Federal, buscaram, de alguma forma, oferecer um conforto e previsibilidade de curto prazo. Então, eu acho que essa é a primeira medida.

Nesse segundo momento, dentro desse primeiro pilar, eu acho que o direcionamento agora é ser mais direcionado e conseguir, de maneira direcionada, atender àquilo que é assimétrico. Eventualmente, produtos que são exportados por Suape vão ter mais problemas e precisarão de maior suporte, seja de crédito, seja de devolução de crédito, seja de compra de produtos que também constam da MP – eu vou fazer um relato rápido.

E o segundo ponto, eu acho, de contribuição, daquilo que foi a experiência de São Paulo, como eu relatei na devolução de créditos acumulados do ProAtivo, é que o desenho faz diferença. Então, a gente pegou um desenho que já existia e aprimorou.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando eu olho... Eu realmente li, eu não fiz um processamento detido, mas eu li a MP e entendi os grandes contornos. Tem a questão de suporte, que eu acho que é uma questão de suporte instantâneo, de compras para refeições, merendas escolares, merendas hospitalares. Tem uma questão, digamos, mais direcionada. Imagino que em várias culturas no Nordeste, foi mencionado aqui, manga. Entendo que, no Ceará, também tem umas questões locais importantes. O Piauí tem a questão do mel, da produção, se eu não me engano, em Picos. Então cada local vai ter uma questão. E dá essa opcionalidade; resguardada, assim, a adesão à ata, etc., essas compras podem endereçar, ajudar a endereçar questões particulares, idiossincráticas, locais. Então eu acho que está nesse sentido.

Outro movimento é a questão do FGE (Fundo Garantidor de Exportações), que é colocado. De novo, é uma questão de desenho, é muito importante. Eu, assim, se eu posso humildemente fazer alguma recomendação, como economista e tendo experiência fazendária, é que as redações fazem bastante diferença e, digamos, o pormenorizado, da forma como se processa, os incentivos econômicos elencados fazem diferença.

Nesse caso específico, tendo um pouco da história, de ter passado pelas esferas fazendárias, eu entendo que teve uma espécie de movimento pendular em algum momento. E eu quero dizer o que com isso? Tivemos problemas com esses fundos num passado mais longínquo, talvez mais de dez anos atrás, ou aproximadamente dez anos atrás, um pouco mais. Posteriormente eu diria que o posicionamento da Secretaria do Tesouro Nacional, ao longo do tempo, também foi talvez rígido demais com relação a colocar aquilo com previsão orçamentária, aquilo que deveria constar como garantias. E aí, o uso de garantias para as exportações talvez tenha ido demais. A questão é como adequar, em termos de desenho, como precificar esse risco das garantias à exportação, para que você não fique totalmente exposto, de maneira exposta, e por outro lado, você tenha cobertura em termos de garantia.

Então eu recomendo, com toda humildade, o que foi o exemplo de São Paulo, e como economista, eu posso dizer, que é ter bastante cautela, bastante minúcia e se atentar bastante a essa questão do desenho dessas garantias, para que você não fique nesses movimentos em que você abre demais e fecha demais, em que precisava realmente um processo de modernização das garantias.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, me parece, e aí, de novo, um pouco do relato histórico, essa questão de garantia de exportações teve algum problema, uma década ou um pouco mais atrás, e ao longo do tempo, acabou ficando preso demais. Precisa efetivamente um processo de modernização. Essa modernização, ao ser colocada também para regulamentação posterior, precisa também ter um cuidado bastante detido com relação ao desenho desses incentivos, para que não gere também uma exposição.

Pelo que eu passei o olho, pode ser, e aí, eu acho que tem a possibilidade de usar a questão do superávit financeiro para aquilo que estava servindo de cobertura, para você servir para novas operações. Você está diminuindo um pouco do espaço e aumentando a capacidade; você está aumentando a demanda, por um lado, e diminuindo aquilo que tem para aquilo que já estava sendo garantido. Então esse superávit financeiro acabava garantindo o anterior, agora pode ser novas operações.

Então a questão não me parece uma questão de certo ou errado; a questão é de desenhos. Essa atenção é importante na confecção da política pública.

Acho que direcionalmente todos os entes e todas as administrações buscam endereçar aquilo que é a premência, aquilo que nos assusta, que é uma perda de empregos. No final, esse é o grande foco de todos, Governadores, Presidente, não tenho dúvida: manter o emprego e as cadeias de produção aqui no Brasil, que pode ser um negócio, digamos, transitório. E aí você não quer que se perca uma rota, que se perca um elo de produção.

Então, essa capacidade de manter hígido – e a gente viu um pouco isso na pandemia também – é um modelo, digamos, europeu e que em alguma medida foi usado aqui, do bem, que é tentar manter os laços de emprego. A mesma coisa se aplica aqui: é você não deixar quebrar e romper um laço, uma forma de se processar – e aí é o que o Rinaldo colocou –, que são rotas globais. O navio, para vir e trazer alguma coisa, tem que levar alguma coisa, senão, os *economics*, a economia não funciona. Não fecha a conta.

Então, neste momento, é muito importante você manter... Num primeiro momento, né? Porque não pode ser perene, mas, num primeiro momento, manter, tentar manter a higidez das cadeias eu acho que vai na direção certa. Eu acho que todos os governos têm este mesmo interesse: manter os laços de empregos, manter as relações econômicas, de forma que, ao longo





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

do tempo, você não perca, por um problema transitório, esses laços e essas correntes, como no caso mencionado aqui em Suape pelo Rinaldo, de rotas que poderiam deixar de existir se o fôlego financeiro e o fôlego dessas rotas não forem mantidos por um período ao menos, que seja curto, mas por algum momento, e que você não mexa de maneira muito pronunciada com o financeiro, com a expectativa econômica dessas rotas.

Então, acho que é uma preocupação legítima, sim, de como manter a higidez do tecido.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL. Para interpelar.) – O.k., Samuel.

Eu queria dizer a vocês que o Governo Federal incumbiu o Presidente Alckmin de estudar e direcionar toda essa cadeia produtiva nessa MP 1.309, um trabalho grande dele, de Mercadante e Nelson Barbosa, que está contemplando R\$40 bilhões para reparar esses estragos feitos.

Voltando ao Nordeste, eu acredito que, desses R\$40 bilhões, o Nordeste deve ficar com 5%. É muito pouca a interferência. Nós temos... É pouco, mas é muita gente, que é a cadeia de fruta... A cadeia de fruta a gente está endereçando com o Banco do Nordeste, que está fazendo a cadeia de fruta, a cadeia de pescado, a cadeia do mel, que tem o Piauí como forte, mas é pouco. É uma coisa... Eu estou sentindo que o Nordeste vai ficar com 5%. O restante é São Paulo.

O que eu sinto nisso aqui? Eu sinto que eles precisam, todas as empresas... Vamos tirar as empresas de celulose, suco, carne, níquel – essa turma está fora – e a aviação, sem dúvida, porque os Estados Unidos não voam sem a Embraer; 45% da Embraer são de lá, então ela não voa sem a Embraer. Então, isso aí a gente tira. Então, vamos para os pequenos, que já estão mais no Nordeste, muita coisa em Santa Catarina e no Paraná. Tem o nosso Amin com as portas, o que está sendo resolvido – acho que está resolvido. Porém, o que eu quero dar ênfase é que essa turma toda é muito em São Paulo. E o que é preciso é um socorro imediato, para não quebrar a cadeia, né? Quando se quebra a cadeia, fica complicada a história do porto, que é ida e vinda.

Então, eu teria uma sugestão. Você falou aqui do ProAtivo. O ProAtivo é um negócio já que vem. Então, todo mundo já estava em cima do ProAtivo.

Uma sugestão é ver se o Governo tem outra solução imediata até eles entrarem na MP, porque já podem entrar no BNDES, já podem ir lá e serem contempladas as pequenas e médias. A gente chama de média porque vai até 300 milhões, o que já é um número significativo. Então,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

seria viável o Governo do estado lá ver uma reação imediata, talvez o ICMS, dar uma postergação de ICMS. Não o ProAtivo, porque você acumula, mas um negócio que gere caixa rápido para eles não perderem a cadeia produtiva lá.

Pronto, era mais ou menos isso, ver se vocês conseguem lá uma ação mais rápida do...

O SR. RUI FALCÃO (Bloco/PT - SP) – Vamos ouvir aqui o relato da Bahia também, que é importante.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Bom, mais algum complemento, Secretário? *(Pausa.)*

Para finalizar esse bloco, vamos ouvir o Afonso Bandeira Florence, meu sempre colega aqui de Parlamento, com as suas considerações, e que vai dividir aqui o espaço com o Paulo Guimarães.

Vamos lá.

O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE (Para expor.) – Obrigado.

Quero saudar o Deputado Cezinha de Madureira, Presidente da Comissão; o Senador Fernando Faria, Relator; quero saudar o Rinaldo Lira, Diretor de Gestão do Porto de Suape; o Anderson Pomini, do Porto de Santos, que teve que se retirar; e Samuel Kinoshita, Secretário de Fazenda de São Paulo.

Eu estou acompanhado do Diretor-Presidente da Bahiainvest e venho aqui, em nome do Governo da Bahia, fazer uma defesa, Senador, da MP 1.309. Ela é estratégica para os exportadores brasileiros. Não é o suficiente, mas, nessa primeira etapa de enfrentamento desse tarifaço, é fundamental.

Vou rapidamente apresentar o que nós vimos fazendo no Governo do Estado da Bahia nesse período.

Com um cenário global de desaquecimento de atividade econômica em países centrais, o tarifaço trouxe um impacto muito grande para a economia brasileira. Assim que foi anunciado o tarifaço em 9 de julho, no dia 14 de julho, o Governador do estado, Jerônimo Rodrigues, patrocinou uma reunião na Federação das Indústrias – quero fazer uma referência aqui ao Presidente Carlos Henrique – e designou a mim e ao Paulo Guimarães... Nós constituímos um





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

grupo de trabalho com a Federação das Indústrias especificamente voltado para uma estratégia de enfrentamento do impacto do tarifaço na economia baiana. Nós já temos um trabalho profícuo com a Federação das Indústrias, com o Observatório da Indústria, uma equipe de economistas liderada pelo Prof. Vladson, a quem eu agradeço o trabalho que vem sendo feito.

Depois disso, nós fizemos mais uma reunião com a Federação das Indústrias e o Vice-Presidente Alckmin. Fomos sucessivas vezes recebidos pelo Secretário Márcio, Secretário-Executivo do Ministério de Indústria e Comércio, pelo Chefe de Gabinete do Ministro Alckmin, Pedro Guerra, e construímos uma estratégia para enfrentar esse impacto na economia baiana.

Vocês podem ver que a Bahia... Os Estados Unidos são o terceiro parceiro comercial da Bahia. Lideram a parceria comercial a China e a Indonésia, entretanto, os Estados Unidos são um grande comprador de produtos industrializados de alta tecnologia – química, petroquímica, pneus, papel e celulose. O impacto na economia baiana é muito grande e o impacto nos empregos baianos também é muito grande. Como vocês estão vendo aí, nós temos 256 mil empregos diretamente afetados pelo tarifaço.

Nós identificamos empresa a empresa, segmento a segmento, com o Cnae de cada empresa impactada pelas tarifas. Então, a liderança desse impacto no setor de celulose, na produção de alimentos, nos químicos orgânicos, na borracha, nos derivados de petróleo, em lavouras permanentes, na fruticultura também – manga, água de coco, uva – e no mel. São muitos produtos baianos impactados. E nós identificamos, em cada município, o impacto econômico também na cadeia primária, quando a industrialização e a exportação decorreu de uma produção estadual.

Aqui nós identificamos os segmentos impactados, o valor exportado, os empregos diretos impactados e o percentual do exportado para os Estados Unidos. Vocês veem que, por exemplo, no material plástico, há produtos com 95% exportados para os Estados Unidos; pescados e outros produtos do setor com 100% da exportação para os Estados Unidos; no setor de fibra orgânica, que é de fibra de sisal – e o sisal é uma produção no Semiárido com agricultura familiar –, 45% da exportação são para os Estados Unidos. Então se, comparativamente, os números não são tão expressivos como os de outros segmentos – química, petroquímica –, do ponto de vista econômico-social, o impacto é de grande monta.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós, então, estabelecemos esse grupo de trabalho, começamos uma agenda com o Governo Federal e, com as empresas, e construímos uma estratégia. Sabendo que havia uma discussão sobre a possibilidade de excepcionalização – e vimos a diplomacia brasileira, a Confederação Nacional da Indústria, missão de exportadores aos Estados Unidos, contratando assessoria lá, para fazer o *lobby* que a legislação americana prevê –, nós buscamos aqueles produtos que, pelo perfil de importação americana, poderiam ser incluídos na excepcionalização.

A nossa segunda estratégia foi buscar calibrar tarifas. Então, trabalhamos com a Federação das Indústrias, com cada exportador, com cada importador, com o apoio do Mdic, para buscar isso. E vamos continuar, porque temos expectativa de que, com esse movimento da diplomacia brasileira, do Mdic e do protagonismo do Presidente Lula – que, com posição firme, defendendo a soberania, sempre abriu a porta para o diálogo comercial, com o multilateralismo no mundo e com os Estados Unidos –, nós vamos continuar a buscar a calibragem de tarifa. Vocês vão ver mais adiante que a indústria baiana e a exportação baiana continuam muito impactadas pelas tarifas.

Também fizemos um trabalho sistemático junto à Câmara de Comércio Exterior e ao Mdic para buscar proteção comercial. Há muitos produtos brasileiros sofrendo concorrência com *dumping* de exportadores americanos, inclusive, e de países asiáticos. Então, nós temos produtos exportados para os Estados Unidos sofrendo a tarifa e que sofrem concorrência desleal no Brasil, em especial o setor petroquímico, o setor de pneus.

No setor de pneus, Senador, há importação de pneus que não preenchem os requisitos, por exemplo, de logística reversa e de qualidade da borracha e do pneu. Vende-se barato no Brasil, e o consumidor brasileiro não tem discernimento dessa disputa desfavorável. A Bahia tem três das muitas indústrias de pneu; São Paulo também tem várias. Esse é um setor que ainda carece de proteção comercial, como o petroquímico e o químico.

Além disso, nós conseguimos – eu mostrei aqui a vocês na lâmina anterior – a instalação de um escritório da Apex; já foi instalado. O meu colega Paulo Guimarães veio liderando isso; o próprio Governador se empenhou, o Ministro Alckmin... Nós já teremos, no dia 28, uma missão à China para a busca de novos mercados.

Estamos trabalhando com cada item, com cada empresa. Só para os senhores terem uma ideia, por exemplo, na exportação de água de coco, a tampinha da garrafinha é diferente no





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

mercado europeu e nos Estados Unidos. Então, o Governo do estado vem, junto com a Federação das Indústrias e com cada empresa exportadora, buscando soluções para viabilizar a diversificação de mercados.

Já fizemos também uma missão, liderada por Paulo, a países árabes e, na sequência, após a...

Se quiser interromper, fique à vontade, Paulo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE – Na sequência, depois da missão à França, estamos com preparação de várias outras missões.

Também estamos dando suporte às empresas baianas para tentativa de ingresso no programa Brasil Soberano, para o qual, como eu disse, a MP 1.309 é fundamental. A previsão é de R\$30 bilhões do superávit do Fundo de Garantia à Exportação. São R\$30 bilhões aí; R\$1,5 bilhões do Fundo Garantidor do Comércio Exterior; R\$2 bilhões do Fundo Garantidor para Investimentos, do BNDES; e R\$1 bilhão do Fundo de Garantia de Operações, do Banco do Brasil, ampliando o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, o famoso Pronampe.

Isso é fundamental para os exportadores brasileiros e também a extensão do prazo do *drawback*. É fundamental aprovar esse dispositivo. Também há diferimento de tributos federais e há o regramento para compras públicas, tanto pelo Governo Federal como por entes subnacionais. Por isso, a MP é fundamental para que a economia brasileira aprofunde sua resiliência ao impacto do tarifaço.

Aqui, nós listamos alguns dos produtos impactados por essas tarifas, e vocês veem que, com a publicação da Ordem Executiva 14.346, houve o estabelecimento de um novo padrão para a continuidade das negociações. Por isso, essa relação diplomática e o protagonismo entre os Presidentes é fundamental.

No caso da Bahia, continuam tarifados os derivados de cacau, sendo US\$51 milhões exportados anualmente; mangas e frutas tropicais, sendo em torno de US\$37 milhões as mangas





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

e US\$48 milhões as frutas tropicais; o ferrocromo, US\$44 milhões de dólares – eu estou dizendo os números de exportação de 2024 –; e o café, US\$20 milhões exportados em 2024.

Então, com a instrução normativa, a Ordem Executiva 14.346, fica estipulado que países parceiros alinhados podem desfrutar de uma redução dessas tarifas.

(Soa a campanha.)

O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE – E muitos dos nossos produtos continuam tarifados.

Eu iria ler, mas não quero abusar do tempo. Nós temos aí uma lista que podemos disponibilizar depois para a Comissão.

Aqui mais uma lista: produtos da petroquímica, química, frutas, pneus... Aqui a gente identifica a evolução do comércio e a majoração dos preços dos produtos.

A mesma coisa...

Aqui os produtos impactados no primeiro mês. Aqui, a Ferbasa... Vejam ali, ferrossilício e ferrocromo. A Ferbasa... Esse produto nós continuamos a ter uma expectativa de ser excepcionalizado, porque nós não temos concorrência. É um produto cuja mina é na Bahia, a produção é na Bahia.

(Soa a campanha.)

O SR. AFONSO BANDEIRA FLORENCE – E os Estados Unidos estão tarifando. Vai ficar caro para eles, e isso quebra a economia e desemprega na Bahia.

Aqui é para vocês verem, baseada na exportação de 2024, no volume exportado, a incidência da tarifa estipulada agora. Vocês veem: 47% dos produtos exportados estão impactados ainda com a tarifa de 50% – dos produtos exportados pela Bahia –; e somente 17% dos produtos exportados pela Bahia ficaram isentos. Então, a economia da Bahia ainda está enormemente impactada pela tarifa do Governo americano.

Então, nós vamos perseverar na nossa estratégia. Obviamente, há pleitos, por exemplo, de liberação de crédito acumulado, de diferimento tributário. No entanto, a Bahia é um estado pobre.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós dependemos de aplicação desse conjunto de regras para, então, caso a caso, CNPJ a CNPJ, Cnae a Cnae, apreciar esses pleitos, porque nós não temos condição de abrir uma devolução, por exemplo, uma liberação de crédito acumulado como regra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Muito obrigado, nosso Deputado Afonso.

Com a palavra o Paulo Guimarães, que é Diretor-Presidente da Bahiainveste, para as suas considerações, por favor.

Quero lembrar que nós extrapolamos um pouco já o horário.

O SR. PAULO GUIMARÃES (Para expor.) – Serei breve, Deputado.

Eu queria cumprimentar, então, o Deputado Cezinha de Madureira, Presidente desta Comissão; o Senador Fernando Farias, do Estado de Alagoas e Relator desta Comissão; a presença aqui do Secretário de Fazenda de São Paulo, Samuel Kinoshita; o Dr. Rinaldo, de Suape; e dizer que é uma grande honra para mim dividir o tempo e o espaço com o Deputado licenciado Afonso Florence, uma pessoa icônica nesta Casa, que realmente me honra muito.

Complementando um pouco o que o Secretário falou, com relação à questão das missões, nós já estamos trabalhando há algum tempo com a Apex, mesmo antes de a Apex se implantar na Bahia. A Apex está fazendo movimentos, inclusive nacionais, no sentido de ampliar os mercados brasileiros. O Dr. Jorge Viana, ex-Senador, ex-Governador e, hoje, Presidente da Apex, foi ao México, junto com o Vice-Presidente Alckmin, para tentar abrir mais esses mercados. E isso tem sido uma coisa que tem ajudado bastante a nós evitarmos um efeito ainda maior do tarifaço.

Houve já uma expansão do mercado de diversos produtos afetados, principalmente a questão das frutas, dos derivados de cacau, etc. O pescado é um pouco mais difícil, porque o tipo de pescado que é produzido na Bahia é muito específico para o mercado americano, e a mesma coisa acontece com a manga.

É por isso que, dentro da questão da MP 1.309, é fundamental talvez uma ampliação, ou uma estabilização, tornando perene a questão das compras governamentais. As compras





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

governamentais são essenciais, até porque nós temos uma característica importante: na Região Nordeste, no Centro-Oeste, na região do Matopiba e em Mato Grosso, etc., o grande agronegócio hoje produz produtos agrícolas com altíssima produtividade, usando tecnologia de ponta, mas a fruta e a verdura que vão para as nossas mesas são dos pequenos agricultores, dos médios agricultores, da agricultura familiar; e esses são os mais afetados.

Há as frutas do Vale do São Francisco, onde existe uma produtividade altíssima hoje, até de produtos que ninguém imaginava que pudessem ser cultivados lá, como o caso da pera, por exemplo, e isso significa que nós temos ali um potencial de produção de alimentos muito grande. Então, esse é o tipo do empreendedor que precisa ser protegido, porque ele não é o grande agronegócio. Ele não consegue discutir diretamente, por exemplo, com os clientes nos Estados Unidos ou mesmo com o Governo americano. Então, a proteção a esse micro e pequeno empresário é uma coisa absolutamente essencial.

E aí uma coisa importante em relação à questão do Nordeste para a qual eu tenho chamado a atenção, mas acho que é nacional, e o Diretor do Porto de Santos deixou bem claro aqui, é a necessidade da continuidade de investimentos em ampliação de infraestrutura de logística no Brasil.

Então, eu acho que o Governo já fez muito nos últimos dois anos, fazendo os leilões de linhas de transmissão, que estavam num gargalo terrível, mas, agora, é preciso arregaçar mais ainda as mangas com o Corredor Bioceânico, porque já se assinou um convênio com os chineses; com a Fiol; com a Fico; com a Transnordestina; com os portos da Bahia, Porto Sul, Porto de Aratu. Nós temos o nosso porto da Bahiainveste, que era da Ford, e vamos fazer uma concessão para que ele sirva não apenas a BYD, mas também ao setor eólico, que vai se expandir necessariamente.

E aí, Senador, digo-lhe mais: vai se expandir por quê? Porque o BNDES fez uma chamada da Nova Indústria Brasil para o Nordeste, cujo resultado saiu agora, no dia 15 de setembro; e o BNDES, quando se reuniu conosco, Secretário...

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Você viu aqui, Secretário, que só dá Nordeste aqui.

(Soa a campanha.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Se você não vem aqui... São Paulo, nós estamos lascados, hein! (*Risos.*)

O SR. PAULO GUIMARÃES – Então...

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Rui, você é paulista, defenda um pouquinho aqui São Paulo, pelo amor de Deus! (*Risos.*)

O SR. PAULO GUIMARÃES – Mineiro está no Vale do Jequitinhonha também, está na Sudene. (*Risos.*)

Então, eram R\$10 bilhões originalmente disponibilizados, o que não era um teto, era um piso; e foram 246 projetos apresentados e R\$128 bilhões solicitados de financiamento. E o que é mais importante, Deputado e Senador, 88% dos projetos foram apresentados por pequenas e médias empresas, todos voltados à transição energética, como disse o Dr. Rinaldo. Voltados a quê? À produção de hidrogênio de baixo carbono, combustíveis renováveis, *data centers* verdes, que vão aproveitar a energia eólica e solar do Nordeste do Brasil, para os quais as linhas de transmissão são essenciais.

Mas aí a gente vê o seguinte: a questão da transição energética é fundamental e precisa estar baseada não apenas em eólica e solar, mas principalmente em biomassa. A gente fala de biomassa, na Bahia, desde 2021, remando meio que contra a maré, até que o mundo descobriu que biomassa era uma coisa importante.

E chamo a sua atenção para mais uma coisa, Deputado..

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO GUIMARÃES – É que 70% da contribuição brasileira para os gases de efeito estufa vêm de biogás; biogás vem de biomassa, que vem do gado, e aproveitar isso como matéria-prima é essencial. E isto não compete com alimentação. Nós temos cana-de-açúcar, como o Dr. Rinaldo falou muito bem, mas nós estamos discutindo com um grupo árabe a implantação de um grande projeto de produção de cana-de-açúcar, para a produção de açúcar, etanol, metanol, SAF, no extremo sul da Bahia, onde já temos uma produção de cana-de-açúcar significativa. Mas o milho também é importante, é essencial na Região Centro-Oeste do Brasil e no oeste da Bahia, na região do Matopiba como um todo. Por quê? Porque ali é preciso aumentar a produção de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

soja. Para isso, eu preciso aumentar a produção de milho para fazer rotação de cultura. E o que é que está se fazendo?

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Se o senhor puder concluir.

O SR. PAULO GUIMARÃES – Vou concluir.

Uma empresa do oeste do Brasil está fazendo isto: produzindo, a partir do milho, etanol e ração animal. Para quê? Para produzir proteína animal.

Então nós estamos num contexto em que essa MP é fundamental para garantir a resiliência das empresas que hoje já exportam, mas todo o trabalho que está sendo feito precisa continuar para melhorar as nossas condições de competitividade e produtividade.

É isso.

Agradeço ao Srs. Deputados e aos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Obrigado, Paulo Guimarães.

Senador Fernando.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL. Pela ordem.) – Afonso, só para esclarecer que a medida provisória está em vigor. E a gente se baseou muito nos pequenos. Essas empresas que são afetadas até 20% da exportação já podem entrar no BNB e no BNDES. E já tem gente que eu acho que já está com muita coisa aprovada, as empresas. Quer dizer, assim, que essa é uma medida muito importante, e é só você falar lá com o pessoal.

Eu vou explicar o processo da fruta, a que me dediquei muito. O da fruta que abrange fruta, peixe e abelha, o mel. Eu tive contato com o Osvaldo, e ele me deu algumas ideias. Eu liguei para o Presidente do Banco, o Paulo Câmara, e ele me designou o Abel, que é um Diretor do banco, e o Abel passou uma semana aqui com a gente fazendo essa equação, pela capilaridade que o Banco do Nordeste tem com esses pequenos, porque a preocupação é como chegar aos pequenos, porque tem uns dez *players* ou quinze *players* aqui que exportam, que já podem entrar lá *site* do BNDES e serem até contemplados.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, como chegar isso ao pequeno? Essa foi a preocupação. Então foi aí que o Banco do Nordeste veio e conversou – conversou com o BNDES também, com o Nelson Barbosa, e estão mudando até alguma coisa de portaria. Então, eles vão ser contemplados. Então, isso está sendo feito com o Banco do Nordeste para as frutas, para o pescado lá de Pernambuco e Ceará; e, no Sul, em Santa Catarina e no Paraná, que tem alguma coisa de tilápia. Então, a gente, o Abel, já colocou o equivalente lá do Sul para contemplar esse pessoal.

Então, essa parte do pequeno foi a que precisou de algumas interferências que o BNDES acatou, discutindo com o Nelson. Os outros grandes, vamos dizer assim, de pneus, essa coisa, se eles têm exportação, eles já podem entrar lá no *site* e resolver.

Cezinha, eu queria aqui agradecer a você. Foi muito bom a gente estar junto nessa jornada. Se precisar de mais alguma sessão, estamos prontos.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – O Samuel Kinoshita tem umas demandas grandes em São Paulo aqui, hein?

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL) – É.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Ele vai mandar os números, primeiro, para o Rui; depois, aí... (*Risos.*)

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL) – São Paulo pega tudo, né? Eu estou com medo da Bahia agora.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Eu estou com medo da Bahia, que está com tudo aqui. Eu estou com muito medo da Bahia aqui.

O SR. RUI FALCÃO (Bloco/PT - SP) – O Nordeste vai levar tudo, né?

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL) – Mas, Samuel, eu acho que o Governo lá de São Paulo pode ajudar numa coisa imediata, ele pode ajudar. É bom que ele ajude logo as empresas, mesmo as empresas menores, com fluxo de caixa, porque tem muitas que são afetadas. O Governo Federal fez essa medida, fez essa coisa e chegou na hora.

O SR. SAMUEL KINOSHITA – Não, sem dúvida.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL) – Quer dizer, assim, o Presidente está há 60 dias, 90 dias detido nisso. O empenho do Governo Federal está excelente nessa coisa. Vamos parabenizar aí o Presidente, o Vice, como voltei a dizer, o Mercadante e o BNDES como um todo. Foi uma medida muito importante aqui para a gente.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Sempre Governador, Deputado Robinson Faria, por favor.

O SR. ROBINSON FARIA (Bloco/PP - RN. Pela ordem.) – Bom dia a todos.

Sr. Presidente Cezinha e Sr. Relator, Senador Fernando Farias, eu solicito permissão para pedir a gentileza e a compreensão, já que estamos discutindo o Brasil, e eu, como ex-Governador do Rio Grande do Norte e como Deputado Federal hoje, represento o estado e também tenho uma preocupação muito grande com a pauta do RN.

O RN não pode nunca se comparar à Bahia, de que acaba de falar brilhantemente o Chefe da Casa Civil, mas temos pautas importantes do Rio Grande do Norte, que eu vou pedir a permissão ao Relator para me reunir lá com o setor produtivo do RN, para ser mais objetivo, e trazer a pauta do Rio Grande do Norte, que foi prejudicada, que foi atingida pelo tarifaço, como, por exemplo, o atum.

O Rio Grande do Norte é o maior produtor de atum do Brasil. Somos também um dos maiores produtores do Brasil na fruticultura. Temos a empresa famosa lá, que eu acho que é a maior do Brasil, de exportação de frutas. Temos também o sal, que é uma atividade milenar.

Enfim, eu vou me reunir com o setor produtivo do RN, com a Federação das Indústrias e demais entidades, preparar, trazer um relatório pronto, entregar ao Sr. Relator, para que o senhor possa inserir na pauta a defesa do nosso estado, até porque 90% dessas frutas e do atum são exportados para os Estados Unidos, para o mercado americano.

Peço permissão para trazer esse relatório.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL) – É bom, sim, que traga, mas antecipe um pouco lá e peça a eles para conversar com o Diretor Abel – se quiser, a gente faz o *link* –, do Banco do Nordeste, porque ele já tem isso bem encaminhado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBINSON FARIA (Bloco/PP - RN) – Diretor Abel?

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL) – É, Diretor Abel.

O SR. ROBINSON FARIA (Bloco/PP - RN) – Do Banco do Nordeste?

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL) – Do Banco do Nordeste. Ele já tem isso bem encaminhado. Neste mês, a gente se deteve muito em cima disso, e é justamente em cima do peixe e em cima das frutas.

O SR. ROBINSON FARIA (Bloco/PP - RN) – Está bom.

Obrigado pela informação.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL) – Mas eu gostaria de ter o seu relatório aí e ver em que a gente pode ajudar na medida...

O SR. ROBINSON FARIA (Bloco/PP - RN) – Está bom.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Muito obrigado, Deputado Robinson Faria.

Afonso, muito obrigado. Você está fazendo falta aqui na Casa, viu? Vou falar para o Governador te liberar de volta aqui.

Rinaldo Lira, que me convenceu que o Suape é maior que o Porto de Santos... *(Risos.)*

O SR. RINALDO LIRA *(Fora do microfone.)* – Vai ser, vai ser, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – É.

Agradeço também aqui ao Paulo Guimarães.

Samuel Kinoshita, muito obrigado pela sua fala aqui, engrandeceu bastante o debate aqui.

Obrigado a todos vocês.

(Intervenção fora do microfone.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Agradecendo a vocês, vamos chamar aqui, para finalizar, a próxima mesa. Muito obrigado. *(Pausa.)*

Já convido aqui para assumir a mesa o Prof. Dr. Jonathan Barros Vita, que é Conselheiro do Conselho... *(Pausa.)*

Ah, ele vai participar pelo Zoom, não é? Então, vamos lá.

Então, nós temos aqui a Kaliane Abreu, advogada tributarista, para falar sobre o tema; o Roberto Duque Estrada, por favor, advogado especializado em tributação internacional e Presidente do Conselho de Administração da Monteiro Aranha S.A.; e o Prof. Dr. Jonathan Barros Vita, que é Conselheiro do Conselho Municipal de Tributos de São Paulo, que vai participar pelo Zoom.

Sejam muito bem-vindos.

O SR. ROBERTO DUQUE ESTRADA *(Fora do microfone.)* – Obrigado.

O SR. JONATHAN BARROS VITA *(Por videoconferência.)* – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Eu já quero passar a palavra aqui ao Dr. Jonathan.

Só quero te pedir o seguinte, eu extrapolei o tempo aqui e vou reduzir de dez para cinco minutos a participação de todos e deixar aberto para enviarem os seus comentários por escrito, em cooperação com a medida provisória.

Por favor, com a palavra o Dr. Jonathan.

O SR. JONATHAN BARROS VITA *(Para expor. Por videoconferência.)* – Bem, olá a todas e todos.

Queria dizer, Deputado Cezinha, que eu também sou um desses que está em São Paulo, mas é paraibano, tá? V. Exa. fala aí que o Nordeste está dominando, o que é um fato...

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Já torcendo para o Nordeste, vamos lá.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JONATHAN BARROS VITA (*Por videoconferência.*) – Queria também cumprimentar o Senador Fernando Farias. Eu sei que o Senador Efraim Morais Filho é membro da Comissão de análise da MP 1.309, então, fico muito feliz em participar, a convite, obviamente, do Deputado Cezinha de Madureira, através da Hadassah Santana. Quero cumprimentar o amigo Roberto Duque Estrada, cumprimentar a todos que já participaram da audiência.

Eu acompanhei atentamente a todas as audiências públicas; eu fiz essa maratona, digamos assim. Assisti a todas justamente para poder vir aqui e não ter um grau de sobreposição muito elevado, mas eu diria que as premissas apresentadas, principalmente na primeira audiência pública com a participação dos especialistas, foram bastante elucidativas porque falam dos três mecanismos óbvios que foram utilizados dentro do contexto do tarifaço.

Alguns esclarecimentos dados, especialmente pelo ex-Ministro Nelson, tratam sobre como isso está sendo visto; está sendo visto como uma política permanente, e eu acho que isso é um elemento importante aqui. Parece-me que tem mais de seis ou sete menções aos Estados Unidos dentro da MP e, na realidade, parece-me que a gente está fazendo um grande avanço institucional para ter uma nova política de Governo, uma política de Estado. Por quê? Porque agora se efetiva – e isso foi tema, inclusive, de estudos do meu mestrado, do meu doutorado – um seguro efetivo de crédito à exportação e um fundo de garantia à exportação que, de fato, tendem a ser mais efetivos.

Eu acho que esse era um dos grandes problemas que era enfrentado pelos exportadores. Não havia uma clareza institucional, talvez, tão elevada em relação ao volume de recursos, a como, de fato, essa atuação seria uma atuação mais simplificada, e parece que a gente encontrou um cenário que fez com que agora a gente tenha um avanço institucional dentro dessa perspectiva.

De outro lado, eu fiquei com algumas preocupações quando li a versão da medida provisória, mas essas preocupações foram debeladas, que eram: será que essa medida provisória pode ser encarada pela OMC como sendo uma barreira, um subsídio vedado, que poderia ser sancionado? Eu diria – dentro de uma opinião aqui, porque estou sendo chamado como *expert* – que não. Acho que o risco de algum tipo de sanção internacional contra o Brasil não existe, o que





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

é uma coisa positiva, e, na realidade, eu acho que o ponto importante aqui é tratar sobre os problemas específicos que eu vejo.

Primeiro, há uma premissa dentro da medida provisória de que os setores impactados a serem beneficiados por todos esses seguros, todos esses fundos, são setores diretamente impactados. O que eu diria? Eu acho que a gente pode ampliar esse escopo para setores que são indiretamente impactados. E por que eu digo isso? Por exemplo, o setor portuário é um setor que, obviamente, não vai estar dentro das preocupações. Já vieram três autoridades portuárias apenas no dia de hoje e, com isso, a gente poderia ajudar em toda a cadeia produtiva, o que foi mencionado aqui reiteradamente, porque não é só o produtor final que é o afetado, mas, sim, aqueles vários elos ali da cadeia produtiva.

Um segundo elemento: como a gente vai ter provas específicas? E aí talvez seja o processualista, o advogado que fala isso. Que tipo de provas a gente vai juntar de que, de fato, houve um impacto? Como mensurar aquelas receitas? Isso já foi tema de várias perguntas aqui. Como mensurar a queda de receitas, esse impacto e o fundo que pode ser efetivamente transferido dentro, principalmente, do Fundo de Garantia à Exportação?

Outro ponto que também me parece importante: qual o prazo dos mecanismos? Tem, inclusive... Eu vi com muita atenção, li todas as emendas também, as Emendas 4 e 5, do Deputado Mendonça Filho, de Pernambuco, que tratam especificamente sobre esse elemento, e, me parece, que a gente precisa ter balizas temporais claras em relação a isso.

Adicionalmente, eu vejo outro elemento que me parece também importante, que é: será que a gente poderia ter outros incentivos a essas empresas que não tenham impacto orçamentário? Eu diria que sim. Tem uma emenda, que é a Emenda 57, do Deputado Evair, que fala especificamente sobre depreciação acelerada. E, me parece, que não tem um impacto fiscal, porque, na realidade, você está apenas fazendo uma antecipação, e seria simétrica, inclusive, à ideia do deferimento que foi apresentado aqui pela Portaria MF 1.862.

Então, dentro dessas perspectivas, já me encaminhando para finalizar, eu acho que temos um problema de natureza processual, que é em relação a essas provas; temos elementos importantes em relação ao prazo e à garantia de que esses mecanismos sejam efetivamente direcionados aos setores afetados de maneira direta ou de maneira indireta; e também acho que





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente tem como ter outro conjunto de benefícios, especificamente a depreciação acelerada, que foi tema.

Como último ponto – e já me encaminhando, de fato, porque eu sei que eu tenho 30 segundos –, Deputado, eu só diria uma coisa: em relação à aquisição dos alimentos, eu acho que é importante ter regras talvez um pouco mais claras em relação à precificação, porque o que se colocou na medida provisória é uma licitação pura e simples, e, na realidade, a gente precisa saber se esse preço licitado vai permitir, digamos assim, a recomposição dos preços que seriam os preços exportados. Então, um alinhamento mínimo entre o preço de licitação e o preço de exportação seria um elemento importante.

Eu farei minhas contribuições por escrito e fico aqui à disposição para prestar maiores esclarecimentos.

Obrigado a todos e todas.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Muito obrigado.

Eu, inclusive, vou fazer contato contigo depois, porque eu gostei de uma fala sua aí, para a gente deixar um pouquinho mais claro.

Lembrando que eu estava falando com o Senador Fernando que, em janeiro – foi em janeiro? –, o Rodrigo Pacheco fez um projeto de lei aqui que instituiu o programa de pagamento das dívidas, o Propag. Estamos falando aqui de R\$765 bilhões. Só para o Estado de São Paulo foram R\$287 bilhões; R\$171 bilhões para o Rio de Janeiro; 157, Minas Gerais, e R\$99 bilhões, Rio Grande do Sul. Tem bastante dinheiro, Kinoshita, lá, hein? (*Risos.*)

Está certo. Vamos lá!

Professora tributarista Kaliane Abreu, por favor.

A SRA. KALIANE ABREU (Para expor.) – Agradeço o espaço de debate e cumprimento a mesa na pessoa do Senador e do Deputado Cezinha.

Li a MP. Com toda certeza, um alívio nas linhas de crédito é necessário, mas a minha preocupação ficou muito grande na questão das micro e pequenas empresas, porque, quando a gente olha a questão do Pronampe, eu tenho lá um juro Selic, né? De uma certa forma, eu estou





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

constituindo o quê? Uma dívida para essas empresas, né? Então, a linha de crédito é, de fato, necessária, mas é Selic mais 6% ou 5%. Então, a gente está falando de um valor de 20% a 21% para empresas que, de fato, dificilmente conseguem crédito. Então, eu acho que esse seria um ponto e, de repente, repensar se seria possível usar um IPCA, ou dar até mesmo um alívio nessa taxa de juros, porque a Selic só tende a crescer, né? Então, esse é um ponto em que eu também fiquei preocupada nesse sentido.

A outra coisa é que a própria MP, no art. 1º, comenta que ela vai especificar quais são os setores e produtos. Essa especificação não veio, mas a gente já tem notícias, por exemplo, como do setor madeireiro, que já demitiu 4 mil funcionários, e também a própria questão de produtos sob encomenda.

Esses produtos são extremamente difíceis de você exportar, porque são customizados. E até o benefício, por exemplo, do *drawback* que você tem, por mais que você compre insumos lá fora ou aqui no Brasil, com suspensão, você tem que ter um compromisso de exportação. Mas, se eu vendo produtos customizados, especialmente na indústria de óleo e gás, como é que fica isso? Então, é necessário que haja uma ajuda para, de fato, haver essa exportação, caso contrário, o próprio incentivo do *drawback*, da prorrogação, não faz sentido, acaba sendo uma medida inócua.

Outro ponto que eu acho que é extremamente interessante e eu não sei se o Governo se atentou é o impacto do tarifaço nas regras de preço de transferência. O que é o preço de transferência? Ele vai garantir que partes relacionadas de um mesmo grupo multinacional transacionem preços na forma de preços de mercado, que eles chamam de *arm's length*.

O que é que tem acontecido agora? Os importadores americanos já estão pedindo que as suas empresas, no Brasil, calculem a sua margem de lucro mínimo para que consigam o quê? Mitigar o efeito do tarifaço. E o preço está vinculado a quê? Ao valor aduaneiro. Então, quanto menor o valor aduaneiro, eu tenho menor impacto. Ele consegue manter o *market share* nos Estados Unidos, mas a um custo, eu tenho um lucro menor tributável no Brasil.

E aí eu não estou mais falando da cadeia tributária indireta, estou falando da direta. Então, como o tarifaço afeta no valor aduaneiro, vai afetar no meu preço e vai afetar nessa conta aí de que eu vou ter uma menor arrecadação de IR e IE. Eu acho é um ponto também que deve ser visto com muito cuidado, até porque, se as empresas não tiverem também cuidado com essa





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão de fazer tudo de acordo com a regra do preço de transferência, se a redução desse valor aduaneiro for muito significativa, o que vai acontecer é que eu vou ter um problema lá nos Estados Unidos de valor aduaneiro também, alfandegário.

Outro ponto também que eu gostaria de trazer é em relação ao Reintegra. Embora não tenha sido matéria aqui, o Reintegra tem o PL 168, que também é muito importante que seja votado, embora ele caia na mesma questão do *drawback*, porque ele me dá um respiro de recuperação de tributos na cadeia, só que também é um percentual da receita de exportação.

Então, de novo, eu tenho setores na MP que aqui não estão sendo totalmente atendidos, como é o caso que eu comentei, do setor madeireiro, a questão de empresas que estão no setor que fazem a indústria, que fazem a compra sob encomenda. Como escoar essa produção? Como o Governo pode ajudar? Porque, caso contrário, todas essas medidas...

(Soa a campainha.)

A SRA. KALIANE ABREU – ... vão acabar sendo inócuas se não conseguirem escoar a produção.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Por favor, Senador.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL. Para interpelar.) – Kaliane, só um reparo aqui.

A medida provisória tem um giro emergencial de 8,2% até 35 milhões; investimento de capital de giro de 7,2% ao ano até 50 milhões; e giro de diversificação de 8,2% até 35 milhões. Isso aqui são para as pequenas empresas fazerem.

Quanto à parte de portas que você falou lá do Sul, isso aí foi uma demanda desde o princípio do Senador Esperidião Amin, depois juntou o Lupion no processo. Então, aqui são portas específicas dos Estados Unidos, e isso aí já está sendo equalizado. Como que está sendo equalizado? O Governo já está emitindo processos de compras e enquadrando na medida, no Minha Casa, Minha Vida, mas é como eu disse, tudo isso, nesse processo aí, é um processo longo.

Então, uma sugestão é o Governo do Estado – você é tributária e sabe disso – fazer alguma coisa de tributária, de ICMS, porque isso aí vai aliviando até eles formarem uma nova cadeia. Por que o que está ocorrendo? Está todo mundo formando uma nova cadeia.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma coisa interessante no Sul é o pescado. Tem um milhão de pescadores que entregam esses peixes para um que exporta. Esse que exporta pode entrar, no BNDES, com essa coisa aqui de juros e prazos acessíveis, garantidos pelo FGO – até 300 milhões é garantido. Então é um negócio rápido e tem que agilizar isso aqui.

A SRA. KALIANE ABREU (Para expor.) – Não, concordo plenamente. O meu ponto aqui, como eu falei, é que as linhas de crédito vão te dar um alívio de fluxo de caixa que é necessário. Toda a MP é positiva. Ela só precisa ser, de fato, eficaz, não é?

O ponto que eu trago aqui é para uma pequena empresa, como está no projeto do Pronampe, de você ter Selic mais 5% ou 6%, que é o que está na legislação, para o Pronampe especificamente, numa taxa utilizada Selic. Então, será que isso não poderia ser revisto? É porque, como a Selic só tende a crescer, será que não poderia usar o IPCA, que está hoje acumulado em quase 6%?

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL) – Vou ficar lhe devendo essa certeza aí.

A SRA. KALIANE ABREU – Agradeço.

O SR. FERNANDO FARIAS (Bloco/MDB - AL) – Isso ou outra coisa que substitua isso aí, o.k?

A SRA. KALIANE ABREU – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Bom, muito obrigado, Kaliane.

Eu acredito que a Comissão aqui vai fazer contato contigo para pegar as suas ponderações, que serão usadas com certeza.

Dr. Roberto Duque Estrada com a palavra.

O SR. ROBERTO DUQUE ESTRADA (Para expor.) – Alô, bom dia a todos! Bom dia, Sr. Presidente, e Sr. Relator, Fernando Farias. É uma honra participar dessa audiência pública aqui no Senado. Quero cumprimentar a Dra. Kaliane e o Dr. Jonathan, nossos colegas tributaristas.

Eu tomei a liberdade aqui de examinar quase as 366 emendas que foram apresentadas à MP, focando na área de minha atuação, que é a área tributária. E, Sr. Relator, Sr. Presidente, alguns pontos me chamam bastante a atenção, que podem ser objeto de aperfeiçoamento.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu começaria pela questão do *drawback*. Tal como posto e como a senhora e os senhores sabem, o *drawback* é um incentivo em que você suspende os impostos incidentes na importação de certos produtos, que vão ser integrados num produto que vai ser exportado. Pela forma como está colocado na MP, esse *drawback*, esse direito a uma eventual prorrogação do *drawback*, está muito limitado. Primeiro, ele pressupõe que já tenha havido uma prorrogação, o que eu não entendi muito bem. Depois, ele fixa certos prazos de exportação, de *performance* da exportação, que não é necessariamente aquilo que vai prejudicar a vida ou não do exportador, no momento desse tarifaço. Então, nesse sentido, eu acredito, há algumas emendas bastante interessantes. Elas seguem mais ou menos a mesma redação, que dispensam de certas comprovações ou deixam menos grau de subjetividade no Poder Executivo para a prorrogação desse prazo de *drawback*, o que me parece ser extremamente importante.

Em segundo lugar, a portaria que prorrogou os prazos de vencimento de tributos definiu um critério de elegibilidade de 5% do valor do faturamento que as exportações representem. Eu acredito que o Senado e a Câmara dos Deputados, como legisladores, poderiam fixar diretamente essas condições na sua legislação, sem deixar margem de discricionariedade para uma portaria do Poder Executivo, porque pode prejudicar, sim, o alívio desse fluxo de caixa, principalmente para pequenas empresas, que têm seus vencimentos tributários comprometidos com a falta de recebimento das suas exportações não performadas. Até que esses empréstimos sejam obtidos, que esses financiamentos venham, existe um prazo, existe uma burocracia, e nós sabemos que isso afeta severamente o fluxo de caixa das empresas.

Além dessas considerações, eu anotei uma que me pareceu bastante interessante e simples até, que é a da DRE, quer dizer, é você aumentar o valor do despachador de exportação ao valor mínimo de US\$1 mil para US\$10 mil. Acho que isso facilita bastante para exportadores de pequenas mercadorias, e a vida de cada um pode ser facilitada em relação a isso.

Agora, há um ponto em que eu vi também algumas emendas apresentadas e que dizem respeito talvez a uma situação que – e o Dr. Jonathan e a Dra. Kaliane não de concordar comigo – vem prejudicando bastante o mercado nacional como um todo é a questão das compensações tributárias.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existe uma proposta de revogação do art. 74-A, que é um artigo que limita a compensação tributária, e há alguns aperfeiçoamentos no art. 74 no sentido de se poder usar a compensação para o pagamento das estimativas mensais. Essa questão acho que transcende o problema tarifaço Brasil-Estados Unidos, mas ela é um problema que deve estar na agenda do Congresso Nacional, porque o que vem se vendo hoje, no âmbito das empresas brasileiras, é uma dificuldade enorme na realização das suas compensações tributárias, principalmente nos casos em que são vencedoras em ações judiciais, em que poderiam usar esse crédito nas ações judiciais para compensação, e a Receita Federal vem interpretando que o prazo para utilização é de cinco anos. Então, é um grande calote, no final das contas, porque eu tenho um direito de crédito que eu vou utilizar e, se eu não o utilizar em cinco anos, eu perco esse direito de crédito se eu não tiver débitos para com ele compensar.

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO DUQUE ESTRADA – Então, acredito que algum aperfeiçoamento nessa legislação de compensação pode ser aproveitado e diz respeito, sim, à questão do tarifaço porque existem também outras emendas que vêm buscar direitos de crédito de PIS e Cofins, direitos de compensação com a questão do Reintegra, por exemplo, os percentuais do Reintegra, que me parecem ser fundamentais para o reequilíbrio das finanças, e tudo isso sempre esbarra na questão da compensação, na questão da existência de prazos e limites para utilização dos tributos.

Então, eu recomendaria aqui que, se não for feito nesta Comissão, fosse feito um estudo muito, muito aprofundado sobre essa questão da compensação tributária, que vem sendo um grande drama para as empresas nacionais.

Sr. Presidente e Sr. Relator, eu sei que o tempo é curto.

Fico à disposição para qualquer esclarecimento daqueles que nos ouvem e especialmente para mostrar para as senhoras e para os senhores como uma mexida dessa tem repercussões com consequências enormes.

A Dra. Kaliane tocou na questão dos preços de transferência – trata-se de uma questão bastante importante para quem milita na tributação internacional –, nas questões das





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

compensações, nas questões do mercado, nas questões de emprego, e tudo isso é um castelo de cartas que nós esperamos que, conversando com membros da Câmara Americana de Comércio, sinceramente, a negociação bilateral prevaleça e tenha algum efeito para retomar aquelas tarifas que são aquelas que vinham sendo originariamente aplicadas genericamente como um todo pelo Governo americano.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cezinha de Madureira. Bloco/PSD - SP) – Roberto, muito obrigado pela sua explanação.

Agradeço a sua presença, Dra. Kaliane, de todos que participaram aqui deste debate, e a sua também, Jonathan. Em especial, ao Senador Fernando Farias, ali de Alagoas, pela paciência, e ao Sr. Ministro Renan.

Muito obrigado também a toda a equipe, todos aqui do Senado e da Câmara, que nos ajudaram nesse tema aqui.

Eu tenho certeza de que todas as falas aqui serviram para algumas reflexões.

Aqui no Parlamento, é isto: é diálogo, é conversa. A gente sempre chega ao final com aquilo que agrada à população.

Obrigado a todos.

Deus abençoe. Deus abençoe o nosso Brasil.

(Iniciada às 9 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 24 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1313, DE 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e cinquenta e dois minutos do dia quatro de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Parlamentares Nelsinho Trad e Carlos Zarattini, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 1313, de 2025 com a presença dos Parlamentares Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Marcos do Val, Angelo Coronel, Jorge Kajuru, Eduardo Gomes, Beto Faro, Weverton, Randolfe Rodrigues, Leila Barros, Mecias de Jesus, Laércio Oliveira, Hugo Leal, Julio Cesar Ribeiro, Rodrigo Gambale, Laura Carneiro, Gilson Daniel, Pedro Campos, Pastor Sargento Isidório e Marcos Tavares, e ainda dos Parlamentares Moses Rodrigues, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Fatima Pelaes, Augusta Brito, Reginaldo Lopes, Jorge Seif, Zenaide Maia e Otto Alencar, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Marcelo Castro, Carlos Viana, Cid Gomes, Carlos Portinho, Dr. Hiran, Nelson Barbudo, Damião Feliciano, Doutor Luizinho, Isnaldo Bulhões Jr. e Mário Heringer. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Instalação e Eleição. Finalidade:** Instalação da Comissão e Eleição de Presidente e Vice-Presidente. **Resultado:** Instalada a comissão, é eleito Presidente o Senador Nelsinho Trad, Vice-Presidente o Deputado Carlos Zarattini e designados o Deputado Hugo Leal como Relator e o Senador Angelo Coronel como Relator Revisor. **2ª Parte - Deliberativa. Finalidade:** Deliberar o Requerimento n. 01/2025. **Resultado:** Requerimento aprovado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e oito minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1313, de 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2025/11/04>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Carlos Zarattini. Bloco/PT - SP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1.313, de 2025.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade do Senado Federal, e a relatoria sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

Estou aqui com o Pastor Isidório ao meu lado, me dando guarida aqui nessa missão importantíssima. Agradeço, Pastor, a sua presença, colaborando aí com o nosso debate.

Comunico que há acordo de Lideranças para a eleição da mesa, tendo sido indicado para Presidente o Senador Nelsinho Trad, e para Vice-Presidente o Deputado Carlos Zarattini.

Consulto o Plenário sobre se podemos fazer a eleição da mesa por aclamação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Declaro eleito Presidente o Senador Nelsinho Trad; Vice-Presidente, o Deputado Carlos Zarattini.

E passo a Presidência da Comissão ao Sr. Senador Nelsinho Trad.

Muito obrigado. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Sob a proteção de Deus, vamos dar início aos trabalhos da Medida Provisória 1.313, da qual fui eleito Presidente, tendo como meu Vice-Presidente o Deputado Zarattini.

E na condição de Presidente eleito, designo como Relator o Deputado Hugo Leal; e como Relator Revisor, o Senador Angelo Coronel.

Temos sobre a mesa requerimento para a realização de audiência pública.

Foi incluído na pauta o Requerimento 1, de 2025, de autoria do Deputado Hugo Leal, para realização de audiência pública a fim de instruir a medida provisória.

Peço ao Vice-Presidente, Deputado Zarattini, que possa ler o requerimento.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional e do art. 93 do Regimento Interno do Senado, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir a Medida Provisória 1.313, que altera a Lei 14.237, de 2021, para modificar a denominação do Auxílio Gás dos Brasileiros para Auxílio Gás do Povo e criar nova modalidade de operacionalização do auxílio.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Proponho, para a audiência, a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério de Minas e Energia; representante do Ministério de Assistência Social, Família e Combate à Fome; representante do Ministério da Fazenda; representante da Agência Nacional do Petróleo; representante da Caixa Econômica Federal; representante da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev); representante do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás (Sindigás); representante da Associação Brasileira das Entidades de Classe das Revendas de Gás (Abragás); representante do Instituto Nacional de Apoio ao Setor de GLP (Inagás); e representante da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Deputado Hugo Leal assina esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Coloco em discussão o requerimento.

Consulto se há algum Parlamentar querendo fazer a discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir...

O SR. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO (Bloco/AVANTE - BA. *Fora do microfone.*) – Eu quero, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Deputado Pastor Isidório com a palavra, para discutir.

O SR. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO (Bloco/AVANTE - BA. Para discutir.) – Sr. Presidente, senhores e senhoras, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, nós somos da Bahia. Às vezes, as pessoas veem aí na rede social a história de que de doido eu entendo. Sou o Deputado Pastor Sargento Isidório. Às vezes, sou tido como doido, porque eu tenho uma luta de mais de 25 anos: lutando pelas refinarias, lutando para abaixar o preço do gás de cozinha.

Porque nós sabemos que o gás de cozinha nada mais é do que o lixo que queima nas chaminés das refinarias. Eu costumo dizer ao povo brasileiro que, quando se passa nas refinarias de petróleo, naquelas chaminés muito grandes, queimando 24 horas, é o lixo do petróleo, que tem de ser incinerado, inclusive para não explodirem as refinarias. Então, nunca foi, não é e será justo o preço do gás de cozinha, o escárnio dos empresários fazendo cartéis.

Eu, que lá atrás também comecei a baixar o preço do gás de cozinha, tive as garrafas presas – foram tomadas – e nunca parei esta luta, porque eu sei muito bem que, principalmente ali na Bahia – a Refinaria Landulpho Alves está perto da grande capital, Salvador, na cidade de São Francisco do Conde, Candeias, cercada por cidades metropolitanas, como Camaçari, como Santo Amaro, Dias d'Ávila, Mata de São João, Pojuca, Catu, Simões Filho e tantas outras –, a Bahia estava pagando gás de cozinha caríssimo, até hoje continua, e o Brasil...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E ainda bem que V. Exas. estão aqui neste Parlamento, que às vezes é malfalado. As pessoas lá fora que têm interesse no fuzil, que têm interesse na pistola, nas arbitrariedades batem no Parlamento por não entenderem o quanto é importante o Parlamento brasileiro, sejam os Senadores, sejam os Deputados Federais, e Deputadas e Senadoras, porque esta é a Casa do povo, e é aqui que se trabalha para conscientizar, para sensibilizar os diversos governantes, sejam eles de direita, sejam de esquerda, daquilo que realmente bole no bolso do povo.

Gás de cozinha é uma necessidade primária, deveria fazer parte – inclusive deve – do custo da cesta básica, porque não são justos os preços que se cobram, e os cartéis que são protegidos aí... A gente tem a vida toda cobrando do Ministério Público, da Polícia Federal e dos governos o barateamento e, no mínimo, a responsabilização daqueles que se envolvem nessa cartelização.

Portanto, eu quero parabenizar esta Comissão, o nosso querido Senador Nelsinho Trad, o Deputado Hugo Leal, muito comprometido, todos os demais que estão nessa mesa e que estão aqui acompanhando esse trabalho importante, e a sociedade baiana e brasileira, dizendo que podem me chamar de doido, do que quiserem, mas eu continuarei puxando essa luta até o último momento da minha vida, porque não se pode permitir as pessoas voltando a queimar madeira dentro de casa, cozinhando com álcool. Os acidentes que têm acontecido... Não são poucas as mortes por queimadura.

Portanto, parabenizo, sim, esta construção. Parabenizo, inclusive, o Governo por estar lutando para reduzir o preço e até entregar o gás de cozinha mais barato às pessoas que estão naquele Cadastro Único, ao pessoal da baixa renda. Então, chega em boa hora, mas também precisamos baratear o preço desse gás para as demais pessoas.

No mais, que Deus continue com as mãos estendidas sobre a vida do povo aqui em Brasília, do Parlamento e do Governo Federal, que tão sensivelmente se esforça agora para colocar o gás de cozinha gratuitamente para as famílias mais necessitadas.

Tenho honra de participar desta luta. Não faço propaganda, não faço nada, apenas ando com o meu bujão por aqui ou lá na Bahia, lutando para que as donas de casa e os pais de família sejam honrados e beneficiados como estão sendo.

Parabéns a todos nós aqui e ao povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Agradecemos as considerações ao Deputado Pastor Isidório.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discuti-lo, coloco em votação o requerimento.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovação da ata.

Antes do encerramento dos nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Apenas um informe: nós vamos criar um grupo de trabalho dos Parlamentares que estão diretamente envolvidos nessa medida provisória para a gente poder organizar a data e o horário dessa audiência pública e do restante dos trabalhos que haverão de vir.

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, só para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Hugo Leal.

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para esclarecimento, é importante dizer aqui – agradeço a presença a todos, agradeço também ao Governo a indicação do meu nome como Relator – que essa matéria é de extrema importância, é uma matéria que já esteve aqui no Parlamento para discussão, inclusive por um projeto de lei do Deputado Ricardo Zarattini. Nós tivemos essa discussão em 2021, e isso evolui para o processo hoje de um projeto de lei que nasceu também na Câmara dos Deputados, por iniciativa do Poder Executivo, o 3.335, que teve urgência constitucional, e hoje nós estamos aqui na instalação desta Comissão especial dessa Medida Provisória 1.313.

E eu quero dizer que todo esse aprendizado de 2021, quando foi criado pela Lei 14.237 o vale-gás, desde a criação do vale-gás, nos idos de 2021; a consolidação desse trabalho; e, depois, o próprio projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo, tudo isso serviu de aprendizado para esse sistema e para nós organizarmos essa matéria.

A minha ideia aqui... Eu tive a oportunidade de ser Relator dessa matéria lá na Câmara dos Deputados e também tive a oportunidade de ser Relator-Geral do Orçamento quando nós criamos e aprovamos o vale-gás, um projeto de lei de iniciativa do Ricardo Zarattini. Acho que nós temos um grande aprendizado, uma grande curva de aprendizado, um aprendizado consolidado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós devemos aproveitar este ambiente, esta Comissão, para nos aprofundarmos nessa proposta e estabelecermos, de uma vez por todas, o que será o instrumento mais ágil para que a população possa ser efetivamente atendida.

O que é nítido, nessa oportunidade – eu vejo nas discussões que tivemos tanto com o Ministério das Minas e Energia quanto com o Ministério do Desenvolvimento Social –, é nós alcançarmos ainda mais as pessoas que ainda, como disse o Deputado Sargento Isidório, cozinham com lenha, com carvão, cozinham com material que não é seguro para o cozimento. E outras matérias que nós, com certeza, traremos aqui para esse debate. Eu me sinto muito feliz e contemplado, aqui, de poder iniciar.

Sr. Presidente, em vista desse escopo, dessa experiência já adquirida ao longo desses anos, entendo que nós devemos fazer as nossas audiências públicas. Agradeço já a aprovação desse requerimento para que a gente possa consolidar da forma mais rápida possível, dentro do que permite o calendário nosso, aqui, e entregar à população brasileira – não só ao Governo Federal, mas a toda a população – um grande instrumento de distribuição não só de renda, mas de distribuição de energia justa e barata.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Agradecemos ao Relator da Medida Provisória 1.313, Deputado Hugo Leal.

Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não há mais nenhum Parlamentar inscrito.

Encerramento.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos.

Cumprida a finalidade, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 08 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1313, DE 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quinze horas e dois minutos do dia doze de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 1313, de 2025 com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Efraim Filho, Carlos Viana, Professora Dorinha Seabra, Marcos do Val, Angelo Coronel, Eduardo Gomes, Weverton, Leila Barros, Mecias de Jesus, Laércio Oliveira, Hugo Leal e Carlos Zarattini, e ainda dos Senadores Plínio Valério, Eliziane Gama, Sérgio Petecão, Augusta Brito, Styvenson Valentim, Hamilton Mourão, Jorge Seif e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Marcelo Castro, Cid Gomes, Marcos Rogério, Beto Faro, Dr. Hiran, Nelson Barbudo, Damião Feliciano, Moses Rodrigues, Doutor Luizinho, Isnaldo Bulhões Jr., Julio Cesar Ribeiro, Rodrigo Gambale, Pedro Campos, Pastor Sargento Isidório e Mário Heringer. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 1/2025 - MPV 1313/2025, de autoria Deputado Federal Hugo Leal (PSD/RJ). **Finalidade:** Debater a Medida Provisória nº 1313, de 2025. **Participantes:** Edie Andreeto Junior, Diretor do Departamento de Combustíveis Derivados do Petróleo do MME; Analúcia Faggion Alonso, Diretora de Programas da Secretaria-Executiva do MDS; Daniel Maia Vieira, Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); Marcelo Cavalcanti, Superintendente Adjunto de Derivados de Petróleo e Biocombustíveis da EPE.; Marcelo Viana Paris, Superintendente Nacional da Caixa Econômica Federal; Antônio Hobmeir Neto, Diretor de Gestão de Infraestrutura de TIC da Dataprev; Sergio Bandeira de Mello, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (Sindigás); José Luiz Rocha, Presidente da Associação Brasileira das Entidades de Classe das Revendas de Gás LP (ABRAGÁS); Luiz Henrique Marchetto Tavares, Representante do Instituto Nacional de Apoio ao Setor de GLP (INAGÁS); e Leonardo Luiz de Freitas, Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo (FETRAMICO). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Lido o Requerimento nº 2/2025, de autoria do Senador Nelsinho Trad. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1313, de 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2025/11/12>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista da Medida Provisória 1.313, de 2025.

Objetivo e diretrizes da reunião.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a Medida Provisória 1.313, de 2025, em atenção ao Requerimento 1, de 2025, de autoria do Deputado Hugo Leal, nosso Relator, que está aqui ao meu lado direito.

Esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Comunico que, devido ao número de convidados, faremos um rodízio dos convidados na mesa. Assim, ao final de cada exposição, peço que cada convidado retorne ao seu assento original no plenário para que possamos dar lugar ao próximo convidado, e assim sucessivamente.

Na exposição, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos, logicamente prorrogáveis ao tempo da sua conclusão. A palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários no final das exposições.

Convido para, inicialmente, tomarem lugar à mesa os seguintes convidados: Edie Andreeto Junior, Diretor do Departamento de Combustíveis Derivados do Petróleo do Ministério de Minas e Energia; e Analúcia Faggion Alonso, Diretora de Programas da Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

De pronto, passo a palavra para o Sr. Edie Andreeto Junior, representante do Ministério de Minas e Energia.

V. Sa. tem dez minutos.

O SR. EDIE ANDREETO JUNIOR (Para expor.) – Boa tarde a todos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos colocar no modo de apresentação. Obrigado.

Quero falar rapidamente sobre a motivação de toda esta política, que a gente entende meritória e que vem a resolver um problema da pobreza energética, para contextualizar.

A gente tem já um grande percurso nessa base legal preliminar, desde a Medida Provisória 1.313 até a regulamentação pelo Decreto 12.649 e a portaria interministerial que determinou os preços de referência iniciais para o programa.

A grande evidência que nos motivou a buscar uma solução para o problema da pobreza energética foi a observação do aumento do consumo da lenha e uma certa estagnação do acesso das famílias ao GLP.

Rapidamente aqui, é a gente alcançando o objetivo de erradicação da pobreza energética, de satisfação das necessidades energéticas com qualidade e preço módico, de tal sorte que a gente venha, então, a contemplar esse Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, de acesso confiável, sustentável e moderno a preço acessível à energia para todas as classes.

Numa análise estatística rápida, a gente observa a cocção de famílias de baixa renda com biomassa nessa distribuição pelos estados, dados de 2022: 2,3 milhões de domicílios de baixa renda cozinhavam principalmente com biomassa.

Estes diagnósticos trouxeram elementos de evidências para nós traçarmos um rumo em relação a essa política: 35 milhões de famílias usam lenha ou carvão em substituição ao gás doméstico; o preço médio do botijão, à época, era de R\$107; o Auxílio Gás pagou, em 2024, seis botijões anuais para 5,6 milhões de famílias via cartão do Bolsa Família; e a demanda com tendência de queda no período pós-pandemia.

Numa solução inicial, o Estado estabeleceu essa modalidade vigente, sob gestão do MDS, e a proposta seria de uma nova modalidade, que seria a forma de gratuidade para acesso à recarga dos botijões.

Quando é que a destinação específica é recomendada? Desformatou um pouco lá, mas podem ver: nos problemas em que há falta de informação dos consumidores para tomar decisões, com o objetivo de induzir mudança de comportamento específico. Então, é a falta de informações





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

para tomar a decisão na escolha do energético e é para induzir a mudança do comportamento específico da utilização da lenha. São os destaques, no caso da pobreza energética, que a gente busca solucionar com esta política.

Nós temos, nas fontes de suprimento desse energético, 58% oriundos do refino, 25% de importação, 16% de UPGNs e 1% de centrais petroquímicas, distribuídas espacialmente naqueles pontinhos que os senhores veem no mapa.

A participação do refino se dá com 87% – em torno de 87% – do GLP nacional, produzido por essas sete refinarias.

O consumo tem uma característica mais ou menos de estagnação, com crescimento de 2,1% registrado no Brasil em 2024.

A participação no fornecimento primário tem essa distribuição com predominância da Petrobras, como proprietária. Na distribuição, nós temos uma estrutura em que quatro distribuidoras detêm em torno de 90% do mercado, com uma dependência externa em torno de 25% no ano de 2024.

Aqui, rapidamente, é mais ou menos uma síntese daquela tabela, para uma visualização gráfica.

Na logística, nós temos nove centros de destroca e sete bases de destroca, com essa configuração espacial no país. Essa logística permite a intercambialidade dos vasilhames, para que possa ser feito o novo enchimento; é uma logística inexorável para possibilitar a intercambialidade.

A gente chegou ao desenho para uma proposta que iria alcançar o pagamento vinculado à compra de botijão de gás liquefeito de petróleo às famílias beneficiadas, para que a destinação fosse específica, com o critério de elegibilidade.

Os agentes principais envolvidos nessa articulação institucional para a solução desse problema foram MME, Caixa Econômica, ANP, MDS, Ministério da Fazenda e Receita Federal. Cada tem o seu papel: o MME, como gestor da política, fiscalizador e contratante; o MDS, também como um gestor do Cadastro Único, responsável pela transferência financeira do auxílio; o





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério da Fazenda, na parte de precificação, coleta de informações de notas fiscais para que tenha governança e acurácia na apuração dos preços de referência; a Caixa, que é o grande operador, o contato corpo a corpo com as revendas, viabilizando essas operações; e a ANP, com o auxílio na fiscalização compartilhada, para que a gente possa ter o controle desse programa.

A gente estabeleceu dois grupos básicos: famílias elegíveis com dois ou três integrantes, com quatro acessos por ano; e famílias elegíveis com quatro integrantes ou mais, com seis vezes por ano de acesso ao benefício.

As variáveis centrais são os preços de referência do GLP e a adesão das revendas, que são os grandes operadores da entrega, da jornada do cidadão no alcance ao benefício final.

E, na operacionalização, a gente tem, basicamente, esse fluxo de a Caixa realizando o cadastro dos revendedores e estabelecendo o fluxo de pagamentos. Então, nesses dois blocos de cadastro da revenda e geração de folha e de disponibilização e utilização do benefício, é vinculado sempre às regras do preço de referência, aos papéis para geração de público elegível, à reserva e utilização orçamentária, à escalabilidade do público e ao prazo de operacionalização.

Aqui, é a maquininha que vai ser utilizada pelo programa para fruição do benefício.

Aqui, eu acho que já falei disso – posso até passar.

E aqui são os fatos que foram integrantes de um cronograma para estabelecimento do que já foi decorrente da Medida Provisória nº 1.313...

(Soa a campanha.)

O SR. EDIE ANDREETO JUNIOR – ... que foram o decreto regulamentador, a portaria de preço de referência, o contrato com a Caixa Econômica – que já está celebrado, e ela está realizando o cadastro –, a validação do termo de compromisso que ainda está em curso – até solicito a cooperação do pessoal das distribuidoras – e o convênio que está em fase de celebração com a ANP.

Bom, vou concluir com a estrutura do novo departamento do MME que vai cuidar dessa política, o Departamento de Políticas Sociais para o GLP, denotando a importância que isso ganhou em termos institucionais. Está aprovada a estrutura, com *vacatio* até dia 21.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o agradecimento aos senhores pela paciência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Agradecemos ao Sr. Edie Junior.

De pronto, passamos a palavra para a Sra. Analúcia Alonso, por dez minutos.

A SRA. ANALÚCIA FAGGION ALONSO (Para expor.) – Boa tarde.

Obrigada pelo convite. Agradeço na pessoa do Senador...

Ah, mudo para cá? *(Pausa.)*

Boa tarde.

Obrigada.

Agradeço o convite de todos.

Na pessoa do Senador, cumprimento as autoridades e os senhores, por estarem todos aqui. A plateia está cheia de pessoas interessadas, com certeza, para dar avanço a esse programa.

Queria começar falando do Governo Federal, com esta iniciativa numa plataforma integrada entre dois ministérios grandes, de grande relevância no país, que juntam as mãos e topam fazer um programa juntos. Isso é um desafio em si bem importante. Então, as nossas falas são muito juntas, porque o programa está sendo feito, construído e acompanhado com muito carinho, com muita dedicação de todos nós.

O programa tem um objetivo claro. No MDS, as políticas sociais são políticas focalizadas, que estão prontas para atender a uma população que está sofrendo ou que está excluída de algum direito. E, neste momento lá, a gente está falando da pobreza energética e da segurança alimentar. Nesse cenário, como o Edie acabou de apresentar, os indicadores ainda são alarmantes das pessoas que não conseguem ter uma cocção limpa. E isso reflete na saúde das crianças e das mulheres, principalmente, com a fuligem da lenha queimada e as queimaduras... Então, é um cenário urgente de ação no país, para sair desses indicadores que nos colocam arriscando a situação das famílias.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

São três grandes pilares nesse programa.

O primeiro pilar é a redução da diferença regional. A gente tem uma diferença regional no preço do gás, e, agora, esse programa traz essa regionalização para a gente garantir o acesso à recarga do gás a todos, independente do estado em que você esteja. Esse dado é do domicílio, da família, porque a gente precisa garantir a entrega para a família. São elas que nós temos o objetivo de atender.

O segundo pilar é a questão da garantia de se ter a entrega do gás em todos os lugares. Então, a população mais vulnerável que está enfrentando esse desafio não está na avenida central. A gente sabe onde ela está, a gente sabe quem são eles. Então, essa focalização vai ajudar a gente a garantir que a gente tenha entrega nesses lugares. Esse é um segundo pilar do programa.

E o terceiro pilar é a equidade. Neste momento, a gente traz essa referência do estudo que mostrou que as famílias têm o gás, mas elas não conseguem fazer a recarga a tempo, porque a família é grande, precisa cozinhar todos os dias, não dá tempo de carregar, e, então, tem que lançar mão de outras formas para a cocção. Então, as famílias maiores recebem mais recargas, e a gente garante a equidade para que todas tenham. Nesse sentido, o programa avança multiplicando por três. A gente sai hoje de 5 milhões de famílias e vamos a 15 milhões de famílias. Nesse sentido, como há uma equidade e há uma redistribuição, a gente consegue fazer isso sem o impacto orçamentário, o que é muito importante no cenário de desenho de uma política social.

São três objetivos claros. Política social é política focalizada, política social tem efetividade, tem que ser acompanhada e tem que atender a isso. Então, não é uma política ao léu; é uma política que precisa atender. A gente vai conseguir, com esse desenho, acompanhar se essas famílias estão com melhor condição de fazer a sua cocção, diminuindo as questões de risco à saúde.

Nesse sentido, o MDS fez o dever de casa. Além da Caixa Econômica Federal, a empresa de tecnologia do Governo Dataprev está presente nesse programa. Ela é responsável pelo modelo de gerenciamento e monitoramento para os beneficiários. Nesse sentido, a gente também tem um aplicativo que vai atender ao beneficiário. Esse beneficiário é um beneficiário que já usava gás, como a gente sabe, mas que não conseguia fazer a ação. Então, ele é uma pessoa que precisa





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser incluída. Então, o meu apelo aos nossos novos parceiros das revendas e distribuidoras que vão acolher essas pessoas que estão vivendo numa situação de mais vulnerabilidade e que precisam mudar essa situação de vida. E isso é um apoio da sociedade toda. Sair desse cenário no Brasil é um trabalho coletivo, é um trabalho de todos. Então, a gente entrega um aplicativo para o beneficiário, que acompanha *online* as recargas, como estão sendo feitas, onde estão sendo feitas. Temos um painel de monitoramento que vai acompanhar todas essas operações. E a gente faz a focalização a partir dos estudos e da tecnologia do MDS, que está, há 20 anos, trabalhando com mapeamento e identificação de quais são as situações que precisam ser superadas no país em termos de vulnerabilidade social e econômica, em que está envolvido esse programa.

O Edie apresentou as informações, como as questões legislativas, de normas. O MDS já publicou em conjunto o decreto, a gente já tem a portaria de gestão que nos apoia nessa implementação. E a gente vai começar com um piloto, agora, em novembro. E seguimos ampliando esse cenário para atingir, em março do ano que vem, a nossa meta de 15 milhões de famílias com os vales para retirar a recarga do gás.

Nesse sentido, é importante entender que tem uma mudança na política, porque não é um dinheiro para o beneficiário, esse é um vale-recarga e tem um prazo de validade. Então, a gente vai ter que ensinar às pessoas que tem tempo para esperar acabar o gás para poder ir até à revenda e fazer a sua recarga ou solicitar a entrega, conforme o costume da família. A dignidade dessas pessoas... E a focalização dessa política vai trazer para a gente outra forma de olhar para essa distribuição e para essas condições dessas famílias.

Eu entendo que esta Casa cheia é um sinal do comprometimento de toda a sociedade para a gente poder superar essa situação que hoje se encontra no país.

Quero dizer que, no MDS, com o processo que hoje acumula em termos de operacionalização, em termos de conhecimento da rede que está nos municípios... A gente tem um grupo de operação que envolve os estados, que envolve os municípios, que envolve o local próximo da família, para poder acompanhar, junto com o MME e com as outras autoridades, a implementação. E é resolver os problemas – não é, gente? –, porque, a partir do momento em





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que subir o programa, a gente vai começar a ver os problemas, e a disponibilidade para resolvê-los é o que faz a gente estar aqui e avançar.

Queria agradecer.

E estou à disposição de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Agradecemos à Sra. Analúcia Alonso.

Passamos já, de pronto, a palavra ao Sr. Daniel Vieira.

Pode vir para esta cadeira daqui.

O SR. DANIEL MAIA VIEIRA (Para expor.) – Boa tarde, Senador Nelsinho Trad, Presidente desta Comissão e audiência.

Cumprimento também o Deputado Hugo Leal, Relator da matéria, e o Deputado Zarattini, todos os aqui presentes, todas as presentes, colegas servidores de outros órgãos públicos, Edie, todos os agentes de mercado, representantes de sindicatos, associações. É uma satisfação reencontrá-los.

Presidente, inicio primeiro parabenizando a iniciativa do Poder Executivo – Ministério de Minas e Energia, MDS e demais órgãos públicos – pelo importante programa. A ANP teve oportunidade de participar de sua construção, considerando a relevância da atuação da agência na regulação do mercado de GLP no Brasil.

De fato, há um aspecto bastante nobre que é, além da focalização mencionada pela Analúcia, também uma tentativa de, entre aspas, "garantir o uso". Verifica-se que a entrega de um valor monetário, muitas vezes, à população mais carente aumenta marginalmente a sua renda, mas não o suficiente para garantir que ela vá usar aquela renda para comprar o GLP. Muitas vezes, ela prefere cozinhar qualquer comida na lenha do que uma água no gás e acaba direcionando o recurso para outras finalidades que não a substituição da lenha por outros energéticos muito mais saudáveis. Então, o programa busca também, de certa forma, garantir que essa população, de fato, use um energético mais limpo e mais saudável também à própria população. Isso é um grande benefício. É claro que daí surgem externalidades que precisam ser trabalhadas, por meio da própria lei e de seus regulamentos e da própria fiscalização.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O programa também traz exatamente o preço de referência também como objetivo de garantir que o Erário irá financiar esse energético no preço justo de mercado, também com a possível externalidade de não gerar algo que seria uma espécie de comércio paralelo desse gás. E aí há simulações de comercialização junto à população de que, no final das contas, está apenas havendo transações de recursos. Então, esse é um papel importante da atividade também fiscalização do programa. E aí entra o apoio da ANP ao Ministério de Minas e Energia, garantindo, portanto, o atingimento da finalidade do programa.

Eu trago, Senadores, Deputados, alguns pontos de destaque em relação ao papel da agência.

O primeiro deles, importante, é o compartilhamento da nossa base de dados das revendas autorizadas. A agência tem o papel de autorizar a atividade de revenda de GLP. Temos uma série de informações sobre essa revenda – localização, composição, produtos vendidos, classes também dessas revendas –, e o compartilhamento dessa base de dados com os órgãos gestores da política é importante, porque somente essas revendas autorizadas é que poderão ser credenciadas no programa. E esse compartilhamento precisa ser, de fato, permanente, porque a agência rotineiramente revoga autorizações ou interdita revendas, e é importante que o órgão gestor tenha acesso a essa informação no momento, para evitar, de fato, que elas continuem credenciadas. Esse é um trabalho que temos feito em conjunto com o MME e a Caixa Econômica para viabilizar esse compartilhamento de dados.

Outro ponto importante de atuação da agência é a parte do preço de referência. Nós não temos a competência por defini-lo. O Edie comentou: é uma atuação conjunta do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Fazenda. Cabe à ANP compartilhar com essas instituições as pesquisas de preço semanal. É lógico que essa nossa pesquisa de preço tem limitações, ela não é representativa de pequenas localidades, pequenas cidades, e aí é um ponto de atenção. A medida provisória traz a importância do compartilhamento de documentos fiscais da revenda credenciada com os órgãos públicos, inclusive a ANP. Esse é um ponto que busca, sim, melhorar a calibragem desse preço de referência. Porém, há, de fato, alguns aspectos de bastante atenção no desenvolvimento dessa política pública em relação ao preço de referência. A agência, desde a discussão com o Poder Executivo, alertava para a sensibilidade em relação ao preço, em razão do risco de o preço de referência tornar-se, na verdade, um piso em determinadas localidades, por





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser um patamar acima do preço de mercado – e isso pode trazer prejuízo aos consumidores e ao Erário, no caso da política pública –, ou até, na verdade, pelo preço de referência desincentivar o credenciamento de revendas, por ser abaixo de um preço de mercado e, portanto, prejudicar os consumidores, prejudicar o programa e, dentro do ambiente concorrencial em determinadas localidades, poder até prejudicar o mercado de GLP como um todo, para além do próprio programa. Esse foi um ponto de atenção e, portanto, esse é um ponto nevrálgico, eu diria, para o sucesso da política pública a cargo do Ministério de Minas e Energia com o Ministério da Fazenda. Neste momento, a ANP tem a total disponibilidade de compartilhar o levantamento de preço, ter acesso aos documentos fiscais das redes credenciadas. Aí uma limitação não é de toda a revenda de GLP no Brasil, mas apenas das credenciadas. E a depuração dessas informações é relevante. Já chegaram para a gente informações de que o preço estaria baixo, que considerava atacadistas – e atacadistas já têm preço mais baixo do que uma revenda na ponta. Então, precisaria depurar o tipo de nota fiscal. Esse trabalho, de fato, é um trabalho bastante relevante dessa política.

E, por fim, é a própria fiscalização, como comentei. O papel de fiscalizar a política pública em si não é do regulador, o regulador fiscaliza o mercado regular, esse é um papel que ficou a cargo do Ministério de Minas e Energia, claro, com a ANP podendo apoiar essa atribuição. Esse é um ponto importante do ponto de vista legal, porque a referência à lei de penalidades da agência precisa, sim, estar atrelada à competência da agência em fiscalizar, sancionar essas revendas credenciadas, não apenas o apoio ao ministério, mas também avaliar a correta tipificação da infração, se lá existe na lei de penalidades e se é suficiente para reprimir condutas que se quer reprimir por parte da revenda. Esse é um ponto de extrema atenção que a ANP traz em colaboração.

E diria que, apenas por fim, está em curso, na ANP, uma revisão da atual regulamentação do mercado de GLP. É lógico que qualquer nova política pública sobre aspectos econômicos no nosso país traz para a agência o dever de avaliar possíveis reflexos na sua regulação posta ou na própria regulação que está em estudo. No caso, essa política pública é, sim, algo que já está em vigor, e a agência está atenta para avaliar eventual reflexo do que está em estudo na agência a partir da edição dessa política pública. Nós ainda estamos, Presidente, Deputados, em uma fase de estudos, de fato. Nós já publicamos o relatório de análise de impacto regulatório, em que





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

definimos uma alternativa regulatória, mas ainda estamos elaborando uma minuta de regulamento que traz todo o detalhamento operacional dessas alternativas, para que, de fato, possam vir a público os detalhes desse modelo operacional que a agência busca regulamentar, passando por consulta pública, audiência pública, diversas reuniões e *workshops*, que já fizemos previamente no relatório de AIR e ainda iremos fazer no contexto da minuta de ato regulamentar. Não temos dúvidas de que se trata de uma competência típica de regulação de mercado de uma agência reguladora. O modelo atual é uma opção regulatória, e o que está em discussão são outros modelos.

Acho que – na verdade, tenho certeza – o que baliza essa nossa revisão da regulamentação são aspectos que a própria lei já traz, como segurança de pessoas e instalações, segurança ao abastecimento nacional, qualidade de produtos, inclusive do serviço oferecido ao cidadão, e também preços ao consumidor. Basicamente, como não regulamos preço, a gente busca, por meio da regulação, fomentar a rivalidade, competição em benefício dos próprios consumidores. Isso é o que baliza...

(Soa a campainha.)

O SR. DANIEL MAIA VIEIRA – ... conforme previsto na própria lei.

Faço esse comentário, deixando claro que os reflexos dessa política pública na regulação em estudo também é objeto de atenção por parte da ANP.

Agradeço mais uma vez o convite e a nossa participação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Agradecemos, Sr. Daniel Vieira.

Passamos a palavra ao Sr. Marcelo Cavalcanti, por dez minutos.

O SR. MARCELO CAVALCANTI (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Início minha fala cumprimentando aqui V. Exas. e agradecendo o convite feito à EPE.

A EPE é uma empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia. E, ao longo dos últimos anos, nós desenvolvemos vários estudos que deram suporte a políticas públicas, tais como esta que está sendo dialogada hoje para a implementação da Medida Provisória 1.313.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou começar compartilhando alguns dos estudos mais recentes, muito rapidamente, para poder depois chegar ao mais afeto à medida provisória, que é uma parte do acompanhamento – o Edie já nos deu aí até uma primeira parte.

De fato, é uma empresa pública vinculada ao MME, contribui com estudos e estatísticas em prol da sociedade, ajudando a reduzir a assimetria de informação, sempre olhando uma transição energética aderente às potencialidades e às vantagens comparativas e competitivas do país.

Entre os seus principais estudos, estão aqui o PDE, um plano decenal, e o plano nacional, que é mais para longo prazo. A gente tem aí médio e longo prazo, o que abarca um olhar de oferta, demanda, preços, entre outros itens que afetam indiretamente aqui a política. Então, a EPE é um braço técnico trazendo informações a toda a sociedade.

Para o curto prazo, a gente também tem um trabalho específico que envolve o GLP e analisa a projeção de curto prazo. Isso tem ajudado, principalmente desde a pandemia, o olhar do próprio mercado, o olhar mais imediatista de curto prazo, e até o apoio à agência, ao Diretor Daniel, entre outros diretores que, às vezes, utilizam as informações da EPE.

Outros estudos aleatórios que nós fazemos envolvem notas técnicas que envolvem temas como precificação, que, mais uma vez, alimentam e dão suporte ao conhecimento e à bagagem que, depois, o MME... Esses estudos estão públicos e mostram cada composição de preço do GLP. E isso ajuda a olhar, inclusive, questões regionais.

A título de exemplo, também teve esse estudo lançado recentemente sobre os impactos tributários no mercado brasileiro de GLP, que mostrou, por exemplo, questões regionais... Não sei se consigo mostrar aqui... Não, não consigo, mas mostro ali, por exemplo, o impacto da mudança tributária que nós tivemos, da monofasia do ICMS, e o impacto sobre o consumo. Minas Gerais, por exemplo, foi altamente impactada com a mudança tributária e a uniformização que foi colocada em torno da monofasia do ICMS. Isso reduz a ineficiência logística, aumenta a eficiência alocativa, e outras distorções de consumo também são afetadas.

E, mais propriamente, envolvendo o assunto relacionado à política social, a EPE lançou o Observatório Brasileiro de Erradicação da Pobreza Energética (Obepe). Nem é a minha área que atua tão diretamente no Obepe, é a Superintendência de Estudos Econômicos e Energéticos, cuja





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Superintendente é a Carla Achão, mas ela compartilhou comigo alguns eslaides, que eu trouxe aqui para mostrar para os senhores e senhoras, que envolvem esse tema.

A primeira coisa é definir exatamente o que é a pobreza energética. Tem outros estudos feitos pela área, notas técnicas, mas, basicamente, a pobreza energética é algo multidimensional. Você tem várias dimensões energéticas para tentar marcar, socioeconômicas, geográficas, culturais, e é importante ter esse conhecimento para a aplicação mais direta da política pública. Basicamente, a pobreza energética é a situação em que domicílios ou comunidades não têm acesso a uma cesta básica de serviços energéticos ou não têm plenamente satisfeitas as suas necessidades energéticas. E há um caminho, um rumo à erradicação da pobreza energética, em que a gente sai da pobreza extrema e chega, degrau a degrau, até a satisfação de todas as necessidades energéticas, com qualidade e preços módicos.

E como é o nosso consumo hoje? Não sei se está no conhecimento de todos, mas o consumo residencial por fonte e uso na cocção tem, sim, o GLP como uma grande fonte energética, com mais de 20% do consumo, mas ainda tem muitos domicílios que consomem biomassa, lenha ou carvão vegetal, que juntos perfazem quase 30% do consumo de energia para essa finalidade. Então, tem um vasto mercado para essa política. Grande parte desse montante é por questão social. Acho que é nisso que a gente tem que trabalhar. E, dentro do observatório que a EPE estabeleceu, que a gente montou este ano, a gente vai trabalhando essas estatísticas e crescentemente contribuindo, ainda mais, para apoiar a sequência da política social.

As diferentes realidades energéticas também são postas nesse gráfico. Cada 10% da população está grifado ali em D1, D2... Vê-se claramente que o percentual mais pobre da população – eu não consigo botar o *pointer* ali, mas é o D1 – tem um maior consumo de fontes energéticas convencionais – lenha ou carvão vegetal –, que são justamente o alvo da Medida Provisória 1.313. Essa é uma realidade que fica muito aplicada. E, como já dito anteriormente, isso afeta a saúde mais diretamente das mulheres e das crianças, que estão mais diretamente em casa também. As fontes convencionais são decrescentes em função da renda. Até há consumo de lenha ou carvão, mas é outro tipo de uso, diferente do das camadas sociais que mais necessitam desse apoio. E, ao contrário, há as fontes modernas que crescem em função da renda também.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais recentemente, a própria Superintendência de Estudos Econômicos e Energéticos, sobre a qual comentei aqui, da Carla Achão, publicou este Diagnóstico sobre a Carência de Acesso ao Cozimento Limpo no Brasil. Eu recomendo uma visita a esse documento, que fala, entre outras coisas, que o uso da lenha para cozimento no Brasil alcançou 4,5 milhões de domicílios em 2023, com um percentual elevado ali nas Regiões Norte e Nordeste, com as suas localizações também, entre rural e urbano, bem diferenciadas em cada unidade federativa, o que permite um olhar dessas estatísticas, em uma aplicação futura, em um acompanhamento futuro, a respeito dessa e de outras políticas que sejam relacionadas a esse tema.

Além disso, o Obepe, o observatório, permite observar também a carência das principais fontes modernas para cocção – de novo, muito centrada ali nas Regiões Norte e Nordeste, mas não exclusivamente –, bem como a população que está nessa situação; e também contrapor aí com o preço, comentado pelo Diretor Daniel, que a ANP disponibiliza e que também entra no contraste das análises estatísticas.

Bom, aonde a gente chega com isso? Basicamente, quero reforçar que a transição energética justa e inclusiva e a erradicação da pobreza energética são compromissos assumidos no G20.

Ambas trazem desafio ao planejamento energético e estão sendo consideradas no cenário do PNE, que é o plano de longo prazo.

A pobreza energética, reforço aqui, é multidimensional. Ela tem dimensões de acesso à própria fonte, de acesso...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELO CAVALCANTI – ... ao bem, de acesso... Enfim, é multidimensional, e a sua erradicação vai além das metas da Agenda 2030.

É necessário definir e monitorar indicadores dessa pobreza energética para apoiar o planejamento energético e a formulação das políticas para essa erradicação no Brasil.

Fico por aqui.

Volto a agradecer aqui a participação, a oportunidade de a EPE contribuir nesse diálogo.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fico à disposição de novos convites.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Agradecemos ao Sr. Marcelo Cavalcanti.

Passo de pronto a palavra ao Sr. Marcelo Paris pelo tempo de dez minutos.

Quero agradecer a todos os expositores por estarem obedecendo ao tempo de dez minutos cada um.

O SR. MARCELO VIANA PARIS (Para expor.) – Boa tarde, boa tarde a todos.

Eu queria começar também agradecendo à Mesa e a todo o plenário que está aqui presente para a discussão desta política pública tão relevante; e também agradecer o convite à Caixa. A gente está à disposição tanto para esta apresentação como para eventuais necessidades futuras também.

Uma vez que muito da fundamentação do programa já foi apresentada, eu vou trazer minha fala em relação ao modelo operacional que está sendo desenhado para a operação desta política pública, para a operação do Gás do Povo.

Dentro da Caixa, a gente precisou também desenvolver um arranjo de pagamentos novo para essa política, uma vez que o Gás do Povo inovou em fazer um pagamento de um benefício social sem transferir necessariamente o recurso financeiro ao beneficiário, e aí, a gente, sim, está concedendo um direito – que é o direito à gratuidade – e não mais fazendo repasse dos recursos financeiros direto ao beneficiário. Para isso, a gente precisou desenhar um modelo, um arranjo de pagamento diferenciado para essa operação.

Ele começa com a adesão da revenda. Já foi comentado aqui o papel que os revendedores de gás têm nesse processo todo, eles são parte fundamental dessa nova política, e esse papel começa com o credenciamento no Gás do Povo, um credenciamento que é realizado a partir de um *síte* disponibilizado pela Caixa.

O que a revenda precisa, inicialmente, para fazer a adesão ao programa? Inicialmente, ela precisa estar autorizada pela ANP, o Diretor Daniel já apresentou isso também, como é que esse





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

modelo funciona; e, em segundo, ela precisa também estar com condição regular na Receita Federal. Esses dois passos, esses dois pré-requisitos são fundamentais para que, então, ela acesse o *site* da Caixa, que é o gaspovo.caixa.gov.br, e inicie o processo de credenciamento ao programa. Uma vez que ela tenha credenciado – e esse credenciamento é disponibilizado para todas as revendas que estão credenciadas e cadastradas na lista da ANP e também é voluntário, é uma decisão particular de cada uma das revendas –, ela faz esse cadastro no *site*, realiza todo o passo a passo que está ali disponibilizado, faz a abertura de conta numa agência da Caixa e, a partir daí, já pode acessar e fazer o pagamento dos programas.

Em um segundo momento, a gente recebe também – em parceria com o MDS, a Diretora Analúcia apresentou também, lembrando também a participação da Dataprev nesse processo – a geração da folha de pagamentos. Então, a gente recebe uma folha com os beneficiários que foram escolhidos e elegidos para esse programa. Essa eleição é feita a partir de critérios determinados pela política, e a operação é feita pelo MDS, em conjunto com a Dataprev. A gente recebe essa folha de pagamentos e disponibiliza essa informação para todos os beneficiários. Essa informação fica disponível nos canais da Caixa e também no aplicativo do programa, como já foi mencionado aqui. O beneficiário pode consultar se ele tem acesso ao benefício a partir desses canais digitais ou também via telefone. A gente precisa sempre lembrar: a Caixa sempre preza a maior acessibilidade possível aos recursos e ao pagamento. Então, canais além dos digitais também são disponibilizados. A gente realiza o processamento e disponibiliza as informações para que os beneficiários consumam e localizem uma revenda mais próxima da sua casa que tenha feito adesão ao programa, para que a recarga do botijão seja feita. Então, na revenda, ele se apresenta como beneficiário.

Como é que ele se identifica? São duas modalidades possíveis. Pode ser um cartão de conta da Caixa; qualquer cartão de conta da Caixa, incluindo o cartão do Bolsa Família, pode ser utilizado para fazer o acesso ao benefício. Ele digita a sua senha, faz a identificação e, a partir dali, utiliza a sua gratuidade, a sua recarga, e vai para casa com o botijão. Há um segundo passo e segundo momento que ele pode utilizar também. Eventualmente, ele pode não ter um cartão da Caixa, não ter um cartão de conta. Então, ele pode também disponibilizar e digitar o seu CPF, receber um código no seu celular – um SMS no seu celular – e, a partir daí, está identificado e pode fazer uso da gratuidade.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, é importante que o programa seja o mais capilar possível, e é para isso que a gente disponibiliza meios que não sejam exclusivamente digitais. Já foram mencionados os números aqui, a Diretora Ana Lúcia trouxe: mais de 15 milhões de famílias vão acessar o programa. Então, a gente precisa ter um caminho que seja mais hábil, mais ágil para que todas as famílias o acessem.

Por fim, a Caixa também disponibiliza o valor. Uma vez que o gás foi utilizado, uma vez que foi feita a recarga no botijão, o próximo passo é que a Caixa faça o pagamento às revendas. Esse pagamento às revendas é feito em até dois dias úteis. E é muito importante ressaltar que o pagamento à revenda é feito com o valor integral do botijão de gás. Então, não existe nenhum tipo de desconto no valor que é colocado como valor de referência daquele estado. Este é um ponto bastante importante: não tem taxa de desconto. Outras dúvidas podem surgir, e a gente fica à disposição, mas eu quis reforçar esse ponto, pois eu sei que é um ponto de dúvida também. Então, o repasse do valor do botijão é integral, feito em até dois dias para a conta que a revenda cadastrou.

Por fim, é isso.

Eu pretendo deixar o meu tempo livre, até para que a gente tenha mais tempo, mais espaço para perguntas.

Agradeço mais uma vez o convite.

Fico à disposição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Agradecemos ao Sr. Marcelo Paris.

Passamos a palavra ao Sr. Antônio Neto, também pedindo para ficar atento ao tempo de dez minutos, em face do número de participantes que ainda falta para proferir a sua palestra.

Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO HOBMEIR NETO (Para expor.) – Obrigado.

Boa tarde a todos, boa tarde à Mesa, aos participantes.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E obrigado pela oportunidade de a gente poder expor a nossa participação neste programa tão valioso para a população brasileira.

Bom, primeiro, quero falar um pouquinho da Dataprev. A Dataprev é uma empresa pública federal. Ela ficou muito conhecida nos últimos anos, mas é bom a gente sempre reforçar o nosso papel nessa composição junto com a gestão pública das políticas sociais. Nós somos uma empresa de aproximadamente 3,5 mil colaboradores. Temos mais de 400 serviços sendo prestados para os nossos clientes e operamos em cima de *data centers* próprios – três *data centers* certificados Tier III, que é uma certificação internacional de melhores práticas para provimento de serviços.

Bom, mas eu acho que o grande valor aqui que a gente precisa falar...

Eu não estou conseguindo passar aqui, gente. *(Pausa.)*

Aí, foi.

O que acho importante a gente mensurar: qual é o grande papel da Dataprev nessas políticas públicas? A Dataprev tem 51 anos e vem se especializando desde então a conseguir não só concentrar informações, mas qualificar informações para que o acesso ao serviço público, o acesso às políticas públicas seja mais rápido, assertivo e ágil. Então, nós temos aqui um grande ecossistema de dados que tem trazido para nós uma grande capacidade de prestar serviços públicos de uma maneira muito mais próxima do cidadão, através de dispositivos *mobiles* ou outras plataformas, evitando que essa população tenha que se deslocar a instituições públicas.

E isso a gente consegue demonstrar nos grandes números. Os três principais aplicativos que nós operamos: o Meu INSS; a Carteira de Trabalho da Previdência Social Digital; e o CadÚnico. Nós temos aí, por exemplo, no Meu INSS, mais de 100 milhões de acessos todos os meses. São 100 milhões de pessoas que conseguiram – ou de acessos, pode ter repetição de pessoas ali – acesso ao seu serviço público sem precisar se deslocar. Da mesma maneira, na Carteira Digital, são 113 milhões de pessoas, acessos/mês; e o CadÚnico, já batendo em 2,6 milhões de acessos/mês. Então, qual o poder de ter essa quantidade de dados e dados qualificados em que a gente consegue fazer a tomada da decisão e a entrega do serviço público? Um exemplo clássico foi o auxílio emergencial. Seis dias depois da publicação da lei, nós começamos a fazer as





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

primeiras entregas de parcelas pagas do auxílio emergencial. Houve, então, em torno de 118 milhões de pessoas que se cadastraram dentro dessa plataforma e conseguiram ter acesso a esse direito. Então, isso demonstra o quão valoroso é a gente manter esses dados concentrados, qualificados.

E nós vamos ver isso também agora no Gás do Povo, em que a operacionalização acontecerá de maneira automática, sem necessidade de o cidadão ter que se deslocar a uma unidade para ter acesso a esse direito.

Qual o papel da Dataprev nisso? É operacionalizar a elegibilidade e a seleção das famílias. Por isso, é tão importante ter uma base sólida e confiável de informações. Nós vamos garantir também a troca de informações seguras com o Ministério do Desenvolvimento Social, a Caixa e o MME. Nós vamos permitir também a consulta do seu auxílio do Gás do Povo ao responsável através do aplicativo, ou seja, a pessoa não vai precisar se deslocar a nenhuma unidade federal de alguma instituição para entender se tem ou não tem direito a esse benefício; e também permitir toda a gestão das informações, a governança desse programa para o MDS. Então, esses são os principais papéis nossos.

Como é que funciona o macrofluxo do processo em que a gente está inserido? Primeiro, a elegibilidade. Então, a Dataprev está focada muito em selecionar as famílias que são elegíveis para o programa, trazer esse recorte do CadÚnico de forma automática para o MDS poder fazer a seleção das famílias que participarão do programa e depois isso ser encaminhado para a Caixa para que possa ser feita a operacionalização efetivamente da entrega do botijão lá de acesso ao direito para o cidadão. Tudo isso vai ser controlado e vai ser governado com as plataformas providas pela empresa. E também vamos fornecer aplicativos para que o cidadão possa ter acesso a essas informações de uma maneira muito célere e transparente.

Quais são os próximos passos que a gente está acompanhando do projeto? São a entrega do primeiro lote agora, na próxima sexta-feira, para a Caixa para começar a operacionalização da entrega dos vales lá para o dia 24, que será sexta-feira da semana que vem; e, já a partir do dia 17/11, segunda-feira próxima, a disponibilidade do aplicativo e da capacidade do responsável pela família de acompanhar se tem o seu direito, o seu vale disponibilizado pelo programa.

Eu acho que, de forma sucinta, esse é o papel da Dataprev.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também não quero me aprofundar muito, mas abrir espaço para perguntas no final.

E agradeço mais uma vez a participação.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Agradecemos ao Sr. Antônio Neto.

Passamos a palavra ao Sr. Sergio Bandeira de Mello, por dez minutos.

O SR. SERGIO BANDEIRA DE MELLO (Para expor.) – Obrigado a todos. Obrigado ao Senador Nelsinho Trad, como Presidente desta Comissão Mista; ao Relator Hugo Leal; e também ao Vice-Presidente, Deputado Zarattini; e a mais todos os colegas aqui.

Saúdo a presença de todos na pessoa do Edie, Marcelo, Diretor Daniel, com quem já convivemos há tanto tempo, em tantas discussões sobre o mercado de GLP.

Bem, espero contribuir de alguma forma aqui.

O Sindigás foi criado em 1974, representamos esses grupos de empresas, são oito distribuidoras associadas. Esses são grandes números do setor que nos orgulham muito: nós atendemos a 100% dos municípios nacionais, nós vendemos 400 milhões de cargas de botijões por ano – e, com esse programa, a gente tem oportunidade de dar um salto maior ainda, atendendo mais a sociedade.

Aqui a gente tem um processo... O Marcelo mostrou um pouco de estudos que a própria EPE faz, que a ANP divulga, com relação à composição de preço. A gente tem vários recortes, a gente trouxe um recorte desde o fim da diferenciação de preço, início da utilização efetivamente de um preço de paridade de importação, que mostra um pouco como evoluíram os preços efetivamente para a sociedade, que saíram de R\$55 para R\$109 o botijão. É importante, mas a gente vê que a maior parcela foi efetivamente na produção.

Fala-se sempre muito sobre a questão de concentração no mercado de GLP aqui no Brasil. Trago dados aqui para mostrar que não é uma coisa ligada ao mercado brasileiro ou à regulação econômica brasileira, mas também, de forma geral, no mundo, a gente tem essa situação aqui na nossa região.

Falando especificamente sobre essa questão que nós estamos tratando aqui, parabenizando esta Casa, a gente tem efetivamente a Lei 14.237, de 2021, que nasceu, inclusive, de um projeto





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de lei de autoria do Deputado Zarattini, um dos projetos de sua autoria, e o Deputado Hugo Leal, hoje Relator desta medida provisória, foi Relator do Orçamento à época e teve que encontrar espaço no Orçamento, Presidente, para fazer valer o Auxílio Gás, numa época, tenho certeza, em que não foi fácil encontrar. A gente viu um progresso muito importante em relação ao Auxílio Gás, esse programa que hoje a gente discute aqui, que a medida provisória apresenta, que é exatamente a questão de criar essa destinação específica para efetivamente tutelar essa população mais carente, que não percebe o problema que representa o consumo de lenha. Então, acho que é muito importante o que está sendo discutido aqui e acho que o Brasil pode dar um grande exemplo.

A gente apresentou já sucessos muito importantes de programas similares a esse na Índia, na Colômbia, no Peru, com destinação específica. Uma coisa importante: sempre com sistema de *cashback*, não com sistema de valor da carga. A gente sempre preconizou... E isto é uma sugestão: a gente vai conviver com o modelo que o Governo preferir, mas a gente continua sempre insistindo que seria melhor que fosse um valor de *cashback*, um valor de desconto sobre o valor de livre mercado da aquisição, até fazendo coro aqui com o que o Diretor Daniel falou da questão de a gente não ter um preço mínimo por estado, etc. Então, seria importante mais à frente a gente ver isso, mas o importante é sair com o programa, porque temos muito para beneficiar.

Então, mais de 15 milhões de famílias, como já foi dito aqui pela Analúcia, do MDS. A gente salta de 5 milhões para 15 milhões, é um número muito importante. A gente tem um potencial de aumento de comercialização de 30 milhões de cargas, porque nós estamos falando em 65 milhões de cargas potencialmente em 12 meses cheios de programa – 65 milhões de cargas. A gente imagina que isso vai gerar uns 30 milhões de aumento de venda de cargas, isso é bastante importante.

A gente acha importante também a questão do escalonamento por família, pelo número de integrantes da família, uma ideia importante que foi trazida pelo Governo Federal, tanto pelo Ministério de Minas e Energia, como pelo Ministério da Fazenda, nas etapas iniciais de discussão do programa. Acho que isso é muito importante.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão do compromisso das distribuidoras, para deixar claro o termo de compromisso. Pode apresentar o termo de compromisso na versão final, por favor. Estamos preparados para isso.

Acho importantíssima a questão da adesão livre da revenda, ou seja, como é, a exemplo do que é já hoje, o Programa Farmácia Popular. Acho que a gente já aprendeu como sociedade, então a adesão é efetivamente livre.

A implementação em fases. Que bom que nós temos projetos-piloto. Nós discutimos isso na época em que estávamos falando sobre o 3.335. Eu tive a oportunidade de discutir com o Deputado Hugo Leal sobre o quão importante é rodar pilotos, porque vamos errar – vamos errar –, vamos sofrer, e eu acho que, enquanto a gente estiver errando num lote menor, a gente consegue aprender com os nossos erros.

A questão da Caixa, parabéns pela liquidação em dois dias e pelo não custo. É uma coisa com a qual eu sempre tive uma preocupação muito grande, eu até brincava e dizia lá no Ministério de Minas e Energia: "A Caixa é um banco, então cuidado com o que a gente vai fazer". Parabéns pelo que está se apresentando.

Acho importantíssimas – e nos colocamos à disposição, Edie, do MME, também Analúcia, do Ministério de Desenvolvimento Social – as campanhas de conscientização, porque parte dessa população não sabe do prejuízo da lenha e tem a lenha como grátis. Pode ser até perturbador, Srs. Congressistas, para alguns que receberam um benefício para substituir algo que acha que é grátis. Então, acho que é importante a gente trabalhar um programa de conscientização, para que as pessoas saibam qual é o tamanho do prejuízo que existe a elas com relação a isso, e as distribuidoras de GLP se colocam à disposição a colaborar.

Acho importantes os extratos de consumo, a gente saber efetivamente regionalmente como é que está a utilização do programa. Acho que é a oportunidade de melhorar. Os preços das portarias MMA e MF nos assustaram em alguns estados, existe um desvio muito grande em relação aos preços de pesquisa da ANP, e isso torna, para algumas revendas, muito difícil a adesão. Acho que é importante se fazer um trabalho de ajuste para aproximar mais ao preço de pesquisa da ANP, apesar das falhas da pesquisa da ANP, apesar de ser um número incompleto, mas é muito importante para melhorar a adesão, assim como nós consideramos importantíssimo





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

que tenha gatilhos, não são gatilhos de ajuste em relação às nossas margens, mas gatilhos mínimos com relação ao preço do produtor e ICMS. Nós fizemos um ato Cotepe, para 1º de janeiro, que aumenta o ICMS em R\$3, R\$4 por botijão. Isso tem que entrar na tabela imediatamente, sob o risco de que exista um desestímulo da revenda em aderir.

Algumas questões também da Região Amazônica a gente pede para que se avaliem. A dispersão geográfica é tão grande que talvez fosse o caso de se manter transferência de renda como benefício, porque efetivamente você tem em Manaus preços de R\$100 e, em localidades mais distantes, preços de R\$180, R\$200; e um preço médio para o Estado do Amazonas, por exemplo, se torna bastante difícil.

Nós achamos elogiável que não se tenha, efetivamente, *vouchers* físicos – nós já vimos, todos nós tivemos a experiência do que já foi o vale-transporte em papel, a gente sabe o que vira, no final vira moeda. Há importância também de a gente pensar na flexibilidade para se usar esse valor para a aquisição de botijões menores que 13kg – existem botijões de 5kg, 7kg, 8kg, 10kg, 13kg –, e a gente acha importante até que se estimule que tenha mais esses botijões intercambiáveis.

A gente acha também que – como no Farmácia Popular – os botijões não precisam de identificação; é um custo muito alto, mas é algo que a gente está discutindo com o Ministério de Minas e Energia, para encontrar... A ideia é não criar custos, não é nenhuma questão de não desejar identificação – acho que a identificação do ponto de venda é fundamental, mas acho que a gente aprendeu com o Farmácia Popular e é importante a gente levar em frente.

Acho que também é importante a gente reforçar uma regulação econômica que incentiva o investimento continuado em cilindros e aproveitar também e findar com...

Os Deputados, os Congressistas que estão aqui conhecem a questão da criminalização de alguns usos do GLP que não fazem mais sentido nenhum, e a gente, tendo a oportunidade de trazer o debate aqui para esta Casa – já existem projetos de lei que debatem o fim das restrições ao uso –, gostaria de também colocar sobre a mesa.

Mas aqui, no espírito mais colaborativo, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, é para colocar às empresas associadas ao Sindigás o máximo da colaboração; nós sabemos que estamos





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

– em 24 de novembro – com o início do programa, e nós vamos rodar esse programa da melhor forma possível e acompanhar o seu sucesso.

(Soa a campanha.)

O SR. SERGIO BANDEIRA DE MELLO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Agradecemos ao Sr. Sergio Bandeira de Mello.

Passo a palavra, agora, ao Sr. José Luiz Rocha, Presidente da Associação Brasileira das Entidades de Classe das Revendas de Gás LP (Abragás).

O SR. JOSÉ LUIZ ROCHA (Para expor.) – Senador Nelsinho Trad, Deputado Hugo Leal, Deputado Zarattini, demais participantes e palestrantes que me antecederam, representantes das entidades de classe que aqui estão presentes, senhoras e senhores, eu vou colocar um pouco mais de pimenta, porque a revenda vai carregar um pouco dessa carga – ou quase toda essa carga – nas costas, então nós vamos apimentar um pouquinho aí, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS. *Fora do microfone.*) – Fique à vontade.

O SR. JOSÉ LUIZ ROCHA – Bom, a Abragás é a Associação Brasileira das Entidades de Classe, nós representamos as entidades sindicais, associações e afins, em defesa dos revendedores de gás LP em todo o Brasil.

A medida provisória... No caso do vale-gás, que chega agora com a marca de Gás do Povo, sempre defendemos que as entregas do benefício fossem em produtos – isso desde o Governo anterior, nós sempre discutimos essa situação –, porque sempre entendemos que era uma forma de evitar o desvio de finalidade do benefício e para que possamos, de fato, combater a pobreza energética, uma forma em que chega realmente o produto, e não o dinheiro, para que não vá para outras situações.

Queria falar um pouco sobre a capilaridade do setor. O segmento de GLP – a capilaridade do segmento revendedor – garante o atendimento aos consumidores em 100% dos municípios brasileiros, inclusive onde não há revendas autorizadas, ou seja, existem alguns municípios no





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil que não têm revendas autorizadas pela ANP, mas eles não são descobertos por atendimento; algum revendedor atende esses municípios que não têm revendas.

Essa capilaridade é, realmente, 100% da revenda de GLP. Não são as distribuidoras que detêm a capilaridade territorial, assim como o pós-venda de GLP envasado, que também é atendido pelos revendedores, ou seja, sempre que falamos em capilaridade do setor, temos que levar em conta que somos 59 mil revendedores e que são esses agentes que estão espalhados em todos os cantos do país.

Somos incentivadores do Programa Gás do Povo, entendemos, sim, que todos os revendedores devam participar do programa, temos motivado isso, mas há no caminho alguns entraves que precisamos que sejam resolvidos; alguns já foram citados hoje, e a gente já vai falar deles na sequência.

O número de trabalhadores hoje, nessas 59 mil revendas, representa em torno de 300 mil empregos, Senador. Isso é muito importante. É um segmento que emprega muito. É um trabalho sem trégua: em alguns casos, a revenda atende 24 horas, com sol, chuva, enfim. É um setor muito lembrado nas horas de crises de abastecimento, como foi o caso da pandemia recente. Não paramos em nenhum momento, mesmo enfrentando os desafios, que não foram poucos.

Os preços publicados pela tabela do Governo: os preços esperados pelo segmento revendedor eram os preços médios estaduais divulgados conforme pesquisas da ANP, o que reflete uma média justa, mesmo que contenha pequenas distorções, digamos assim.

Já foi falado muito aqui hoje sobre a questão da média e quem participou com a gente em outras reuniões... Inclusive, quando discutimos isso na Casa Civil, com o Ministro Rui Costa e o Ministro Silveira, nós batemos muito nessa tecla de que a revenda aceitava que fosse o preço baseado no valor de pesquisa da ANP. Por que isso? A pesquisa que a ANP faz é baseada nos preços de portaria, nos preços que estão publicados naquela portaria da revenda, e isso dá o preço mais próximo da média de mercado. Mesmo que você tenha uma variação, é um valor aceitável para a revenda entregar pelo valor de mercado. Claro, já foi colocado aqui que algumas pequenas cidades, alguns locais podem, como a amostragem não é em todas as cidades... Mas é um valor aceitável pela revenda.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O prazo de pagamento também, colocando aqui... Já foi falado aqui sobre os dois dias. Aqui é importante salientar o seguinte, nós sempre pedimos D+1, que fosse um dia: "entrega hoje, recebe amanhã", por quê? Falando especificamente da Caixa Econômica, nós já tratamos disso na última reunião do Ministério de Minas e Energia, a grande maioria das pequenas revendas compra com Pix, está pagando à vista. Com esses dois dias úteis – que não são apenas dois dias, são dois dias úteis –, quando a revenda entregar um gás no sábado, ele vai receber praticamente lá na quarta-feira. Então, isso para quem paga com Pix todo dia – os pequenos – vai pesar sim e isso pode ser um desincentivo a aderir ao programa, por questão de caixa. Então, é importante a gente ter atenção nessa situação.

E esses preços divulgados trouxeram ao setor desinteresse e desmotivação para participar do programa em alguns estados, especialmente ali em Alagoas, Amazonas, Distrito Federal, Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, entre outros; e eu relatei aqui oito para vocês terem uma noção da diferença em que se tratam os preços.

O valor de referência do Governo está ali, na primeira coluna amarela. O segundo é a pesquisa da ANP. Vejam as diferenças. Em Alagoas, por exemplo, a pesquisa da ANP está R\$14 acima do divulgado pelo Governo; no Amazonas, dá uma diferença de R\$30; no Distrito Federal, R\$8. E assim vai: R\$6, R\$14, R\$9, R\$4.

E, quando você vai lá para o preço final, em pesquisas nossas, chegamos ao consenso seguinte: para o custo médio operacional de entrega na portaria da revenda nós consideramos R\$15. Em alguns estados, em algumas cidades, chega a R\$27 o custo, dependendo do modelo de negócio que aquele revendedor tem.

Então, considerando essa média, vejam vocês que, naqueles estados ali que a gente cita, a grande maioria deles está com resultado quase zero ou negativo. Então, isso desmotiva a revenda a participar. Tem que criar um modelo e, no nosso entendimento, tem que voltar para o modelo da tabela da ANP, da pesquisa da ANP, que seria um modelo mais justo, aceitável pela revenda e motivaria mais a revenda a se cadastrar. Então, esse é um ponto que é muito importante a gente avaliar.

Eu quero entrar em outra situação. Eu tratei ali o tema como a "tática do cavalo de troia social", porque as distribuidoras que estão aqui presentes estão usando a bandeira do programa





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

social Gás do Povo para embutir demandas particulares que não contribuem com o bem-estar da população, quer dizer, eles querem manter o negócio regulatório ultrapassado, que privilegia as distribuidoras em detrimento da eficiência do mercado e dos consumidores. As marcas inseridas nos botijões dos consumidores impedem a entrada de novos *players* no mercado e reduzem a competição na distribuição. Cria um alto custo operacional nas destrocas de botijões, o turismo de botijões, de que a gente vem falando há muitos anos, que gera um custo muito grande na logística reversa, além do meio ambiente, da poluição, da queima de combustível com esse transporte para cima e para baixo.

Por que esse termo citado nas 26 emendas dessa MP foi tratado por 23 Parlamentares como "a detentora da marca estampada em alto-relevo no vasilhame"? E esse termo foi inserido em 26 emendas das 133 emendas que teve essa MP. Então, vejam, é uma situação que a gente vê ali, que está existindo; usando esse programa, as distribuidoras estão tentando, de alguma forma, fazer com que se bloqueiem os futuros entrantes no mercado, ou seja, alguém que entrar no mercado...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ LUIZ ROCHA – ... alguém que possa montar uma empresa no futuro, uma distribuidora, dentro de todas as regras da ANP, se não tiver botijão próprio, mesmo que a ANP libere o envase do botijão do consumidor, não terá condição de atender o Gás do Povo, porque estará ali concluído que seria marca de alto-relevo no botijão para o programa.

Quanto à manipulação dos números, de que eu quero falar aqui rapidinho, Senador, porque já estourou o tempo, nós temos 140 milhões de botijões em circulação no país e uma demanda adicional de 3,9% ao mês para atender o Gás do Povo, e eles alegam necessidade de investimentos bilionários. Cento e quarenta milhões em circulação, vendemos 34 milhões de botijões ao mês ao longo de... Temos 106 milhões de botijões – 75% do universo de botijões – fazendo um giro no sistema logístico, no centro de destrocas, envase, revendas e consumidores. Na verdade, hoje nós temos 4,1 botijões de giro para cada carga vendida. Se aumentamos 3,9% nas vendas, teremos 39 milhões de cargas vendidas e um giro de 3,6 botijões para cada venda. Há sobra de botijões vazios nas centrais de destrocas em todo o Brasil. No nosso ponto de vista, há sobra de botijão no mercado, não há necessidade de investimento quanto ao apresentado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo caso são as narrativas que tomaram conta da mídia. Que me desculpem os presentes das distribuidoras, mas tomaram conta da mídia com muitas frases de efeito: mudança de regras de gás de cozinha, levanta alerta de segurança, risco de retrocesso, segurança em xeque, consumidor rejeita mudança, ou seja... Uma pesquisa que é divulgada todo dia, aparentemente feita com 1,5 mil pessoas, diz que 97% consideram a marca de botijão essencial para assegurar a qualidade. Quer dizer, quais foram as perguntas feitas aos consumidores? Porque, dependendo da pergunta, eu faço o resultado da pesquisa. Então, nós não podemos concordar com uma pesquisa dessa sendo divulgada como verdade, independentemente da idoneidade da empresa que pesquisou. É uma regra que não fecha a conta. Dependendo da pergunta – que eu posso direcionar –, eu posso ter um resultado totalmente diferente. Quais foram as perguntas feitas aos consumidores? Então, não são dados científicos.

E, por fim, fica aqui uma reflexão. Qual a reflexão que fica para as revendas de GLP? Nós somos 60 mil revendedores, geramos 300 mil empregos diretos, estamos apenas na busca de quebrar barreiras para sobrevivência de um segmento que vive sob a mão de ferro de um poderoso oligopólio.

Eu estou sendo transparente – falando aqui a verdade – como sempre fui, mas o setor tem que andar e tem que evoluir. Eu acho que a Agência Nacional do Petróleo está aqui e a EPE, que tem todas as pesquisas, e eu faço aqui um apelo: vocês têm que aprofundar a pesquisa sobre vasilhame no Brasil. O número estimado de vasilhames no Brasil nunca foi verdadeiro. É preciso saber onde estão circulando esses botijões e qual realmente é a necessidade de botijão para este país. Aí, sim, a gente vai ter como discutir um pouco mais, de forma mais profunda.

Então, Senador, muito obrigado. Obrigado a todos pela oportunidade.

Eu queria, ainda, fazer um pedido para vocês. Nós temos aqui o Sérgio, que é Presidente do sindicato daqui de Brasília, dos revendedores, e ele tem uma boa experiência com o Cartão Gás aqui de Brasília, que foi implantado alguns anos atrás. Se for possível, depois, passar alguns minutinhos para que ele possa se manifestar, eu deixo esse pedido.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Agradecemos ao Sr. José Luiz Rocha.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Respondendo a colocação de V. Sa., eu pediria para que fizesse a interlocução com o nosso assessor legislativo, porque nós vamos ter outra audiência pública, num outro momento, numa outra data, e aí a gente poderia convidá-lo para poder participar.

O SR. JOSÉ LUIZ ROCHA – Estou à disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Obrigado.

Com a palavra o Sr. Luiz Henrique Tavares, por dez minutos.

O SR. LUIZ HENRIQUE MARCHETTO TAVARES (Para expor.) – Olá, olá.

Boa tarde.

Falar por último tem um lado ruim e um lado bom, né, Presidente? O lado ruim é que todo mundo já falou tudo, não tem mais quase nada para eu falar da parte técnica, para não ser redundante, mas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ HENRIQUE MARCHETTO TAVARES – É, exato.

... do lado positivo, eu queria agradecer a iniciativa do programa ao Presidente, ao Relator e ao Vice-Presidente e a oportunidade de estar aqui representando o Inagás, que é o Instituto Nacional de Apoio ao Gás GLP.

Na minha fala, eu queria complementar um pouco sobre a questão de ESG, a parte transversal do projeto. A gente teve o MDS trabalhando muito forte na questão social, que é o pilar principal do projeto, tem um cunho social muito forte. O MME também trouxe uma visão muito legal de governança, com dados, números e precisões. Ficou faltando um pouco, na minha visão, o pilar ambiental. E a gente pouco trabalha, nós estamos numa época de COP. Não é coincidência; é alinhamento, é sincronicidade. E esta é a questão: o Brasil tem as suas NDCs assinadas e pouco está se fazendo para cumpri-las. Nós temos, até 2030, 35% de redução das emissões. Um programa dessa magnitude, desse tamanho e desse vigor não pode deixar de lado o pilar ambiental como foco estratégico e como foco de cuidado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu trouxe alguns números. Por favor, eu ia pedir para subir o relatório no telão, porque daí eu posso trabalhar com os números específicos. Tenho aqui em mãos também, eu posso ir lendo aqui. Vamos lá.

O Sergio Bandeira levantou bem essa informação em relação a volumes. Eu até utilizo o dado dele aqui como referência. A gente falando de 15 milhões de famílias beneficiadas, a gente pode extrapolar isso para 50 milhões de brasileiros beneficiados diretamente, quase 25% da nossa população. É realmente um programa bem abrangente e de grande impacto social.

Quando a gente traz números para acompanhar... Deixe-me passar aqui. Total de botijões: nós estamos falando de aproximadamente de 80 milhões de unidade ao ano, na circularidade entre quatro e seis por família, dependendo da quantidade de beneficiário familiar.

Quando a gente fala do total de emissões – eu fiz uma análise bem detalhada em relação à capacidade de emissão que o programa gera –, nós estamos falando de 665 milhões de toneladas de CO₂ ao ano. Esse é um dado bem relevante. Para a gente comparar aqui, para vocês terem uma ideia da magnitude dessas emissões, nós estamos falando de 330 mil carros em circulação anual, o que equivale a 33 milhões de árvores plantadas. Então, é realmente um impacto ambiental de grande magnitude também.

Do mesmo jeito que o projeto vem com uma grande magnitude no apoio do pilar social, na contrapartida do pilar ambiental está negativo. E isso precisa ser levado em consideração não como uma alteração do programa, não como uma barreira de continuidade, mas, sim, como complementar. Isso pode ser feito com um TAC ou com um ajustamento para que tenha essa relevância e a mitigação dessa questão ambiental.

Quando a gente leva em questão os *players* participantes do programa, nós colocamos o Governo Federal como incentivador, como realizador, como financiador, mas *upside down*, virando de cabeça para baixo, nós temos a revenda, que é o menor elo dentro da participação do programa, como o maior agente contribuinte do programa, porque ele precisa fazer o fluxo de caixa do programa todo antecipado. Está aqui o representante da Caixa para essa compreensão.

Então, a gente precisa fazer o pagamento, a compra, a gestão do estoque, a gestão de entrega ou de recebimento. Então, todos esses custos antecipados estão atrelados à revenda. E





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

aí a gente vê as distribuidoras com baixa participação – como a gente diria, não tem *skin in the game* por parte das revendedoras, das engarrafadoras –, e eles são os *players* que realmente são beneficiários diretos desse programa. Então, a minha contrapartida é que a gente venha a fazer uma colaboração de desenvolvimento ambiental, colocando as revendedoras – não as engarrafadoras, mas as engarrafadoras – como o agente principal para mitigar essas emissões geradas.

Então, essas emissões de CO₂, dando sequência às nossas NDCs, que são do interesse do Governo – a gente vê muito se falar, principalmente nessa época agora, sobre esses tratados que não estão sendo cumpridos –, são coisas simples.

A gente, lá pelo Inagás, tem estudos mais aprofundados, que não cabem aqui agora pelo tempo, sobre análise de impacto, mitigação para esses impactos e algumas receitas que poderiam ser adotadas por parte das companhias para trabalhar na redução voluntária.

Pelo menos nos primeiros cinco anos, eles poderiam trabalhar com uma redução de 20% das emissões geradas. Isso pode ser feito através de descarbonização, que é quando a gente evita as emissões através de biogás ou de biocombustíveis; pode ser feito através de compensação, crédito de carbono; pode ser feito através de remoção, reflorestamento de árvores. Então, todos esses são modelos já atuantes, já validados, e com sucesso, de que um programa dessa magnitude precisa ter ciência e, mais do que isso, responsabilidade – sabe, Presidente?

Então, o que eu queria trazer aqui, na minha fala, é que esse programa tem tudo para ser um programa social de maior carbono otimizado do mundo. Assim como ele tem a magnitude de ser um dos maiores programas de capilaridade social do mundo, ele precisa ter a contrapartida de descarbonização também na mesma proporção.

E aí, como eu vim falar um pouco sobre a parte ambiental – a parte técnica já foi falada –, a gente também fez o dever de casa, e eu fiz um material...

Você tem aquele segundo, por favor, só para eu colocar na tabela para finalizar rapidinho?

Eu fiz o trabalho, um dever de casa, para a gente levantar o que a gente chama de Sroi, que seria o retorno social do investimento do programa, tanto na parte ambiental quanto na parte social, e esse dado é bem legal.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exatamente, isso aí.

Então, o retorno social do investimento foi mensurado e quantificado, e as externalidades todas analisadas e impactadas na questão financeira.

Então, quando a gente fala um pouquinho aqui...

Como que eu o coloco um pouquinho para baixo? Aqui, exato.

Quando a gente fala do retorno social gerado, nós estamos falando de um investimento hoje de R\$8,5 bilhões – vou arredondar um pouquinho mais –, para custear o programa anual.

Se a gente colocar o ganho de saúde que foi dado pela Ana aqui, nós estamos quantificando a externalidade mensurada desse ganho em saúde – ela é praticamente de R\$2,1 bilhões. Seria a redução de custos de tratamento com doenças respiratórias pela troca da lenha pelo carvão e pela amortização em relação à utilização de crédito de carbono ou qualquer outra tecnologia que fosse usada para descarbonizar.

Quando a gente vem para a questão, por exemplo, de valor – ele está pulando do dois até o três, isso – do tempo economizado, aqui entram muitas questões também que foram faladas sobre social. Valor do tempo em que as mulheres e crianças deixam de gastar coletando lenha, agora livre para educação, trabalho ou qualquer outro desenvolvimento socioeconômico. Então, nessa externalidade monetizada, nós estamos falando de R\$4,5 bilhões.

Quando a gente vem para a redução de impacto ambiental, que é outra variável do escopo de ESG, nós estamos falando do custo evitado com desmatamento e degradação de solo, que é o nosso maior crítico em relação às emissões. Hoje, 70% das emissões do Brasil são correlacionadas à mudança indevida de solo e desmatamento. Então, isso atinge diretamente tanto na visão institucional, quanto na visão monetária, como na visão de saúde pública. Isso é extremamente importante, e eu repito: um projeto dessa magnitude não pode ignorar essas óticas.

E a gente vem também por um efeito multiplicador na economia, que seria a economia das famílias reinjetada na economia local, com um multiplicador conservador, de 0,8 – a média de





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

mercado pode ser 1, 1,2, 1,5, a gente trouxe para baixo só para mostrar a magnitude do impacto que ele gera: mais R\$6,7 bilhões de externalidade monetizada.

(*Soa a campanha.*)

O SR. LUIZ HENRIQUE MARCHETTO TAVARES – Quando a gente vem para o total do retorno, estamos falando de R\$22 bilhões de retorno social sobre um investimento de R\$8 bilhões.

Então, eu queria agradecer ao Governo e parabenizá-lo por uma iniciativa que traz um retorno social e econômico excelente. Parabéns por essa iniciativa. Eu sei que esse dado seria um dado para complementar o seu estudo, mas eu fiz o dever de casa também, até para estar aqui mostrando que o Inagás apoia e está ao lado do desenvolvimento social e ambiental.

E aí fica para o Sergio Bandeira, lá no fundo, nosso amigo, para a gente motivar as engarrafadoras a ter mais *skin in the game*, colocar a pele no jogo e investir em contrapartida, porque do retorno dela eu tenho o cálculo aqui: *payback* de seis meses e o ganho institucional imensurável.

Então, a gente deixa o projeto mais robusto, deixa o projeto mais coeso e com um impacto realmente significativo que ele merece ter.

Obrigado pelo espaço de todos vocês. Obrigado, Presidente. Obrigado a todos da mesa.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Agradecemos ao Sr. Luiz Tavares.

Vamos passar a palavra para o décimo, e último, previsto para falar hoje nas exposições. Depois, nós teremos o Relator, o Vice-Presidente e alguns encaminhamentos.

Com a palavra, Leonardo Freitas, por dez minutos.

O SR. LEONARDO LUIZ DE FREITAS (Para expor.) – Boa tarde a todos e todas presentes nesta audiência pública. Quero saudar aqui o Senador Nelsinho Trad, o Deputado Hugo Leal, o Deputado Zarattini.

Eu me sinto muito à vontade, Senador Trad, por me lembrar do seu pai, um trabalhista histórico, cassado, que tem muita proximidade com o que nós representamos, que são os





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhadores e trabalhadoras que estão, neste exato momento, em todos os cantos do Brasil, envasando, ou distribuindo, ou vendendo, ou revendendo o GLP.

É só apertar aqui para passar?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS. *Fora do microfone.*) – É.

O SR. LEONARDO LUIZ DE FREITAS – No momento, como disse o Senador Nelsinho, ele é médico urologista e está como Senador. Eu sou dirigente sindical, neste momento presidindo esta federação nacional, que já foi, no passado, presidida por outros companheiros. Nós somos um grupo de 25 sindicatos filiados em todo o Brasil. Temos outros oito sindicatos em uma federação específica, em São Paulo, e temos conosco federações de rodoviários, que fazem esta cadeia do envase do GLP rodar o Brasil.

Queríamos agradecer, como já fizemos no início, ao Senador Nelsinho, que atendeu ao apelo que fizemos, Senador, para que pudessem os trabalhadores ter presença e participação – ao Deputado Hugo Leal, também.

Os nossos números batem com o que o José Luiz apresentou. Não copiamos você, não, Zé, mas são exatamente os 300 mil trabalhadores. Se eu tivesse a oportunidade de ter feito a exposição antes de você, você que estaria nos copiando. Mas vamos nessa, os números batem.

Quero agradecer ao Governo e apoiá-lo por essa iniciativa fundamental chamada Auxílio Gás do Povo. Foi em Belo Horizonte o lançamento oficial do programa – nossa terra –; se não estou enganado, o Deputado Zarattini estava ali naquele evento, em Belo Horizonte, no lançamento. Estava, né, Deputado? Lembro lá.

É uma medida de justiça social muito importante. Pedimos que, com esse programa, seja ampliado o número de famílias atendidas. Abordamos ali, pode ajudar 20 milhões de famílias, e apresentamos um número: que isso representa, talvez, um desconto aí de R\$80 no limitador do alcance.

Discute-se muito a questão de onde pode vir recurso para ampliar o programa. Temos uma indicação. Não queremos abrir este debate – e também não é este o fórum, né? –, mas taxem as





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

bets; estão aí, trazendo problemas. Quantos não estão aí com seus familiares, filhos e filhas, vivendo com problemas das apostas, e elas surfando facilmente no nosso país sem serem taxadas?

Somos a federação da área do gás e de combustíveis e apelamos aqui para não haver enchimento em postos e bibocas – é uma referência, né? Não queremos, nessa oportunidade de fazer exposição nesta audiência pública, que ocorra no GLP o que a gente está vendo nos combustíveis líquidos. Há duas semanas, numa outra audiência pública, vimos aqui o debate de como a legislação deve se endurecer porque grupos criminosos tomaram de assalto parte da rede revendedora de combustíveis.

Dois pontos fundamentais... Interessante, Senador Nelsinho, é que é uma medida provisória cujo texto original cria o programa, mas, se não estou enganado, foram mais de cem emendas apresentadas, e nós temos preocupação com duas questões: o chamado fim da marca e a possibilidade de o gás ser fracionado. Então, isso é bagunçar o setor, na nossa visão, bagunçar o trabalhador e, ao fim, bagunçar o consumidor do produto.

Aproveitamos aqui esta oportunidade pública, creio eu que esta audiência pública é exibida... É pública, né? Deve estar sendo exibida, e, talvez, nos seus gabinetes, locais de trabalho, em vários lugares deste Brasil, Senadores e Deputados nos ouvem. E aqui a gente faz esta chamada: de não permitir o mercado ser bagunçado, principalmente se tornar uma porta do crime organizado.

Muitos dos expositores que me antecederam falaram sobre a pobreza energética. Acho que já fundamentaram bem. Não quero reprisar, apenas reforçar a importância disso.

É um setor já de 70 anos, fazendo este importante papel, no caso dos trabalhadores – que nós aqui estamos representando –, de engarrafar – não ajudar, né? –, de distribuir, de vender e de revender o gás liquefeito de petróleo, o chamado gás de cozinha.

Precisamos que essa medida provisória seja logo aprovada. Ela tem um trâmite legal. Esta é uma parte dela, esta audiência pública. Mas há um pedido aqui, Sr. Presidente, Vice-Presidente, Relator da medida: incluam os trabalhadores no comitê gestor do programa.

Somos nós, está escrito ali, que vivemos o dia a dia do setor, temos como ser parte importante desse processo. Contem conosco.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dentro do minuto – eu acredito que fiz uma exposição rápida –, vou também aqui, Senador Nelsinho, fazer uma menção.

Há comigo aqui dois trabalhadores, há quase 50 anos ajudando a envasar, a engarrafar. O Sr. Valdir Luiz Dias... Fica de pé, Valdir. Fica de pé, você é baixinho. Fica de pé, né?

O SR. VALDIR LUIZ DIAS (Para expor. *Fora do microfone.*) – Valdir Luiz Dias, Secretário Geral do sindicato do Paraná e da federação nacional. Gaseiro puro há 50 anos, o.k.? Engarrafamos e distribuímos para revenda. Somos trabalhadores sérios há 50 anos. Eu vim de *office boy* a gerente de recursos humanos.

Cuidado com o que pretendem fazer. A Câmara está aberta para ouvir o clamor do povo; o Senado, para tomar cuidado com o que quer o povo. Qual povo? Uma síntese perigosa, Presidente Leonardo.

Como diz V. Exa., Senador – me desculpe a emoção –, que entrou aqui e disse: "Estava numa palestra do Novembro Azul. Sou urologista, sou médico", eu sou gaseiro, de *office boy* a gerente. Contratei batedor de bujão que chegou a gerente geral. Então, respeitem o nosso setor, acima de tudo...

O SR. LEONARDO LUIZ DE FREITAS – Obrigado. Obrigado, Valdir.

O SR. VALDIR LUIZ DIAS (*Fora do microfone.*) – ... nossos trabalhadores.

O SR. LEONARDO LUIZ DE FREITAS – O outro é o companheiro Donizete, Presidente do sindicato aqui, do Distrito Federal, representando também os empregados de uma das engarrafadoras.

Muito obrigado, senhores, e eu creio que ficamos dentro do nosso tempo aqui.

O SR. DONIZETE ILDEFONSO DE LIMA (Para expor. *Fora do microfone.*) – Donizete Ildefonso de Lima. Eu sou vendedor de gás, trabalho há 58 anos no setor, cheguei aqui em Brasília em 1972. Sou vendedor de gás, batedor de botijão. Trabalhei na Onogás, trabalhei na Supergasbras. Aposentei na área do gás e, de ajudante de entregas de GLP, eu me tornei o Presidente do sindicato do Distrito Federal





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O setor se acabou. O setor do gás está acabado e pedimos aos Senadores, aos Deputados que não deixem o crime organizado tomar conta do setor do GLP, igual tomou do outro setor, e mantenha os empregos dos trabalhadores que estão no setor até hoje. Eles estão no setor, porque é um setor organizado até o momento. Se deixar tomar conta, nós vamos perder completamente.

O SR. LEONARDO LUIZ DE FREITAS – E viva o trabalhador do gás. E, viu, Presidente Sergio Bandeira, que lembrou aqui, né...

(Soa a campanha.)

O SR. LEONARDO LUIZ DE FREITAS – ... de agradecer a todos? Agradecemos aos trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Agradecemos as colocações do Sr. Leonardo Freitas. Apenas uma constatação e uma observação do nosso trabalho: essas duas manifestações terão tempo oportuno numa futura audiência pública para eles poderem se manifestar, que é interesse aqui, tanto do Relator, quanto do Vice-Presidente, como do Senador, fazer uma ampla oitiva de todas essas questões, para a gente produzir o melhor trabalho possível.

A gente tem por hábito, em toda audiência pública, abrir para perguntas do e-Cidadania, porém, antes de colocá-las, eu vou passar a palavra ao Vice-Presidente primeiro, Carlos Zarattini, e depois ao Relator, Deputado Hugo Leal, para fazer de forma sintética uma consideração a respeito de tudo que foi falado por aqui. Posteriormente, eu vou demandar as perguntas que aqui chegaram. Foram várias participações, mas a gente conseguiu sintetizá-las, para que todos que participaram tivessem lugar, vez e voz na nossa audiência pública.

Com a palavra o Deputado Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (Bloco/PT - SP. Para discursar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria cumprimentá-lo, cumprimentar o Deputado Hugo Leal, Relator dessa medida provisória, cumprimentar a todos que fizeram suas exposições e agradecer também pelas exposições.

Eu acho que é muito importante que a gente se concentre nessa medida provisória naquilo que é o seu objetivo principal, ou seja, garantir que esse programa seja colocado em execução o





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais rapidamente possível para beneficiar esses 17 milhões de famílias que podem receber esses botijões de gás.

As modificações são importantes. É importante dizer que, quando nós elaboramos o primeiro projeto de lei lá em 2021, nosso objetivo era exatamente garantir o fornecimento do gás e não exatamente o fornecimento do recurso, mas, infelizmente, naquele momento nós tivemos que concordar com o relatório que, inclusive... O projeto do jeito que foi aprovado não foi executado, porque previa-se ali a concessão do gás para 17 milhões de famílias, e acabou, no decreto, havendo um ajuste que reduziu para 5,6 milhões, segundo nos informaram aqui, hoje.

Eu acho que a gente tem a oportunidade agora de expandir o programa, garantir essa segurança alimentar para milhões de pessoas e eu acho que o fundamental é a gente se concentrar naquilo que é o objetivo da medida provisória, para, dessa forma, Presidente, a gente aprovar ainda neste ano. É importante dizer que nós temos pouco tempo no ano que vem, porque essa medida provisória vence no dia 11 de fevereiro e nós vamos retomar os trabalhos, se eu não estou enganado, no dia 2 de fevereiro, então é muito pouco tempo. É importante que esta Comissão termine os trabalhos este ano e, se possível, que a gente vote no Plenário da Câmara e do Senado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Acuso a preocupação do Deputado Carlos Zarattini em comum acordo com o Relator.

Nós vamos fazer a leitura do e-Cidadania, uma vez que ele tem alguns questionamentos a serem feitos e esses questionamentos poderão ser contemplados com as respostas dessas perguntas que aqui se encontram.

O Fábio, de São Paulo, perguntou o seguinte: "Como funcionará a entrega do botijão de gás gratuito para famílias de baixa renda proposta pela MP 1.313, de 2025?".

Eu pedirei para o Marcelo Paris responder.

O SR. MARCELO VIANA PARIS (Para expor.) – Boa tarde, Fábio, respondendo ao seu questionamento: a entrega dos botijões vai ser feita diretamente com o beneficiário indo até a revenda, utilizando qualquer cartão de conta da Caixa Econômica. Então, qualquer cartão que





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

você tenha de acesso de qualquer conta da Caixa vai ser possível de utilização para este momento, ou, caso não tenha cartão, digitando o CPF na maquininha do revendedor, a partir desse CPF, é enviado um código para o seu celular, por SMS, e esse código libera o acesso à recarga. Então, os meios possíveis são esses para fazer uso da recarga do gás.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Agradeço ao Sr. Fábio, que fez a pergunta, e também ao Sr. Marcelo Paris, que respondeu.

Wilson, do Ceará: "Se sou aposentado com um salário mínimo, mas não recebo Bolsa Família, tenho direito ao vale-gás?". Pergunto para a Analúcia.

A SRA. ANALÚCIA FAGGION ALONSO (Para expor.) – Sim.

Boa tarde.

A seleção é feita a partir da renda familiar. Então, dependendo da condição de renda de toda a família, você vai ver se está elegível ou não. Depois disso, a gente tem uma priorização a partir das famílias maiores, primeira infância, insegurança alimentar, todos os indicadores que ajudam a gente a focalizar a política e atender à efetividade.

Então, a situação dele tem que ser analisada de acordo com a constituição da família dele.

Obrigada, gente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Obrigado, Analúcia; obrigado, Wilson, que participou.

Agora, a Letícia, do Paraná: "Esse auxílio aparentemente fará com que o preço do gás suba em todo o país. Foi realizado um estudo [...] sobre o tema? Qual o impacto [econômico]?".

Edie Andreeto.

O SR. EDIE ANDREETO JUNIOR (Para expor.) – Em resposta, foi feito um estudo.

Nós observamos a variação das margens da distribuição e da revenda; e a variação, principalmente no caso da distribuição, foi 36% superior à média internacional. Isso nos trouxe a convicção e o debate, inclusive para os próprios agentes, para fazer um ajuste e levar em conta,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

então, nessa precificação, uma atualização com base no IPCA a partir do momento em que houve esse descolamento.

Então, a gente acredita que a tendência seja de uma normalização do preço e não de elevação do preço. Obviamente, o preço tem volatilidades dos seus componentes, volatilidades internacionais referentes à cotação e referentes ao preço do Brent, mas, a princípio, a gente acredita que esse procedimento vai trazer um controle de que ele não seja um preço injusto, não seja um motivo de enriquecimento sem causa nem seja um preço inadequado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Agradeço, então, ao Edie Andreeto, pela resposta feita para a pergunta da Letícia.

Júlio, do Rio Grande do Sul: "A questão [...] é [a seguinte]: o Governo brasileiro tem dinheiro sobrando para dar mais esse auxílio?"

Pergunta feita e a resposta será dada pela Analúcia. Tem o Governo brasileiro dinheiro sobrando para dar mais esse auxílio?

A SRA. ANALÚCIA FAGGION ALONSO (Para expor.) – O Governo brasileiro... O orçamento que está previsto para 2026 cobre 15 milhões de famílias, para a gente conseguir atender nessa primeira etapa do programa, como foi desenhado. Então, neste momento, o orçamento já foi estipulado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Agradecemos.

Agora, alguns comentários. Comentário não é pergunta. O cara fala o que ele bem entende aqui, e eu espero que vocês compreendam isso; e a gente dá sempre transparência às participações.

Gerson, de São Paulo: "É muito importante um auxílio assim. Quem reclama é porque sempre teve condições de comprar um botijão. Só precisa definir [bem claras] as regras".

Luiz, de São Paulo: "Sou contra qualquer esmola do governo. O governo tem de proporcionar condições para [...] [que] as pessoas [...] [vivam] com seus próprios meios".

Wilson, do Ceará: "[...] [Há pobres] que demonizam os auxílios para os mais vulneráveis, mas não se incomodam com R\$890 bilhões por ano do 'bolsa empresário'".





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rodolfo, de São Paulo: "Mais um auxílio federal e, assim, aumentaremos o assistencialismo desenfreado em um país com déficit fiscal completamente descontrolado".

Feitas as participações do e-Cidadania, passo a palavra ao Deputado Hugo Leal. *(Pausa.)*

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Nelsinho Trad, meu amigo, eu sempre digo que a voz do povo é a voz de Deus. Veja que, em muito do que foi perguntado e falado, tem emissão de opinião. As pessoas estão monitorando, acompanhando, e isso é muito válido.

Sr. Presidente, me cabe aqui o papel de Relator, e eu já disse que essa matéria para mim não é nova: a primeira lei do Auxílio Gás, lá em 2021; depois, a do espaço fiscal para o Orçamento de 2022; e, depois, a oportunidade de ter sido Relator também do PL 3.335... Qual a grande diferença do Auxílio Gás, da lei catorze mil e...? Auxiliem-me aí: é catorze mil e... a lei do primeiro Auxílio Gás? Alguém se lembra?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ) – É 14.135.

Então, qual a diferença entre a Lei 14.135, o PL 3.335 e a Medida Provisória 1.313? Eu vou falar primeiro o que é a convergência. A convergência dos três – a intenção, ou *mens legis* – era proporcionar não só o financiamento, mas também a questão da redução da pobreza energética, que é o foco dessa medida provisória.

Ficou claro que o Auxílio Gás não reduziu a pobreza energética. Eu poderia indagar aqui aos sindicatos ou à Abragás, quem for, se houve aumento, do ano de 2021 para o ano de 2025, do número de venda de GLP. Houve aumento? Então, um dos objetivos da Lei 14.135 não foi atingido, que era o foco na pobreza energética.

Quando nós discutimos aqui o PL 3.335, que é do Poder Executivo e que também manifestava ampliação do Auxílio Gás, a intenção também apostava nessa linha de raciocínio de pobreza energética e de ampliação do escopo das famílias a serem atingidas, a serem beneficiadas. E o grande diferencial foi – e eu falo isso porque eu vivi esse biorritmo, essa montanha-russa da Lei 14.135, depois do Projeto de Lei 3.335 e agora da medida provisória... Qual é a grande diferença? É a questão da modalidade gratuidade, entrega do benefício. Talvez, dentro





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

do escopo em que nós estamos discutindo, esse seja o ponto mais importante, e é a grande preocupação.

Há algumas preocupações temáticas aqui com relação aos beneficiários de BPC, aos beneficiários do que significa meio salário mínimo como patamar de família ou como valor de pessoa, *per capita*. São algumas dúvidas, mas eu acho que isso vai se desenvolver ao longo do tempo na implementação.

Preocupam-me aqui alguns temas que são para mim mais genéricos e de conceito do próprio mercado. O objetivo nosso é entender se essa expansão de mercado ajuda, se essa expansão dessa oferta vai atingir efetivamente a questão da pobreza energética. Particularmente... Eu não tenho aqui procuração para falar do Governo, vários aqui já falaram, mas eu penso que, aqui, nós não estamos fazendo uma medida provisória – com todo respeito ao Sindigás e aos trabalhadores – para poder incentivar, aumentar ou fazer uma sociedade com as empresas de gás, de GLP, não. Tem um propósito específico, que é uma política pública. Para o atingimento do seu propósito específico de política pública, de GLP, nós temos que entender quem são as famílias que não estão fazendo o seu cozimento limpo ou onde nós vamos atingir, perfeito?

Para mim, o balizamento desse propósito... E eu acompanho esse tema há algum tempo, como fui Secretário de Energia no Rio de Janeiro, no meu estado, em 2023, e falava isso quando se discutia transição energética. Falei: "Como é que se quer falar em transição energética se uma parcela da população ainda usa lenha?", e nós estamos hoje, aqui, discutindo esse propósito. Então, nós temos que entender, atingir essa questão da pobreza energética, porque senão é um benefício social puro e simples. Eu acho que estou entendendo que o ministério quer associar as duas alternativas.

Para mim, a manifestação da EPE, a quem eu respeito, reputo uma das entidades... uma empresa com perfil técnico dos mais qualificados, o trabalho que a EPE apresentou... Talvez tenha passado muito rápido aqui, mas é o objetivo principal e, obviamente, devem ser os dados que devem ser fornecidos para dar o balizamento na política pública desse atingimento. O.k.?

Então, eu acho que, partindo desse princípio, partindo desse pressuposto, nós estamos aqui tentando nivelar esse entendimento, o entendimento da pobreza energética como conceito; o entendimento da questão da ampliação de mercado, ótimo, que é a justificativa para mostrar que





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

está sendo atingida essa pobreza energética, ou seja, reduzindo; e, obviamente, o escopo principal também, que é o benefício social, especialmente aqui o modelo de gratuidade.

Eu vou voltar aqui, e aí é uma pergunta que eu vou fazer ao MME, ao MDS, à ANP, ao Sindigás e aos outros aqui. Primeiro, o mercado de suprimento primário é basicamente detido... O detentor desse mercado é a Petrobras. Pelas informações aqui, nós temos que 90% do suprimento primário é Petrobras e 10% são outros. A minha pergunta é: quem são esses outros?

Eu vi, na apresentação acho que foi do próprio ministério, a Acelen e outros... Assim, a abertura desse processo do suprimento primário também seria uma alternativa importante para que o mercado amplo de distribuidores pudesse também disputar um preço menor com esses outros 10% do suprimento primário? Porque, veja, nós temos que 5,6 milhões de toneladas – ou seja, 75% da produção – são feitos internamente, mas 25% da produção é importada.

Então, primeira pergunta: e, na gênese do suprimento primário, do supridor primário, como é que você amplia este mercado aqui, em contraponto com a Petrobras? Eu não estou dizendo para encerrar a Petrobras. Eu estou dizendo: como é que você pega esses 10% e pode trabalhar esse suprimento primário? "Não, não, só a Petrobras faz isso". Sim, nós sabemos como é que é na área de combustível e os desdobramentos dela, mas e nesta área aqui, do supridor primário? É o primeiro ponto, o.k.?

O segundo ponto é... Eu ouvi atentamente aqui as manifestações da ANP, do próprio MME e de outros. O outro ponto é que aqui sempre há essa alegação – e, desde que eu assumi essa relatoria, Presidente, isso vem sendo... – de que isso é um mercado monopolizado, oligopolizado; tem só três, só tem quatro. Está lá, comprovado, só tem quatro. A Abegás traz aqui informações – a Abegás, não, desculpa, o Sindigás traz aqui informações. É, realmente, mas também não é uma diferença e tanto, se comparado dentro da América Latina. O.k., beleza, eu não vou fazer comparação com o ambiente externo. Eu quero saber do ambiente interno.

Nós somos quase autossuficientes em gás natural e em outros produtos e subprodutos que podem chegar exatamente ao GLP. Nós temos, eu acho, dificuldade na questão de refinarias, de ampliação do número de refinarias, porque a gente iria para um outro segmento, que é o do supridor primário e, também, do espectro das distribuidoras.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente tem uma pergunta para a ANP... Cadê o Daniel? Ele não foi embora não, né?

Nos estudos feitos pela ANP, foi constatada – eu vou perguntar, calma; vocês vão anotando, e eu vou fazendo, e depois eles vão podendo responder – a existência de barreiras regulatórias ou legislativas para novos entrantes? Isso é muito importante de você dizer, porque você disse aqui que vocês estão fazendo uma consulta, avançando, e eu queria entender o que está sendo feito e o que é significativo na questão das barreiras regulatórias e legislativas para novos entrantes no mercado de distribuição e do envase do GLP.

Se existem essas barreiras, o que poderia ser feito? Eu não quero aqui... eu não estou me filiando a nenhuma coluna, a nenhum princípio, mas eu estou me filiando aqui à possibilidade de um entendimento desse mercado. O que nós precisamos vencer nesse mercado para ter essas novas alternativas?

Uma outra questão que já foi falada aqui é a questão da titularidade. Eu vou falar sob o aspecto pessoal. Eu acho que todos os botijões têm que ter marca, têm que ter relevo, têm que ter... porém, é uma questão de segurança, de segurança pessoal.

Esses dias estavam discutindo aqui... eu acho que foi o nosso representante, o Leonardo, que falou da questão do faccionamento do crime organizado dentro da área de combustível. Beleza. Na área de combustível, o cara adultera o combustível e, no máximo, o que pode acontecer é um problema no seu carro, mas um botijão de gás falsificado o cara leva para dentro da casa dele. É isso, é inaceitável. Esse risco nós não podemos correr.

O nível de segurança tem que ser o maior possível, porque, escuta, eu não estou tratando aqui, Presidente, somente se o volume é menor ou maior, isso é problema do consumidor, mas a segurança do fornecimento e do vasilhame é fundamental, porque a pessoa está botando dentro da casa dela, da casa! Mesmo que alguns façam puxadinho e botem do lado de fora, é uma questão interna, doméstica e eu tenho muita preocupação com isso.

Mas, avançando: como que é isso, como é essa lógica, já que foi a ANP que fez essa provocação, com relação à existência de contrato ou não para a titularidade em marca de botijão? Isso aumenta a concentração? Isso prejudica o preço? Como é que isso pode ser discutido dentro da nossa medida provisória, de que eu estou falando, para criar um ambiente regulatório?





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não estou dizendo que facilite, que abra; muito pelo contrário, que dê segurança, mas que possa também ter vencimento de algumas barreiras. Eu acho que isso é importante. Depois, o próprio Sindigás, com o Sergio, pode falar sobre isso.

Essa questão... Aí tem outros pontos aqui que eu acho também que são pontos interessantes do princípio da segurança, não só da segurança jurídica, mas da segurança do consumidor, porque ele vai ganhar, vai receber. Veja, uma coisa é eu dar o acréscimo de renda para ele, porque o vale-gás é um acréscimo de renda: o cara ganha R\$80 e está satisfeito. Agora, você vai chegar e dizer que ele não vai receber mais R\$80, vai levar o botijão? Ótimo, para uns vai ser bom; para outros, talvez, ele vá ainda ter um impacto.

Dentro dessa regra que eu estou falando da segurança, do relevo, da marca, como é que tem a questão da rastreabilidade e segurança dos botijões com o QR code? Isso foi discutido, pensado, dentro do mercado? Repito, se vai haver ampliação, se você vai atingir um maior número de pessoas, se nós estamos falando em segurança, isso foi debatido dentro da ANP, isso foi debatido com os sindicais, isso foi debatido em outro ambiente? Eu quero ouvir, porque todas as apresentações aqui foram muito ricas, mas a gente quer poder entender.

Eu não sou órgão regulador, não sou poder público aqui, quem tem que falar é o MME, quem tem que falar é a ANP, mas nós somos aqui a fiscalização, nós queremos que o produto dê certo, nós queremos que a política pública dê certo. Como é que nós vamos avançar nesse sentido?

Dentro do princípio do mercado, hoje – nós não vamos fazer o esgotamento dessa linha –, como é que esse mercado pode se comportar? E, já que tem esses dados – e foi falado aqui – da ANP, como é que ela avançou nisso, sobre essa abertura sem comprometimento da segurança?

Outras duas perguntas, Sr. Presidente.

Aqui uma específica. As informações dadas aqui pelos sindicais são informações muito ricas, muito importantes e elas podem também oferecer alternativas aqui. Podem depois responder essa pergunta que eu fiz à agência também no perfil dela, na avaliação, no foco, sob o olhar das distribuidoras.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí a questão das revendas. Nós temos hoje 42 mil revendas vinculadas e 17 mil revendas independentes, dados aqui fornecidos não só pelo Sindigás, mas também pelo ambiente regulatório.

(Soa a campainha.)

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ) – Dessas 42 mil... dessas 17 mil independentes, como é que é feito no caso do envase de outras marcas? Isso tem sido uma situação regular ou isso não tem acontecido?

E, com relação também ao Sindigás, como as distribuidoras de GLP poderão garantir acesso à modalidade de gratuidade nos municípios em que não haja revendas varejistas credenciadas na modalidade, conforme o art. 7º-B acrescido na Lei 14.237 pela MP 1.313, de forma que todo o público-alvo possa ser alcançado pelo programa? Pergunta simples: onde não tem uma revenda varejista credenciada, como é que nós vamos resolver a questão da abrangência dessa modalidade?

E, para encerrar aqui, Sr. Presidente, tanto para a Abragás quanto para o Sindigás, acho que precisava reforçar este tema aqui: os senhores acreditam que a forma de definição dos preços regionalizados previstos será adequada para remunerar as revendas de forma equilibrada, de modo a permitir ampla adesão?

Então, Sr. Presidente, inobstante o tema seja vasto, longo, é uma preocupação que nós temos do ponto de vista conceitual, do ponto de vista de mercado, do ponto de vista de atingimento da política pública. Por isso, eu me estendi um pouco mais, para poder ficar claro.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Agradecemos, Deputado Hugo Leal. V. Exa. tem todo o direito, vai ser o Relator, já é o Relator, vai ter que ter realmente o juízo muito bem formado a respeito do que vai escrever no seu relatório.

A primeira resposta será dada, eu pediria que fosse bem breve, por favor.

O SR. EDIE ANDREETO JUNIOR (Para expor.) – Eu vou ser breve, como V. Exa. solicitou.

Esclarecendo alguns pontos: o suprimento primário de GLP tem 55% do total vinculado ao refino. Nós temos uma redistribuição de 18% oriundos de unidades de processamento de gás





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

natural, 25% da importação predominantemente de Suape, Santos e Paranaguá e 1,4% residual de centrais petroquímicas. Nós temos aí a entrada do Complexo Boaventura, com um aporte de 132 mil metros cúbicos, agora anunciado pela Petrobras. Os cenários da EPE sinalizam que, até 2030, deveremos nos tornar superavitários em GLP, justamente pelo incremento da produção em unidades de processamento de gás natural, através da desumidificação de gás do pré-sal de UPGNs.

Então, não há risco, com relação ao cenário desenhado, de escassez, grande impacto, além do que dados do Sindigás demonstram que nós teríamos uma volta em torno de 30 milhões de recargas ao mercado de recargas e um mercado adicional de 30 milhões de recargas ao ano, o que seria em torno de 8%, em termos de números de recarga. E o Sergio está aí para me desmentir se eu estiver mentindo muito.

Então, o cenário não é alarmante com relação a um efeito endógeno de aumento desmedido do consumo a ponto de termos escassez ou coisa do tipo, e, no médio prazo, a gente tem uma sinalização de superávit de GLP pelos estudos da EPE.

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ) – Só complementando, há a possibilidade de esses 10% de supridores primários aumentarem, porque nós estamos falando da Petrobras, que detém o maior conjunto, o que é natural. Como é que poderia haver a ampliação desses outros supridores primários?

O SR. EDIE ANDREETO JUNIOR – Provavelmente, são operadores produtores de petróleo da bacia do pré-sal que venham a conseguir acesso à UPGN lá do Boaventura, como a Galp fornece hoje. A partir dali, você passa a ter C3 e C5+ disponível e fazer a composição propano e butano para disponibilizar na forma de GLP.

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ) – Exatamente, porque há uma discussão nossa eterna, dentro da Comissão de Minas e Energia e também na de Infraestrutura, que é essa questão da ampliação do mercado de gás natural, que é, obviamente, o produto natural para a fabricação do GLP. Como é que interessaria para outros *players* dentro do mercado de gás essa ampliação desse mercado, a chegada de novas empresas de refino especificamente para o GLP? Esse é apenas um questionamento que eu acho que é importante, já que nós estamos falando de um mercado. Então, não dá para se concentrar só na questão do...





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDIE ANDREETO JUNIOR – Com certeza. E rapidamente, em termos sistêmicos – desculpe-me alongar –, a política do Gás para Empregar, que também conversa com o Gás do Povo, está trabalhando no sentido de facilitar as regras de acesso, possibilitando, então, uma oferta adicional por meio do acesso ao sistema de escoamento das bacias de Santos e Campos.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Agradecemos a resposta.

A outra pergunta foi direcionada à ANP.

O SR. DANIEL MAIA VIEIRA (Para expor.) – Obrigado, Presidente. Obrigado, Deputado.

Tentarei ser direto aqui aos pontos de questionamento. Primeiro, sobre a fonte de suprimento primário, em complemento à manifestação do Ministério de Minas e Energia, é apenas para informar que, de fato, a Acelen e a Braskem são outros fornecedores primários. A Petrobras é a grande importadora da fatia que resta.

Da parte da agência, nós temos trabalhado também em regulamentação, inclusive também na parte de fiscalização de regras contratuais para o agente dominante em relação à formação de preço e condições de entrega, o que certamente afeta a posição dos distribuidores em relação à possibilidade de eles mesmos importarem produtos, sabendo que o preço internacional, muitas vezes, tem uma diferença em relação ao preço Petrobras, e aí a decisão por importar leva em conta também o preço nacional. Esse é um fator que impacta na busca de fontes externas de suprimento e também investimentos em tancagem nacional para essa importação. Esse é um assunto superimportante, a agência vem se debruçando sobre isso, buscando alterar regulamentos que tratem diretamente sobre essa questão de formação de preço do GLP e condições de fornecimento, buscando, assim, incentivar investimentos em tancagens.

Há dois grandes investimentos em estudo e já em aprovação no país em relação a terminais de GLP, que visam à importação desse produto – lembrando que a agência também já regulamentou o acesso a terminais do ponto de vista do livre acesso, permitindo que outros distribuidores e agentes de mercado tenham acesso a esses terminais. Esse é um ponto importante.

No contexto da regulamentação do mercado de distribuição de GLP, a gente também busca enfrentar essa questão, sobretudo na forma de rateio desse insumo nacional. Se a Petrobras é a





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande supridora, eventualmente o entrante quer ter acesso a esse produto; e como ter o primeiro acesso a esse produto em polos que, eventualmente, já são deficitários no fornecimento? Então, esse é um ponto que a agência também busca enfrentar, trazendo algum espaço para que novos entrantes consigam, de fato, acessar esse produto.

Em relação às barreiras regulatórias, há diversas barreiras decorrentes do próprio modelo do mercado. É um investimento – para qualquer distribuidor – vultoso, o desenvolvimento desse mercado não é simples – com relação ao desenvolvimento de revendas, à distribuição nas mais variadas regiões do país –, isso já é uma barreira gigante. Do ponto de vista regulatório, especificamente, a gente estipula: capital social mínimo, são valores também relevantes – na nova regulamentação, nós pretendemos revisar esse capital social mínimo –; tancagem mínima para um distribuidor poder ser autorizado, o que também necessita de investimentos relevantes, além dos próprios vasilhames para iniciar suas operações.

De fato, o modelo regulatório de hoje associa a marca – e a exclusividade do enchimento dos vasilhames com a própria marca estampada – a um elemento importante de segurança, sobretudo por gerar incentivos para que a requalificação dos botijões, de fato, seja feita em benefício da segurança. O que a agência concluiu na análise de impacto regulatório foi por alternativas em que nós mantenhamos o critério da segurança pela via da rastreabilidade, associando a segurança à rastreabilidade desses enchimentos e dessas entregas. Ao longo do período em que a gente tem maturado o regulamento propriamente dito, que ainda passará por consulta e audiência pública, temos interagido com diversas empresas do mundo que já usam rastreabilidade de botijões em populações de mais de 120 milhões de botijões, por exemplo. É isso que nós queremos trazer a debate em consultas e audiências públicas.

E, além disso, a segurança também sob o critério das próprias instalações que encherão ou que já enchem esses botijões, sabendo que não é simples construir e operar distribuidoras de GLP – são investimentos relevantes, não temos, não vislumbramos uma quantidade de distribuidores semelhante ou, quiçá, próxima da quantidade de distribuidores de produtos líquidos, combustíveis líquidos no país, por exemplo, dadas as diferenças de mercado –, de forma que a própria segurança dessas instalações, no contexto em que a agência autoriza o seu funcionamento e fiscaliza o seu próprio funcionamento, também é um elemento importante no nosso estudo que está sendo realizado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas são as considerações, Deputado, imaginando que atendi à expectativa em relação às questões.

Muito obrigado.

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ) – E, se tivesse – desculpe, Presidente – como compartilhar também algumas dessas informações – compartilhar de oitivas ou de material que vocês receberam...

O SR. DANIEL MAIA VIEIRA – Excelente!

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ) – ... compartilhe com a Comissão que eu disponibilizo depois...

O SR. DANIEL MAIA VIEIRA – Faremos isso imediatamente.

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ) – ... para os demais.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Dando sequência, Requerimento nº 2, de 2025.

Requeiro, nos termos do art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional e do art. 93, I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir a MP 1.313, de 2025, que "altera a Lei 14.237, de 19 de novembro de 2021, para modificar a denominação Auxílio Gás dos Brasileiros para Auxílio Gás do Povo e criar nova modalidade de operacionalização do auxílio".

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- o Sr. Dr. Pedro Nery, Consultor Técnico Legislativo do Senado Federal;
- representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);
- representante do Tesouro Nacional;
- representante da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis;
- representante do Ministério da Fazenda;





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

- representante do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (Sindigás).

A medida provisória institui o Programa Auxílio Gás do Povo, em substituição ao Auxílio Gás dos Brasileiros, com o propósito de mitigar o impacto do preço do gás liquefeito de petróleo no orçamento das famílias de baixa renda.

A mudança de modelo representa uma inflexão na política pública de subsídio energético, ao introduzir uma nova modalidade de gratuidade do botijão de gás na revenda varejista, em substituição parcial ao modelo tradicional de transferência monetária direta. Trata-se, portanto, de uma transição institucional e operacional significativa, com reflexos orçamentários, fiscais, logísticos e sociais que merecem análise.

A Nota Informativa nº 4.436, de 2025, elaborada pela Consultoria Legislativa do Senado, aponta algumas incertezas relevantes quanto à viabilidade financeira e à efetividade operacional da MP.

O consultor ora citado destaca que, embora o Governo tenha projetado R\$3,6 bilhões em despesas para 2025, o impacto fiscal estimado para 2026, R\$5,1 bilhões, e 2027, R\$5,7 bilhões, pode estar subdimensionado, especialmente diante da meta de atendimento a 15,5 milhões de famílias e da previsão de distribuição de 58 milhões de botijões por ano – número que não se compatibiliza com a estimativa orçamentária apresentada.

Segundo o documento técnico, o custo médio por botijão calculado a partir dessas projeções seria de apenas R\$25,86, enquanto o preço médio nacional, em outubro, foi de R\$110,26. Essa discrepância levanta questionamentos sobre a sustentabilidade fiscal do programa, a periodicidade real da entrega e a fonte efetiva dos recursos, especialmente considerando a participação voluntária de estados e municípios no custeio e a ausência de prazo de vigência definido pela MP.

Diante desses pontos críticos, impõe-se a realização dessa audiência no âmbito da Comissão Mista, com o objetivo de:

- avaliar a efetividade do novo modelo de política pública em comparação com o modelo anterior;





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

- analisar a viabilidade de custeio nos próximos exercícios, sob a ótica do novo arcabouço fiscal; e

- discutir estratégias de aprimoramento e mitigação de riscos para garantir a continuidade e a transparência do programa.

Assim, a audiência permitirá ouvir especialistas em finanças públicas, representantes do Ministério da Fazenda, da ANP, do MDS e do Ipea, além do autor da nota técnica, o Dr. Pedro Nery, de modo a assegurar uma análise abrangente dos aspectos econômicos, sociais e regulatórios da MP 1.313, de 2025.

Trata-se de tema de alta relevância para o equilíbrio fiscal e para a efetividade da política de inclusão energética, justificando-se plenamente a ampliação do debate no âmbito do Congresso Nacional.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 2025.

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Pela ordem, o Deputado Hugo Leal.

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ. Como Relator.) – É só para acrescentar... Acho importante fazer, mas devemos acrescentar também dois consultores – ou pelo menos um consultor da Câmara dos Deputados – que têm feito também manifestações nesse sentido e têm colaborado muito desde o Projeto de Lei 3.335, que são o Wagner Marques Tavares e o Igor Lima.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Acolho a sugestão do Deputado Hugo Leal às providências.

Como nós não temos quórum para deliberar, para votar, nós vamos deixar para a próxima reunião essa votação.

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ) – Eu queria só pedir a V. Exa. que pudesse ouvir o Sergio Bandeira de Mello, do Sindigás, e o João, da Abragás, para a gente poder ouvir sobre a última pergunta que eu fiz aqui, que eu acho que é importante.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Sim. Tá.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de a gente passar, só para não perder o raciocínio, eu queria dizer a todos e ao Deputado que é prática da minha forma de ser de procurar ouvir e esgotar todos aqueles que estão inseridos nessa questão. Então, em uma outra oportunidade, o Sr. Sérgio Costa, Presidente da Sindivargas e Vice-Presidente da Abragás; o Sr. Gilson Ribeiro, Diretor da Big Gas; o Sr. Valdir Luiz Dias, Secretário-Geral da Fetramico e do Sitramico, do Paraná; e o Donizete Ildefonso de Lima, Presidente do Sitramico, do Distrito Federal.

Nós vamos oportunamente definir a data desta próxima oitiva e comunicar a todos vocês, que já devem ter passado o contato para a nossa assessoria. Quem não o fez, que faça.

Então, agora, para concluir esta fase final da nossa audiência pública, eu passo a palavra ao... Quem vai responder?

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ) – Sergio Bandeira de Mello.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Sergio Bandeira de Mello.

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ) – E o José Luiz Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – E o José Luiz Rocha.

Sergio Bandeira de Mello, por favor.

O SR. SERGIO BANDEIRA DE MELLO (Para expor.) – Obrigado, Presidente; obrigado, Sr. Relator.

Sendo muito breve, as perguntas feitas são verdadeiras teses para serem levantadas, mas vou falando rapidamente.

Com relação ao abastecimento primário, acho que em linha com o que o Diretor Edie falou e com o que o Diretor Daniel Maia falou, na verdade, existe uma possibilidade de maior arbitragem, caso a gente tenha investimento em terminais. Esses 25% de importação poderiam ter mais competitividade efetivamente, a gente tendo um estímulo à instalação de terminais. E alguns terminais, como disse o Diretor Daniel Maia, já estão sob investimento e são muito importantes para melhorar essa disputa pelo abastecimento primário.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O parque de cilindros, fazendo só uma anotação, nós temos um parque de cilindros excepcional no Brasil, e parte desse parque de cilindros ser excepcional, a razão de esse parque de cilindros ser excepcional são os incentivos da regulação econômica para que se façam investimentos.

O senhor fez uma pergunta especificamente sobre QR codes. Uma das nossas associadas fez investimento em QR codes, não teve sucesso no sistema brasileiro aqui de retorno de embalagens. A gente pode trazer depois relatórios com relação a isso.

Com relação aos vinculados e independentes, a compra é livre de marcas. Então, assim, eles podem comprar, os independentes podem comprar da marca que desejarem, os que desejarem se vincular, vinculam-se, ficam comprando exclusivamente e podem deixar de se vincular somente informando à ANP, com muita rapidez.

Com relação aos municípios sem revenda, é um desafio efetivamente do programa. Nós temos um termo de compromisso sendo assinado com o Ministério de Minas e Energia, que nos compromete a garantia de que tenhamos pelo menos uma revenda, onde nós tenhamos revenda vinculada, em municípios onde tenha revenda vinculada. Então municípios sem revenda, que são muito poucos municípios, são realmente muito poucos no Brasil, vai ser um desafio que a gente vai ter dentro do comitê gestor.

Mas acho muito importante deixar claro: o sistema precisa, recomendação nossa, conviver, nas áreas extremamente remotas, com a transferência de renda, e não com a compra de carga. Então não deve ser a modalidade principal, mas precisa coexistir. E pelo que eu entendo, o texto legal já prevê dessa forma.

Então, recomendo que os Congressistas avaliem a coexistência dos dois sistemas, não pensando que seja um escapismo, mas sim porque, efetivamente... Eu me lembro de que uma vez, discutindo com consultores nossos sobre programa de combate à pobreza energética, eu forçava o consultor e dizia: "E os ianomâmis?", e ele dizia: "Para eles, eu não tenho solução". Então, acho que é importante a gente ter claro isso, que os dois sistemas terão que conviver.

Obrigado, Deputado.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ) – Só para poder corroborar, vou falar o seguinte: nesses sistemas remotos, eu estou propondo, como já fiz, a questão do incentivo aos biodigestores. Acho que é uma excelente alternativa. Assim como o Luiz Henrique falou aqui dessa questão de emissão de carbono – não quero entrar nesse tema –, a questão da ampliação dos biodigestores em áreas que não vão ser atingidas, eu acho que é um incentivo que tem muito a ver com o que a política pública está discutindo. Esse é um tema que eu já discuti, vou inserir no relatório – já estou antecipando aqui –, porque eu entendo que ele pode alcançar onde, efetivamente, o GLP não vai alcançar.

O SR. JOSÉ LUIZ ROCHA (Para expor.) – Meu caro Deputado, vamos lá.

A mim tocou a questão do preço e algumas outras coisas, que me interessaram também, com relação ao aumento de venda.

O senhor perguntou se o preço vai remunerar, de fato, o revendedor. Como eu apresentei naquele quadro, em alguns pontos do país, no Mato Grosso, por exemplo, o preço da tabela está praticamente sendo o preço de mercado. Então, em alguns estados ele vai remunerar, mas na maioria dos estados, não. Então esse é o problema.

Aí eu vejo um afastamento da revenda do cadastramento, porque, além da questão de ele não ter resultado, de ele não ter um resultado financeiro, ele tem burocracias a seguir: ele tem que cumprir 90 dias de cadastramento, ele não pode sair do programa. Se, nesse meio termo, por exemplo, o gás subir, de que forma ele vai repassar isso? Ele não pode repassar. Ele vai ficar três meses cumprindo a obrigação da legislação e perdendo dinheiro? Então, aí tem alguns entraves, ou gatilho, como alguns falam, e teria que ter alguns ajustes.

Por isso, quando a gente fala do preço médio da pesquisa da ANP: se ele é feito semanalmente, quando ocorre aumento, quando ocorre aumento de impostos, quando ocorre aumento na Petrobras – que a distribuidora repassa –, automaticamente, a pesquisa vai refletir. Agora, um tabelamento que vai ser feito de dois em dois meses por uma fórmula mágica, porque a gente não entende todos os pontos da fórmula, aí eu não vejo viabilidade de a revenda ter sucesso de rentabilidade nesse negócio.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então a gente precisa estudar um modelo em que a revenda, vamos dizer assim, tenha gosto pelo negócio e queira atender o consumidor com esse programa porque também tem resultado. Porque vão falar assim: "Mas e o social?". E quem paga as contas da revenda? Quem paga o imposto da revenda? Quem paga a folha de pagamento? Então a gente precisa ter isso de forma mais clara. Esse resultado precisa ser claro.

Em alguns momentos vão falar: "Ah, mas as distribuidoras vão ajudar". Isso não é você dar uma condição – a distribuidora ficar te dando desconto para você manter um programa. Aí, depois, não se dá mais o desconto e você fica no prejuízo. Então essa conta não fecha.

Então, nesse caso do preço tem que ser definido um formato diferente. No meu entendimento, a pesquisa semanal tem as oscilações, mas você acompanha. Mesmo que o programa vá dizer que muda o preço uma vez por mês ou coisa parecida, você não vai ficar três meses amarrado num contrato perdendo dinheiro porque tem que cumprir a obrigação. Isso é muito importante que fique claro.

O SR. LUIZ HENRIQUE MARCHETTO TAVARES (*Fora do microfone.*) – Só um segundinho, Deputado.

Isso causa também um *gap* de atendimento. A revenda atende uma semana e, na outra semana, ela pode ter uma recusa e é exatamente isso.

O SR. EDIE ANDREETO JUNIOR (Para expor.) – E com relação...

José, um ponto importante, só de preço, para esclarecer: é porque a dinâmica, quando entrar em operação o comitê gestor, é de utilização dos dados das notas fiscais. Então, não vai ser pesquisa. É um compromisso que o revendedor assume de fornecer essa informação de notas fiscais e é ela que vai embasar os valores para a governança do comitê gestor decidir sobre...

Então, assim, no fluxo da operacionalização vai ser mais...

O SR. JOSÉ LUIZ ROCHA – Mas nós temos um problema, Edie, porque as notas fiscais...

O SR. EDIE ANDREETO JUNIOR – Notas de venda, notas das revendas, notas...

O SR. LUIZ HENRIQUE MARCHETTO TAVARES (*Fora do microfone.*) – Notas da venda final.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDIE ANDREETO JUNIOR – Da venda ao consumidor.

O SR. JOSÉ LUIZ ROCHA – Só um minutinho.

Só que as notas fiscais vão ter interferência, por exemplo, do varejista e do atacadista.

O SR. LUIZ HENRIQUE MARCHETTO TAVARES (*Fora do microfone.*) – Não, de venda; não de compra.

O SR. JOSÉ LUIZ ROCHA – Entendeu? Então, vai ter interferência. Por notas fiscais apenas vai ter essa interferência.

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ) – Presidente, você está vendo?

O SR. JOSÉ LUIZ ROCHA – Bom, dando sequência...

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ) – Mas é essa a lógica. Estou dizendo o seguinte: é o que eu chamo de chão de fábrica.

O SR. EDIE ANDREETO JUNIOR – É isso aí.

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ) – A questão é o combinado. A questão da ampliação e da consolidação, do sucesso de uma política pública está exatamente nessa operacionalização. Por isso, o projeto piloto é importante, a anuência.

Agora, é fluxo, é a questão real, a questão econômica. É viável economicamente? Não, não é. Não dá para dizer.

O SR. JOSÉ LUIZ ROCHA (Para expor.) – Exatamente.

Um outro ponto, Deputado, Senador, que eu quero colocar aqui é o seguinte: o aumento das vendas não vai ser esses números. Vamos imaginar 5,4 milhões que tinham benefícios e vamos para 17 milhões. Só que se lembre de que os 15 milhões ou 17 milhões estão de pessoas que não viviam sem gás. Eles compravam gás. Então, Brasília tem um exemplo desse que foi muito claro. Não tem esse... Então, isso é muito claro para nós.

Na questão do vinculado e do independente nós temos outro entrave que está dentro da legislação. Lá diz que a distribuidora tem que fornecer o material do gás do povo para ser exposto





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

nas vendas, colocado nos botijões, dos caminhões, tudo por conta da distribuidora que fornece o gás. Mas a distribuidora não tem vínculo com a revenda independente. Isso vai estar garantido? Se não estiver garantido, os 17 mil independentes não vão poder participar do processo porque não vão poder honrar o compromisso de identificar. Se ele não vai identificar, pode até ser multado, retornando lá à questão da legislação.

E um toquezinho na questão do abastecimento, que sai daqui, mas é importante que os senhores saibam é o seguinte: nós temos hoje um problema muito sério no Brasil que são os polos de abastecimento rodoviários. Um cidadão que monta hoje uma empresa de GLP, a granel, que não é a que envasa botijão de 13kg, é aquela que vende a granel. O cidadão monta uma base dessa em Paulínia, investe o dinheiro dele na porta da refinaria e tem que buscar gás do Rio de Janeiro. A Petrobras diz: "Você tem cota lá. Você tem um contrato, você tem cota, mas vá vai lá buscar". Só que ele tem um custo de R\$0,50, R\$1 a mais de frete, enfim, para trazer para cá. Quer dizer, não tem uma competição justa.

Então, esse é um questionamento que a gente tem feito com a Petrobras, com o ministério, que precisa ser resolvido. Sem polo de abastecimento, você não consegue aumentar a competição na distribuição.

Eu acho que seria essa a minha parte, que V. Exa. questionou.

O SR. LUIZ HENRIQUE MARCHETTO TAVARES (*Fora do microfone.*) – Comenta sobre uma defasagem de preço, sobre quando ele faz a venda e precisa fazer a logística de reposição, tem um custo para buscar e isso onera para ele duas vezes também. Isso é muito relevante.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Agradecemos a participação de todos.

Cumprida a finalidade da audiência pública, agradeço as exposições dos nossos convidados e a presença de todos.

Convoco a próxima sessão, para a apreciação das duas audiências públicas que brotaram desta discussão, para o próximo dia 26 de novembro, às 15h. (*Pausa.*)

Deliberação dos requerimentos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 15 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 30 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1313, DE 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e vinte e três minutos do dia vinte e cinco de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 1313, de 2025 com a presença dos Parlamentares Marcelo Castro, Carlos Viana, Angelo Coronel, Jorge Kajuru, Leila Barros, Mecias de Jesus, Laércio Oliveira, Damião Feliciano, Doutor Luizinho, Hugo Leal, Julio Cesar Ribeiro, Gilson Daniel, Carlos Zarattini e Pedro Campos, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim, Hamilton Mourão, Jorge Seif, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Sérgio Petecão, Wilder Moraes e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Efraim Filho, Cid Gomes, Marcos Rogério, Eduardo Gomes, Beto Faro, Weverton, Dr. Hiran, Nelson Barbudo, Moses Rodrigues, Isnaldo Bulhões Jr., Rodrigo Gambale, Pastor Sargento Isidório e Mário Heringer. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação de Requerimento. Finalidade:** Apreciação do Requerimento nº 2, de 2025. **Resultado:** Requerimento aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1313, de 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2025/11/25>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Mista da Medida Provisória 1.313, de 2025.

A presente reunião destina-se à apreciação do Requerimento 2, de 2025.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão, passamos à votação.

Em votação o requerimento.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Esse requerimento que a gente acaba de aprovar tem um motivo muito simples: é apenas para poder encaminhar a realização de uma audiência pública, de acordo com o art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional e o art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado, com o objetivo de instruir a Medida Provisória 1.313, de 2025, que "altera a Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021, para modificar a denominação do Auxílio Gás dos Brasileiros para Auxílio Gás do Povo e criar nova modalidade de operacionalização do auxílio".

Foi proposta para esta audiência pública a presença dos seguintes convidados: o Sr. Pedro Nery; representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); representante do Tesouro Nacional; representante da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis; representante do Ministério da Fazenda; representante do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (Sindigás). *(Pausa.)*

Prossigo: Sr. Sérgio Costa, Presidente do Sindivargas e Vice-Presidente da Abragás; Sr. Gilson Ribeiro, Diretor da Big Gas; Sr. Valdir Luiz Dias, Secretário-Geral da Fetramico e Sitramico do Paraná; Sr. Donizete Ildefonso de Lima, Presidente da Sitramico-DF; e o Sr. Sérgio Henrique Balbino, da Gazoon.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Medida Provisória 1.313, que institui o programa Gás do Povo, com o propósito de mitigar o impacto do preço do gás liquefeito de petróleo no orçamento das famílias de baixa renda, faz com que a gente possa instruir da melhor forma possível tal matéria.

A mudança de modelo representa uma inflexão na política pública de subsídio energético, ao introduzir uma nova modalidade de gratuidade do botijão de gás na revenda varejista, em substituição parcial ao modelo tradicional de transferência monetária direta. Trata-se, portanto, de uma transição institucional e operacional significativa, com reflexos orçamentários, fiscais, logísticos e sociais que merecem análise aprofundada.

A Nota Informativa 4.436/2025, elaborada pela Consultoria Legislativa do Senado Federal, aponta inconsistências e incertezas relevantes quanto à viabilidade financeira e à efetividade operacional da medida provisória.

O Consultor Pedro Nery destaca que, embora o Governo tenha projetado R\$3,6 bilhões em despesas para 2025, o impacto fiscal estimado para 2026 (R\$5,1 bilhões) e 2027 (R\$5,7 bilhões) pode estar subdimensionado, especialmente diante da meta de atendimento a 15,5 milhões de famílias e da previsão de distribuição de 58 milhões de botijões por ano – número que não se compatibiliza com a estimativa orçamentária apresentada.

Segundo o documento técnico, o custo médio por botijão calculado a partir dessas projeções seria de apenas R\$25,86, enquanto o preço médio nacional do GLP, em outubro de 2025, foi de R\$110,26, conforme dados da Petrobras. Essa discrepância levanta questionamentos sobre a sustentabilidade fiscal do programa, a periodicidade real da entrega e a fonte efetiva dos recursos, especialmente considerando a participação voluntária de estados e municípios no custeio e a ausência de prazo de vigência definido na MP.

Diante desses pontos críticos, impõe-se a realização de nova audiência pública no âmbito da Comissão Mista, com o objetivo de: avaliar a efetividade do novo modelo de política pública em comparação com o modelo anterior; analisar a viabilidade de custeio nos próximos exercícios, sob a ótica do novo arcabouço fiscal; e discutir estratégias de aprimoramento e mitigação de riscos para garantir a continuidade e a transparência do programa.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A audiência permitirá ouvir especialistas em finanças públicas, representantes do Ministério da Fazenda, da ANP, do MDS e do Ipea, além do autor da nota técnica, Consultor Pedro Nery, de modo a assegurar uma análise abrangente dos aspectos econômicos, sociais e regulatórios da MP 1.313, de 2025.

Trata-se de tema de alta relevância para o equilíbrio fiscal e para a efetividade da política de inclusão energética, justificando plenamente a ampliação do debate no âmbito do Congresso Nacional.

Assina Nelsinho Trad. *(Pausa.)*

Devidamente aprovada a audiência pública, fica agendada para o dia 3 de dezembro, quarta-feira, a reunião para a realização da referida audiência pública e, conseqüentemente, ato subsequente, para apreciação do relatório.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e, cumprida a finalidade, declaro encerrada a presente reunião.

(Soa a campainha.)

(Iniciada às 14 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 30 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1313, DE 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e três minutos do dia três de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 1313, de 2025 com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Marcelo Castro, Efraim Filho, Confúcio Moura, Professora Dorinha Seabra, Angelo Coronel, Jorge Kajuru, Eduardo Gomes, Randolfe Rodrigues, Leila Barros, Dr. Hiran, Mecias de Jesus, Laércio Oliveira, Damião Feliciano, Bebeto, Renilce Nicodemos, Hugo Leal, Julio Cesar Ribeiro, Delegado da Cunha, Hildo Rocha, Laura Carneiro, Carlos Zarattini, Pedro Campos, Reginaldo Lopes e Mário Heringer, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim, Rogério Carvalho, Izalci Lucas, Hamilton Mourão, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Eliziane Gama, Augusta Brito, Sérgio Petecão e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Carlos Viana, Cid Gomes, Marcos Rogério, Beto Faro, Weverton, Nelson Barbudo, Moses Rodrigues, Rodrigo Gambale e Pastor Sargento Isidório. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos nº 2/2025, de autoria do Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), e nº 3/2025 - MPV 1313/2025, de autoria do Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Finalidade:** Debater a Medida Provisória nº 1313, de 2025. **Participantes:** David Athayde, Subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal (representante de: Secretaria do Tesouro Nacional); Sérgio Costa, Diretor-Presidente do SINDVARGAS e Vice-Presidente da ABRAGÁS; Valdir Luiz Dias, Secretário-Geral da FETRAMICO e SITRAMICO-PR; Donizete Ildfonso de Lima, Presidente da SITRAMICO-DF; Sérgio Henrique Balbino, Presidente da Gazoon; Sérgio Bandeira de Mello, Presidente do SINDIGÁS; e Bruno Valle de Moura, Superintendente Adjunto de Distribuição e Logística (representante de: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)). **Resultado:** Audiência pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Medida Provisória nº 1313, de 2025 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021, para modificar a denominação do Auxílio Gás dos Brasileiros para Auxílio Gás do Povo e criar nova modalidade de operacionalização do auxílio." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Deputado Hugo Leal. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do PLV que apresenta. **Resultado:** Lido e aprovado o Relatório do Deputado Hugo Leal, na forma da complementação de voto apresentada, que passa a constituir o Parecer da Comissão, o qual conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.313, de 2025; pela constitucionalidade, juridicidade e boa





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.313, de 2025, e das Emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista; pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.313, de 2025, e, quanto às Emendas apresentadas perante a Comissão Mista, pela inadequação orçamentária e financeira da Emenda nºs 1, 73, 107 e 114; e pela não implicação financeira ou orçamentária da matéria em aumento ou diminuição da receita e da despesa pública das demais emendas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira ou orçamentária; no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 1.313, de 2025, e das Emendas nºs 2, 3, 4, 6, 9, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 45, 47, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 119, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 132, 133, acolhidas parcialmente ou integralmente, com o Projeto de Lei de Conversão apresentado; e pela rejeição das demais Emendas. São aprovadas as atas da 2ª, 3ª e 4ª reuniões. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional.

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1313, de 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2025/12/03>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Mista da Medida Provisória 1.313, de 2025.

A presente reunião está dividida em duas partes: audiência pública interativa e deliberativa.

A primeira parte destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater a Medida Provisória 1.313, de 2025, em atenção aos Requerimentos 2 e 3 da Medida Provisória nº 1.313, de 2025, de autoria do Senador Nelsinho Trad e de autoria do Senador Confúcio Moura.

Esta reunião será interativa, transmitida ao vivo, com a participação dos interessados, por meio do 0800 0612211 ou do Portal e-Cidadania, no endereço senado.leg.br/ecidadania, tudo junto.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que foram utilizadas pelos expositores.

Comunico que, devido ao grande número de convidados, faremos um rodízio da mesa. Assim, ao final da exposição, peço que cada convidado retorne ao seu assento no plenário para darmos lugar ao próximo, e assim sucessivamente.

Na exposição, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até cinco minutos. Será soado um sino para que o convidado possa emitir suas considerações finais, a partir do momento dos cinco minutos. A palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazer suas perguntas ou comentários ao final das exposições.

Informo que, além dos expositores, aqui presentes foram convidados: Pedro Nery, Consultor Legislativo do Senado; Luciana Mendes Santos Servo, Diretora Presidente do Ipea; e Gilson Ribeiro, Diretor do Big Gas, que não puderam comparecer a esta audiência.

Convido, inicialmente, para tomarem assento à mesa: David Athayde, Subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional; Sérgio Costa, Diretor Presidente do Sindivargas e Vice-Presidente da Abragás.

Os dois do meu lado esquerdo, por favor. *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro a falar, Sr. David Athayde. Pediria que se ativesse ao tempo de cinco minutos, para a gente conseguir ouvir quase dez expositores.

Com a palavra o Sr. David Athayde. *(Pausa.)*

O SR. DAVID ATHAYDE (Para expor.) – Bom, boa tarde a todos. Espero que todos estejam me escutando bem.

Queria primeiro agradecer o convite do Senador para participar desta Comissão. Cumprimento a todos que estão acompanhando a Comissão e quero dizer que é sempre um prazer participar e poder debater políticas públicas com a sociedade através do Congresso.

Bom, a minha fala aqui vai ser uma apresentação bastante simples, com o objetivo de refletir um pouco quais foram as estimativas de impacto orçamentário da nova proposta, da nova modalidade de concessão do Auxílio Gás, o Auxílio Gás do Povo, através da modalidade nova que está sendo implementada pela MP 1.313, de 2025.

Então, acho que um pouco da motivação desta audiência foi responder a nota técnica que foi elaborada pela consultoria legislativa da Casa, questionando alguns aspectos da estimativa que foi feita e que embasou o orçamento de 2026.

Então, começando aqui, eu acho que... É para cá mesmo? Acho que não. Está... *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS. *Fora do microfone.*) – Passe para ele.

O SR. DAVID ATHAYDE – Não foi? *(Pausa.)*

Bom, gente, falo brevemente sobre as características gerais dessa nova modalidade do Auxílio Gás do Povo. Então, é uma modalidade nova de gratuidade na qual os botijões são diretamente disponibilizados pelo revendedor varejista do GLP, de forma gratuita para os beneficiários.

Essas são as famílias inscritas no Cadastro Único, com prioridade para aquelas que têm renda *per capita* de até R\$218, que é a renda *per capita* de acesso ao Bolsa Família.

As famílias só serão elegíveis a uma modalidade do benefício, com expectativa de transição de modalidades ainda em 2025, quer dizer que a conta do orçamento de 2026 recai





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

toda sobre a modalidade nova. Então se espera que a modalidade atual de disposição de recursos financeiros esteja sendo transicionada, esteja sendo alterada para a modalidade nova, de forma gradual, de modo que todo o ano de 2026 será feito a partir da modalidade nova de gratuidade na disponibilização dos botijões de gás.

Bom, os auxílios não são cumulativos e seu usufruto terá validade máxima a depender da quantidade de pessoas por família. Então, para famílias com duas ou três pessoas, a validade será de três meses, e para famílias de quatro ou mais, a validade será de dois meses. Isso é só para dizer que, caso a família venha a não usufruir do benefício, esse benefício tem validade. Ele não é cumulativo e não fica aquele direito lá, digamos, mantido, se a família não resgatar o recurso antes desse prazo previsto.

Falando um pouco das premissas que foram consideradas na previsão orçamentária, a ideia é, então, conceder os auxílios anuais da disponibilização desses botijões de gás de acordo com a quantidade de membros da família: famílias de duas ou três pessoas seriam quatro auxílios por ano e famílias de quatro ou mais pessoas, seis auxílios por ano, seis botijões por ano.

O público-alvo, então, como a gente tinha falado, a sua preferência, são as famílias que estão receptoras do Bolsa Família e descontadas aquelas que só têm um integrante. Então, nós estamos falando, basicamente, de um universo de pessoas, considerando a estatística que a gente tinha de julho, do Bolsa Família, em torno de 15,8 milhões de potenciais beneficiários com a nova modalidade da política.

E aí, falando rapidamente sobre a conta que foi feita, usou-se o preço de referência da ANP, na média, de R\$98,25 com estimativa anunciada de 58 milhões de botijões previstos para o ano de 2026. É claro que isso obedece a uma expansão gradual da modalidade nova até atingir esse público total de até 15,8 milhões, sendo que uma taxa de usufruto, quer dizer, a gente espera que, possivelmente, 10% das pessoas não vão, de fato, usufruir do benefício. Então, basicamente, a conta foi multiplicar esses 90% vezes 58 milhões vezes 98,25. E aí dá para chegar tranquilamente nessa previsão orçamentária, que está no PLOA, de R\$5,1 bilhões para o ano de 2026.

(Soa a campainha.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DAVID ATHAYDE – Só encerrando rapidamente, tem mais um eslaide, mas é porque está difícil de passar. *(Pausa.)*

Pronto.

Mas aqui é só para dizer, basicamente, que esta é uma conta que tem suas dificuldades de estimativa. Primeiro, a modalidade nova, que envolve novos processos de seleção de beneficiários, processamento dos pagamentos, definição de preço de referência, que envolvem outros atores, envolve o MME, envolve a ANP, a Caixa, e tudo isso demora um tempo adicional até ser totalmente implementado. Isso obviamente vai levar um pouco de impacto à estimativa de despesa.

Também tem outros fatores, naturalmente, que são voláteis. Tem o percentual da retirada efetiva, pode ser que menos ou mais pessoas adiram, de fato, retirem seus benefícios. O público elegível de uma família pode variar ao longo do tempo. A gente tem visto uma certa redução na quantidade de famílias que hoje recebem o benefício. E o preço de referência, por óbvio, também varia o tempo inteiro, então, também é mais um aspecto que pode causar uma variação na previsão orçamentária, mas é importante deixar claro que é uma despesa discricionária. O Governo tem a capacidade de ajustar a concessão do benefício à disponibilidade orçamentária financeira do ano e, se houver a decisão de ampliar o orçamento do ano, essa é uma despesa que conta para o limite da despesa. Obviamente, se houver a decisão política de ampliar o auxílio, isso vai levar à redução de outra despesa, a menos que haja uma execução menor nas despesas obrigatórias que compõem o limite da despesa. Então, essa era a minha apresentação, basicamente para falar como é que foi feita a conta que embasou o orçamento de 2026.

Obrigado.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Pediria para o Sr. David se dirigir até o seu local.

Peço para que o Sérgio Costa venha aqui mais para perto e que entre no lugar dele Valdir Luiz Dias, Secretário-Geral da Fetramico e da Sitramico. *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, o Sr. Sérgio Costa. Cinco minutos, por favor.

O SR. SÉRGIO COSTA (Para expor.) – Cumprimento o Presidente desta mesa, o Exmo. Senador da República, Nelsinho Trad, demais representantes de classe, demais autoridades. Aproveito para agradecer a oportunidade de podermos dar a nossa contribuição para a criação dessa política pública que é tão importante para o nosso país.

Bem, por favor, não colocou a apresentação. *(Pausa.)*

O.k. Eu queria só mostrar a experiência que nós tivemos aqui com o Cartão Gás aqui do Distrito Federal, que foi um *case* de sucesso e com certeza pode contribuir para esse programa.

Aqui no DF são 482 revendas autorizadas; 306 revendas vinculadas, que correspondem a 63,5%; 176 revendas independentes, 36,5%; e são 326 revendas que participam do Programa Cartão Gás, uma média de 67,6%.

A nossa experiência foi na elaboração, no desenvolvimento, nas correções, na continuidade, e por isso a importância da participação do setor revenda nesse intuito de ser criada uma política pública bem mais apurada e mais correta.

Aqui foi a elaboração, desde o princípio, e o desenvolvimento que nós tivemos, com vários revendedores participando, porque são eles, de fato, com seus colaboradores, que estão à frente para ter êxito esse programa. Como o Relator mesmo falou na última audiência pública, é o chão da fábrica. Nós somos o chão da fábrica, é a nossa realidade.

Continuidade do programa. O nosso programa consiste na concessão do auxílio financeiro, apenas a contribuição, no valor de R\$100, e o beneficiário completa com esse valor adicional, dependendo do valor da revenda, e, consequentemente, a entrega em domicílio. Praticamente 70% das revendas do Distrito Federal são credenciadas nesse programa.

Aqui são os preços: o que foi publicado; e a realidade do mercado. O que foi publicado aqui para o Distrito Federal foi R\$95,52, quando o preço mais próximo da realidade de mercado é o da pesquisa da ANP, que é de R\$103,93. E vejam vocês aí que o preço médio de custo por que as distribuidoras repassam o gás para as revendas é de R\$81,20. Então, o nosso custo





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

médio é de R\$19,50. É uma conta muito simples para ver que não há viabilidade no momento para ser praticado esse preço que foi publicado.

Aqui são algumas notas que nós trouxemos de alguns revendedores: R\$88,33, R\$89,10, R\$85,60.

Isso aqui são *prints* de aplicativos de uma distribuidora que correspondem ao preço de entrega: R\$93,23, R\$86,74. Então, é bem nítida a discrepância que existe entre o que foi publicado e a realidade que nós vivemos do setor aqui no Distrito Federal.

Outro ponto crítico são esses dois dias úteis, que é o prazo, que pode comprometer o caixa das revendas, que já operam com margens reduzidas e com custos altos – logísticas, segurança, tributos, pessoal –, com o valor já disponível na conta do beneficiário. Não há justificativa operacional para que o repasse demore dois dias. A nossa proposta de reajuste do prazo é que haja transferência imediata ou apenas D+1. A nossa justificativa é: garante atratividade para adesão do programa; evita desequilíbrio financeiro às revendas, especialmente as de pequeno porte, que são a grande maioria dentro do nosso território brasileiro; e aumenta a eficiência e transparência na execução dos recursos públicos.

Nós sempre fomos incentivadores da medida provisória, tanto é que o nosso exemplo é dado aqui no Distrito Federal, onde aproximadamente 70% das revendas aderiram a um programa bem parecido. Então, o que nós precisamos ter em mente? Nossa viabilidade econômica e jurídica para as revendas, uma revisão dos valores publicados, a reavaliação e a segurança jurídica das empresas revendedoras em relação ao contrato de adesão, porque há muitas sanções e há muitas obrigações...

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO COSTA – ... sendo que, na verdade, foi o setor de distribuição que assumiu um compromisso que nem poderia ter assumido, porque quem está, na verdade, à frente, que é o elo que justamente está junto com os beneficiários, são as revendas e seus colaboradores. Então, é algo que é preciso repensar. O Governo deve se conscientizar de que a capilaridade do setor e o canal de execução do programa são, de fato, as revendas com seus colaboradores.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu queria só deixar uma última palavra, Senador: esse programa de política pública para poder beneficiar famílias que estão em vulnerabilidade na aquisição do seu gás de cozinha é muito importante. O Governo pode contar com o setor revenda, porque nós somos parceiros, e, quando nós estamos apresentando esses pontos, é porque nós queremos maior adesão. Nós estamos acompanhando a adesão, ela está baixa. Brasília ainda não foi contemplada, mas, com certeza, assim que for contemplada e reavaliado todo esse processo publicado de preços, a certeza é de que o Distrito Federal será mais de 70%. Por quê? Porque no projeto, aqui no Distrito Federal, as exigências são inúmeras, e no Gás para Todos é bem mais viável a adesão das revendas.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Agradecemos ao Sr. Sérgio Costa.

Peço para que o Sr. Valdir Luiz Dias, Secretário-Geral da Fetramico e Sitramico do Paraná, possa vir aqui ao meu lado.

E já chamo o Sr. Donizete Ildefonso de Lima, Presidente da Sitramico do Distrito Federal. *(Pausa.)*

O SR. VALDIR LUIZ DIAS (Para expor.) – Estou com a palavra, Sr. Senador?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Sim, senhor. V. Sa. está com a palavra, Valdir Luiz Dias.

O SR. VALDIR LUIZ DIAS – Saudando o Senador Nelsinho Trad, que nos deu a honra de estarmos aqui presentes, não vim aqui defender interesses inconfessáveis, Sr. Senador.

Diz-se no filme Perfume de Mulher que se pode viver uma vida em três minutos. Vou tentar esclarecer aos senhores por que estamos aqui, trabalhadores, em cinco minutos. Será difícil, mas como se vive uma vida em três minutos no Perfume de Mulher, no tango, vou tentar resumir.

Srs. Senadores, Srs. Deputados, a MP 1.313 é fantástica para um país cujo salário mínimo é de R\$1,5 mil. Quem sabe, se fossem de US\$7 mil, não precisaríamos do Auxílio Gás do Povo,





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas ele é necessário. Aí não é um problema meu, é político e ideológico. Estamos aqui falando por 25 mil trabalhadores das distribuidoras de GLP.

Nós representamos trabalhadores da distribuidora de combustíveis líquidos, GLP, TRRs e revendas de GLP. Não somos contra a distribuidora nem a revendedora. O.k.? Somos trabalhadores. Nos últimos 15 anos, senhoras e senhores, engarrafamos 7,5 milhões de toneladas. Neste exato momento, daqui a uma hora, lá na unidade onde eu entrei como *office boy* e cheguei a gerente em 50 anos, serão engarrafados 34 mil P13, que para quem não sabe é esse botijão aqui, é o gás do povo.

Minha mãe, quando nasceu, cozinhavam-se arroz e feijão no forno à lenha.

É por isso que está pegando fogo no Brasil, caindo neve em Curitiba e até pedras aqui, em Brasília – fato inédito. É a tal da transição energética, não é isso? Também não é o foco aqui.

O foco aqui chama-se segurança, porque na MP 1.313, Sr. Senador, 133 mágicas foram construídas, abastecimento fracionado. Nem sabem o que é um P13, que pesa 30kg, 28kg. Aqui tem 13kg de gás. O restante é aço, que as empresas compraram, fabricaram, colocaram um rótulo. Se esse botijão explodir na sua casa... E não vai explodir nunca, senhores, não vai explodir nunca! Sabem por quê? Porque há um plugue aqui, há um plugue de alumínio. Aqui dentro, não tem gás, é líquido: gás liquefeito de petróleo. Não é gás, é líquido, o.k.?

Tenho mais dois minutos e meio, vou tentar.

Então, Sras. e Srs. Senadores, abastecimento fracionado, não estamos preparados nesse "Brasilzinho" ainda. Temos que evoluir muito, criar tecnologias. Pelo amor de Deus, não coloquem uma bomba dentro da casa da minha mãe, que amanhã, Sr. Senador, faz 90 anos! Maria Aparecida de Paula Dias, estarei lá. O.k.? Não quero essa bomba dentro da minha casa.

A ANP, os senhores tinham o poder de fiscalizar. As revendas são classes 5, 4, 3, 2, 1. Cadê os fiscais da ANP, que não fiscalizam? Não estou aqui fazendo uma crítica, porque também não é minha área. Estou falando aqui por, segundo a Abragás, 300 mil empregos da revenda classes 5, 4, 3, 2, 1, e pelos trabalhadores das distribuidoras. Falar em 133 emendas parlamentares, em abastecimento fracionado, engarrafamento de outras marcas, nem sabe o que escreveram. Foi perguntado a um assessor de Deputado: "O senhor sabe como é que engarrafa um P13?".





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Não", então, não dá para discutir nada. Vamos embora! Tem que saber como engarrafa. Esse botijão...

Tenho dois minutos e meio, Donizete. Será que consigo? Vamos tentar.

O botijão chega à plataforma, entra na corredeira, vai ao carrossel, vem um plugue, enche. Mas tem trabalhador ali, não é, Sr. Presidente Sérgio Bandeira de Mello, do Sindigás, do sindicato patronal das empresas? Aqui estão Sr. José Luiz Rocha, o Sérgio e o outro Sérgio também, que é da Vice-Presidência da Associação Brasileira das Revendas. Quando esse botijão chega lá dentro da distribuidora, tem gente lá, ajudante de produção, que olha se o anel está bom, se o colarinho não está podre, porque há botijões que ficam lá fora, no quintal, gente, da nossa vovó, tomando chuva. Tem gente lá, ajudante de produção, ajudante de depósito, auxiliar de escritório, todo mundo olha esse botijão: "Epa! [não é, Donizete?], esse aqui tem que ir para a requalificação, esse aqui tem que fazer isso, tem que trocar o colarinho, tem que trocar a válvula, tem que fazer isso, requalifica, volta para o mercado, tal, tal". É assim que funciona, gente, na prática. Nós somos trabalhadores.

Os senhores têm que saber disso antes de criar 133 emendas e falar em abastecimento fracionado. Qual equipamento? Foi dito aqui pelo Deputado Hugo Leal que ele imaginou que seria a mesma coisa que encher tanque de gasolina. Pelo amor de Deus, não é. Aí ele reviu o seu conceito, não é isso?

(Soa a campainha.)

O SR. VALDIR LUIZ DIAS – Abastecimento fracionado – tenho mais um minuto – não é assim que funciona neste país. Quem sabe com novas tecnologias? Ainda bem que o gás não vai pelo WhatsApp para cozinhar o nosso feijão, o arroz e fritar o ovo para nossos filhos, netos e bisnetos se alimentarem. Então, a questão de segurança.

Outra questão. Tenho 40 segundos. O mercado é livre. A economia, o capital não vivem sem o trabalho. Fabriquem botijões, construam novas distribuidoras. O.k.? Coloquem lá sua marca. Engarrafar botijão não é engarrafar refrigerante, não é engarrafar cerveja. É gás liquefeito de petróleo. Enquanto o gás natural não estiver chegando a nossas casas, temos que nos utilizar disso, 7,5 milhões de toneladas.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lá em Araucária, no final da tarde de hoje, onde eu sou o Secretário-Geral do Paraná e da Federação Nacional, serão engarrafados 150 mil P13, não é isso, José Luis Rauch? São 150 mil, engarrafados e entregues para revenda legal, não é ilegal. A ilegal nós não representamos. Nós, trabalhadores, não representamos o que é errado. Nós trabalhamos e muito. Às cinco da manhã hoje saíram, lá em Araucária, mil trabalhadores para que o gás chegasse à sua casa. O Gás do Povo precisa ser aplaudido num país de salário mínimo de R\$1,5 mil. O.k.?

Essa era a minha fala. Posso concluir, Sr. Senador?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS. *Fora do microfone.*) – Sim, senhor.

O SR. VALDIR LUIZ DIAS – Parabenizo a iniciativa, repito, do Gás do Povo. Revenda, contem conosco, a revenda legal. Empresas distribuidoras, contem conosco, nós vamos continuar trabalhando e muito; 7,5 milhões de toneladas, dos quais 70%, senhoras e senhores, são P13. Aqui tem um plugue, o botijão chega aqui... Entenderam como é que funciona? Isso aqui não é vender gás no carro do som e da pamonha.

(Soa a campainha.)

O SR. VALDIR LUIZ DIAS – Isso aqui é coisa séria. O.k., senhores?

Era essa a mensagem como representante do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo do Estado do Paraná e Secretário-Geral da Federação Nacional, em nome aqui do Presidente Leonardo de Freitas, agradecendo o convite do Senador, que muito me honrou com a presença aqui.

Saí de Curitiba às 16h de ontem e cheguei às 22h. Estou cansado, evidentemente, como todos nós, mas quero passar esta mensagem: Sr. Senador, Sr. Relator, Srs. Deputados e Senadores, como disse, a Câmara aberta é para ouvir o clamor do povo. Srs. Senadores, por favor, tomem cuidado, arrefeçam esse clamor do povo! Estudei isso em elementos de direito constitucional. Vamos tomar cuidado. Legislar não é brincar, correto? E os senhores estão aqui, porque nós os elegemos, Srs. Senadores e Deputados, e muito nos honra estar aqui com os senhores no dia de hoje.

Era isso, Sr. Senador.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Agradecemos ao Sr. Valdir Luiz Dias.

Peço que a V. Sa. se dirija ao seu local e ceda o seu espaço ao Donizete Ildefonso de Lima, Presidente da Sitramico-Distrito Federal.

Já chamo aqui o Sérgio Henrique Balbino, Presidente da Gazoon.

O SR. DONIZETE ILDEFONSO DE LIMA (Para expor.) – Boa tarde, Exmo. Senador da República e boa tarde a todos os presentes.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer esse convite, ter convidado os trabalhadores a participar desta audiência, porque os trabalhadores nunca foram convidados para participar de audiência quando era uma audiência deste porte.

O que nós estamos vendo, o Gás do Povo, muita gente falou aqui em matéria de venda de gás, e o pessoal não falou ainda, que eu fiquei assistindo, o que é que vai trazer, porque estão dizendo que vão entrar não sei quantos milhões no mercado, que não usavam o gás e vão usar. A maioria desse pessoal não tem um botijão de gás em casa, ele não tem um fogão. Ele vai ter que comprar um fogão, ele vai ter que comprar o vasilhame para ele usar, porque ele não tem o vasilhame na casa dele, porque as empresas não fornecem o vasilhame, e aí vai entrar o Gás do Povo que vai ajudar a economia não só para esse pessoal, não só para a revenda, mas vai ajudar vários setores da sociedade.

Mas o nosso problema pior, que nós estamos pensando, que o meu colega já explanou alguma coisa aqui, é sobre a segurança, porque ninguém falou aqui quanto tempo dura um botijão de gás, porque o vasilhame de gás tem a validade. A validade dele é de 15 anos. Passou dos 15 anos, tem que se fazer a requalificação dele. Aí vale por mais dez anos. Quando ele passa pela distribuidora, vai se saber daquele botijão de gás o que aconteceu com ele, se aquele botijão de gás pode voltar para o mercado ou não.

Se nós colocarmos esse gás aí para ser engarrafado de qualquer forma e dissermos que o gás vai baratear se pudermos vender para a pessoa 2kg, 3kg ou 5kg, ele não vai baratear nunca. Basta os senhores verem aqui quanto custa uma garrafa de água mineral de 500ml. Ela vai





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

custar R\$2, R\$3. Quanto custa um garrafão de 20 litros? Então, se colocassem para vender no quilo o botijão de gás para a senhora de casa chegar lá e falar: "Eu quero 5kg de gás" e fizessem a média do preço, da média dos 13kg, tudo bem, mas não vão fazer essa média, então não se vai reduzir o preço.

Só tinha uma forma de reduzir o preço do GLP no país: se o Governo voltasse a tabelar o gás, igual era tabelado. Isso porque, se ele é tabelado, o cara não pode vender mais caro. Hoje, nós estamos vendo no setor algo igual ao que eu vi aqui em Brasília – aconteceu agora, recente -: uma pessoa pegar o gás, comprar da empresa, montar e vender 1,5 mil botijões de gás por dia a R\$70. Quem está vendendo esse gás para ele, para ele vender a R\$70? De onde está saindo esse gás? Tem alguma distribuidora metida no meio, porque não é ele sozinho que está fazendo.

Enquanto a média de compra está ali em R\$90, R\$91, ou R\$85 – igual ao que o Sérgio do Sindvargas falou para nós aqui –, e a revenda está comprando, por que alguém está conseguindo vender para o outro lá de R\$80, para a própria revenda da empresa? Sem dizer que uma das pessoas que vendia comprava o gás da empresa... R\$10 mais barato. Estava todo mundo registrado, e ele mandou todo mundo embora. Mandou 18 empregados, de uma lapada, embora.

Então, o setor do gás está deteriorado. E nós pedimos a essa bancada para não aceitar essa forma de engarrafamento de gás, nem engarrafar OM, porque o botijão tem validade. Quem vai seguir esse botijão, que vai voltar para dentro da casa do consumidor, para saber a validade dele?

Muita gente diz: "Olha, o botijão de gás explode". O bujão de gás não explode. O bujão de gás, se pegar fogo, naquela válvula que ao lado tem um plugue, naquele lado do botijão, ali ele vê o quanto do gás está vazando. O que explode é a pessoa chegar dentro de casa e, na hora em que chegar, ligar a lâmpada. Basta ele ligar a lâmpada que o gás acumulado dentro de casa explode o prédio. O bujão de gás explodiu; agora, ele vai soltar as bombas dentro da casa do pessoal, porque o cara vai lá engarrafar o gás.

Então, o botijão, porque é feita a requalificação dele... Eu vou chegar lá com o meu botijão, vou mandar encher ele, e todas as vezes eu vou levar o mesmo. Eu vou voltar com o





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo, mas hoje não. Hoje, eu pego o meu botijão, chego numa revenda e pego um que já está cheio. Não é a empresa que já fez a requalificação...

Então, nós pedimos, encarecidamente, aos Srs. Senadores e Deputados que não deixem passar um projeto desse de engarrafamento de gás, para engarrafar o tanto de gás que a pessoa quiser e engarrafar OM. Cada um tem sua marca. Se a empresa montar uma empresa, ela que compre os vasilhames dela.

Eu vi muita gente dizendo que o botijão de gás é dela ou que é da sociedade.

(Soa a campanha.)

O SR. DONIZETE ILDEFONSO DE LIMA – Os dois bujões que eu tenho lá em casa são meus. Agora, para eu comprar o gás, eu tenho que chegar com ele lá na revendedora ou lá no depósito – porque hoje são os depósitos que vendem –, para eu comprar outro. Já estão engarrafados lá e estão seguros para eu trazer para minha casa. Então, botijão de gás eu tenho o meu; agora, a empresa tem o dela.

Muito obrigado aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Agradecemos ao Sr. Donizete Ildefonso de Lima.

Peço ao Sr. Sérgio Henrique Balbino para que esteja aqui ao nosso lado.

Registro a chegada do nosso Relator, Deputado Hugo Leal.

Com a palavra, Sr. Sérgio Henrique Balbino, já convidando o Sérgio Bandeira de Mello, Presidente do Sindigás, para ficar aqui ao lado.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO (Para expor.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, autoridades presentes, é uma honra estar aqui nesta audiência que discute a Medida Provisória 1.313, do Gás do Povo.

Quero começar reconhecendo o mérito desta Casa, Senador, ao enfrentar, com serenidade, um dos maiores desafios do Brasil, a pobreza energética, que ainda obriga milhões





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

de famílias a cozinhar com lenha, improvisar soluções precárias e escolher entre o gás e a comida no mês.

Venho aqui de forma respeitosa, mas muito clara e objetiva, Senador, evitar que uma medida provisória social possa, ainda que de forma não intencional...

Você pode trocar aqui para mim? Qual é? *(Pausa.)*

Ainda que de forma não intencional, travar a modernização do mercado de GLP e limitar inovações em nome de interesses que representam o consumidor.

A Medida Provisória nº 1.313 cumpre o seu papel como política social. Ela mira no correto: ampliar o acesso, focalizar o recurso e garantir que o auxílio chegue a quem precisa. Mas esse mérito pode ser comprometido se misturarmos dois mundos que, por natureza, devem caminhar em cooperação, mas com espaços bem definidos: o mundo da política social, que pertence ao Parlamento, e o mundo da regulação operacional e técnica, que pertence à ANP. Quando esses dois mundos se confundem, criamos pelo menos quatro graves crises: insegurança jurídica, pois abre-se jurisprudência que engessa a regulação técnica; travamento da inovação, porque qualquer nova tecnologia passa a depender de forma legislativa; aumento de custos para o consumidor e para o próprio programa social; e fortalecimento, na prática, de um modelo concentrado, que dificulta a entrada de novas empresas e novos modelos de distribuição. Por isso, quero ser bem objetivo, Senador, o Parlamento deve decidir quem recebe o benefício e a ANP deve decidir como opera o setor, quem entrega esse benefício com segurança e eficiência. Quando essas funções se misturam, o Brasil perde eficiência, perde segurança jurídica e perde inovação.

A marca não é segurança; segurança é processo. Hoje, no Brasil, todas as grandes distribuidoras enchem botijões de outras marcas. Isso é feito diariamente, há décadas, com contratos autorizados pela ANP. Esse dado, por si só, desmonta o mito de que a marca é a garantia de segurança. A marca não pesa o botijão, a marca não detecta vazamento, a marca não requalifica e a marca não impede acidente. Segurança é processo, não é logo estampada no aço.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui faço um registro importante, com base no que foi apresentado nesta própria Comissão. Há 26 emendas à medida provisória repetindo exatamente a mesma expressão "a detentora da marca estampada em alto-relevo no vasilhame". Quando uma mesma frase, idêntica, aparece em 26 emendas diferentes, isso não é coincidência técnica. Isso é um sinal de interesses comerciais que estão tentando se abrigar dentro de uma política social, política social que não pode carregar lastro de disputas comerciais.

O moderno, o seguro, que o Brasil pode liderar. Se queremos discutir o futuro, precisamos discutir futuro, não passado. O Brasil tem condições de operar um modelo moderno, com rastreabilidade digital, registro eletrônico de enchimento, inspeção sistemática, telemetria e monitoramento em tempo real. É isso que estamos chamando aqui de evolução – o uso de TAG, de tecnologia, de dados. Esse caminho aumenta a segurança, a transparência e a eficiência logística, e só é possível se a regulação continuar sendo tratada onde deve ser tratada: na ANP, sob as diretrizes desta Casa, com um critério técnico, AIR, consulta pública e análise de risco.

Hoje, o modelo atual carrega uma injustiça estrutural, e ao conversar com os amigos aqui, a gente falou disso. A família paga 13kg, mas quase nunca consegue consumir 13kg de gás. Sempre tem uma sobra no botijão, e esse resíduo jamais foi ressarcido a nenhum dos compradores. A minha vizinha nunca teve também, nem a minha mãe, e o fracionamento tira essa distorção. Por quê? No fracionamento, você vai pôr o que você realmente precisa; a família passa a pagar apenas o que efetivamente recebe. Pode colocar R\$5, R\$10, R\$20, de acordo com o seu orçamento, e reduz a necessidade de viagens longas dos botijões.

Foi falado aqui que o botijão tem um vencimento de 15 anos. Fato: se ele ficar intacto; se não, ele pode vencer em um mês. Eu já vi descarregarem o botijão, como os amigos aqui...

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – ... dando ré no caminhão e os derrubando no chão. Então, isso também seria um ponto importante.

Bom, é importante deixar claro que o fracionamento já existe hoje. Ele existe na forma do P20 e na forma do P190. Eles são vasilhames transportáveis como o P13, e a ANP fez a regulação, fez tudo correto, e a gente não se vê falar nada disso, de acidentes.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui eu tenho um vídeo que foi feito na COP 30.

Como eu faço para passar? *(Pausa.)*

Olha lá, já foi.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Não tem som, mas é uma moradora ribeirinha falando do processo de fracionamento, do quão bom seria para ela. É importante, no material, depois, a gente estar dando uma olhada.

Como eu estou no meu último minuto, eu queria falar aqui da ANP e do papel que ela desenvolve sobre as diretrizes desta Casa. O Parlamento define o rumo da política, a ANP traduz esse rumo em norma técnica apoiada em dados, AIR, consulta pública, análise do impacto regulatório. O que não podemos fazer, Senador, é transformar a MP social em um espaço para fixar regra operacional, criando amarras para sobreviver à própria medida provisória.

O setor do GLP não é um obstáculo ao combate da pobreza energética, pelo contrário, ele é uma solução. O botijão é do cliente, o gás é do povo, e o futuro do GLP precisa ser mais moderno, mais justo, mais eficiente, mais humano. A MP 1.313 é um avanço extraordinário e deve permanecer focada em seu propósito: proteger as famílias brasileiras.

A modernização do GLP – fracionado, rastreado, novos modelos de abastecimento – deve seguir o foro técnico correto: a ANP, com segurança, transparência e diálogo. O Parlamento cuida da parte social, a ANP cuida da regulação técnica, e, quando cada instituição cumpre sua vocação, quem ganha é o povo brasileiro.

Era isso que eu tinha a dizer. Eu agradeço, Deputado. Eu dei uma corrida aqui para terminar.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Fez bem.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Mas, Senador, perdão.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Agradecemos ao Sr. Sérgio Henrique Balbino.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Sr. Sérgio Bandeira de Mello, Presidente do Sindigás.

E já chamo aqui o Bruno Valle de Moura, que vai falar por vídeo.

Porém, antes, pela ordem, pede o Deputado Campos.

O SR. PEDRO CAMPOS (Bloco/PSB - PE. Pela ordem.) – Presidente, muito obrigado por me conceder a palavra. Quero saudar aqui o Relator dessa matéria, o Deputado Hugo Leal, todos os senhores aqui que participam desta audiência pública tão importante para discutir o programa Gás do Povo.

E peço licença para sair um pouco desse debate mais técnico da distribuição para reforçar a importância desse programa e também a oportunidade que nós estamos tendo de discutir uma legislação ao passo que ela já funciona, na prática, na vida das pessoas. Nós já temos hoje, no Brasil, em dez capitais do Brasil, mais de 1 milhão de famílias que já estão passando pelo processo de receber o seu gás gratuitamente através do programa Gás do Povo. Isso nos dá uma oportunidade de aprendizado muito grande com aqueles que são as pessoas centrais dessa discussão que nós estamos fazendo, que são os consumidores, os beneficiários dessa política, as pessoas que estão saindo de suas casas para fazer a recarga, a troca do botijão de gás gratuitamente.

Enquanto nós estamos conversando aqui, tem uma questão que está acontecendo que é muito séria e de que já tem reclamações em diversas cidades, que é a cobrança indevida de valores pelas revendas. Isso já está sendo alvo de reclamações! Existe um canal de comunicação na ANP, mas eu acredito que nós temos a oportunidade de, na legislação, já prever ferramentas melhores de controle e de punição para esse tipo de atitude, porque isso, inclusive, bota em xeque a credibilidade daquelas pessoas que estão fazendo a recarga de maneira séria, de maneira correta, respeitando as regras do programa.

Eu estava falando sobre isso nas minhas redes sociais, e um revendedor veio e disse: "Aqui no meu ponto de revenda não cobro nada, viu?". E ele tendo que reafirmar o certo que ele estava fazendo, que é o básico, que deveria ser a regra para todo mundo, mas, se a gente não fiscaliza, se a gente não garante que tenha informação para as pessoas, o que nós recebemos hoje são relatos de pessoas dizendo: "Eita, me cobraram R\$20, porque disseram que no gás o





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo só está pagando R\$90 e o gás é R\$110". Pegam a vulnerabilidade dessas pessoas para que a pessoa esteja cobrando R\$20 por um programa que deveria ser gratuito, ou, às vezes, de maneira mais, digamos assim, ardilosa, fazem uma diferenciação do preço do frete ou do preço do vasilhame. Vão entregar no mesmo lugar o botijão de gás, mas, se a pessoa estiver comprando, a entrega é R\$10; se a pessoa for do Gás do Povo, a entrega é R\$20. Isso não é justo também que aconteça.

Então, eu faço esse apelo aqui ao Relator Hugo Leal e a esta Comissão para que nós possamos legislar, em favor dos beneficiários e também dos revendedores que estão fazendo um trabalho sério, que aderiram a esse programa, que voluntariamente procuraram aderir a esse programa e que querem participar desse programa social importante... O pessoal diz: "Não, é para combater a pobreza energética", mas, na minha visão, é para dar o básico de dignidade.

Para a gente que anda nas comunidades, anda no interior, quantas vezes, Deputado Mário Heringer, já chegamos a uma comunidade e uma pessoa chega e diz: "Deputado, meu gás está vazio, me dê um dinheiro para eu trocar o meu gás". Quantas vezes a gente já escutou isso? E a pessoa pede para o Deputado, porque é quem apareceu ali na porta deles. Para qualquer um que aparecesse com mais condições ele iria pedir, porque ninguém gosta de cozinhar com lenha, ninguém gosta de cozinhar com álcool, ninguém gosta de cozinhar com carvão. Eu entendo, eu respeito, mas eu digo: "Infelizmente, eu não vou poder lhe ajudar".

Agora a gente pode com esse programa social, e tem que garantir que ele funcione na prática, e que ninguém se aproveite da vulnerabilidade dessas pessoas para poder, em parte, tirar um dinheiro que é indevido e, em outra parte, também manchar o nome das vendas que estão fazendo um trabalho certo, que estão fazendo um trabalho decente e que não podem ser contaminadas com esse problema de alguns revendedores que estão tomando essa atitude inadequada.

Por isso, eu faço esse apelo aqui e digo que o quanto antes a gente possa aprovar essa medida provisória, aprendendo com as lições que a prática já está nos dando, já que é um programa que já começou a funcionar na vida das pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Agradecemos ao Deputado Pedro Campos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pela ordem, Deputado Hugo Leal.

Já passo a palavra para o Sérgio Bandeira de Mello.

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ. Como Relator.) – Então, Sr. Presidente, eu acho que a ponderação do Deputado Pedro Campos goza de total razoabilidade. Exatamente, o princípio já está sendo aplicado, então, a gente tem que ter aqui o cuidado da celeridade, mas não atropelar. Acredito que a presença aqui do Presidente do sindicato e de outras instituições também possa responder o que o Relator, às vezes, não pode adentrar.

Concordo com aquilo que a pessoa, que me antecedeu, fala na questão do espaço da discussão legislativa em contraponto à regulação, mas acho que a questão da regulação também precisa de um normativo. A regulação é infralegal; se a gente não definir os parâmetros dentro da lei, acaba que a regulação assume um papel além da sua responsabilidade.

Agora, sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Obrigado, Deputado Hugo Leal.

Com a palavra o Sr. Sérgio Bandeira de Mello. Cinco minutos, por favor.

O SR. SÉRGIO BANDEIRA DE MELLO (Para expor.) – Mais uma vez, eu agradeço a oportunidade de estar aqui representando os Sindigás. Saúdo o Presidente da Comissão, o Senador Nelsinho Trad, o Relator Hugo Leal e os demais Congressistas aqui presentes.

Vejo, com muito entusiasmo, esta primeira fase de entrada do programa, efetivamente, e respondendo ao senhor, Deputado: nós já fizemos hoje uma investigação, através das ouvidorias das distribuidoras, se houve algum tipo de denúncia. Também estive no Ministério de Minas e Energia com o Ministro Silveira, há pouco, e ele também pediu que fosse verificado junto à ANP. Ainda não houve nenhuma denúncia com relação a isso, mas é algo que... Existem mecanismos previstos na organização do programa para que existam sistemas de ouvidorias, compartilhados com os gestores do programa, porque irrefutavelmente nós passaremos por situações que podem comprometer a reputação do programa, e isso seria o pior que poderia acontecer. Então, faço coro com o senhor. Conte com as distribuidoras indiscutivelmente para que a gente mantenha um sistema totalmente transparente de ouvidoria.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, certamente vai haver uma comunicação, há necessidade de se melhorar a comunicação de alguma forma, porque efetivamente o preço estabelecido, o preço de referência está estabelecido para a entrega na portaria, então o consumidor, retirando na portaria, tem uma carga grátis. Vai ter um custo de entrega caso ele opte por receber em casa.

Nós sempre defendemos a ideia de que a gente tivesse... Vou adiantar aqui um pouco e falar um pouco sobre, aqui já com o Relator ao meu lado, no momento presidindo, as dez primeiras capitais que entraram em operação. Hoje também verifiquei esses números, no Ministério de Minas e Energia, já temos 42% de adesão das revendas, é uma adesão, uma cobertura estupenda, muito maior do que se tem em média no programa Farmácia Popular. Então, além disso, o Ministério de Minas e Energia me mostrava alguns dados internos deles, mas não existe nenhum beneficiário a mais de 1km de uma revenda, então, quer dizer, realmente o programa está ganhando uma expansão muito grande, a gente vê com muito entusiasmo.

Nós vemos, sim, com preocupação algo que é essa questão do valor de uma carga de gás. Nós sempre sugerimos que fosse feito um desconto, parecido com o programa que existe aqui em Brasília, que foi comentado pelo colega Sérgio, aqui do sindicato, mas a gente entende que o Governo já fez a opção de levar o programa adiante da forma como está, e nós vamos levar o programa adiante, vamos apoiar nos desafios que nós temos. É muito importante que nós tenhamos gatilhos automáticos também. Em primeiro de janeiro, nós temos uma situação de aumento de ICMS, e é muito importante que esses valores cheguem rapidamente às questões de precificação.

Aqui algumas emendas, que a gente traz para que a Casa fique atenta a determinadas sugestões. Não vou me alongar nelas, a Casa já conhece as emendas. A gente vê a segurança no setor de GLP como algo fundamental, como já foi dito aqui por outros que me antecederam, e efetivamente o botijão de gás não é tanque de gasolina, ele fica ao lado de um fogão aceso dentro de lares, em alguns casos, de lares com alguma precariedade. É muito importante que a gente fique atento e que a gente não fomente... Hoje o Estado brasileiro está passando por escândalos ligados ao sistema de combustíveis, e vamos evitar janelas que possam trazer escândalos também para um setor que não tem vícios de quantidade, qualidade nem nada.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguns modelos, como são os aplicados no México, no Paraguai e em alguns países da África, levam, efetivamente, a uma catástrofe – realmente uma catástrofe – a que a gente assiste.

Aqui são alguns casos também – não vou me deter – de incidentes e acidentes. O caso da Nigéria, especificamente: num dia de Natal, cem pessoas morreram em frente a um local de abastecimento. Aqui, a questão do crime organizado; a gente pede, de verdade, que esta Casa continue...

(Soa a campanha.)

O SR. SÉRGIO BANDEIRA DE MELLO – ... lutando, junto com o Governo Federal, com todos os esforços que vêm sendo feitos, com governos estaduais também, pela busca de recuperação dos impostos e retirada do crime organizado – o verdadeiro crime organizado, não o calçado de chinelos, mas sim o do sistema financeiro.

O Gás do Povo permite que o GLP chegue efetivamente ao público que necessita, e isso é um desafio enorme. O Brasil vai sair à frente do restante do país.

E, de novo, o que eu já falei anteriormente: a questão de não trazer vícios de qualidade e quantidade e também não trazer o crime organizado para a distribuição.

E, aqui, a palavra do povo, através de pesquisas de mercado que foram feitas pelo Instituto Locomotiva sobre como a população deseja o seu botijão de gás.

Agradeço muito a oportunidade.

Permaneço, Senador, à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Agradecemos ao Sr. Sérgio Bandeira de Mello.

Agora, vamos na pessoa que está via remota: Bruno Valle de Moura.

O SR. BRUNO VALLE DE MOURA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde a todos.

Primeiramente, agradeço ao Senador a oportunidade de trazer esclarecimentos sobre a regulação do GLP pela ANP.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, Bruno Moura, ocupo a função de Superintendente Adjunto de Distribuição e Logística da ANP e, dado que o Diretor Daniel Maia já fez, na reunião desta Comissão, em 12 de novembro, considerações a respeito do papel da ANP na implementação do Auxílio Gás do Povo, eu vou concentrar minha fala na revisão regulatória ora em andamento na ANP.

A AIR, que é a análise de impacto regulatório, é um estudo preliminar baseado em evidências que tem a função de suportar, apoiar a decisão do tomador de decisão na agência reguladora, avaliando, tentando prever os impactos de alterações no regramento e avaliando opções, caminhos de regulação para alcançar o objetivo regulatório.

Se puder passar, por gentileza.

O objetivo-fim dessa ação regulatória – de revisão do marco regulatório de distribuição e revenda de gás liquefeito de petróleo, o GLP, ou gás de cozinha – é possibilitar o desenvolvimento do mercado de GLP e o acesso ao energético por diversos segmentos da sociedade, preservando níveis de segurança adequados. Então, o que a gente enxerga aqui? É uma complementaridade, com a essência da política pública do Gás do Povo.

Como objetivos-meio, foi estabelecido: reduzir o custo das exigências regulatórias, reduzir as barreiras à entrada de novos agentes no mercado de distribuição de GLP e permitir novos modelos de negócio, o que está bastante alinhado com o próprio planejamento estratégico da ANP.

Próximo.

Como esse é um setor com bastante penetração na sociedade brasileira, um setor que vem sendo estudado há muitos anos pela ANP, nós levantamos uma série de temas que mereciam uma atenção nessa revisão regulatória. Então, foram listados e divididos seis temas: vedação a outros usos de GLP; enchimento de recipientes que estampam outras marcas; enchimento a varejo, seja total ou parcial, de recipientes transportáveis; rateio do produto em polos de fornecimento deficitários; os contratos de enchimento entre distribuidores concorrentes; e vinculação dos revendedores aos distribuidores.

Eu vou tentar me ater aqui aos cinco minutos planejados, passando rapidamente por cada um deles.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor, o próximo.

Na vedação aos outros usos... Essa é uma vedação histórica, né? Não se pode, atualmente, historicamente, utilizar-se o GLP em motores, saunas, caldeiras e aquecimento de piscinas. Isso foi adotado num contexto macroeconômico completamente diferente do atual. Então, isso funciona como a restrição ao desenvolvimento do mercado.

Com base em estudos da empresa de pesquisa energética, as projeções de demanda, mesmo com a abertura a esses novos usos, se enquadram num cenário de oferta projetado para os próximos anos, tendo em consideração o aumento de capacidade de oferta por UPGNs (unidade de processamento de gás natural), por exemplo, o Boaventura, aqui no Estado do Rio de Janeiro.

Então, a solução proposta é a liberação imediata de todos os usos.

(Soa a campanha.)

O SR. BRUNO VALLE DE MOURA *(Por videoconferência.)* – Próximo, por favor.

O enchimento de recipientes que estampam outras marcas visa atacar o problema regulatório da logística reversa de destroca. E a gente, hoje, já presencia um compartilhamento de infraestruturas em que um distribuidor A, detentor da marca A, faz um acordo com o distribuidor B, para que o distribuidor B encha o recipiente da marca A. Então, hoje, já não é a marca que permite a rastreabilidade de quem encheu esse botijão no Brasil.

Eu vou passar mais rapidamente, em função do tempo concedido.

O Tema 3... A solução para o Tema 2 seria permitir o enchimento de outras marcas mediante, como condição, a implementação do sistema de rastreamento interoperável e aprovado previamente pela ANP, a agência reguladora.

Tema 3, por favor. Próximo eslaide.

O enchimento a varejo de recipientes transportáveis também está condicionado ao atendimento de normas técnicas e também evita essa questão do ciclo logístico longo, que é afetado pela logística reversa, a destroca, o passeio de botijões vazios ali, com peso muito elevado do aço, nessa logística de distribuição de GLP.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse modelo de negócio novo foi observado em experiências internacionais, estudadas pela ANP, e estudos de risco próprios da ANP indicaram que é possível, sim, tecnicamente, e atendendo condições técnicas e normas, se abastecer nesse novo modelo, sem que haja elevação do risco de operação.

Tema 4, por favor, próximo eslaide.

O rateio em polos de fornecimentos deficitários também foi identificado e a solução foi introduzir novos critérios que levem em consideração a participação de mercado do distribuidor, a capacidade de armazenagem do distribuidor e o histórico de retiradas, visando a estimular o investimento em infraestrutura e a entrada de novos agentes.

Tema 5, por favor, próximo eslaide.

Os contratos de enchimento entre distribuidores já ocorrem, entre os distribuidores concorrentes, e a intenção aqui é que a gente dê mais transparência e evite situações em que haja práticas discriminatórias entre os distribuidores.

Tema 6, por favor, próximo eslaide.

A vinculação dos revendedores aos distribuidores no GLP ainda é um tema tutelado pela ANP, ao contrário do que ocorre com combustíveis automotivos. Então, com combustíveis automotivos, a ANP já deu um passo atrás nessa tutela e o resultado foi bastante benéfico para o mercado. A intenção aqui é fazer algo bastante semelhante ou mais simplificado com o GLP, de forma que essa questão seja resolvida entre as partes, no nome dos comerciantes, dos distribuidores e dos próprios revendedores.

Tentei passar de uma forma bastante geral. Permaneço à disposição para quaisquer dúvidas e outras informações.

Muito obrigado e me desculpe por eventualmente ter ultrapassado o tempo concedido.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Agradeço o Sr. Bruno. Eu peço que fique aí ligado, porque têm duas perguntas que chegaram do e-Cidadania. Agora já é a parte das perguntas, que eu já vou fazer direto para a V. Sa., vez que é Superintendente Adjunto de Distribuição e Logística da ANP.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paulo, de São Paulo, pergunta: "Como chegará às áreas remotas? E quais reformas estruturais existem para [...] [a chegada do gás liquefeito do petróleo e a sua distribuição]?"

Além dele, tem também aqui outra pergunta, que já vou deixá-la feita: "Como será feita a transição dos atuais beneficiários do Auxílio Gás dos Brasileiros para o novo programa Auxílio Gás do Povo?", Victor, do Paraná.

Pode responder a um e, depois, ao outro.

O SR. BRUNO VALLE DE MOURA (*Por videoconferência.*) – Com relação à primeira pergunta, Sr. Senador, de fato, a distribuição e a revenda de GLP hoje, no Brasil, já são capazes de alcançar uma penetração, como eu bem coloquei no início da apresentação, muito grande no país. Então, não é por falta de logística, de pulverização dessa logística que um consumidor não utiliza, eventualmente, o GLP. Pode ser uma questão de custo, pode ser uma aparente praticidade de ter a lenha por perto, numa zona rural, ou uma tradição, enfim, mas a logística hoje já é bastante abrangente e chega a muitos lugares deste Brasil afora, mesmo na Região Norte, que depende de logística fluvial, por meio do transporte por rios, e isso acontece de uma maneira bastante completa.

O que se propõe na revisão regulatória é que haja uma nova possibilidade para que, eventualmente, em casos específicos, seja operado um modelo ainda mais eficiente, em que não haja o retorno do botijão vazio para a base de enchimento, que é justamente a proposta do modelo de envase a varejo, como eu busquei resumir na apresentação.

Então, é uma forma de negociação e de operação complementar – não seria obrigatório, não seria compulsória; seria complementar –, e, havendo a viabilidade econômica dessa operação, a ANP passaria a permitir, mediante o cumprimento de determinados aspectos técnicos, obviamente.

Com relação à segunda pergunta, vou me permitir não pronunciar na parte da ANP, por não ser da atribuição regimental da própria ANP. Acredito que o ministério da parte social seja a instituição mais apropriada para responder a esse tipo de pergunta.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos, sim, uma participação nesse programa, na implementação do Auxílio Gás do Povo, mas não no credenciamento da parte final, da conta, do consumidor. Nós vamos até a etapa do revendedor, e a adesão é feita operacionalmente pela Caixa Econômica Federal.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Agora, eu vou fazer uma pergunta para o Sr. Valdir Luiz Dias.

A Juliana, da Bahia, quer saber: "Como a MP fortalece a segurança no uso do GLP e reduz riscos [...] no armazenamento e na distribuição nas áreas mais vulneráveis?"

O SR. VALDIR LUIZ DIAS (*Fora do microfone.*) – Está ligado?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Aperta aí. Tem um botão aí.

O SR. VALDIR LUIZ DIAS (Para expor.) – Eu penso que a MP tem que estar (*Fora do microfone.*) ... cercada de fiscais atuantes, para que possa, Senador, exatamente, ter essa eficácia a que ela se propõe.

Eu acabei de ouvir ali do expositor que esse – como ele usou o termo? – botijão não retornaria à base de engarrafamento. E como é que ele seria requalificado? Eu devolvo a pergunta para ele; e, ao mesmo tempo, respondendo à colega da Bahia, onde nasceu o Brasil, com certeza, Excelência, Sr. Senador, cabe à ANP, que é o órgão fiscalizador, não é isso? É a Agência Nacional do Petróleo e Biocombustíveis; cabe a ela ir lá, fiscalizar e verificar as condições do local onde está sendo feito o abastecimento, lembrando que o GLP não é igual ao gás natural – não é isso, expositores, aqui, brilhantes do futuro da transição energética?

Não há como canalizar o GLP em longas distâncias; ele trabalha sob pressão. É diferente do gás natural, do gás da energia solar, da eólica, etc. O gás liquefeito de petróleo funciona sob pressão; ele é líquido e se torna gás, ao contato com o oxigênio e com a emissão da faísca.

Respondendo, objetivamente, cabe, sim, à ANP. Como ela tem que fazer? Não somos nós, trabalhadores, que temos esse poder de polícia – nós não temos esse poder de polícia. Nem greve podemos fazer; temos que trabalhar 30%, porque o nosso serviço é essencial.

Espero ter respondido à colega da Bahia.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Então, eu passo a palavra de volta para o Bruno, uma vez que o Sr. Valdir devolveu uma pergunta para V. Sa.

Está no ar aí?

Já saiu? (*Pausa.*)

Enquanto isso, o Luiz, do Paraná pergunta para o David Atayde: "A MP garante recursos suficientes para manutenção do programa?".

O SR. DAVID ATHAYDE (Para expor.) – Respondendo à pergunta, basicamente, o que eu tentei explicar na minha apresentação foi, exatamente, que o orçamento foi feito com a perspectiva de atender toda a demanda do público-alvo do programa.

Obviamente, como é uma modalidade nova, esse atendimento vai ser feito de forma gradual, até que todo mundo consiga ser absorvido pela modalidade de gratuidade. Mas entende-se que ela vai estar, possivelmente, em total operação, em 2027, mas a ideia é chegar no público-alvo, de forma gradual e segura, no decorrer de 2026.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Agora, eu vou fazer a pergunta para o Donizete Idelfonso de Lima, na visão do trabalhador: "Como impedir que botijões gratuitos sejam revendidos para quem não precisa, desviando o objetivo social?". Bruna, lá do Mato Grosso.

O SR. DONIZETE ILDEFONSO DE LIMA (Para expor.) – Bom, Excelência, nós já temos este programa do Governo, que é o gás para todos, que está sendo criado – e tem as pessoas que recebiam o vale-gás, que podem se encaixar dentro – e que tem lá todas as formas, que são as pessoas que precisam... E teve uma outra pessoa, um outro Deputado, que falou sobre a venda do botijão de gás, que as pessoas estão cobrando... É bom ressuscitarmos a nossa memória que, na última greve dos caminhoneiros, aqui, em pleno Distrito Federal, na capital da República, tinha revenda de gás cobrando R\$250 pelo botijão, que foram pegos aqui na época – o pessoal cobrava naquela época. Então, esse programa tem que ser bem elaborado, porque senão vai acontecer a mesma coisa, de a pessoa cobrar, passar a cobrar para levar na residência do cara, outro preço absurdo: "Vou levar, mas é tanto". Mesmo se ele for levar, ele vai cobrar mais, que é a forma como ele colocou, porque existe isso no setor.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se os senhores não lembrarem, podem pegar matérias nos jornais aí, quatro anos atrás, na última greve de caminhoneiros, o pessoal estava cobrando... Faltou gás no Distrito Federal, porque estava faltando no país, não tinha como trazer, e quando chegava o gás, eles cobraram R\$250 num botijão de gás.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – O Bruno, que estava *online*, perdeu o sinal.

Então, vamos ver se ele recupera.

Na mesma linha, uma outra pergunta, também do Mato Grosso: "Como garantir transparência para diferenciar famílias realmente carentes daquelas que tentam usar o benefício indevidamente?".

Você mesmo.

O SR. DONIZETE ILDEFONSO DE LIMA – Eu mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – É.

O SR. DONIZETE ILDEFONSO DE LIMA (Para expor.) – Senador, o problema é o seguinte. Tem várias pessoas que nós temos lá, se pegarmos o CadÚnico, para saber se a pessoa está dentro do programa ou não, se ela recebe salário ou se não recebe....

Agora, se tem pessoas que trabalham, vendendo produto no meio da rua, igual muita gente fica defendendo, para a pessoa não recolher à Previdência, não recolher nada... Fica trabalhando e recebendo, das duas formas, para fracturar o programa... Agora, o programa, se for colocar lá, tem várias formas de o setor, o Governo, descobrir se a pessoa realmente está enquadrada ou não. Porque ela tem que se cadastrar para saber qual é a forma como ela pode receber ou não, se ela está cadastrada ou não.

O SR. VALDIR LUIZ DIAS – Sr. Senador, posso complementar a fala do meu companheiro Donizete?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Pode.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VALDIR LUIZ DIAS (Para expor.) – Nós, trabalhadores, não temos o poder de polícia e de gestão.

Nós engarrafamos, distribuímos e revendemos.

O poder de polícia é do dono da revenda, é da distribuição, é da ANP, é da polícia.

Nossa missão é engarrafar com segurança, distribuir e revender.

Nós, trabalhadores, temos que cumprir a nossa missão, senão quem vai para a rua somos nós. Porque a revenda Classe 54321, sei que V. Exa. – perdão pela Vossa Excelência, mas com a honra da palavra... O que ocorre, Sr. Senador, muitas vezes, Deputado Hugo Leal, que vai relatar a matéria, é que há emendas aí que surgiram que nos remetem à missão que não é de nós trabalhadores: é da distribuidora e das revendas, e do próprio Estado, que está dando o benefício. Nós trabalhadores, se não fizermos, vamos ser mandados embora por desídia, por não cumprimento das nossas funções, da entrega. Não somos nós que vendemos. Nós, repito, engarrafamos com segurança, distribuímos com segurança e revendemos com segurança. Problema de falcaturia não é com o trabalhador.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO (*Fora do microfone.*) – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Pois não, com a palavra. Pode ligar.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO (Para expor.) – Eu acredito que a pergunta que o nosso amigo fez foi para mim, não foi para o Bruno – correto, meu amigo? Com relação à requalificação, quem vai fazer.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Pode responder.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – É o seguinte. A requalificação dos botijões hoje é feita por requalificadoras. Não é feita por nenhuma distribuidora. Nenhuma distribuidora o faz.

Então, do mesmo modo como no gás fracionado, em que ele vai sair da casa e chegar até o depósito, e voltar e, com isso, vai ter menos desgaste, essa revenda vai separar o botijão que está fora do prazo de validade, ou se ele está com danos, como é previsto na NBR 8866, e vai mandá-lo para a requalificadora.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, respondendo à sua pergunta, quem vai fazer a requalificação vai ser a requalificadora do vasilhame do cliente, o.k.?

Só isso, Senador.

O SR. VALDIR LUIZ DIAS – Uma pergunta da colega da Bahia. Ela perguntou como será possível uma requalificação nas áreas longínquas. Correto? Não foi essa? Não teria nada a ver com a sua apresentação, Sr. Sérgio.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – Exato. Me perdoe. Eu imaginei que era com relação à requalificação do botijão.

O SR. VALDIR LUIZ DIAS – Áreas longínquas.

O SR. SÉRGIO HENRIQUE BALBINO – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Agora vamos... Uma pergunta mais apimentada aqui. Eu vou pôr o Sérgio Bandeira de Mello para poder açucarar-la.

O José, de Pernambuco: "Qual a necessidade de alterar o nome do benefício? É para dizer [...] [que era do Bolsonaro e agora é do Lula]?"

O SR. SÉRGIO BANDEIRA DE MELLO (Para expor.) – Não tenho a menor ideia, Senador. (Risos.)

Poderia ser o gás do Bandeira, mas, na verdade, eu acho que, efetivamente, é uma modelagem nova. Ficou Programa Auxílio Gás e foi incluído o Do Povo. Mas, realmente, não tenho como adoçar a resposta, não, Senador.

Mas agradeço a lembrança. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Não, aqui o que chega de pergunta, eu passo para a frente. Isso aqui é democrático.

O SR. SÉRGIO BANDEIRA DE MELLO – Estamos aqui para colaborar.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – E lá nas Relações Exteriores, de que sou Presidente, é assim também.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, às vezes, vai um Embaixador para um país desse, o cara fala: "Mas o que você vai fazer lá?". Não é? Aí o cara fica numa sinuca aqui. (*Risos.*)

Comentários.

O Carlos, da Bahia: "Eu concordo [...]. Gostei dessa ideia. Tomara que consigam, realmente, trocar para o Auxílio Gás do Povo".

O Felipe, de São Paulo: "Sou a favor de tarifas de gás mais justas para todos, com tarifa social para [a] baixa renda, como [já ocorre] nas contas de água e [de] energia".

O Manuel, de São Paulo: "Sou totalmente contra! Só vai facilitar a comercialização [dos] botijões de gás fornecidos pelo Governo, que [virarão] moeda de compra e venda".

O Daniel, do Amazonas: "Os direitos do povo brasileiro precisam ser garantidos [...]. O Governo precisa criar mais programas como esse e aprimorar os já existentes".

Alguém quer fazer mais alguma consideração? – porque nós estamos esperando a conclusão da chegada de uma ementa do Relator. (*Pausa.*)

Pode falar.

O SR. SÉRGIO COSTA (Para expor.) – Senador, queria fazer um aparte em relação a uma pergunta que foi feita e foi até dirigida aos nossos colegas ali, em relação aos beneficiários, que muitos deles não estão em estado de vulnerabilidade de fato.

Eu digo isso por experiência própria do nosso programa aqui no Distrito Federal. Há muitos beneficiários em que é nítido nós vemos que eles têm o benefício e não precisam. E quem, de fato, precisa não consegue esse benefício. Eu até imagino que deveria ser reavaliado o CadÚnico, esse cadastramento, porque, se isso acontece aqui no Distrito Federal, com certeza muitos beneficiários dos nossos estados, em todo o Brasil, devem ter o benefício e não necessitam; enquanto outros, milhares, não conseguem o concedimento do benefício.

Só isso mesmo. Senador, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Agradeço a presença de todos os convidados.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se quiserem permanecer para poder ouvir a segunda parte da reunião, é um prazer. Será deliberativa.

Na ordem do dia, a palavra ao Deputado Hugo Leal, do PSD do Rio de Janeiro, para que proceda à leitura do relatório.

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu só talvez pediria cinco minutos para poder fazer adequação de sistema, porque o sistema da Câmara, em que foi qualificado aqui o relatório... Nós estávamos aguardando o encerramento dessa audiência pública, até por causa das sugestões que foram feitas aqui, nós estamos na sintonia fina... O relatório já foi apresentado, está aqui, só falta esse ajuste final de sistema.

Não sei se precisa suspender a sessão... Ou eu já posso fazer a leitura do relatório?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Prossiga com a leitura, por favor, que nós temos até as 16h para encerrar aqui.

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ) – Sr. Presidente, eu acho que devido ao conhecimento, especialmente desta Comissão, que nós já ouvimos tanto, eu vou aqui me permitir ir direto ao voto.

Da admissibilidade, do atendimento...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Permissão concedida.

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Da admissibilidade.

Do atendimento aos pressupostos condicionais de relevância e urgência.

A medida provisória em análise atende aos requisitos de relevância e urgência previstos no art. 62, *caput*, da Constituição Federal.

Como se depreende da mensagem do Presidente da República e da exposição de motivos que lhe segue, os fundamentos da urgência e da relevância justificam-se pela necessidade de fortalecer as ações de combate à pobreza energética e garantir o acesso das famílias de baixa renda ao GLP, combustível de uso generalizado e essencial para a cocção de alimentos.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Governo ressalta os graves riscos à saúde e as mortes decorrentes da utilização de lenha, carvão e outras fontes tradicionais, que expõem especialmente mulheres e crianças a poluentes nocivos, e reforça que a medida busca assegurar que o benefício seja direcionado exclusivamente à aquisição de GLP, promovendo segurança alimentar e incentivo ao uso de tecnologias limpas.

A urgência também é justificada pelo insucesso parcial do Auxílio Gás dos Brasileiros em atingir plenamente seu objetivo energético, tornando necessária a introdução de uma modalidade de gratuidade, em complementaridade ao pagamento monetário, de forma a ampliar o alcance social, com previsão de triplicar o público beneficiado, alcançando cerca de 15 milhões de famílias a partir de março de 2026, em comparação às 5,6 milhões atendidas em 2023, respeitando a diversidade de realidades geográficas e logísticas do País.

Da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

No que refere à constitucionalidade formal, constatamos que a matéria em apreço é passível de regulamentação por medida provisória, pois não incide em nenhuma das restrições contidas no art. 62, §§1º e 10º, e no art. 246 da Constituição Federal.

Quanto à constitucionalidade material, verificamos que a medida provisória em análise não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna.

Quanto à juridicidade da matéria, entendemos que a Medida Provisória nº 1.313, de 2025, e as emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista são jurídicas, pois se harmonizam com o ordenamento jurídico pátrio em vigor, não violam qualquer princípio geral do direito, além de possuírem os atributos próprios de uma norma jurídica (novidade, abstração, generalidade, imperatividade e coercibilidade).

Em relação à técnica legislativa, também não verificamos vícios na medida provisória e nas emendas a ela apresentadas. Os respectivos textos estão de acordo com os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Da compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que "dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências", estabelece no art. 8º que o Plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional deve decidir sobre a inadequação financeira e orçamentária. O art. 5º, §1º, refere-se da seguinte forma ao exame de adequação orçamentária e financeira.

O exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou despesa pública da União e de implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União.

Cabe esclarecer que o exame de adequação orçamentária e financeira, ao analisar o atendimento das normas aplicáveis em vigor, inclui o objetivo de avaliar o impacto fiscal da proposição legislativa. Isso significa que as medidas que reduzem receita ou aumentam despesa devem ter seus efeitos considerados na proposta orçamentária ou serem compensadas pela adoção de providências que promovam o movimento fiscal contrário a fim de preservar o resultado das metas fiscais.

As disposições da Medida Provisória nº 1.313 e as 133 emendas apresentadas tratam de aspectos relacionados ao Programa Auxílio Gás do Povo. De acordo com a exposição de motivos (EMI nº 00041/2025), a medida provisória visa a criar nova modalidade de gratuidade, disponibilizando botijões diretamente, além de outras disposições.

A EMI ressalta o caráter autorizativo, que, por si, não gera aumento automático de despesa obrigatória, subordinando a expansão do atendimento à existência de dotações discricionárias do ciclo orçamentário. Nessa perspectiva, a princípio não se caracteriza despesa obrigatória de caráter continuado (art. 17 da LRF), sem prejuízo da observância, quando da execução que importe o aumento de despesas, das exigências do art. 16 da LRF e das compatibilidades com PPA, LDO e LOA.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A estimativa de impacto orçamentário e financeiro de eventual cenário de atendimento: 2025, R\$3,6 bilhões; 2026, R\$3,6 bilhões mais R\$1,5 bilhão, serão R\$5,1 bilhões; 2027, R\$5,6 bilhões. Fonte: Ministério das Minas e Energia e o Ministério da Fazenda.

Ainda assim, em atendimento à LDO de 2025 (Lei 15.084/2024), a própria EM apresenta estimativas de um cenário de atendimento: para 2025, menção a absorção inicial no orçamento discricionário do MDS; para 2026, meta de alcance de 15 milhões de famílias a partir de março; e, para 2025-2027, projeções sintéticas de valores, destacando o espaço fiscal já ocupado pela regra em vigor e o impacto incremental de eventual aplicação da regra nova, se houver disponibilidade. Tais valores configuram subsídios para o cumprimento dos art. 16 da LRF e art. 132 da LDO de 2025.

Além disso, a maioria das emendas amplia prioridades de atendimento do programa, ajusta a formação do preço de referência, reforça controles de integridade e governança, e padroniza os recipientes, entre outros pontos.

Contudo, as Emendas 73 e 107 ampliam o universo de beneficiários, elevando a despesa pública além do estimado na proposição principal. Por não apresentarem estimativa de impacto orçamentário-financeiro, são consideradas inadequadas sob os aspectos orçamentário e financeiro, nos termos exigidos pelos art. 16 da LRF e art. 132 da LDO de 2025.

A Emenda 114 propõe reduzir a zero as alíquotas de impostos federais, diretos e indiretos, incidentes sobre a produção e a comercialização do GLP, também sem estimativa de impacto nem indicação de compensação.

Dessa forma, as demais emendas tratam de matéria essencialmente normativa, sem repercussão imediata, direta ou indireta, na receita ou na despesa da União. Nesses termos, aplica-se o art. 32, X, "h", do Regimento Interno da Casa, segundo o qual apenas proposições que importem aumento ou diminuição de receita ou despesa estão sujeitas ao exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira.

Em adição, o art. 1º, §2º, da NI/CFT prescreve que se sujeitam obrigatoriamente ao exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira as proposições que impliquem aumento ou diminuição da receita ou despesa da União ou repercutam de qualquer modo





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre os respectivos orçamentos, sua forma ou seu conteúdo. No entanto, quando a matéria não tiver implicações orçamentária e financeira, o art. 9º da NI/CFT determina que se deve concluir no voto final que à Comissão não cabe afirmar se a proposição é adequada ou não.

Do mérito.

Após a análise detida do projeto de lei de conversão, concluímos que a Medida Provisória 1.313, de 2025, representou um passo importante na política pública de acesso à energia limpa e segura para famílias em situação de vulnerabilidade. Ao instituir nova modalidade de benefício baseada na distribuição direta de GLP, em substituição ao repasse exclusivo de valores financeiros, a MPV avançou ao assegurar que o recurso público cumpra sua finalidade essencial: garantir fonte adequada e confiável de energia para a cocção de alimentos.

Não obstante, ao longo da tramitação, observando o discutido nas audiências públicas realizadas por esta Comissão Mista, identificamos a necessidade de aperfeiçoar o Auxílio Gás do Povo, de modo a promover efetividade à política pública, de modo a atingir o público que ainda depende da lenha para cozinhar – realidade que afeta milhões de brasileiros e revela desafios persistentes de pobreza energética, segurança alimentar e acesso à energia limpa. Assim, as inovações introduzidas no PLV buscam recolocar o cidadão no centro da política, com atenção especial aos mais vulneráveis, à população rural e às famílias afetadas por desastres e calamidades. O texto reforça a concepção de que o acesso à energia limpa é um direito social e condição indispensável para a dignidade humana.

Nesse sentido, o PLV apresenta avanços significativos, entre os quais destaco: a criação do Programa Nacional de Acesso ao Cozimento Limpo, que viabilizará o fornecimento ou substituição de equipamentos de cocção, a adoção de tecnologias de baixa emissão e o desenvolvimento de soluções nacionais eficientes e seguras. Incluímos, ainda, nova modalidade do Auxílio Gás do Povo voltada à instalação de biodigestores e outros sistemas de cocção de baixa emissão de carbono, ampliando as alternativas energéticas das famílias e fortalecendo a transição para fontes mais sustentáveis.

O PLV também introduz a possibilidade de tratamento especial para beneficiários residentes em áreas rurais, reconhecendo as dificuldades logísticas e econômicas dessas regiões





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

e permitindo que o Auxílio Gás do Povo seja efetivo nos locais que concentram a maior parcela da população que ainda usa lenha para a cocção.

Preocupamo-nos, igualmente, em assegurar transição organizada entre as modalidades do programa, preservando estabilidade para os atuais beneficiários. Além disso, reforçamos a necessidade de cumprimento das regras, com penalidades associadas, e aprimoramos o monitoramento contínuo dos resultados, para medir impactos reais sobre a qualidade de vida, a eficiência do gasto e a redução das desigualdades energéticas.

O Auxílio Gás do Povo terá prioridade de execução pelas modalidades que mais se traduzem em redução da pobreza energética: pela modalidade de gratuidade, seguido da modalidade de instalação de biodigestores e, somente depois, pela modalidade de pagamento de valor monetário.

Com a manutenção da modalidade de pagamento, entendemos ser necessário adequar o adicional complementar previsto na lei do Bolsa Família, para guardar coerência com o Auxílio Gás do Povo e com as demais modalidades.

Consideramos necessário, ainda, avançar em maior uniformização das fontes de recursos, do público beneficiário e prioritário das diferentes modalidades.

Ademais, relativamente à participação complementar dos entes federativos para o financiamento do custeio da modalidade gratuidade, nossa proposta prevê que os estados que exercerem essa opção deverão destinar um montante de recursos não inferior à parcela de sua arrecadação tributária com o GLP definida no termo de adesão, medida que busca dar transparência à representatividade da tributação em relação aos preços do GLP.

Além disso, o PLV avança ao preservar a segurança do setor de GLP e ao criar dois instrumentos fundamentais: o Sistema Nacional de Transparência de Preços de GLP e o Selo Gás Legal.

O Sistema de Transparência oferecerá a todo consumidor brasileiro informação clara sobre preços praticados pelas revendas, em caso de compra direta para além do previsto no Auxílio Gás do Povo, fortalecendo a concorrência e ampliando o acesso a gás de cozinha mais barato e seguro – uma demanda histórica do povo brasileiro. Já o Selo Gás Legal valorizará revendas e





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

distribuidoras que adotem boas práticas de transparência, segurança e conformidade, promovendo confiança e competição justa no setor.

O setor de GLP também terá maior dinamismo com a descriminalização do uso desse combustível em motores de qualquer espécie, saunas, caldeiras e aquecimento de piscinas, mantendo como crime o uso para fins automotivos, de modo a preservar a segurança das pessoas. Houve avanços significativos na oferta de GLP no Brasil e há espaço legal para progredir nesse sentido, preservada a competência da ANP.

Complementarmente, como forma de estimular o setor, incorporamos ao texto as previsões da Medida Provisória 1.315, de 2025, de ampliação do limite aplicável à concessão, pelo Poder Executivo, do direito à depreciação acelerada de navios-tanque empregados nas atividades de navegação de cabotagem de petróleo e seus derivados e de extensão do benefício à navegação de cabotagem de derivados de gás natural.

Diante do exposto, entendemos que o PLV reafirma o compromisso do Brasil com uma transição energética justa e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente aqueles voltados à erradicação da pobreza, à segurança alimentar e à oferta de energia limpa e acessível.

Em inúmeras comunidades, urbanas e rurais, o simples ato de cozinhar ainda se converte em desafio cotidiano. A dependência da lenha, do carvão ou de combustíveis caros impõe riscos à saúde, pressões ambientais e custos sociais desnecessários. O PLV se propõe a romper esse ciclo, levando inovação social e tecnológica para dentro das casas das famílias brasileiras.

O PLV, portanto, transcende as medidas originalmente propostas na MPV, entregando uma visão mais abrangente, consistente e transformadora, ao desenhar uma arquitetura econômica contemporânea para o desenvolvimento sustentável do mercado de GLP e para o enfrentamento da pobreza energética.

Essa nova arquitetura, baseada em incentivos inteligentes, permite que o Estado atue simultaneamente como indutor do desenvolvimento, garantidor da segurança energética e promotor da inclusão social, assegurando que a energia limpa chegue às mesas das famílias de forma acessível, segura e sustentável.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ganha o Estado, que racionaliza recursos e moderniza políticas; ganha a sociedade, que amplia dignidade, saúde e autonomia energética; e ganha o meio ambiente, que colhe os benefícios de uma transição justa, gradual e eficiente.

Trata-se, em suma, de uma proposta que harmoniza sensibilidade social e responsabilidade econômica, fortalecendo o papel do Estado como promotor de políticas públicas sustentáveis e expandindo o horizonte da cidadania energética para o povo brasileiro.

Por fim, o PLV também incluiu aperfeiçoamento na Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, para corrigir lacunas operacionais identificadas na aplicação do Mecanismo Concorrencial instituído pela MPV nº 1.304, de modo a permitir a participação de agentes anteriormente desligados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica que ainda possuam débitos vinculados ao risco hidrológico (GSF) e atendam aos requisitos previstos na legislação, assegurando tratamento isonômico entre os agentes e plena efetividade ao objetivo de pacificação setorial que vem sendo buscado e discutido em diferentes iniciativas legislativas.

Conclusão do voto.

Ante o exposto, pela Comissão Mista, votamos:

a) pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.313, de 2025;

b) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.313, de 2025, e das emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista;

c) pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.313, de 2025, e, quanto às emendas apresentadas perante a Comissão Mista:

c.1) pela inadequação orçamentária e financeira das Emendas nºs 1, 73, 107 e 114; e

c.2) pela não implicação financeira ou orçamentária da matéria em aumento ou diminuição da receita e da despesa pública das demais emendas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira ou orçamentária.

d) no mérito:





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

d.1) pela aprovação da Medida Provisória nº 1.313, de 2025, e das Emendas nºs 2, 3, 4, 6, 9, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 37, 38, 39, 40, 42, 43, 45, 47, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 119, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 132 e 133, acolhidas, parcialmente ou integralmente, com o projeto de lei de conversão em anexo; e pela rejeição das demais emendas.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – O Relator quer fazer algum adendo?

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ) – Sr. Presidente, imagino que esse relatório ainda vai ser apreciado, tanto no Senado quanto na Câmara, aí nós precisamos fazer adequação.

Apenas iria sugerir a V. Exa. – eu acho que já está no sistema –, se o voto já está no sistema...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Já.

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ) – Então, se puder...

Já está disponível?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Já.

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ) – Talvez a gente pudesse esperar só cinco minutos, para fazer uma adequação... Suspende...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Então, coloco em discussão essa parte que V. Exa. já leu, e vou pedir a palavra.

Quero dizer a todos que aqui se encontram, vocês acompanharam desde o início os trabalhos, que a gente deu a oportunidade para a participação de todos os setores: dos consumidores, dos trabalhadores – os gaseiros, como vocês falam: "eu sou gaseiro com muito





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

orgulho...". Isso, realmente, marcou a outra fala, na outra sessão, e achei que não podia deixar de dar a oportunidade de vocês se manifestarem, e a do próprio Governo.

Eu gostaria de fazer aqui um testemunho da preocupação do Ministro Alexandre Silveira para que essa matéria pudesse tramitar, como tramitou; pudesse ser encaminhada ao Presidente do Congresso, como deverá ser, logo após o término desta sessão, para que possa seguir a sua tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado da República.

Nós temos ainda um prazo a cumprir, diante da legislação, que é até meados de fevereiro, para ela não perder a validade, e quero dizer que, na condição de Presidente dessa MP nº 1.313, tendo como Relator o Deputado Hugo Leal, firmamos aqui um pacto de compromisso com as famílias mais vulneráveis. É uma missão de grande responsabilidade garantir o botijão de gás na mão daquele que mais precisa. É algo que, realmente, faz com que a gente deixe de lado qualquer tendência ideológica e possa abraçar, com maturidade, com responsabilidade, as boas ideias e os bons programas de que se dispõem para oferecer à sociedade brasileira.

Lembro-me muito bem, eu era Senador, do Auxílio Gás dos Brasileiros, que era o programa do Governo Bolsonaro, da vez passada. Da mesma maneira que defendi lá, aqui volto a defender esse programa, no sentido de ressaltar o benefício que ele vai dar para aquela família que é acostumada, por necessidade, a cozinhar com lenha, a ter acidentes domésticos e a inalar aquela fumaça dia após dia, causando lesões na saúde do sistema respiratório de seus membros.

Então, eu penso que a gente fez, aqui, um papel muito importante, no sentido de oferecer, principalmente às famílias mais vulneráveis, a oportunidade, em pleno século XXI, de ter uma vida mais digna, com respeito e saúde a cada uma delas.

Dessa forma, não tem outra fala neste sentido, a não ser a de apoiar o relatório do Deputado Hugo Leal, parabenizá-lo pelo excelente trabalho e dizer a vocês que participaram, que devem estar ávidos por continuar esta participação, que essa matéria vai ser distribuída ainda na Câmara dos Deputados e no Senado da República.

Eu tenho a certeza de que tanto o Deputado Hugo Leal quanto o Senador Nelsinho Trad estarão com as portas do gabinete abertas para poder corrigir eventual distorção, que





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

porventura possa ser identificada por qualquer setor que aqui está presente. O que a gente quer é entregar o melhor produto possível para a sociedade brasileira.

Com a palavra o Deputado Hugo Leal.

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ. Como Relator.) – Sr. Presidente, só para fazer alguns registros aqui – e eu já falei isto na nossa primeira audiência –, essa matéria do gás se iniciou aqui, e, hoje, nós estamos votando o Auxílio Gás do Povo. Ela realmente se inicia com o Auxílio Gás em 2021, este debate se inicia em 2021, e eu tive a oportunidade de ser o Relator do Orçamento e achar o espaço fiscal para o Auxílio Gás. Ele já era uma política pública positiva, mas era um complemento de renda.

Nós estamos estabelecendo, aqui, um princípio e um grande desafio; e essa modalidade, especialmente a modalidade de gratuidade, que envolve distribuidores e revendedores, vai ser um desafio e está sendo um desafio. O nosso desejo aqui, quando nós ouvirmos aqui Dataprev, Caixa Econômica, Ministério de Minas e Energia e Ministério do Desenvolvimento Social, é fazer esta adequação: talvez, fazer uma modelagem, respeitando a questão da segurança, da marca e de elementos que são essenciais, para uma modalidade que seja essencial, ou seja, que atinja o objetivo para o qual foi proposta essa medida provisória, que é levar, efetivamente, o gás àquelas famílias que precisam, àquelas famílias que às vezes receberam o auxílio e não estão comprando o botijão e estão com essa dificuldade.

Eu acho que essa medida provisória, além do seu objetivo precípua de atendimento a essa vertente da população, de atingir e de estar presente na vida dela – da população –, atinge também um outro objetivo aqui, que é uma reformulação sistêmica do próprio mercado de GLP, que passa a ter luzes e que, talvez, durante o auxílio não tivesse essa visão.

Então, seja pelo próprio Ministério de Minas e Energia, seja pelo Ministério do Desenvolvimento Social, seja pela ação de regulação da própria ANP, eu acho que nós teremos uma grande oportunidade de alavancar, mas também de avaliar e auditar esse mercado, que eu acho que é um mercado importante, um mercado presente na vida das pessoas, sem, em momento algum, que foi sempre o nosso desejo aqui, abrir mão da segurança para esse tipo de material, para esse tipo de botijão, para esse tipo de envase.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, há uma grande preocupação, que trouxe aqui.

E a inovação dessa medida provisória, que eu me sinto muito confortável em defender aqui, é a questão dos biodigestores, que são biodigestores... Nós estamos avançando. Para além da questão do GLP, o biodigestor é uma marca, uma opção, especialmente para as áreas mais remotas... Hoje você tem modalidades de biodigestores: tem os que são mais crus, aqueles do dia a dia, que as pessoas acabam fazendo, mas, hoje, existem já marcas vendidas no mercado, de biodigestores, que dão a mesma cocção, a mesma capacidade, e fazendo o seguinte: utilizando a queima daquele material orgânico que está ali na propriedade rural, nos locais afastados.

A intenção não é fazer biodigestores nos centros urbanos – para isso haveria um pouco mais de dificuldade –, mas a ideia da disseminação dos biodigestores é para você achar essas alternativas à questão do GLP, especialmente nesses locais mais afastados.

Então, nós trouxe aqui essa iniciativa. Já tínhamos discutido isso no PL nº 3.335, e acho que já tinha sido um avanço. E vimos aqui que esse tema dos biodigestores, acho, proporciona também uma ampliação desse debate. Se queremos combater a pobreza energética – esse é um tema que vai crescer muito no país –, a gente vai trabalhar em parceria com os ministérios que eu disse, o MME, a ANP e o MDS, e obviamente sob a responsabilidade e o acompanhamento desse mercado das distribuidoras de GLP e as revendedoras.

Então, nosso papel é esse.

Entendi que essa medida provisória vai ser uma excelente oportunidade – já está sendo uma excelente oportunidade –, não só de cumprir seu papel social, mas também de mostrar que o país, que o Brasil, é um país com capacidade de administrar sistemas complexos. Acho que vai ser um bom aprendizado essa medida provisória uma vez que tenhamos a aprovação na Câmara e no Senado. Na sua aplicabilidade, na sua aplicação, nós vamos ter muitos frutos para essa questão sistêmica também.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Agradecemos as considerações do Deputado Hugo Leal.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estão terminando de fazer o ajuste em um adendo do relatório lido por V. Exa...

V. Exa. era o Relator do Orçamento quando foi encaminhado o gás, a medida provisória do gás... Como é o nome?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Auxílio Gás dos Brasileiros.

Fazendo aqui uma consideração – V. Exa., que é um *expert* nessa situação, e por isso foi escolhido como Relator: qual o principal avanço que V. Exa. viu da medida anterior para essa?

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ. Como Relator.) – Sr. Presidente, são desafios.

O Auxílio Gás tinha, exclusivamente, a modalidade monetária – pagamento, acréscimo de renda... E ele, infelizmente, não contribuiu para a ampliação desse mercado, para a questão da pobreza energética. A modalidade "benefício pecuniário", é uma modalidade que você não tem como administrar. Não tem como saber, como fazer métricas do próprio mercado de GLP. A lógica é essa, e hoje nós avançamos: a modalidade de gratuidade é uma modalidade de entrega, vai gerar grandes desafios sistêmicos, como eu disse, com a Caixa Econômica, com o MDS, com as próprias revendedoras e distribuidoras, mas acho que vai ser, com certeza, um grande avanço do ponto de vista da contribuição contra a pobreza energética, de ir em pontos onde as pessoas não conseguem chegar; e essa questão também da transparência, dessa objetividade maior desse mercado de GLP. Eu acho que é um excelente avanço, no meu modo de ver, e acho que nós podemos contribuir bastante.

E aí, Sr. Presidente, eu só queria fazer... Tem uma modalidade aqui que foi inserida e há um debate sobre ela. Eu só vou fazer a localização, vou retirar do texto e vou, em seguida...

V. Exa. pode colocar.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – Nós temos ainda mais cinco minutos para poder providenciar isso, porque eu cumpro o horário rigorosamente. Me pediram para encerrar até as 16h. Então são 15h50... *(Pausa.)*





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ) – Sr. Presidente, em vista de uma divergência, o texto que foi apresentado, especialmente o texto do PLV, do projeto de lei de conversão, é preciso ser feita uma alteração.

Eu peço vênica e peço de forma expressa aqui, porque a gente não vai conseguir alterar o relatório, para tirar o §3º do art. 4º da modalidade de gratuidade. O §3º diz: "Também serão elegíveis à modalidade de gratuidade as famílias a que se refere o inciso II do art. 2º que sejam beneficiárias da modalidade de pagamento [...] monetário na data de entrada em vigor da Medida Provisória nº 1.313, de 2025".

Então o §3º do art. 4º será retirado e, obviamente... O 4º-A, desculpem-me, art. 4º-A. Aí, assim, o §4º passará a ser o §3º; o §5º será o §4º; e o §6º será o §5º; e assim, sucessivamente, o §7º será o §6º. E aí nós encerramos aqui com a retirada do §3º do PLV.

E também, Sr. Presidente, nós vamos fazer a retirada aqui no artigo... No art. 7º, a Lei 14.601, que é a lei do Auxílio Gás, passa a vigorar com a seguinte redação, o Capítulo III falava do adicional complementar para o Auxílio Gás do Povo: "Fica instituído o Adicional Complementar para Famílias Beneficiárias [...]". Nós retiraremos esse art. 20, seus §§1º, 4º e 5º, e manteremos o art. 21.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS. *Fora do microfone.*) – Perfeito.

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ) – Então, ficará retirado do art. 7º da medida provisória, do projeto de lei de conversão...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS. *Fora do microfone.*) – No Capítulo III, o art. 20...

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ) – No Capítulo II, o art. 20 e os seus respectivos parágrafos.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS. *Fora do microfone.*) – Os §§1º, o 4º...

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ) – E 5º.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS. *Fora do microfone.*) – E 5º. Perfeito.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ) – E mantidos os demais.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS. *Fora do microfone.*) – O art. 21.

O SR. HUGO LEAL (Bloco/PSD - RJ) – Mantidos os demais.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. Bloco/PSD - MS) – O.k. Perfeito. (*Fora do microfone.*)

Com as devidas alterações que corrigiram o relatório ora lido, continua em discussão.
(*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passamos à votação da matéria.

Em votação o relatório.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da Comissão.

Determino à assessoria que faça os encaminhamentos regimentais.

Aquele que quiser a cópia do relatório, é público, vai estar disponibilizado no sistema.

Antes de finalizarmos os trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 2ª, 3ª e 4ª Reuniões.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, cumprindo integralmente a finalidade da primeira e da segunda parte desta sessão, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 55 minutos.*)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1317, DE 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quinze horas e trinta e um minutos do dia quatro de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Parlamentares Alessandro Vieira e Reginaldo Lopes, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 1317, de 2025 com a presença dos Parlamentares Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Otto Alencar, Jorge Kajuru, Jorge Seif, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Randolfe Rodrigues, Esperidião Amin, Hamilton Mourão, Marcelo Álvaro Antônio, Otto Alencar Filho, Rodrigo Gambale, Hugo Leal, Fatima Pelaes, Bohn Gass e Carlos Zarattini, e ainda dos Parlamentares Izalci Lucas, Paulo Paim, Nelsinho Trad, Weverton, Zenaide Maia, Marcos do Val, Gilson Daniel e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Marcelo Castro, Carlos Viana, Omar Aziz, Cid Gomes, Carlos Portinho, Bia Kicis, Pedro Lucas Fernandes, Doutor Luizinho, Isnaldo Bulhões Jr., Jadyel Alencar, Pedro Uczai, Neto Carletto e Marcel van Hattem. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição. Finalidade:** Instalação da Comissão e Eleição de Presidente e Vice-Presidente. **Resultado:** Instalada a comissão, é eleito o Deputado Reginaldo Lopes para Presidente e designado Relator o Senador Alessandro Vieira. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e seis minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Reginaldo Lopes

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1317, de 2025





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2025/11/04>

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Vieira. Bloco/MDB - SE. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1.317, de 2025.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados; e a relatoria, sob a responsabilidade do Senado Federal.

Comunico que há acordo de Lideranças para a eleição da Mesa, tendo sido indicado para Presidente o Deputado Reginaldo Lopes, a quem já convido para que possa vir à mesa.

Consulto o Plenário sobre se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Declaro eleito Presidente o Deputado Reginaldo Lopes.

Passo a Presidência da Comissão ao Sr. Presidente, Deputado Reginaldo Lopes. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Lopes. Bloco/PT - MG) – Quero agradecer aqui a Presidência do nosso Senador Alessandro Vieira, também ao Otto Filho pela presença.

Imediatamente, em ato contínuo, indico também, para ser Relator, o Senador Alessandro Vieira.

Antes de passar para a aprovação da ata, pergunto se o Senador deseja fazer uso da palavra.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco/MDB - SE) – Apenas brevemente, para agradecer a confiança de V. Exa. e garantir que faremos o trabalho na ordem e da forma mais breve e objetiva possível.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Lopes. Bloco/PT - MG) – Futuro Senador, Deputado Otto Filho. *(Risos.)*





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR FILHO (Bloco/PSD - BA. Pela ordem.) – Deus o ouça! Queria parabenizar o Senador Alessandro Vieira, tenho certeza de que vai fazer um excelente trabalho, assim como o Sr. Presidente Reginaldo Lopes, e fico aqui à disposição para apoiar no que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Lopes. Bloco/PT - MG) – Obrigado, Deputado Otto Filho. Também agradeço a confiança dos pares.

Vamos à aprovação da ata.

Antes de encerrarmos os trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 15 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 37 minutos.)





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1317, DE 2025 DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 16 E 17 DE DEZEMBRO DE 2025, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às treze horas do dia dezesseis de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Deputado Reginaldo Lopes, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 1317, de 2025 com a presença dos Parlamentares Alessandro Vieira, Marcelo Castro, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Omar Aziz, Jorge Kajuru, Jorge Seif, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Randolfe Rodrigues, Esperidião Amin, Hamilton Mourão, Otto Alencar Filho, Jadyel Alencar, Rodrigo Gambale, Alberto Fraga, Fatima Pelaes, Romero Rodrigues, Pedro Uczai, Bohn Gass, Carlos Zarattini e Neto Carletto, e ainda dos Parlamentares Denise Pessôa, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Mecias de Jesus, Laura Carneiro, Izalci Lucas, Paulo Paim, Eliziane Gama, Sérgio Petecão, Ciro Nogueira, Nelsinho Trad, Jussara Lima e Teresa Leitão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Carlos Viana, Otto Alencar, Cid Gomes, Carlos Portinho, Bia Kicis, Marcelo Álvaro Antônio, Dani Cunha, Gisela Simona, Julio Lopes, Isnaldo Bulhões Jr. e Marcel van Hattem. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Às treze horas e três minutos, a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia dezessete de dezembro de dois mil e vinte e cinco. Às treze horas e dois minutos do dia dezessete de dezembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Deputado Reginaldo Lopes, a reunião é reaberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa.** **ITEM 1 - Medida Provisória nº 1317, de 2025 - Não Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para tratar da Agência Nacional de Proteção de Dados, a Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, para criar a Carreira de Regulação e Fiscalização de Proteção de Dados, transforma cargos no âmbito do Poder Executivo federal, e dá outras providências." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do PLV que apresenta. **Resultado:** Em 16/12/2025, a reunião é aberta. Lido o relatório do Senador Alessandro Vieira. Concedida Vista Coletiva da matéria. A reunião é suspensa e a reabertura agendada para o dia 17/12/2025. Em 17/12/2025, a reunião é reaberta. É lida a Complementação de Voto do Relator. Colocado em votação, é aprovado o relatório do Senador Alessandro Vieira, o qual conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.317, de 2025; pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa da matéria; pela sua adequação financeira e orçamentária e, no mérito, por sua aprovação, com a rejeição por inconstitucionalidade das Emendas de nºs 1 a 40 apresentadas, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quatro minutos. A



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Reginaldo Lopes

Presidente da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1317, de 2025

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2025/12/16>

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2025/12/17>





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Texto com revisão)

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Lopes. Bloco/PT - MG. Fala da Presidência.) - Boa tarde a todos e todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1.317, destinada à deliberação do relatório.

Concedo a palavra ao Senador Alessandro Vieira para leitura do seu relatório.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco/MDB - SE. Como Relator.) - Sr. Presidente, peço licença para ir diretamente ao voto.

Diante do exposto, o voto é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.317, de 2025; pela adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 1.317, de 2025; pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa da mesma MP 1.317, de 2025; pela rejeição das Emendas nºs 1 a 40; e pela aprovação, no mérito, da Medida Provisória nº 1.317, de 2025, na forma do seguinte projeto de lei de conversão, apenas com o ajuste material de redação no tocante à vigência... Peço só um segundo aqui para verbalizar e deixar registrada a data de vigência da lei, para que não se gere uma divergência interpretativa. (Pausa.)

O art. 18: a Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, entrará em vigor em 17 de março de 2026", preservado o vacatio já previsto na medida original.

É o voto pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Lopes. Bloco/PT - MG) - Muito grato.

O relatório está em discussão.

Eu passo a palavra para o Deputado Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) - Eu vou pedir vista, porque o partido quer dar uma analisada nesta MP. Há uma redução de prazos, e a gente quer dar uma estudada com relação a isso. Por isso, eu peço vista a V. Exa.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco/MDB - SE) - Sugiro a V. Exa. vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Lopes. Bloco/PT - MG) - O.k. Vamos conceder vista coletiva.

E amanhã nós convocaremos uma nova sessão deliberativa.

Quero agradecer... (Pausa.)

Amanhã, às 13h, dia 17...

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF. Fora do microfone.) - Às 13h?

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Lopes. Bloco/PT - MG) - Às 13h, 1h da tarde, do dia 17/12, para a gente aprovar e apreciar o relatório do Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) - Agradeço ao Senador Alessandro.

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Lopes. Bloco/PT - MG) - O.k.. Obrigado, Deputado.

O SR. ALBERTO FRAGA (PL - DF) - O partido pediu para fazer esse pedido para dar uma analisada. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Lopes. Bloco/PT - MG. Fala da Presidência.) - Parabéns, obrigado.

Declaro suspensão a presente reunião, marcando a reabertura para o dia 17/12 às 13h.

Está suspensão a reunião.

(Iniciada às 13 horas, a reunião é suspensa às 13 horas e 03 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Lopes. Bloco/PT - MG. Fala da Presidência.) - Havendo número regimental, declaro reaberta a nossa 2ª Reunião da Comissão Mista da Medida Provisória nº 1.317, de 2025.





CONGRESSO NACIONAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Presidência comunica que no dia 16 de dezembro o Senador Alessandro Vieira realizou a leitura de seu relatório, ocasião em que foi concedida a vista coletiva da matéria, suspendendo-se, em seguida, a reunião.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Agradecendo a chegada do Relator Alessandro Vieira, quero passar a palavra para o nosso Relator, Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Dou sequência aqui ao nosso trabalho.

Apenas faço uma pequena complementação de voto no tocante ao relatório, Sr. Presidente, registrando que as emendas são rejeitadas por inconstitucionalidade.

É como voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reginaldo Lopes. Bloco/PT - MG) – A matéria está em votação.

Os Parlamentares que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à Medida Provisória 1.317, de 2025, nos termos do projeto de lei que apresenta.

Aprovação da ata.

Antes do encerramento dos nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação das atas desta reunião e das reuniões anteriores.

Os Srs. Parlamentares que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a relatoria brilhante do Senador Alessandro Vieira.

Está encerrada a reunião.



**CONGRESSO NACIONAL**

Secretaria-Geral da Mesa

(Iniciada às 13 horas e suspensa às 13 horas e 03 minutos do dia 16/12/2025, a reunião é reaberta às 13 horas e 02 minutos e encerrada às 13 horas e 04 minutos do dia 17/12/2025.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

